

**Regressos quase perfeitos.
Etnografia da memória de guerra em Angola
(1971-1973)
Maria José Lobo Antunes**

Tese de Doutoramento em Antropologia

Novembro de 2014

**Regressos quase perfeitos.
Etnografia da memória de guerra em Angola
(1971-1973)
Maria José Lobo Antunes**

Tese de Doutoramento em Antropologia

Novembro de 2014

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Antropologia, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor João Leal.

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

[DECLARAÇÕES]

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

Mariana Novas

Lisboa, 28 de NOVEMBRO de 2014.

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O orientador,

João Veloso

Lisboa, 28 de NOVEMBRO de 2014.

Para os meus pais.

AGRADECIMENTOS

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia pela bolsa de doutoramento que me permitiu quatro anos de trabalho em dedicação exclusiva a esta investigação.

Ao meu orientador, Professor Doutor João Leal, pelo cuidado com que acompanhou a investigação que me trouxe até aqui. Os seus comentários e críticas foram indispensáveis para tornar esta tese um pouco menos imperfeita.

A todos os homens da Companhia de Artilharia 3313, que me receberam com tanta generosidade nos almoços anuais e nas suas casas. Sem eles, esta dissertação não teria sido possível.

À Isabel, Margot, Xana, Paleta, Miguel, Nuno e Vera que, de maneiras muito diferentes, me ajudaram nos últimos tempos da aventura da tese. Ao Daniel, pela infinita paciência, pela leitura atenta, pelas muitas conversas, por tudo. À minha família, por todas as razões.

REGRESSOS QUASE PERFEITOS.

ETNOGRAFIA DA MEMÓRIA DE GUERRA EM ANGOLA (1971-1973)

MARIA JOSÉ LOBO ANTUNES

RESUMO

Entre 1961 e 1974 Portugal combateu uma guerra em África. Quarenta anos após a revolução que depôs o regime, já não existe a nação pluricontinental em nome da qual foram enviados para África mais de 800 mil homens. Esta guerra, que nunca foi oficialmente declarada, sobrevive ainda na memória daqueles que nela participaram.

O objetivo desta dissertação é contribuir para a compreensão do processo através do qual a memória conta a guerra colonial no presente. Impossível que é reproduzir fielmente o momento vivido, o conhecimento do passado resulta da produção de aproximações imperfeitas daquilo que já não existe. A memória não é estanque e imutável, nem tampouco irredutivelmente individual. Ela é recriada e atualizada pelo olhar retrospectivo de agentes – individuais ou coletivos - que a cada momento conferem inteligibilidade ao passado através da negociação do modo pelo qual ele pode ser formulado. Ao combinar de uma forma singular o mundo privado da recordação pessoal e o mundo público da memória social, a memória de guerra constitui um locus privilegiado para a análise do processo pelo qual as experiências pessoais são interrogadas e inscritas em narrativas públicas mais vastas.

Partindo da comissão de serviço de uma unidade do Exército português em Angola entre 1971 e 1973, construiu-se uma etnografia da memória de guerra que articula diversos lugares e momentos do tempo e que cruza as várias escalas em que memória vive. As memórias pessoais dos antigos militares desta companhia de artilharia foram confrontadas com outras narrativas sobre o mesmo fragmento da guerra colonial (o relato institucional militar, a narrativa literária de António Lobo Antunes, antigo alferes médico da unidade) e com as retóricas públicas que, durante o Estado Novo e no Portugal contemporâneo, forneceram as ideias e as palavras com as quais o país e o mundo eram pensados.

Foi nesta viagem entre tempos e escalas diversas que se procurou compreender a memória de guerra, construção compósita que articula a dimensão pessoal da subjetividade individual com a dimensão social das narrativas públicas que desenham os limites no interior dos quais a guerra, o colonialismo, a nação, o passado e o presente podem ser imaginados.

Palavras-chave: guerra colonial; memória de guerra; memória social

ABSTRACT

Between 1961 and 1974 Portugal fought a war in Africa. Forty years since the revolution that overthrew the regime, the pluricontinental nation in the name of which more than 800 thousand men were sent to Africa has ceased to exist. This war, which has never officially been declared, still survives in the memory of those who served it. The aim of this dissertation is to contribute to the understanding of the process through which war memory is constructed and negotiated. Seeing as it is impossible for one to reliably reproduce the lived moment, the knowledge of the past depends on the creation of imperfect approximations of what has ceased to exist. Memory is not stationary or unalterable, nor is it irreducibly individual. It is constantly recreated through the retrospective perception of agents – individual or collective – who at every moment confer intelligibility to the past through the negotiation of the terms through which it can be formulated. War memory constitutes a privileged locus for the analysis of the process through which the private world of personal remembering and the public world of social memory meet, providing the cultural idioms with which personal experiences can be interrogated and inscribed in vaster public narratives.

An ethnography of war memory was built around the story of Portuguese army unit in Angola between 1971 and 1973. This ethnography of war memory articulates several places and moments in time, crossing the multiple scales in which memory lives. The personal memories of the soldiers of this unit were confronted with other narratives on the same fragment of the colonial war (the military institutional report, the literary narrative of Antonio Lobo Antunes, who served as a medical second lieutenant), and with the public rhetorics which, during the Estado Novo (Second Republic) and in contemporary Portugal, supply the ideas and the words with which people are able to think about themselves, the country and, indeed, the world.

It was on this journey between diverse scales and moments of time that war memory was analysed – a composite construction which articulates the personal dimension of subjectivity with the social dimension of the public narratives that draw the limits within which war, colonialism, nation, past and present can be imagined.

Keywords: Portuguese colonial war; war memory; social memory

INDICE

CAPÍTULO I - 2011	1
1. Etnografia da memória de guerra	6
2. Estudos da memória.....	16
<i>Memória: da genealogia às discussões contemporâneas</i>	19
<i>Memórias e narrativas públicas</i>	24
<i>Memórias e narrativas pessoais</i>	29
3. Roteiro da dissertação	35
CAPÍTULO II – OS ANOS ANTES DE ANGOLA	39
1. A guerra ao longe em 1961	44
<i>‘Um lugar para cada um e cada um no seu lugar’: escola e nação no Estado Novo</i>	46
<i>‘Portugal não é um país pequeno’: a comunicação social e os primeiros meses do conflito em Angola</i>	55
2. A guerra que se aproxima	65
<i>Escola, trabalho e migração</i>	69
<i>Tropa ou fuga?</i>	77
3. A tropa e a descoberta de um país	85
<i>Preparação para a guerra</i>	92
CAPÍTULO III - 1971	99
1. De Luanda ao Leste angolano.....	100
2. Terras do fim do mundo	108
<i>Gago Coutinho, Sessa e Mussuma</i>	114
<i>No quartel</i>	124
<i>Impaciência e loucura</i>	127
<i>Pelos quimbos</i>	131
<i>O negro e o trabalho</i>	139
<i>As mulheres</i>	144
3. Em guerra.....	149
<i>A guerra que começou</i>	151
<i>Sessa, 3 a 5 de Abril de 1971</i>	162
<i>Mussuma, 17 de Setembro de 1971</i>	166
<i>Sessa, 25 de Setembro de 1971</i>	169
<i>Mussuma, 12 e 13 de Dezembro de 1971</i>	172

4. Memória, esquecimento e silêncio	179
CAPITULO IV - 1972	183
1. Baixa do Cassanje.....	185
2. Guerra e paz em Marimba.....	194
<i>Acção Psicológica</i>	196
<i>Patrulhas</i>	202
<i>Meses de tédio e aventuras</i>	210
3. Angola é nossa?.....	219
CAPÍTULO V – OS ANOS DEPOIS DA GUERRA	229
1. O regresso à vida	230
2. O 25 de abril e a descolonização	242
3. O reencontro com o passado	259
CAPÍTULO VI - 2012	275
1. O ritual.....	277
2. O escritor.....	288
3. Palavras e silêncios.....	293
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	299
FONTES E BIBLIOGRAFIA	307
LISTA DE FIGURAS	325
APÊNDICE 1 – NOTA METODOLÓGICA.....	327
APÊNDICE 2 – QUADRO DE ENTREVISTADOS.....	345

LISTA DE ABREVIATURAS

BART – Batalhão de Artilharia.

CART – Companhia de Artilharia.

CCS – Companhia de Comandos e Serviços.

IN – Inimigo. Termo utilizado na História da Unidade BART 3835, consultada no Arquivo Histórico Militar.

MFA – Movimento das Forças Armadas.

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola.

NT – Nossas tropas. Termo utilizado na História da Unidade BART 3835, consultada no Arquivo Histórico Militar.

PIDE/DGS – Polícia Internacional e de Defesa do Estado/ Direcção-Geral de Segurança.

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola.

UPA/FNLA – União das Populações de Angola/ Frente Nacional da Libertação de Angola.

ZML – Zona Militar Leste.

(...) I see
that there are really no liars or lies after all,
And that nothing fails its perfect return, and that what are called lies are
perfect returns,
And that each thing exactly represents itself, and what has preceded it,
And that the truth includes all, and is compact, just as much as space
is compact,
And that there is no flaw or vacuum in the amount of the truth - but
that all is truth without exception (...)

Walt Whitman

CAPÍTULO I

2011

Meio dia de um sábado de Junho de 2011. Num restaurante de Almeirim, junta-se uma pequena multidão. São várias dezenas de homens e mulheres de meia idade, alguns jovens e crianças. O ambiente é de alegria, entre a simpatia cerimoniosa das mulheres e a familiaridade ruidosa dos homens. As mulheres trocam fotografias dos netos, apresentam os filhos, perguntam pelas novidades. Os homens juntam-se em grupos animados, riem e distribuem palmadas nas costas. Quem olhe de fora não consegue compreender a inusitada concentração de pessoas muito diferentes entre si. Algumas vão de roupas domingueiras, outras passeiam por ali tão informais como noutro dia qualquer. Pela abundância da comida, poderia ser um batizado. Mas é uma reunião de antigos combatentes da guerra colonial. Na parede, um cartaz revela que ali se realiza o convívio anual da Companhia de Artilharia 3313 do Batalhão de Artilharia 3835. Pela décima primeira vez desde o regresso de Angola em 1973, os homens que compuseram a CART 3313 juntam-se e revêem-se durante uma tarde à volta da mesa.

De entre a multidão que se movimenta à volta dos aperitivos, sobressaem algumas figuras. Firmino Alves, um homem grande, de voz alta e gargalhada fácil, destaca-se de imediato. Antigo furriel miliciano da Companhia 3313, o contabilista do Porto é o guardião dos contactos dos camaradas e o organizador da camioneta alugada que todos os anos recolhe os antigos militares que vivem no Norte. Neste dia de Junho em Almeirim, Firmino divide a organização do convívio com Manuel Russo, professor de trabalhos manuais aposentado, que foi em tempos furriel miliciano da companhia. Este alentejano de modos suaves caminha entre os convidados e os empregados de mesa certificando-se de que nada falta e vai tentando encaminhar as pessoas para as seis mesas compridas onde se sentarão ao almoço. Ao fundo da sala, junto do cartaz comemorativo, está Licínio Macedo. Todos os anos, o antigo soldado de transmissões traz um novo cartaz, concebido nas semanas que antecedem a reunião anual. De boina na cabeça e passo decidido, vai chamando camaradas para que vejam a sua obra. Enquanto alguns conversam à volta do cartaz, outros abrem alas para um homem de canadianas e expressão triste que avança entre abraços e olhares de admiração. É Fernando Sota, o cabo atirador que todos recordam como herói, o corajoso resistente a ataques noturnos. No meio de rostos anónimos, surge uma figura pública: António Lobo

Antunes acerca-se do grupo e é envolvido na teia de cumprimentos efusivos. Também ele embarcou no Vera Cruz em Janeiro de 1971, na qualidade de alferes médico miliciano do Batalhão de Artilharia 3835.

No meio dos camaradas e das suas famílias, estou eu. Naquela tarde de sábado, não sou apenas a investigadora que faz o seu trabalho de estar ali. Para as pessoas que se juntam no restaurante de Almeirim, sou a filha do doutor, a criança que aterrou com a mãe em Angola em 1972. Durante um ano, vivemos juntos em Marimba, numa singular combinação de regras militares e aparência de uma quase normalidade. A minha mãe e eu éramos as únicas civis no mundo do arame farpado com paisagem ao fundo. No regresso a Portugal, Angola foi o passado longínquo revisitado nas histórias que ouvia em casa enquanto crescia. Mais tarde, o confronto com a obra literária do meu pai abriu a porta para a experiência da guerra tornada ficção. Mas foi apenas com a edição e lançamento das cartas de guerra enviadas de Angola para a minha mãe que se iniciou o caminho que me trouxe aqui (Cf. Apêndice 1, Nota Metodológica). A partir desse momento, as idas aos convívios anuais aproximaram-me não apenas do mundo de memória da CART 3313 mas também e sobretudo das pessoas que dela fazem parte. Uma vez por ano, nas tardes passadas com estes antigos militares, ouvia as histórias dos tempos em Angola e voltava, através das suas vozes, a esse tempo do qual sempre ouvi falar. Quase quarenta anos mais tarde, a criança que viveu entre militares regressa ao que resta desse tempo e junta-se aos encontros anuais, colecionando histórias e memórias dos homens que então eram pouco mais do que rapazes.

Seguindo as ordens dos organizadores, a multidão encaminha-se para as mesas. Como não há lugares marcados, os movimentos desenrolam-se numa dança de cadeiras que vai desenhando uma geografia variável. Há quem guarde assento para as mulheres e filhos ao seu lado. Há grupos de mulheres que se tornaram amigas ao longo dos anos e se juntam entre si, libertando os maridos para um almoço entre camaradas. Há quem organize as proximidades nas mesas por pelotão, por especialidade ou por posto.

Eu sento-me entre furriéis e é ali que assisto ao desfile da ementa do almoço e das histórias dos tempos em Angola. Mussuma, um destacamento no Leste de Angola junto à fronteira com a Zâmbia, é o tema. Os furriéis que me rodeiam estiveram lá. Lembram a informalidade de um destacamento longínquo, sem as chefias militares a vigiarem o rigor das fardas. Recordam a construção de um sistema rudimentar de valas e de abrigos anti-ataque, dos postos elevados de vigia e de artilharia pesada. Lembram

episódios de passeios pelas ilhotas das chanas ¹ em busca de fruta fresca que iria melhorar o rancho militar. Mas recordam também os ataques sofridos neste aquartelamento isolado e a reação que todos consideram heroica do cabo Fernando Sota: sozinho na metralhadora, varreu o exterior do quartel.

É nesse momento que sou confrontada com as várias versões que rodeiam estes acontecimentos. Paulo Câmara, antigo furriel de operações especiais, explica que um dos ataques se deveu a uma questão de mulheres. Com a ausência de civis no aldeamento junto ao destacamento, alguns militares liderados pelo alferes que comandava o pelotão fizeram uma incursão pela Zâmbia, de onde trouxeram mulheres. Jorge Santos, furriel miliciano que também esteve destacado em Mussuma, afirmava não recordar nada disso e nunca ter ouvido tal coisa. Chamaram camaradas para que ouvissem a história. Ninguém se lembrava. Sozinho com a sua versão, Paulo Câmara não desarmou. Afirmou Câmara que o ataque noturno que sofreram foi consequência da viagem proibida que fizeram à Zâmbia. Por denúncia da PIDE (então já DGS), foi instaurado um processo militar de averiguações, que levou o comandante da Companhia de Artilharia 3313 a deslocar-se ao aquartelamento para proceder a um inquérito. Todos desmentiram as acusações da PIDE/DGS. E foi assim que, segundo Câmara, o episódio da viagem à Zâmbia em busca de mulheres desapareceu do mapa da memória militar. A discussão em torno de Mussuma (aconteceu ou não aconteceu?) foi interrompida pelo ritual dos convívios anuais. Dela sobrou a suspeita de que o passado é tão diverso quanto as pessoas que o recordam.

De microfone em punho, Firmino Alves dá início aos rituais que enchem os almoços da companhia. O agradecimento pela presença de todos é seguido pelo minuto de silêncio por aqueles já que partiram. Dezenas de pessoas de pé sem que um som se oiça, até que uma salva de palmas quebra o silêncio pesado que existia na sala. A comoção dissolve-se na rápida continuação da liturgia dos almoços. É agora necessário que se decida onde e quando terá lugar o convívio do próximo ano. Sem qualquer oposição, fica marcado para daí a um ano em Coimbra. Valdemar Mendes, furriel do primeiro pelotão, será o responsável pela escolha do restaurante e da ementa e pelo envio das dezenas de convites pelo correio.

¹ Paisagem característica do Leste angolano, as chanas são feitas de terrenos alagadiços que bordejam os muitos rios da região. Na época das chuvas, a dimensão das chanas pode alcançar as centenas de metros ou mesmo quilómetros.

Com este aspecto prático resolvido, Alves convoca António Lobo Antunes para que suba ao palco e diga algumas palavras para todos. A primeira frase do ‘doutor’ lembra aquilo que todos sabem: em Janeiro desse ano tinham passado quarenta anos sobre a data de embarque para Luanda. A evocação da juventude gasta na guerra e a perda de homens é seguida da promessa de que nenhum deles morrerá enquanto o último dos camaradas estiver vivo para o lembrar. O tom grave do discurso é suavizado pela homenagem ao cabo Sota, o herói por todos reconhecido, a quem é dada uma salva de palmas em pé por toda a sala. O discurso termina com a afirmação do laço que os une: a camaradagem. Como um segredo bem guardado, a camaradagem só pode ser compreendida por quem passou pela guerra: “Uma pessoa tem irmãos de sangue, nós somos irmãos de alma”. A salva de palmas final resgatou todos os presentes da evocação grave, trazendo-os de volta à sala e à festa que prometia durar.

Tal como os todos os anos, há um bolo com o brasão de armas da Companhia de Artilharia 3313. Como sempre, são chamados dois alferes para cortarem juntos o bolo. À volta, uma pequena multidão e muitas máquinas fotográficas. Entre as fatias de bolo e a taça de espumante, quase se poderia pensar estar numa festa de casamento. Ouvem-se piadas sobre os ‘noivos’. Às gargalhadas sobrepõe-se o brinde por todos, os que estão e os que não podem estar, e os votos que este encontro se repita por muitos anos.

De um momento para o outro, o espaço é convertido em salão de baile. Um artista contratado sobe ao palco e de sintetizador em punho lança canções dançáveis. Alguns casais inauguram a pista, muitos aplaudem de fora. As mulheres são as maiores entusiastas. O som alto leva a um êxodo de homens para a porta do restaurante. A ausência destes não faz parar o baile: duplas de mulheres dançam agarradas, cantam alto as canções que conhecem. É a festa que se instala.

Na rua, estão os que fumam. Ou simplesmente os que abandonam a sala que se rendeu ao ambiente de baile. Lá fora, longe das mulheres e dos filhos, os homens falam das suas vidas, dos empregos, do tempo que passa e lhes vai acrescentando doenças. Falam de quem não está, camaradas que já morreram ou que são ainda procurados na tentativa de juntar toda a companhia. Mas há também círculos de homens que lembram histórias de Angola. No centro de um deles está João Marques, antigo cabo condutor da CART 3313 e um dos mais vistosos narradores do que foi. Os olhos azuis e a voz rouca transfiguram-se em imitações que, pela reação do seu público, são pouco menos

que perfeitas. Os tiques do comandante do batalhão, as reprimendas e fúrias do capitão da companhia ('ah meu coirão!'), tudo é encenado por este lisboeta que a vida transformou em inspetor da polícia judiciária. O tom geral é de boa disposição. Aqui entram apenas as 'coisas que merecem ser lembradas'. As histórias menos felizes, os acidentes, as mortes e os feridos são afastados para o recato de diálogos menos públicos. O repertório, ensaiado em todos os convívios anuais da CART 3313, inclui episódios que ganharam a solidez de um facto por força da repetição a várias vozes. Este património é atualizado em cada encontro de camaradas. Há pormenores que são acrescentados e pequenas variações que nascem do confronto de versões distintas. À distância de quarenta anos, os tempos da guerra são feitos de uma coleção de episódios que apenas alguns viveram mas que todos tomam como seus.

Lá dentro, o baile termina quando chega o lanche. Em poucos minutos, duas mesas de doces e salgados são rodeadas de dezenas de pessoas. Firmino Alves percorre a sala avisando que a partida do autocarro para o Porto está para breve. Recolhem-se bolos e salgados das mesas para compor o farnel da viagem. É por esta altura que Licínio Macedo guarda o cartaz que, em letras grandes, garante: "Somos quem fomos". Esta frase, da autoria do antigo alferes médico miliciano, foi gravada numa placa comemorativa colocada em 2006 no quartel de Torres Novas, local onde o Batalhão foi formado. "Somos quem fomos" é desde então repetida vezes sem conta nos almoços anuais, como um mantra que une as experiências individuais de cada um daqueles antigos militares. Apesar da distância que separa as suas vidas, o passado comum em Angola constitui o motivo para que embarquem uma vez por ano na viagem que os levará para horas de recordação e comemoração de um tempo que todos partilharam. Ao conter a afirmação da continuidade entre o passado e o presente, "Somos quem fomos" resume o propósito das reuniões anuais da Companhia: garantir que os vinte e seis meses passados em Angola não serão esquecidos. O regime que suportava a guerra colonial caiu, Angola já não é nossa, os anos transformaram rapazes em homens de meia idade. Mas a memória do que foram sobrevive ainda, na partilha de recordações que pertencem a todos.

1. Etnografia da memória de guerra

O Batalhão Artilharia 3835 foi mobilizado em Julho de 1970. Constituído por uma Companhia de Comandos e Serviços e três companhias operacionais - as Companhias de Artilharia 3312, 3313 e 3314 – o Batalhão 3835 contava com um total de 510 homens. Seis meses mais tarde, em Janeiro de 1971, o Batalhão chegou a Luanda. Após uma semana de estadia no Campo Militar do Grafanil, esta unidade iniciou a viagem para o Leste. No dia 23 de Janeiro, em Nova Lisboa, foram incorporados 123 homens que haviam sido recrutados em Sá da Bandeira e que seriam distribuídos pelas várias companhias do Batalhão. Após a interminável viagem de 1800 quilómetros, dividida em quatro etapas de camioneta, comboio e viaturas pesadas, o Bart 3835 chegou finalmente a Gago Coutinho. O desembarque deste Batalhão em Angola dá-se num momento tardio de um conflito que começara dez anos antes, com os incidentes em Luanda reivindicados pelo MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e os massacres no Norte de Angola realizados pela UPA (União das Populações de Angola). Como resposta à célebre exortação de Salazar ‘para Angola, rapidamente e em força’, os militares europeus estacionados em Angola durante o ano de 1961 passaram de 3.000 para cerca de 33.000 (Gomes e Afonso, 2010). Nos anos seguintes, surgiriam novas frentes de combate na Guiné (1963) e em Moçambique (1964), obrigando o governo português a mobilizar um efetivo militar estimado em mais de 800 mil homens². Em Janeiro de 1972, o Batalhão de Artilharia 3835 rodou para o sector de Malanje, onde ficaria catorze meses. Em Março de 1973, após mais de dois anos de comissão de serviço no Leste e Nordeste de Angola, o Batalhão de Artilharia 3835 foi desmobilizado e a viagem de regresso trouxe estes homens de volta a Portugal. Nos anos seguintes dar-se-ia o 25 de Abril, a descolonização e a guerra civil em Angola. Em pouco tempo, o país onde cresceram e pelo qual haviam combatido tinha desaparecido. Um novo regime político, a redefinição das fronteiras nacionais e a adesão à Europa transformaram radicalmente a paisagem que os rodeava.

² De acordo com os cálculos de João Paulo Guerra feitos a partir dos oficiais do Exército, entre 1961 e 1973 o dispositivo militar português em África implicou uma média anual de 105 mil homens. Os efectivos metropolitanos representavam em média 70,7% do total de homens envolvidos na guerra (Guerra 1994: 379-381). Segundo John Cann, a dimensão da mobilização portuguesa de efetivos para África “(...) teria sido equivalente aos Estados Unidos colocarem 2,5 milhões de homens no Vietname, em vez de 500.000.” (Cann 2005: 126).

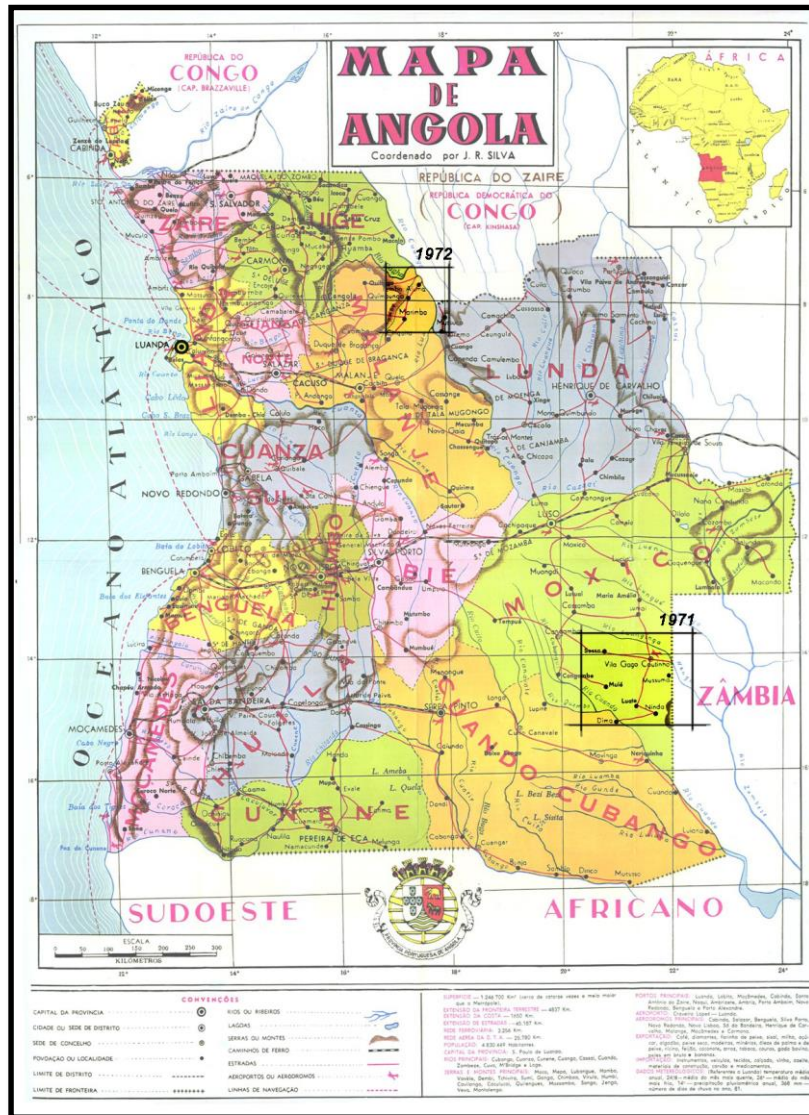


Figura 1
 Mapa de Angola com as zonas de ação do BART 3835 assinaladas
 (Blogue da 4ª Companhia de Caçadores Especiais)

A guerra colonial portuguesa é, hoje, um país estrangeiro. Quando se fala sobre o passado é inevitável que se tropece na célebre frase que abre *The Go-Between* de L. P. Hartley: “The past is a foreign country: they do things differently there”. Ela resume de uma forma notável a complexidade do passado e as dificuldades com que se depara quem se decide a conhecê-lo. Não por acaso, esta frase foi recuperada por David Lowenthal para o título de um dos mais influentes livros sobre as muitas formas pelas quais o passado habita o presente. Tornado estrangeiro pela passagem do tempo, este país apenas pode ser acedido através dos despojos que dele restam. Compreender a guerra a mais de quatro décadas de distância implica, por isso, a reconstrução de um

complexo jogo de memórias, desde as versões públicas do conflito até às narrativas pessoais dos militares que nela combateram.

O objectivo desta dissertação é construir uma etnografia da memória da guerra colonial, articulando diferentes momentos do tempo através do cruzamento das diversas escalas em que a memória vive: as memórias pessoais, as narrativas que circulam na esfera pública e a representação oficial da guerra colonial. Em vez de investigar a guerra colonial na sua imensa complexidade (os treze anos de conflito em três teatros de guerra, os processos políticos que a rodearam, os milhares de homens recrutados para a combater) esta etnografia propõe um outro olhar, um olhar que reduz a observação e a análise para uma pequena parte do todo: a Companhia de Artilharia 3313, uma das três companhias operacionais do Batalhão 3835.

A escolha desta unidade baseou-se em dois motivos distintos, que se alimentaram mutuamente: um pessoal e outro metodológico. A relação de proximidade que me une à CART 3313 foi o motor da curiosidade inicial (V. Apêndice 1, Nota Metodológica). Filha de um antigo combatente, faço parte daquilo a que Marianne Hirsch chamou a “geração da pós-memória”³. Tal como tantas outras pessoas da geração a que pertença, a história da minha família é inseparável da guerra colonial. Embora não tenha quaisquer recordações desse tempo, foram muitos os vestígios que permaneceram ao longo dos anos: as fotografias, os objetos trazidos de Angola, as histórias que sempre ouvi contar. Mas há mais. O meu pai tornou-se escritor e uma boa parte da sua obra é habitada pelos anos da guerra. As cartas que enviou à minha mãe foram publicadas em 2005, editadas pela minha irmã e por mim. A guerra colonial em Angola é, por isso, a memória mediada de que fala Hirsch, cosida através do “investimento imaginativo” em torno das histórias contadas pela geração precedente (Hirsch 2008). Esta relação de proximidade com a guerra, quase memória feita de fragmentos dispersos em segunda mão, criou não apenas um vínculo com a história daquela guerra (a guerra das chanas do Leste e de Marimba) mas também e sobretudo a vontade de interrogar as formas pelas quais a guerra colonial se inscreve nas vidas e memórias dos indivíduos que nela participaram.

³ Marianne Hirsch introduziu o conceito de pós-memória no quadro da sua investigação sobre a memória do Holocausto, procurando enfatizar o que a distinguiu da ‘memória dos sobreviventes’: “[t]he term ‘postmemory’ its temporal and qualitative difference from survivor memory, its secondary, or second-generation memory quality, its basis in displacement, its vicariousness and belatedness.” (Hirsch 2001: 9). Ver também Hirsch 1996.

Para além do motivo pessoal, houve um outro de natureza metodológica que ditou a delimitação do locus da pesquisa. Porquê uma companhia e não um batalhão? Porque uma companhia, ao contrário de um batalhão – cujas centenas de elementos se dispersam por diferentes áreas da zona de ação atribuída – constitui uma temporária e circunstancial aproximação às comunidades tradicionalmente estudadas pelos antropólogos. Por obra da conscrição que durante largos anos recrutou mancebos para o serviço militar obrigatório e para a defesa da nação pluricontinental, milhares de homens abandonaram as suas vidas civis e integraram unidades dos vários ramos das Forças Armadas. As comissões de serviço no então ultramar juntaram pessoas muito diferentes entre si numa estreita organização militar que os tornou parte de um mesmo todo orgânico. Composta por cento e vinte homens comandados por um capitão, todos os que fizeram parte de uma companhia se conhecem e reconhecem como pares. As especialidades, a organização dos pelotões e a distribuição no terreno criam laços de proximidade e de dependência mútua que impedem a dissolução dos seus elementos no anonimato. Os homens de uma companhia partilham a experiência da uma mesma guerra, povoada pelas mesmas personagens, acontecimentos e paisagens. Décadas mais tarde, são o sentimento de pertença e o passado comuns que congregam dezenas de camaradas no encontro de comemoração anual. A escolha de uma companhia tornou-se, por isso, a opção metodológica natural perante o objetivo de reduzir a escala de observação e análise a um contexto pretérito que todos os sujeitos reconhecessem como seu. Finalmente, a escolha desta e não de outra companhia deste batalhão ou de outro qualquer resultou da ligação que a ela me unia e que garantia um acesso facilitado às pessoas, às suas histórias e ao seu passado.

Esta dissertação aproxima-se daquilo a que George Marcus chamou de etnografia multi-situada: uma “etnografia móvel” que persegue a “circulação de significados, objetos e identidades culturais no tempo-espaço difuso” (Marcus 1995). A estratégia metodológica de construção do objecto é a que o autor chama “seguir a intriga” (*follow the plot*), procurando descobrir as conexões que estão por trás das histórias contidas na memória. Esta intriga – a memória dos vinte e seis meses de guerra que os homens da Companhia de Artilharia 3313 viveram no Leste e Nordeste de Angola entre 1971 e 1973 – é uma intriga complexa, que articula diversos personagens (os ex-combatentes desta unidade, o Estado português, o inimigo que podia ser qualquer africano), vários acontecimentos históricos (os treze anos de guerra colonial, a queda do regime, a descolonização, a integração de Portugal na Europa) e dois países em

diferentes momentos do tempo (Portugal e Angola durante o Estado Novo e na atualidade, com o seu cortejo de ideias, valores e retóricas nacionais).

Esta dissertação não tem o propósito de reconstruir a história da comissão de serviço da Companhia de Artilharia 3313, nem tampouco fornecer um retrato fiel e verdadeiro de um momento do tempo que já não existe. As ideias de verdade ou de facto estão ausentes destas páginas. Subjacente a esta investigação está a constatação de que o desaparecimento do passado condena o seu conhecimento à construção de suposições impossíveis de provar. Nas palavras de David Lowenthal,

The past is gone; its parity with things now seen, recalled, or read about can never be proved. No statement about the past can be confirmed by examining the supposed facts. Because knowing occurs only in the epistemology of the present, as C. I. Lewis puts it, ‘no theoretically sufficient verification of any past fact can ever be hoped for’. (Lowenthal 1993:187)

O que me interessa não é o que aconteceu, mas sim de que forma se recorda e se esquece aquilo que aconteceu. E aquilo que se recorda e se esquece não é estanque e imutável: a memória resulta de um processo complexo de negociação das condições da sua possibilidade. O tempo é, aqui, um factor fundamental. Tivesse esta investigação sido feita no ano seguinte à desmobilização da CART 3313 ou dez anos depois do 25 de Abril, os resultados seriam certamente outros. No primeiro caso, ainda não se tinha dado a queda do regime e a desagregação da ‘nação pluricontinental’; no segundo, o silêncio em torno da guerra e do colonialismo português tornara a sua revisitação num incómodo difícil de gerir. Quarenta anos após a revolução que depôs o Estado Novo, o colonialismo tardio e a guerra alcançaram um estatuto mnemónico singular: chegou o tempo da explosão de “passados recompostos” feitos a partir dos “presentes imperfeitos” (Cf. Deslaurier e Roger 2006).

A etnografia da memória de guerra que aqui se apresenta parte, precisamente, deste contexto de evocação narrativa generalizada do passado colonial português e da guerra que o defendeu. Os rapazes que em tempos foram militares da Companhia de Artilharia 3313 são agora homens de sessenta anos que se reúnem num encontro anual de comemoração do passado. A maneira como olham para trás e contam a história da sua guerra contém muito mais do que o relato dos acontecimentos que perduraram na memória. Quando falam da guerra que viveram, falam de muitas coisas. Falam dos

acontecimentos que encheram o tempo da guerra contra um inimigo invisível: operações e ataques, medo e camaradagem, colunas e emboscadas, coragem e cobardia. Falam da descoberta de um país que se dizia grande e pluricontinental: o cosmopolitismo de Luanda, a paisagem imensa de Angola, os africanos e os seus hábitos tão diferentes, a pobreza dos negros, a prosperidade dos colonos brancos. Falam de um país que já não é aquele em nome do qual foram chamados ao serviço militar obrigatório: o 25 de Abril e a descolonização que estilhaçou a grande nação espalhada pelo mundo e que os obrigou a interrogar o sentido (pessoal mas também nacional) de uma guerra inútil. A maneira como contam a sua experiência pessoal e a forma pela qual a inscrevem numa história que transcende as suas biografias permite apreender os processos através dos quais uma ideia abstrata como a de nação se converte numa realidade íntima.

As narrativas dos militares desta Companhia servirão de fio condutor desta etnografia. A centralidade das narrativas pessoais decorre de três aspectos essenciais. Em primeiro lugar, as memórias pessoais dos antigos militares da Companhia de Artilharia 3313 permitem alcançar a “atmosfera intangível dos acontecimentos”, a dimensão subjetiva da experiência vivida pelas pessoas que participaram de acontecimentos historicamente significativos e que Ronald Fraser tão exemplarmente apresentou no livro sobre a guerra civil espanhola feito apenas com testemunhos orais de pessoas comuns (Fraser 1979). Trata-se de apreender os pequenos e grandes detalhes da experiência vivida que se recorda décadas mais tarde, procurando compreender a ressonância dos grandes acontecimentos nas vidas dos que por eles passaram. A guerra em Angola foi mais do que emboscadas, ataques noturnos e patrulhas. Foi também feita de jogos de futebol e bebedeiras, de caçadas e mergulhos no rio, de aventuras de rapazes fardados que descobriam um país que até então apenas podiam imaginar.

Em segundo lugar, e porque as memórias pessoais resultam de processos complexos de recordação e esquecimento que colocam os sujeitos em relação com o que os rodeia (os pares, a família, o mundo), o confronto das várias versões individuais não se traduz necessariamente num retrato sólido e sem fissuras. Entre o efeito do tempo que dilui os contornos do que aconteceu – o que Schacter chama de “pecado da transitoriedade” (Schacter 2001) – e o efeito moldador do contacto com outras narrativas similares, a memória é objecto de uma contínua reformulação. Importa, por

isso, mapear e compreender os pontos de convergência e divergência das várias versões, desocultando o sentido das palavras mas também dos silêncios.

Finalmente, e porque a memória da guerra constitui o móbil das conversas, as narrativas convocadas encerram não apenas o relato de acontecimentos vividos, mas também aquilo a que Daniel Seabra Lopes se refere como a “história que todos podem usar” (Lopes 1998: 125). Esta ‘história monumental’, habitada por grandes personagens e feita de acontecimentos notáveis, é o inevitável cenário das memórias da experiência do serviço militar. Subtraídos às vidas civis pelo imperativo de defesa do país ameaçado, os militares tornam-se parte de um processo histórico que transcende as suas vidas: o desígnio de manutenção da integridade de uma nação tornada pluricontinental pela história dos valorosos feitos de inúmeras gerações. Com a queda do regime e o fim de um país espalhado pelo mundo, a guerra que Portugal combatera durante treze anos em África perdeu o sentido que tivera. A forma como o mundo público da guerra e o mundo privado da paz se cruzam nas memórias do serviço militar reflete, inevitavelmente, os debates e narrativas públicas que rodeiam o passado recente do país.

A memória dos antigos militares desta companhia foi recuperada de dois modos distintos: nos momentos de observação dos almoços anuais e em contexto de entrevista. Nos almoços cruzam-se conversas, trocam-se versões de um mesmo acontecimento, repetem-se histórias e episódios, na amálgama desordenada de que é feito o reencontro de camaradas. Pelo contrário, nas entrevistas a conversa foi orientada pelo guião que, percorrendo as biografias dos sujeitos, tinha como objetivo recuperar a memória pessoal da guerra. Apesar da distância formal que as separa, a matéria de ambas é a mesma: fragmentos de um passado distante mas emocionalmente significativo, aos quais os sujeitos procuram conceder sentido através de um olhar retrospectivo que não se limita a reproduzir o que aconteceu, mas o reconstrói e reinterpreta a cada momento. Trinta e um entrevistados, de postos e especialidades diversas (V. Apêndice 2, Quadro de Entrevistados), resultaram em sessenta e cinco horas de conversa com a guerra ao fundo. A este tempo de conversas, somam-se quatro almoços anuais em que não fui apenas uma convidada, mas também a investigadora que observou e anotou os muitos detalhes de que é feito o reencontro de camaradas. É a partir das vozes contidas neste material que esta dissertação se estrutura (V. Apêndice 1, Nota Metodológica).

Estas memórias serão cruzadas com uma outra narrativa que, tal como as anteriores se baseia na experiência pessoal, mas que adquiriu visibilidade pública. Trata-se da obra literária de António Lobo Antunes que mais diretamente diz respeito aos dois anos que passou em Angola: *Cus de Judas* (1979) e as cartas de guerra que enviou de África para a mulher (Antunes 2005). Estes dois livros são muito diferentes entre si. O primeiro, publicado seis anos após a desmobilização da CART 3313, é considerado um dos mais proeminentes exemplos da ficção portuguesa sobre a guerra colonial publicada nos anos após o seu fim (Medeiros 2006 [2000], Ribeiro 2006). Sobre as obras surgidas neste período muito se tem escrito, mas é consensual a ideia de que foi através da literatura que a guerra colonial emergiu do silêncio que a envolveu no pós 25 de Abril. Esta literatura, situada entre “uma falha de memória colectiva e um excesso de memória pessoal” (Ribeiro 2004: 250) abriu o espaço para que os treze anos de conflito em África reaparecessem na esfera pública portuguesa. Pelo contrário, o livro das cartas de guerra de Lobo Antunes foi publicado mais de trinta anos após o 25 de Abril, num momento em que a guerra colonial tinha já conquistado uma crescente visibilidade pública. Apesar de pertencerem a estilos literários distintos (um romance e um testemunho epistolar quase diário) ambas as obras constituem o que Samuel Hynes chamou de ‘recordações colectivas vicárias’ (*vicarious collective remembrances*), memórias em segunda mão que de alguma forma representam as que não podem ser formuladas na esfera pública (Hynes 2000 [1999]). A importância destas obras no presente trabalho deriva de dois aspectos. Em primeiro lugar, a dimensão documental, presente sobretudo nas cartas de guerra que fornecem um relato diário de acontecimentos e personagens, permitindo recuperar uma linha cronológica desenhada no imediatismo do quotidiano. Por outro lado, a visibilidade que estes textos adquiriram e a qualidade testemunhal que lhes é reconhecida por aqueles que partilharam a mesma experiência na CART 3313 transforma estes livros em potenciais porta-vozes de uma experiência que de outra forma ficaria silenciada. Importa, assim, compreender de que modo se relacionam as memórias pessoais dos antigos militares da Companhia com a narrativa contida nos livros do seu antigo alferes médico miliciano.

Os acontecimentos destes vinte e seis meses serão olhados também através da narrativa institucional militar, presente na *História da Unidade BART 3835*, consultada no Arquivo Histórico Militar de Lisboa. Este documento burocrático e de índole informativa, concebido para consumo interno na instituição militar, sumariza a atividade operacional das unidades do Batalhão de Artilharia 3835 desde a sua

formação em Julho de 1970 até à desmobilização em 1973⁴. Composta por cinco capítulos (Formação do Batalhão; Viagem para o Destino; Estudo da Situação; Atividade das NT e do IN; Baixas Sofridas; Punições, Louvores e Condecorações) a *História da Unidade* apresenta um retrato detalhado da comissão do Batalhão e das suas companhias operacionais. Os capítulos de Estudo da Situação são particularmente interessantes. Destinados a contextualizar a missão do Batalhão nos territórios que lhe foram atribuídos, contêm a caracterização geográfica, demográfica, económica e social das duas zonas de ação: Gago Coutinho no Leste e Malanje no Nordeste. Os dados objectivos e quantificáveis são muitas vezes acompanhados por considerações subjetivas sobre os hábitos e modo de vida das populações locais, revelando a permeabilidade da instituição militar ao discurso público sobre os africanos e sobre a importância da presença civilizadora dos portugueses no continente. Partindo do contexto militar anterior à chegada da unidade, a *História da Unidade BART 3835* analisa o modo de ação do ‘inimigo’ e enumera os principais riscos existentes naqueles territórios: as minas anticarro, as emboscadas e as flagelações aos aquartelamentos.

Este documento fornece também uma descrição detalhada das operações levadas a cabo pelas suas unidades. Patrulhas, escoltas, emboscadas e operações conjuntas são listadas de forma cronológica, resumindo os objectivos pretendidos e alcançados. Os ataques sofridos nos aquartelamentos são mencionados, revelando a fragilidade das instalações militares - mas afirmando sempre a ‘pronta reação das nossas tropas’. A colaboração militar com outras forças militarizadas, como os Fiéis catangueses, os Flechas e Grupos Especiais é referida. Os louvores, castigos e baixas constam também da *História da Unidade*, permitindo reconstituir o percurso da Companhia desde a sua formação até à desmobilização após vinte e seis meses da comissão de serviço em Angola. A voz da instituição militar presente neste documento é valiosa pelo enquadramento factual que fornece (datas, acontecimentos, baixas, material apreendido), mas também pelo que revela sobre o contexto ideológico em que o Exército português se encontrava no início da década de 70. É nesta dupla dimensão – informativa e ideológica – que a narrativa da *História da Unidade BART 3835* surgirá ao longo da dissertação. Sendo um documento oficial, baseado em relatórios internos

⁴ Surgidas em 1962, por iniciativa da Região Militar de Angola, as Histórias das Unidades destinavam-se a contribuir para o registo oficial das operações militares. A análise de João Moreira Tavares permite-lhe concluir que as Histórias das Unidades constituem uma forma singular de propaganda “This is not a propaganda addressed to contemporaries, but essentially to those who are to come.” (Tavares 2013: 371).

sancionados pelos comandos das unidades, apresenta a versão institucional da comissão de serviço do Batalhão e das suas companhias operacionais. Todavia, e como se verá mais tarde, a versão oficial nem sempre coincide com outras versões dos mesmos acontecimentos (V. Capítulo III). É, por isso, natural que surjam algumas incongruências e descontinuidades entre o extenso relatório militar da comissão de serviço da CART 3313 e a memória daqueles que a viveram.

Finalmente, ver-se-ão surgir as narrativas públicas sobre o país e a guerra, ecoadas nas memórias dos antigos militares da CART 3313. Estas serão analisadas em dois momentos distintos: o tempo do Estado Novo e o tempo do Portugal contemporâneo. O primeiro momento corresponde ao mundo no qual estes homens cresceram e pelo qual combateram em Angola. De um modo formal ou informal, na escola ou em casa, o discurso nacional enfatizava a grandeza de um país espalhado por vários continentes e ancorado na sólida moral cristã que desde há séculos se empenhara a espalhar pelo mundo. Um país onde a humildade e o respeito eram os valores centrais que garantiam a ordem que colocava tudo no seu devido lugar (V. Capítulo II). As décadas que passaram desde a queda do regime abriram o caminho para a criação de outros discursos sobre o país, o seu passado e o seu futuro. Quarenta anos após a revolução, cinquenta e três anos após o início do conflito em Angola, vive-se um momento de multiplicação de evocações e reconstituições desse tempo. São muitas as vozes que se cruzam e que apelam a diversas versões sobre os mesmos acontecimentos, desde o saudosismo de um passado perdido até às denúncias das ações dos portugueses em África, passando pelo rasto do trauma que marcou as vidas de milhares de antigos militares. É neste contexto de renegociação do lugar da guerra colonial na narrativa pública portuguesa que emerge uma outra linguagem, menos apaixonada e imediata, que amplia o horizonte retórico no interior do qual os sujeitos inscrevem as suas memórias e lhes concedem sentido (V. Capítulo V). Entre o monolitismo da retórica oficial do Estado Novo e a multidão de versões e olhares que se cruzam na esfera pública contemporânea, são muitos os caminhos que as narrativas individuais podem percorrer.

Apresentadas as vozes que compõem esta etnografia da memória de guerra, resta enunciar a forma como elas se irão encontrar ao longo da dissertação. As narrativas dos homens da Companhia de Artilharia 3313 constituirão os grandes planos. É através das histórias por eles contadas que se verá surgir a intriga nos seus minúsculos

detalhes, desde o início da distante guerra em 1961 até ao reencontro da unidade décadas mais tarde. São histórias presas à singularidade das suas circunstâncias. Os locais e os protagonistas têm nome, cada detalhe relatado corresponde à reconstrução criativa de episódios, imagens e sensações do país estrangeiro e irrecuperável do passado. Estes grandes planos serão entrecortados por panorâmicas abertas, feitas de acontecimentos, personagens e ideias que pertencem ao domínio público. As histórias das memórias destes homens são agora pormenores quase imperceptíveis, dissolvidos num padrão mais vasto que compõe uma imagem distinta daquela que era apreensível no momento anterior. É nesta viagem constante entre escalas diversas que se procurará compreender a memória da guerra, construção compósita complexa que articula a dimensão irredutivelmente individual da subjetividade pessoal com a dimensão social das retóricas públicas que desenham os limites no interior dos quais a guerra, o colonialismo, o passado e o presente de um país podem ser imaginados.

2. Estudos da memória

A memória é um terreno fértil nas ciências sociais. Ao longo do último século, muito se tem pensado, investigado e escrito sobre a faculdade humana de recordar. No final dos anos 90, Jeffrey Olick e Joyce Robbins publicaram um artigo em que caracterizavam os estudos sobre memória colectiva como “um empreendimento não-paradigmático, transdisciplinar e sem centro” (Olick e Robbins 1998) e propunham-se reconstruir as principais linhas de um campo de estudos que, ironicamente, não possuía uma memória organizada. Ao longo de mais de trinta páginas, um desfile de conceitos e autores permitia ao leitor desenhar um mapa que atravessava fronteiras disciplinares e temáticas, abarcando alguns dos principais trabalhos até então realizados e traçando a genealogia do interesse das ciências sociais pela memória. Noutro artigo publicado dez anos mais tarde, e perante a produção que nessa década se havia acumulado, Olick afirmava que nem o bibliófilo mais megalómano conseguiria percorrer toda a literatura relevante sobre o tema (Olick 2008).

Aquilo que já foi chamado de “boom da memória” (Winter 2007) ou “indústria da memória” (Klein 2000) resultou da confluência do interesse da academia e da sociedade civil. A incerteza associada ao pós-modernismo, a angústia perante a possibilidade de erosão do passado e a fragilidade das identidades sociais num tempo de intensa transformação têm sido apontadas como algumas das causas de um

fenómeno que se iniciou na década de 80 e desde então tem ganho espaço na esfera pública, mas também nos corredores das universidades. No mundo académico, o movimento iniciou-se com a viragem cultural da historiografia que se traduziu na publicação de estudos que procuravam compreender o papel da recordação no processo de construção das identidades nacionais. A muito influente ideia de invenção da tradição (Hobsbawn e Ranger 2003 [1983]) e a análise dos processos de preservação do passado constituíram marcos centrais que abriram caminho para uma reflexão alargada sobre as formas pelas quais o passado habita o presente. De acordo com David Lowenthal, a nostalgia, outrora considerada uma doença para a qual as terapêuticas eram tão diversas quanto purgas, sangrias, e emulsões hipnóticas, é hoje uma droga que a todos vicia. O passado está em todo o lado e é consumido com avidez. Transversal a estas obras está a ideia de que o passado é o objecto de uma contínua e constante apropriação e reconstrução. Nas palavras de David Lowenthal, “(...) the pasts we alter or invent are as prevalent and consequential as those we try to preserve. Indeed, a heritage wholly saved or authentically reproduced is no less transformed than one deliberately manipulated.” (Lowenthal 1999 [1985]: xviii).

Um dos mais influentes exemplos é, sem dúvida, o trabalho de Pierre Nora em torno dos lugares de memória. Este conceito parte da constatação da “aceleração da história”, da consciência da ruptura com o passado e do sentimento de “memória despedaçada” (*mémoire déchirée*):

Accélération: ce que le phénomène achève de nous révéler brutalement, c’est toute la distance entre la mémoire vraie, sociale et intouchable, celle dont les sociétés dites primitives, ou archaïques, ont représenté le modèle et emporté le secret – et l’histoire, qui est ce que font du passé nos sociétés condamnés à l’oubli, parce qu’emportées dans le changement. (Nora 1984: xviii).

Pierre Nora constrói a sua análise sobre a distinção entre memória e história. A primeira representa o laço vivido entre o passado e o presente, alimenta-se de recordações inconstantes e frágeis, e é ao mesmo tempo plural e individualizada; a segunda resulta da reconstrução problemática e incompleta daquilo que já não existe, resultado numa operação intelectual que laiciza e universaliza o passado. É nesta conjuntura histórica global, em que todo o mundo “entrou na dança” da ameaça do esquecimento, que se assiste a um imenso investimento em torno dos “lugares onde se

cristaliza e refugia a memória”. Lugares nos três sentidos do termo – material, funcional e simbólico – surgem do ímpeto arquivístico que procura fixar e comemorar os passados plurais que a história ignora (V. Capítulo VI).

Mas o passado não é apenas o país distante que se quer preservar. A existência de ‘passados indomados’ (*unmastered pasts* – tradução minha) ⁵ é outra área temática onde a pesquisa tem proliferado. Desenvolvido no contexto da literatura sobre o legado do Terceiro Reich na Alemanha, a ideia de ‘passado indomado’ implica a difícil gestão de um tempo que criou divisões e desacordos profundos e que se manifesta em ‘estratégias apologéticas’ ou na ‘criação de tabus’ que vêm rodeá-lo (Rosenfeld 2009). A queda do bloco de Leste, o fim da guerra fria e a crescente visibilidade pública do Holocausto impulsionaram a multiplicação de estudos sobre a incorporação ou silenciamento de passados incômodos na esfera pública.

Compreende-se, assim, que a memória se tenha tornado nos últimos anos um dos mais produtivos temas das ciências sociais. Se há quem se refira a esta área de discussão e produção acadêmica como um “espaço interdisciplinar complexo” e sublinhe a criatividade decorrente desta transversalidade (Kansteiner 2002), outras vozes levantam a suspeita de que estamos perante a institucionalização de um novo campo de estudos: os estudos da memória ⁶. Jeffrey Olick considera que o estudo da memória está ainda na “fase carismática”, da qual resiste em sair: desprovido de um corpo teórico e metodológico unificado, disperso por disciplinas contíguas, pouco se tem feito – afirma - para sistematizar um campo de estudos cujo crescimento tem sido exponencial. A solução para este impasse residirá, de acordo com Olick, em ultrapassar o reconhecimento e citação “totêmica” dos autores fundadores, cumprindo finalmente a promessa de uma interdisciplinaridade efetiva (2009). Outros, menos benevolentes, dedicam-se a apontar as contradições de um conceito que, tendo surgido como “anti-histórico” se transformou num elemento caracterizador no “novo historicismo” (Klein

⁵ Este conceito resulta da tradução do termo alemão *Vergangenheitsbewältigung*, que em português pode ser traduzido como ‘domar o passado’.

⁶ O aparecimento da revista *History & Memory* em 1989 constituiu um passo decisivo para essa institucionalização. No texto de apresentação da revista lê-se: “*History & Memory* explores the manifold ways in which the past shapes the present and is shaped by present perceptions.”. Em 2008, a memória tornou-se o foco de uma nova revista, *Memory Studies*, destinada a ‘conceder reconhecimento, forma e direção ao trabalho ‘neste campo emergente’, e abrindo um fórum crítico de diálogo e debate para a compreensão dos temas teóricos, empíricos e metodológicos da memória.

2000)⁷ ou a anunciar o declínio ou desaparecimento de um tema que inundou as estantes das bibliotecas e as salas de conferências (Rosenfeld 2009).

Memória: da genealogia às discussões contemporâneas

Perante tamanha profusão de trabalhos publicados e polémicas acesas, procurei entrar nos estudos sobre a memória com a prudência que uma dissertação exige. Mas os motivos de distração no caminho foram muitos. A memória implica dimensões discursivas e não discursivas e é quase infinita, uma vez que toda a consciência é mediada por ela (Fentress e Wickman 1992, Sobral 2006). “O mundo do inteligível, definido em termos de experiência temporal, é um corpo organizado de expectativas baseadas na recordação” (Connerton 1993 [1989]: 7). A memória está em todo o lado: na mecânica dos pequenos gestos do quotidiano, na maneira como recordamos o que aconteceu, na forma como traduzimos em palavras os fragmentos de que é feito o passado, nos rituais privados e públicos de celebração do que foi, nos objetos e lugares que são investidos de significados que transcendem a sua existência material. Forçando o caminho pelos inúmeros desvios da omnipresença da memória, centrei-me no que é essencial num trabalho desta natureza: regressar à genealogia dos conceitos e principais autores, percorrer as temáticas centrais e ir delimitando as leituras tendo em consideração o objecto da minha pesquisa.

O regresso à linhagem dos conceitos reenvia-nos para o início do século XX, altura em que a memória foi resgatada ao domínio da subjetividade individual pela mão de Maurice Halbwachs, sociólogo e discípulo de Émile Durkheim, consensualmente considerado o fundador do olhar contemporâneo sobre a memória (Connerton 1993, Fentress e Wickham 1992, Kansteiner 2002, Olick e Robbins 1998, Sobral 2006, entre outros). As bases do que chamou uma ‘teoria sociológica da memória’ foram lançadas com a publicação de *Les Cadres Sociaux de la Mémoire* em 1925. Contrariando as mais proeminentes discussões da época, defendeu que o passado não é guardado numa localização do cérebro nem num reduto do espírito ao qual apenas o sujeito tem acesso. A formalização de uma imagem do passado é mediada pelo recurso à linguagem e ao

⁷ A clivagem epistemológica que separa ‘história’ e ‘memória’ encontra-se envolta em ambiguidade. Nas palavras de David Lowenthal, “(...) ‘memory’ includes second hand accounts of the past – that is, ‘history’; ‘history’ relies on eyewitness and other recollections – that is, ‘memory’.” (Lowenthal 1999: 213). Para uma leitura das questões levantadas por esta relação, ver Fentress e Wickham 1992, Kansteiner 2002, Klein 2000 e Cofino 1997.

“sistema de convenções sociais”, impossibilitando que as recordações possam ser consideradas como fenómenos “puramente interiores” (Halbwachs 1994 [1925]: 279). Se esta mediação é imprescindível, Halbwachs afirma ainda que a recordação é também o resultado de solicitações exteriores ao indivíduo, decorrentes das relações que estabelece com os outros no contexto de grupos sociais diversos: “[l]e plus souvent, si je me souviens, c'est que les autres m'incitent à me souvenir, que leur mémoire vient au secours de la mienne, que la mienne s'appuie sur la leur” (idem: vi). O passado é constantemente reconstruído a partir do presente através dos quadros sociais da memória, pelos quais se recompõe uma ‘imagem do passado que esteja de acordo com o pensamento dominante da sociedade em cada época’ (idem: viii).

Mais de oitenta anos após a publicação deste livro, muito do que Halbwachs propõe é ainda atual. A rejeição da concepção da memória como fenómeno individual recolhe uma “unanimidade impressionante”, que inclui as perspectivas sociológica, histórica, artística ou neuropsicológica (Kansteiner 2002). Daniel L. Schacter, investigador que trabalha sobre os aspectos biológicos e psicológicos da memória, recorre a *1984* de George Orwell, para ilustrar a dimensão social do que recordamos:

Totalitarian societies like the one envisioned by George Orwell have declined since the collapse of the eastern European communist regimes. But forces that in some sense resemble the Ministry of Truth continue to operate in individual minds: our memories of the past are often rescripted to fit with our present views and needs. (Schacter 2001: 138)

A semelhança entre as formulações de Halbwachs e de Schacter é surpreendente. Um sociólogo e um psicólogo separados por mais de sete décadas convergem na afirmação de uma dupla dependência: não apenas a memória individual depende de forças que a transcendem, como a imagem do passado depende de uma reconstrução feita a partir do presente.

Mas nem tudo permanece igual ao que Halbwachs formulou. O mundo mudou muito e, com ele, a academia também. Nos anos que decorreram entre a sua morte e o ressurgimento da memória colectiva nas ciências sociais, abriu-se o espaço para uma reavaliação crítica da sua obra, dirigida sobretudo ao determinismo social dos seus escritos. A subordinação do indivíduo a uma entidade exterior – a memória colectiva – constitui um dos pontos da discórdia. De acordo com Halbwachs,

(...) la société tend à écarter de sa mémoire tout ce qui pourrait séparer les individus, éloigner les groupes les uns des autres, et qu'à chaque époque elle remanie ses souvenirs de

manière à les mettre en accord avec les conditions variables de son équilibre. (Halbwachs 1994: 290)

A resistência a algumas formulações de Halbwachs deriva, de acordo com Paul Connerton, “(...) de certos hábitos de linguagem e de método, em particular de um vocabulário durkheimiano caracterizado pelo emprego, com o epíteto colectivo, de termos pedidos de empréstimo à psicologia individual.” (Connerton 1993 [1989]: 46). O regresso das ciências sociais à memória colectiva implicou o abandono do olhar reificador que atribuía à memória uma existência exterior aos sujeitos e grupos sociais e lhe concedia um papel fundamental na construção de coesão e equilíbrio. O ressurgimento da memória foi, por isso, marcado pela multiplicação de termos alternativos que vieram substituir o termo ‘coletivo’, procurando ultrapassar as dificuldades encontradas na formulação original de Halbwachs. Memória social (Connerton 1993, Fentress e Wickham 1992), popular (Popular Memory Group 1982), pública (Bodnar 1994) são apenas alguns dos exemplos possíveis, que refletem a busca de termos mais específicos capazes de traduzir a constante negociação e reformulação que se opera na dimensão social da memória. Nesta dissertação, optei por passar ao largo dos debates teóricos que animam a discussão terminológica nos estudos da memória e estabelecer como base conceptual clara a ideia de que “[u]ma memória só pode ser social se puder ser transmitida e, para ser transmitida, tem que ser primeiro articulada. A memória social é portanto articulada.” (Fentress e Wickham 1992: 65). Esta articulação não se esgota nas práticas discursivas. Ela implica também outros “(...) atos de transferência que tornam possível recordar em conjunto”, tais como as cerimónias comemorativas e as práticas corporais (Connerton 1993 [1989]: 47). É neste território vasto, feito de palavras, gestos e ações, que se opera o processo complexo pelo qual o passado e presente se habitam e contaminam mutuamente.

A diversidade terminológica que povoa os estudos sobre a memória não invalida o acordo sobre uma ideia fundamental: a reconstrução do passado a partir do presente implica que se reconheça que a distância que separa estes dois momentos do tempo não é apenas feita dos anos que decorreram entre um e outro, mas também e sobretudo das muitas formas como este último transforma a representação do primeiro. A representação do passado através da memória pode, por isso, implicar uma dimensão de intencionalidade visível nos “(...) atos de preservar e transmitir determinados objetos e narrativas – e de esquecer outros” (Sobral 2006: 31). Esta intencionalidade pode

manifestar-se sempre que esteja em causa a revisitação do passado, desde a narrativização dos percursos biográficos até à criação das grandes narrativas nacionais. A “ilusão biográfica” sobre a qual Pierre Bourdieu escreveu, baseia-se no “postulado do sentido da existência contada” e torna qualquer narrador “ideólogo da sua própria vida”, selecionando acontecimentos a partir de uma amálgama desordenada de factos (Bourdieu 1986). A mesma dimensão de intencionalidade está presente, por exemplo, na muito influente ideia de invenção da tradição, proposta por Eric Hobsbawn e Terence Ranger. De acordo com estes autores, a presumível antiguidade de instituições, rituais e práticas sociais é de facto o resultado de uma criação artificial. Esta afirmação da continuidade entre um passado longínquo e o presente é feita através de um “processo de formalização e ritualização”, pelo qual as novas circunstâncias são revestidas da aparência de configurações antigas.

It is the contrast between the constant change and innovation of the modern world and the attempt to structure at least some parts of social life within it as unchanging and invariant that makes the ‘invention of tradition’ so interesting for historians of the past two centuries. (Hobsbawn e Ranger 2003 [1983]: 2)

Em qualquer uma destas dimensões, narrativas pessoais ou públicas, o passado existe enquanto produto do olhar retrospectivo de agentes – coletivos ou individuais - que a cada momento conferem inteligibilidade ao passado através de um processo de negociação da representação do que aconteceu.

Para compreender de que forma se articula a dimensão biográfica e pessoal da memória com a sua inscrição num quadro histórico e social mais vasto, segui as pistas lançadas por alguns trabalhos inspirados na reflexão do Popular Memory Group na década de 80. Este grupo, de inspiração gramsciana, encarava a memória enquanto “prática política” e enquanto objecto. Na primeira, tratava-se de reconhecer a importância política da história, questionando criticamente as questões de autoridade que rodeavam a prática da reconstrução profissional do passado. Mas é a segunda, a memória enquanto objecto de estudo, que interessa nesta dissertação. Os autores do Grupo afirmavam que o estudo da memória se assemelha à geologia, já que o passado resulta da “sedimentação de traços passados” numa construção compósita complexa. O estudo da memória tal como foi preconizado por estes autores implicava a distinção fundamental entre dois níveis: o campo das “representações públicas” e o das “memórias privadas”. O primeiro é povoado por diversas e por vezes opostas

representações do passado e é o palco de uma intensa contestação pelo estabelecimento da “memória dominante”; o segundo é produzido na vida quotidiana, encontrando expressão não apenas na interação social mas também em “formas culturais íntimas” (cartas, diários, coleções de objetos referentes ao que já passou). O Popular Memory Group defendia uma dupla orientação:

[popular memory study is] concerned with the relation between dominant memory and oppositional forms across the whole public field. It is also concerned with the relation between these public discourses in their contemporary state of play and the more privatized sense of the past which is generated within a lived culture (Popular Memory Group 1982: 211).

Nesse sentido, o estudo da memória deveria contemplar os diversos sentidos do passado, articulando as narrativas dominantes e as agências oficiais com a multiplicidade de outras vozes que constituem este processo, desde os media, passando por organizações da sociedade civil, até às narrativas privadas daqueles que habitualmente estavam excluídos da história ⁸.

O Grupo dissolveu-se, mas as suas propostas continuaram a ser trabalhadas nos anos seguintes. Num volume composto por vários artigos dedicados à política da memória de guerra (e que explicitamente declara a sua proximidade conceptual com o Popular Memory Group), deparei-me com uma abordagem que propõe dar conta da natureza compósita da memória e da negociação que ela implica, conjugando três grandes eixos de análise: narrativas, arenas e agências de articulação da memória. As narrativas constituem formulações partilhadas no interior das quais se localizam as memórias dos atores sociais, desde as mais privadas recordações pessoais até às formulações oficiais. Estas narrativas são promovidas por distintas “agências” - instituições através das quais os atores sociais procuram o reconhecimento das suas narrativas, e que podem tomar a forma de corpos do Estado, mas também de organizações da sociedade civil. De acordo com estes autores, as narrativas promovidas por diferentes agências cruzam-se naquilo que chamaram de “arenas” de articulação - espaços sociopolíticos onde os atores jogam o reconhecimento alargado das suas

⁸ Conceder voz aos que habitualmente estão excluídos da história monumental é uma das linhas defendidas pelo Popular Memory Group. De facto, os autores deste grupo apontam o livro *Blood of Spain*, de Ronald Fraser (1986 [1979]), como uma investigação exemplar da memória popular. Baseando-se nos testemunhos orais de centenas de cidadãos desconhecidos, constrói-se a partir de inúmeras pequenas narrativas a partir das quais se tece uma história mais vasta de ‘proporções heroicas e complicação quase infinita’ (Popular Memory Group 1982: 217).

memórias de guerra, num processo que não é pacífico ou isento de contestação: “The articulation of memory involves struggles to extend, or alternatively to limit, the arenas within which specific memories are able to circulate, and hence make claims for recognition.” (Ashplant et al 2006 [2000]: 17). É no cruzamento destes três níveis – narrativas, agências e arenas – que se poderá aceder uma perspectiva que inclua e articule a subjetividade dos indivíduos, a criatividade da sociedade civil e os processos de construção de narrativas públicas.

Memórias e narrativas públicas

A dimensão pública da memória torna-se particularmente visível quando se trata da recordação de um acontecimento como a guerra, um acontecimento cuja intensidade dramática se estende do esforço coletivo solicitado aos países em nome dos quais elas se travam até às vidas dos indivíduos direta ou indiretamente envolvidos nos conflitos. Na época moderna, a nação constitui a arena central onde se articulam as memórias de guerra e onde se mobilizam os recursos para a sua comemoração. É aqui que se joga a possibilidade da recordação ou do esquecimento, da celebração ou do silenciamento públicos. Esta é a arena que todas as agências procuram alcançar, pois é aqui que se definem os contornos daquilo que John Bodnar chama de memória pública, entendida como “ (...) a system of beliefs and views that are produced from a political discussion that involves the fundamental issues relating to the entire existence of a society: its organization, structure of power, and the very meaning of its past and present.” (Bodnar 1994: 75).

A discussão política que gera a memória pública coloca em confronto interesses e valores distintos e porventura contraditórios: de um lado, o “formalismo dogmático da cultura oficial” que concebe o passado da nação no quadro da continuidade intemporal e que privilegia a linguagem ideal da lealdade e do patriotismo; de outro lado, a multiplicidade de interesses contidos na “cultura vernácula”, resultantes de circunstâncias histórias específicas, e que apelam à dimensão experiencial da pertença a uma nação. De acordo com Bodnar, “(...) vernacular expressions convey what social reality feels like, rather than what it should be like. Its very existence threatens the dogmatic and timeless nature of official expressions” (Bodnar 1994: 75).

A memória pública é o resultado de um processo de negociação dos termos pelos quais o passado é evocado. Este facto está associado, segundo John Gillis, a

circunstâncias históricas, políticas e sociais específicas, surgidas na segunda metade do século XX. A “democratização do passado”, pelo qual todas as pessoas se tornaram os seus próprios historiadores, transformou profundamente a relação entre a memória, a identidade e a nação⁹. A “dessacralização do Estado-nação” e o questionamento de uma concepção de nação “alienante e impessoal” levou à busca de outros passados, capazes de acomodar a heterogeneidade dos diversos grupos que reclamam o reconhecimento da sua identidade. Mais do que memórias monolíticas propostas pelo Estado, este novo tempo implicou a construção de um outro tipo de memória: uma memória suficientemente flexível para poder conter contradições, tensões e paradoxos. É através da manifestação dos distintos interesses vernáculos que esta nova concepção de memória emerge. Nas palavras de Gillis,

In this era of plural identities, we need civil times and civil spaces more than ever, for these are essential to the democratic processes by which individuals and groups come together to discuss, debate, and negotiate the past and, through this process, define the future. (Gillis 1994: 20)

A criação de monumentos e datas comemorativas oficiais é a expressão visível e ritualizada da memória pública da guerra. A decisão de memorialização de um conflito tem como resultado a sua inscrição na narrativa nacional: ao transcender o dramatismo das experiências individuais de todos os cidadãos que foram chamados à guerra, o Estado procede à transformação secular da “fatalidade em continuidade, [d]a contingência em sentido” (Anderson 1983). A perenidade da nação garante que, apesar da finitude das vidas dos seus cidadãos, os esforços e sacrifícios feitos em seu nome ficarão gravados no passado que todos reconhecem como seu – tanto sob a forma de monumentos, como de celebrações cíclicas marcadas nos calendários e nas histórias nacionais de cada uma destas comunidades imaginadas.

A memorialização das guerras implica, não raras vezes, “batalhas mnemónicas” (Zerubavel 2003) pela fixação do passado que podem tomar várias formas, desde expressões artísticas de contestação até ao aparecimento de ruidosos movimentos cívicos, tal como aconteceu com a construção do monumento aos veteranos da guerra do Vietname em Washington. Ao contrário do que aconteceu com as Guerras Mundiais

⁹ Trata-se, no fundo, de uma variação do tema dos lugares de memória de Pierre Nora: a angústia em relação ao desaparecimento do passado e ‘dever de memória’ que faz de cada um o ‘historiador de si mesmo’ (Nora 1984, xxix).

– guerras ‘boas’ guiadas por objectivos ‘nobres’ - a guerra do Vietname não foi o objecto de uma narrativa unificadora e partilhada por todos os americanos, mas sim de uma “memória inquieta” que continuou a assombrar a imaginação nacional (Hass apud Michalowski e Dubisch 2001: 67). Perante a ambiguidade oficial - como poderia o Estado lembrar uma guerra que terminou sem glória e cuja legitimidade sempre havia sido publicamente questionada?¹⁰ – um movimento da sociedade civil iniciou o processo de comemoração dos guerreiros e de esquecimento dos motivos da guerra. Pensado como apolítico e destinado a reconhecer os 58 mil mortos da guerra, o Vietnam Veterans Memorial foi inaugurado em 1982. O projeto aprovado, que teve como autora uma jovem arquiteta de ascendência chinesa, foi alvo de uma acesa polémica. Para os opositores da guerra, o projeto escolhido era o reconhecimento digno e esteticamente inovador do esforço dos militares envolvidos num acontecimento que não deveria ter acontecido; para os defensores do envolvimento americano no Vietname, o memorial era um insulto ao patriotismo de todos os que tinham respondido à chamada às armas nacional. Como resultado desta discussão, foram introduzidos elementos arquitectónicos destinados a reconciliar aqueles que detinham expectativas tradicionais em relação a um monumento de guerra: um mastro de bandeira e uma estátua realista de três soldados. Deste singular processo de negociação pública resultou o compromisso entre um monumento minimalista e a inscrição canónica do símbolo da nação (a bandeira) e de homenagens reconhecíveis aos sujeitos envolvidos na guerra. A introdução de elementos arquitectónicos para além dos que estavam previstos no muito controverso projeto inicial é a expressão clara da intensa negociação que teve lugar entre as culturas vernácula e oficial: à linguagem pessoal da dor e do luto evocada pelo monumento, juntou-se a linguagem patriótica e nacionalista patente nas alterações posteriores à sua inauguração¹¹. Uma discussão semelhante teve lugar no início da década de 90 em Portugal, quando foi inaugurado o Monumento aos Combatentes do Ultramar em Lisboa: deve a memória pública homenagear os mortos ou inscrever na narrativa nacional uma guerra ainda polémica e que divide paixões? (V. Capítulo V).

A dicotomia entre cultura oficial e vernácula proposta por John Bodnar parece adequar-se à análise das narrativas pessoais e públicas sobre a guerra colonial durante

¹⁰ Para uma análise da manifestação pública de oposição à guerra ver *War and the Ivory Tower* de David Schalk, onde o autor compara a reação dos intelectuais franceses à guerra da Argélia com a reação dos intelectuais americanos à guerra do Vietname (Schalk 1991).

¹¹ Para uma análise detalhada do processo de construção do monumento ver Wagner-Pacifici e Schwarz 1991, mas também Michalowski e Dubisch 2001 e Rowlands 2001.

o Estado Novo e o Portugal contemporâneo. Durante quarenta e oito anos a expressividade da cultura vernácula foi limitada pela natureza autoritária do regime e pela conformidade imposta pelo seu aparelho ideológico. A retórica nacional, inculcada pelo sistema educativo e reforçada pelos inúmeros braços da propaganda, afirmava a antiguidade de um país de matriz católica e natureza rural, espalhado pelo mundo na sua vocação evangelizadora e de integração ecuménica de culturas ¹². Todas as versões que não se conformassem aos princípios orientadores da narrativa pública dominante diluir-se-iam sob os apertados mecanismos de vigilância ideológica. A revolução e as profundas transformações que mudaram o país abriram o espaço para a emergência de interesses vernáculos. De uma forma inédita, várias vozes surgiram na esfera pública, apresentando outros olhares sobre o passado que vieram apresentar novas formulações para velhas questões.

A aparente adequação desta dicotomia à história recente das narrativas sobre a guerra colonial não deve, no entanto, impedir o aprofundamento da problematização dos limites entre a cultura oficial e a cultura vernácula através da análise da sua ressonância nas memórias dos sujeitos. Tal como refere Alon Cofino, uma e outra não são categorias impermeáveis e mutuamente exclusivas. A cultura oficial não é somente o reflexo impessoal do formalismo dogmático e a cultura vernácula não é apenas a expressão da esfera íntima e afectiva (Cofino 1997). Ao trabalhar as memórias pessoais de um grupo de antigos combatentes, esta dissertação irá procurar desocultar as ambiguidades e contradições contidas nas memórias que combinam elementos oficiais e vernáculos provenientes de temporalidades diversas. A interrogação central não se localizará, por isso, no mapeamento do reflexo destas duas culturas nos discursos dos sujeitos. Para Alon Cofino, o desafio está noutra lugar:

(...) the challenge is not so much to understand how vernacular and official memories oppose each other but how the nation-state came to be a vernacular memory: how did people internalize the nation and make it in a remarkably short time an everyday mental property – a memory as intimate and authentic as the local, ethnic and family past? (Cofino 1997: 1402).

¹² O ‘mito da essência católica da unidade nacional’, o ‘mito da ruralidade’ e o ‘mito imperial’ são alguns dos tropos essenciais do discurso ideológico da essencialidade portuguesa que o Estado Novo construiu em seu torno, enquanto motor de uma “nação regenerada e encontrada consigo própria, com a sua essência eterna e com o seu destino providencial”. Ver Rosas 2012: pp. 321-328.

E é aqui que a redução de escala de observação pode introduzir um factor crítico essencial. Em vez de categorizar os elementos que compõem os seus discursos retrospectivos (isto é íntimo e pessoal, aquilo é o reflexo de retóricas oficiais aprendidas), o olhar microscópico permite apreender a forma como ambas as esferas se contaminam e transformam mutuamente. No fundo, trata-se de pôr em prática a proposta analítica de Siniša Malešević, destinada a ultrapassar o impasse em torno dos estudos sobre a identidade nacional, “quimera conceptual” baseada num conceito incerto e desprovido de referentes empíricos claros. A questão que o move é clara: “[H]ow is it possible to make a person feel so attached to an abstract entity that he or she allegedly expresses willingness to treat and cherish this entity in the same way one cherishes his or her close family?” (Malešević 2011: 282). A resposta, segundo Malešević, passa pela substituição do conceito de “identidade” pelos idiomas processuais da “ideologia” e “solidariedade”, articulando o nível macro dos discursos públicos da nacionalidade com o nível micro da interação social de pequena escala, onde estas ideias são convertidas em realidades concretas e pessoais, capazes de mobilizar a ação dos sujeitos nas mais extremadas circunstâncias (V. Capítulo VI).

A memória pública da guerra não é feita apenas de recordação. O esquecimento e o silêncio podem também circunscrever e delimitar as fronteiras daquilo que pode ser rememorado. O fim das guerras e a formulação dos termos da paz implica frequentemente o apelo oficial para que as ações passadas não sejam apenas perdoadas, mas também esquecidas. O “esquecimento prescrito”¹³ a que Paul Connerton se refere aplica-se ao final de conflitos ou a períodos de transição democrática após regimes autoritários (Connerton 2008). É à luz da ideia de prescrição do esquecimento que se compreende o silêncio que rodeou a guerra colonial nos anos que se seguiram ao 25 de Abril. Com o colapso do Estado Novo, a guerra desapareceu sob a vertigem da mudança de regime. Salvaguardando as devidas distâncias, poder-se-ia aplicar aqui o que Connerton afirmou a propósito da Revolução Francesa e do abandono das práticas e instituições do antigo regime, criando um “muro, indiscutível e permanente, entre os novos começos e a velha tirania” (Connerton 1993: 9). No caso português, este “muro” foi gerado nos tempos que se seguiram à revolução, sob a forma do que Eduardo Lourenço considera ter sido a ausência de uma “pública e natural discussão” perante

¹³ A história recente oferece vários exemplos de ‘esquecimento prescrito’ no final de conflitos, como o apagamento do colaboracionismo francês na Segunda Guerra Mundial (Ashplant 2006 [2000]) ou a amnésia que durante anos impediu uma narrativa pública em França em torno da guerra da Argélia (Evans 1997, Prost 2000 [1999]).

“um acontecimento tão espetacular quanto a derrocada de um «império» de quinhentos anos” (Lourenço 1992, 43). Todavia, a existência de muros em torno de épocas e acontecimentos históricos não implica o silenciamento irreversível de vozes dissonantes, nem mesmo em regimes totalitários que prescrevem o ‘apagamento repressivo’ (Connerton 2008). Tal como Merridale demonstra através da análise das memórias pessoais de mortes e desaparecimentos na Rússia soviética, a proibição de recordar factos incómodos para o regime não impediu a “preservação obstinada de histórias privadas e pessoais” em atos quotidianos de resistência (Merridale 2000 [1999]: 63). O que nos leva ao ponto seguinte: as memórias e narrativas pessoais, a sua criatividade e múltiplas expressões.

Memórias e narrativas pessoais

O silenciamento público da guerra pode ser combatido por diversas agências de articulação da memória que avançam narrativas que se opõem às versões dominantes. No caso português, o rompimento do muro de silêncio deu-se em vários momentos. Em primeiro lugar, foi a literatura que veio romper a ausência da guerra colonial na memória pública. A “amnésia colectiva” que, nas palavras de Paulo de Medeiros, tombou sobre a guerra colonial no Portugal pós 25 Abril foi quebrada pelo aparecimento de obras de ficção que vieram problematizar as condições da recordação e do esquecimento (Medeiros 2006 [2000]). A emergência de uma geração literária da guerra colonial ¹⁴ tem sido amplamente analisada pelo papel que desempenhou no rompimento do vazio historiográfico e o silenciamento social e político dos anos que se seguiram à revolução (Ribeiro 2004). Esta nova literatura transformou a experiência de guerra numa linha narrativa baseada nas experiências pessoais, extravasando a dimensão experiencial de “textos-reflexo”. Para Ribeiro, estas obras literárias constituem “textos-consequência” pois “(...) ultrapassam o carácter meramente testemunhal de uma realidade vivida, para, a partir dessa experiência, elaborarem uma reflexão mais ampla sobre o vivido, num sentido individual e coletivo.” (Ribeiro 2004: 249).

¹⁴ A colectânea de textos organizada por João de Melo em dois volumes (1988) permite-lhe afirmar que estamos perante uma ‘geração literária’ que, baseando-se na dimensão vivencial de transformação ontológica operada pela guerra colonial, manifesta uma ‘diversidade tónica e estética’ que lhe concede o duplo mérito de se ter imposto enquanto tema mas também enquanto Literatura (1988: 19).

Escrever sobre a guerra na qual se participou é também, de acordo com Samuel Hynes, uma outra forma de a comemorar publicamente. Estes ‘atos de comemoração’ constituem “recordações colectivas vicárias” (*vicarious collective remembrances*), que permitem a qualquer pessoa o acesso à dimensão experiencial do que terá sido participar numa guerra. As cartas e diários de guerra destacam-se pela natureza imediata do que descrevem: misturam o “comum e o estranho, o familiar e o inimaginável”, revelando como a experiência de guerra pode ser ao mesmo muito parecida com a vida vulgar e radicalmente diferente dela (Hynes 2000 [1999]: 210). As memórias de guerra, publicadas anos após a desmobilização, distinguem-se pela reflexão distanciada que contêm e pelo diálogo implícito entre as duas idades do autor: o jovem guerreiro e o homem maduro que procura fazer sentido do seu passado. Mais do que a memória contida nos monumentos e comemorações oficiais, Hynes afirma que a convergência do tom destas histórias gera a substância do que chama “mito partilhado de guerra”: “(...) a term to identify the simplified, dramatized story that has evolved in our society to contain the meanings of the war that we can tolerate, and so make sense of its incoherences and contradictions” (idem: 207).

Para os que foram militares numa guerra, estas “recordações colectivas vicárias” vêm não apenas confirmar mas também construir as narrativas dos que participaram nos conflitos, “(...) for the order and meaning that written versions give to the incoherence of war must operate on their memories, making sense of the muddle of images that most men bring back from their wars.” (idem: 207). O caso da Companhia de Artilharia 3313 é singular. Um dos médicos milicianos do Batalhão tornou-se escritor e tomou a guerra vivida em Angola no objeto de revisitação literária. Personagens, episódios e paisagens familiares a todos os homens da Cart 3313 deixaram de ser apenas suas: através da mão do escritor, abandonaram o anonimato que rodeia milhares de outras experiências de guerra e transformaram-se numa história que pertence a quem a ler (V. Capítulo VI).

Mas a guerra colonial não reapareceu apenas pela mão da literatura. Quando a experiência e memória de guerra não podem ser expressas publicamente com vocabulário do idioma da nação – porque a justiça dos seus motivos se encontra sob escrutínio ou porque terminou numa derrota de difícil inscrição na narrativa nacional – as agências que buscam o seu reconhecimento procuram outros idiomas que permitam visibilizar as suas narrativas. Evita-se, assim, a ligação dos antigos combatentes à celebração da nação, ao mesmo tempo que se agita a esfera pública apelando à

dimensão subjetiva da dor e da tentativa de atribuição de sentido a uma experiência intensa que marca de forma indelével as pessoas que a viveram. É aqui que entra a linguagem do trauma e dos direitos humanos, frequentemente ligados à ação das associações de antigos combatentes, enfatizando a dimensão de sofrimento decorrente da participação numa guerra que não reúne consenso nacional. Tal como Luís Quintais demonstrou, a criação da categoria psiquiátrica de desordem de stress pós-traumático concedeu aos sujeitos uma linguagem aceitável que lhes permitiu elaborarem “redescrições revivenciadas de velhas ações sob vocabulários novos” (Quintais 2000: 44). Caucionada pela medicina, a invenção desta categoria nosológica aplica-se à permanência sintomática do passado traumático nos corpos dos sujeitos. A criação de uma categoria psiquiátrica e a emergência da linguagem do trauma permitem, assim, libertar do silêncio narrativas que ficariam encerradas no território do passado impossível de formular (V. Capítulo V).

O reconhecimento da intervenção dos atores na produção da dimensão pública da memória levou autores como Winter e Sivan a proporem o conceito de “recordação colectiva” (*collective remembrance*), apresentando-a como o produto da atividade do “*homo agens*” e da procura de reconhecimento público das suas recordações privadas. Não se trata já das inefáveis e privadas memórias individuais naturalmente circunscritas a arenas limitadas e associadas ao *homo psychologicus*, nem tampouco de memórias socialmente determinadas cuja existência não depende da ação dos sujeitos (*homo sociologicus*). Entre estes dois extremos, afirmam os autores, está a “atividade palpável e desorganizada que produz a recordação colectiva” (Winter e Sivan 2000 [1999]: 10). É nesta zona que se podem encontrar as manifestações da sociedade civil nas múltiplas formas pelas quais esta liga o indivíduo ao aparelho de Estado. Na recordação de guerra, a atividade e a agência são de pequena escala, geralmente em espaços de interação social direta, como associações de antigos combatentes, organizações locais ou redes de familiares ou amigos. Longe das arenas públicas, as memórias pessoais de guerra são partilhadas, atualizadas e comemoradas naquilo que Jay Winter chama de “famílias de recordação” (*families of remembrance*), constituídas por grupos de sobreviventes ligados por laços de parentesco fictício (Winter 2000 [1999]). Ainda que estas famílias de recordação possam ir desaparecendo com a morte dos seus elementos, elas podem sobreviver na forma de organizações da sociedade civil que perduram para além das

vidas dos seus fundadores ¹⁵. É no interior destas famílias, nascidas da experiência comum de guerra, que se criam redes de apoio, momentos de celebração informal e rituais comemorativos privados.

Se, durante alguns anos, foi sobretudo através da literatura e da expressão do trauma que a guerra colonial entrou no discurso público em Portugal, nos tempos mais recentes tem-se assistido a uma crescente visibilização da memória deste conflito (V. Capítulo V). Jornais de grande tiragem dedicaram rubricas especiais que deram voz às experiências pessoais e lançaram coleções de fascículos reconstituindo os anos do conflito em África. Uma série documental televisiva colocou a memória da guerra colonial em horário nobre e cada vez são mais numerosas as memórias de antigos militares publicadas sob a forma de livros ¹⁶. O passado colonial português e a guerra tornaram-se matéria vendável que enche as estantes das livrarias, entre a nostalgia de passados desaparecidos e o interesse em recuperar as grandes linhas da história recente de Portugal. Aliada à linguagem do trauma, esta crescente visibilidade pública da guerra colonial faz com que o seu sentido contemporâneo esteja sujeito a um intenso escrutínio.

O interesse recente sobre o passado colonial não é um fenómeno exclusivamente português. Tal como demonstra um número especial da revista *Politique Africaine* – a que se associaram números temáticos de revistas científicas em Portugal ¹⁷, Itália e Alemanha – os últimos anos foram marcados por uma súbita curiosidade pela revisitação narrativa dos colonialismos tardios europeus. É o tempo das “memórias cinzentas” (*mémoires grises*), termo utilizado por Christine Deslaurier e Aurélie Roger para designar a convocação contemporânea de passados coloniais que se inscrevem numa nebulosa de factos ainda sob escrutínio:

¹⁵ Jay Winter analisa o caso da União dos Homens Desfigurados surgida em França no final da I Guerra Mundial, que agregava todos aqueles que haviam sido irremediavelmente tocados por feridas de guerra que os tornaram ‘homens de cara partida’ (*gueules cassées*), estimados em 12% dos veteranos franceses desta guerra. Inicialmente impelida pela existência de veteranos desfigurados em combate e pelo desejo de entajuda, a União dos Homens Desfigurados tornou-se uma família de recordação onde cada um dos membros podia partilhar as suas narrativas e construir uma memória comum que todos reconheceriam como sua (Winter 2000 [1999]: 48-51).

¹⁶ Perante o número cada vez maior de livros sobre a guerra colonial publicados por antigos combatentes, restringi a leitura a volumes que se referissem apenas a Angola. De entre as muitas possibilidades, destaco dois diários de guerra (Batista 2000, Niza 2012), a correspondência de guerra de um soldado cripto e de um antigo militar que se tornou jornalista (Costa 2007, Múrias 2009), alguns exemplos de memórias pessoais (Gouveia 2002, Silveira 2007, Teixeira 2008) ou coletâneas de narrativas pessoais construídas por um jornalista (Catarino 2011, Pinto 2011).

¹⁷ Em Portugal, foi a revista *Cadernos de Estudos Africanos* que se associou a esta iniciativa, publicando um dossiê temático sobre a reconfiguração das memórias coloniais. Ver, por exemplo, Alexandre 2006, Ball 2006, Castelo 2006, Marchis 2006.

Couleur du brouillard qui nous paraît régner dans l'évocation des mémoires de la colonisation, où mémoires, représentations collectives, continuités et héritages coloniaux se confondent, il symbolise aussi la griserie des amalgames historiques et des téléologies pratiques qui enflent le débat publique. (Deslaurier e Roger 2006: 8)

Entre a nostalgia de um tempo perdido e a urgência perante o inevitável desaparecimento de testemunhos da época, assiste-se à multiplicação de olhares e vozes sobre o passado. Em França, a discussão do passado colonial foi promovida por associações de repatriados (*pieds-noirs*) que, durante a década de 80, colocaram no debate público a questão da indemnização que julgavam devida ao Estado pelas perdas sofridas. Mas foi a partir de 2005 que a discussão sobre a memória do colonialismo francês extravasou os limites do mundo académico e político, com a publicação de uma lei que determinava que fosse incluído nos manuais escolares o reconhecimento do 'papel positivo da presença francesa no ultramar, nomeadamente na África do Norte' (Cf. Bertrand 2006). Resultado da pressão dos coletivos de repatriados e da sua capacidade de influência política, a promulgação desta lei veio colocar a questão colonial no centro de um debate aceso sobre os caminhos da memorialização do passado¹⁸.

Quer seja publicamente visível ou vivida de forma privada, a memória pessoal de guerra constitui um dos elementos centrais das histórias de vida de todos aqueles que nela participaram. O trabalho de Alistair Thomson com os veteranos australianos da I Guerra Mundial constitui uma referência no que respeita a análise das memórias privadas da guerra. O material empírico utilizado – entrevistas e histórias de vida realizadas com veteranos Anzac (Australian and New Zealand Army Corps) - é analisado à luz do conceito de *composure* que, à falta de melhor alternativa, poderia ser traduzido como 'composição', refletindo a ação dos sujeitos na seleção e combinação dos acontecimentos que são lembrados ou esquecidos. Nas palavras de Thomson,

'Composure' is an aptly ambiguous term to describe the process of memory making.

In one sense we compose or construct memories using the public languages and meanings

¹⁸ Romain Bertrand analisa de forma detalhada o processo de estudo, discussão e votação no parlamento francês da lei de 23 de Fevereiro de 2005: o 'efeito biográfico' da 'politização do debate' dos deputados, entre os quais se contava um número considerável de indivíduos afetados pela descolonização argelina; as 'diplomacias do arrependimento' que envolveram representantes do estado francês e argelino; a 'equivalência semântica' de 'colonizados' e 'imigrantes'; a fragmentação das bancadas políticas e o apoio concedido por uma parte da esquerda parlamentar a esta lei (Bertrand 2006).

of our culture. In another sense we compose memories that help us to feel relatively comfortable with our lives and identities, that give us a feeling of composure. In practice, the two processes are inseparable (...) (Thomson 1994: 8)

Em *Anzac Memories*, Alistair Thomson analisa as histórias pessoais destes antigos combatentes e confronta-as com a poderosa lenda criada em torno dos veteranos australianos da I Guerra. Com o final do conflito, as histórias associadas a esta força expedicionária do exército imperial britânico tornaram-se uma fonte inesgotável de imagens na construção de uma ideia de ‘australianidade’ central na narrativa da nação. A camaradagem (*mateship*), a coragem, o igualitarismo que fazia ignorar as rígidas hierarquias militares, são algumas das características vistas como singularidades australianas que explicam, aos olhos da lenda, a excepcionalidade dos militares e a bravura com que aguentaram batalhas memoráveis. Ao longo do livro, Thomson examina as continuidades e descontinuidades entre as histórias pessoais e a lenda, descobre contradições, ambivalências e silêncios, revelando a estreita fronteira que separa tudo o que pode ser lembrado e o que de facto é recordado.

E é precisamente aqui que se situa um dos maiores desafios no confronto da representação pública do passado e das memórias pessoais. Partindo da ideia de que estas resultam de uma composição complexa onde se combinam ‘estruturas sociais, discursivas e psicológicas’ diversas, Anna Green chama a atenção para a dimensão subjetiva que se encontra por trás das memórias pessoais. Mais do que apenas reconhecer que os discursos culturais contemporâneos são utilizados na construção destas narrativas, Green considera que se deve analisar quais os discursos selecionados e que motivos subjazem às escolhas que os atores fazem. Só assim, devolvendo ao sujeito a criatividade, se poderá perceber o verdadeiro alcance da ideia de que “existe um ‘self’ consciente capaz de refletir sobre a experiência e criticar os discursos públicos e privados ou imaginários culturais” (Green 2004: 40). O ênfase na dimensão subjetiva das memórias assenta no reconhecimento de que esta é uma terra muito vasta, onde coexistem territórios habitados por “imaginários culturais” e outras extensões povoadas apenas pela amálgama desordenada e irremediavelmente individual da memória pessoal.

3. Roteiro da dissertação

A estrutura deste texto segue os percursos biográficos dos homens que fizeram parte da Companhia de Artilharia 3313. A guerra aparecerá a diferentes distâncias: um acontecimento longínquo nas infâncias dos sujeitos, a realidade que aprenderam a conhecer ao longo do serviço militar cumprido na ‘metrópole’ e no ‘ultramar’, e outra vez um passado distanciado pelo tempo e pelas enormes mudanças que transformaram o país. Será através das suas vozes, e do cruzamento destas com outras narrativas, que se procurará observar e compreender de que forma se constroem as memórias de uma guerra cuja manutenção foi interrompida pela queda do regime que a suportava

O Capítulo II trata dos anos antes de Angola. Em 1961 o conflito rebentou em Luanda e no Norte da ‘província’. Os antigos militares da CART 3313 eram então pouco mais do que crianças. Com as suas memórias cruzar-se-á a narrativa nacionalista transmitida pela escola e pelo aparelho ideológico do Estado Novo, desenhando os limites retóricos no interior dos quais a nação podia ser imaginada. A descoberta do conflito num país almofadado pela censura surgirá através das histórias que contam, mas também através da imagem transmitida pela imprensa e pela propaganda do regime. A aproximação do momento da incorporação militar no ano de 1970 será observada à luz dos desenvolvimentos políticos e militares de um conflito que durava há nove anos, procurando compreender os motivos que os levaram a decidir não abandonar o país e fugir à guerra. Com a entrada no serviço militar, as narrativas destes então rapazes concentram-se na aprendizagem da vida castrense e da missão patriótica que os esperava.

O terceiro capítulo ocupa-se de 1971, ano da partida para Angola e do primeiro ano de comissão de serviço no Leste. Entre as memórias dos entrevistados, a *História da Unidade BART 3835* e a obra literária de António Lobo Antunes, ver-se-á surgir Luanda e a longa viagem para as Terras do Fim do Mundo, os aquartelamentos militares e os aldeamentos de populações locais. Dois grandes temas organizam as memórias deste ano. Por um lado, a aventura da descoberta africana, em que a ideia da nação espalhada pelo mundo é confrontada com a memória da realidade concreta de Angola, povoada por pessoas e paisagens radicalmente diferentes das que haviam conhecido antes da partida. Por outro lado, o tema das memórias guerreiras de um ano de intensa atividade operacional no Leste angolano. Expressa na linguagem da guerra (a camaradagem, a coragem, o heroísmo, a gestão da incerteza), é aqui que emergem as maiores discrepâncias entre as várias versões dos mesmos episódios.

O segundo ano da comissão no Nordeste de Angola será tratado no Capítulo IV. Entre a ação psicológica que aproximou os militares dos habitantes locais e as aventuras temerárias numa zona pacificada, chega-se ao ambiente de exaustão sentido na parte final deste exílio militar. As histórias de zangas e pancadaria são contadas como a prova do estado de loucura temporária que recordam ter vivido: no sector de Malanje, eram já ‘cacimbados’, militares experientes com mais de um ano de combate, ataques e tensão cravados na pele. A parte final deste capítulo será dedicada às imagens que guardam de Angola, entre o cosmopolitismo de Luanda e a pobreza dos musseques da capital e das sanzalas do mato. É a partir destas imagens e da forma como são evocadas nas suas narrativas, que se irá explorar o espectro de atitudes retrospectivas em relação à guerra, procurando compreender de que forma a experiência angolana alterou ou consolidou as convicções iniciais com que haviam partido de Lisboa.

Os anos que se seguiram à desmobilização serão o tema do Capítulo V. O regresso às vidas interrompidas pelo serviço militar e a permanência da guerra em sentimentos difusos de medo e insegurança constituem a dimensão íntima das suas memórias destes tempos. As complexidades e contradições identificáveis nos discursos dos entrevistados sobre o 25 de Abril e descolonização serão analisadas à luz da débil politização à data da partida para África, da conformidade silenciosa ao quadro ideológico do Estado Novo, do peso da narrativa lusotropicalista mas também da importância da subjetividade das suas experiências recordadas na escolha e conjugação das narrativas públicas utilizadas. As rupturas trazidas pelas vastas transformações do país e o distanciamento temporal do final do conflito abriram a possibilidade do reencontro dos antigos militares da Companhia de Artilharia 3313, criando uma ponte simbólica entre o passado desaparecido e o presente.

O capítulo VI regressa a mais um almoço anual da Companhia de Artilharia 3313. O encontro de Coimbra em 2012 será o pretexto para a análise do processo através do qual os antigos militares da CART 3313 constroem uma memória comum da guerra. Mais do que uma reunião de velhos conhecidos, o almoço constitui uma comemoração privada na qual é criada, atualizada e celebrada a linha imaginária que une o passado e o presente. “Lugar de memória refúgio” (Nora 1984: xl), o encontro da CART 3313 está muito distante da natureza política das comemorações públicas (às quais, aliás, a maioria dos entrevistados não adere). O léxico da nação e do dever para com a pátria são aqui inexistentes. O ritual organiza-se em torno da afirmação da camaradagem e da fixação de um passado ao qual vale a pena regressar. As palavras de

Lobo Antunes, médico tornado escritor, são tomadas como a expressão clara da experiência de todos e incorporadas na grande narrativa partilhada. Nos almoços, homenageiam-se os ausentes, reafirma-se a união desta outra família que a guerra lhes trouxe, repetem-se as histórias que merecem ser contadas, silenciam-se os incómodos e os aspetos sombrios de um tempo de isolamento, incerteza e violência.

É neste caminho feito de muitas vozes que se irá procurar descobrir de que são feitos os regressos ao passado. Entre palavras e silêncios, contradições e continuidades, procurar-se-á interrogar a reconfiguração narrativa através das quais os antigos militares da Companhia de Artilharia 3313 compõem os retratos possíveis de um tempo irrecuperavelmente perdido.

CAPÍTULO II

OS ANOS ANTES DE ANGOLA

“É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam”. Foi assim que, em 1930, o artigo 2º do Ato Colonial fixou sob a forma de lei a vocação imperial de um país. Salazar era então Ministro das Finanças e Ministro Interino das Colónias. Três anos mais tarde, este diploma foi incorporado na lei fundamental de 1933, “(...) unindo irrefragavelmente o destino, senão do país, pelo menos do regime do ‘Estado Novo’, então nascente, ao projeto colonizador.” (Alexandre 1993: 62). Após anos de acesos debates em torno da questão colonial ¹⁹, a publicação deste diploma marcou uma viragem política inequívoca. A autonomia das províncias, na qual havia assentado o paradigma baseado na ação de Norton de Matos enquanto Alto-Comissário em Angola durante a I República, foi definitivamente abandonada. Entre 1930 e 1951, a unidade orgânica nacional construiu-se através da subordinação dos interesses das colónias (outrora ‘províncias ultramarinas’) aos da metrópole. Lisboa estabeleceu-se como o centro decisório fundamental, árbitro supremo a quem cabia ‘assegurar pelas suas decisões a conveniente posição dos interesses’ ²⁰ do Império. Com este novo modelo, desaparecia a autonomia financeira de cada um dos territórios (os seus orçamentos tinham que ser aprovados pelo Ministério das Colónias); limitava-se a margem de manobra das concessões do Estado, sujeitando-as à ‘nacionalização das economias das colónias’; substituía-se a figura institucional de Alto Comissário pelo de Governador, cujas competências e atribuições menos amplas dependiam diretamente do Ministério das Colónias.

Quanto aos indígenas, esta política seguia em traços largos as orientações políticas anteriores. Definidos como ‘indivíduos de raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração ou costumes, se não distingam do comum daquela raça’, constituíam um elemento juridicamente diferenciado da população. No diploma que estabelece o estatuto político, civil e criminal dos indígenas pode ler-se o seguinte:

¹⁹ Para uma análise das discussões sobre o projeto colonial entre o final da I República e a emergência do Estado Novo, ver Alexandre 1993.

²⁰ Artigos 35º e 36º do Ato Colonial.

Não se atribuem aos indígenas, por falta de significado prático, os direitos relacionados com as nossas instituições constitucionais. (...) Mantemos para eles uma ordem jurídica própria do estado das suas faculdades, da sua mentalidade de primitivos, dos seus sentimentos, da sua vida, sem prescindirmos de os irmos chamando por todas as formas convenientes à elevação, cada vez maior, do seu nível de existência ²¹.

Subtraídos à ordem jurídica comum pela natureza da sua “mentalidade de primitivos”, as vidas dos indígenas seriam orientadas pelos seus costumes e leis próprias, regulados por tribunais especiais onde “assessores nativos” auxiliavam juizes recrutados entre a administração colonial portuguesa. Como bom pai, cabia ao Estado proteger os indígenas de eventuais abusos e promover o “cumprimento progressivo dos seus deveres morais e legais de trabalho, de educação e de aperfeiçoamento, com todas as garantias da justiça e da liberdade” ²².

A determinação em manter o Império Colonial era férrea. A inscrição legal da indivisibilidade do Império (“o Estado não aliena, por nenhum modo, qualquer parte dos territórios” ²³) garantia que nunca, em nenhuma circunstância, a unidade nacional seria quebrada. Em 1937, já na qualidade de Presidente do Conselho, Salazar reagiu aos rumores sobre pretensões alemãs e italianas em relação às colónias. Sob a forma de uma nota oficiosa destinada a estancar os boatos, escreveu: “Alheios a todos os conluios, não vendemos, não cedemos, não arrendamos, não partilhamos as nossas colónias (...). Não no-lo permitem as nossas leis constitucionais; e, na ausência desses textos, não no-lo permitirá a consciência nacional.” ²⁴. A consagração constitucional era muito mais do que uma decisão política ou económica: ela resultava da emanação da essência da nação. O destino de Portugal cumpria-se enquanto Império Colonial, herança de gerações gloriosas que deram novos mundos ao mundo.

Os anos que se seguiram foram os da mística imperial destinada a modelar nos espíritos o amor ao império. A figura maior desta ofensiva ideológica é Armindo Monteiro, Ministro das Colónias entre 1931 e 1935. “Pelo empolamento retórico e pela manipulação da história, Monteiro coloca o Império ‘acima das finanças, da economia e da política’, em comunhão com o passado, a moral e o sentimento nacionais, qual ‘consustanciação do próprio ideal português’.” (Castelo 1998: 47). Ao contrário do

²¹ Preâmbulo do Decreto-Lei 13473 de 6 de Fevereiro de 1929, p. 386.

²² Idem, p. 386.

²³ Artigo 7º do Ato Colonial.

²⁴ “Nota Oficiosa acerca dos recentes boatos a respeito de Angola”, Boletim Geral das Colónias, 1937, XIII, 140, p. 8.

que se passava com outros países europeus, onde teses colonialistas e anticolonialistas se opunham, em Portugal a hegemonia da ideia do Império era total. A identidade nacional construiu-se em torno da questão colonial. O “processo de sacralização do império” resultou, por isso, num “nacionalismo imperialista” que a todos convocava (Cf. Alexandre 1995).

Mas a grandiosa retórica imperial tinha os dias contados. O final da II Guerra Mundial trouxe consigo uma nova vaga na política internacional. O princípio da autodeterminação, consagrado na carta fundadora da ONU, tornou-se a orientação política dominante. Os membros das Nações Unidas que administrassem “territórios não-autónomos” teriam a obrigação de “promover o seu governo próprio”, tendo na “devida conta as aspirações políticas dos povos”²⁵. Noutras palavras, a descolonização tornou-se um imperativo político inadiável. Como resposta às pressões internacionais, Portugal viu-se obrigado a reformular o Império – como se poderia justificar a manutenção de ‘territórios não-autónomos’ num mundo em que todas as potências coloniais iriam deixar de o ser? A revisão constitucional de 1951 refletiu a necessidade de adaptação formal às novas circunstâncias internacionais. Apesar das resistências políticas surgidas neste debate²⁶, o novo texto constitucional apresenta Portugal como uma nação pluricontinental, composta por províncias europeias e ultramarinas.

A mudança terminológica e as alterações legislativas conexas – a abolição do Ato Colonial, a promulgação da Lei Orgânica do Ultramar Português – não trouxeram alterações profundas no que respeita à política indígena. O Estatuto do Indígena, revisto em 1954, continuou a negar a cidadania portuguesa à maioria da população de Angola, Guiné e Moçambique. Esta situação só viria a ser alterada em 1961, com a abolição do indigenato após o início da guerra em Angola. No entanto, nem sempre assim fora. Entre 1820 e os primeiros anos do século XX, o acesso ao estatuto de assimilado era aberto: as leis dos regimes liberais haviam decretado “que todas as pessoas de Angola eram portuguesas” (Wheeler 2009 [1971]: 147). Este foi, de acordo com Douglas Wheeler, o apogeu da posição dos assimilados na sociedade angolana, visível na emergência de uma significativa elite crioula²⁷. Após este período áureo, a assimilação

²⁵ Artigo 73º do Capítulo XI da Carta das Nações Unidas, assinada em 26 de Junho de 1945.

²⁶ Para uma análise da resistência e polémica em torno da revisão constitucional de 1951 na Câmara Corporativa e Assembleia Nacional, ver Castelo 1998: pp. 48-58.

²⁷ Na viragem do século, começaram a surgir obstáculos à progressão dos assimilados. Associada à revitalização do esforço colonial português em África, a restrição crescente das oportunidades dos africanos culminou na distinção da população entre indígenas e não-indígenas na década de 20 a que, nos anos 30, se sucedeu o Ato Colonial. Cf. Wheeler 2009 [1971]: pp. 147-154.

passou a resultar de um processo seletivo, regulado pela burocracia e pelo sistema de ensino, acessível apenas a uma ínfima minoria que conseguisse cumprir os critérios legalmente estipulados ²⁸.

Foi neste contexto de transformação retórica que Portugal se aproximou das teses lusotropicalistas de Gilberto Freyre. A distância que marcara a recepção política às ideias de Freyre nas décadas de 30 e 40 (como se podia acomodar uma doutrina que enfatizava a mestiçagem e valorizava o cruzamento de culturas num momento em que o Império se construía sobre uma perspectiva de superioridade racial?) foi substituída pela apropriação das teses do investigador brasileiro, configurando aquilo que Cláudia Castelo chamou a “lusotropicalização da legislação e da prática coloniais” (Cf. Castelo 1998: 68-86). O objetivo desta viragem ideológica do Estado Novo foi o de conceder uma base aparentemente científica às posições defendidas pelo governo português. O convite feito a Freyre para a visita ao ultramar (uma visita cuidadosamente planeada e orientada, como Cláudia Castelo demonstra), a divulgação dos seus trabalhos para consumo interno (na academia e em meios de comunicação social portugueses) e externo (através de uma vasta operação de propaganda junto de organismos internacionais e missões portuguesas no estrangeiro), evidenciam a estratégia estadonovista “(...) no sentido de reverter a seu favor o prestígio internacional de Freyre.” (Castelo 1998: 96). Não era o Estado, mas sim um eminente cientista social, que afirmava a singularidade da relação que os portugueses mantinham com os habitantes dos trópicos.

Ao contrário de outros povos europeus, o povo português não era etnocêntrico, mas sim cristocêntrico, “(...) empenhado em comunicar a um conjunto de povos não cristãos um conjunto de valores independentes da raça ou mesmo da civilização nacional de quem os propaga” (Freyre 1961: 14). Construída em contraposição com a expansão de outros povos europeus pelo mundo, a relação dos portugueses com os povos da Ásia, África e América fora desde sempre marcada, afirma Freyre, por uma singularidade notável. Mesmo o tempo da escravidão se destacou na sua excepcionalidade: tratava-se de uma “escravidão antes patriarcal do que industrial”, inspirada pela herança cultural moura, caracterizada pela sua natureza doméstica e pela

²⁸ A extinção do estatuto de indígena e a aquisição da cidadania portuguesa dependiam das seguintes condições: ter mais de 18 anos, falar corretamente português, exercer ‘profissão, arte ou ofício’ que garantisse o seu sustento, ‘ter adquirido a ilustração e os hábitos’ para a integral aplicação do direito público e privado português, não ter sido dado como refractário ou desertor. Ver Capítulo III do Decreto-Lei 39666 de 20 de Maio de 1954.

“relativa proteção do escravo pelo senhor patriarcal, afectivo e familiar” (idem: 296). Ao contrário do “europeu não-português típico” - para quem a terra tropical é quase sempre “um reino da Dinamarca com qualquer coisa de podre” e para quem a união de culturas se dá por “conveniência económica ou política ou militar”- o português demonstrou desde sempre uma capacidade de se unir aos trópicos “por amor e não apenas por conveniência” (idem: 50). A integração de diferentes culturas seria o resultado natural da vocação ecuménica da presença portuguesa pelo mundo desde os tempos do Infante D. Henrique. Como resultado da miscigenação, Gilberto Freyre defende que emergiu um “(...) novo tipo de sociedade e de civilização, caracterizado pela presença nessa terceira sociedade e nessa terceira cultura dos povos de cor e das culturas europeias. Não só presença: participação.” (idem: 296). É neste contexto ideológico de exaltação da obra portuguesa no mundo, da afirmação da sua orientação cristã e fraterna, que a célebre frase Portugal do Minho a Timor se tornou a expressão retórica central do discurso da nação aprendido nos bancos de escola e ecoado pela propaganda do regime.

Enquanto isso, a marcha internacional de descolonização prosseguia. Durante o ano de 1960, dezassete antigas colónias europeias em África alcançaram a independência ²⁹. Contra os ventos de mudança que fizeram com que 1960 ficasse conhecido como o ano de África, Portugal mantinha-se espalhado pelo mundo. Mas a tranquilidade não duraria muito. A censura e controlo ideológico da informação permitiram ao Estado Novo prolongar o retrato da harmoniosa nação pluricontinental até ao limite. Foi apenas com a explosão de violência em Luanda no mês de Fevereiro e no Norte de Angola em Março de 1961 que o verniz da tranquilidade nacional estalou. E é precisamente aqui que se inicia o caminho deste capítulo: no momento em que os homens que viriam a integrar a Companhia de Artilharia 3313 recordam ter sabido de um longínquo conflito em Angola.

Este capítulo irá percorrer o período entre 1961, data do início do conflito em Angola, e 1970, o ano da incorporação militar destes homens. Os mundos privados de cada um deles não se haviam cruzado com o mundo público da guerra que começava em África. Esse permanecia à distância da idade que ainda não os transformara em

²⁹ A lista de países africanos que alcançaram a independência em 1960 é a seguinte: Togo, Mali, Madagáscar, República do Congo, Somália, Gana, Benim, Níger, Burkina Faso, Costa do Marfim, Chade, República Centro Africana, República Democrática do Congo /Zaire, Gabão, Senegal, Nigéria, Mauritânia.

mancebos prontos para partir em defesa da nação pluricontinental. À medida que o capítulo avança na cronologia dos percursos biográficos, o espaço que separa o mundo privado das suas vidas na paz e o mundo da guerra vai-se tornando mais curto, até ao momento em que estes homens foram chamados às armas em nome do “princípio sagrado da nacionalidade” (Billig 1995: 2) para defender as fronteiras da nação que, transcendendo as vidas de todos e cada um dos homens incorporados, justificava os sacrifícios pedidos. Ao longo do caminho feito dos anos que decorreram entre um e outro momento, procurar-se-á desenterrar as ligações entre as memórias pessoais e os processos históricos mais amplos. Trata-se de um duplo movimento: por um lado, compreender a forma concreta que os acontecimentos do país tomavam nas vidas das pessoas que o habitavam, a escala microscópica da configuração social, política e económica da época. Mas trata-se também de decifrar as referências que estão por trás das histórias contadas, de mapear os vocabulários e ideias com os quais estes homens reconstroem o passado de uma guerra da qual não conseguiriam fugir e de um país que já não existe.

1. A guerra ao longe em 1961

Eu nunca mais me esqueço de uma história que se passou. Tínhamos aqui em Macieira [de Sarnes] um padre que hoje tem o nome numa rua. Era uma pessoa deste género: nunca quis que os santos andassem na rua, era antiprocissão, e por aquilo que me dizem, não acreditava muito em Fátima. Mas não deixava de ser padre. Um dia, quando eu tinha doze anos, alguém me pediu para ir comprar o jornal. Ele ia a passar e disse: ‘Mostra-me isso’. E o que lá estava, nunca mais me esqueço, era uma revolta popular armada em Angola. E ele muito admirado com aquilo. Ele era anti-situação, era contra o sistema e já estava à espera daquilo mais tarde ou mais cedo. É a recordação que eu tenho. É a minha história do começo da guerra em Angola. (entrevista a Avelino Silva, ex-furriel miliciano)

Cinquenta anos mais tarde, Avelino Silva não sabe que jornal foi aquele que fez o padre pedir ao miúdo que parasse o seu caminho, nem recorda os contornos precisos da notícia, para além da ideia vaga de uma revolta armada. Nessa altura, o quarto de cinco filhos de um metalúrgico e de uma doméstica estudava no ciclo preparatório em São João da Madeira. Todos os dias caminhava os seis quilómetros que separam Macieira de Sarnes, a freguesia do concelho de Oliveira de Azeméis onde cresceu, e a escola. Apesar do tempo que passou desde o dia indistinto da sua infância em que o

padre lhe pediu o jornal emprestado, nunca esqueceu a maneira como soube do início da guerra que dez anos mais tarde o levaria até Angola.

Avelino Silva é o único dos trinta e um entrevistados que recorda claramente o momento em que pela primeira vez ouviu falar de um conflito em Angola. Para os restantes, a memória de um momento inaugural é imprecisa e dissolve-se nas notícias trazidas por vizinhos e familiares recrutados para o serviço militar em África ou em vagas recordações de imagens vistas alguns anos mais tarde. À distância de cinco décadas, há qualquer coisa de incompreensível na ausência da consciência inicial de um fenómeno tão significativo quanto uma guerra. Como é possível que não se lembrem do momento em que souberam que o seu país estava em guerra?

Os homens da Companhia de Artilharia 3313 eram muito jovens no início da década de 60. A maioria dos que viriam a ser praças (soldados e cabos) e furriéis completaram doze anos em 1961. Apenas os que seriam incorporados como oficiais milicianos eram mais velhos, tendo nascido em anos pouco anteriores a 1949³⁰. É, por isso, natural que as eventuais notícias que lhes pudessem chegar fossem atropeladas pelos acontecimentos das suas infâncias. Todavia, a idade não explica tudo. Em 1961, estes homens não eram apenas muito novos. Eram muito novos num país que vivia sob um regime autoritário, onde a ideologia única era aprendida nos bancos da escola e garantida pelos muitos braços de um aparelho eficaz de propaganda, censura e vigilância. Eram novos num país pobre e rural, onde a agricultura ocupava mais de um terço da população total³¹. O mundo que conheciam era confinado pelos horizontes das suas biografias e pelos limites impostos ao que se podia conhecer e ao que se podia falar. Nas próximas páginas, tendo como fio condutor as memórias dos entrevistados, percorrer-se-ão dois grandes temas: em primeiro lugar, a escola, o que nela se aprendia sobre o país e sobre o lugar que cada um ocupava nele e, em segundo lugar, o papel dos meios de comunicação social na consolidação de uma retórica nacional pluricontinental e multirracial.

³⁰ A óbvia exceção no grupo dos trinta e um entrevistados é a do único militar da Companhia que pertencia ao Quadro Permanente, o comandante da unidade e então capitão da Companhia de Artilharia 3313. Em 1961, este militar tinha 33 anos e partiu para a sua primeira comissão em Angola, como tenente. Dez anos mais tarde, o embarque com o BART 3835 marcaria o início da sua quarta comissão de serviço na guerra em África.

³¹ De acordo com António Barreto, o emprego no sector primário ocupava 45% da população em 1960. Em 1995, esse número tinha já descido para 11% (Barreto 1996).

‘Um lugar para cada um e cada um no seu lugar’: escola e nação no Estado

Novo

O Estado Novo, inaugurado em 1933 e consagrado com uma nova constituição, introduziu mudanças significativas em relação ao que o antecedeu. A educação foi um dos domínios em que a marca deste regime se impôs com maior evidência. A ‘instrução pública’, herdada da I República e da ditadura militar, foi substituída pela ‘educação nacional’, guiada por um firme propósito de “formação de consciências” (Almeida 2010). Em 1936, no preâmbulo de um diploma legal sobre o ensino primário da autoria de Carneiro Pacheco – ministro da Educação Nacional entre 1936 e 1940 -, pode ler-se uma passagem que resume o espírito da ação educativa do Estado Novo:

(...) o ensino primário elementar trairia a sua missão se continuasse a sobrepor um estéril enciclopedismo racionalista, fatal para a saúde moral e física da criança, ao ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar, e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal. ³²

Mais importante do que transmitir conhecimentos excessivos e porventura infrutíferos, importava inculcar nas crianças e jovens um conjunto de valores morais, patrióticos e conservadores. A lista de medidas reformadoras na educação levadas a cabo pelo Estado Novo é extensa e inclui a orientação do ensino pela moral cristã, o regresso do crucifixo às salas de aula nas escolas primárias, a simplificação dos programas escolares, a criação da Junta Nacional de Educação ³³, a desqualificação profissional dos professores ³⁴, a separação dos sexos, a adopção do livro único. Estas foram algumas das traves mestras de uma política educativa lançada nos anos 30 cujas repercussões se estenderam até à década de 60. Aquilo que Raquel Henriques chamou de “contracorrente educativa portuguesa”, por comparação com os projetos reformadores implementados nos países industrializados, resultou de uma opção

³² Preâmbulo do Decreto-Lei 27279 de 24 de Novembro de 1936, p. 1510.

³³ A Junta Nacional de Educação (JNE), instituída pelo Decreto-Lei 26611 de 19 de Maio de 1936 como órgão técnico e consultivo do Ministério da Educação Nacional, foi muito mais do que isso. O artigo 15º que estabelece as suas competências refere, entre outras, ‘orientar pela política do espírito a ação da escola, no sentido da formação moral e intelectual, da consciência da Nação e do dever de servi-la’. Para Alberto A. Almeida, a JNE foi uma “agência de controlo ideológico, social e cultural” (Almeida 2011: 21).

³⁴ A desvalorização do estatuto profissional do professor foi conseguida através da implementação de um conjunto de medidas, de onde se destaca a ilegalização de organizações sindicais, mutualistas e associativas, a diminuição do vencimento dos professores primários, a redução dos planos de estudos das escolas de formação de professores ou o recrutamento de regentes escolares – em 1935 eram 740, mas na década de 60 eram já 7000 (Almeida 2011, Grácio 1986).

política que considerava ser esta a “(...) única via (...) capaz de transformar a população pobre, analfabeta, ‘ingénua’ e ‘primária’, a quem só servia um trabalho de inculcação de valores nacionalistas, cívicos e morais.” (Henriques 2010: 106).

A escola primária, aquela que a maior parte da população em idade escolar conheceria, tornou-se um instrumento essencial de formação de consciências, mais do que transmissão de conhecimentos. Compreende-se, assim, que Salazar se tenha referido à escola como a “sagrada oficina das almas” (Salazar apud Mónica 1978: 131), o espaço de modelagem de espíritos obedientes prontos a respeitar a trilogia da educação nacional: Deus, Pátria e Família. A adoção do livro único, cuja elaboração foi supervisionada pelo Ministério da Educação Nacional, veio garantir que a massa de alunos que passava por este grau de ensino acedia a um corpus coeso de forte componente ideológica. O amor à pátria e à sua natureza sagrada, a exaltação da sua história e dos heróis nacionais, o elogio da ruralidade e da alegria na humildade³⁵, são alguns dos temas que Miguel Vale de Almeida identifica na análise do livro de leitura da 3ª classe. À medida que aprendia a ler, o aluno aprendia o mundo que o rodeava:

Noções de Pátria, de Heróis, de respeito pelos velhos e pelo pai, o elogio da maternidade, da aldeia ou da ‘comunitas’ não são meras invenções do Livro, são também reflexos dos valores vivos e atuantes na sociedade a que pertenciam essas crianças. (Almeida 1991: 248)

A pátria que os alunos aprendiam a amar na escola era apresentada como o resultado de gloriosas gerações que, sem medo, avançavam pelo mundo em nome do território sagrado da nação. Mas as gerações não eram todas iguais. A história de Portugal foi, durante o Estado Novo, construída em torno de uma narrativa descontínua³⁶, onde coexistiam “(...) períodos solares, interrompidos por intervalos de penumbra, (...) de tal forma silenciados que se tornam buracos negros de não-história” (Caldeira 1995: 132). Os períodos solares, habitados pelos heróis nacionais e pelos feitos notáveis da formação e expansão de Portugal, eram glorificados e comemorados nos manuais escolares. Os intervalos de penumbra, esses, foram condenados ao silêncio

³⁵ De acordo Maria Filomena Mónica, o elogio da ruralidade foi usado como meio de fixar a população rural, contrariando os eventuais projetos migratórios ou as ambições de mobilidade social (Mónica 1978: 141).

³⁶ Para além da descontinuidade da narrativa histórica, a análise que Arlindo Caldeira faz da ideologização da história durante o Estado Novo identifica ainda outras cinco características fundamentais: a permanência, o providencialismo, o maniqueísmo, o etnocentrismo e a hipervalorização do herói individual. Ver Caldeira 1995.

- os quase trezentos anos que decorrem entre a restauração da independência e o advento do Estado Novo constituem um enorme interregno sem qualquer acontecimento digno de nota no livro de leitura da 3ª classe (Almeida 1991: 253). A história de Portugal tornou-se, de acordo com Arlindo Caldeira, um “espelho do regime” onde, “(...) através do passado, são os valores político-ideológicos do presente que se projetam” (Caldeira 1995: 135). O respeito pela autoridade, a valorização da tradição, o nacionalismo que se realiza na vocação ultramarina e a centralidade da fé católica tornaram-se os pilares sobre os quais se construiu a ‘sagrada oficina das almas’ durante o Estado Novo.

Em 1961, os homens que viriam a integrar a Companhia de Artilharia 3313 já tinham passado pela experiência da escola primária. Cinquenta anos mais tarde, a análise das recordações que dela têm sublinham dois elementos distintos. O primeiro, que transparece vivamente das suas narrativas, prende-se com o que se poderá considerar o aspecto formal da aprendizagem escolar durante o regime. Trata-se da recordação da disciplina e da exigência imposta pelos professores e pela sua autoridade inquestionada. De entre os antigos militares entrevistados, há quem julgue que essa era a forma adequada de promover a aprendizagem, consagrando o ‘respeito’ como o valor basilar de uma nação ordeira. Mas há também quem considere essa prática o reflexo de uma ditadura que era aprendida à força desde a infância. José Aguiar e Artur Silva representam as diferentes posições em relação a este tema. O primeiro, proveniente de uma família abastada de Gondomar que mantinha boas relações com o regime, olha de uma forma saudosa para a maneira como os professores asseguravam a ordem na sala de aula.

O comportamento dos alunos e o comportamento dos professores era totalmente diferente! Havia um respeito maior do que há agora. Eu digo isto por uma razão muito simples: a minha esposa é professora, ela luta todos os dias para aturar aquela gente. As minhas filhas, tive uma experiência com elas porque elas estudaram na escola primária em Paços de Ferreira. Os professores mais antigos tinham um comportamento totalmente diferente dos professores novos. Nós escolhemos precisamente os professores antigos para lhes darem formação e foi excelente, foi ótimo. Eram mais disciplinados, impunham mais disciplina, estavam mais habituados à reguazinha para por os meninos direitos. (entrevista a José Aguiar, ex-cabo cripto)

Pelo contrário, Artur Silva associa a disciplina dos professores ao medo que reinava num regime autoritário. Quinto de dez filhos de um operário têxtil e de uma doméstica que viviam numa aldeia próxima de Vila Nova de Famalicão, recorda como

as mais pequenas falhas eram castigadas em frente de toda a sala. Enquanto criança, ficou-se pela 4ª classe. Muitos anos mais tarde regressou aos bancos da escola onde, já adulto e com filhos, terminou o 12º ano.

A disciplina na sala de aula era muito diferente do que é hoje. Ali as pessoas tinham um respeito enorme, respeito ou medo, pelo professor. Quando o professor mandava fazer silêncio, toda a gente fazia silêncio. Hoje se calhar nas salas de aula não acontece assim. Era aquela disciplina a condizer bem com o regime político: era ditadura. O que a gente refletia da personalidade de um professor é que ele se impunha. Tinha uma personalidade desumana, batia muito, desalmadamente mesmo, bastava uma simples falha qualquer na lição. Antigamente usava-se muito ir aos mapas indicar pontos geográficos, etc., e bastava que a pessoa se despistasse um bocado, levava logo! (entrevista a Artur Silva, ex-soldado condutor)

A memória do carácter repressivo da experiência escolar decorre daquilo que Maria Filomena Mónica chama uma ‘teoria da motivação notavelmente simples’: mais do que a imitação do exemplo, o medo do castigo servia como motor da ação infantil. Os pedagogos do Estado Novo não acreditavam que o comportamento fosse estimulado pela razão:

(...) unicamente a coação e a repetição induziam os homens em geral, e as crianças em particular, a conduzir-se adequadamente. Não se esperava, portanto, que as crianças percebessem o que se lhes dizia nas aulas (...): pretendia-se apenas criar uma situação em que não houvesse outra solução, para além da conformidade. (Mónica 1978: 311)

O segundo aspecto que sobressai das memórias destes homens é menos evidente nos seus discursos. Não se trata já da forma, mas sim do elemento substantivo da aprendizagem: os conteúdos. Décadas mais tarde o que ficou do que lhes foi ensinado? Desde logo, o respeito como valor fundamental e a obediência como expressão prática e quotidiana da ideia de ordem tal como a conheciam. Mas recordam mais do que isso. Vários entrevistados evocaram a memorização como método de aprendizagem e de avaliação. Decorava-se tudo. A tabuada, claro. Mas também os rios, o relevo, os caminhos de ferro. A natureza passiva do aluno ideal do Estado Novo não se resumia ao respeito à autoridade - do professor, do pai, do governo. Estendia-se também ao modo obediente e adormecido com que tinha que decorar dezenas de informações, sem nunca “manifestar iniciativa ou imaginação” (idem: 329). Olhando para trás, alguns entrevistados reconhecem o desfasamento entre as extensas listas que memorizavam na escola primária e as suas vidas quotidianas. É a esse desfasamento que Artur Silva se

refere quando afirma que a ‘cultura geral’ adquirida à força de reguada era em grande medida inútil: “para ir para uma fábrica ou onde quer que fosse, aquilo não interessava para nada”.

Quando questionados sobre a ideia de Portugal que lhes foi transmitida durante estes anos, recordam ter aprendido a grandeza de um país que não se esgotava nas suas fronteiras europeias. São poucos os que formularam mais do que uma descrição genérica que repetia o que então se ensinava: Portugal era muito grande e muito rico. A dificuldade em lembrar a imagem que em crianças tinham do país e das suas vastas fronteiras pode ser compreendida se se tiver em conta o fosso que separava os conhecimentos adquiridos, abstratos e vazios, ancorados numa história imemorial e distante, da experiência concreta das suas vidas, limitada a horizontes concretos bem mais estreitos. Veja-se o que sobre isso diz Joaquim Mestres, filho de um funcionário público e de uma professora primária.

Na realidade o que era para nós a história do ultramar? A história do ultramar era uma coisa que se aprendia na escola e pouco mais! Havia umas províncias que eram catorze vezes e meia maiores do que Portugal continental, que tinham imensos rios, que tinham uns indivíduos de pele preta, de hábitos e costumes diferentes, que tocavam batuques e pouco mais. O que é que a gente sabia de África? Na altura eram chamadas províncias, muito ricas, mas não sabíamos nada. As nossas províncias todas juntas ocupariam eventualmente o espaço todo da Europa. Lembro-me disso porque a minha mãe era professora primária e lembro-me de existir esse mapa que ela tinha, nem sei se não o tenho ainda guardado. Éramos realmente muito grandes, mas o que sabíamos daquilo? (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano)

A narrativa ideológica da grandeza de um país espalhado pelo mundo baseava-se em duas ideias centrais que Valentim Alexandre localizou no projeto colonial português³⁷. O “mito do eldorado”, tema estrutural ao longo de toda a existência do império, decorria da “crença inabalável na riqueza das colónias de África, na sua extrema fertilidade, nos tesouros das suas minas por explorar” (Alexandre 1995: 40). Aliado a este encontra-se o “mito da herança sagrada”, que encarava como imperativo histórico a conservação da integridade de todos os territórios. Por constituírem “testemunhos da grandeza da nação, [esta] não os poderia perder sem se perder” (idem: 40). A Pátria, resultado dos memoráveis feitos de heróis que dilataram as fronteiras e

³⁷ Na análise que faz sobre África no imaginário político português, Valentim Alexandre utiliza o termo ‘mito’ - um ‘modo de apreender a realidade no seu todo, de a pensar e de a sentir, integrando fatores económicos e não económicos e, em qualquer deles, tanto os aspectos racionais como os irracionais’ (Alexandre 1995: 40) - em detrimento de ‘ideologia’, que pressupõe um conjunto estruturado de noções com um grau de coerência elevado.

levaram a fé cristã pelo mundo, era objecto de uma sacralização retórica que se iniciava nos bancos da escola, procurando garantir que o glorioso legado fosse respeitado e amado por todos. Este foi o país que aprenderam na escola e que esperavam vir a conhecer quando partiram para África: um país que se cumpria na vocação ultramarina, destino de uma nação que não se detinha na pequenez da sua metrópole. Como se verá mais à frente nesta dissertação, este é ainda o país que subsiste nos discursos dos antigos militares da Companhia de Artilharia 3313 – nas suas memórias de Angola, mas também na forma como recordam a descolonização e a fragmentação de uma grande nação (V. Capítulos III, IV e V).

Olhando para os percursos escolares destes homens, descobre-se o retrato de um país pobre e rural, em que a educação era um luxo a que nem todos podiam aceder. Seis dos trinta e um entrevistados não chegaram a cumprir o ensino obrigatório e saíram no final da terceira classe. As razões foram as mesmas: residentes em freguesias rurais do Norte do país, provenientes de famílias com poucos recursos económicos, foram forçados a contribuir com o seu trabalho para a frágil economia familiar. Veja-se o caso de José Gomes, nascido numa aldeia do concelho de Sátão, em Viseu. A mãe, filha de pai de incógnito, engravidou do patrão da casa onde servia. José Gomes cresceu longe da mãe, também ele filho de pai incógnito, entregue aos cuidados da avó e dos tios avós. Quando tinha quatro anos, a mãe engravidou do novo patrão. O caixão branco do irmão que morreu pouco tempo depois de nascer é umas das suas primeiras recordações. Ainda criança, começou a guardar o gado da família. A entrada na escola foi mais um peso na sua vida, a acrescentar ao trabalho que já fazia na agricultura.

Na casa dos meus tios fui para a escola, mas ia também guardar ovelhas. Ia descalço, não havia nada para ninguém! Às 4 da manhã tinha que me levantar. Onde é que eu tinha cabeça para o estudo? Tinha de ir para a frente da junta de bois para lavrar, com os animais dos meus tios. Era uma vida muito difícil, mas comer não faltava. Quer dizer, carne era uma cabeça de vitela que se comprava ao fim-de-semana. Sopa não falhava todos os dias! Era sopa de cebola, com batata, tal e tal. (entrevista a José Gomes, ex-soldado atirador)

Neste contexto de pobreza, a escola foi para muitos mais uma provação do que um espaço de aprendizagem e brincadeira. Para quem recorda esses tempos com os tons sombrios da pobreza, da disciplina e violência, a escolha do abandono escolar afigurou-se como a opção a tomar, não apenas porque implicaria um alívio na dureza da vida mas também porque permitiria contribuir para os magros rendimentos das suas famílias.

Tome-se o exemplo de Manuel Rodrigues, filho de um casal de jornaleiros de uma freguesia rural de Vila Nova de Famalicão. Quando tinha seis anos, o pai apareceu morto num regato perto da aldeia e a mãe ficou sozinha com sete filhos. A entrada para a escola primária foi mais uma carga de trabalhos que se somou ao pastoreio que já fazia. No final da terceira classe, desistiu dos estudos e foi trabalhar como criado de servir numa casa de lavoura. Poucos anos antes de entrar para a tropa, regressaria à escola noturna para concluir a 4ª classe. As memórias que guarda da sua infância são marcadas pela violência e revolta:

A recordação que tenho da escola... A escola era escrava. Éramos pobres e íamos para lá no Inverno, descalços, cheios de frio. Nunca fazia as coisas como devia ser porque não podia. A escola não tinha aquecimento, nem pensar nisso! E os professores também eram um bocadinho maus, batiam com a palmatória e canas, o que fosse. Isso ainda punha a gente mais rebelde do que éramos. Com frio, com fome e ainda a levar porrada. Quando eu deixei a escola fui trabalhar diariamente para a agricultura, tinha dez ou doze anos. Só vinha ao fim de semana, e isto quando vinha. Às vezes estava um mês, ou assim, sem vir a casa. Eu era criado de servir numa casa. Tinha lá quarto e a gente comia e dormia. A gente deitava-se à hora que eles queriam e estava a pé à hora que eles queriam. Isto para ganhar meia dúzia de tostões, que eram para a minha mãe. (entrevista a Manuel Rodrigues, ex-soldado condutor)

No caso de João Gonçalves, o insucesso escolar veio agravar as dificuldades económicas da família na sua manutenção na escola após a 3ª classe. Nascido numa freguesia rural de Fafe, filho de um casal de jornaleiros, João Gonçalves viu a família mudar de terra ao sabor dos trabalhos que o pai ia encontrando. A meio da terceira classe, o pai conseguiu emprego como operário na indústria da cortiça e mudaram-se para uma aldeia no concelho de Vila Nova de Gaia. A família, que chegou aos onze filhos, era muito numerosa para sobreviver com o dinheiro ganho por um operário e uma jornaleira. Com as reprovações sucessivas, teve de começar a trabalhar. Foi em Angola que, vários anos mais tarde, fez o exame da 4ª classe.

Eu era bom na leitura e no ditado, só era mau a matemática. Havia algo que a professora não me sabia explicar em condições e que falhava. A gente sabia a tabuada, só que havia uns pormenorizados nas contas de dividir que eu não sabia fazer. Andei até quase aos onze anos na 3ª classe, sempre a repetir! Os meus pais disseram-me ‘Já que é assim, vais trabalhar’ e fiquei-me pela 3ª classe. Quando saí da escola fui para moço trolha, na construção. Não me dava com aquilo, porque era muito trabalho, era tudo à mão, não havia máquinas. Disse ao meu pai que não queria trabalhar na construção e o meu pai meteu-me na cortiça, a fazer rolhas de garrafas, era broquista. (entrevista a João Gonçalves, ex-soldado atirador)

O ensino obrigatório era o horizonte de uma boa parte da população escolar. Dos trinta e um entrevistados, foram nove os que começaram a trabalhar quando o concluíram. Apenas um teria gostado de continuar na escola. Manuel Silva vivia numa aldeia próxima de Guimarães. Apesar dos bons resultados e da insistência de um professor para que prosseguisse os estudos, viu-se forçado a começar a trabalhar como criado de servir numa casa de lavoura, onde ficou durante três anos até se tornar operário na indústria têxtil.

Houve um professor que era conhecido do meu pai e foi ter com ele para me deixar estudar porque eu era bom aluno. Sabe qual foi a resposta do meu pai? ‘Eu tenho sete filhos e preciso dele para me ajudar’. Fui para criado de servir na agricultura. O meu padrinho era agricultor e eu fui para lá trabalhar, dormia lá e tudo. Com onze anos, punha-me a pé às 5 da manhã para tirar o leite às vacas e depois ia distribuí-lo porta a porta, chovesse ou fizesse sol. Era duro. Nunca ia para a cama antes da onze horas, meia noite. Aquilo era uma quinta muito grande e éramos três criados, eu era o criado do gado. Era duro demais para a minha idade. Eu não parava, dava de comer ao gado ou ia com eles para o campo. Não ganhava nada, praticamente davam-me de comer. Eu nunca recebi dinheiro, os patrões davam aos meus pais.³⁸. (entrevista a Manuel Silva, cabo atirador)

Os restantes oito entrevistados que concluíram a 4ª classe abandonaram os cadernos e livros sem grande pena. Nenhum parece ter guardado saudades desse tempo. Eram obrigados a decorar coisas que nada lhes diziam e a suportar a disciplina férrea imposta pelos professores. Confrontados com a possibilidade de sair da escola e iniciar a vida ativa com o apoio da família, estes oito homens escolheram a segunda hipótese. Três dos entrevistados começaram a trabalhar em negócios familiares, somando a sua força de trabalho à dos pais. Houve quem se iniciasse numa pequena fábrica de cutelaria, quem aprendesse o ofício de marceneiro com o pai, quem se dedicasse à agricultura nas terras da família, quem se tornasse pescador na embarcação familiar. Estes foram os afortunados. Nem todos os que abandonaram a escola no final da 4ª classe tinham à sua disposição pequenos negócios de família que lhes dessem uma entrada garantida na vida de trabalho. Para esses, o trabalho ao dia na agricultura ou a aprendizagem de um ofício foram o a solução imediata para a necessidade de contribuir para a economia doméstica.

³⁸ Nos casos de rapazes que iniciavam a sua vida cedo como criados em casas de lavoura, parece ter acontecido o mesmo que Inês Brasão descreve no caso das raparigas que iam trabalhar como criadas de servir: “Sempre que a serviçal migrava com idade inferior a 12 anos, por se considerar ainda incapaz de gerir o ordenado, os pagamentos eram negociados diretamente entre patrões e pais, como um ato de compensação pela perda precoce da mão-de-obra que a filha representava.” (Brasão 2012: 55)

Nas memórias de todos os que concluíram a escola primária e começaram a trabalhar ainda crianças, este aparece como o caminho natural e inquestionado. A conclusão da 4ª classe era o final de um percurso que deveria ser sucedido pela entrada no mundo do trabalho. Analisando as suas narrativas, constata-se que a política educativa do Estado Novo foi de uma eficácia notável. Para além de aprenderem a ler, escrever e contar, a amar a pátria e a deus, a escola primária inculcou com sucesso um “discurso de cariz moralizante” que limitava os efeitos sociais da escolarização. Através da valorização da simplicidade e humildade e da crítica às “ambições pessoais e os desejos de mudança”, garantia-se que os alunos não “alimenta[ssem] aspirações insensatas” (Nóvoa 1996: 303). Compreende-se, assim, que nenhum dos entrevistados tenha sonhado com um futuro distante das suas possibilidades imediatas.

Mesmo os que continuaram a estudar após a quarta classe tinham pela frente um caminho que adivinhavam. Os que viessem de famílias cujas posses o permitissem, poderiam sonhar com o liceu e eventualmente com a universidade. Os que viessem de meios menos favorecidos, teriam à sua frente o ensino técnico-profissional ³⁹, destinado a formar quem fosse “ocupar posições subordinadas na divisão do trabalho” (Grácio 1986: 102). Indissociável dos projetos de industrialização em curso, destinava-se nas palavras de Leite Pinto, Ministro da Educação Nacional entre 1955 e 1961, a preparar “[O]perários e técnicos conscientes das responsabilidades do seu trabalho, das possibilidades da sua colaboração para o bem local, parcela do bem comum.” (discurso de Leite Pinto, apud Nóvoa 1996: 308). Para Sérgio Grácio, esta política educativa do regime de Salazar constituiu uma ‘tecnologia social’: um conjunto de medidas orientadas “(...) não para influir na trajetória social (...), mas na representação que os sujeitos tinham do seu destino; e portanto também orientadas para influir no ajustamento da expectativa subjetiva ao destino objectivo.” (Grácio 1986, 39). ‘Contribuir para o bem local, parcela do bem comum’, consistia por isso em aprender um ofício e aceitar a impossibilidade de ascender ao liceu, carregando o que Nóvoa considera ser o estigma social que marcou a génese e a organização do ensino técnico do Estado Novo. A eficácia desta tecnologia social é atestada pela conformidade silenciosa que domina os discursos dos entrevistados sobre os seus percursos escolares e profissionais. A incapacidade de imaginar outros futuros para além do estreito círculo das possibilidades imediatas traduz de forma inequívoca o efeito do ‘discurso de cariz

³⁹ Para uma análise do ensino técnico e da sua reforma levada a cabo em 1948 ver Grácio 1986.

moralizante' aprendido desde cedo. Carneiro Pacheco havia deixado de ser ministro em 1940, alguns anos antes destes antigos militares terem nascido. Mas uma famosa frase da sua autoria persiste de uma forma implícita nas memórias destes homens: "Um lugar para cada um e cada um no seu lugar". Sem questões, sem desejos de mudança, aqueles rapazes seguiram o caminho que lhes cabia.

'Portugal não é um país pequeno': a comunicação social e os primeiros meses do conflito em Angola

A 30 de Novembro de 1960, Salazar dirigiu-se à Assembleia Nacional para falar sobre o país e a campanha anticolonialista. Nessa ocasião, descreveu Portugal como uma 'nação compósita, euro-africana e euro-asiática' que desde cedo se distinguiu das restantes potências colonizadoras:

Quando a nação portuguesa se foi estruturando e estendendo pelos outros continentes, em geral por espaços livres ou desaproveitados, levou consigo e pretendeu imprimir aos povos com quem entrara em contacto conceitos muito diversos dos que mais tarde caracterizaram outras formas de colonização. Às populações que não tinham alcançado a noção de pátria, ofereceu-lhes uma; aos que se dispersavam e desentendiam em seus dialectos, punha-lhes ao alcance uma forma superior de expressão – a língua; aos que se digladiavam em mortíferas lutas, assegurava a paz. ⁴⁰

Num mundo em que os antigos impérios desabavam sob a pressão para a descolonização, a principal figura do governo português lembrava a singularidade da presença portuguesa nos territórios não europeus: "A ideia de superioridade racial não é nossa; a da fraternidade humana, sim" ⁴¹. A harmonia alcançada devia-se "à mistura das populações" que levou à formação de uma "sociedade plurirracial":

[M]as o mais importante, o verdadeiramente essencial estava no espírito de convivência familiar com os elementos locais; nas possibilidades reconhecidas de acesso na vida económica e social; nos princípios de uma cultura mais avançada e de uma moral superior que, mesmo quando violada, era a regra do comportamento público e privado. ⁴²

⁴⁰ "Portugal e a campanha anti-colonial", Boletim Geral do Ultramar, 1960, XXXVI, 426, p. 13.

⁴¹ Idem, p. 14.

⁴² Idem, ibidem.

A mais de cinquenta anos de distância, é evidente a natureza ficcional do país descrito pelo chefe do governo aos deputados. Mas, no início da década de 60, esta era a versão que circulava nos corredores do poder e em todos os meios de comunicação social. Jornais, rádio e televisão falavam numa só voz. Portugal era o mesmo país, do Minho a Timor. O sentimento nacionalista dependia da manutenção da integridade do legado histórico que então se encontrava ameaçado por uma conjuntura política internacional que promovia a autodeterminação de todas as antigas colónias europeias. Sob o olhar atento da censura prévia, era impossível ao cidadão comum aceder a notícias que se afastassem da linha oficial criada e mantida pelo Estado Novo.

Entre o silenciamento de acontecimentos incómodos e a amplificação de todas as situações que se adequassem à política oficial, Portugal entrou em 1961 com a mesma tranquilidade com que havia percorrido os anos anteriores. Esta tranquilidade não foi perturbada pelos acontecimentos que tiveram lugar na Baixa do Cassanje no início desse ano. Apesar da magnitude dos acontecimentos, nem uma palavra se ouviu ou leu sobre a revolta dos trabalhadores de algodão que, em Janeiro de 1961, iniciaram um veemente protesto contra o que René Pélissier chamou de “algodocracia” (Pélissier 1978). A extensão da revolta e a violência da repressão a que foi sujeita é ainda hoje objecto de discussão e de confrontação de diferentes versões (V. Capítulo IV). Mas, no início de 1961, esta revolta da pobreza foi um não-acontecimento na vida pública portuguesa. Aos olhos do português médio da época, a vida na metrópole e no ultramar corria com a mesma brandura de sempre.

Foi apenas com o desvio do paquete Santa Maria que o país foi despertando da letargia noticiosa em que vivia. Mas nem aí o filtro da censura permitiu conhecer a verdadeira dimensão do que se passou ⁴³. De acordo com a análise que Mayone Dias faz da cobertura dos jornais lisboetas dos acontecimentos de 1961, as notícias do assalto ao paquete que ocuparam as páginas dos periódicos lisboetas a partir de 24 de Janeiro “(...) não ecoa[vam] os rumores que então circulavam de que Henrique Galvão tencionava dirigir-se a Angola para aí obter apoio” (Dias 1990: 7). Os jornais portugueses não fizeram relatos detalhados dos acontecimentos que rodearam o Santa Maria – para isso, ter-se-ia de ler a imprensa internacional. Se o desvio do paquete foi um vago acontecimento noticioso na imprensa portuguesa, o mesmo não se pode dizer do regresso do navio a Lisboa. A primeira página do Diário de Notícias do dia 17 de

⁴³ O estudo da censura no jornal *Século* leva Sofia Rodrigues a afirmar que o desvio do paquete Santa Maria foi um dos assuntos que mereceu maior supressão censória (Rodrigues 2011)

Fevereiro foi ocupada na íntegra com esse acontecimento: “O Santa Maria voltou ao Tejo e Salazar recebeu da multidão a mais apoteótica homenagem da sua carreira política”. Numa das fotografias da primeira página, Salazar é abraçado por uma mulher. A legenda explica: “Um documento inolvidável e um impulso irresistível – uma portuguesa do ultramar lança-se nos braços de Salazar, num gesto de alegria e reconhecimento”. A notícia das “mais de cem mil pessoas” que “aclamaram” o regresso do navio e mostraram ao governante a gratidão que por ele sentiam garantia aos leitores a absoluta unidade nacional que reinava.

O estado de dormência nacional foi interrompido no início de Fevereiro. Aproveitando a presença de jornalistas estrangeiros que esperavam a presumível chegada do Santa Maria à cidade, cerca de 200 indivíduos⁴⁴ assaltaram de uma forma concertada a Casa de Reclusão Militar, a prisão de S. Paulo, uma esquadra da polícia e a estação de rádio na noite de 4 de Fevereiro de 1961. Seis agentes da polícia e um soldado morreram. O funeral destes indivíduos, ao qual compareceu o Governador-Geral de Angola, gerou mais vítimas. De acordo com os números oficiais, para além dos 7 agentes da autoridade portugueses, morreram também 14 civis africanos, 53 pessoas ficaram feridas e foram detidas cerca de uma centena (Guerra 1994). Estes números são benignos aos olhos de René Pélissier, para quem os funerais se transformaram num “massacre racial” - não apenas no cemitério, mas também nos musseques que foram invadidos por “brancos enfurecidos” (Wheeler e Pélissier 2009 [1971]: 252)⁴⁵. Apesar dos contornos precisos e dos objectivos da ação do 4 de Fevereiro permanecerem ainda sob discussão (veja-se também Guerra 1994, Mateus e Mateus 2011) a verdade é que estes acontecimentos abriram uma porta noticiosa que não mais se fecharia nos meses seguintes.

O dispositivo retórico que dominou a imprensa baseou-se em dois aspectos centrais. Por um lado, a denúncia de maquinação estrangeira que havia levado a cabo os ataques de Fevereiro, associando-a ao comunismo. Por outro lado, a desacreditação dos participantes através da associação entre os atos cometidos e a embriaguez ou feitiçaria, garantindo um retrato que os apresentava como “(...) desprovidos de qualquer

⁴⁴ Dalila e Álvaro Mateus estimam em cerca de 250 os participantes dos acontecimentos de 4 e 11 de Fevereiro (Mateus e Mateus 2011); René Pélissier aponta para o número máximo de 180 brancos e vários milhares de negros (Wheeler e Pélissier 2009).

⁴⁵ A divulgação da repressão portuguesa na imprensa internacional teve como resultado a intervenção do Conselho de Segurança da ONU que a 10 de Março iniciou um debate sobre a situação em Angola. Em Portugal, o eco da imprensa internacional foi silenciado. Para uma análise pormenorizada, ver Guerra 1994.

motivação ideológica própria e manipulados na sua inconsciência por interesses estrangeiros.” (Dias 1991: 10). O surgimento do termo terrorismo nas páginas do Diário de Notícias veio inaugurar uma linha narrativa que se manteria ao longo dos treze anos seguintes. Este termo permitia ao mesmo tempo enfatizar a ilegitimidade dos atos praticados e afirmar sua dimensão residual num país onde reinava a integração e harmonia nas várias províncias.

A agitação que os acontecimentos de 4 de Fevereiro provocaram na imprensa portuguesa não fez desaparecer o mundo almofadado em que se vivia. A atenção do Diário de Notícias dessa época oscila entre denúncias do terrorismo e chamadas de primeira página sobre estrelas de cinema que jantam em Lisboa, o internamento psiquiátrico de Marilyn Monroe ou o nascimento do neto dos Condes de Paris. Na rádio, as notícias baseadas em notas oficiosas não conseguiram apagar a rotina adormecida de sempre:

É a rádio bonançosa, tranquila e sossegada, cuja preocupação é não mais que distrair, modelo do qual também fez parte o ‘Clube das Donas de Casa’, vespertino, com uma audiência avaliada em cerca de 800 mil ouvintes. Mas os grandes êxitos de audiência eram os programas de humor, os folhetins, os discos pedidos e os programas desportivos. (Cristo 2005: 17)

A partir de meados de Março tudo mudou. Na madrugada do dia 15, grupos de homens da UPA provenientes do Congo e armados com catanas atacaram fazendas e povoações no Norte de Angola. Mulheres, homens e crianças foram mortas, violadas e esquartejadas. Brancos e negros morreram nestes ataques ⁴⁶. Os números de baixas nos massacres de Março são controversos, mas apontam para algumas centenas europeus e entre 3000 a 8000 africanos abatidos ⁴⁷. Foi apenas dois dias mais tarde que a comunicação social deu conta dos acontecimentos. As primeiras notícias foram dadas “(...) em termos bastante vagos, quer porque o que então se sabia fosse ainda impreciso quer porque deliberadamente se pretendesse minimizar a gravidade do caso” (Dias

⁴⁶ A descrição e análise detalhada destes acontecimentos não cabem nesta dissertação, pelo que remeto para Gomes e Afonso 2010, Guerra 1994, Mateus 2011, Pélissier 2009 [1971].

⁴⁷ Pélissier considera que o número de colonos abatidos nos massacres foi muito exagerado e aponta para a morte de 300 europeus e um número indeterminado mas muito mais elevado de africanos (Wheeler e Pélissier 2009 [1971]); o braço armado da UPA defende que morreram 1200 europeus e 8000 africanos (v. Mateus 2011), Dalila e Álvaro Mateus afirmam que morreram 800 homens, mulheres e crianças europeias, mas não apresentam uma estimativa clara do número de baixas entre os africanos (Mateus 2011).

1991: 11). A análise da vertente informativa das notícias dos jornais lisboetas sobre os acontecimentos permite a Mayone Dias afirmar que os episódios são apresentados como casos isolados, resultantes de forças exteriores ao país e próximas do comunismo. Embora as notícias de novos incidentes e da chegada de refugiados a Luanda e Lisboa continuem a surgir, os jornais insistem no “regresso à tranquilidade”. Ao mesmo tempo, a caracterização profundamente negativa dos rebeldes – “facínoras”, “hordas invasoras”, “bárbaros assassinos” - é acompanhada da ligação sistemática ao consumo de drogas e feitiços ⁴⁸. Construía-se, assim, uma caracterização dos rebeldes como seres primitivos, permitindo que a revolta fosse encarada como um “levantamento irresponsável” e não o resultado de um movimento coerente e estruturado (idem: 15).

O envio de uma delegação de jornalistas da imprensa, rádio e televisão em Março permitiu que as notícias baseadas em notas oficiais fossem substituídas por reportagens feitas no terreno. Mas o estrito controlo dos movimentos dos repórteres garantiu que estes acessem a “(...) sectores da vida ultramarina em que se pudesse observar uma alta dosagem de paz e progresso, o que result[ou] num certo tom repetitivo quanto aos temas das reportagens e mesmo quanto à tónica por que optam” (Dias 1991: 20). As notícias sobre a acalmia que sucedera aos ataques conjugavam-se de um modo inconsistente com outras que referiam a intensificação das operações militares em Angola. Um leitor mais atento poderia supor que a situação não era tão tranquila quanto parecia. Mas por mais atenção que se desse à imprensa ou à rádio, a verdade é que o que se passava no país e no mundo permanecia largamente desconhecido. A censura garantia que todos continuassem a acreditar num consenso nacional esmagador, que se estendia das províncias à metrópole. Aquela que poderia ser a indelével prova de que algo não ia bem no governo português foi objecto de um silenciamento total. O golpe palaciano de Abril de 1961, liderado pelo então ministro da Defesa Nacional general Botelho Moniz, nunca existiu nas notícias em Portugal ⁴⁹. O que se soube na altura foi apenas a consequência política deste golpe

⁴⁸ Na primeira página do Diário de Notícias de 26 de Março lê-se o seguinte título: “Um pó misterioso que os terroristas faziam tomar aos negros de Angola foi experimentado num cão. Este ficou raivoso, mordendo-se a si próprio”. Na página 6, a estranha história é desenvolvida. Uma colona regressada de Angola contou que o seu pai descobriu sacos com um pó misterioso no bolso de empregados. O veterinário terá dado o pó a um cão que “ficou como doido durante horas, a ponto de se morder a ele próprio”. De acordo com esta mulher, os ‘negros estrangeiros’ deram este pó aos ‘negros portugueses’ por forma a forçar a sua colaboração.

⁴⁹ Nem mesmo o Rádio Clube Português, fundado pelo irmão do então ministro da Defesa Nacional, pronunciou uma única palavra sobre o golpe que viria a ficar conhecido como Abrilada (Cristo 2005: 42).

frustrado: a remodelação governamental que, entre outras substituições, concederia a Salazar a pasta da Defesa Nacional. Foi na tomada de posse dos novos membros do governo que o discurso de Salazar marcou o início de um novo e imparável ciclo:

Se é preciso uma explicação para o facto de assumir a pasta da Defesa Nacional mesmo antes da remodelação do Governo que se verificará a seguir, a explicação pode concretizar-se numa palavra e essa é Angola. (...) Andar rapidamente e em força é o objetivo que vai por à prova a nossa capacidade de decisão.⁵⁰

Embora nunca tenha sido declarada guerra, o país avançou para Angola como nunca o tinha feito. E era necessário fazê-lo. O dispositivo militar que existia nesta colónia à data da eclosão do conflito era insuficiente para o confronto que tinha pela frente. De acordo com dados oficiais da *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África*, em Dezembro de 1960 o efetivo militar de que Portugal dispunha em Angola era de 6500 homens - sendo que apenas 1500 eram europeus. Para além da insuficiência numérica, o olhar retrospectivo do Estado-Maior do Exército reconhece que este dispositivo tinha “(...) características mais administrativas que operacionais, não estando, por esse facto, devidamente adaptad[o] para fazer face ao tipo de operações com que a nossas tropas vieram a defrontar-se” (Estado-Maior do Exército 1988: 155). A partir de Abril a mobilização foi, de facto, impressionante. Só entre Julho e Agosto de 1961 chegaram a Angola cerca de 20.000 homens (Cann 2005). Num ano, o contingente militar português em Angola quintuplicou: no final de 1961, contava já com 33.477 homens⁵¹.

A cobertura noticiosa dos meses seguintes ao início da guerra em Angola dá conta do envio massivo de reforços militares e da multidão que se despedia patrioticamente no cais ou os recebia como heróis salvadores em Luanda. Apesar de assistir à partida de milhares de jovens, o país pouco sabia do que se passava nesta ‘província’. A cobertura das operações militares levadas a cabo pelos portugueses foi indireta, pois os jornalistas enviados a Angola foram mantidos na retaguarda dos acontecimentos. A “falta de notícia viva” foi compensada por inúmeros relatos que enfatizavam a portugalidade da população da província, lembravam a barbárie dos massacres e reafirmavam a absoluta união nacional (Dias 1991). Numa das suas

⁵⁰ “Remodelação ministerial”, Boletim Geral do Ultramar, XXXVII, 429-430, p. 20.

⁵¹ O efetivo militar de 33.477 indivíduos incluía 5.000 homens de recrutamento local. Nesse ano, e ainda de acordo com fonte oficial, a percentagem de faltosos à inspeção foi de 11,6%, número que viria a aumentar de forma consistente nos anos seguintes. (Estado-Maior do Exército 1988)

crônicas para o Rádio Clube Português, o enviado especial José Drummond entrevista um administrador local que garante a quem o ouça:

‘Aqui no N’Gaje, como em todas as terras de Angola, todos os habitantes, todos os bons portugueses, sejam da Metrópole sejam de Angola, estão no propósito fim de resistir a todos esses bandos de agitadores e enfim permanecer para sempre portugueses nestas terras portuguesas de Angola’. (Cristo 2005: 44)

Na mesma crônica, o repórter menciona os atos de vandalismo e “(...) os cenários macabros, onde “(...) os corpos de brancos estão insepultos a apodrecer sobre a ação deste sol inclemente, expostos à voragem das aves de rapina” (idem: 44). A dramatização prossegue numa linha descritiva cuja intenção é clara: não esquecer o horror que foi vivido em Março:

(...) José Drummond relatava ainda: ‘Muitos dos que me falaram viram parentes e amigos retalhados a golpes de catana, crianças com os crânios esfacelados contra as paredes, mulheres selvaticamente ultrajadas, todo um rosário de horrores, nos enche a alma de amargura. (idem: 44)

A manipulação informativa era evidente. Numa fase inicial, os meios de comunicação social minimizaram a dimensão dos acontecimentos, procurando conter a imagem dos ataques dentro dos limites do terrorismo incitado por forças estrangeiras e alimentado por comportamentos primitivos associados à feitiçaria. Perante a inevitabilidade do confronto, criou-se um ‘empolamento propositado’ destinado a criar no público a revolta perante as atrocidades:

[P]assado o estado de choque, o governo mobilizou os recursos disponíveis para alcançar objetivos diversos mas concorrenciais: exacerbar a pulsão sentimental, através do relato e da exposição fotográfica das atrocidades; desacreditar a idoneidade dos sublevados, apresentando-os como drogados ou bêbedos, levados à carniça por feiticeiros sem escrúpulos; demonstrar a participação de estrangeiros tanto no planeamento como na execução das ações; evidenciar a inspiração ideológica da área comunista. (Vaz 1997: 79)

Para além da almofada da censura, que construía uma imagem do país e do mundo colada à narrativa pública oficial, há que ter em conta o universo a quem as

notícias dos media chegavam. Em 1961, os três principais jornais portugueses (Diário de Notícias, Século e Diário Popular) tinham uma tiragem total de 240 mil exemplares, o que equivalia a 0,3% da população de 8,9 milhões de habitantes (Rodrigues 2011). A rádio, cuja expansão se dá a partir da década de 50, estima-se que chegaria aos 840 mil receptores em 1960 (Ferreira 2013) e a mais de 2 milhões em 1970 (Cristo 2005). Ou seja, uma larguíssima parte da população portuguesa não tinha qualquer contacto direto com os media. Foi através de vizinhos, familiares e amigos recrutados para o serviço militar que muitos deles souberam que havia problemas em Angola. Amândio Clemêncio cresceu numa aldeia do concelho de Moimenta da Beira. É assim que recorda ter sabido do conflito em Angola:

Na altura as notícias que nos chegavam era pela mobilização dos soldados. Eu soube porque houve dois soldados que já estavam na reserva territorial e que foram chamado, era isto que nos dizia que havia guerra. Outras notícias não havia, não chegava aqui nada. Na altura ouvia-se rádio, televisão não existia aqui em 61 ou 62. Penso que energia só aqui há desde 1964. As notícias chegavam-nos através da rádio. Quem tinha rádio? Pouca gente teria, aqui nesta freguesia. Talvez três ou quatro pessoas que tinham possibilidades de comprar um radiozito. (entrevista a Amândio Clemencio, ex-alferes miliciano)

As partidas e os regressos da guerra marcaram a infância e juventude daqueles que alguns anos mais tarde também embarcariam para Angola na Companhia de Artilharia 3313. Em torno dos que se preparavam para partir organizavam-se grupos de amigos e vizinhos para a despedida. Separados por mais de 400 quilómetros, Manuel Silva e Manuel Russo recordam a partida de conhecidos nos primeiros tempos da guerra em Angola:

Houve vizinhos meus que começaram a ser mobilizados. Lembro-me de andarmos a fazer uma coleta para um rapaz que ia para Angola, dávamos o que podíamos dar. Ainda lhe demos uma prenda boa! Fazíamos isso com todos os que iam para Angola, vinham-se despedir da gente e nós juntávamo-nos e fazíamos uma coleta para ele. (entrevista a Manuel Silva, ex-cabo atirador)

Tive vizinhos que foram para a guerra, vizinhos da minha aldeia e de aldeias próximas. As pessoas aceitavam, não se questionavam. No dia da partida... recordo-me que naquela altura se dava uns chouriços, as pessoas davam um dinheiro, 10 ou 5 escudos. Ele lá chorava, um abraço aqui e acolá e partia. (entrevista a Manuel Russo, ex-furriel miliciano)

Para os que tinham acesso à televisão, rádio ou jornais, era impossível escapar à onda de mobilização nacional em torno da campanha militar que se iniciava. O hino

‘Angola é nossa’ foi sem dúvida uma peça fundamental do aparelho de propaganda português em 1961. No seu estudo sobre a rádio em Portugal durante o Estado Novo, Dina Cristo afirma que o hino nacional foi substituído por esta marcha militar no encerramento diário da emissão radiofónica (Cristo 2005: 49). Paulo Câmara, que anos mais tarde partiria para a guerra como furriel de operações especiais, lembra-se bem do poder da campanha mediática em torno de Angola:

Nessa altura houve uma campanha muito grande, ainda no tempo de Salazar. Foi uma campanha muito bem feita, com um marketing muito forte. Cantavam "Angola é nossa", era uma canção que dava na televisão, na rádio e estava sempre a tocar "Angola é nossa, Angola é nossa". É uma canção que dava sem parar, para as pessoas sentirem que estavam a ser ameaçadas, que o país estava a ser ameaçado. (entrevista a Paulo Câmara, ex-furriel de operações especiais)

Esta campanha extravasou os limites dos meios de comunicação social e conseguiu chegar a quem não lia jornais, não via televisão e não tinha rádio. Pelo seu impacto e força, as imagens do massacre constituíram um recurso poderoso na convocação da lealdade de todos os cidadãos no combate à devastação causada pelos ‘terroristas’. Alguns entrevistados referem ter visto as imagens, exibidas nas aldeias e nas cidades, motivo maior de unidade nacional perante a barbárie.

Tinha para aí uns 12 ou 13 anos e recordo perfeitamente de terem aparecido essas imagens [dos massacres]. Nas igrejas abordou-se esse tema do terrorismo. A forma como eles entraram, os métodos, era divulgado nas próprias igrejas. Além disso era comprovado com imagens também. As imagens eram normalmente na porta do regedor, alusivas a esses atos, pessoas todas esquartejadas. Recordo-me bem dessas imagens. (entrevista a Artur Silva, ex-soldado condutor)

Quando rebentou a guerra em Angola, foi uma tática do caraças! Puseram nas festinhas das aldeias umas barracas com fotografias com o que os pretos fizeram lá. Era para o branco ficar zangado. Eu era miúdo, era impressionante. Fotografias grandes! (entrevista a Licínio Macedo, ex-soldado de transmissões)

Lembro-me que havia aqui em Lisboa uma apresentação de cinema, era propaganda do tempo do Salazar. Era grátis, toda a gente entrava, entrávamos todos. Eles apresentavam fotografias e comentários a descrever o que foi a invasão dos terroristas - que eles na altura chamavam terroristas – a descrever a invasão das vilas do Norte de Angola. Via-se pessoas degoladas, mortas, chacinadas pelos terroristas. (entrevista a Jorge Pereira, ex-cabo cripto)

O fervor nacionalista que acompanhou as notícias dos primeiros embarques de tropas para Angola e das vitórias militares foi sucedido pelo adormecimento da atenção

sobre o que se passava nesta ‘província ultramarina’. Seria apenas a abertura da nova frente em 1963 na Guiné que acordaria o país da rotina da qual passou a fazer parte o envio de militares para Angola. Nas palavras de Nuno Mira Vaz,

A percentagem mínima de baixas mortais, o progresso inegável das terras, o entusiasmo dos novos colonos, o orgulho patriótico dos que começaram a regressar e a sábia utilização dos meios de comunicação social no apoucamento das vitórias alheias e no engrandecimento das nossas, tudo concorreu para que, na Metrópole, até 1963, a guerra fosse sentida como uma simples incomodidade passageira, uma perturbação provocada por agentes estrangeiros a que felizmente parece possível pôr cobro para honra e glória das Forças Armadas e da Pátria Portuguesa. (Vaz 1997: 254)

No final de 1961, a queda da Índia portuguesa e a rendição incondicional dos militares portugueses constituíram um golpe esmagador na ideia da “nação compósita euro-africana e euro-asiática” defendida por Salazar e pelo seu regime. O castigo exemplar ⁵² dado aos oficiais responsáveis pela rendição deixava uma claríssima mensagem quanto à determinação do governo em defender as ‘províncias ultramarinas’. Segundo John Cann, “O empenhamento de Salazar em preservar o seu regime era inabalável no seu propósito, e os acontecimentos de Goa serviram para pôr inequivocamente Portugal no caminho da guerra.” (Cann 2005: 57).

Uma coisa era, nessa altura, certa: a guerra era um mundo distante a que só acediam homens feitos. E em 1961 nada faria prever que o conflito se prolongasse por anos. Afinal de contas, em nenhum momento foi declarada a guerra ou sequer o estado de emergência. Para o governo e para quem o ouvisse, o envio de tropas para Angola em 1961 era apenas de uma ação de policiamento destinada a conter focos isolados de terrorismo isolados. Num país ensinado no respeito e obediência, esta era a verdade a que se agarravam. Portugal é um país grande. E dentro em breve, pela ação heroica e patriótica dos nossos militares, nada beliscará essa grandeza.

⁵² O general Vassalo e Silva, governador do Estado da Índia, e outros nove oficiais do Exército e da Marinha foram demitidos em Março de 1963. Cinco oficiais foram reformados compulsivamente e outros nove foram punidos com seis meses de inatividade. No final de 1974, estes militares foram reintegrados no ativo e as suas penas foram anuladas. Ver Guerra 1994, Cann 2005.

2. A guerra que se aproxima

O final da década de 60 trouxe consigo uma guerra que se tinha expandido para duas novas frentes: Guiné em 1963 e Moçambique em 1964. Em apenas três anos, a ideia de que se tratavam de focos insurreccionais isolados deu lugar à certeza de que um conflito alargado a três territórios ficaria para durar. Mas nem assim esmoreceu a determinação do regime em manter a unidade de um país disperso pelo mundo. Em 1965, no discurso da tomada de posse da Comissão Executiva da União Nacional, Salazar lançou a pergunta: “Vamos em quatro anos de lutas e ganhou-se alguma coisa com o dinheiro do povo, o sangue dos soldados, as lágrimas das mães? Pois atrevo-me a responder que sim”⁵³. A oposição internacional havia em parte cedido à ideia de que Portugal se batia “não só para firmar um direito seu mas para defender os princípios e interesses comuns a todo o Ocidente”⁵⁴. Por outro lado, salientava Salazar, os quatro anos de sacrifícios tinham permitido esclarecer no plano africano o problema das províncias ultramarinas portuguesas, tornando “(...) bastantes povos africanos (...) mais compreensivos das realidades e mais moderados de atitudes”⁵⁵. Quatro anos após o início do conflito, Salazar concluía: “Eis o ganho positivo desta batalha em que – os portugueses europeus e africanos – combatemos sem espetáculo e sem alianças, orgulhosamente sós.”⁵⁶.

Sem espetáculo e sem alianças, Portugal enfrentou os elevados custos de uma guerra em três frentes. Para além da gestão do isolamento internacional, o país teve que resolver as complexas questões levantadas com uma guerra combatida à distância, não apenas a milhares de quilómetros de Lisboa, mas também em territórios distantes entre si. O Estado Novo foi obrigado a fazer um investimento intenso e prolongado dos recursos do país. Durante os treze anos de guerra colonial, estima-se que cerca de metade da despesa pública portuguesa tenha sido gasta no conflito que mantinha em África⁵⁷. Para além do investimento financeiro indispensável à manutenção da guerra, o país deparou-se com a imperiosa necessidade de recursos humanos. A população residente em Portugal, contabilizada em pouco menos de 9 milhões de habitantes no recenseamento de 1960, não era suficiente para as exigências de uma guerra em três

⁵³ “Erros e Fracassos da Era Política”, *Boletim Geral do Ultramar*, XLI, 475-476, p. 28.

⁵⁴ *Idem*, p. 29.

⁵⁵ *Idem*, *ibidem*.

⁵⁶ *Id.*, *ibid.*

⁵⁷ De acordo com John Cann, em 1965 o orçamento da defesa em Portugal representava 48% do seu orçamento. A magnitude desta despesa fica mais evidente se for comparada com a dos Estados Unidos no mesmo ano (42%) ou a do Reino Unido (34%) (Cann 2005).

frentes. Seria, por isso, imprescindível recorrer à população residente nos três territórios. Com 11.959.373 habitantes, Angola, Guiné e Moçambique tinham uma capacidade “(...) para fornecer tropas maior que a de Portugal metropolitano em cerca de um terço” (Cann 2005, 33). Ao longo dos anos, o recrutamento ‘nas províncias’ viria a ocupar uma fatia cada vez maior do contingente anual dos três teatros de guerra ⁵⁸.

O peso de uma guerra prolongada sentiu-se em toda a sociedade portuguesa que, de uma forma ou de outra, acabaria por ser tocada pela inevitabilidade da incorporação militar. Entre 1961 e 1973 estiveram em média 105.000 homens por ano nas três frentes militares africanas ⁵⁹. É, por isso, natural que as narrativas dos entrevistados reflitam o que se passava no país. Amigos, familiares e vizinhos partiam para uma guerra que se ia tornando cada vez mais próxima e real. Os que tinham irmãos mais velhos, viveram a sua ausência à espera de notícias. Artur Silva trabalhava numa pequena fábrica de calçado em Vila Nova de Famalicão e morava com os pais e nove irmãos numa aldeia próxima. Em pouco tempo, dois deles foram recrutados para o serviço militar em África. Com a partida destes para Moçambique e Angola, restava à família esperar pelas cartas que iam chegando.

Eles escreviam aerogramas e cartas. A minha mãe não sabia ler e o meu falecido pai lia em voz alta para a minha mãe ouvir o que diziam. Eu ouvia, porque isso era normalmente à hora da ceia. A gente ouvia, realmente ouvia, mas eles nunca davam notícias más. (entrevista a Artur Silva, ex-soldado condutor)

Os que tiveram irmãos na guerra pouco souberam para além de vagos relatos. Manuel Rodrigues assistiu à chegada de um irmão mais velho de Angola. Do que lá se passou, pouco soube: “Não sei se era por causa de também estarmos para ir para lá, mas ele não contava muito”. Na verdade, a maioria dos entrevistados menciona a reserva

⁵⁸ De acordo com dados oficiais contidos na *Resenha Histórico-Militar*, a proporção do recrutamento aumentou de forma constante em Angola e Moçambique. Em 1961 representava 14,9% do total de efetivos em Angola, tendo ultrapassado os 40% a partir de 1971. Moçambique partiu de um número inicial mais elevado (26,8% em 1961) e passou a fasquia dos 50% também em 1971, sendo que em 1973 os militares recrutados no território chegavam quase aos 54%. Pelo contrário, o recrutamento local na Guiné assistiu a uma quebra nos primeiros anos do conflito (de 21% em 1961 foi descendo até ao pico mínimo de 9% em 1966), seguida de um lento recrudescimento até aos 20% verificados em Março de 1973. Todavia, John Cann chama a atenção para o facto de que os números oficiais do recrutamento local subestimam a realidade do empenhamento militar destes três territórios no conflito, pois ignoram a militarização da população “(...) sob a forma de unidades de autodefesa, polícia e outras forças paramilitares que não estavam integradas na organização primária das Forças Armadas” (Cann 2005: 106).

⁵⁹ João Paulo Guerra faz corresponder os seguintes valores médios anuais para cada um dos territórios: 54 mil homens em Angola, 31 mil em Moçambique e 20 mil na Guiné (Guerra 1994). Estes números, obtidos a partir da análise de dados oficiais, incluem sempre elementos recrutados em Portugal e nas colónias.

com que os combatentes regressados falavam das suas experiências na guerra. Quem os ouvisse, quase poderia acreditar que não havia guerra em Angola, Moçambique e na Guiné.

Quando eu tinha treze ou catorze anos, veio um rapaz do ultramar. A partir daí é que eu comecei a saber mais o que se passava em Angola. Ele trouxe um macaquinho, coisa que não se podia fazer. Nós fomos receber o militar que veio do ultramar e ver o animal que ele trouxe. Nós nunca tínhamos visto um macaquinho! Eu tinha contacto com ele e ele contava-me coisas. Dizia que se a gente fugisse a determinadas coisas podia passar um bom tempo sem ter dificuldades, ou seja, fazer só a vida militar. (entrevista a João Gonçalves, ex-soldado atirador)

De entre os entrevistados, apenas um refere ter tido conhecimento de relatos crus do que se passava na guerra. António Simões era pescador em Matosinhos desde que saíra da escola primária. Miúdo rodeado de homens adultos, não esquece o que ouviu um outro pescador contar sobre a sua guerra em Angola:

Houve colegas meus [pescadores] de Matosinhos que foram para Angola em 60 ou 61. Esses foram os primeiros a sair, na década de 60. Os pretos ainda vinham com catanas e navalhas daquelas de lavar as unhas. Esse meu colega, um homem do mar como eu, diz que enterrou dezasseis turras vivos [ri-se]. Obrigou uns gajos a abrirem a cova e enterrou-os lá dentro. Ele contou isso muitas vezes. Dezasseis! (entrevista a António Simões, ex-soldado enfermeiro)

À medida que a guerra se foi instalando na rotina nacional das partidas e chegadas de contingentes militares, a imagem do conflito transmitida pela comunicação social foi-se afundando numa política de silêncio baseada nos comunicados oficiais do governo. Dina Cristo cita uma entrevista feita ao antigo diretor do serviço de noticiários do Rádio Clube Português, Luís Filipe Costa. Afirma Costa que esta política do silêncio se orientava por fazer esquecer os conflitos:

Eram as notícias oficiais, sobretudo porque eles próprios não davam muitas notícias, não davam porque, tirado o impacto inicial e pontualmente a Guiné e Moçambique, eles próprios fizeram o possível por esquecer. Os grandes títulos são Saigão, Vietname e Médio Oriente. A nossa [guerra] não está lá. O que havia eram uns pequeninos comunicados que davam o número de mortos, quase todos em acidentes de viação. E eles próprios facilitaram-nos, nesse aspecto, muito a vida porque não queriam que se falasse naquilo, quanto menos se falasse melhor porque, por exemplo, não havia guerra, havia ‘operações de polícia’ (...) (Cristo 2005: 42)

Mas o silêncio informativo da comunicação social e a reserva descritiva de muitos dos regressados não impediram que os entrevistados suspeitassem que o que se passava em África era mais do que rotineiras operações de policiamento do terrorismo. Vários referem ter visto vizinhos e conhecidos regressarem mutilados e de terem sabido de famílias que recebiam o temível telegrama anunciando a morte de um militar. Outros viam nos que regressavam comportamentos estranhos que indiciavam que o quadro não era tão pacífico quanto a imprensa, a rádio e a televisão faziam crer.

Da minha terra morreram pelo menos três indivíduos. Havia aqui muitas mulheres a sofrer. Lembro-me perfeitamente. ‘Aquele foi, aquele morreu’, era uma coisa que naturalmente mexia connosco. A guerra começou em 61 e eu só fui em 70 [para a recruta]. Nesses anos acontece muita coisa, há muita morte. E nós éramos obrigados a lidar com essa situação. Falava-se constantemente nisso. Era uma preocupação para os meus pais. (entrevista a Avelino Silva, ex-furriel miliciano)

Houve uma data de rapazes que foram para lá, família minha afastada, primos da minha mãe. Houve um que chegou cá e não podia ouvir um foguete. Uma vez estava numa festa, mandaram uns foguetes ao ar e ele mandou-se para a valeta. Estiveram na Pedra Verde, diz que andavam lá nas fazendas e encontraram barricadas com bocados de brancos lá dentro, tipo salgadeiras. Eles contavam que encontravam naquela fazenda onde massacraram pretos e brancos, matavam tudo. (entrevista a José Gomes, ex-soldado atirador)

Entretanto começava a haver o feedback dos que estavam fora, dos que estavam na tropa e vinham a casa ao fim de semana, os que escreviam e que diziam coisas. Por aí a gente começa-se a aperceber que não era bem aquilo que diziam, que isto era um bocado diferente. Não era o que aparecia nas notícias, nas notícias isto era muito cor de rosa! Havia umas cenas e umas coisas que apareciam de vez em quando, porque eles não conseguiam tapar tudo. (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano)

A versão oficial insistia num cândido retrato do que se passava em África: soldados que partiam e regressavam após cumprirem a missão de defesa da pátria. A agitação ‘terrorista’ que pontualmente abalava as ‘províncias ultramarinas’ não conseguia dissolver o esmagador sentimento de portugalidade que se vivia em África. Indiferentes à ‘política de silêncio’ oficial, os números revelavam a teimosa persistência do conflito: entre 1961 e 1969, ano anterior à entrada destes homens no serviço militar, morreram mais de 4.408 homens em Angola, Guiné e Moçambique⁶⁰. A benevolência

⁶⁰ Número obtido a partir dos dados oficiais da Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África. Este cálculo compreende mortos entre os militares de recrutamento metropolitano (3.443) e local (965) no período que decorreu entre 1961 e 1969. Foram aqui incluídos os mortos em combate, por acidente com arma de fogo ou de viação e outras causas. Ver Estado Maior do Exército 1988, pp. 264-266.

da comunicação social não sobrevivia à dura realidade que se sentia na pequenez do círculo de conhecidos: entre mortos e feridos, entre a discrição de alguns relatos e o evidente transtorno causado pelas experiências africanas, crescia a suspeita da inevitabilidade de uma guerra cada vez mais próxima.

Escola, trabalho e migração

Portugal era, nos primeiros anos da década de 60 aquilo que, num artigo publicado em 1964, Adérito Sedas Nunes chamou uma “sociedade dualista em evolução”. Usando dados estatísticos dos anos anteriores, este artigo percorre as muitas diferenças que separavam a “sociedade moderna” localizada em pequenas áreas urbanas do litoral e a “sociedade tradicional” que se estendia por uma enorme mancha maioritariamente rural. Ao dualismo económico, expresso no contraste entre uma “agricultura quase estagnante” e sectores secundário e terciário em crescimento, correspondia um “dualismo sociológico” que se traduzia num imenso fosso entre os dois mundos. Nos primeiros anos da década de 60, eram menos de 18% as habitações que tinham cozinha e casa de banho; existiam somente 36 telefones particulares por mil habitantes; o número de médicos por habitante no distrito de Lisboa era dez vezes superior ao de Bragança. Os distritos de Lisboa, Porto e Setúbal (que então crescia rapidamente) absorviam 78% da população urbana do continente; a restante mancha urbana “(...) distribui[a]-se em pequenas ou pequeníssimas parcelas, por todo o país, pontilhando de forma esparsa a vasta panorâmica da ruralidade envolvente.” (Nunes 1964: 417).

Foi nesta sociedade dualista em evolução que os homens da CART 3313 cresceram. Os percursos biográficos dos entrevistados refletem a coexistência destes dois mundos. De um lado, os afortunados habitantes da ‘sociedade moderna’ que então se expandia com o desenvolvimento económico e industrial que marcou a década. Lisboa, Porto e litoral Norte são as áreas geográficas onde dezasseis destes antigos militares se concentravam nos anos que antecederam o serviço militar. Os restantes catorze entrevistados, dispersos sobretudo pelo interior Norte e, em dois solitários casos, no Alentejo interior, deparavam-se com o que Alfredo de Sousa chamou “estruturas sociais e económicas repulsoras”. O sistema de propriedade de terras excluía uma boa parte da população (sem terras próprias, restava-lhes apenas o trabalho na agricultura ao qual correspondiam magros salários), a debilidade dos sectores

secundário e terciário limitava o mercado de trabalho disponível e o excedente demográfico impedia que a mão-de-obra fosse adequadamente absorvida (Sousa 1995).

A reduzida escolaridade da maioria dos jovens de origem rural, conjugada com o carácter repulsor das estruturas sociais e económicas da ‘sociedade tradicional’, limitou o mundo de oportunidades com que se deparavam. Para os entrevistados que se encontravam nesta dupla situação de fragilidade, as alternativas eram escassas. Ou permaneciam nas suas terras e aproveitavam as reduzidas oportunidades locais, ou escolhiam a migração – quer para as cidades portuguesas que durante a década de 60 se foram tornando polos de desenvolvimento económico atrativos, quer para fora de Portugal, aproveitando a necessidade de mão-de-obra que marcava os países europeus em pleno crescimento. O percurso biográfico de José Armando Correia ilustra a primeira situação. Nasceu numa freguesia rural de Tarouca, distrito de Viseu, filho de um casal de jornaleiros. Com duas irmãs e um irmão, a família não conseguiu mantê-lo na escola para além da 3ª classe. Até ser incorporado no serviço militar, trabalhava ao dia na agricultura. O trabalho era pouco e mal pago. Trabalhava de sol a sol, seis dias por semana. Entre as Caves da Murganheira ⁶¹, a três quilómetros de casa, e campanhas esporádicas nas vinhas do Douro, foi ganhando a vida até chegar o dia de ir para a tropa.

Comecei a trabalhar na agricultura: a pôr sulfato, a plantar uva americana... Depois uma irmã e um irmão foram para lá [Caves da Murganheira], porque se ganhava mais 2 escudos do que na quinta aqui. Aqui pagavam por exemplo 13 escudos e lá já pagavam a 15. Fui duas vezes para o Douro, ali para cima da Régua, em Canelas. Para quinze dias levei dois pães, foi o que comi. Davam lá uma sardinha ao almoço. Ao meio dia davam arroz ou massa, mais nada. À noite outra vez arroz, com umas espinhitas de bacalhau e feijão. (entrevista a José Armando Correia, ex-soldado atirador)

A estagnação económica e social da sociedade tradicional conjugada com o apelo da sociedade moderna criou o que Sedas Nunes chamou a “urbanização cultural dos campos”. Sobre a “massa bloqueada” que habitava as vastas extensões da sociedade tradicional,

(...) projeta-se, num crescendo de intensidade, a ‘imagem’ apetecível de outras oportunidades e perspectivas que a sociedade moderna, interna ou externa, lhe oferece e que toda uma rede de contactos adensados e todo um fluxo de informação incessantemente

⁶¹ As Caves da Murganheira foram fundadas em 1947. Situadas numa propriedade de 30 hectares em Tarouca, no distrito de Viseu, produzem vinho espumante.

acrescida lhe transmite. Então a massa, outrora resignada (...) entra a mover-se: não podendo fugir localmente das condições e situações que lhe pesam e a limitam (...), é do próprio local que foge. (Nunes 1964: 456)

A história de José Gomes ilustra o outro caminho que se colocava aos rapazes pouco escolarizados residentes em zonas rurais da ‘sociedade tradicional’: a migração para centros urbanos. Depois de ter começado a trabalhar como criado de servir numa casa de lavoura no concelho de Sátão, seguiu os passos de um primo que se deslocara mais para sul e partiu aos quinze anos para uma quinta na zona do Bombarral. Nos tempos em que havia trabalho na quinta, ganhava 43 escudos por dia; quando o trabalho era menor, a jorna descia até aos 25 escudos diários. Ao fim de um ano, José Gomes partiu de novo. Desta vez, o destino foi Lisboa, para onde o mesmo primo havia partido para trabalhar na construção civil.

Vim para uma construtora que abria valas para meter cabos de eletricidade. Lá me arranjaram uma tarimba numa caserna com várias camas. Havia um fogão a gás, um tacho, ia-se comprar o comer a uma taberna. No fim-de-semana ia-se lá pagar. Trabalhava na construção civil, com aqueles martelos pneumáticos. Saio dessa empresa e fui trabalhar no centro da Avenida Roma com a Avenida EUA, onde está o túnel, há ali um colector com 27 metros de profundidade e eu fui para ali trabalhar. Morava em Chelas, aquilo era só barracas, não era as casas como há hoje. Era barracas e malandros a dar com um pau, era só facada. Sabe o que era a minha cama? Era uma saca de palha de 100kg! Trabalhei sempre na construção, também não tinha estudos para mais Naquela altura era fácil arranjar trabalho: eles perguntavam de onde a gente era, se era alentejano era uma chatice, se era do Norte tinha trabalho. (entrevista a José Gomes, ex-soldado atirador)

José Gomes foi um dos muitos portugueses que aproveitaram a onda de desenvolvimento que marcou a economia portuguesa durante os anos 60. Abandonada a agricultura à jorna, viajou até Lisboa onde começou a trabalhar na construção civil que então florescia com as grandes obras que se tinham iniciado (“Naquela altura era fácil arranjar trabalho”). Estas novas oportunidades surgiram num contexto de rápido crescimento da economia portuguesa, resultado da adesão à EFTA em 1959 e da abertura ao investimento ⁶² e comércio externo. A partir de meados da década de 60, deu-se uma transformação estrutural da economia: pela primeira vez, o valor da

⁶² De acordo com David Corkill, em 1960 o investimento estrangeiro representava 2% do total do investimento do sector privado; em 1975, este investimento representava já a 75%. Os exemplos de investimento estrangeiro nesta época são muitos e incluem a empresa norte-americana que construiu a ponte sobre o Tejo, um consórcio internacional no estaleiro da Lisnave e empresas como a Bayer, Grundig, Ford que se ‘juntaram às fileiras dos maiores investidores em Portugal’ (Corkill 2004: 221)

produção industrial ultrapassou o da produção agrícola. Foi o tempo da criação e expansão de grandes grupos industriais e financeiros, bem como do crescimento demográfico em torno de centros urbanos litorais – de acordo com Rui Ramos, entre 1950 e 1970, a população residente nos distritos de Lisboa e Porto cresceu de 26,8% para 33,5% do total (Ramos 2009: 689). Mas, como salienta David Corkill, este período de crescimento foi também marcado por distorções estruturais que reduziram o seu impacto no desenvolvimento do país: a manutenção de uma elevada despesa com a defesa, a sangria da emigração, a deficiência de trabalhadores qualificados, o dualismo da estrutura económica dividida entre um pequeno grupo grandes empresas e uma enorme massa de pequenas empresas ⁶³, são alguns dos factores que este autor aponta para a compreensão da manutenção das ‘anomalias estruturais’ da economia portuguesa:

Na verdade, o modelo de desenvolvimento permaneceu distorcido e descompensado, pois a modernização teve pouco a ver com o sector agrícola, o qual progressivamente se foi reduzindo até alcançar o estatuto de ‘sector subsidiário’, ao mesmo tempo que fracassou ao não concretizar desenvolvimentos complementares noutras zonas da economia. Apesar de se terem verificado avanços no investimento de capital humano e de capital monetário, permaneceram as deficiências na infraestrutura social, especialmente na saúde, habitação e educação, ampliadas por uma distribuição do rendimento altamente distorcida. Tudo somado, foi um começo para serem sanados alguns aspectos do subdesenvolvimento. (Corkill 2004: 229).

A mudança que se ia operando na estrutura de oportunidades não tocou a todos. A migração interna não foi uma solução frequente entre os homens que viriam a fazer parte da CART 3313: em trinta e um, apenas quatro o fizeram, tendo contado com a ajuda de familiares que já se tinham estabelecido em Lisboa. A reduzida migração para centros urbanos pode ser explicada pelo discurso repressivo que o Estado Novo tinha em relação aos projetos migratórios. O estudo sobre a condição servil feminina em Portugal durante este período permitiu a Inês Brasão concluir que a repressão do êxodo rural se fez através da mitificação “(...) [d]o espaço rural português como um paraíso de autossuficiência, cristalino e abundante em recursos naturais, de onde ingratamente

⁶³ Os números apresentados por Corkill são esclarecedores. Em 1969, num universo de 33.000 empresas, 26.500 de entre elas empregavam menos de 10 trabalhadores (Corkill 2004: 226).

partiam os seus filhos, a troco de uma previsível perdição nos caudais anónimos da cidade” (Brasão 2012: 58)⁶⁴. Compreende-se, assim, que muitos dos jovens homens que viriam a fazer parte da Companhia de Artilharia 3313 não tivessem sequer concebido a hipótese de migrar para uma cidade. Entre a ausência de redes sociais de apoio indispensáveis na elaboração de projetos migratórios e o conformismo obediente aprendido desde os tempos da escola, muitos permaneceram nas circunstâncias que lhes foram oferecidas.

Aqueles que, apesar de pouco escolarizados, viviam em zonas com pequenas indústrias, tornaram-se operários. Houve quem começasse a trabalhar na indústria de cortiça no distrito de Aveiro, quem aproveitasse a expansão da indústria têxtil dos distritos de Braga e Guimarães. O percurso biográfico de Manuel Silva reflete o impacto que a industrialização nos anos finais do Estado Novo teve nas vidas de quem residia nas zonas que lentamente mudavam o seu perfil económico. Após a conclusão da 4ª classe começou a trabalhar como criado de servir numa casa de lavoura no concelho de Guimarães. Aos catorze anos, mudou-se para a indústria têxtil da região que se encontrava em acelerada expansão.

Com 14 anos vim ganhar 8 escudos por dia. Depois fui aumentado para 8 escudos e seis centavos. Depois 10 e 8 centavos, e por aí fora. Estava sempre nas máquinas. Aos 17 anos fui trabalhar para o turno da noite, depois disso trabalhei quase sempre na noite: ganhava-se mais 40% e trabalhava-se menos horas. Aqui era um centro de trabalho que não imagina. Nas horas de ponta era tanta gente, tanta gente, parecia uma romaria! Era aos quatro autocarros a saírem e a entrarem! Havia gente que vinha das Taipas, a 20 quilómetros, todos os dias a pé. Era duro! Mas vinha gente de mais longe. Havia autocarros que vinham de Braga trabalhar para a Coelima⁶⁵. Só a Coelima tinha 4 ou 5 mil empregados! Mas aqui era tudo indústria têxtil. A gente tinha um problema com um patrão e não se importava, ia trabalhar para outro lado. Havia tanto trabalho, tanto trabalho, que não havia problemas de arranjar trabalho de uma hora para a outra. (entrevista a Manuel Silva ex-cabo atirador)

Os entrevistados que prosseguiram os estudos tiveram à sua frente um horizonte menos limitado. Aqueles cujas famílias puderam, seguiram o caminho do liceu. Durante o Estado Novo, o liceu era encarado como a via de acesso à universidade e estava

⁶⁴ A construção de uma imagem negativa da cidade era particularmente assertiva no caso das jovens mulheres que partiam sozinhas para as cidades e se viam expostas aos inúmeros perigos e vícios que aí floresciam. Para uma análise sobre o êxodo rural feminino entre 1940 e 1970, ver Brasão 2012, sobretudo pp. 51-105.

⁶⁵ A Coelima, empresa têxtil de Guimarães, foi fundada em 1922. No seu site, pode ler-se “A indústria têxtil criou milhares de postos de trabalho e, dia e noite, vinte e quatro horas, milhares de pessoas viviam para transformar o fio em tecido. Esta indústria ao longo do tempo viveu períodos áureos, principalmente nas décadas de 60 e 70, mas também sofreu fortes crises, que têm levado ao encerramento de empresas”.

reservado às elites. A aposta do regime nas escolas técnico-profissionais em detrimento dos estabelecimentos de ensino liceal, implicou a disseminação das escolas comerciais e industriais por todo o país. Os liceus, pelo contrário, estavam concentrados nas grandes cidades. As famílias que vivessem longe de centros urbanos médios e que quisessem pôr os seus filhos a estudar no liceu, teriam de suportar as despesas de alojamento e alimentação dos estudantes. Compreende-se, assim, que apenas cinco dos entrevistados tenham seguido esta via de ensino. O percurso biográfico de Amândio Clemêncio ilustra as dificuldades com que se deparavam aqueles que queriam manter os filhos a estudar.

Fui para o colégio de Moimenta da Beira. Quando fui para o primeiro ano em Moimenta, os meus dois irmãos mais velhos estavam lá também. Tínhamos uma senhora daqui contratada pelos meus pais que nos fazia o comer e estava lá connosco numa casita que o meu pai arranjou. Só vínhamos o fim de semana. Terminado o 5º ano, fiz o 6º e 7º em Lamego. Estive num quarto alugado na casa de uma senhora viúva que vivia sozinha com uma criada e onde vivia também outro rapaz de Castro de Aire. O meu objetivo era o curso superior. Fiz a admissão à faculdade. Entretanto, a vida aqui era realmente muito difícil e qualquer um dos meus irmãos que se formaram fizeram o magistério primário. O Magistério era 5º ano mais dois. E os meus irmãos pensaram assim: 'O pai tem dificuldades, tu já tens 5º ano mais dois (que era o 6º e 7º complementares), portanto estás equiparado a nós e a partir daqui alto lá que as finanças da família não chegam'. Terminado o 7º ano e sem possibilidades de continuar, há que aguardar então pela tropa. No ano em que pretendi ingressar no serviço militar [em 1970] já era exigido o 7º ano mais a ingressão num curso superior. Só assim teríamos acesso a Mafra [quartel onde era feita a recruta dos oficiais milicianos]. Então eu fui-me inscrever no ISLA. (entrevista a Amândio Clemêncio, ex-alferes miliciano)

Como nem todas as famílias dispunham do capital necessário à formação liceal dos seus jovens, o ensino técnico-profissional era a solução para os que queriam e podiam continuar a estudar. Esperavam-nos as escolas comerciais e industriais. Mas nem aí a equação era simples. Mais uma vez, a capacidade económica das famílias era o factor decisivo nos percursos escolares dos estudantes. Houve quem seguisse esse caminho sem interrupções, mas houve também quem tivesse iniciado a vida ativa e retomado os estudos à noite alguns anos mais tarde.

O meu pai tinha aquela vontade de por os filhos a estudar. Depois da 4ª classe fui para um colégio particular em Vila Nova de Poiares, fiquei interno um ou dois anos, vinha ao fim de semana. Fiz o 1º e 2º ano como interno. Depois fui para a escola industrial em Penacova e depois disso fiz o curso de montador eletricista em Coimbra. Tinha treze ou catorze anos e o meu pai foi pôr-me em casa de umas pessoas amigas, mas a pagar. Estive lá esse tempo, mas aquilo ficava caro e o meu pai começou a ter alguma dificuldade. Depois fui com outro rapaz da zona para um quartinho e íamos comer à cozinha económica. Acabei o curso de montador eletricista com dezassete anos. Andei por aí uns

tempos sem trabalhar, a fazer umas instalações eléctricas aqui na zona. Aproximou-se a altura da tropa e entrei para a tropa dos 19 para os 20 anos. (entrevista a Valdemar Mendes, ex-furriel miliciano)

Comecei a trabalhar com 10 anos, ganhava 200 escudos por mês. Era pacote: ia buscar o correio às 8 da manhã, chegava às 9 ao escritório com o correio todo. Ia de bicicleta, fizesse sol ou chuva, sempre! Aos 14 anos fui estudar à noite para a Escola Comercial Oliveira Martins, era a melhor escola que formava guarda-livros. Os filhos dos ricos iam para a universidade para ser doutores, e nós íamos para escolas profissionais. Dos 14 até aos 20 anos, até ir para a tropa, estive sempre a estudar à noite. Já estava no Instituto Comercial, na SPI, Secção Preparatória ao Instituto, quando me chamaram para a guerra. Entrava às 7 da noite, na Batalha, em Custóias. Deixava a bicicleta guardada numa garagem, ia de eléctrico até à praça e depois ia a pé. Voltava às 11 da noite, chegava a casa à meia-noite. No outro dia às 7h estava a pé e assim durante toda a minha vida. (entrevista a Firmino Alves, ex-furriel miliciano)

Durante estes anos, havia ainda uma outra alternativa: a emigração. A década em que estes homens cresceram foi marcada por uma vaga migratória sem precedentes. O apelo das sociedades industriais da Europa em pleno crescimento económico ⁶⁶ e a existência de uma guerra que recrutava milhares de jovens todos os anos impeliram milhares de pessoas a sair do país. O abrandamento do controlo migratório do Estado Novo ⁶⁷ resultou da conjugação da internacionalização da economia, do desenvolvimento industrial que o país então iniciava e da incapacidade de absorver a mão-de-obra desqualificada existente (Baganha 2003). A documentação do volume real do fluxo verificado entre 1961 e 1975 é difícil: entre a emigração legal quantificada e a clandestina que apenas pode ser estimada, o certo é que em pouco mais de dez anos saiu cerca de um milhão e meio de habitantes ⁶⁸. Ao contrário do que havia acontecido nas décadas anteriores, o fluxo intercontinental foi substituído pelos destinos europeus, que viriam a manter-se predominantes até ao final dos anos 70. Em pouco mais de uma década, “(...) a população portuguesa diminuiu cerca de 3% apenas devido ao saldo migratório negativo (...)” (Rosa 2000: 433).

⁶⁶ Segundo Maria Ioannis Baganha e Pedro Góis, os números “evidenciam a transferência maciça de mão-de-obra do Sul periférico para o Norte industrializado” no período de crescimento económico do pós-guerra: entre 1953 e 1973 os então seis países da CEE emitiram oito milhões de primeiras autorizações de trabalho a imigrantes estrangeiros (Baganha e Góis 1999).

⁶⁷ A descriminalização da emigração ilegal em 1965 e a abolição da prova de literacia no processo de emigração legal abriram as portas à dilatação do fluxo migratório. Ver a este propósito a análise da política de emigração do Estado Novo em Baganha 2003.

⁶⁸ João Paulo Guerra afirma que entre 1961 e 1975 emigraram 1 milhão e quinhentos mil portugueses só para França, 80% dos quais ‘a salto’ (Guerra 1994). Os números apresentados por Maria Ioannis Baganha apontam para uma saída total de 1.482.762 pessoas, 75% das quais se fixaram na Europa ocidental, sobretudo em França e Alemanha (Baganha 2003).

De entre os entrevistados, apenas três tiveram breves experiências migratórias internacionais. Todos regressaram a tempo de serem incorporados no serviço militar. Sem redes de apoio nos países de destino, recordam o tempo da emigração como uma aventura sem grandes consequências. A dureza do trabalho, a precariedade da vida de emigrante e os riscos associados à deserção pesaram na decisão de regresso a Portugal.

Ainda fui para a França, estive lá um mês e tal, fui atrás da namorada [risos]. Mas também trabalhei! Já estava apurado para a tropa e comecei a pensar ‘se não for agora para a tropa, só aos 45 anos é que posso ir para Portugal’. Naquela altura, se ficasse na França, só podia regressar aos 45 anos e eu não quis arriscar. Era uma aventura muito grande, como eu estava apurado se fosse apanhado ia logo para a prisão. Havia muitos que fugiam para a França e não voltavam, mas eu não quis arriscar. Eu achava que tinha aqui o futuro, a fábrica [de cutelaria] do meu pai que iria ser minha. (entrevista a José Rocha, ex-soldado condutor)

Fui até França, emigrado, sem os meus pais saberem, tinha 16 ou 17 anos. Não levava mala, não levava nada. Passei a fronteira sozinho. Comprei bilhete para a Guarda, fui até Vilar Formoso e passei a pé. Ainda encontrei um guarda espanhol a cavalo, mas eu não trazia mala nem nada, era só eu e ele deixou-me passar. Depois passei Espanha toda à boleia, sem dinheiro. Parei em Bordéus e arranjei trabalho. Trabalhei nas docas a descarregar bacalhau, trabalhei como pedreiro, a fazer cimento, a arranjar fachadas de edifícios. Vi que aquilo não era para mim, o trabalho era muito duro. Um dos últimos trabalhos que tinha era abrir valas para prédios, na construção. Decidi comprar o bilhete e vir-me embora. (entrevista a Jorge Pereira, ex-cabo cripto)

Dispersos por Portugal, ocupados na agricultura, na indústria ou nos serviços, estes homens aproximaram-se do final da década de 60 com a certeza de que iriam um dia partir para África. O alargamento do tempo de comissão no ultramar determinado pela Lei 2135 de 11 de Julho de 1968 constituiu a prova inequívoca de que a guerra estava para durar. A partir de então, os dois anos de serviço militar seriam contabilizados à data da partida para os territórios africanos. A possibilidade de adiamento associada aos estudos era limitada: aos 21 anos, qualquer estudante do ensino técnico-profissional estaria obrigado a entrar nas fileiras; os estudantes universitários não poderiam protelar a ida para a tropa para além do “ano em que completem a idade que se obtém adicionando a vinte o número de anos do respectivo curso”. Os rapazes que fossem “único amparo da família por terem a seu exclusivo cargo cônjuges, ascendentes, descendentes, irmãos ou sobrinhos com menos de 16 anos (...) e não possuam meios de prover de outro modo à sua manutenção” poderiam, de acordo com o artigo 21º, beneficiar de um adiamento até ao ano em que cumprissem

22 anos. A todos, sem exceção, esperava uma viagem de barco até Angola, Moçambique ou Guiné.

Tropa ou fuga?

A 26 de Setembro de 1968, Américo Tomás comunicou ao país a exoneração de Salazar. Após 36 anos como presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar abandonou o poder como consequência da famosa queda de uma cadeira. Durante dias, a televisão, rádio e imprensa foram inundadas de boletins clínicos e atualizações do estado de saúde do governante. Perante a incapacidade física permanente do “responsável pelos destinos da nação”, o presidente da República explicou a quem o ouviu pela rádio e pela televisão:

Atendendo a que os superiores interesses do país têm de prevalecer sobre quaisquer sentimentos, por maiores e mais legítimos que pareçam, circunstância que obriga à decisão dolorosa de substituir na chefia do governo o Doutor António de Oliveira Salazar, português inconfundível no pensamento e na ação e benemérito da Pátria, por ele servida genialmente, com total e permanente dedicação durante mais de quarenta anos e que, para melhor a servir, de tudo abdicou, numa renúncia completa e única na nossa História de mais de oito séculos (...).⁶⁹

Nessa mesma comunicação ao país, anunciou Marcelo Caetano como o novo presidente do Conselho. No dia seguinte, após uma ronda protocolar de cumprimentos aos governantes cessantes e de tomada de posse dos novos elementos do governo, o novo presidente do Conselho fez uma comunicação ao país a partir do Palácio de S. Bento. Transmitida em direto pela rádio e televisão, em Portugal e nas colónias, Marcelo Caetano iniciou o percurso mediático que o levaria às *Conversas em Família* quatro meses mais tarde⁷⁰. Nessa comunicação explicou que tinha “hesitado em aceitar o esmagador encargo” de suceder a “um homem de génio”, cuja “poderosíssima personalidade” e “vigor de pensamento” obrigaria Portugal a ter de se adaptar daí em

⁶⁹ “O Professor Doutor Marcelo Caetano na chefia do governo”, *Boletim Geral do Ultramar*, 1968, XLIV, 519-520, p. 4.

⁷⁰ Para uma análise das *Conversas em Família* de Marcelo Caetano, ver Cádima 1996, sobretudo pp. 212-219.

diante “ao governo de homens como os outros”⁷¹. A decisão foi tomada depois de ter ponderado tudo o que estava em causa. E fez saber o que tinha pesado na sua decisão:

Pensei no povo português que, bem o tem demonstrado pela sua exemplar conduta cívica nesta ocasião, anseia antes de tudo por que se mantenha a independência nacional, a integridade do território, a ordem que permita o trabalho e facilite a aceleração do progresso material e moral. Pensei particularmente na necessidade de não descuidar um só momento a defesa das províncias ultramarinas, às quais me ligam tantos e tão afectuosos laços e cujas populações tenho presentes no coração. Pensei nas Forças Armadas que vigiam em todo o vasto território português e nalgumas partes dele se batem, lutando contra um inimigo insidioso, em legítima defesa da vida, da segurança e do labor de quantos aí se acolhem à sombra da nossa bandeira.⁷²

Estava lançado o caminho a seguir: a manutenção da integridade nacional do país e a reafirmação da legitimidade da defesa de todas as parcelas do território que estivessem sob ameaça. Para sublinhar a determinação que o guiaria, Marcelo Caetano concluiu esta ideia com uma citação do seu predecessor: “Entre as formas lapidares em que o Doutor Salazar concretizou um pensamento cuja riqueza iguala a perene atualidade, encontra-se aquela frase tão divulgada e tão verdadeira, bem adequada a esta hora: ‘Todos não somos demais para continuar Portugal’”⁷³.

Para quem esperasse de Marcelo Caetano uma vaga reformista, este discurso constituiu o prenúncio do que se viria a confirmar nos anos seguintes: a política colonial portuguesa não mudaria de rumo. A ascensão de Marcelo do poder correspondeu ao fim da “longa travessia do deserto” do “partido informal” que Fernando Rosas considera ter-se congregado em torno desta figura, “(...) com simpatias em sectores das elites políticas situacionistas, nas elites económicas, nos meios diplomáticos ou nos militares” (Rosas 2004: 11). As esperanças ou temores de mudança associados à fama de reformador⁷⁴ de Marcelo Caetano nunca se cumpriram de forma plena. Cercado entre os ultras do regime que o tinham nomeado (entre os quais estava Américo Tomás)

⁷¹ *Boletim Geral do Ultramar*, “O Professor Doutor Marcelo Caetano na chefia do governo”, 1968, XLIV, 519-520, p. 9.

⁷² *Idem*, p. 10.

⁷³ *Idem*, *ibidem*.

⁷⁴ De acordo com Rita Almeida Carvalho são vários os factos que criaram a “fama de liberal do jurista, o que, aliás, nunca fora ou afirmara ser”: nos anos 50, enquanto ministro da Presidência, tinha defendido a extinção da censura prévia à imprensa e a abertura do regime a países estrangeiros; em 1962 demitiu-se do cargo de reitor da Universidade de Lisboa após a entrada da polícia na universidade; ainda em 1962 defendeu a criação de estados federados no ultramar (Carvalho 2004).

que defendiam a unidade de Minho a Timor, e a hierarquia militar fiel ao regime desde a limpeza no rescaldo da abrilada ⁷⁵, Marcelo Caetano viu o seu campo de ação muito limitado.

A lenta e prudente ‘descompressão’ que foi efetuando em Portugal ⁷⁶ não teve qualquer correspondência na atuação portuguesa no ultramar. Dois meses depois de ter tomado posse, afirmava perante a Assembleia Nacional a determinação em prosseguir a política anterior: “Não declaramos guerra a ninguém. Não estamos em guerra com ninguém. A subversão não tem nome e os seus atentados partem não se sabe de quem. Defendemo-nos. Defendemos, não uma civilização, mas a própria civilização” ⁷⁷. Apesar de não ter sido declarada, a guerra existia e cada vez recrutava mais homens. Durante os anos da sua governação, não apenas o contingente de militares portugueses deslocados para África aumentou, como também o recrutamento local foi incrementado (MacQueen 2004). Em 1971, data da chegada do Batalhão de Artilharia 3835 a Angola, verificou-se o maior reforço militar registado desde 1965: 12,4% em apenas um ano. De acordo com dados oficiais, este incremento foi repartido entre o recrutamento metropolitano e o recrutamento local, que representou 41% do total (Estado Maior do Exército 1988), procurando combater a insuficiência de recursos que um conflito prolongado evidenciava.

Sete meses após tomar posse como presidente do Conselho, Marcelo visitou Angola, Moçambique e a Guiné. A visita “(...) foi idealizad[a] para sublinhar a prioridade que era conferida a África e aos seus problemas” (MacQueen 2004: 275). A importância simbólica desta viagem – Salazar nunca havia visitado as ‘províncias ultramarinas’ – é atestada pela atenção mediática que recebeu. Para além das reportagens diárias, a RTP transmitiu a repetição de todas as peças após o regresso do governante. A abrir a série, o espectador ouviria as seguintes palavras:

As câmaras da RTP orgulham-se de voltar a proporcionar um espetáculo ímpar na TV do mundo inteiro: (...) um governante deslocando-se com uma escolta seguríssima de

⁷⁵ Sobre a resistência das chefias militares em torno da figura de Caetano, Pedro Aires de Oliveira lembra as circunstâncias da sua nomeação: “(...) consultadas pelo Presidente da República, as Forças Armadas teriam exigido uma garantia ‘solene’ quanto à prossecução da política de defesa do ultramar, o que pressupunha a exclusão de qualquer diálogo ou negociações com os movimentos de libertação, ou sequer a substituição do modelo integracionista por uma solução de tipo federativa.” (Oliveira 2004: 305).

⁷⁶ O regresso de Mário Soares e do bispo do Porto são apenas dois dos exemplos das medidas de descompressão realizadas por Caetano. Para uma revisão destas medidas ver Carvalho 2004, Rosas 2004.

⁷⁷ “Pela recta intenção de bem servir o povo português”, *Boletim Geral do Ultramar*, 1968, XLIV, 521-522, p. 45.

um milhão de pretos, brancos, mestiços, amarelos... reunidos no mesmo propósito de manter portuguesa a terra onde vivem e que querem conservar progressiva e em paz. (Cádima 1996: 219)

Apesar do apelo do governo à unidade nacional, a massa de homens enviados para África sofreu inesperados abalos. Segundo os dados da *Resenha Histórico-Militar*, o número de faltosos às inspeções na metrópole foi aumentando ao longo dos anos. Se em 1961 ela se situava em 11%, em 1969 rondava já os 20%, esmagadoramente composto pelo contingente destinado a praças (90% dos faltosos). A interpretação oferecida pela instituição militar associa o crescimento de faltosos à emigração, sobretudo evidente no Nordeste, Açores e Madeira:

Poder-se-á admitir, pois, que a causa principal da falta de comparência às juntas de recrutamento era a emigração, o que é corroborado com as flutuações desta última: nos concelhos onde a emigração diminuía baixava a percentagem de faltosos. (Estado-Maior do Exército 1988: 235)

Mas não houve apenas faltosos à inspeção militar. Há que ter também em conta a existência significativa de refractários – sujeitos apurados que não comparecem à instrução ou ao embarque para África. A análise que João Paulo Guerra faz dos números oficiais permite-lhe concluir que entre 1961 e 1973 só foram incorporados 72% dos mancebos recenseados. Num momento em que a inspeção militar se guiava por critérios muito largos, Guerra explica esta discrepância numérica através da emigração – política ou económica - que considera ter sido “(...) o principal destino dos faltosos e refractários ao serviço militar” (Guerra 1994: 386).

Confrontados com a iminência da incorporação militar, muitos foram os jovens que saíram do país. Todos os entrevistados se lembram de vizinhos, amigos e até irmãos que saíram a salto antes de chegar a tropa. Mas quando chegou o momento da decisão – ficar em Portugal e seguir para a guerra ou fugir do país sabendo que não poderia regressar nos anos seguintes? – foram poucos os que hesitaram. A análise das narrativas destes homens permite distinguir três posições diferentes: a incorporação convicta na justeza da guerra; a incorporação resignada pela incapacidade de construir alternativas ao serviço militar; e a incorporação relutante, em que a oposição à guerra foi vencida por um cálculo pessoal e familiar dos danos que a fuga poderia causar.

Recordando o tempo em que a incorporação se aproximava, são vários os que lembram a convicção com que apoiavam a guerra. Acreditavam que era necessário

‘defender o que é nosso’. A incorporação convicta foi a mais frequente entre os homens que viriam a fazer parte da CART 3313. Alguns, como se verá mais tarde, mudaram a sua opinião com a experiência angolana; outros, pelo contrário, encontraram em África a confirmação da sua determinação inicial (Cf. Capítulos III e IV). Com maior ou menor sofisticação argumentativa, recordam ter marchado para a recruta sem hesitação nem pena.

Sempre fui patriota e queria cumprir o meu serviço militar. Eu ouvia Angola é nossa, Angola é nossa! Um cunhado meu era sargento músico e tentava tirar malta da tropa, ainda pôs uns tostões ao bolso! Era almoçaradas boas nos melhores restaurantes do Porto e o ouro a entrar! Mais tarde, eu já estava na Figueira da Foz [na recruta] e ele disse-me ‘Chegas ao Porto na praça à beira da Câmara e deitas-te para o chão. Eu estou lá e mando chamar os militares e dás baixa’. ‘Eu vou fazer-me de maluco? Nem pensar, vai ser o que deus quiser!’. E foi. (entrevista a Armando Matos, ex-soldado condutor)

Se voltasse atrás, nunca iria à tropa. Na altura nem sequer se punha a hipótese. Aliás fui como voluntário. Mas hoje com os conhecimentos que adquiri, não voltaria a repetir. Faria tudo para não ir à tropa, até pelas razões por que a guerra existiu. Hoje tenho conhecimento das razões daquela guerra, mas na altura não tinha. Achava que nós, portugueses, tínhamos que defender aquilo que era nosso. (entrevista a Amândio Clemêncio, ex-alferes miliciano)

Décadas mais tarde, é impossível saber se estes homens, então rapazes, marcharam convictamente para a guerra que os esperava em África ou se a convicção resulta do olhar retrospectivo sobre uma experiência pessoal tornada anacrónica pela revolução que depôs o regime. Convocar a nação, usando a linguagem da ‘pátria’ e da ‘defesa do que era nosso’, permite enquadrar e justificar (para si mesmos e para os outros) a conformidade ao apelo de união nacional em torno do país pluricontinental ameaçado, causa maior que a todos mobilizava. Mas nem todos afirmam ter partido acreditando na justeza da guerra. Há também quem recorde ter sido incorporado com uma atitude resignada. Entre a incapacidade financeira de sair do país e a enorme pressão dos pares que viam na tropa uma obrigação inescapável, as memórias dos homens da CART 3313 espelham a obediência a um destino do qual não se podia fugir.

Eu pensar, pensei [em sair de Portugal]. Se eu tivesse bastante dinheiro eu ia, era uma coisa muito cara naquela altura. Como não tinha dinheiro, não fui. Eu já tinha guerra aqui! De trabalho, de fome, de frio, de porrada. Ainda ia agora para a guerra? (entrevista a Manuel Rodrigues, ex-soldado condutor)

A opinião que eu tinha era medo! Nunca quis ir para a guerra. Abominava aquilo tudo. Mas por outro lado era sujeito a uma pressão psicológica enorme. Angola é nossa, todos para a guerra! Claro que eu tinha medo, mas por outro lado havia isso que nos empurrava, ao fim ao cabo, para aquilo. (entrevista a Avelino Silva, ex-furriel miliciano)

Nós todos sabíamos, só os cegos e os coxos é que não iam! De coxos vínhamos lá nós, os que apanhavam as minas. Claro que fiquei triste, fiquei chateado. Eu era um revoltado. Mas fugir? Não, nunca. Tive um colega que fugiu. Eu podia ir com ele. Ele era de Chaves, estava habituado a passar aqueles caminhos e fugiu. Mas eu não. Era para nós, era para nós. (entrevista a Firmino Alves, ex-furriel miliciano)

Finalmente, houve quem tivesse imaginado a possibilidade de sair do país para escapar à guerra. São apenas dois os casos de antigos militares da Companhia de Artilharia 3313 que recordam ter considerado essa hipótese. Ambos lisboetas, João Marques e Joaquim Mestres viviam num mundo mais cosmopolita do que a maioria dos seus camaradas, um mundo onde se cruzavam pessoas muito diferentes e se ouviam muitas histórias. O primeiro chegou a guiar um táxi pela cidade, conhecia os cabarés e os personagens da noite. O segundo, filho de um funcionário público e de uma professora primária, via no percurso profissional do pai as represálias sofridas pela distância ideológica em relação ao regime.

Eu era do Alto do Pina, Curraleira, com influência das várias escolas que frequentei na General Roçadas, no Gil [Vicente], na Patrício [Prazeres], eu tinha a escola toda! Já nessa altura via qual era o tipo de regime, cheio de fardas... E depois havia aqueles provincianos que se não fossem à guerra e à tropa, cuidado! Não havia ninguém lá na aldeia que lhes olhasse para a cara! Esses iam todos inchados. Mas era só por serem valentes, porque não tinham a noção, não estavam politizados. Eu era uma simbiose de tudo. Já estava um bocadinho mais limado. ‘Eu não tenho nada que ir para a terra dos outros! Eu não tenho lá nada! Vou para lá sofrer e passar fome’. E foi verdade. E estava sujeito a vir para cá entre quatro tábuas. (entrevista a João Marques, ex-cabo condutor)

Eu era miúdo e lembro-me mal, mas havia uma certa perseguição em termos de PIDE. O meu pai estava na Inspeção [Geral de Finanças] e porque subscreveu as listas do Norton de Matos ⁷⁸ foi retirado da Inspeção e passou outra vez à situação de repartições. Simplesmente porque tinha subscrito aquelas listas! A determinada altura, sempre que concorria a posições havia sempre alguém que lhe passava à frente. Foi sempre mais ou

⁷⁸ Em Julho de 1948, a oposição lançou a candidatura presidencial do General Norton de Matos (1867-1955). Durante a I República, Norton de Matos tinha ocupado os cargos de Governador Geral de Angola, Ministro das Colónias e Alto-Comissário em Angola. O adversário apoiado pelo regime era o General Óscar Carmona. A campanha eleitoral, que reuniu milhares de pessoas em comícios, foi marcada pela intimidação dos apoiantes de Norton de Matos. Alguns dias antes das eleições, o General renunciou à candidatura, devido a divisões no seio da oposição. Logo após as eleições, começou um período de repressão e perseguição aos apoiantes, que incluiu demissões e listas punitivas dos funcionários públicos envolvidos. Ver Ferreira 2006.

menos castigado a esse nível. Portanto, isto não era muito fácil. (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano)

João Marques e Joaquim Mestres afastam-se da convicção ou da relutância com que os restantes entrevistados descrevem a forma como foram incorporados no serviço militar. Nos seus discursos, o apelo da nação surge como uma retórica abstracta, que lhes suscitava mais dúvidas do que certezas. Seriam os territórios africanos nossos? Entre a suspeita da encenação propagandística do Estado Novo e o receio de retaliações políticas sobre a família em caso de deserção, a entrada na tropa parece ter correspondido ao relutante resultado do cálculo dos riscos e danos que cada uma das alternativas continha. Vivendo em Lisboa, ambos recordam ter uma imagem clara da rigidez do regime: a Legião Portuguesa, as suas fardas e autoritarismo; a perseguição feita àqueles que publicamente discordassem do governo; a repressão que rondava as manifestações da oposição que emergiam no final da década de 60. Nessa altura, Joaquim Mestres tinha sido admitido na universidade para estudar educação física. Embora não pertencesse a nenhum movimento político, recorda a curiosidade que o levou a frequentar sessões de esclarecimento durante a campanha eleitoral para as eleições em 1969.

Quando foi essa história das sessões de esclarecimento pelo [Salgado] Zenha ⁷⁹ naquele teatro da feira popular, corri muita vez pela Avenida dos Estados Unidos acima e abaixo, com os gajos [PIDE/DGS] com os carros a tentarem apanhar a malta. (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano)

Tal como aconteceu com Joaquim Mestres, quem vivesse nas grandes cidades podia aperceber-se das fissuras que ameaçavam abrir a solidez de décadas do regime. Visíveis sobretudo nos meios estudantis, mas presentes também noutras esferas da vida pública, emergiam diversas formas de contestação ao Estado Novo ⁸⁰. O final da década foi marcado pelo lento crescimento de uma oposição cada vez menos silenciosa. Nas eleições de Outubro 1969, um ano após a subida ao poder de Marcelo Caetano, a campanha eleitoral “(...) rompeu com o dogma salazarista segundo o qual o ultramar

⁷⁹ Salgado Zenha fez parte das listas da Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD) que concorreu nas eleições de 1969 nos círculos de Lisboa, Porto e Braga

⁸⁰ João Paulo Guerra baseia-se em diretivas de Ação Psicológica para elaborar uma extensa lista do ‘inimigo interno’ desde as ‘organizações fundamentalmente políticas’ (como o Movimento de Oposição Democrática, a Liga Popular Monárquica, entres outros) até às ‘organizações subversivas, revolucionárias e progressistas’, onde constava o PCP mas também o Clero Progressista e Católicos Progressistas (Guerra 1994, 361)

não se discutia” (Guerra 1994: 365). Apesar de terem posições diferentes quanto à solução para a guerra, os vários movimentos de oposição política levaram a questão colonial para o debate público. No final da campanha, três listas da oposição apresentaram-se às eleições: CDE, CEUD e CED – esta última, uma lista de monárquicos independentes, concorreu apenas em Lisboa. A União Nacional venceu em todos os círculos, com 87,7% dos votos.

Apesar da alteração legislativa que, no final de 1968, alargou o universo de mulheres votantes a todas as que soubessem ler e escrever português (ficava sem efeito a necessidade de comprovar as habilitações académicas)⁸¹, a verdade é que o direito de voto estava longe de ser universal. O Decreto-Lei 2137 de 26 de Dezembro de 1968 não introduziu quaisquer alterações nos critérios que impediam o voto. A lista era extensa e permitia interpretações generosas, ao incluir os “falidos e insolventes”, os que “notoriamente careçam de idoneidade moral” ou aqueles que não estivessem no “gozo dos seus direitos civis ou políticos”. Rui Ramos ilustra a pequenez do eleitorado em 1969 com o exemplo da Covilhã: com cerca de 25 mil habitantes, apenas 2.671 cidadãos eram eleitores, dos quais 1.300 eram empregados do Estado – e, portanto, condicionados na orientação do seu voto (Ramos 2009). Inacessível a todos os que não constassem dos cadernos eleitorais, sem a presença de uma delegação de observadores externos da Internacional Socialista (Cf. Caetano 1974, Castilho 2007) e rodeada de suspeitas de fraude⁸², as eleições de 1969 não cumpriram a promessa de abertura que o consulado de Marcelo Caetano havia encerrado.

Mas a praça pública onde se começava a pôr em causa a guerra colonial era só acessível a pequenos círculos de pessoas politizadas. A maioria dos entrevistados parece ter ignorado as questões que em 1969 agitaram os debates políticos em torno das eleições. A esmagadora maioria apenas conhecia a versão oficial da grandeza do Portugal de Minho a Timor, pintado no retrato doce das províncias onde brancos e negros viviam em harmonia num mundo de riqueza quase inexplorada. A eles

⁸¹ O Decreto-Lei 2015 de 28 de Maio de 1946 que durante mais de vinte anos regulou as eleições, estabelecia que eram eleitores os (a) homens maiores que soubessem ler e escrever português ou, sendo analfabetos, pagassem pelo menos 100\$00 de impostos ao Estado e (b) as mulheres maiores ou emancipadas que provassem ter habilitações mínimas (curso dos liceus, magistério primário, conservatório nacional, institutos industriais ou comerciais) ou, sendo chefes de família, soubessem ler e escrever ou pagassem impostos anuais de pelo menos 100\$00 ou, sendo casadas, pagassem de contribuição predial a quantia mínima de 200\$00.

⁸² Sobre a existência de fraude eleitoral em 1969, José Castilho cita um ofício secreto da Legião Portuguesa que relata a proposta feita por dois candidatos da União Nacional para que se organizasse um ‘carrossel’, destinado a garantir que ‘pessoal legionário’ pudesse votar várias vezes em mesas de voto na margem sul do Tejo. Ver Castilho 2007: pp. 94.

chegavam vagas notícias sobre os sucessos das valorosas tropas que orgulhosamente combatiam terroristas orquestrados por forças comunistas internacionais. A pátria, que haviam aprendido a amar e respeitar na escola primária, tinha que ser defendida de ataques à sua soberania e integridade.

3. A tropa e a descoberta de um país

A tropa foi boa e foi má. Foi boa porque comecei a abrir os olhos. Eu estava habituado aqui à aldeia, só tinha ido ao Porto e foram poucas vezes, e era aqui a dois passos! Mas naquela altura era longe. Eu quando fui daqui a primeira vez para a Figueira da Foz, acredite – eu nunca disse isto a ninguém – eu pensei: “Diz que Portugal é tão pequeno! Olha as horas a que estou a andar de comboio e ainda não cheguei ao destino! Portugal é grande!”. A minha inocência naquele tempo! Eu para chegar à Figueira da Foz já achei que Portugal era muito grande. (entrevista a Manuel Rodrigues, ex-soldado condutor)

Manuel Rodrigues entrou com vinte anos no comboio que o levaria ao quartel da Figueira da Foz onde era esperado para começar a recrutar. Vivia numa freguesia rural de Vila Nova de Famalicão, com a mãe e quatro irmãos. Trabalhava à jorna na agricultura desde que deixara de ser criado de servir numa casa de lavoura. Um irmão mais velho já tinha regressado da guerra em Angola. Embora recorde a revolta que sentiu na longa espera pela entrada no serviço militar (“Cheguei a dizer: ‘Se um dia for para a tropa mato-me!’”), décadas depois reconhece que a tropa lhe deu mundo e o retirou do universo limitado em que vivia. Nem a disciplina da vida castrense o impediu de disfrutar dos tempos da recrutar.

Os tempos da recrutar foram bons. Eu tinha uma irmã já casada que vivia em Coimbra. O dinheiro era pouco mas eu punha-me à boleia da Figueira da Foz para Coimbra. Eu fui para lá em Junho [de 1970], era tempo de praia. Aquilo era um mundo! Era um espetáculo! Durante o dia era a instrução e depois à noite saíamos e íamos beber umas cervejinhas, íamos até ao jardim e havia sempre um conjunto a tocar. A gente punha-se ali à sopeira, porque naquele tempo havia muita sopeira. Elas apareciam à rua e a gente entretinha-se por ali. (entrevista a Manuel Rodrigues, ex-soldado condutor)

De um dia para o outro, centenas de homens saíram das suas vidas e iniciaram a viagem que os fez conhecer mais do que o sítio onde viviam, percorrer quilómetros de um país que até então apenas podiam imaginar, descobrir maneiras de falar e de pensar muito diferentes das suas. A recordação do radical alargamento de horizontes trazido pela tropa está presente em todas as entrevistas. Embora seja mais evidente nas

memórias daqueles que vinham de zonas rurais, ela é transversal a todos os antigos militares da Companhia de Artilharia 3313. Portugal era então um país muito diferente e a distância entre os vários mundos que o compunham era intransponível. Nem mesmo os que viviam em meios privilegiados tinham a verdadeira noção do que era Portugal. José Aguiar cresceu no mundo confortável e ordenado que o rodeava. O seu pai tinha criado nos anos 50 uma pequena empresa de transportes e era uma pessoa importante em Gondomar, com muitos e influentes contactos. Estudou num colégio e num liceu no Porto, para onde ia todos os dias de carro com o pai. Aos 18 anos foi emancipado e recebeu como presente paterno um automóvel. Antes da tropa, passava férias em família na praia. A entrada na tropa fê-lo descobrir que o que achava natural era, afinal, um privilégio.

Eu ia para um quartel em Aveiro de comboio. Fiquei muito, muito admirado porque há um moço que se senta ao meu lado, e diz ele: “Ooohh aquele rio é tão grande!”. Quando passa ali na zona de Espinho, o comboio vai à beira mar. “Que rio tão grande e com tanta espuma!” dizia ele. E eu digo: “Aquilo é o mar!”. “Ah nunca vi, é a primeira vez que estou a ver”. Naquele tempo, estamos a falar em 1970, não é? Naquele tempo havia pessoas que nunca tinham visto o mar. Eu fiquei muito admirado, porque estava farto de ir para o Algarve e de ir para aqui e ir para acolá, farto de conhecer as coisas. Mas naquele tempo havia muita dificuldade em sair do interior para o litoral e os que saíam eram exceções à regra. (entrevista a José Aguiar, ex-cabo cripto)

Num país onde a rede de estradas era rudimentar, onde os transportes públicos eram limitados, onde a comunicação social, para além de ideologicamente orientada, não era acessível às massas, onde as pessoas tinham aprendido o valor da humildade e os perigos da ambição, a tão incensada ideia de nação era um conceito vazio e abstracto. Tal como resume Joaquim Mestres, “Naquela altura, Portugal era pouco mais do que aquilo onde a gente se movimentava”. Compreende-se, assim, que a entrada na vida militar tenha correspondido à descoberta do país. A dimensão e variedade da paisagem foi apenas uma parte da descoberta. A outra, a que sem dúvida mais pesou na lenta aprendizagem que então iniciaram, diz respeito às pessoas, aos hábitos, às formas de falar e de viver. José Mendes, beirão de uma aldeia próxima de Viseu, lembra a estranheza que sentiu na recruta em Lagos.

Em Lagos eu ia aos bares com os meus colegas, encontrávamos aqueles pescadores a falar e eu não percebia nada do que eles estavam a falar! “Então mas afinal nós estamos em Portugal?” Os pescadores, a falarem uns com os outros, tu não tiras uma! Depois fui-me ambientando. Nomes de peixes, nomes de coisas, de utensílios de pesca e deles próprios, eu não sabia o que eles estavam a falar. Foi interessante. Sai daqui de Viseu de

comboio num domingo às cinco horas da tarde e cheguei a Lagos às 18h30 do dia seguinte. Vinte e quatro horas certinhas. Cheguei ali à Pampilhosa, mudei para outro comboio. Depois Cais do Sodré, atravessei com o saco às costas para atravessar de barco para o Barreiro e apanhei o comboio para Lagos, mas entretanto mudei duas vezes de comboio. De Lisboa até Lagos um dia certinho de viagem! (entrevista a José Mendes, ex-soldado condutor)

Vinte e quatro horas para percorrer menos de seiscentos quilómetros. A distância geográfica era mais do que o espaço que separava dois lugares; era sobretudo a expressão territorial dos vários mundos que coexistiam no país em 1970. O serviço militar obrigatório foi o ponto de encontro dos habitantes desta sociedade dual em evolução. Sem as roupas civis que denunciavam a proveniência de todos e cada um, fardados com uniformes que distinguiam apenas a hierarquia militar, a instrução militar constituiu um nivelador social sem precedentes nas vidas daqueles jovens. João Marques recorda a diversidade com que se deparou na tropa:

Na tropa havia soldados que os pais tinham dinheiro, tinham grandes fábricas ou eram grandes agricultores. Havia um que o pai dele era de Guimarães e ele dizia ‘Isto está mau, já tive de despedir trabalhadores’... Estes estavam lá com outros que tinham a casita pobrezita no campo, e os pais estavam a trabalhar na lavoura. Notava-se muito a diferença. O Seca Adegas [alcunha de um militar já falecido], segundo me disse ele, era pastor e nem sabia o que eram faróis e volante! Andava lá a pastorear, em Canas de Santa Maria, no meio do mato, quando ouvia barulho e poeirada na estrada era um carro, isso ele sabia. Mas as peças de um carro, o que é um farol, um farolim, ele não sabia. E depois tornou-se um grande condutor! (entrevista a João Marques, ex-cabo condutor)

O pastor que só conhecia carros de os ver passar ao longe na estrada e se tornou condutor militar é uma boa imagem para a largueza de oportunidades que a tropa trouxe para muitos. Quase se poderia, num momento de optimismo benevolente, acreditar que havia qualquer coisa de democrático no serviço militar: todos se tornam iguais e podem descobrir vocações que as vidas anteriores não tinham permitido encontrar. A realidade, porém, não era tão generosa. As Forças Armadas portuguesas deparavam-se com uma insuficiência de recursos humanos agravada pela duração da guerra em três territórios. A dilatação do serviço nas fileiras, o aumento do contingente anual nos teatros de operações, a elasticidade dos critérios médicos na aprovação de mancebos transformaram o serviço militar obrigatório numa inevitabilidade a que quase ninguém podia escapar. Uma vez entrados na recruta, e perante a baixa qualificação da massa de mancebos, as especialidades eram distribuídas sem que se tivesse necessariamente em

conta as competências específicas de cada um. A urgência de constituir unidades orgânicas falava mais alto do qualquer outra coisa.

O factor que introduzia um elemento de diferenciação no recrutamento era o grau de instrução dos mancebos. Para o contingente de praças eram seleccionados todos os que tivessem habilitações inferiores ao então 5º ano, atual 9º. Nem mesmo os iletrados estavam excluídos da seleção. O recrutamento de indivíduos para o contingente de sargentos (e que, finda a instrução, integrariam as fileiras como furriéis milicianos) foi modificado na lei de 1968. O aumento da massa de mancebos com o ciclo preparatório completo fez com que a habilitação para este posto fosse colocada no 5º ano liceal ou equivalente, por forma a equilibrar a distribuição nas fileiras. Desta forma, todos os que tivessem terminado a escola comercial ou industrial seriam incorporados como sargentos. Como o contingente de oficiais subalternos era claramente deficitário em 1968, a habilitação mínima desceu para o 7º ano do liceu completo. Mas nem aí o processo de seleção era isento de mácula. Os conhecimentos pessoais podiam marcar a diferença na sorte que se tinha. A entrada de José Aguiar na tropa foi suavizada pelos contactos familiares.

Antes de assentar praça houve um senhor que chegou ao pé do meu pai e disse assim: “O teu filho não pode ir nem para oficial nem para sargento. Se ele for para praça eu consigo libertá-lo no ultramar de ir para o mato. Se ele for como oficial ou como sargento não tenho hipótese”. E o meu pai disse: “Então pronto, vai como praça, não dá as habilitações e vai como praça.” E assim foi, não dei as habilitações. Quem me fez a inspeção eram médicos amigos, ali todos nos conhecíamos, tudo bem. Fui como praça sabendo que não teria de ir para atirador, para motorista ou para isto ou para aquilo. Repare, eu ou ia para sargento, ou então como praça estava protegido. O amigo do meu pai era uma pessoa muito influente e disse: ‘Pá, ele vai fazer assim, mas eu depois vou tentar libertá-lo da tropa’. Mas não consegui. Mas eu também não estou arrependido de ter ido para a tropa. (entrevista a José Aguiar, ex-cabo cripto)

Proveniente de uma família com ligações ao regime, José Aguiar conseguiu escapar aos riscos que todos reconheciam existir em especialidades que não ficassem confinadas ao espaço dos quartéis. Sob o olhar cuidador de amigos do pai, foi incorporado como se não tivesse concluído o liceu. Após a recruta, foram mais uma vez os úteis contactos militares que lhe permitiram aceder a uma exclusiva e muito protegida especialidade: soldado cripto. O domínio dos códigos secretos de comunicação militar tornavam estes operadores um grupo à parte das restantes unidades. Baseados nos quartéis, instalados em quartos onde ninguém podia entrar, os cripto viviam a guerra à distância do arame farpado.

Os cripto eram pessoas escolhidas pelo comportamento, pela maneira de estar. Eram apreciadas pelo seu comportamento. Os oficiais superiores iam ver quem é que tinha mais perfil para essa situação. Tirei a especialidade de cripto. Portanto, eu ia para o ultramar superprotegido, estava na maior. (entrevista a José Aguiar, ex-soldado cripto)

Mas nem só os que vinham de meios privilegiados podiam sentir os efeitos dos conhecimentos em lugares estratégicos. Rogério Tavares era operário na indústria da cortiça na zona de Santa Maria da Feira. Com a ajuda de um vizinho, alferes miliciano, conseguiu entrar noutra especialidade de baixo risco: cozinheiro.

Fiz a recruta e depois tive sorte no alistamento. Tinha um conhecido daqui que era alferes. Ele pôs-me lá como cozinheiro, para fugir ao mato. Eu não sabia cozinhar! Foi com a intenção de me cuidar. Eu não queria ser atirador, claro, mas se fosse, era igual como os outros. Fui com ele para a Póvoa de Varzim tirar a especialidade. Era uma cozinha grande, era a pares que a gente trabalhava e fazíamos a comida. Lá na tropa aprende-se tudo, é tudo por medida. No arroz é cento e vinte gramas [por pessoa]. Batatas, era trezentas e cinquenta gramas, se já fosse podre tinha que se botar mais. Era conforme a comida que fosse, mas era fácil. (entrevista a Rogério Tavares, ex-cabo cozinheiro)

Quem não tivesse conhecidos na estrutura militar, teria de contar com a sorte que lhe calhasse durante o período de instrução. Vários recordam rumores que então circulavam e que diziam que os melhores classificados de cada curso ficariam em Portugal a dar instrução a novos recrutas. Houve, por isso, quem se aplicasse durante a formação inicial, procurando garantir que não sairiam para África. A história de Joaquim Mestres ilustra o investimento planeado na aprendizagem militar.

Fiz a especialidade [oficial subalterno de artilharia] e fui convidado a dar curso aos que seriam depois furriéis. Tinha trabalhado para isso, fui o terceiro classificado do curso na intenção de não ser mobilizado, porque normalmente os primeiros classificados não eram mobilizados. Naquele ano, foi tudo mobilizado, excepto os dois primeiros: um porque era da família do comandante e o segundo porque era de uma família sonante, devem ter mexido todos os seus cordéis. De resto, fomos todos. (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano)

As memórias do tempo de instrução não se esgotam no conhecimento concreto de um país imaginado. Um outro tema central nas narrativas dos entrevistados sobre este momento centra-se na entrada na vida militar, com a dura aprendizagem da sua disciplina e valores. A exigência dos exercícios físicos, a humilhação dos castigos que os superiores hierárquicos aplicavam, a dureza da justiça militar são aspectos que

reaparecem em muitas das memórias que estes homens guardam dos tempos longínquos da recruta. Mas houve também pessoas para quem a recruta, apesar de dura, foi mais fácil do que a vida civil que levavam antes dela.

Nós íamos para a instrução e quando era para falar sobre as armas, desmontar ou montar das armas, fazíamos ali um círculo. Aquilo era assim um bocado salazarista! Era quase como estar nas aulas, eles faziam perguntas e um gajo se estivesse despassarado ou se um gajo ficasse empancado e não sabia responder, eles chegavam ao pé de nós e era um murro no estômago. Um murro no estômago! E eu assim: ‘Oh filhos da puta’. Aquilo era chato como o caraças, pronto, era assim uma disciplina um bocado dura. (entrevista a Fausto Ferreira, ex-cabo atirador)

Não quer dizer que não fosse ruim, mas em proporção era melhor do que andar aqui ao dia. Fazia-se aqueles exercícios mas comia-se e descansava-se. Aqui era de manhã cedo, de sol a sol. As oito horas foi só dois anos depois do 25 de Abril. (entrevista a José Correia, ex-soldado atirador)

Em 1970, ano em que todos os entrevistados iniciaram a tropa, as Forças Armadas portuguesas viviam um momento crítico. Era imperativo manter uma estrutura capaz de dar conta dos aspectos administrativos, logísticos e operacionais de uma guerra que nunca fora declarada. O envio médio anual de 105.000 homens para Angola, Moçambique e Guiné implicou que se procedesse ao aumento drástico da capacidade de formação militar: depois de 1961, o número de turnos anuais de instrução quadruplicou. O reduzido número de oficiais do Quadro Permanente e de candidatos à Academia Militar⁸³ teve de ser colmatado com uma alteração que viria a pesar nos últimos tempos do regime: a formação de ‘capitães de complemento’ (Ver Capítulo V). A partir de 1966, surgiu a possibilidade de integrar alferes milicianos em cursos especiais lhes permitissem aceder ao posto de capitão e comandar uma companhia. Por outro lado, a lei que em 1968 veio regular o serviço militar procurou colmatar algumas lacunas: os indivíduos que frequentassem o curso de sargentos milicianos com bom aproveitamento e com “especial capacidade de chefia” poderiam passar para o curso de oficiais milicianos; os instruendos que não tivessem aproveitamento no curso de oficiais milicianos – e que, de acordo com a *Resenha Histórico-Militar* anteriormente teriam passado a praças - poderiam ser classificados como aptos para sargentos

⁸³ De acordo com os dados oficiais do EME contidos na *Resenha Histórico-Militar*, foi a partir do ano lectivo de 1965/1966 que o número de vagas na Academia Militar começou a ser superior ao número de candidatos. Em 1969/70, por exemplo, o número de candidatos era quatro vezes menor do que o número de vagas: 460 vagas para 112 candidatos (Estado-Maior do Exército 1988: 315).

milicianos. Valia tudo. O que importava era garantir se alcançava o efetivo militar necessário para as várias fases do serviço militar. Como consequência inevitável destas alterações, a qualidade da instrução foi diminuindo,

(...) quer pela deficiência de algumas estruturas – nomeadamente as que se prendiam com a instrução de tiro – quer pela impreparação dos quadros, sempre em renovação, quer ainda porque se chamavam às fileiras também os mancebos menos válidos para o serviço militar. (Estado-Maior do Exército 1988: 313)

No final da instrução básica, os homens eram enviados para a instrução da especialidade, de acordo com os testes psicotécnicos realizados. Houve cozinheiros que tiveram de aprender a cozinhar, condutores que nunca tinham guiado um carro e enfermeiros que eram pescadores. De acordo com a classificação obtida na recruta, algumas praças eram selecionadas para a formação de cabos. A *Resenha* destaca alguns inconvenientes desta modalidade de formação acelerada, como a “dificuldade de os cabos ganharem o indispensável ascendente sobre as restantes praças, por serem da mesma incorporação”, bem como a “deficiente preparação técnica”, que era pouco superior à dos soldados (Estado-Maior do Exército 1988: 321). Mas o olhar retrospectivo da *Resenha* é crítico em relação a todos os níveis de instrução. Uma guerra que se arrastava há anos, que se havia estendido a três teatros de operações, era um imenso sorvedouro de recursos que impedia a adequada preparação dos vários contingentes enviados. Durante treze anos, Portugal combateu uma guerra entregue a si mesmo, “sem espetáculos e sem alianças”. Restava-lhe confiar na sólida determinação patriótica daqueles que, na metrópole e no ultramar, se sacrificavam pela integridade da ‘nação pluricontinental’, prova indesmentível do glorioso passado que a todos cabia preservar.

Preparação para a guerra

O Batalhão de Artilharia 3835 foi constituído em Julho de 1970, tendo como unidade mobilizadora o GACA 2⁸⁴ em Torres Novas. No início de Setembro começou a Escola Preparatória de Quadros, que contou com dezoito oficiais, sete sargentos e vinte e oito cabos milicianos. A 21 de Setembro iniciou-se a instrução de cerca de quatrocentas praças vindas de todo o país. Nos primeiros dias de Novembro, o Batalhão de Artilharia 3835 seguiu para o Campo de Instrução de Santa Margarida, onde foram integrados os especialistas da CCS e das companhias operacionais. Esperava-os a Instrução de Aperfeiçoamento Operacional, última etapa antes da partida para a guerra⁸⁵.

Entre Setembro e Novembro de 1970, os entrevistados receberam a notícia de que haviam sido mobilizados para Angola. Nesse momento o mais visível e amargo problema para as Forças Armadas e para o governo português era a Guiné. As operações de guerrilha iniciadas em 1963 pelo PAIGC tinham, de acordo com Amílcar Cabral, obrigado o contingente português a situar-se em “posições enquistadas, mantidas aqui e ali com grandes dificuldades” (Cabral apud Guerra 1994: 215) das quais nunca conseguiram sair. O cenário guineense não melhorou nos anos seguintes. O ano de 1970 foi particularmente penoso para as tropas portuguesas: a emboscada e assassinato de três oficiais portugueses em Abril⁸⁶ e o abate de um helicóptero que transportava quatro deputados em visita ao território em Julho, vieram evidenciar a fragilidade da situação militar portuguesa na Guiné⁸⁷. Moçambique e Angola apresentavam situações menos críticas, confinadas a regiões específicas onde a resistência dos movimentos nacionalistas se mantinha bastante ativa. Compreende-se, assim, que a tristeza, revolta ou aceitação pacífica da mobilização tenham sido acompanhadas pelo alívio sentido com a província que lhes tinha calhado em sorte.

⁸⁴ O Grupo de Artilharia Contra Aeronaves 2 foi criado em 1942 na sua sede provisória em Abrantes. Em 1957 foi transferido para Torres Novas, tendo sido extinto em 1975. A sua missão inicial era a defesa anti-aérea do Entroncamento, mas durante as guerras coloniais foi-lhe atribuída a competência de unidade mobilizadora. Preparou 78 companhias de artilharia e 12 comandos de Batalhão (Cf. Regimento de Artilharia Antiaérea 2003).

⁸⁵ Ver *História da Unidade BART 3835*, Capítulo I, “Formação do Batalhão”.

⁸⁶ Os quatro oficiais do Exército e dois intérpretes foram assassinados quando se dirigiam para mais um encontro de negociações com comandantes do PAIGC. Para uma análise do impacto e implicações deste acontecimento, ver Afonso e Gomes 2010, Guerra 1994 e MacQueen 2004.

⁸⁷ Para uma visão detalhada da evolução da guerra na Guiné ver Afonso e Gomes 2010, Guerra 1994.

A minha companhia [de instrução] tinha cento e tal homens, quando chegou a altura de a gente rodar há um que aparece e diz ‘A gente vai agora formar grupos e vamos dizer para onde vocês vão’ e lá fomos para a parada do quartel de Leiria. O pessoal formou as companhias e disseram ‘Olhem, pessoal, vocês vão para Angola, vocês vão para Moçambique, vocês vão para a Guiné’. Eu fiquei mais contente, porque sabia que na Guiné era mau! (entrevista a José Gomes, ex-soldado atirador)

Há uma informação do quartel general uma coisa do género de que ‘Você vai formar batalhão, vai para Torres Novas porque vai para Angola’. Não estava à espera, de maneira nenhuma. Isto desestabiliza um bocado, para não dizer muito. De qualquer das maneiras do mal o menos, o raciocínio foi exatamente este: não é Guiné, entre Moçambique e Angola talvez Moçambique fosse um bocado melhor, mas as notícias que chegavam cá não eram famosas na zona Norte de Moçambique. Portanto foi encarar isto como foi possível, não é? (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano)

Quando sou mobilizado vieram-me as lágrimas ao olhos. Eu não sei, eu vi estrelas! Não desmaiei ali porque não calhou. Eu nunca pensei que ia [para Angola]. Quando fui chamado [pelo altifalante] pensei que eram mais dois mesitos e ia para casa. Foi, foi! Vais para casa vais, durante dez dias, depois apresentas-te em Santa Margarida. Foi um choque, naqueles dez dias andava a contar a desgraça. (entrevista a João Marques, ex-cabo condutor)

Estava numa vitrina, fulano de tal, vai para Angola, fulano de tal para a Guiné. Não custou nada. Havia rapazes da cidade, alguns até começavam a chorar, eu não. Eu, por acaso, correu tudo sempre bem. (entrevista a António Moreira, ex-soldado mecânico)

Dispersos pelo país em quartéis de várias especialidades, as memórias de vinte e oito entrevistados convergem no Campo Militar de Santa Margarida ⁸⁸. Foi lá que, após um período de instrução variável (entre cinco e doze meses) quase todos os elementos do Batalhão e das suas companhias se conheceram. Só não passaram por esta instalação militar dois casos de rendição individual da CART 3313: o do alferes miliciano Amândio Clemêncio e o do soldado enfermeiro António Simões. O primeiro, voluntário no serviço militar, após a recruta em Mafra seguiu para Angola, onde deu instrução a tropas locais. Só mais tarde se juntou à CART 3313, para substituir um alferes. O segundo, cabo enfermeiro despromovido a soldado por se ter ausentado do quartel, foi enviado em rendição individual no início de Fevereiro desse ano.

Foi em Santa Margarida que os elementos de todo o Batalhão – Companhia de Comandos e Serviços e as três companhias operacionais – tiveram a Instrução de Aperfeiçoamento Operacional que, durante cerca de três semanas, os iria preparar para

⁸⁸ Fundado em 1952, o Campo Militar de Santa Margarida foi planeado e construído como resultado de compromissos associados à NATO. Situado no concelho de Constância, ocupa um terreno de 3.500 hectares e foi pensado para uma capacidade de 20.000 homens.

a realidade angolana. Constituídas as companhias e respectivos pelotões, o tempo era agora de realizar exercícios que simulassem os ataques e emboscadas que deveriam esperar no terreno.

O IAO era fazer umas simulações do que se poderia passar. Íamos com armas a caminhar e havia uns assaltos, uma espécie de emboscadas, para nos adaptarmos minimamente àquilo. Mas se quer que lhe diga, nunca foi uma coisa muito levada a sério, estávamos muito longe de estar preparados [para o que iriam encontrar]! No IAO às vezes havia uns petardos, umas coisas para ver como a gente reagia. Era mais psicológico, para estarmos preparados para isso. Um dia, quando estávamos mesmo para ir para Angola, deram uma imagem do que se tinha passado na Guiné. Uma coluna saiu da companhia e passado 5 quilómetros foram atacados. Durante o tiroteio, tudo para baixo das viaturas. Passou. Tudo para cima das viaturas outra vez, à descontração. Mais à frente, 2 ou 3 quilómetros, foi a varrer, parece que não sobrou ninguém. Eles contaram-nos isso. Para nos dizer: ‘Atenção, isto é a realidade e vocês têm que ir preparados para isto. Muito cuidado!’ A pessoa está ali, 20 anos, com uma grande ingenuidade. Não é um profissional da guerra. Trememos por todos os lados! (entrevista a Avelino Silva, ex-furriel miliciano)

Nós íamos para uma guerra que não era guerra, era de guerrilha. Explicaram-nos isso desde o princípio. Era mais à base da Psico do que de matar: não se vê um preto e não se dá logo um tiro. O que nos diziam era isto: havia muitos trabalhadores que trabalhavam em fazendas e que à noite pegavam em armas. De dia eram camponeses e à noite davam ao gatilho. Passavam as mensagens de trabalhador para trabalhador, até ao chefe, e à noite já sabiam para onde haviam de ir. (entrevista a José Gomes, ex-soldado atirador)

Décadas mais tarde, a memória da instrução é difusa. Para além dos exercícios de preparação operacional, os homens que se preparavam para partir para Angola recordam a aprendizagem de um inimigo sem cara: qualquer negro poderia ser um ‘terrorista’. A desconfiança constituía uma condição de sobrevivência em África. A aparente inocência dos camponeses, das mulheres ou dos velhos deveria ser sempre escrutinada por uma atenção vigilante sem tréguas. Preparados para um inimigo sem cara, é consensual a ideia de que não estavam preparados para o que viriam a encontrar em Angola. O clima, a vegetação e o terreno africano trouxeram dificuldades inesperadas a milicianos sem qualquer experiência, treinados numa teoria que em pouco correspondia à realidade. Esta opinião é partilhada pelo Estado-Maior do Exército, que na *Resenha Histórico-Militar* reconhece as várias deficiências de que padecia uma instrução acelerada de contingentes elevados de homens, denunciada aliás pelos comandos militares das províncias ultramarinas: a fraca formação técnica dos militares e a necessidade de um período de reciclagem e adaptação ao clima dos territórios surgem no discurso oficial como limitações severas ao desempenho das forças

destacadas na guerra. Mas não havia tempo para mais. Era preciso alimentar a máquina de uma guerra que não se detinha por nada.

O fim do IAO marcou o regresso a casa das centenas de homens do Batalhão. Após um período de férias, teriam de voltar a apresentar-se para o embarque das tropas em Alcântara. Na manhã de 6 de Janeiro de 1971 o Batalhão de Artilharia 3835 iria embarcar para Angola com mais três batalhões, três companhias e dois pelotões independentes. Centenas de homens viajariam para Luanda no paquete Vera Cruz. Mais de quarenta anos após a partida, todos guardam recordações vivas dos últimos momentos em Portugal.

Eu despedi-me da família. Dela [mulher, na altura namorada] é que não. Mandeir vir o táxi, não disse nada, já tinha tudo feito. Disse ‘Vou para Coimbra, para a Residencial Kanimambo e depois apanho o comboio’. Eu já sabia que iam dois ou três antes [para Santa Margarida, de onde partiam de comboio na madrugada de dia 6], o Russo e outro que levou uma garrafa de brandy muito forte, eu nem estava habituado àquilo. Estávamos todos tristes, um frio do caraças, nem tínhamos roupa para aquilo! A caserna gelada, a gente com um cobertorzito que nos arranjaram e toca a beber brandy. (entrevista a Firmino Alves, ex-furriel miliciano)

Em 70 passei o Natal e ano novo em casa, porque só embarcámos a 6 de Janeiro. No dia que saí de casa nevou aqui, havia muita neve e os carros não andavam. Eu levava umas malas. Havia ali uma tasca onde a gente parava, e estavam ali uns quantos moços. Ajudaram-me a levar as malas e foi tudo comigo até ao comboio, até parece que íamos para uma festa. Eu fui-me despedir do meu pai lá no quintal e ele foi lá para dentro, não fez mais nada. Mas eu recordo-me é da minha falecida mãe. Enquanto eu ia pela estrada e dava para me ver, ela ficou ali à porta a chorar. Isso, eu nunca mais me esqueço. (entrevista a Manuel Silva, ex-cabo atirador)

Recordo-me, perfeitamente do dia da partida em Lisboa. E também de me ter despedido da família em casa, foi aquela despedida não muito calorosa porque, para não chocar muito, é um “até breve”. Depois a gente lá em Lisboa, claro, éramos incorporados no Batalhão para desfilar ao som daquelas marchas militares que a gente até se esquecia que ia para a guerra. Pronto, era festa! Ali ainda era festa. (entrevista a Artur Silva, ex-soldado condutor)

A minha mulher estava grávida. Tínhamos casado em Março de 1970 e saímos em Janeiro de 1971. Foi difícil. Saí daqui no dia 3, e o meu filho nasceu no dia 16 de Janeiro. Só vi o meu filho quando vim dois anos e meio depois, viemos no dia 18 de Março de 1973. O meu filho não me conhecia. Casei convencido que não ia para fora, diziam que os casados tinham preferência para ficar. O dia da partida foi péssimo. Não tinha lá ninguém, e ainda bem. Com as pessoas lá era mais difícil. Via-se pessoas a desmaiar, a cair para o chão. (entrevista a António Carvalho, ex-soldado condutor)

A despedida da família, a tristeza e o medo do que o futuro lhes traria, o orgulho de partir para defender a pátria, a pompa do desfile militar, a multidão ansiosa que enchia o cais, são alguns dos temas que percorrem as memórias daqueles que ao meio dia de 6 de Janeiro de 1970 zarparam no Vera Cruz para Angola. Nove dias mais tarde chegariam a Luanda. Até lá, ficariam confinados ao universo verde um pacote povoado por tropas, à espera do dia em que finalmente iriam ver a província que foram chamados a defender.

A memória dos anos antes de Angola é feita da recordação das circunstâncias pessoais e dos acontecimentos que enchiam as vidas dos homens que viriam a fazer parte da Companhia de Artilharia 3313: onde viviam e como, o que viam à sua volta e o que podiam esperar do futuro. A escala privada do passado, presa às contingências que distinguem todos e cada um dos relatos nos seus detalhes, não é opaca e estanque. Pelos seus múltiplos poros, como uma peneira, distinguem-se os grandes processos históricos que moldavam o mundo em que viviam. O limite dos seus horizontes biográficos reflete o país pobre, calado pelo regime, confinado em meios que raramente se tocavam. Um país dividido entre uma enorme mancha rural, economicamente estagnada nas suas frágeis oportunidades, e pequenas zonas urbanizadas onde o desenvolvimento económico e industrial principiava a transformar o modo de vida de quem nelas vivia. Entre um e o outro lado desta sociedade dual em evolução, uma retórica nacionalista e conservadora procurava diluir as distâncias e uniformizar os espíritos com um discurso moralizante de respeito à autoridade, de elogio da humildade e da tradição, de exaltação da história de uma nação imemorial que soubera expandir-se para além da pequenez do seu território original.

A guerra que rebentou em Angola no ano de 1961 foi um acontecimento remoto para aqueles que, dez anos mais tarde, partiriam para África. A união em torno de um grande desígnio – a integridade de uma ‘nação pluricontinental’ – era, então, uma ideia abstrata, uma difusa inquietação trazida pelos ecos das notícias que recebiam e pelos relatos daqueles que partiam para a defender. A grandeza nacional, aprendida na escola e repetida pela propaganda do regime, terminava nas fronteiras do mundo que lhes era

dado a conhecer. Enquanto a comunicação social ensaiava a exaltação patriótica, as vidas destes homens permaneciam confinadas nas fronteiras que definiam o lugar de cada um. Nas escolas, nos campos, nas fábricas, foram espectadores de uma guerra que cada vez se tornava menos distante. Alheados de qualquer intervenção cívica ou política, moldados pela conformidade ideológica ao regime, viram surgir o serviço militar obrigatório como uma inevitabilidade à qual não iriam escapar – porque não queriam, não podiam ou não conseguiam sequer conceber.

A entrada na tropa marcou o momento em que a nação passou a ser mais do que um conjunto de frases vazias. Foi com tudo o que o serviço militar trouxe – outras terras, outras pessoas, outras maneiras de falar e de agir - que a ideologia nacionalista abstrata se foi tornando numa realidade concreta. O tempo da preparação para a guerra foi o tempo da união de todos estes homens em torno do dever de defesa ‘do que é nosso’, bem maior que justificava os sacrifícios pedidos. Foi na instrução militar que aprenderam que, do outro lado da barricada, iriam encontrar um inimigo que podia ser qualquer africano, ameaça invisível que minava a harmonia com que brancos e negros viviam nas ‘províncias ultramarinas’. O ‘terrorismo’ – nunca formulado como o resultado das aspirações nacionalistas dos habitantes de Angola, Guiné e Moçambique – deveria ser combatido como criminoso atentado à integridade da grande ‘nação pluricontinental’. À exceção de uma pequena minoria de africanos manietados por forças externas, aprenderam que todos os que viviam do ultramar, brancos e negros, se consideravam tão portugueses como as gentes da metrópole. Começava então um novíssimo tempo: o da descoberta da comunidade imaginada que, construída ao longo da gloriosa história de expansão marítima, convocava agora a lealdade de todos e de cada um dos seus elementos.

CAPITULO III 1971

Os começos são sempre memoráveis. O início de qualquer coisa – um país, uma viagem, uma experiência – é mais fácil de recordar do que os tempos que se seguem. Eviatar Zerubavel fala do ‘estatuto mnemónico especial’ destes momentos únicos, fixados para sempre nas topografias da memória e da sua singular relevância nas narrativas sobre o passado. Talvez esta seja uma das razões que torna o ano de 1971 tão importante nas memórias dos antigos militares da Companhia de Artilharia 3313. Tudo era surpresa e novidade: a paisagem e as pessoas que nela foram descobrindo, os pequenos e grandes momentos militares em que participaram. Mas nem só da dimensão iniciática vive a importância do primeiro ano em Angola nas narrativas dos homens da Companhia de Artilharia 3313. Os acontecimentos que encheram os doze meses no Leste contribuem de forma decisiva para que este período apresente uma densidade mnemónica única. Embora o tempo seja objectivamente vazio e homogéneo, ele é experiencialmente sentido como muito heterogéneo. Para Zerubavel, a forma social do passado “(...) is profoundly affected by the rather pervasive sociomental differentiation of ‘eventful’ historical periods from ‘uneventful’ seemingly empty historical lulls.” (Zerubavel 2003: 26). Esta ‘visão óptica da história’ é o resultado da existência de ‘normas de focagem’ que ditam o que deve ser esquecido e recordado, o que é irrelevante e o que é significativo. Aos longos vales dos períodos de paz, contrapõem-se as colinas acidentadas dos tempos de guerra, de onde emergem uma multidão de acontecimentos memoráveis.

Este capítulo começa e acaba no Leste de Angola, região onde a Companhia de Artilharia 3313 cumpriu o primeiro ano da sua comissão de serviço. A memória dos antigos militares entrevistados, diluída pela passagem de quarenta anos, concentra-se em torno de dois temas: por um lado, a descoberta da paisagem e dos seus habitantes, de hábitos e modos tão diferentes daqueles a que os militares provenientes da ‘metrópole’ estavam habituados. Cabe aqui a maravilhada descoberta de Luanda, mas também os passeios pelas sanzalas do Leste, histórias de mergulhos nos rios, de observação de batuques nas aldeias e de namoros com negras. A recordação encontra-se envolta em saudade e riso, e é apresentada com alegria, histórias de rapazes jovens plantados na aventura do desconhecido. Mas estas memórias implicam também um

conjunto de recordações sombrias e dolorosas associadas à experiência guerreira. O medo e a tensão, os ataques e rebentamentos de minas, a invisibilidade de um inimigo sem cara, enchem as narrativas de quem viveu o ano de 1971 na planura do Leste angolano. As memórias destes homens não estarão sozinhas neste capítulo; elas cruzar-se-ão com o relato da *História da Unidade BART 3835* e com as cartas de guerra do antigo alferes médico Lobo Antunes. Este capítulo explora as continuidades, contradições e fissuras que surgem deste confronto de narrativas.

1. De Luanda ao Leste angolano

Quando eu cheguei ao Grafanil o meu irmão já estava na tropa. Havia um gajo que estava dentro das missões e dos batalhões, era amanuense... Quando aparecia malta da metrópole ele começava a perguntar ‘Quem é que é de Viana do Castelo?’, o tio dele era torneiro no estaleiro. Ele perguntou para onde eu ia e disse ‘A ver se não ides para o Leste, no Leste está uma confusão do caralho!’. O Leste era a zona pior. Ele foi-me mostrar os caixões que iam [connosco], estavam lá mesmo! Mandei uma carta para o meu irmão, ‘Eu vim enganado, mas tu pira-te!’ (entrevista a Licínio Macedo, ex-soldado de transmissões)

Chegados ao Campo Militar do Grafanil, já pouco separava os homens da Companhia de Artilharia 3313 da guerra. A passagem pela porta de armas do imenso quartel marcou o início de um tempo que só terminaria vinte e seis meses mais tarde, com a desmobilização. Foi aqui que receberam o armamento e equipamento pessoal, que tomaram vacinas e que souberam a zona que lhes cabia no primeiro ano de comissão: subsector de Gago Coutinho, atual Lumbala Nguimbo, no Leste de Angola⁸⁹. Foi também aqui que a maioria dos militares começou a ouvir histórias sobre a guerra muito diferentes das que tinham conhecido em Portugal. Licínio Macedo não é o único que recorda o confronto com a possibilidade da morte, materializado nos caixões que acompanhariam as unidades até aos quartéis onde iriam ficar instalados. Local de passagem obrigatória para os militares que chegavam a Angola e para aqueles que regressavam à metrópole, no Campo Militar do Grafanil cruzavam-se ‘maçaricos’ e ‘velhinhos’. Os primeiros ouviam as histórias dos últimos e descobriam uma guerra que

⁸⁹ Embora a *História da Unidade BART 3835* afirme que o destino da unidade foi conhecido na chegada a Luanda, a verdade é que o alferes médico miliciano António Lobo Antunes soube da notícia ainda a bordo do Vera Cruz. Instalado na 1ª classe, rodeado de oficiais e dos comandos do Batalhão, parece ter tido acesso a informações que a maioria dos militares embarcados só veio a conhecer já no Grafanil. O postal enviado da Madeira a 7 de Janeiro anunciava Gago Coutinho como a zona que lhes tinha cabido, e numa carta datada de 14 de Janeiro explicava à sua mulher a longa viagem que fariam para as ‘Terras do Fim do Mundo’. Ver Antunes 2005: pp. 17-20.

desconheciam. Desta semana, Avelino Silva recorda a escalada da tensão e do medo à medida que foi conhecendo histórias da guerra que até então tinha sido um acontecimento longínquo.

O que tenho na mente [dos tempos em Luanda], são as injeções que temos que levar, as vacinas que se tem que tomar para a pessoa aguentar todas as doenças que podem vir. A seguir vêm os tipos do Cazombo e do Leste de Angola. E perguntavam: ‘Para onde ides?’, ‘Para o Leste’, ‘Oh pá, ainda ontem rebentou uma mina e morreram tantos!’. É que se tivéssemos alguém para ajudar! Mas não tínhamos. Era sempre a colocar mais medo nas pessoas, mais pressão. Era só tremer. (entrevista a Avelino Silva, ex-furriel miliciano)

A partir do momento em que souberam a zona de ação atribuída ao Batalhão e às suas companhias operacionais, ninguém ficou a salvo do medo. Os oficiais, hierarquicamente próximos dos comandos das unidades, auscultavam as opiniões dos seus superiores sobre a região sul do distrito do Moxico junto da fronteira com a Zâmbia. Numa carta enviada do Campo Militar do Grafanil, António Lobo Antunes desenha um retrato sombrio:

O optimismo não é muito, porque os comandos estão bastante desanimados e pessimistas, e o quadro da nossa vida nos próximos meses não vai ser, ao que eles dizem, muito agradável. O 2º comandante repete a quem o quiser ouvir que não poderemos, decerto, fazer mais nada do que tentar subsistir (...). (Antunes 2005: 24).

A apreensão que tomou conta de oficiais, sargentos e praças não era infundada. O Leste de Angola era, desde meados da década de 60, um dos principais focos de ‘subversão’ no território. Composta por quatro distritos (Moxico, Lunda, Bié e Cuando Cubango) e pela parte sul do distrito de Malanje, esta zona possuía um elevado interesse estratégico. “Para o Estado Português, o Leste de Angola eram a Diamang, a Companhia Mineira do Lobito (minas de Cassinga) e o Caminho-de-Ferro de Benguela, fontes de receitas e de relações com a alta finança mundial e instrumento de pressão com a Zâmbia” (Afonso e Gomes 2010: 335). Sem costa marítima, a Zâmbia dependia das ligações terrestres fornecidas pelos países vizinhos. O Caminho de Ferro de Benguela era, por isso, uma via de comunicação essencial com a costa atlântica.

A proclamação da independência zambiana em 1964 veio criar as condições para que os movimentos nacionalistas angolanos aí estabelecessem bases de apoio, o que lhes permitiu preparar a ação numa parte do território até então intocada no conflito.

O início da atividade do MPLA ⁹⁰ e da UNITA no Leste no ano de 1966 veio transformar radicalmente a geografia da guerra que se travava desde 1961 em Angola ⁹¹. A partir desse momento, as operações das tropas portuguesas teriam de cobrir não os 200.000 km² circunscritos ao Norte de Angola, mas uma área aproximada de 500.000 km². Era preciso defender o planalto central, vulnerabilizado pela ação dos movimentos na zona oriental de Angola. As crescentes dificuldades com que as Forças Armadas se foram deparando durante os anos seguintes tiveram como consequência a deslocação do principal centro de operações do Norte para o Leste de Angola em 1970, seguindo a decisão tomada pelo General Costa Gomes, comandante chefe em Angola ⁹². No ano seguinte foi criada a Zona Militar Leste (ZML), que uniu os três ramos das Forças Armadas portuguesas e as autoridades civis da região. Em Março de 1971, o General Bethencourt Rodrigues tomou posse como comandante da Zona Militar Leste, ficando o quartel general no Luso, atual Luena. A constituição da ZML, cuja área representava 52% do território angolano, implicou o incremento de recursos para os seus quatro distritos: Bié, Lunda, Moxico e Cuango Cubango (Cf. Bethencourt in Antunes 1995: 108).

Compreende-se, assim, que o conhecimento da zona de ação tenha criado medo e incerteza entre os militares da Companhia de Artilharia 3313. À data do desembarque do Batalhão de Artilharia 3835 em Luanda, o Leste de Angola havia substituído o Norte no protagonismo dos acontecimentos. Não se tratava já de massacres cujo horror ninguém esquecera. No início dos anos 70, a ‘ação do inimigo’ no Leste beneficiava da fraca presença de colonos, da dispersão das forças militares e do eficaz trabalho de politização das populações locais. O inimigo deixara de ser o negro que empunhava catanas sob o efeito de misteriosas substâncias que os feiticeiros preparavam. O inimigo

⁹⁰ Nas memórias de Dino Matrosse, militante e guerrilheiro do MPLA destacado na Frente Leste em meados dos anos 60, pode ler-se o relato do primeiro combate com as tropas portuguesas nesta zona. No dia 18 de Maio de 1966, o grupo de 40 guerrilheiros foi surpreendido por uma companhia do Exército português nas primeiras horas da manhã. A informação da localização do acampamento teria sido dada por um aldeão de uma aldeia próxima, que não obedeceu às instruções do soba, aliado do MPLA. Ver Matrosse 2007: pp.138-145.

⁹¹ A FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) - resultante da fusão realizada em 1962 entre a UPA (União dos Povos de Angola) e o Partido Democrático de Angola -, também procurou estabelecer-se no Leste angolano. Em 1964 abriu uma delegação na Zâmbia. As tensões étnicas obrigaram-nos a retirar de novo para o Congo. A ação da FNLA no Leste de Angola foi, por isso, quase inexistente (cf. Afonso e Gomes 2010, Wheeler e Pélissier 2009 [1971])

⁹² No seu testemunho n’*A Guerra de África* de Freire Antunes, o general fala desta decisão estratégica, posta em prática em apenas seis meses, bem como da remodelação do comando militar em Angola, procurando combater a dispersão de meios que até então se tinha verificado (Gomes in Antunes 1995: 118-119).

podia ser qualquer pessoa que, a coberto da aparência de normalidade camponesa, colocava minas nas picadas, destruía pontes e atacava em pequenos grupos as tropas portuguesas.

As memórias dos dias do Grafanil são também as memórias do tempo em que as ideias aprendidas sobre Angola se foram diluindo perante a realidade de um território onde tudo era diferente do que tinham conhecido antes. O inesperado calor de Janeiro em Luanda, a multidão de insectos que povoava as noites, as imensas chuvadas tropicais que terminavam abruptamente e traziam o calor de volta, são muitos os pequenos retratos que as memórias destes homens compõem. Durante uma semana de obrigações militares reduzidas, as narrativas sobre este tempo deslizam entre a vastidão do quartel, no desconforto das instalações militares - as tendas onde as praças ficaram instaladas e os dormitórios destinados aos oficiais e graduados – e a maravilhada descoberta de uma cidade cosmopolita e cheia de vida. Cafés e esplanadas onde a cerveja fresca era acompanhada de camarão pelo qual nada se pagava, bares e cabarés a perder de vista, carros de luxo e roupas inesperadamente modernas, uma liberdade e soltura desconhecida de todos.

Quando cheguei a Luanda fui a casa dos meus tios. O meu tio tinha estado na Índia com a minha tia, que era indiana, e tinham dois filhos. Esteve preso na Índia quando aquilo foi ocupado, a família veio-se embora e ele ficou. Quando veio para Portugal só ficou meia dúzia de meses, foi logo para Angola. Quando cheguei o meu tio disse-me ‘Vocês são uns badamecos, isto é que é!’. Os meus primos a saírem com raparigas até às quatro da manhã, e eu espantadíssimo [risos]. Aquilo era uma liberdade completamente diferente! Fomos a vários espetáculos. Eu nunca tinha entrado num casino, nunca tinha entrado numa casa de espetáculos! 99,9% das pessoas, excluindo o [alferes Joaquim] Mestres ou o [alferes José] Jorge, malta de Lisboa, ninguém tinha entrado nessas coisas. (entrevista a Manuel Russo, ex-furriel miliciano)

Lisboa é uma cidade histórica, com quase 800 anos. Luanda era uma cidade nova, com avenidas abertas, moderna, muito cimento. Havia muita poeira, claro. Era muito diferente, Lisboa não se pode comparar. (entrevista a Jorge Pereira, ex-cabo cripto)

O que agora se vê as mulheres vestidas, já lá estavam. Aliás, as pessoas que foram para lá foram muito influenciadas pelos ingleses da África do Sul, havia uma relação muito grande entre Angola e a África do Sul. As pessoas que lá viviam iam fazer uma vida ótima, excelente. Na maior, pá. Tudo melhor que cá, até os automóveis eram melhores que cá! (entrevista a José Aguiar, ex-cabo cripto)

A gente mandava vir uma cerveja e vinha logo um pires de camarão! A gente mandava vir uma caneca – o que com aquela temperatura era uma brincadeira – e vinham duas ou três e saíamos de lá com a barriga cheia de camarão! Em Luanda havia muito mais vida

que em Lisboa, era uma coisa louca até às tantas da manhã. Os bares sempre cheios. Luanda, nos anos 70, tinha uma vida noturna, Jesus! Acho que nunca conheci uma cidade com tanta vida noturna. (entrevista a Manuel Silva, ex-cabo atirador)

Provenientes da pequenez de um país cinzento e conservador, os dias de passeio em Luanda revelaram a estes homens uma cidade inimaginável de abundância, diversão e liberdade. Se a passagem por Luanda impressionou a maioria dos entrevistados pelo cosmopolitismo inesperado, houve também quem olhasse a cidade com desencanto. Numa carta enviada à mulher, o alferes médico escreve:

Luanda está longe de ser uma cidade vivível: toda ela é uma espécie de Areeiro de província, com o mesmo pretensioso gosto suburbano, e os brancos daqui têm todos o mesmo indefinível aspecto dos vendedores de automóveis daí, de patilhas sem classificação social, camisas transparentes, e mulheres tipo locutoras de rádio, demasiado bem vestidas para serem inteiramente honestas. (Antunes 2005: 21)

Esta observação, feita por um lisboeta de classe média que olha com desconfiança a modernidade de Luanda e com altivez os brancos de Angola, está irremediavelmente presa ao meio onde cresceu e que faz associar o crescimento desta cidade a um gosto suburbano que conhecia da metrópole. O olhar crítico sobre os colonos luandenses não reaparece nos discursos dos seus camaradas. No entanto, há um outro aspecto que atravessa as cartas do médico e as memórias de alguns entrevistados, e que constituiu a maior das surpresas no confronto com a cidade: a pobreza de Angola. A chegada a África mostrou que a terra de que tanto tinham ouvido falar era mais do que prosperidade sem fim. Para além dos bares e cabarés que enchiam a cidade, dos carros modernos, da praia e das casas da classe média abastada, alguns destes homens viram também as muitas formas da miséria. Lobo Antunes descreve um retrato bem diferente daquele que imaginara. Um retrato onde cabiam musseques, “uma espécie de bairro da Boavista ampliado”⁹³ e pobreza por todo o lado: “Uns negros aleijados, arrastam-se a pedir esmola, outros oferecem cinzeiros de madeira, objetos esculpidos, jornais, farrapos e miséria. Nunca pensei vir encontrar tanta pobreza, tanta porcaria, tanto calor.” (Antunes 2005: 22). Quarenta anos mais tarde, outros camaradas recordam a pobreza de um país que era muito mais do que a promessa de abundância:

⁹³ O Bairro da Boavista situa-se na freguesia de Benfica, tendo sido planeado no âmbito de um decreto-lei de 1939 que criava os ‘bairros de casas desmontáveis’ destinados a realojar populações que habitavam clandestinamente outras zonas da cidade. Inaugurado em 1941, foi crescendo ao longo dos anos. Só durante os anos 60, a população aumentou 50%.

Luanda era uma cidade bonita e grande, tinha uma zona antiga e depois tinha a zona moderna. Os arredores eram barracas, os musseques com os zincos e as madeiras, as pessoas a viverem em condições absolutamente incríveis. E nada disto se sabia. (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano)

Luanda era bonita. No entanto, também havia aqueles bairros pobres, ambientes que a gente estava a descobrir, bairros que eu vi porque outros colegas também já conheciam e a gente ia descobrindo através de outros. O Bairro Operário, chamavam-lhe BO, era um bairro muito pobre com muita gente e foi aí que eu vi mulheres, porta sim, porta não, com um postigozinho à porta e aquilo era quase como mercadoria. Era uma zona de prostituição: elas estavam lá dentro sentadas e a gente abríamos o postigo, falávamos - ou se quiséssemos nem falamos só víamos e, pronto, seguíamos. À frente estava logo outra. Isso foi uma das coisas que até pensei que não fosse possível existir mas lá constatei isso. (entrevista a Artur Silva, ex-soldado condutor)

Há uma coisa que ainda hoje recordo. Quando saímos do barco fomos de comboio para o quartel Grafanil. Havia miúdos a correrem atrás dos comboios, não sei como não ficavam debaixo deles, porque caíam e batiam uns nos outros, sempre à espera de apanharem uma lata de conservas que a gente pudesse atirar. A pobreza era de loucos. Por aquilo que eu vi, em qualquer momento qualquer miúdo daqueles podia meter-se debaixo do comboio. E eu pensei ‘Agora é que eu vejo porque é que a guerra rebentou’. Aquilo era de uma pobreza extrema, eu nunca vi uma coisa assim. (entrevista a Manuel Silva, ex-cabo atirador)

Entre o deslumbramento e o horror com uma cidade muito diferente de tudo o que conheciam, os homens da Companhia de Artilharia 3313 passaram os seus dias no Campo Militar do Grafanil. Na madrugada de 22 de Janeiro partiram para uma viagem de quatro dias que os levaria para as Terras do Fim do Mundo. A secura descritiva da *História da Unidade BART 3835* permite aceder aos aspectos logísticos da viagem. Lendo apenas a informação contida neste documento, saber-se-ia pouco mais do que os percursos diários e os meios de transporte utilizados. Mas há uma passagem que permite entrever mais do que a organização militar oleada. Na terceira etapa da viagem, iniciada no Luso (hoje Luena), a coluna de viaturas pesadas civis e militares deparou-se com atrasos inesperados. Ao contrário do previsto, o BART 3835 teve de pernoitar no Lucusse, na sede de um batalhão de cavalaria, onde “(...) foi amável e gentilmente recebido pelo seu Comandante e demais oficiais, graduados e praças (...)”⁹⁴. A razão

⁹⁴ *História da Unidade BART 3835*, capítulo III, página 2. A *História da Unidade BART 3835* é um documento dactilografado composto por cinco capítulos autónomos: Formação do Batalhão; Viagem para o Destino; Estudo da Situação; Atividade das NT e do IN; Baixas Sofridas, Punições, Louvores e Condecorações. A numeração de páginas é feita por referência ao capítulo ao qual pertence. Doravante, todas as referências a este documento incluirão a indicação do capítulo (em numeração romana) e da respetiva página (em numeração árabe).

desta paragem é brevemente associada “(...) à má consistência do piso e aos *cuidados havidos com o fim de garantir a segurança adequada*, em virtude de a região a atravessar ser costumadamente sujeita à ação In[imiga]”⁹⁵. Lendo estas linhas, é impossível encontrar a apaixonada descrição que o alferes médico faz da parte final do percurso, a que chama “(...) o sétimo inferno inversamente comparável ao 7º céu de Maomé (...)”: uma extensa coluna de viaturas em que todos seguiam numa “(...) tensão de ataque iminente (...)” (Antunes 2005, 29). Se, para a instituição militar, as viagens em zonas operacionais eram o rotineiro desenrolar dos procedimentos de segurança, para as centenas de milicianos que atravessavam o Moxico em direção a Gago Coutinho este foi o primeiro embate com a tensão guerreira. O antigo alferes Joaquim Mestres tem ainda uma recordação viva da viagem inaugural nas matas angolanas:

O primeiro choque foi aí: metem-nos num comboio, com armamento, com munições, com a situação de vigilância no comboio à direita e à esquerda, com um rebenta-minas à frente... ‘Eh pá espera aí, isto já não é a brincar!’ . E diziam ‘Vocês não podem fechar o olho!’ . Era o que o capitão e o major nos transmitiam a nós, a gente ia para cima dos sargentos e dos soldados com a mesma conversa. Mas de onde é que eles vêm? Onde é que eles estão? No dia em que fomos para Gago Coutinho em coluna militar ainda foi pior. Em África todos os anos há queimadas, tudo aquilo com uma violência, e aquelas árvores ardem. Eu dizia por brincadeira ‘Nós estamos aqui porque olhamos para cada um daqueles troncos queimados e é terrorista que ali está!’ . Numa paisagem sem grandes referências tu não fechas efetivamente os olhos e vais correndo aquele horizonte à procura do terrorista, e a determinada altura há coisas que te confundem. O factor de desconhecimento, a tensão em que se está, o próprio instinto de sobrevivência leva a que o indivíduo a determinada altura veja terroristas à frente. (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano)

A memória da tensão que fazia ver o inimigo em cada árvore queimada é uma boa imagem da incerteza vigilante que dominou a entrada do Batalhão de Artilharia 3835 e das suas companhias operacionais na zona de ação que lhes estava destinada. Se a narrativa deste comandante de pelotão se detém na responsabilidade de manter os seus homens atentos a qualquer movimento estranho, as recordações das praças apelam ao tremendo incómodo de uma viagem longa feita em condições de enorme desconforto:

Não tínhamos onde nos sentar, íamos nas carruagens do gado, havia mesmo estrume de gado no comboio! E nós de pé, em cima uns dos outros⁹⁶. E levávamos uma máquina à

⁹⁵ *História da Unidade BART 3835*: III/2, itálico meu.

⁹⁶ Lobo Antunes descreve numa carta de 27 de Janeiro de 1971 a ‘viagem apocalíptica’ de comboio entre Nova Lisboa e o Luso. Transportados em vagões de 4ª classe, “(...) essa famosa invenção dos ingleses

frente do comboio a servir de rebenta-minas, porque costumavam pôr minas na linha do comboio. Depois, mais ou menos a meio da viagem, o Capitão Basto fez lá um barulho do caraças, com o comandante, que não podia ser: ‘Os meus soldados são iguais aos outros!’. Então mudámos. Nós fomos para os bancos e vieram os outros, para não irmos nós sempre de pé e os outros sempre sentados. (entrevista a Manuel Silva, ex-cabo atirador)

Nós éramos autênticos animais: de Luso para Gago Coutinho fomos naquelas camionetas de carga, aquilo era como quem levava os bois para o matadouro! Chegamos a Gago Coutinho e parece que não nos conhecíamos uns aos outros de tanto pó! As estradas não eram alcatroadas, eram de terra batida, e o que ia à frente era o que ia melhor porque depois os outros atrás levavam com o pó todo. (entrevista a José Cunha, ex-soldado de transmissões)

O desconforto e a tensão do ataque iminente não são a única ausência na descrição que a *História da Unidade BART 3835* faz da viagem da unidade para a sua zona de ação. No livro de cartas de António Lobo Antunes encontra-se um acidente de viação que não existe no relato oficial da viagem:

Felizmente não houve minas nem emboscadas, mas aconteceu-nos uma coisa horrível: a camioneta em que eu seguia, a última (por sorteio) partiu a direção, a uma velocidade considerável, e esmagou-se numa vala. Éramos 21: três braços partidos, 2 pernas, várias outras lesões sortidas, e eu com 6 pontos no lábio e 3 na língua: ainda não sinto. Caímos todos uns por cima dos outros, e pensei que tivesse sofrido mais do que isso porque o corpo dava-me a sensação de se encontrar multiplamente rachado. (Antunes 2005: 29)

Para a instituição militar, um evento como este parece não ter tido a dimensão necessária para constar da história oficial do Batalhão. Décadas mais tarde, o episódio está absolutamente ausente das memórias dos entrevistados: este foi apenas um entre muitos acidentes semelhantes que ocorreram durante a comissão de serviço em Angola. Um entre muitos, e nem sequer o mais trágico. É apenas numa carta enviada de Angola que se fica a conhecer a história da viatura que caiu numa vala da picada angolana e deixou atrás de si vários feridos ligeiros. Fixado no imediatismo de uma carta enviada à mulher, o acidente que deixou ossos partidos e ferimentos vários tornou-se uma insignificância narrativa com a entrada no quotidiano de guerra. Nos dois anos

para os habitantes do 3º mundo, e que a companhia dos caminhos de ferro de Benguela inglesmente adoptou (...)”, os militares do Batalhão de Artilharia 3835 viajaram “(...) em grandes molhos de pernas e de braços, de armas e de cabeças (...)”, como “[d]eportados judeus para um campo de concentração nazi” (Antunes 2005: 27).

seguintes, seriam inúmeras as situações memoráveis: ataques, rebentamentos de minas, baixas e a tensão insuportável de um inimigo invisível que podia estar em todo o lado.

2. Terras do fim do mundo

“Isto é o fim do mundo: pântanos e areia.” (Antunes 2005: 29). É assim que Lobo Antunes descreve a zona onde o Batalhão chegou na tarde de 26 de Janeiro de 1971. E, de facto, no início dos anos 70 esta região era ainda um fim do mundo ⁹⁷. Situado no extremo sul da província do Moxico, o subsector de Gago Coutinho ⁹⁸ era uma zona árida e arenosa, coberta de vegetação rasteira, feita de capim e de árvores de médio porte. Delimitada a oriente pela fronteira com a Zâmbia, a região era atravessada por vários rios que, na época das chuvas (entre Setembro e Abril), podiam atingir grandes caudais e submergir os terrenos circundantes. As chanas, paisagem característica do Leste angolano, eram composta por estes terrenos “(...) bastante alagadiço[s], que bordejam todos os cursos de água desde as nascentes até à foz e que chegam a ter, por vezes, largas centenas de metros ou mesmo quilómetros.” ⁹⁹.

No início de 1971, o subsector de Gago Coutinho encontrava-se bastante isolado da capital do distrito, a cidade do Luso. Embora já tivessem sido aprovados os trabalhos de preparação da asfaltagem dos 350 quilómetros que separavam estes dois pontos, à data da chegada do BART 3835 esta via de comunicação era ainda uma picada difícil de transpor. Se era difícil chegar ao fim do mundo de Gago Coutinho, não era mais fácil circular no interior da zona. A extensão das chanas, o piso arenoso e alagadiço, o grande número de rios e o diminuto número de picadas existentes limitavam fortemente os movimentos em viatura nesta zona. A partir do momento em que a guerra se instalou na região, às dificuldades naturais de circulação somaram-se os problemas acrescidos pela ‘ação inimiga’. A colocação de minas anticarro e antipessoais nas picadas, a destruição de pontes e a realização de emboscadas transformaram as viagens em pesadelos arriscados ¹⁰⁰.

⁹⁷ A expressão Terras do Fim do Mundo, que os antigos militares da CART 3313 usam para se referir ao sul da província do Moxico onde cumpriram o primeiro ano da comissão de serviço, foi criada por Henrique Galvão para designar a imensa extensão situada entre os rios Cuando e Cuíto Cubango – e que inclui, portanto, territórios do extremo sul do Moxico e a província de Cuando Cubango. V. Galvão 1946.

⁹⁸ A vila de Gago Coutinho, hoje Lumbala Nguimbo, devia o seu nome ao homem que tinha liderado a missão do Barotze que, entre 1912-1915, delimitou a fronteira sudeste de Angola.

⁹⁹ História da Unidade BART 3835: III/3.

¹⁰⁰ Em Agosto de 1971, data da escrita do capítulo III da *História da Unidade BART 3835*, tinham sido destruídas “(...) todas as pontes ao longo do itinerário principal que de GCoutinho se dirige para Ninda

Ao contrário de outras regiões de Angola, ricas em recursos naturais e em explorações agrícolas e industriais, o subsector de Gago Coutinho era um quase deserto. Apesar da abundância de água, a produção agrícola e pecuária em larga escala era, no olhar da instituição militar, “praticamente inexistente”¹⁰¹. A importância estratégica desta zona derivava, por isso, da ação dos movimentos nacionalistas que, a partir da Zâmbia, procuravam alcançar o planalto central angolano. O principal opositor nesta região era o MPLA, uma vez que a ação da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) se via limitada pela dimensão dos efetivos - estimados em cerca de quatro centenas pelos militares portugueses - e por uma condução política aberta a compromissos¹⁰². Na *História da Unidade BART 3835*, a UNITA é apresentada como um ‘partido’ cuja atividade se resume a agitação e aliciamento da população: “Não tem revelado qualquer iniciativa contra as NT [nossas tropas] na área do subsector, procurando até passar despercebida.”¹⁰³. A abertura da UNITA às autoridades portuguesas resultou na Operação Madeira, nome de código do entendimento secreto sugerido pelo General Costa Gomes, que via na UNITA um ‘movimento relativamente fraco’ cujo principal trunfo era a ‘implantação geográfica extraordinária’ (Gomes in Antunes 1995: 120). Com esta operação secreta, a que Dalila Mateus chamou um ‘estranho namoro político’ por se construir ‘sobre o ódio a um terceiro’ (Mateus 2004: 1999), UNITA e Forças Armadas portuguesas construíram uma aliança destinada a neutralizar a ação do MPLA.

Pelo contrário, o MPLA empenhava todos os seus esforços na consolidação da Frente Leste. Esta região era o seu “(...) baluarte e uma das suas maiores esperanças (...)” (Matrosse 2005: 111). O objectivo do MPLA era abrir a Rota Agostinho Neto que, a partir da Zâmbia, desenharia um corredor até ao Norte do território. A implantação do MPLA nesta zona foi tão forte que, no Verão de 1968, organizaram a primeira assembleia do movimento na Frente Leste, a escassos quilómetros de Gago Coutinho. Para além da presença de Agostinho Neto, esta assembleia contou ainda com a visita de jornalistas e cineastas estrangeiros, numa atitude de claro desafio às autoridades

e Chiúme (...)”. Para além disso, quatro emboscadas e seis minas antipessoais tinham causado baixas no pessoal da unidade.

¹⁰¹ *História da Unidade BART 3835*: III/8.

¹⁰² Para uma análise do percurso da UNITA e do papel de Jonas Savimbi na guerra colonial em Angola, ver Guerra 1994, Mateus 2004, Wheeler e Pélissier 2009 [1971]. Ver também Antunes 1995, sobretudo pp. 91-102 com o testemunho de Jonas Savimbi e pp. 103-122, com os relatos de Bethencourt Rodrigues e Costa Gomes.

¹⁰³ *História da Unidade BART 3835*: III/19.

portuguesas, apenas possível devido ao amplo apoio popular que o MPLA gozava na região ¹⁰⁴.

A abertura da Frente Leste no conflito teve como consequência um êxodo massivo da população. Este território remoto e tenuemente ligado à maior cidade da província, tornou-se quase desabitado. De acordo a *História da Unidade BART 3835*, “antes do terrorismo” a população deste subsector (Gago Coutinho, Mussuma, Ninda, Chiúme e Sessa) ascendia a 35.730 indivíduos. Em Março de 1971 restavam 7.915 habitantes nestas cinco localidades ¹⁰⁵. Em apenas quatro anos, 80% da população da área tinha desaparecido. Com o início da ‘ação IN’, “(...) grande parte desta população encontra[va]-se refugiada em território Zambiano, ao longo da fronteira com Angola e a restante fugida nas matas, viv[ia] sob controle dos grupos IN existentes na área.” ¹⁰⁶.

Aqueles que ficaram foram forçados a sair dos locais onde viviam. “A partir de JUL67, a Subversão obrigou a pop[ulação] que quis continuar sob o nosso controle (...) a abandonar os seus locais tradicionais de vida e de trabalho, para se reagruparem junto dos quartelamentos militares (...)” ¹⁰⁷. A formulação contida neste documento oficial não traduz a complexidade dos acontecimentos que transformaram a paisagem humana angolana. Na verdade, foram as autoridades civis e militares que levaram a cabo o processo de reordenamento rural. O apoio popular que os movimentos nacionalistas receberam no Leste de Angola foi, de acordo com Gerald J. Bender, a causa direta da implementação deste programa:

[Portuguese officials] concluded that civilian or noncombattant Africans must be isolated immediately from the guerrillas; to accomplish this they borrowed some pages from the guerrilla warfare manuals of the British, French and American armies and undertook a massive campaign to regroup Africans into strategic hamlets. (Bender 1978: 159)

¹⁰⁴ A descrição da preparação e realização desta assembleia pode ser lida nas memórias de Dino Matrosse (Matrosse 2005: pp. 177-193). Ver também *História da Unidade BART 3835*: III/28.

¹⁰⁵ Os dados da *História da Unidade BART 3835* apontam para os seguintes contrastes populacionais ‘antes do terrorismo’ e em Março de 1971: Gago Coutinho 11.069 habitantes / 5.285 habitantes; Mussuma 6.006 habitantes / 104 habitantes; Ninda 9.888 habitantes / 334 habitantes; Chiúme 7.132 habitantes / 76 habitantes. Apenas a localidade de Sessa contrariava esta tendência, com 1.635 habitantes ‘antes do terrorismo’ e 2.116 em Março de 1971. Não é apresentada qualquer razão que explique esta discrepância. Ver *História da Unidade*, III/13.

¹⁰⁶ *História da Unidade BART 3835*: III/3.

¹⁰⁷ *Idem*, III/14.

Embora o reordenamento rural já tivesse sido utilizado, foi apenas em meados de 1967 que o programa foi usado como principal estratégia de contrassubversão no Leste ¹⁰⁸. O ‘repovoamento’ expandiu-se rapidamente. Segundo fontes oficiais citadas por Bender, no final de 1969 cerca de 80% da população do distrito do Moxico já tinha sido “recuperada” e vivia em aldeamentos (idem: 171).

Com o reordenamento rural, comunidades inteiras foram deslocadas e dispersas por vários lugares. A violência do deslocamento da população está ausente do retrato oficial feito pela instituição militar, que o apresenta como o resultado da vontade dos habitantes. No entanto são vários os testemunhos que atestam a natureza coerciva deste processo. José Niza, alferes médico que cumpriu uma comissão de serviço em Angola entre 1969 e 1971, escreveu no seu ‘quase diário de guerra’ sobre o modo como as populações foram arrancadas das suas terras e transportadas para aldeamentos a 400 quilómetros de distância:

Uma noite, a altas horas e sem nenhuma razão para isso, as aldeias foram cercadas por tropas e as populações recolhidas. Separaram-nas em grupos, meteram-nos em camionetas e trouxeram-nos para o Norte, para centenas de quilómetros de distância. Nem sequer tiveram tempo para juntar as suas coisas. Houve famílias inteiras separadas: o marido para um lado, a mulher para outro e os filhos sem se saber para onde. Nada lhes disseram. Nenhuma explicação lhes foi dada. Encaixotados como judeus para um campo de concentração, foram descarregados em sítios onde nada havia. Nem casas. Nem comida. Nada. Agora moram aqui. Não podem sair. Vivem num gueto que às custas do seu trabalho se está a tornar habitável. Já construíram palhotas e até já cultivam algumas lavras, mas continuam tristes: perderam tudo, mais a liberdade. (Niza 2012: 34)

Também Daniel Gouveia presenciou o deslocamento de populações civis em Angola. Nas suas memórias descreve a chegada de camionetas com centenas de pessoas. De acordo com os comandos militares, “[t]ratava-se de uma operação inovadora, no âmbito do combate à guerrilha” (Gouveia 2002: 83). Gouveia relata a forma como foram arrancados das suas comunidades e transportados em camiões de carga para um destino ignorado.

¹⁰⁸ Segundo Gerald J. Bender, o programa de reordenamento rural começou oficialmente em 1962, mas só foi verdadeiramente posto em prática nos últimos anos da década de 60. Para uma análise comparativa do reordenamento rural no Norte, Leste Centro e Sul de Angola, ver Bender 1978: pp.165-194.

Ao outro dia, o administrador do futuro posto mandou alinhar toda a gente, agrupada por aldeias de origem e por famílias, na pista de aterragem. Enchiam-na quase de topo a topo. Contaram mais tarde que este momento foi de muita ansiedade. Sobretudo os que tinham sido mais violentamente arrancados à suas casas e estavam convencidos de que, no fim da viagem, iriam ser mortos. (...) Quando receberam ordem de se alinhar na pista, julgaram que iam ser fuzilados. (idem: 85)¹⁰⁹

Distantes das terras de origem, estas populações viram-se obrigadas a reconstruir as suas vidas em condições de grande vulnerabilidade. Vigiados em todos os movimentos, limitados a um perímetro de segurança definido pelos militares, afastados dos meios de subsistência tradicionais, os civis deslocados para os novos aldeamentos tiveram que contar com o apoio alimentar fornecido pelas autoridades administrativas portuguesas. O subsector de Gago Coutinho não escapava a este retrato devastador. Reconhecendo a fragilidade económica dos habitantes – para quem o produto das “lavras nos terrenos adjacentes aos reagrupamentos” eram insuficientes para as suas necessidades, visto lhes ter “falt[ado] a riqueza e variedade alimentar que a floresta lhes oferecia”¹¹⁰ – a assistência alimentar era fornecida às populações aldeadas durante um ano para, de acordo com a *História da Unidade*, “prover as primeiras necessidades”¹¹¹. Após este período inicial, as autoridades administrativas deixavam os habitantes das aldeias estratégicas entregues a si mesmos.

O reordenamento rural baseava-se numa dupla promessa: a promessa de proteção em relação aos ‘terroristas’ e a promessa de apoio ao desenvolvimento das populações locais. Todavia, nenhuma delas pôde ser integralmente cumprida. A expansão e intensificação da guerra obrigou a concentrar os recursos disponíveis nas necessidades militares. A utilização de desfolhantes em lavras distantes dos aquartelamentos foi uma prática habitual, admitida pelo General Costa Gomes no testemunho publicado no livro de Freire Antunes (Cf. Gomes in Antunes 1995: 118). Para os militares, as lavras constituíam “indicação mais segura da presença da pop[ulação] ou de guerrilheiros, sobretudo quando as mesmas se encontram tratadas”¹¹², pelo que a destruição de campos cultivados foi adoptada como parte da

¹⁰⁹ Ver também os testemunhos recolhidos e apresentados por Bender 1978: pp 171-176.

¹¹⁰ *História da Unidade BART 3835*: III/14.

¹¹¹ Idem: III/15. A assistência alimentar às ‘populações reagrupadas’ implicava os seguintes quantitativos diários para adultos: 700 gr fuba; 150 gr feijão; 35,7 gr peixe; 20 gr sal; 30 gr óleo de palma. Para as crianças, a quantidade da assistência alimentar diária era de metade da ração fornecida aos adultos.

¹¹² Idem, III/36.

estratégia militar portuguesa, destinada a anular os eventuais apoios às guerrilhas. Esta prática reduziu drasticamente a proporção de terra cultivável num território cada vez mais deserto e árido, tendo obrigado à fuga de milhares de habitantes rurais.

Aqueles que não desapareceram do mapa e que constavam das estatísticas demográficas oficiais viviam em condições de grande precariedade nos aldeamentos. A segurança destas populações não foi imune a ataques dos movimentos nacionalistas que, só em 1970, duplicaram as suas ações contra milícias civis aldeadas (Cf. Bender 1978). A educação e cuidados de saúde prometidos aos deslocados nunca foram cumpridos na totalidade: entre a incapacidade de construir infraestruturas e de garantir pessoal qualificado para desempenhar as funções necessárias ¹¹³, a imensidão do Leste angolano continuou a ser um fim do mundo inseguro para onde ninguém queria ir senão obrigado.

A questão da eficácia dos aldeamentos na prevenção de ações subversivas é, por isso, alvo de debate e polémica. Há quem considere que se tratou de uma forma benigna de promover o desenvolvimento das populações e de garantir a redução da base de apoio dos movimentos nacionalistas. Ainda que reconheça alguns problemas iniciais na organização dos aldeamentos – e que levaram a “(...) acusações de que os aldeamentos eram prisões e que se assemelhavam aos campos sul-africanos do fim do século (...) ou pior, com os campos alemães da Segunda Guerra Mundial” – John Cann enfatiza a sua eficácia na diminuição da margem de manobra dos ‘rebeldes’ e afirma a sua relativa humanidade em comparação com a experiência de aldeamentos na guerra da Argélia (Cann 2005: 180). No outro lado da barricada da polémica sobre os aldeamentos, há quem saliente os efeitos negativos que gerou – o empobrecimento da população, a dispersão das comunidades e chefias tradicionais, a maior permeabilidade dos civis aldeados aos movimentos independentistas. As críticas surgiram ainda no final dos anos 60, através de dois simpósios promovidos pelo Conselho Geral de Contrassubversão em Luanda, cujos dados e conclusões Bender retoma no seu livro (Bender 1978: pp. 192-196). As vozes críticas persistem até hoje. Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, antigos militares e estudiosos da guerra colonial, consideram que os aldeamentos constituíram ‘operações militares ofensivas e violentas’ de ‘duvidosa

¹¹³ Bender apresenta dados oficiais que atestam o falhanço da promoção económica e social das populações rurais no Leste de Angola: em 1971, 57% das aldeias continuavam sem escolas ou professores que assegurassem as aulas; em 1968, havia apenas 10 médicos privados nos distritos do Leste, cuja ação era complementada pelos médicos militares destacados (Bender 1978: pp.172-175).

utilidade’, geradoras de efeitos perversos que não podem ser ignorados (Afonso e Gomes 2010: 578-580). Gerald Bender, um dos mais demolidores críticos desta estratégia contra-subversiva, afirma o seguinte sobre o reordenamento rural em Angola:

The regrouping of Africans into artificial villages had been employed previously in Angola, Mozambique and Guinea-Bissau but the programme initiated in eastern Angola in late 1967 marked yet another sad chapter in the chronicle of destruction of Angola’s traditional African social, economic and political patterns – a chronicle which began with slavery, continued through the ‘pacification wars’ and contract-labour period, and finally ended with the forced resettlement of over one million Africans during the war. (Bender 1978: 159)

Afastados das polémicas em torno dos aldeamentos estratégicos, formatados pelo aparelho ideológico do Estado Novo, desconhecedores dos debates internacionais sobre o colonialismo e a necessidade do seu fim, a esmagadora maioria dos entrevistados iniciou no Leste uma longa viagem de descoberta do mundo. Se a entrada no serviço militar tinha alargado os horizontes de um país que era muito mais do que as fronteiras que habitualmente cruzavam, a chegada a Angola implicou um passo ainda maior. A experiência da guerra e o gradual conhecimento de Angola e dos seus habitantes marcaram o início do tempo em que nada do que fora antes poderia continuar igual. Seria Angola ‘nossa’?

Gago Coutinho, Sessa e Mussuma

Na tarde de 26 de Janeiro de 1971, o Batalhão de Artilharia 3835 chegou a Gago Coutinho, sede da circunscrição dos Bundas e centro operacional da zona de ação que lhe havia sido atribuída. De acordo com instruções superiores, o Batalhão seria dividido por cinco locais. Em Gago Coutinho, ficaria a Companhia de Comandos e Serviços (CCS), bem como dois pelotões da Companhia de Artilharia 3313 que prestariam apoio operacional ao Comando. Para Chiúme e Ninda seriam enviadas duas companhias operacionais: a CART 3312 sob o comando do Capitão Miliciano Luís Plácido e a CART 3314, comandada pelo Capitão de Artilharia Ernesto Melo Antunes¹¹⁴. Nos

¹¹⁴ Na recente biografia política de Melo Antunes, Maria Inácia Rezola conta a história desta comissão de serviço com o BART 3835. A duas semanas de embarcar para Angola em Outubro de 1970 como comandante de uma outra companhia, Ernesto Melo Antunes foi informado de que não partiria com os homens com os quais constituíra a unidade. Um informador da PIDE/DGS, presente num colóquio

destacamentos de Mussuma e Sessa ficariam dois pelotões da CART 3313, cada um deles comandados por alferes milicianos. Nos dias seguintes, as centenas de homens que compunham o Batalhão de Artilharia 3835 dividiram-se pelos vários pontos da zona de ação. As memórias dos homens da CART 3313, espalhados entre Gago Coutinho, Sessa e Mussuma, deslizam ao sabor das singularidades de cada um destes locais.

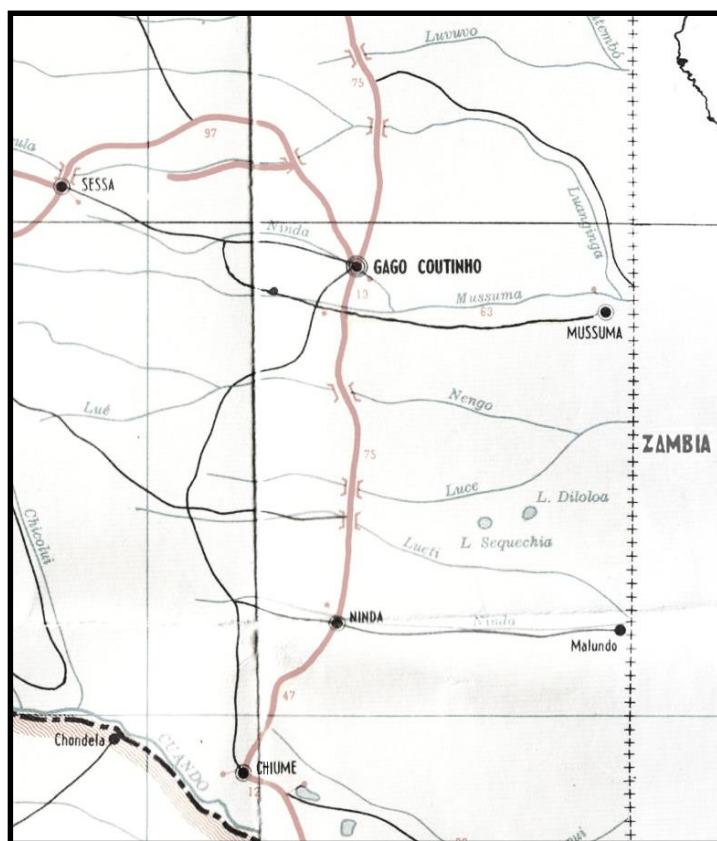


Figura 2
Mapa do subsector de Gago Coutinho
(Arquivo Digital do Espaço Aveiro e Cultura)

Quem ficou em Gago Coutinho, na sede do Batalhão, encontrou-se na maior localidade de todo o subsector. Lá fora, na vila, os edifícios da administração e da PIDE/DGS lembravam que o Estado português existia na planura do Leste angolano.

organizado pela Cooperativa de Estudos e Educação, tinha denunciado a intervenção crítica de Melo Antunes. Como resultado, foi aberto um processo disciplinar pelo Ministério da Defesa, que foi arquivado. Mais tarde, ser-lhe-ia atribuído o comando da Companhia de Artilharia 3314 do Batalhão de Artilharia 3835. Ver Rezola 2012.

Para “além dos serviços específicos da sua função”, as autoridades administrativas desempenhavam tarefas como a organização e “distribuição das rações alimentares às Pop[ulações] reagrupadas, a orientação da construção dos aldeamentos e o incitamento às Pop[ulações] para os trabalhos agrícolas e ainda o sistema de auto defesa dos aldeamentos”¹¹⁵. A atenção paternal aos habitantes dispensada pela administração do concelho – dando pequenas quantidades diárias de comida, ensinando-os a defenderem-se e estimulando os africanos a trabalharem os campos – somava-se a atenção vigilante da então DGS¹¹⁶ que, com o seu chefe de brigada e três agentes garantiam que nenhum inimigo passaria impune. À DGS cabia a responsabilidade sobre os “170 autóctones designados por Flechas, alguns com excelente referência de combate e conhecedores das regiões”¹¹⁷. O valor dos Flechas, força paramilitar criada e treinada pela DGS¹¹⁸, era reconhecido pela instituição militar que, na *História da Unidade BART 3835* afirma “(...) que, em ações conjuntas com as NT, em reforço destas e também em ações independentes, sob a orientação e controle do Comando do BART, têm prestado apreciável colaboração”¹¹⁹.

Na vila de Gago Coutinho existia também um posto escolar, uma delegação da Junta Autónoma de Estradas de Angola e da Cetec - empenhados na abertura e asfaltagem da estrada para o Luso -, e dois comerciantes com atividade limitada à “venda às Pop[ulações] dos artigos necessários à mesma”¹²⁰. Duas missões religiosas, uma masculina e outra feminina, mantinham alguns serviços de educação e catecismo¹²¹. Nos quimbos ou sanzalas, em palhotas de adobe, viviam os pouco mais de cinco mil africanos¹²² que para aí se haviam deslocado com o início do conflito na região. Sobre estes indivíduos, pode ler-se na *História da Unidade*:

¹¹⁵ *História da Unidade BART 3835*: III/10.

¹¹⁶ A PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) dera lugar à DGS (Direcção-Geral de Segurança) em 1969, através do Decreto-Lei 49401 de 24 de Novembro.

¹¹⁷ *História da Unidade BART 3835*: III/10.

¹¹⁸ Os Flechas foram criados nas Terras do Fim do Mundo por Óscar Cardoso, inspetor da PIDE/DGS. A sua eficácia em combate é reconhecida por todos. Conhecedores das regiões em que actuavam, eram aguerridos e resistentes. Sobre os Flechas, afirma Cardoso: “Esses indivíduos, habituados desde crianças a esgravatar, a viver do nada, tinham uma capacidade inata para se alimentarem e descobrirem água.” (Cardoso in Antunes 1995: 406). Ver também Mateus 2004.

¹¹⁹ *História da Unidade BART 3835*: III/10.

¹²⁰ Idem, *ibidem*.

¹²¹ Até meados dos anos 60 existiram também nesta zona missões protestantes. De acordo com a *História da Unidade BART 3835*, após a ausência dos seus responsáveis, estas deixaram de funcionar. Em 1971 existiam ainda três pequenas escolas protestantes, uma delas em Gago Coutinho. Para uma análise da resistência portuguesa em torno do trabalho desenvolvido pelas missões protestantes e da alegada ameaça que constituiriam à autoridade portuguesa, ver Wheeler 2009 [1971]: 124-131.

¹²² Em Março de 1971, a população de Gago Coutinho era de 5.285 indivíduos: 1.500 homens, 2.034 mulheres e 1.751 crianças. De acordo com a *História da Unidade BART 3835*, o grupo dos “autóctones”

(...) a situação económica das populações[ulações] é a mais baixa possível; vale-lhes a presença militar que sempre vai comerciando alguns produtos e pagando serviços (lavadeiras contratadas, etc.) e as forças militarizadas (Flechas da DGS, Milícias e GE) que auferem os seus vencimentos. E a JAEA e a Cetec, com a sua enorme atividade, utiliza grande número de trabalhadores também remunerados.¹²³

A guerra, causa da deslocação da população rural e do seu empobrecimento, era também a indústria que garantia a sua precária sobrevivência. Os homens da Companhia de Artilharia 3313 que cumpriram serviço em Gago Coutinho recordam a agitação dos meses passados no centro operacional, onde se vivia o ambiente febril da guerra.

Em Gago Coutinho o ambiente era pesado. Aquilo era uma zona muito intensa de guerra e de vez em quando apareciam helicópteros carregados de pessoal, feridos e o carago, que vinham para ser tratados em Gago Coutinho, que era o sítio mais perto. Os mais graves iam para Gago Coutinho ou então diretamente para o hospital no Luso, que tinha mais condições. O ambiente ali era de tal maneira que um gajo habituou-se àquilo. Via um helicóptero a chegar, com mortos e feridos... Uma vez fomos de unimog para a pista buscar gajos todos rotos que vinham do mato, foram feridos em emboscadas e tiroteio e o carago, foi como quem ia buscar porcos para o matadouro! Aquilo era o dia a dia da guerra. (entrevista a Licínio Macedo, ex-soldado de transmissões)

A pista era logo encostadinha ao quartel, era mesmo ali. Eh pá nós víamos o helicóptero, sabíamos a notícia no quartel e depois íamos ver quem foi, quem veio, quem é que lá vem, o que foi. E de facto, víamos que era terrível, era horrível! (entrevista a José Mendes, ex-soldado condutor)

Os soldados assistiam impotentes à chegada de camaradas feridos e mediam o pulso a uma guerra feita de emboscadas e minas. Nestes momentos, a vida suspendia-se. Uma carta do alferes médico Lobo Antunes, interrompida com a evacuação de três feridos, espelha a urgência sobressaltada que varria a sede do Batalhão de cada vez que o inimigo deixava baixas atrás de si:

Continuo [a escrever a carta] à tarde depois de os feridos terem sido evacuados para o Luso, no DO (a avioneta em que usualmente ando), bastante mal dispostos. Houve uma emboscada à metralhadora e à granada, e aqueles estúpidos, em vez de responderem

era constituído por diversas etnias (Quioco, Luenas, Luchales, Bundas, Cangala, Maches, Luios, Iaumas, Balangos, Bailundos, Bienos, Huambos, Nhengos e Camussequeles), que “não apresentavam rivalidades notáveis” entre si.

¹²³ *História da Unidade BART 3835: III/15.*

dispersaram. Ficaram 5 que conseguiram trazer os 3 feridos depois de uma caminhada de 36 horas, nas chanas e nas dunas. Deve ter sido uma aventura horrível. Entretanto, o resto do grupo de combate anda perdido, e reina aqui uma febre de excitação enervada. Provavelmente, pensa-se, foram já aprisionados, e ficamos assim cheios de baixas. (Antunes 2005: 48)

A chegada de feridos, as constantes informações sobre as companhias, as histórias que circulavam, tudo convergia num quotidiano feito de espera e medo. A necessidade operacional de reabastecer as unidades perdidas na extensão das chanas agravava os perigos envolvidos. As colunas de veículos militares e civis atravessavam picadas arenosas e cruzavam improvisadas pontes de madeira em viagens que podiam durar várias horas. No fim do caminho, dezenas de camaradas aguardavam a chegada de alimentos frescos, de correio e de um sem fim de consumíveis necessários para a sobrevivência no quartel. Condutores, soldados atiradores e de transmissões recordam o medo com que embarcavam em mais uma coluna, atentos a emboscadas e às minas que enchiam as picadas da região.

No primeiro ano tinha de ir ao Luso, a Sessa, Ninda, Mussuma e Chiúme. Era um grande pincel! A gente ia sempre tensa. Quando a gente chegava [ao destino], primeiro que passasse aquela tensão, as perninhas a tremer, primeiro que passasse isso demorava um bocadinho. Tinha de ser com cerveja. Muita cerveja. (entrevista a João Marques, ex-cabo condutor)

Como sabíamos os riscos que era uma coluna, pensávamos assim ‘Será hoje vou levar com um tiro, um estouro na cabeça?’. Pensávamos nisso, não íamos para a coluna sem ter pensado realmente que poderíamos ter esse azar. Mas depois púnhamo-nos a pé, íamos para o carro, venha quem vier, não se estava a pensar mais nisso, aquilo era para a guerra, era para a guerra! (entrevista a Artur Silva, ex-soldado condutor)

Em contraste com Gago Coutinho, os destacamentos eram pequenos quartéis solitários perdidos na extensão das chanas do Leste. Sessa, situada a noventa quilómetros a oeste de Gago Coutinho, era a segunda maior povoação do subsector, com pouco mais de dois mil habitantes ¹²⁴, um chefe de posto e um comerciante branco fora do arame farpado. Mussuma, colado à fronteira com a Zâmbia e a oitenta

¹²⁴ A 31 de Março de 1971 as autoridades militares contabilizaram 2.116 habitantes em Sessa: 554 homens, 794 mulheres e 758 crianças. Ver *História da Unidade BART 3835*: III/13.

quilómetros a Leste da sede do Batalhão, contava com cem habitantes ¹²⁵, um chefe de posto e dois pequenos comércios. Apesar da tensão, do isolamento e dos quilómetros de picada que os separavam da agitação de Gago Coutinho, todos os que passaram por estes destacamentos recordam a tranquilidade dos dias nos destacamentos. Sem a obrigação operacional das colunas de reabastecimento, estavam dispensados do maior risco do subsector: as viagens em terrenos arenosos e minados. Longe da supervisão disciplinar dos comandos, o rigor das fardas e dos rituais militares diários era diluído pela distância. Os mergulhos no rio, os passeios pelas ilhotas das chanas, faziam parte de um quotidiano em que quase se conseguia esquecer a guerra.

Sessa era uma povoação indígena numa encosta. Tinha um comerciante aqui de Trás-os-Montes, branco. A casa da administração era um prédio, onde estava o administrador. [O quartel] tinha o nosso prédio onde estava o [furriel] Martins e o [alferes] Jorge, e depois tinha as casernas dos soldados. O refeitório era uma cubata muito bem arranjadinha, com uma mesa. Tínhamos uma metralhadora em cima de um tripé, era a defesa que tínhamos ali. Tínhamos um depósito de géneros com chapa por cima. A vida no destacamento era mais tranquila. Tinha coisas chatas, tinha um isolamento muito maior, não tínhamos a cidade e algumas coisitas que eles em Gago Coutinho tinham. (entrevista a Avelino Silva, ex-furriel miliciano)

Sessa era um paraíso, andava tudo em tronco nu, a comida era feita num caldeiro no fogo. Arranjaram-me uma cama encostada à parede, junto à janela. Era um beliche de três lugares. Foram os melhores dias na minha vida lá! Desconfio que fui eu que avariei o carro, foi ali uma trifulhice qualquer em que fiquei ali quase um mês. Não tinha que ir às formaturas, a gente levantava-se quando queria se não tivesse nada que fazer. Aquilo desanuviou-me um bocadinho. (entrevista a João Marques, ex-cabo condutor)

Quando a gente ia ao rio havia sempre uma equipa a fazer a segurança. Quando o alferes dizia ‘Bem rapazes, vamos ao banho!’, pronto lá íamos todos ao banho. Ficavam uns nos destacamento, outros iam ao banho, outros mantinham a segurança toda, não se ia assim com as mãos no bolso. (entrevista a José Cunha, ex-soldado de transmissões)

¹²⁵ Os dados oficiais relativos a Março de 1971 apontam para 104 habitantes em Mussuma: 22 homens, 35 mulheres e 47 crianças. V. *História da Unidade BART 3835*: III/13.



Figura 3
Banhos no rio, destacamento de Sessa
(Arquivo Alferes José Jorge)

Mas a guerra nunca era, de facto, esquecida. Havia um pequeno detalhe que constantemente lembrava o que ali os trouxera: a cor da pele. Chamados às armas para defender a nação ameaçada na sua integridade pluricontinental, os militares enviados para Angola tinham aprendido que todos os negros (mulheres, crianças ou velhos) eram possíveis ‘terroristas’. A incerteza dominava o quotidiano. No contexto de uma guerra de guerrilha, a prudência aconselhava a não confiar em ninguém. A suspeita começava dentro do arame farpado. Na viagem para as Terras do Fim do Mundo, haviam sido incorporados no Batalhão cento e vinte e três praças de recrutamento local. Distribuídos pelas companhias operacionais, estes soldados nascidos em África combatiam ao lado daqueles que embarcaram em Lisboa no início de Janeiro. Vários são os que recordam a desconfiança que guiava a relação com estes camaradas.

Juntou-se a nós em Nova Lisboa os pretos que foram integrados no Batalhão, e a gente ‘Aqueles vêm connosco? Vamos estar lixados, será que são turras também como os outros?’. Eles falavam no dialecto deles e a gente não percebia nada. Mesmo a viajar connosco, se eles falassem em português não havia desconfiança nenhuma, a gente sabia o que eles estavam a dizer. Mas falando uns para os outros, nós ficávamos desconfiados. (entrevista a João Gonçalves, ex-soldado atirador)

Se calhar estavam a falar connosco e estavam a tirar coisas de nós para contarem aos turras. Nós sabíamos lá! Eu até podia estar a falar com um turra, eles são todos da mesma cor! A gente sabia lá! (entrevista a António Pais, ex-soldado atirador)

A impossibilidade de compreender a língua que os soldados africanos falavam apenas agravava a desconfiança gerada pela cor da pele. Se qualquer negro podia ser um ‘terrorista’, isso era tanto mais verdade quanto as suas conversas fossem indecifráveis. O receio do inimigo dentro das fileiras não existia apenas entre os milicianos, acabados de aterrar numa guerra que começavam a conhecer. Ele existia também entre os comandos das unidades. José Basto, militar do Quadro Permanente e então capitão da Companhia de Artilharia 3313, tem uma visão crítica da utilização de soldados recrutados em África. Décadas mais tarde, considera que este tipo de recrutamento veio enfraquecer as tropas portuguesas:

Uma das asneiras que o Estado Novo fez foi recrutar indivíduos pretos para combaterem ao nosso lado. Quer queiramos quer não, os pretos eram pelos terroristas. Eu se fosse preto também era! Alguns brancos também eram, mas eu não. Sempre me convenci que nós precisávamos do ultramar para viver, porque isto era tão pequenino e tão pobre! (entrevista a José Basto, ex-capitão de artilharia)

Embora defendesse convictamente a justeza da guerra que Portugal travava em África (‘precisávamos do ultramar para viver’), José Basto reconhece a legitimidade da lealdade à causa subversiva para quem tivesse nascido em Angola. Amândio Clemêncio, alferes miliciano incorporado na CART 3313 após a baixa do alferes que comandava o 3º pelotão, passou o primeiro ano do seu serviço militar a dar instrução a recrutas mobilizados em Angola. Desta experiência recorda as dificuldades sentidas em transmitir a ideia da necessidade da defesa da pátria:

Quando chegavam eram humildes, viam-nos com submissão. Passado algum tempo, com o contacto que tinham connosco e já formados, notávamos que havia ali qualquer coisa estranha... nós não lhes conseguíamos inculcar a defesa daquilo que nós chamávamos a pátria. A pátria deles era outra! E notava-se isso neles e nas populações autóctones, que faziam as coisas com alguma submissão mas no fundo pensavam de uma maneira completamente diferente. (entrevista a Amândio Clemêncio, ex-alferes miliciano)

O difícil equilíbrio das ‘mentalidades negra e branca’ de que Clemêncio fala a propósito da instrução militar dos recrutas angolanos é muito mais do que o confronto de culturas distintas. A lealdade à causa da pátria (que pátria, afinal?) era a incógnita que atravessava a formação e integração nas fileiras destes novos militares. Amândio Clemêncio lembra o soldado negro de Malanje que desapareceu a meio da recruta. Apesar de poder ser dado como desertor, nunca nada foi feito para recuperar o

desaparecido; a sua lealdade estava definitivamente perdida. Sobre todos aqueles que ficassem e seguissem para a comissão de serviço, penderia a suspeita de uma eventual traição.

Mas este problema não se colocava apenas nas fileiras das tropas regulares. Durante a guerra, foram criadas várias forças irregulares que somaram os seus esforços às das Forças Armadas portuguesas. Tal como se pode ler na *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África*, o exército preparou “unidades de segunda linha” e “(...) oficializou a organização dos naturais, que vinham prestando apoio ativo às nossas tropas, quer como auxiliares ou guias, quer em autodefesa das povoações.” (Estado Maior do Exército 1988: 242). Fora das estatísticas oficiais, surgiram não apenas os Flechas, treinados e comandados pela PIDE/DGS, mas também milícias de autodefesa preparadas pela administração local e Grupos Especiais (GE), constituídos por ‘naturais’ que eram “(...) organizados em pequenos grupos de combate, tipo pelotão, a fim de colaborarem com as forças regulares, nas quais eram enquadrados temporariamente” (idem: 243) ¹²⁶. A introdução destas forças irregulares veio aumentar a capacidade contra-subversiva portuguesa, mas veio também agudizar a incerteza numa guerra de guerrilha onde se jogava a independência dos territórios africanos. A possibilidade de inversão das lealdades estava sempre em aberto.

A gente nunca dormia sossegado. Sessa era uma povoação enorme e a gente não sabia o que é que podia sair dali. Mesmo os GE, a gente não sabe quando é que eles um dia se vão virar contra nós. Não esperava que eles fizessem nada, mas e se fizessem? (entrevista a Manuel Silva, ex-cabo atirador)

O combate aos ‘terroristas’ implicava que as autoridades administrativas e militares se empenhassem em recuperar civis que vivessem nas matas, engrossando o número da população aldeada. A *História da Unidade BART 3835* reconhece que essa recuperação era dificultada pela penetração de ‘elementos In’ entre as populações rurais: “O trabalho de aliciamento e politização das populações rurais feito pelo MPLA no subsector baseava-se na desacreditação (...) das NT e das autoridades, criando e

¹²⁶ Na análise do legado da militarização da população civil durante a guerra colonial, João Paulo Borges Coelho considera que a constituição dos Grupos Especiais em Angola resultou da ‘importação, pelas Forças Armadas, do conceito de Flechas desenvolvido pela PIDE/DGS’. O seu contingente, que atingiu os três mil elementos, foi considerado o mais ‘produtivo’ entre as forças auxiliares do Exército português, com maior número de contactos com ‘terroristas’ e melhor rácio entre as baixas sofridas e infligidas (Coelho 2003).

mantendo um clima bem pouco propício a apresentações”¹²⁷. Apesar das dificuldades, os entrevistados referem diversas ocasiões em que, perante o olhar desconfiado das tropas portuguesas, grupos de negros se entregaram voluntariamente nos quartéis.

Muitas vezes apareciam mulheres no quartel e havia sempre desconfiança porque não se sabia se a mulher vinha dizer para o pessoal sair e depois éramos apanhados de qualquer maneira. Um gajo estava sempre na dúvida, tivemos saídas dessas sempre com muito receio! Aquilo era uma guerra psicológica, era difícil! (entrevista a Licínio Macedo, ex-soldado de transmissões)

Às vezes vinham refugiados da Zâmbia, mulheres e crianças - homens era difícil de aparecer. Lá traziam as ferramentas às costas, vinham todas carregadinhas. Íamos com cuidado porque atrás delas podia vir o grupo da porrada. Elas começavam a bater as palmas e a falar, nós dizíamos ‘Não fales assim, fala-me em puto’ [puto era a designação dada à metrópole]. ‘Ahh, minino não faz mal, vou a fugir ao fome, vai no Mussuma ver o família na sanzala’. ‘Está bem, seguíde no nosso meio’, coitaditas. Chamávamos o soba e entregávamos elas ao soba. Depois quando passávamos no meio da sanzala elas conheciam-nos bem, ‘Oh eh minino’, eu ao mesmo tempo ria-me porque gostava de as ver falar. Na sanzala de Mussuma havia muito terrorismo, misturados nas famílias. Atravessavam o rio e tinham contactos. (entrevista a Rui Varejão, ex-soldado atirador)

Informados pelas chefias militares de que os ‘terroristas’ dispunham de apoio entre a população, são vários os que recordam a inquietude que dominava a relação com os negros: “O inimigo vivia ali connosco”. Esta frase de Amândio Clemêncio resume a vulnerabilidade sentida pelas tropas brancas chamadas a defender um território povoado por negros, ameaçado por grupos de negros que procuravam obter a independência de um país que ainda não o era. Esta incerteza é ironicamente resumida numa descrição que Lobo Antunes faz da população africana dos quimbos de Gago Coutinho numa carta enviada à mulher:

(...) 6.000 negros, dos quais uma boa fracção (GE, Milícia, Cipaios, Flechas) vivem da indústria da guerra, combatendo mais ou menos ao lado da tropa na nobilíssima missão de defesa do solo pátrio. E digo mais ou menos porque por vezes há mudança de agulhas, e estes patriotas convictos escapam-se para a mata e resolvem, sem razão aparente, passar a matar-nos a nós. Suponho que será uma questão de disposição momentânea. (Antunes 2005: 78).

¹²⁷ *História da Unidade BART 3835: III/36.*

No quartel

O quotidiano da guerra seguia uma linha temporal feita de longas rotinas e breves sobressaltos. Nos dias e meses seguintes, os homens da Companhia de Artilharia 3313 cumpriram as muitas tarefas da vida militar. As escalas de serviço e distribuição de tarefas enchiam as lentas horas de que eram feitos os dias, tal como recorda o alferes que comandava o 1º pelotão da Companhia de Artilharia 3313.

O soldado tinha que varrer a parada, tinha que ir buscar água, tinha que ir buscar lenha. A ocupação constante era efetivamente necessária, quando se anda ocupado pensa-se menos. Por exemplo, a história de fazer o tal torreão de vigia com os zínco, os troncos, os paus, foi uma forma de ocupar o tempo. Há sempre que ir inventando coisas, o próprio pessoal vai inventando: o arranjo de uma parede que caiu o reboco, o gerador que nem sempre funcionava, havia sempre coisas para fazer. (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano)

Com o fim das escalas de serviço chegava o momento em que cada um era dono das horas que lhes restavam. Dentro dos quartéis, os militares que não estavam de serviço jogavam às cartas e à bola, ouviam música, bebiam cerveja, organizavam pequenas festas e cantorias.

Tinha muito tempo livre, nunca dormi tanto na minha vida. Antes de ir para a tropa, se não dormia era porque não tinha tempo. Mas lá, fazia o que tinha a fazer e o resto dormia. Joguei futebol, mas muito pouco, jogava cartas, ia até ao bar. Isso era o forte, beber umas cervejitas, porque lá havia muito calor. Ia passando o tempo assim. (entrevista a Manuel Rodrigues, ex-soldado condutor)

Eu tinha a mania que sabia tocar guitarra, não sabia nada, era para as baladas. O [alferes] Henriques também, era para as baladas, cantava aquelas do Zeca Afonso, do Padre Fanhais, do Correia de Oliveira. A gente juntava-se no quarto dos oficiais, com umas cervejas, e toca de cantar o Zeca Afonso. ‘Vão parar à PIDE, vão parar à PIDE!’, dizia o Capitão chateado. (entrevista a Firmino Alves, ex-furriel miliciano)

Uns jogavam à bola, de cada vez que havia um bocadinho havia grandes futeboladas. As cartas eu só gostava de ver jogar. O comandante quando lá chegou fez umas normas de bridge para que toda a gente estivesse capaz de jogar bridge com ele, toda a gente tinha de saber jogar bridge. De vez em quando lá tive de me sentar à mesa porque faltava um parceiro, ‘Vá lá chamar o alferes Mestres!’ e o alferes Mestres lá vinha, ‘Sente-se lá aí e jogue!’ (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano)

Nós à noite comíamos sempre os restos que havia, um bocado de carne ou o que fosse. Nós sentávamo-nos na caserna [de Mussuma], a luz não era de gerador, era de gambiarras, uma garrafinha de cerveja cheia de gasóleo. A gente comia qualquer coisa e púnhamo-nos a tocar concertina, a cantar, na brincadeira. Fomos para a cama e apagamos a gambiarra que estava em cima do banquito. Passado um bocado diz o padeiro ‘Olha que anda aí qualquer coisa por baixo, parece que anda ali um tronco, será um jacaré?’

‘Um jacaré cá dentro? Estás tolo?’. O forro do tecto era feito de sacas de farinha e havia muito morcego, aquilo eram milhares. Eu desço, pego na gambiarra e vejo uma cobra assim grossa. Eh pá, eu larguei tudo, bati com força na porta e digo assim ‘Fugide que está aqui uma cobra!’. Depois de dizer isso fui de volta e havia lá uns limoeiros cortados. Esganchei um pau e quando voltei tudo fugiu cá para fora, com as armas lá dentro! [risos] Então não é que a cobra começa a meter a cabeça fora do buraco até meio metro de altura, até à areia? E eu comecei a dar na cobra, pimba!, ela começou a quebrar, tinha para aí três metros e meio. Ai Jesus, eu larguei o pau do limoeiro e estava mesmo de todo! (entrevista a Rui Varejão, ex-soldado atirador)



Figura 4
Caserna de Gago Coutinho
(Arquivo de Licínio Macedo)

Um dia, a rotina dos tempos mortos foi subitamente quebrada por iniciativa dos comandos militares da região. Em Abril de 1971, chegou à sede do Batalhão em Gago Coutinho uma comitiva de artistas da ‘metrópole’ para animar as tropas. Dois dias mais tarde, Lobo Antunes descreve a agitação que tomou conta de centenas de homens fechados num quartel:

[A]nteontem vieram cá de avião 4 “artistas”: Fernando de Albuquerque, um gordo trompetista de que me lembrava muito bem, armado de acordeon, e que me pareceu sofrer de asma; um locutor da Emissora, Fernando Correia, fúnebre e feio; uma lambisgóia Isabel Qualquer Coisa, minúscula e esquelética, o mais p. possível, e a planturosa vedeta de revista Maria Eva. Vieram num avião, jantaram à mesa do Comando na Messe de Oficiais, deram espetáculo à noite, num palco improvisado com tendas de campanha, e partiram na manhã do dia seguinte para pregarem noutra freguesia. O trompetista acordeonizou as eternas

czardas de Monti, que são o viático dos harmónios, o locutor contou muito mal anedotas sem graça e desafinou canções de Nóbrega Chopin e Sousa, a lambisgóia esganiçou-se, e a vedeta, minivestida de lamé e com sapatos doirados de 10 cm (...), mexeu o rabo, em movimentos de coito, contou histórias com 3 sentidos e rouquejou fados canções. O entusiasmo da população estava ao rubro. O comandante e o major lutavam para as meter nos respectivos jeeps: ganhou quem mais galões tinha. A soldadesca assobiava desenfreada. E o foto-cine, espertalhão, vende fotografias tiradas de baixo para cima, e que abrangem apenas as pernas da vedeta, as cuecas (brancas) e a orla da saia, e que têm tido uma procura infernal. A lambisgóia, ao subir ao palco, saudou “respeitosamente os senhores oficiais”, levantou um braço e disse “e para a maralha, môiô ¹²⁸!”, com o que conseguiu um sucesso nunca visto. (Antunes 2005: 130).

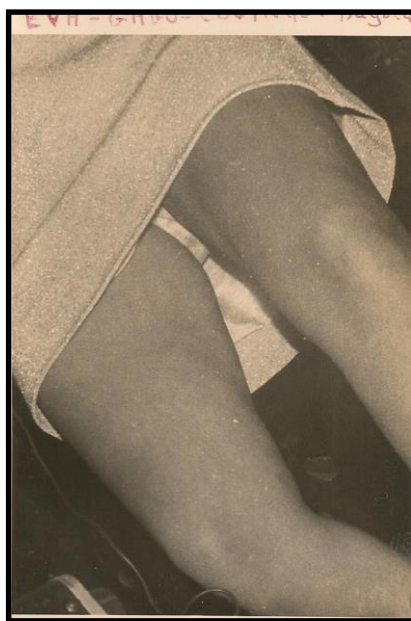


Figura 5
As pernas da vedeta de revista, Gago Coutinho
(Arquivo de Armando Matos)

Quarenta anos mais tarde, são vários os que têm nos seus álbuns de fotografias as imagens que atestam a passagem de tão distintos personagens pelo quartel de Gago Coutinho. As pernas da ‘vedeta’, mostradas entre sorrisos, são sempre o motivo para a recordação da insólita presença de artistas portugueses no meio do Leste angolano, fugaz interrupção de um quotidiano de tensão e rotina.

¹²⁸ Moio é uma saudação bunda.

Impaciência e loucura

Apesar dos breves momentos de distração, os dias arrastavam-se devagar. O isolamento era enorme, a percepção do tempo era distorcida pela distância. Longe das suas famílias, desterrados no fim do mundo, vários recordam a sensação de eternidade sem fim. A impaciência instalava-se. Todos os dias, dias a fio, durante meses seguidos, as mesmas pessoas circulavam pelo espaço limitado do quartel, viam os dias passar na lentidão exasperante da rotina e da exceção guerreira. Manuel Múrias, jornalista que cumpriu uma comissão de serviço em Angola entre 1962 e 1964, escreve numa carta à sua mulher:

Começam a odiar-se os rostos dos companheiros apenas porque somos obrigados a vê-los todos os dias. As conversas que se trocam à hora das refeições repetem-se tanto que ainda ontem fui para a cama às seis da tarde só para evitar o cerimonial que eu já conhecia da véspera, e da véspera, e da véspera. (Múrias 2009: 52)

Também Cesário Costa, soldado cripto em Angola entre 1967 e 1969, escreve sobre a terrível impaciência de um quotidiano tenso povoado pelas mesmas pessoas: “As caras são sempre as mesmas e vejo-as agora como num sonho pesado: olhos baços, mãos gretadas, bocas torcidas, rostos disformes. É preciso regressar quanto antes, para acordar deste pesadelo horrível.” (Costa 2007: 223). As vidas interrompidas, o isolamento, o quotidiano forçado com quase desconhecidos, a tensão guerreira, criaram rastilhos curtos na sanidade dos homens destacados nas Terras do Fim do Mundo. A loucura parecia instalar-se lentamente. Numa carta, Lobo Antunes conta a história do soldado que desapareceu a pé do quartel:

Outro dia, um soldado que tudo isto tornou meio louco (estou só ainda $\frac{1}{4}$ louco) meteu-se sozinho a caminho de arma na mão. Foi o demónio. Uma coluna partiu daqui desesperada e encontrou-o a cerca de 30 km, são e salvo como diria o Salgari, aos tiros na chana, para o ar. De resto a demência alastra por estas paragens. E o MPLA, nas suas emissões radiofónicas, promete acabar connosco até Setembro, o que talvez não seja uma desvantagem por aí além... (Antunes 2005: 177)

Ao longo dos meses, os ‘maçaricos’ foram-se transformando em ‘velinhos’, veteranos de uma guerra que teimava em prosseguir. Cada vez se aproximavam mais da figura dos ‘cacimbados’, militares capazes dos mais impensados disparates.

Um dia fizemos uma coluna de reabastecimento a Mussuma, despejámos géneros e correio para o pelotão que lá estava. Havia um moço de Braga, magrinho, andava com um chapéu à gringo. Tinha uma pancada do caraças, andava sempre com uma faca nas árvores [imita gesto de faca a ser atirada], dava a impressão que trabalhava no circo! Na camarata o pessoal a ver o correio, um silêncio do carago e ele: ‘Pessoal, tudo calado! Meu querido filho, a tua mulher pôs-te os cornos’ e diz ele ‘Ai a grande vaca!’. O pessoal todo a rir claro, aproveitava-se logo, era uma festa do caralho. Daqui a bocado aparece a população no quartel, ‘Meu alferes! Meu furriel! O soldado pegou fogo nos palhotas!’. O gajo pegou num isqueiro ou numa caixa de fósforos e foi pegar fogo às palhotas! Depois foi evacuado, nunca mais apareceu! Não sei se fez aquilo para se safar, mas nunca mais apareceu. (entrevista a Licínio Macedo, ex-soldado de transmissões)

A chegada do correio, ansiosamente esperada por todos, trazia notícias de casa e da família. Histórias como a do soldado pirómano ¹²⁹ traído pela mulher fazem parte do património de episódios que circula entre antigos militares, episódios presenciados por quem os conta ou ouvidos de quem os conheceu. José Niza, alferes médico em Angola, conta o caso do soldado que matou um transístor. Depois de ter ouvido o estouro de um tiro, o médico entrou na caserna e encontrou um soldado deitado na cama, a chorar como uma criança. No chão, a arma ainda quente e um transístor furado. Na ausência de cartas da mulher, e depois de um camarada ter brincado com a possibilidade de traição, o soldado descarregou no transístor a raiva que sentia. “Ligou o rádio: saiu-lhe um fado do Fernando Farinha a cantar histórias de amores infieis, de soldados na guerra e mais não sei o quê. O rapaz não aguentou, não se conteve e disparou dois balázios no fadista.” (Niza 2012: 111).

A loucura que se foi acomodando entre os homens estacionados no Leste de Angola tomou muitas vezes a forma de cenas de pancadaria entre camaradas.

Uma vez, o falecido Pereira, eu estava de sargento de dia e ele chega ‘Isto é arroz, pá? Isto é arroz?’, pega no prato, chega à beira do cozinheiro e dá-lhe com aquilo na cara. O cozinheiro, o Tavares ou o Marques já não sei, pega numa colher enorme de madeira, pimba!! Tive de os separar! (entrevista a Firmino Alves, ex-furriel miliciano)

Quando foi do ataque a Sessa eu estava de reforço, mais o Adão preto. Andava lá um que tinha a mania que dava [pancada] a todos e eles tinham-lhe medo. Mas eu era aqui de Amarante e não tinha medo dele. Ele andou a dizer que eu me meti debaixo da cama com medo quando os turras nos atacaram. Eu vou ter com ele ‘Olha lá então andas a dizer que me meti debaixo da cama para não ficar defeituoso?’, ‘E foi verdade!’. Eu estava de pernas fechadas e mandei-lhe um soco aos queixos que ele cai para trás de costas, eu dou meia volta e caio de costas também, veja bem como o soco foi dado! Eu

¹²⁹ O soldado incendiário de Mussuma aparece referido numa carta do alferes Lobo Antunes em Setembro de 1971: “Nova evacuação ontem. Um soldado virou a bola no Mussuma e queria pegar fogo a tudo. Um Eróstrato.” (Antunes 2005: 282).

ponho-me de pé, caço-o pelos colarinhos e deito-o para o chão. Se não fosse o enfermeiro eu matava-o. Eu passava-me da cabeça! (entrevista a Adão Alves, ex-soldado atirador)

Na tropa, a cobardia é a mais odiada de todas as fraquezas humanas. A forma como cada um dos sujeitos supera as dificuldades com que se depara é sujeita a um rigoroso escrutínio dos pares. A acusação de cobardia é, por isso, uma afronta insuportável. Embora a disciplina militar puna as cenas de violência entre camaradas, a suave loucura do ‘cacimbo’ que vai crescendo entre os soldados torna a violência física quase inevitável.

Foi precisamente a propósito do tema da loucura temporária trazida pela guerra que, num almoço em casa de Firmino Alves, fui confrontada com uma história que escapou ao tom que me habituara a ouvir desde que começara as entrevistas. Os antigos soldados atiradores Adão Alves e Rui Varejão compunham, com Firmino, a embaixada da Companhia de Artilharia 3313 naquela ocasião. As mulheres, filhos e eu éramos a plateia de uma conversa que decorria como se ali não estivéssemos. Os camaradas recordavam como estavam cacimbados no Leste – cacimbados e armados, sempre com a G3 por perto. Varejão disse que dormia com a arma e que naquele tempo “estava tolo”. Para mostrar como estava cacimbado, recordou a vez em que matou o cão de um furriel. Por esses dias, tinha tido problemas vários com o superior hierárquico, que considerava prepotente e injusto. Regressara ao quartel depois de uma patrulha a pé e trazia consigo um troféu que queria guardar. O cão estragou-lhe os planos.

Tínhamos ido a um patrulhamento ao rio. Só se via cobras e sardões na água, a mata queimada, um arvoredado. Estava um turra no cimo da árvore a botar um cortiço de mel abaixo com uma machadinha na mão, tuca tuca [imita o som]. O meu colega disse ‘Vais cair!’ e manda uma rajada de metralhadora, ratatata! O gajo caiu abaixo com um estrondo. Eu disse ‘Shiuu, cuidado que agora ainda vamos ser atingidos de certeza, que ele não deve andar sozinho’. Empurrámo-lo para o rio e eu levei-lhe a orelha, saquei-lha logo. Não havia álcool, não havia nada, meti a orelha dentro de um maço de tabaco, ‘Esta recordação vai comigo’. Cheguei ao quartel e disse a outro ‘Guarda-me isto ali que eu vou tomar banho, não deixes chegar aí o cão’. Meu dito, meu feito. Eu venho do banho para cá com a toalha e vi o cão ali de volta, ‘Oh filho da puta’. Chamei o rapaz ‘Olha lá, o cão esteve aí? Onde é que está aquilo que te deixei ali?’. Ele olhou em volta, ‘Não me digas que o filho da puta comeu isso!’. Havia lá uma verga de aço, chamei o cão ‘Anda cá Diogo’. Dei-lhe com o ferro no meio da testa e parece que ainda o estou a ver, zás!, num corropio de lado. E pensei ‘Se o dono vem e me ameaça também cai, já estou perdido’. Dei um empurrão e deitei-o pela ribanceira. Chamei o outro: ‘Quantas balas tem isto? Tem dezanove, mas cinco estão cortadas nas pontas. Só tu é que viste. Fechas a boca, se não és um homem morto’. O furriel nunca soube que lhe matei o cão. (entrevista a Rui Varejão, ex-soldado atirador)

Quando contou esta história, Rui Varejão queria mostrar que estava tão tolo que matou o cão de um furriel e ameaçou um camarada para que mantivesse o silêncio. Este relato não foi refutado pelos camaradas que estavam à mesa do almoço. Ninguém questionou a morte do negro sem razão aparente, nem tampouco a amputação da sua orelha. A conversa foi desviada para outras histórias de loucura, provas indesmentíveis da suspensão da normalidade que se vivia na guerra.

Esta foi a única vez, ao longo das muitas conversas que tive com antigos da CART 3313, que me aproximei de uma imagem desmedida da violência na guerra. Um negro tinha sido morto apesar de não ter ameaçado as tropas portuguesas; o seu cadáver fora arrastado para o rio, uma orelha fora cortada e guardada num maço de tabaco; o desaparecimento do troféu foi o pretexto para o abate do cão e para a ameaça a um camarada. Tudo naquele inesperado relato a que assisti se afasta da cuidadosa gestão de palavras e silêncios que compõem as memórias que me foram contadas ao longo da investigação. Provavelmente, nunca me teria cruzado com esta história se não fosse a circunstância de estar presente num almoço em que três antigos militares falavam da sua guerra. Ali, naquela sala, eu não era interlocutora; apenas testemunha de um encontro privado e restrito de camaradas.

Aquilo que Joanna Bourke chama ‘ritos de imoralidade’ – e que incluem a coleção de troféus ou ‘atos carnavalescos’ de decoração de cadáveres – existem em todas as guerras, apesar da condenação formal dos comandos hierárquicos (Cf. Bourke 1999). Contados ou exibidos entre pares como prova do combate, estes ritos de imoralidade fazem parte das narrativas que enquadram os atos de horror no absurdo da guerra, como se a narrativização da insanidade geral da guerra pudesse devolver a inocência aos sujeitos e absolve-los da culpa dos seus atos. Por uma única vez, a prova da insanidade ultrapassou os muito mais inócuos relatos de reações desproporcionadas a acontecimentos banais (o soldado que atirou o prato à cara do cozinheiro porque não gostava do arroz, o marido traído que pegou fogo às palhotas do quimbo, o militar que saiu do quartel e alvejou o ar pela chana fora). Desse almoço - e da naturalidade com que a história foi contada e ouvida - sobrou a suspeita de que a memória da violência e horror da guerra foi subtraída às narrativas que me foram dadas a conhecer. As histórias que conheci constituem a parte pronunciável do passado; tudo o que se situa para além dessa fronteira, faz parte dos inúmeros silêncios que calam o que não pode ser formulado.

Pelos quimbos

Houve quem se fechasse no quartel nos tempos livres, sob o pretexto do desinteresse ou receio dos perigos que estavam para além do espaço do arame farpado. Os comandos recomendavam recato e prudência. Lá fora, estava um território desconhecido e hostil. Mas houve também quem se deixasse levar pela curiosidade. A paisagem, os quimbos e quem lá vivia apelavam à exploração do exótico território que os rodeava. Fora do arame farpado, África era finalmente uma realidade tocável, infinitamente mais viva do que a imagem aprendida antes da partida para a guerra faria supor. As narrativas dos antigos militares sobre a descoberta de Angola encerram a mesma ambivalência que Cláudia Castelo identifica na reação dos colonos europeus chegados a África:

(...) o medo face aos inúmeros perigos que a toda a hora espreitam o homem branco (o clima hostil, as doenças, os animais ferozes ou perigosos, os espaços impenetráveis ainda por explorar); e o deslumbramento perante a exuberância, a diversidade, a grandiosidade da natureza e da paisagem. (Castelo 2007: 252)

Ao contrário dos colonos, a chegada dos homens da Companhia de Artilharia 3313 a Angola não era o resultado da decisão baseada na promessa de prosperidade noutra continente. A mobilização para a defesa da nação ameaçada pelo ‘terrorismo’ acrescentava outros perigos. A paisagem imensa era habitada por animais selvagens e o inimigo podia estar em todo o lado. Alguns recordam episódios risíveis sobre o espanto com a exuberância animal: a pernoita na mata em que ninguém pregou olho porque cada som desconhecido fazia suspeitar de uma fera a rondar; a patrulha apeada em que os militares portugueses acabaram no cimo de uma árvore, sem armas, porque o guia negro avisou que se aproximava um leão. Apesar da distância que separava os colonos dos militares enviados para a guerra, ambos parecem encontrar-se no cruzamento da ameaça e da sedução exercida por África nos europeus.

O excesso é um dos temas que percorre as memórias dos entrevistados sobre a descoberta de Angola. A recordação do excesso africano toma várias formas. Desde logo, ele manifesta-se na dimensão grandiosa da paisagem, prova inequívoca da ampliação de escala do mundo visível. Ao contrário de Portugal, em Angola o horizonte perdia-se de vista. António Simões, pescador transformado em soldado enfermeiro, resume assim a memória da vastidão que o rodeava:

Nós no mar, quando estávamos no barco só víamos mar, mar, mar. E aqui olhávamos e só víamos mato, mato, mato. Quilómetros e quilómetros de mato. (entrevista a António Simões, ex-soldado enfermeiro)

Habitados a um pequeno país, estes homens foram confrontados com uma terra que parecia competir com a medida dos mares. ‘Quilómetros e quilómetros de mato’ desenhavam as linhas de uma natureza imensurável, onde a presença humana se resumia a vilas e quimbos separados entre si por distâncias nunca antes vistas. Aqueles que se atreveram a sair do arame farpado vieram a descobrir que o excesso não estava apenas na paisagem. Também as gentes que a habitavam pareciam partilhar a desmedida vitalidade da natureza. Os dias de Luanda haviam sido uma primeira aproximação a estes portugueses de pele escura. Mas foi no Leste, longe do ambiente citadino da capital, que se depararam com pessoas que, para além óbvia diferença da cor da pele, exibiam hábitos e modos de vida radicalmente diferentes.

Uma das imagens mais nítidas das saídas do quartel está associada aos batuques que se realizavam nos quimbos. Numa carta enviada à mulher, o alferes médico descreve o poderoso encanto deste mundo novo:

Estes merengues são fabulosos de ritmo e de beleza selvagem. Ao centro, um grupo de homens percutem os tambores, e a malta dança de roda, velhos e novos, mulheres com filhos às costas, etc, mexendo-se com uma espantosa facilidade e um ritmo extraordinário, cantando ao mesmo tempo uma melopeia estranhíssima. Os sobas, podres de velhos, vestidos de um luxo esfiapado de galões assistem, sentados em banquinhos baixos, com uma dignidade imperturbável. Este continente é maravilhoso de vida, de energia, de juventude, de imaginação. Para quem pertence a um país cansado faz bem ver estes verdes, estes sons, esta exuberância animal. Os quimbos de adobe e de palha, algumas construções sobre estacas, a fuba, as bananeiras, o milho, os panos soltos com que as mulheres se vestem, a imensa proliferação de crianças de todos os tamanhos, as estupendas figuras dos homens, tudo isso é de facto estranhamente belo e estimulante, apesar da pobreza e da miséria. (Antunes 2005: 54).

A estranheza destes rituais festivos não se ficava pelos aspectos formais – a sensualidade dos corpos, o ritmo inaudito das músicas, as danças exorbitantes que juntavam novos e velhos. Quarenta anos depois, os batuques permanecem na memória dos entrevistados também pelos motivos que lhes estavam associados. A celebração ruidosa da morte é recordada com assombro:

Quando morre um preto fazem uma festa, quando nasce é uma tristeza do diabo. Assisti a casos desses, assisti à batucada toda a noite quando alguém morria. Tudo o que ele tivesse, levava para a cova, com um lençol branco e lá ia, com os pratos e colheres. (entrevista a José Gomes, ex-soldado atirador)

A comemoração da morte constitui, aos olhos destes homens, uma inexplicável inversão das atitudes perante o desaparecimento de alguém. Em vez de dor e da exposição do luto, a morte é celebrada com uma festa exuberante ¹³⁰. A discrição e reserva não existem. Os batuques fúnebres não eram as únicas causas de espanto entre os militares portugueses. As ‘crendices’ e rituais dos negros, tão diferentes de tudo o que conheciam, são recordadas entre o fascínio e o horror:

Eu saía muito do quartel, ia para a beira da população, gostava daquele ambiente, da cultura deles, ia ver o que se passava. Eu não falava a língua deles, mas eles sabiam falar o português e eu gostava de ver aquilo. O meu tempo era perdido assim, vinha cá para fora. Se tivesse máquina de filmar, tinha feito coisas do carago! Na altura vi uma velhota que estava doente, besuntaram a velhota toda, esfregaram, esfregaram, e não é que mataram a velhota? (entrevista a Licínio Macedo, ex-soldado de transmissões)

E depois havia aquelas crendices que eles tinham, algumas dessas batucadas era para espantar os diabos. Se alguém estava doente era porque tinha diabo nele, e aquilo começava desde o romper do dia até ao escurecer. Às vezes íamos ver. Eles faziam uma roda muito grande e depois dançavam, tum tum, tum tum! Lá para o final do dia, o que estava doente começava a espernear a espernear. Depois cortavam o pescoço a uma galinha e em cima do indivíduo doente deitavam o sangue por cima, e por cima do vizinho, do familiar... Eles ficavam cheios de sangue! Sempre a tocar e a dançar, aquilo não parava. Era demais! (entrevista a José Cunha, ex-soldado de transmissões)

¹³⁰ O diário de António do Carmo Reis, alferes miliciano mobilizado no Norte de Angola, compara os batuques fúnebres dos negros aos funerais de Pátroclo na Grécia antiga. “Assim se celebra a morte nas sociedades guerreiras primitivas. O nascimento e o casamento passam na sombra.” (Reis 2001: 47).



Figura 6
Feiticeiro, zona de Mussuma
(Arquivo de Joaquim Mestres)

Os curandeiros e feiticeiros, aqueles que lidavam com a morte e a vida, surgem em várias histórias, contadas para ilustrar as superstições indecifráveis dos negros. O médico militar, espécie de feiticeiro branco, fazia consultas à população. Ao longo das cartas, descreve a relação curiosa que levava os pacientes negros até ao seu consultório: “(...) eles vão à consulta como a um divertimento, para espiarem o chimbanda (médico). Quando estão mesmo doentes preferem os dons curativos do feiticeiro, provavelmente, de resto, mais competente do que eu.” (Antunes 2005: 354). Um dia, no destacamento de Ninda, foi acusado de ser responsável pela morte de um doente.

Anteontem morreu um miúdo. Estava gravemente doente, e morreu uma hora depois de ter recebido uma injeção. Nenhuma relação portanto. Pois acusam-me de feiticeiro e de ter morto deliberadamente a criança. Estou farto de tanta estupidez. O pai resmoneia ameaças pelos cantos. É inútil explicar-lhes porque não compreendem nem querem compreender. E depois não há nenhum indivíduo com prestígio entre eles. O soba não tem

qualquer ascendente, porque não é filho de soba e não pertence a uma aristocracia de sangue, o que não se passa em Gago Coutinho, onde há 27, para 1 aqui. Os cipaio não têm prestígio. O chefe dos GE era turra e foi apanhado na mata de arma na mão. Ninguém ouviu ninguém. O chefe de posto, de cor, extremamente educado, tenta fazer-se ouvir. Mas não fala bunda nem luchaze. O cipaio interpreta e eles estão-se nas tintas. (Antunes 2005: 169)

As dificuldades encontradas pelas autoridades na gestão de conflitos nos quimbos é uma prova clara dos efeitos perversos dos aldeamentos estratégicos. O deslocamento de populações veio pôr em perigo as autoridades tradicionais. Os sobas, afastados dos seus territórios e comunidades, eram pouco mais do que figuras decorativas sem ascendente sobre os habitantes. Os administradores locais, funcionários do Estado sem ligação aos locais onde desempenhavam funções, viam a sua autoridade condicionada ao uso das muitas formas de violência. Os cipaio e outras forças civis de autodefesa das aldeias, organizadas pelas autoridades administrativas, dependiam da influência que estas conseguissem manter sobre as populações. A vida de todos os dias decorria num equilíbrio instável que, a qualquer momento, poderia desabar. Manuel Silva nunca esqueceu o dia em que esse equilíbrio cedeu em Sessa:

Um dia constou que uma bruxa envenenou um moço em Sessa. Ali é justiça feita na hora, não sei se foi ela ou não, não ficou nada provado. Só sei uma coisa: eu fugi porque tive horror do que vi. Eles mataram-na! Ela devia ter mais de cinquenta anos, estava a ser enterrada viva, já tinha as pernas todas partidas porque estavam enroladas à volta do pescoço. Ela estava viva, de olhos abertos e com a terra em cima! A tropa não podia fazer nada, era problema deles. Estava lá o administrador, que não se meteu nisso. Fazer uma coisa daquelas, sem julgar! Aquilo não durou nem meia hora. Eu pensei: ‘Não acredito nisto, não pode estar a acontecer! Quem é que pode garantir que foi ela?’. Disseram-me ‘Isto é com o administrador, ele que resolve’. O administrador não fez nada! Viu o povo ali a matá-la a levá-la pelas pernas, aos pontapés, enquanto já estavam outros a fazer o buraco. Meteram-na lá dentro e acabou. (entrevista a Manuel Silva, cabo atirador)

Ao contrário de Lobo Antunes, médico militar protegido pelo Exército e pelo administrador do posto de Ninda, a mulher que foi linchada em Sessa por ter sido acusada de feitiçaria não beneficiou do efeito da ordem dos muitos braços do Estado português. Incapazes de interferir por não ser da sua competência, os militares do destacamento assistiram horrorizados ao poder de uma crença que se transformou em convicção inabalável (‘foi ela que o envenenou’) e à ausência do sentido de justiça (‘quem pode garantir que foi ela?’). Acontecimentos como este apelavam à consolidação da ideia do negro como um ser primitivo, rodeado de crenças absurdas, dono de uma violência quase animal que o afastava definitivamente da civilização.

A curiosidade que arrastou muitos militares para lá do arame farpado não foi capaz de dissolver o quadro retórico no interior do qual se desenhava a representação do negro. O conceito de ‘raça’ e as explicações racistas da identidade nacional tinham desaparecido do discurso oficial do Estado Novo (Cf. Sobral 2010) e a vocação colonial tinha-se transformado no desígnio ultramarino da nação ¹³¹. De acordo com Valentim Alexandre, a partir de meados do século XX, as teses tributárias do darwinismo social haviam sido substituídas por uma outra corrente de pensamento, baseada no humanismo liberal,

(...) mais etnocêntrica do que propriamente racista: proclamava-se a superioridade, não da raça branca, mas da civilização ocidental, imbuída de valores cristãos, de validade universal, a que os povos negros podem aceder, quando devidamente educados – cabendo a Portugal essa tarefa missionária. (Alexandre 1993: 64)

Não se tratava já de domesticar os selvagens que habitavam os mundos que Portugal deu ao mundo, mas sim de realizar o ideal da integração harmoniosa de culturas, cumprindo a vocação ecuménica que distinguia os portugueses dos restantes povos colonizadores. Esse era, no momento em que estes militares foram mobilizados para Angola, o discurso hegemónico repetido com maior ou menor sofisticação pelo aparelho ideológico do Estado Novo.

Compreende-se, assim, que as narrativas dos entrevistados sobre a descoberta de Angola e dos seus habitantes oscilem entre a repulsa pela irracionalidade e o fascínio pelo exótico, conjugando elementos das duas correntes de pensamento que moldaram a retórica oficial sobre Portugal e a sua relação com os territórios ultramarinos. A ambivalência domina a maneira como os negros são recordados. O primitivismo atávico ou a liberdade quase infantil desenham os dois extremos no interior dos quais se inscrevem as imagens que constroem os relatos. A mesma alegre energia que alimentava os batuques e os fazia dançar e cantar durante horas sem fim podia acender uma violência difícil de conter. Os costumes e ‘crendices’ locais revelavam mais do que superstições inofensivas; elas eram capazes de gerar práticas bárbaras.

¹³¹ Para uma análise da importância das representações raciais e de ‘saberes coloniais’ na construção das políticas do Estado Novo, ver Patrícia Ferraz de Matos 2006. Ver também José Manuel Sobral (2010) para uma análise das interpretações raciais e não raciais da identidade nacional através da leitura comparativa de Mendes Correia, Gilberto Freyre e Jorge Dias.

O repúdio por costumes considerados irracionais coexiste com a admiração pela simplicidade da vida dos africanos. Numa carta enviada do Chiúme, o alferes médico escreve:

Hoje, domingo, conversei um bocado com o soba diante do quimbo dele para me acalmar um pouco. Esta serena tranquilidade dos negros acaba por ser contagiosa (...) Pobre velho amarrado a esta vida estranha que, no fundo, parece agradar-lhes... Cultivam uma vaga lavra (amendoim, milho, mandioca), conversam, fumam – e vivem anos que se fartam: há por aqui veneráveis senhoras que têm de ter mais de 100, e ainda se mexem – e dançam! (Antunes 2005: 312)

A ‘serena tranquilidade’ dos negros é ainda hoje recordada por antigos militares:

Aquelas pessoas de lá tinham uma vida fácil, uma vida bonita porque não era preciso ter ambição, dinheiros nem nada. Eles têm tudo. ‘Eles são uns atrasados’, dizemos. Nós é que devemos ser uns atrasados, eles eram espertos, tinham uma vida muito tranquila. Eu gostei muito. (entrevista a Rogério Tavares, cabo cozinheiro)

Eu gostava muito de falar com o soba da terra, um velho muito velho. Numa das muitas conversas ele perguntou onde eu tinha nascido e eu disse. Ele respondeu ‘Ah Setúbal, conheço muito bem, é muito bonito. Setúbal, Viana do Castelo, conheço o Porto, Lisboa, Figueira da Foz...’. O indivíduo tinha saído dali muito novo, andou embarcado anos e quando se começou a sentir velho regressou outra vez à aldeia. E ali estava, umas coisas enfiadas nos pés, uns panos embrulhados à volta dele, sentado num tronco ao pé do quimbo. Era um indivíduo giro. Podia ter ficado noutra sítio qualquer, em Luanda, mas dizia ‘Nasci aqui e quero morrer aqui’. (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano)

A ausência de ambição e placidez com que aceitavam aquilo que a vida lhes concedia parece reenviar para uma primeva sabedoria perdida no mundo ocidental: a sabedoria de quem não busca mais do aquilo que verdadeiramente importa e sabe desfrutar das alegrias contidas no quotidiano. Mas esta alegria na simplicidade não implicava o total desapego das coisas materiais. Pelo contrário, ela podia traduzir-se na fruição inesperada de artefactos importados. O alferes Lobo Antunes relata numa carta a admirável aquisição feita pelo chefe dos Flechas de Gago Coutinho:

O Catolo enfiou agora todas as economias numa motorizada mirífica, cheia de espelhos e cromados – e que não lhe serve para nada! A estrada de Gago Coutinho é uma espécie de montanha russa poeirenta. Óculos escuros, rádio, relógio com pulseira de metal

– e a meta maga da motorizada. Cada vez queria mais ser preto, preto por dentro e por fora, um tição de vontades simples, maravilhosas e urgentes. (idem: 281)

O prazer de passear de mota nas picadas angolanas surge nesta passagem como o exemplo perfeito da alegria quase pueril dos negros, uma espécie de contentamento enlevado que se cumpre com a exibição formal dos objetos e não com a sua adequação funcional. O que esta formulação ignora – e que os antropólogos têm estudado – é a importância do consumo de bens globais enquanto estratégia de construção identitária. A aquisição de uma ‘motorizada mirífica’¹³² deve ser compreendida no cruzamento das “estruturas locais de desejo e identidade” e dos contextos políticos e económicos em que se inscrevem (Friedman 1993). Em 1971, o chefe dos Flechas de uma pequena vila angolana era um dos mais importantes elementos da comunidade local que, recebendo um salário da PIDE/DGS, conseguia destacar-se da pobreza generalizada dos habitantes da vila. Num território transformado pela ação do poder colonial que deslocou populações, fragmentou comunidades e submeteu as autoridades tradicionais à lógica da administração colonial, emergiram novas elites, cujo poder e estatuto decorria da colaboração com as autoridades portuguesas. A compra da motorizada constitui, por isso, uma afirmação de distinção em relação aos restantes aldeões, através da ‘acumulação de alteridade’¹³³.

O soba muito velho que tinha percorrido mundo como marinheiro mas resolvera voltar para morrer na terra onde nascera, o chefe dos Flechas que gastara as suas economias numa motorizada inútil para as picadas do Leste angolano, a alegria na dança e na música, a ausência de ambição e a resignação ao que a vida lhes dava, contribuíam para compor o retrato da candura quase infantil dos habitantes das zonas rurais de Angola. Entre o primitivismo de alguns hábitos incompreensíveis e a alegria de uma visão simples do mundo, as narrativas dos entrevistados convergem na constatação da distância que os separava dos africanos.

¹³² Hans Hahn analisa a importância das bicicletas numa aldeia do Burkina Faso enquanto sinal distintivo de status. A apropriação dos ‘cavalos de ferro’ passa pela sua decoração e transformação, retirando peças que dificultam a utilização da bicicleta no contexto rural africano (Hahn 2008).

¹³³ A ‘acumulação de alteridade’ é ilustrada por Jonathan Friedman com o caso dos *sapeurs* do Congo, cuja afirmação identitária se baseia na compra e exibição de extravagantes e elaboradas peças de vestuário importadas de Paris. Como contraponto desta estratégia Friedman apresenta o caso dos Ainu do Japão, para quem a (re)produção de tradição constitui o elemento central de uma estratégia identitária autocentrada apostada em afirmar a sua autenticidade e singularidade cultural (Friedman 1993).

O negro e o trabalho

As memórias da descoberta dos habitantes desta província da grande nação pluricontinental são indissociáveis de um outro tema central: a relação dos negros com o trabalho. Desconhecedores do longo passado de trabalho forçado que só foi abolido com o início do conflito em Angola, ignorando o sistema de culturas obrigatórias que vigorou até ao rescaldo da revolta da Baixa do Cassanje, alheados da história dos aldeamentos estratégicos e da violenta deslocação de populações, os militares da Companhia de Artilharia 3313 chegaram a Angola com uma bondosa ideia daquilo que iriam encontrar. O discurso lusotropicalista, propagado pelo aparelho ideológico do Estado Novo, retratava as províncias africanas como territórios onde negros e brancos conviviam de forma harmoniosa. A harmonia que todos afirmavam existir não era, todavia, uma harmonia igualitária. Brancos e negros ocupavam lugares distintos. À missão evangelizadora dos portugueses, destinada a subtrair os africanos do mundo de superstição em que viviam, somava-se uma outra: a de os guiar na aprendizagem do valor e da ética do trabalho. Na imprensa, na rádio e televisão, na produção cinematográfica, os negros surgiam sempre em posições subalternas: exóticos nativos entregues aos seus rituais ancestrais ou obedientes e silenciosos empregados dos brancos¹³⁴. Esta subalternidade construía-se em torno de um conjunto de características essencialmente negativas: irresponsabilidade, preguiça, superstição, apego aos instintos e aos prazeres terrenos, relegando-os para a condição de “crianças grandes” que cabia ao branco educar. Tal como afirma Paulo Valverde a propósito das narrativas missionárias sobre a África colonial,

[Esta infantilização] não é ideológica e politicamente inocente. A presença colonial portuguesa em África implicava, de facto, a preservação de grupos inferiores e excluídos embora subordinados e obedientes. Um desejo de dominação que, no entanto, chocava com os objectivos da missão civilizadora e cristianizadora dos Portugueses e, em particular, dos missionários: se os Africanos se tornassem cidadãos plenos, tal missão ficaria esgotada. (Valverde 1997: 86)¹³⁵.

¹³⁴ Para uma análise dos discursos e imagens sobre os africanos nos livros de leitura escolares, no cinema, nas grandes exposições, nos saberes antropológicos coloniais, ver Patrícia Ferraz de Matos 2006.

¹³⁵ Este paradoxo tornou-se particularmente visível na forma como os assimilados e mestiços foram tratados. Se, durante a primeira metade do século XX, os mestiços e assimilados eram olhados com desconfiança, o período do pós-guerra trouxe mudanças importantes. A abolição do indigenato e a apropriação das teses lusotropicalistas obrigou ao abandono das ideias de pureza racial e à adequação retórica à afirmação da harmoniosa vocação plurirracial portuguesa. Ver Castelo 2006, Matos 2006.

Foi neste contexto ideológico que os militares da Companhia de Artilharia 3313 iniciaram a descoberta de Angola e dos angolanos. Juntando a sua voz ao coro que afirmava em uníssono a importância do papel educador dos portugueses, a instituição militar justificava na *História da Unidade BART 3835* a limitação temporal de um ano da assistência alimentar às populações aldeadas com a finalidade de “(...) obrigar os autóctones a trabalhar para o seu sustento, pois caso contrário teríamos o Estado a alimentar indefinidamente milhares de nativos.”¹³⁶. Embora o ‘reagrupamento’ tenha resultado da ação das autoridades civis e militares portuguesas – uma ação que obrigou as populações aldeadas a abandonarem as formas tradicionais de subsistência - a assistência alimentar é apresentada num tom paternalista que enfatiza a intenção de ‘obrigar os autóctones a trabalhar’. Subjacente a esta afirmação está a representação dos negros como seres indolentes que, sem a orientação benévola do português, permaneceriam num modo de vida arcaico, incapazes de garantir o seu sustento. São vários os que, nas suas memórias de Angola, seguem linhas narrativas que enfatizam a aversão dos negros ao trabalho. José Cunha, soldado de transmissões destacado em Sessa, recorda o declínio de produção das lavras dos habitantes após a saída do administrador local que os obrigava a trabalhar:

No Sessa havia um administrador que era branco e que era muito exigente com os pretos. Normalmente os pretos ficavam na palhota com a barriga ao sol e as mulheres iam com as criancitas a bater nas costas à lavra. Mas com ele, não. Ele chegava ali de manhã, às seis horas da manhã naquelas palhotas, ‘Vamos embora!’, bum bum bum! [imita o som de quem bate à porta]. Não havia um preto na sanzala e não havia um miúdo na sanzala! O miúdo estava na escola e os pretos estavam todos a trabalhar! Nessa altura havia tudo, eles produziam arroz, alface, tomate, mandioca, jinguba [amendoim], tudo! Quando iam fazer o nosso reabastecimento iam camiões de civis que saíam carregados de lá, porque havia um comerciante que comprava essas coisas todas. De repente, o administrador foi promovido e foi-se embora, e apareceu um administrador preto. Foi o caos total! Os camiões em vez de levarem as coisas que eles vendiam, passaram a ir levar coisas para eles comerem, peixe seco, fuba, tudo... Este novo administrador não se dava ao respeito e foi o caos. Havia lá uma saibreira azul, chegou-se a ver as pretas com uma baciazita a trazer, até saibro chegaram a comer! Passaram da fartura para a fome! Eles deixaram de trabalhar, já só ia a mulher fazer qualquer coisita. E depois iam lá ao quartel e a gente dava restos do que sobrava, pelo menos às crianças. (entrevista a José Cunha, ex-soldado de transmissões)

O retrato de Sessa feito por José Cunha contém todos os elementos da retórica paternalista que concebia os negros como uma massa indistinta de indivíduos indolentes, para quem o trabalho surgia apenas como o resultado da imposição da vontade do colono. A violência com que este administrador branco obrigava os negros

¹³⁶ *História da Unidade BART 3835*: III/15.

dos quimbos a trabalhar as lavras que lhes cabiam no aldeamento (“consta que uma vez partiu o braço a um homem”) não parece ser alvo de reprovação. A ideia implícita a esta e outras histórias semelhantes é a mesma: os africanos são naturalmente preguiçosos e apenas sob a direção do branco poderão beneficiar das infindáveis riquezas do território que os viu nascer. A espantosa fertilidade da terra, que lembrava a toda a hora que Angola era muito diferente de Portugal, garantia que não era necessário trabalhar para sobreviver: bastava colher o que a natureza dava.

Em Sessa tínhamos uma horta no quartel. Eu ficava admirado porque tinha sido agricultor antes de ir [para Angola]. Caramba, estas coisas ainda ontem semeámos, e ao fim de um mês já davam, aquilo crescia dia e noite! A temperatura era ideal, água era quanto ela quisesse. Nós éramos trinta e todos os dias íamos lá buscar salada, tudo. E se quiséssemos mais, mais tínhamos. Meu deus! A gente semeava ervilhas: hoje apanhava ervilhas e amanhã já podia apanhar outras. Lá, qualquer coisa dá três vezes por ano, aqui dá uma vez. (entrevista a Manuel Silva, ex-cabo atirador)

Subtraídos às obrigações e espartilhos da civilização, onde o trabalho se ergue como um valor e pilar fundamental, os negros são ainda hoje vistos por vários entrevistados como seres infantis que cabe ao branco educar. Mas nem todos viram na alegada indolência do negro o sinal claro de que precisavam da orientação esclarecida do branco. Houve também quem, confrontado com o que via à sua volta, fosse descobrindo as muitas formas do racismo. A constatação da violência usada contra os negros domina boa parte do diário do soldado Etelvino Batista que, chegado a Angola em Julho de 1961, encontrou um território marcado pela perseguição racial que marcou os meses que se seguiram aos massacres de 15 de Março. Três dias depois de ter chegado a Luanda, Batista escreve: “Eu observo com tristeza que o branco trata o preto com desprezo e sem o mínimo respeito. O maior prazer para certos brancos é matar pretos. (...) Os meus camaradas já me chamam terrorista por eu defender os pretos.” (Batista 2000: 19). A brutalidade que o rodeava levou-o a questionar o que tomara por garantido até chegar a África:

Estive a falar com uns camaradas e eles contaram-me que havia militares que matavam os pretos só para os roubar. Em vez de fazerem justiça só se tornam assassinos e ladrões. Por isso não me admiro dos pretos fazerem certas atrocidades pois o branco que se diz civilizado e civilizador não faz mais do que imitar o preto ou mesmo suplantá-lo em selvajaria. (idem: 24).

Em 1971, o clima de perseguição racial que existiu no território durante os primeiros meses do conflito tinha-se diluído numa guerra que se instalara para ficar. Apesar de menos evidente, o confronto com a tensão racial que se vivia em Angola foi, para alguns, o motor de um processo de politização inesperado. Em África, descobriram o que nunca tinham podido imaginar no doce retrato da ‘nação plurirracial’: a injustiça de um regime onde a cor da pele definia o lugar de uma pessoa, a brutalidade dos brancos, a opressão e as suas muitas formas. Numa carta enviada do quartel de Ninda, Lobo Antunes escreve:

Começo a compreender que não se pode viver sem uma consciência política da vida: a minha estadia aqui tem-me aberto os olhos para muita coisa que se não pode dizer por carta. Isto é terrível – e trágico. Todos os dias me comovo e me indigno com o que vejo e com o que sei e estou sinceramente disposto a sacrificar a minha comodidade – e algo mais, se for necessário – pelo que considero importante e justo. O meu instinto conservador e comodista tem evoluído muito, e o ponteiro desloca-se, dia a dia, para a esquerda: não posso continuar a viver como o tenho feito até aqui. (Antunes 2005: 161).

Décadas mais tarde, há quem reconheça que a ida para Angola transformou a sua maneira de pensar. Amândio Clemêncio, alferes miliciano voluntário, partiu para Angola convicto da justeza da guerra e da necessidade ‘defender o que é nosso’. Manuel Silva e Jorge Pereira embarcaram empurrados pelo desconhecimento e pela inevitabilidade da mobilização. Das suas narrativas atuais emerge a surpresa e indignação com o que estava à frente dos seus olhos:

Estar em Angola chamou-me à razão. Nós aqui pensávamos que a pobreza extrema não existe. Ela existe, convive connosco, está ali ao lado. E a opressão existe, foi lá que me dei conta de como há pessoas muito oprimidas. Aquilo era colonialismo e levado ao extremo! Hoje ouve-se pessoas dizerem que faziam isto e aquilo, e ao fazê-lo nem tinham consciência de que estavam a oprimir mais as pessoas. Dar os sapatos a um miúdo a engraxar e chegar ao fim não lhe pagar e ir embora, é grave. É muito mau para os humanos, há humanos que nem se dão conta que os outros também o são. Angola fez-me ver muita coisa. (entrevista a Amândio Clemêncio, ex-alferes miliciano)

Eu sabia que havia guerra, sabia que ia para a guerra, mas não sabia por que razão ia para a guerra. Não sabia o que levou os angolanos a revoltarem-se. Depois fiquei a saber. Depois do que vi, não é preciso de ver mais nada. Estão revoltados porque são os escravos dos brancos. Trabalhais e nem dinheiro para comer tendes! (entrevista a Manuel Silva, ex-cabo atirador)

Os negros coitados tinham imensas limitações... Eles atravessavam de um passeio para o outro se nos viam aproximar. Se vinha o branco no mesmo passeio eles mudavam, atravessavam para o outro passeio, para evitar o encontro. Notava-se tensão, mas dava a impressão que era aceitável, como hei-de dizer? Dava a impressão que era uma tensão estabelecida, que era como um código, que era de esperar. Era a norma. A mentalidade das pessoas era assim. (entrevista a Jorge Pereira, ex-cabo cripto)

Se há quem fale abertamente da fronteira racial que existia entre brancos e negros (e das muitas formas de violência que a rodeavam), os discursos da maioria dos entrevistados situam-se na terra de ninguém das ambiguidades geradas pela incongruência entre o que desde sempre haviam aprendido sobre Portugal e aquilo que viam à sua volta em Angola. As palavras de Paulo Câmara são disso um bom exemplo:

O português nunca foi racista e portanto não se via bem um "é preto, é branco", mas havia um racismo financeiro. Isto é, se o empregado de café fosse branco, ganhava cem, se um empregado de café fosse preto ganhava dez. Depois havia os brancos que lá estavam há muito tempo que julgavam que os pretos quase eram escravos deles. Não quer dizer que fosse toda a gente, mas havia muita gente que tinha um espírito de que o preto era abaixo de cão. (entrevista a Paulo Câmara, ex-furriel de operações especiais)

As contradições desta passagem ilustram de uma forma clara o peso que a ideologia lusotropicalista teve na percepção do mundo. A recusa da ideia de racismo ('o português nunca foi racista') e a sua substituição pela imprecisa formulação 'racismo financeiro' traduz a dificuldade em conformar a realidade às categorias aprendidas desde os bancos da escola. O 'racismo financeiro' de que Paulo Câmara fala, vagamente apresentado como mais benigno porque implicava apenas uma diferenciação salarial tendo como base a cor da pele, era afinal a crua realidade da discriminação racial quotidiana. O sonho de um país harmoniosamente plurirracial preside a formulações como esta, presas entre uma ideologia bondosa e uma prática quotidiana repleta de pecados e faltas. Numa carta enviada do Leste, o alferes médico escreve:

Esta minha já longa estadia em África tem-me feito ver que a criação de uma "comunidade plurirracial", ou antes uma miscigenação, seria possível com a generosidade e inteligência, e sobretudo com tacto, construir aqui e em Moçambique uma espécie de Brasis, com o aparecimento do mulato, ou de todas as graduações de mestiçagem, e de uma integração perfeita. Seria possível – se não fosse já tarde. Muito pouco se fez por esta abandonada e pobre gente, e em parte sem culpa – por falta de meios. Mas o racismo existe em muita gente, que despreza "o preto" e o trata como se fosse uma sub-espécie quase humana, mas mesmo assim subsidiária. (Antunes 2005: 128)

Até ao final da comissão de serviço em Angola, os homens da Companhia de Artilharia 3313 teriam oportunidade de testar os limites da vocação ecuménica da nação portuguesa pelo mundo. O primeiro ano no Leste foi apenas o embate inicial com uma realidade que em muito pouco se aproximava do que tinham por garantido.

As mulheres

Um outro tema das narrativas dos homens da Companhia de Artilharia 3313 é o da relação dos africanos com o corpo e a sexualidade, tão diferente daquela que existia em Portugal. A proximidade com a natureza e a sua exuberância animal é atestada pelo protagonismo que a nudez dos corpos assume nas suas memórias. Nos álbuns de fotografias que guardam de Angola, são várias as fotos de negras com os corpos nus, velhas de cachimbo na boca e grandes seios pendentes, jovens mães com os filhos embrulhados em panos nas costas. O furriel Firmino Alves lembra o episódio em que comandava um grupo de militares portugueses que cumpria a tarefa diária de recolher lenha e encher bidões de água para o quartel. Chegados ao rio, descobriu horrorizado um grupo de mulheres que tomava banho. Tentou negociar que saíssem dali, aquela era a água que as tropas usavam para beber e cozinhar. Perante a imobilidade das mulheres, os militares tiveram de escolher outro local para atestar os reservatórios de água.

Sem nuvem de vergonha, sem consciência do erotismo da exibição dos corpos, os habitantes dos quimbos colocavam aos portugueses que ali chegavam uma contradição difícil de resolver. O processo de infantilização dos negros via-se limitado pela erupção de uma sensualidade indomada. Nas palavras de Patrícia Ferraz de Matos,

Embora as crianças sejam assexuadas, os africanos, considerados por alguns ‘crianças grandes’, são frequentemente hipersexualizados. São comuns as imagens que nos sugerem a sensualidade, a lascividade, a sexualidade insinuante ou desenfreada, ao evocarem a nudez, o despudor ou a virilidade nos negros. (Matos 2006: 130)

O mesmo paradoxo existe nos escritos missionários sobre a África onde, de acordo com Paulo Valverde, ocorre esta ‘justaposição das crianças e dos demónios’:

Ambos, embora de modos diferentes, são excluídos do espaço da moralidade cristã: as crianças são, nesta perspectiva, consideradas como irresponsáveis, isto é, as suas faculdades para discriminar entre o bem e o mal não estão ainda plenamente desenvolvidas

– são seres amorais, marcadas por um défice da sua atividade moral; os demónios, por seu lado, são também caracterizados por uma desregulação da atividade moral na medida em que invertem a hierarquia cristã que coloca o bem acima do mal – são seres antimorais. (Valverde 1997: 88).

Alguns entre a amoralidade infantil e a antimoralidade demoníaca estavam os africanos, seres cujo incompreensível exotismo exercia uma poderosa atração sobre os rapazes brancos da Companhia de Artilharia 3313. Os costumes destes portugueses de pele escura, longínquos e por vezes incompreensíveis compatriotas de um país espalhado por vários continentes, eram observados à distância, na inesperada hesitação entre a repulsa e o fascínio. Rogério Tavares recorda o ritual de iniciação sexual que espiou escondido numa árvore:

Houve lá uma história numa festa em que as mulheres vão para um lado e os homens vão para o outro. Eu fui espreitar para o cimo de uma árvore, eu e outro - era proibido, não havia homens, aí se eles nos vissem! Mas não viram. Eles amarram a rapariga às pernas e aos braços, marcam-na na cara e no ombro, e a virgindade é tirada. Amarrada no chão! Parece impossível, se eu não visse eu nem acreditava! Era com uma raiz, porque depois é que se soube, que eu não sabia o que era aquilo. Uma mulher mais velha da tribo, tirou a virgindade à rapariga com uma raiz! (entrevista a Rogério Tavares, ex-cabo cozinheiro)

A exposição do corpo feminino e a intervenção ritual para que ‘a virgindade [fosse] tirada’ é lembrada com absoluta perplexidade (‘se eu não visse nem acreditava!’). Aos olhos dos soldados portugueses, a virgindade feminina constituía um valor inestimável, que deveria ser mantido com recato e pudor na esfera privada até ao momento do casamento. Mas a impudência não terminava na desvalorização da virgindade. A precocidade da iniciação sexual constituía outro motivo de pasmo entre os militares portugueses. Numa carta enviada do destacamento do Chiúme, o alferes médico relatava uma surpreendente comemoração:

Quimbo em festa. Um coxo que por lá há, agarrado a um pau, com uma perna normal e outra da largura de um palito, enrodilhada e seca como uma vide, foi-se a uma garota de uns nove anos e, como eles dizem, “tirou-lhe o cabaço”: em vez de oito anos de prisão maior celular, a malta teve uma alegria enorme. Seguem-se oito dias de batuque à roda da casa onde a miúda permanece fechada, e um gozo imenso dos 60 gatos pingados da população. A mãe da violada dança com um frenesim tal que o espectro do enfarte se pode ver por trás dela. Velhas veneráveis sacodem-se. O coxo triunfa como um herói de respeitável proeza. (Antunes 2005: 296)

O que seria condenado em Portugal, é celebrado ruidosamente por toda a aldeia. A incompreensível inversão de valores colocava os africanos num lugar próximo da natureza, onde os princípios morais da civilização ocidental ainda não tinham conseguido domesticar a força dos instintos.

A perplexidade e a tentação pairavam sobre os militares vindos de um país conservador e católico, onde o recato e o pudor definiam a moralidade que a todos guiava. Para estes homens, privados da presença de mulheres, era difícil escapar à sedução da exposição dos corpos e da lascívia que se adivinhava nos seus costumes. Houve quem se deixasse levar pelo que a ausência de roupas parecia insinuar. Décadas mais tarde, muitos recordam histórias com lavadeiras, mulheres negras a quem os militares pagavam para que lhes lavassem a roupa. Nalguns casos, a relação com a mulher não se esgotava no serviço que lhes era pedido (“Quando a gente dizia ‘Vou pôr a roupa a lavar’, já se estava a ver o que era.”)¹³⁷. São várias as histórias de militares que saíam do quartel para passar a noite nos quimbos. Nem só da enorme massa de praças se faziam as histórias de amores clandestinos com as negras: os oficiais sucumbiam também à tentação da mulher negra, tal como recorda o furriel Firmino Alves:

O major de operações [do comando do Batalhão] arranjou a melhor preta lá do sítio. Comentava-se que o segundo comandante queria andar com ela, mas como estava o major ele não conseguia. Um dia [o segundo comandante] mandou o major de operações para Ninda e disse-lhe ‘Você agora vai ficar aqui uns dias para dar apoio ao Melo Antunes’. O objectivo do comandante era ir namorar a rapariga dele. E assim foi. O gajo ficou lá contra a vontade, e ficou o segundo comandante com a namorada dele. Um dia, foi lá um helicóptero a Ninda e o major de operações não esteve com mais nada, veio-se embora sem o comandante saber. Chegou a Gago Coutinho, viu que não estava o comandante, andou a perguntar por ele. Pegou num jipe, chega ao quimbo, à palhota da rapariga, estava lá o jipe do comandante à porta. Ele vai com jipe e deita o quimbo abaixo! [risos]. Era assim, havia disputa de mulheres, até entre as chefias! (entrevista a Firmino Alves, ex-furriel miliciano)

A nudez das mulheres foi um poderoso motor de aproximação carnal. José Gomes lembra a zanga com que o chefe dos Flechas irrompeu no quartel de Gago Coutinho perante o terror dos soldados e a impassibilidade do Comandante do Batalhão:

¹³⁷ Daniel Gouveia, antigo alferes miliciano em Angola, recorda a história do soldado que se apaixonou pela lavadeira que engravidou. Pelo correio, recebia da família peças que iam compondo o enxoval da criança. Algum tempo após o nascimento, desabou uma enorme desilusão no soldado: a criança não era mulata, mas sim negra. (Gouveia 2002).

Houve uma história com um Flecha em Gago Coutinho em que o comandante ficou aflito. Os Flechas tinham as casas deles em Gago Coutinho e esse senhor tinha uma mulher linda. As mulheres iam lavar a roupa para o rio e sabe como é que lavavam a roupa? Metiam-se dentro da água e lavavam para fora, umas vezes nuas outras vezes não. O que aconteceu foi que houve dois ou três malandros que tentaram abusar da mulher desse Flecha, o Catolo. A mulher fez queixa ao marido, ele veio ao quartel de Gago Coutinho e o comandante mandou formar tudo o que lá estava e ele disse ‘Meu comandante, aqui o senhor fecha os olhos porque se a minha mulher disser quem foi, eu mato-o!’. Eu acredito que ele fizesse. Lembro-me de depois nas casernas se dizer ‘Quem tentou fazer isto, que fuja! Desapareça para o capim até isto passar tudo’. A mulher não identificou ninguém. Imagine você que ela acusava alguém que não tinha culpa nenhuma? Ele matava o gajo! (entrevista a José Gomes, ex-soldado atirador)

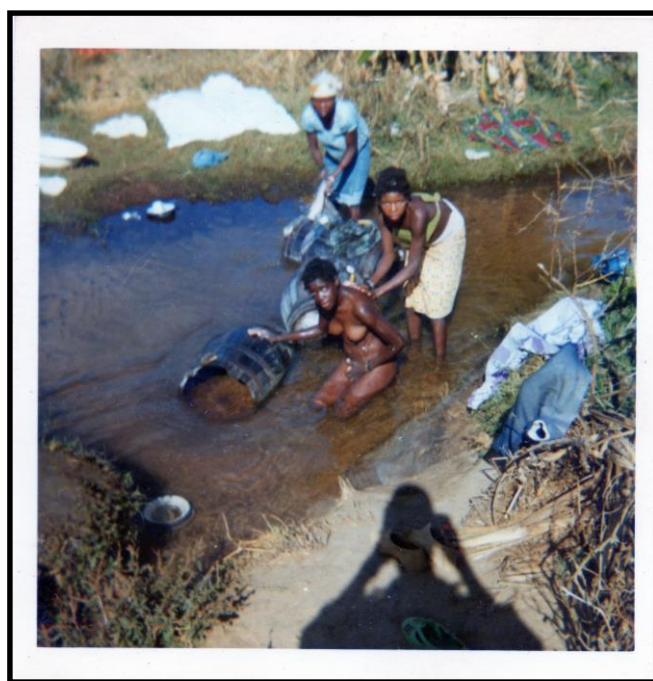


Figura 7
Lavadeiras no rio, zona de Gago Coutinho
(Arquivo de Licínio Macedo)

Nalguns casos, a gravidez surgia como a prova inequívoca destes amores escondidos. António Simões, pescador transformado em soldado enfermeiro, lembra o momento em que abandonou o destacamento onde engravidara uma rapariga:

No Mussuma deixei uma rapariga grávida quando viemos embora. Quando fomos rendidos, ela já tinha alguns meses de barriga. Ela apercebeu-se, viu muitos carros ali em

Mussuma. Era uma população pequenina, uns 40 ou 50 pretos. Eu vinha numa berliet ao lado do condutor, ela disse, ‘Vem cá, o chindelo é teu!’ Chindelo é filho em língua bailunda. Eu disse ‘Tem calma que vou a Gago Coutinho e depois venho’. Até hoje. (entrevista a António Simões, ex-soldado enfermeiro)

O mulato, suposta criação portuguesa nos mundos que foi descobrindo, foi desde sempre usado como prova da singularidade da relação que os ligava aos povos dos territórios por onde foram passando. Mas as histórias que circulam na Companhia de Artilharia 3313 dificilmente podem ser aproximadas a qualquer ideia benigna de miscigenação. Nas narrativas dos homens da Companhia de Artilharia 3313, não existe nenhum indício de paridade entre o homem branco e a mulher negra. A ideia de respeito está quase sempre ausente dos relatos dos encontros clandestinos que fugazmente uniam rapazes brancos e raparigas negras, breves objetos de desejo. Alguns lembram mesmo que a repugnância inicial (o cheiro, o toque da carapinha) foi vencida pela constatação da inevitabilidade: eram aquelas as mulheres que podiam ter no mato. Nos almoços anuais de convívio da CART 3313 são numerosas as alusões aos mulatos que os militares lá fizeram. Os que insinuam ou afirmam ter filhos em Angola, nada sabem sobre eles ¹³⁸. Os sorrisos que rodeiam este tema dizem quase tudo. Se os houve, eles foram deixados para trás, na leviandade de quem sabia a tolerância e impunidade que rodeava os encontros fortuitos com mulheres. A transitoriedade destas relações e a negligência a que foram votados os filhos que delas poderão ter nascido constitui uma prova indesmentível da assimetria que dominava as breves ligações entre militares e africanas.

A retórica lusotropicalista, bondosa e ecuménica, colide com a realidade das limitações demográficas que levavam os brancos a aproximarem-se sexualmente das mulheres negras. De acordo com Gerald Bender, a miscigenação não foi um fenómeno exclusivo da colonização portuguesa. O mesmo aconteceu com ingleses, franceses, espanhóis, holandeses e até chineses ¹³⁹. Na ausência de mulheres brancas, as nativas das terras colonizadas eram a alternativa possível. Nas suas palavras,

¹³⁸ A recente reportagem ‘Em busca do pai tuga’ da autoria de Catarina Gomes faz um retrato tocante sobre as vidas de dezenas de pessoas nascidas de relações fortuitas entre raparigas guineenses e soldados portugueses. Na cor da pele ficou inscrita a sua origem, ‘restos de tuga’ criados sem pai, sob o olhar reprovador dos seus pares. (Gomes 2013).

¹³⁹ Apesar da alegada endogamia na diáspora, Bender refere o surgimento de mestiços afro-chineses na Jamaica que, em 1960, eram tão numerosos quanto os ‘chineses puros’ (Bender 1978: 34).

To assume that individuals of different races who engage in sexual relations must also respect each other's race or culture is not only contrary to the Portuguese experience throughout the world, but to the experience of all European colonizers in the New World and Africa. The assumption mistakes passion for respect and confuses eroticism with egalitarianism. (Bender 1978: 202)

É precisamente do equívoco entre paixão e respeito, entre erotismo e igualitarismo que nasce aquela que Eduardo Lourenço chamou a mais gritante das contradições da mitologia colonialista portuguesa. Num texto inédito recentemente publicado, afirma que a miscigenação, apresentada como prova da singularidade da presença portuguesa no mundo, constitui a “(...) expressão suprema do Colonialismo, traduzido sob o plano do sexo” (Lourenço 2014: 55). De acordo com Lourenço, esta “forma de racismo às avessas”, ideologicamente aproveitada pelo Estado Novo a partir dos trabalhos de Gilberto Freyre, permitiu a apresentação retórica dos colonizadores portugueses como “samaritanos do amor tropical” (idem: 56). Ignorando os constrangimentos demográficos que ditaram a aproximação de homens brancos a mulheres negras, o “colonialismo inocente” do Estado Novo construiu a sua singularidade sobre aquilo que procurava negar: a desigualdade racial e as muitas formas de dominação colonial (idem).

3. Em guerra

O primeiro ano da comissão de serviço em Angola foi o tempo da experiência real de guerra. Estacionado numa zona 100% operacional nas chanas de Gago Coutinho, o Batalhão de Artilharia 3835 sofreu 56 baixas ao longo de doze meses: quarenta feridos ligeiros, onze feridos graves e seis mortos. De entre estas, quatro baixas atingiram a Companhia de Artilharia 3313: dois incapacitados para todo o serviço militar, um evacuado para a metrópole e um morto em combate¹⁴⁰. Para se compreender a grandeza deste número, vale a pena compará-lo com o valor homólogo do ano seguinte, após a rotação para o muito mais tranquilo sector de Malanje. Em catorze meses, apenas 8 baixas nas várias unidades do Batalhão. Mas os dados oficiais

¹⁴⁰ De acordo com a análise do Capítulo V (Baixas Sofridas, punições, louvores e condecorações) da *História da Unidade BART 3835*, a distribuição de baixas pelas restantes unidades do Batalhão durante o ano de 1971 foi a seguinte: a Companhia de Comandos e Serviços (CCS) sofreu 24 baixas (20 feridos ligeiros, 1 ferido grave, 2 evacuados para a metrópole, 1 morto); a CART 3312 teve 7 baixas (3 feridos ligeiros, 2 feridos graves evacuados para a metrópole, 2 mortos); a CART 3314 somou 21 baixas (17 feridos ligeiros, 2 feridos graves evacuados para a metrópole e 2 mortos).

são apenas números, e nem sempre rigorosos. O confronto dos dados da *História da Unidade BART 3835* com as memórias dos entrevistados e com as cartas de guerra de Lobo Antunes permitiu identificar discrepâncias no registo das baixas. Os ferimentos ligeiros que alguns militares sofreram não constam dos números oficiais da história da unidade. Impossível que é determinar a razão desta inconsistência, é de admitir que a necessidade de manter as estatísticas militares em níveis razoáveis possa ter ditado a exclusão de ferimentos ligeiros do arrolamento oficial. Para além da discrepância numérica que se adivinha do confronto de versões, a *secura* descritiva da *História da Unidade* pouco diz sobre as circunstâncias em que as baixas ocorreram, sobre o clima de pesar que se instalava após a queda de um camarada, sobre o medo que ensombrava o quotidiano de centenas de homens – só mesmo através das cartas de Lobo Antunes e das memórias dos entrevistados se consegue chegar a uma aproximação do que terá sido essa experiência.

A análise das narrativas sobre este período revelou a existência de dois grandes eixos temáticos. Em primeiro lugar, a memória do medo e da tensão sentidas numa situação de guerrilha. São aqui particularmente relevantes os relatos de viagens em coluna pela picada com a incerteza das minas e emboscadas, a colaboração com tropas africanas que compreendiam os invisíveis detalhes da paisagem e a ideia de reposição da verdade que preside às memórias das grandes operações do primeiro ano da comissão de serviço em Angola. Em segundo lugar, os episódios e situações memoráveis, que todos recordam e contam: os ataques aos destacamentos, as patrulhas a pé nas chana do Leste, o rebentamento de uma mina numa coluna em que viajava também o capitão da companhia. É aqui que se encontram as maiores discrepâncias, visíveis não apenas no confronto das memórias pessoais com os dados contidos nos registos oficiais militares, mas também entre as várias versões que cada sujeito apresenta do mesmo acontecimento. Do olhar institucional da *História da Unidade BART 3835*, inevitavelmente preso à ideologia do regime e à disciplina militar, estão ausentes elementos secretos, como a participação de pilotos sul-africanos ou a utilização de armas censuradas pela organizações internacionais ¹⁴¹. À versão oficial, contrapõem-se as narrativas dos entrevistados que referem não apenas estas situações

¹⁴¹ Foi apenas no final dos anos 60 que a ONU declarou a sua oposição ao uso de napalm, numa sucessão de resoluções que culminaram com a proibição de utilização de armas incendiárias sobre civis num protocolo de 1980. Ver Araújo e Silva 2009.

então indizíveis, mas sobretudo concedem espessura a acontecimentos que são muito mais do que estatísticas militares.

A guerra que começou

No dia 27 de Janeiro de 1971, as várias unidades do Batalhão de Artilharia 3835 iniciaram o período de sobreposição com o Batalhão de Caçadores 2886 que foram render. Fizeram-se missões conjuntas de patrulhamento e escoltas a colunas na distribuição de todo o pessoal pelos destacamentos. Três dias após a chegada, o BART 3835 recebeu o seu baptismo de fogo. O destacamento de Ninda, que seria ocupado pela Companhia de Artilharia 3314 comandada pelo Capitão Melo Antunes, foi atacado. Na História do Batalhão, refere-se apenas que no dia seguinte, sob o comando de um alferes miliciano, se fez uma patrulha nas imediações do quartel “com a finalidade de detectar vestígios do IN que na noite de 30 para 31 de Jan71, pelas 23h45 bombardearam Ninda com morteiro 82 e rajadas de pistola metralhadora.”¹⁴². Os vestígios encontrados foram vários: pegadas, armas e munições e latas de conserva vazias¹⁴³.

Embora o baptismo de fogo tenha ocorrido com outra das companhias operacionais do Batalhão de Artilharia 3835, um dos militares da CART 3313 esteve presente nesta ocasião. O cabo condutor João Marques foi destacado para a primeira coluna que levou a CART 3314 para Ninda e não esquece a noite em que o medo ou a coragem tomaram conta dos militares.

Segui para Ninda no primeiro dia, foi com o Capitão Melo Antunes. À meia noite em ponto, baptismo de guerra. Eu estava num sítio e rastejei para trás de uma berliet, daquelas com rodados duplos. VI uns a chorar, outros a rastejar, e o Melo Antunes a gritar para Gago Coutinho para mandarem vir a aviação! Isto tem que se lhe diga, não havia aviação de noite. Eu achei que não passava do primeiro dia! Ali não era o IAO [Instrução de Aperfeiçoamento Operacional], ali era a sério: sabia-se que quando elas viessem era para matar! O Cabeça de Porco [alcunha de um sargento da CART 3314] meteu-se em pé no meio da parada com uma caixa de morteiros, parecia que estava em casa! Pum, pum, pum!, até que de repente se ouviu um grito na mata e tudo parou. Foi-se lá ao mato no outro dia de manhã e não havia nada, nem uma gota de sangue, limpavam tudo! (entrevista a João Marques, ex-cabo condutor)

¹⁴² *História da Unidade BART 3835: IV/1.*

¹⁴³ *Idem, ibidem.*

No dia seguinte, o alferes Lobo Antunes escreve à mulher:

Começou a guerra a sério para nós. Uma das companhias, colocada em Ninda, foi atacada por morteiros e metralhadoras e as consequências, embora relativamente pouco importantes para nós (um morteiro caiu na pista de aviação e dois na parada) dão um bocado que pensar. Os dois aviõezitos da força aérea passaram a tossir por cima de nós e foram bombardear presumíveis acampamentos inimigos. Entretanto, encontraram-se, por aqui, papelada vária anunciando ataques para os dias 3, 4 e 5, em que se comemora o aniversário do MPLA (Antunes 2005: 35)

Já nada seria como antes. A guerra chegara com um ataque inaugural que, por sorte, não causara baixas nas tropas portuguesas. Se os aquartelamentos, com o seu potencial defensivo e de fogo, não estavam a salvo, também não o estavam os militares cuja missão implicasse sair do quartel. Entre os sons desconhecidos de uma vida selvagem exuberante e o inimigo invisível, os homens da Companhia de Artilharia 3313 tacteavam o terreno que lhes coubera na sorte. E a sorte parecia ser muito pouca. As ameaças deixadas no ar pela rádio do MPLA emitida da Zâmbia - a quem a tropa chamava 'Maria Turra' -, prometiam ataques ferozes. Foi neste contexto de inquietude e espera que a vida militar do Batalhão foi avançando nos meses do Leste. Um dos momentos mais temidos era o reabastecimento dos quatro destacamentos - Mussuma, Sessa, Ninda e Chiúme. A distância média de 139 quilómetros entre a sede em Gago Coutinho e estes quartéis garantia viagens de horas ao longo de picadas arenosas, repletas de minas anticarro e de minas antipessoais. À frente da coluna de reabastecimento, seguia um rebenta-minas: uma berliet ¹⁴⁴ cujo habitáculo era reforçado no interior com sacos de areia, destinados a proteger o condutor num eventual rebentamento. Nos troços considerados mais sensíveis, o comandante da coluna colocava homens a picar o terreno. Munidos de uma vara de metal, caminhavam a calcar o terreno com a 'pica'. O som da 'pica' na areia alterava-se se, enterrada a poucos centímetros da superfície, estivesse instalada uma mina. O alferes Joaquim Mestres não esquece a primeira vez que levantou uma mina:

A primeira vez que levantei uma mina acho que desidratei de tal maneira que devo ter ficado todo sequinho! Eu não levava ninguém de Minas e Armadilhas, era maluco e

¹⁴⁴ A berliet era um veículo de transporte pesado e polivalente, originalmente de fabrico francês. Com o aumento do custo da guerra, as Forças Armadas portuguesas começaram a utilizar uma versão portuguesa da viatura original, fabricada no Tramagal.

gostava de explosivos. Rebuscando todos os conhecimentos que tinha sobre explosivos, afastei toda a gente e fiquei sozinho para levantar a mina. É uma tensão monstra! Uma pessoa está ali naquilo, estão os olhos, estão os ouvidos, está tudo no máximo de atenção possível, a pessoa sabe que no segundo a seguir pode já não estar vivo. Eu tinha visto uma mina parecida com aquelas uma vez, em Santa Margarida. Aquilo quando está tapado, não se vê o que está lá em baixo. E depois é ir limpando, limpando, parece arqueologia. Uma mina é uma coisa grande, como um queijo da ilha, e tem uma cinta para pegar. Por baixo também tem uma rosca para pôr o detonador de anti-levantamento. Pelo sim pelo não, o sistema que se utiliza é assim: mete a faca ao lado da mina, prende com o cordel ou uma coisa do género e a uma distância minimamente razoável puxa-se. Claro que a mina movimentou-se e não aconteceu nada, o que permitiu que eu metesse a mão e com um bocado mais de confiança verificasse que efetivamente não estava lá nada. Tira-se a mina, tiram-se os detonadores e depois um gajo já pode dar pontapés que aquilo não rebenta. Esta é a história da minha primeira mina, depois foram mais não sei quantas. (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano)

Apesar dos cuidados, apesar da picagem da estrada, várias foram as minas anticarro detonadas pelas unidades do Batalhão de Artilharia 3835. Nalguns casos, como o do soldado condutor Armando Matos, as consequências limitaram-se a ferimentos ligeiros e à destruição da viatura. Noutros, como o que conta o soldado condutor José Rocha, o rebentamento da mina foi seguido de emboscada, da qual resultou a primeira baixa mortal na Companhia de Artilharia 3313.

Foi na quinta-feira de Páscoa ¹⁴⁵. Andámos quilómetros a picar, chegou a uma altura e o alferes disse ‘Isto não há nada, vamos a andar!’ Andámos trinta quilómetros, nem tanto, com piso duro, a malta porreirinha da vida e puuum! Mas foi a salvação rebentar a mina, porque estavam lá seis anti-pessoais. A antipessoal rebenta com um toquezinho. Eu berrei, ‘Cuidado! O pior está para vir’. Os estilhaços cortaram-me o abdómen. Ia com sacos de areia, foi a minha salvação! Fui evacuado de helicóptero, eu e o Oliveira, o Porta-Aviões. Ele era o municionador da MG ¹⁴⁶ e cortou um dedo. (entrevista a Armando Matos, ex-soldado condutor)

De dois em dois meses nós íamos a Gago Coutinho. Numa altura quando vim, rebentei uma mina. Apanhei um susto. Nós levávamos sempre os sacos com areia debaixo dos pés, se houvesse problemas o saco protegia muito. Foi a única vez que rebentei uma mina. Mas morreu um colega nosso, sofremos uma emboscada a seguir. Ele estava mesmo à minha beira. A primeira coisa foi a mina e a seguir foi uma emboscada. Saltámos todos [das viaturas], mas ele morreu depois no chão, morreu com um tiro. Ele morreu logo [silêncio]. Custa muito. (entrevista a José Rocha, ex-soldado condutor)

¹⁴⁵ Nas cartas de guerra de Lobo Antunes surge uma referência a este acontecimento, no dia 9 de Abril de 1971: “Ontem nova mina anticarro. Por sorte, detectaram-se perto quatro minas antipessoais, que explodem sob um peso superior a 20 kg, e que, entre outras coisas, já custaram uma perna a um soldado nosso.” (Antunes 2005: 122).

¹⁴⁶ A MG é uma metralhadora ligeira de origem alemã.

Para além da breve referência ao camarada morto na emboscada, José Rocha pouco adianta sobre as circunstâncias daquele dia, como se a ausência de palavras pudesse afastar o horror vivido. O confronto com a *História da Unidade BART 3835* foi, neste caso, infrutífero: a coluna que regressava de Gago Coutinho a Mussuma não consta do longo arrolamento de operações. Apenas foi possível apurar que o cabo Martins da CART 3313 morreu a 27 de Julho de 1971, por ferimentos recebidos em combate.

A lentidão da viagem em coluna com soldados a picar à frente funcionou, várias vezes, como elemento dissuasor desta estratégia de prudência. Percursos de algumas dezenas de quilómetros eram feitos a passo de caracol. Se é verdade que a picagem minimizava o risco de rebentamento de uma mina, também não é menos verdade que aumentava o perigo de emboscada. Uma coluna de várias viaturas em marcha lentíssima constituía um alvo demasiado fácil. São, por isso, numerosos os relatos de viagens por trilhos alternativos, na tentativa de acelerar a viagem e de escapar aos percursos habituais, onde os ‘terroristas’ os poderiam esperar.

Os comandos queriam que nós fizéssemos aquilo, cerca de 60 quilómetros, pela picada. Nós cansávamo-nos de ir pela picada sempre a picar, numa distância enorme. O que é que fazíamos? Artimanha! Em vez de irmos pela picada, fazíamos corta-mato, percursos de mais dez ou vinte quilómetros. Eles às vezes admiravam-se de a gente fazer o percurso tão rápido. Só que, claro, aquilo às vezes tinha troncos de árvores no caminho e pum!, lá ia um pneu pelo ar. Uma vez o segundo comandante, o Rombert, queria dar cabo de nós porque estávamos a fazer um gasto medonho. Mas nós dissemos-lhe ‘Ó Comandante, se calhar é melhor isto do que estourar com uma berliet!’. Eles às vezes não viam isso. Muitas berliets foram mesmo para a sucata... (entrevista a Valdemar Mendes, ex-furriel miliciano)

Mas nem só do nervosismo das deslocações pela picada se fez o primeiro ano de comissão da Companhia de Artilharia 3313 em Angola. Houve também numerosas ações de combate. Descritas na *História da Unidade BART 3835* como missões de patrulhamento e emboscada, estas ações seguiam indicações de presumíveis aldeamentos ‘terroristas’, referenciados através de informações obtidas pela PIDE/DGS ou por informantes civis das populações. O objectivo era capturar ‘elementos In’ que pudessem fornecer preciosos dados sobre a forma de atuação do inimigo. Mas uma boa parte destas operações em acampamentos referenciados resultavam apenas no incêndio das cubatas, na destruição das lavras e celeiros, e na apreensão de material deixado para trás pelos fugitivos. Chegados ao acampamento, pouco mais restava do que indícios evidentes da sua fuga: utensílios de cozinha, fogueiras recentemente abandonadas, cobertores e instrumentos de lavoura. Todos os civis encontrados no caminho eram

aprisionados, levados para o quartel e entregues à DGS. Vivendo fora dos aldeamentos estratégicos, eram considerados potenciais terroristas. Na *História da Unidade BART 3835*, encontram-se várias descrições de missões deste género que, no regresso ao ponto de partida, traziam homens, mulheres e crianças.

A dificuldade de surpreender os ‘terroristas’ é associada, na *História da Unidade*, à presença de ‘elementos simpatizantes residentes’ nos aldeamentos próximos dos quartéis, “mercê do qual se está a tornar cada vez mais difícil obter a surpresa e, conseqüentemente, obrigá-lo ao contacto.”¹⁴⁷. As tropas e as autoridades portuguesas, incapazes de decifrar as formas de comunicação dos civis com os movimentos independentistas, suspeitavam de tudo o que saísse do habitual. O capitão José Basto, comandante da CART 3313, recorda o dia seguinte a um ataque no aquartelamento onde estava:

No dia seguinte, eu faço um erro. Os pretos vieram-me perguntar: ‘Tivemos um ataque tão grande, podemos fazer uma batucada? É para dar sinal que estamos todos bem’. Eu disse ‘Sim senhor, à vontade’. Mas depois mais tarde é que me lembrei que com o batuque eles dão o sinal se morreu alguém ou não, se está lá o capitão ou não¹⁴⁸. Aquilo é tudo por sinais, tudo coisa dos pretos, a comunicação é uma coisa doida! Eles até percebem os cães. A gente aqui quando estuda a guerra subversiva, nunca nos falaram em cães, mas eles têm cães que nos detectam. Se veem pretos não há problemas, mas se são brancos, vão atrás e ficam a saber qual é o caminho por onde vamos. Aquilo é uma coisa louca. (entrevista a José Basto, ex-capitão de artilharia)

Vigilantes armados de populações subtraídas à influência dos ‘terroristas’, as tropas portuguesas descobriram ser o alvo de uma atenção silenciosa sobre todos os seus movimentos. A discreta presença de negros, cujos dias se desenrolavam na morna rotina das lavras, no pirão batido ao sol em frente das cubatas, na aparência de normalidade inofensiva, encerrava perigos inimagináveis. Os encontros noturnos de militares e mulheres dos quimbos, as conversas escutadas por quem parecia quase não falar português, os batuques ritmados que comemoravam não se sabe bem o quê, constituíam sinais indesmentíveis de que também as autoridades militares e civis portuguesas eram vigiadas.

¹⁴⁷ *História da Unidade BART 3835*: III/35.

¹⁴⁸ Numa carta, Lobo Antunes escreve: “Descobriu-se aqui outro dia a maneira como eles são avisados da saída de tropas: de cada vez que uma coluna atravessa a vila para fora do arame farpado (a vila está também cercada de arame) a população faz um merengue, e como os tambores se ouvem a grande distância, os terroristas sabem logo que.” (Antunes 2005: 54).

A maneira mais fácil de alcançar aldeamentos ‘turras’ passava pela estreita colaboração com forças africanas. Os africanos combinavam uma resistência excepcional com o conhecimento profundo do terreno. Ao contrário dos portugueses, cegos em relação aos segredos que a paisagem continha, os negros sabiam usar a natureza a seu favor, e dela retirar alimento e pistas sobre a ação inimiga.

[Os Flechas] são umas máquinas cavalgantes de uma resistência enorme. São indivíduos que estão muito adaptados ao terreno, conseguem andar longas distâncias num ritmo que para nós é acelerado, mantêm uma certa frescura, tentam levar o menor peso em termos de equipamentos porque eles conseguem sobreviver com pequenas coisas que nós desconhecemos. Por exemplo, com a sede: não havia água, não havia rio próximo. Rapa da faca, começa ali a fazer uma prospecção do terreno, começa a fazer um buraco e às tantas tira de lá uma espécie de batata. Mordiam, aquilo deitava um líquido que não tinha um sabor especial e que efetivamente a gente deixava de sentir sede. Eles tinham estes recursos, o que não os obrigava a ir com cinco rações de combate, mais o cantil de água, mais as munições. Além de que nós não estamos habituados àquelas temperaturas, àquele terreno mole – em qualquer dos sítios onde estivemos aquilo não é rochoso, é areia – e a andar depressa em cima daquilo. Não era fácil, eu às vezes dizia ‘Temos que parar, temos que descansar’ e eles ficavam a rir, como quem diz ‘Grandes guerreiros que vocês são, nem aguentam duas horas a andar aqui’. E não aguentávamos. Tinha mesmo que se parar um bocadinho à sombra, abrir o camuflado. Eles estavam na maior. (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano)

Sei lá o que a gente caminhou de noite, aquilo era mata, mata, mata! Eles é que diziam ao alferes ‘Já passámos aqui’ por um raminho de árvore partida. E depois acontecia isto: a gente acampava e nós brancos a falar baixinho. Os Flechas nada, nem um pio! Isto é real, eles foram dizer ao comandante que com a tropa branca não queriam, que faziam operações sozinhos. (entrevista a José Gomes, ex-soldado atirador)

O espanto com a capacidade de ler uma paisagem opaca aos olhos dos brancos reaparece em várias narrativas sobre a guerra. Nas cartas enviadas do Leste, Lobo Antunes refere por diversas vezes Miúdo António Catolo, Flecha respeitado pela sua coragem e força, com quem passeava pelos quimbos e conversava. Depois de ter morto um famoso guerrilheiro do MPLA, explicou ao médico como conseguiu encontrá-lo:

Quando matou o Sangue do Povo, este andou para trás para o enganar no sentido das pegadas, mas o tipo descobriu logo a marosca: este gajos andou para trás para enganares o gente, e limpou-lhe o sebo: eu fiz nele um janela deste tamanho. (Antunes 2005: 102)

A eficácia destes guerreiros é atestada na *História da Unidade BART 3835*, onde aparecem descritas várias operações realizadas pelas forças militarizadas comandadas pela PIDE/DGS. Estas operações, que tinham como objetivo a realização de ‘patrulhamentos ofensivos conjugados com emboscadas’, estão registadas no relatório

militar e apresentam como ‘resultados junto do inimigo’ um total de 35 mortos e 29 detidos, a destruição de 13 aldeamentos e a apreensão de armas e munições diversas¹⁴⁹. No entanto, e porque o confronto dos dados da *História da Unidade BART 3835* com as memórias dos entrevistados e com as cartas de Lobo Antunes revelou a reduzida exaustividade do relatório oficial, é de admitir que a atividade operacional dos Flechas no Leste tenha sido mais vasta do que aquela que foi fixada no documento oficial do Exército.

No primeiro ano da comissão de serviço houve também operações ao nível do Batalhão, grandiosas orquestrações que envolveram tropas helitransportadas e que contaram com a colaboração de paraquedistas, comandos, Fiéis catangueses e pilotos sul-africanos. Os Fiéis, nome de código de antigos apoiantes de Moisés Tchombé, encontravam-se exilados em Angola após a breve experiência de secessão do Catanga. Acolhidos como refugiados políticos, estes gendarmes da província do ex-Congo Belga foram armados e instruídos pelas autoridades portuguesas a partir de 1968. Em Fevereiro de 1971, foram integrados nas forças irregulares de Angola através de um despacho do Ministério da Defesa¹⁵⁰. A participação dos Fiéis em operações militares na guerra em Angola faz parte da história oficial da guerra colonial. Ela é mencionada no descritivo operacional da *História da Unidade BART 3835*, mas também na *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África*, onde se afirma que “(...) atuaram integrados, temporariamente, nas nossas tropas ou em apoio destas.” (Estado-Maior do Exército 1988: 244).

Pelo contrário, a colaboração de forças sul-africanas ocorreu fora de qualquer dimensão oficial. Embora não constem da *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África* nem da *História da Unidade*, são vários os relatos da sua participação em operações militares no Leste de Angola em 1971. Numa carta de Fevereiro de 1971, Lobo Antunes escreve: “Estão presentemente aqui pilotos sul-africanos que ajudam na guerra, tripulando aviões prateados, sem insígnias. Para evitar complicações internacionais, os nossos também as não usam, o que simplifica um bocado o problema.” (Antunes 2005: 37). Décadas mais tarde, há quem ainda se lembre da presença dos pilotos sul-africanos e do secretismo que os rodeava.

¹⁴⁹ Estes dados resultam da análise da descrição operacional do Capítulo V da *História da Unidade BART 3835*.

¹⁵⁰ Para a compreensão do envolvimento português na secessão do Estado do Catanga sob a liderança de Moisés Tshombé e posterior apoio aos militares exilados, ver Afonso e Gomes 2010 e 2013, Estado-Maior do Exército 1977, Guerra 1994.

Eu lembro-me de andarem lá helicópteros sul-africanos, eram todos sul-africanos e depois punha-se lá a cruz para fingir que era português. (entrevista a Paulo Câmara, ex-furriel de operações especiais)

Eles aterravam em Gago Coutinho, faziam as operações e no final desapareciam. Eram uns aviões prateados, sem qualquer identificação. Eram uns indivíduos simpáticos, bebiam muito. No bar, a primeira vez que lá foram, esgotaram os bares todos, ficou tudo vazio. À segunda vez o comandante mandou retirar o whisky e o gin, porque eles tinham apanhado umas bebedeiras de todo o tamanho à noite. Lembro-me que o comandante dizia ‘Como é que estes indivíduos podem amanhã pilotar?’. E efetivamente ao raiar o dia ali estavam os cavalheiros impecáveis, direitos, com o ar mais sóbrio possível, a pôr as máquinas a trabalhar e ‘Vamos embora para a guerra!’. Eles provavelmente não aparecem referidos em relatórios, nada de coisa nenhuma. Mas eles estiveram lá, que eu me lembre, duas vezes. (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano)

A versão oficial do conflito apresentava o governo e as Forças Armadas portuguesas ‘orgulhosamente sós’, combatendo as forças comunistas que ameaçavam a integridade pluricontinental da nação. Em 1965, Salazar afirmara que a luta que se travava em África era feita ‘sem espetáculo e sem alianças’, com o objectivo de ‘firmar um direito seu’ e ‘defender os princípios e interesses comuns a todo o Ocidente’ (V. Capítulo 2). Mas a orgulhosa solidão de Portugal era uma ficção, tal como recordam os antigos militares da Companhia de Artilharia 3313. Embora nunca tenha sido oficialmente confirmada ¹⁵¹, a colaboração com forças militares de potências da região existiu de facto - e não apenas nas memórias, mais ou menos apaixonadas, de quem participou na guerra. A recente publicação de estudos sobre o Exercício Alcora – nome de código da aliança secreta político-militar que uniu Portugal, a África do Sul e a Rodésia entre 1970 e 1974 - veio confirmar o que até então tinha sido pouco mais do que um rumor difuso (Afonso e Gomes 2013, Rosa et al 2012). A proximidade entre estes países não se iniciou em 1970. Dois anos antes, já com Marcelo Caetano no poder, foi criado um convénio de cooperação entre Portugal e a África do Sul, implicando a cedência de material e a colaboração de forças aéreas e terrestres sul-africanas no Leste de Angola – a que os sul-africanos chamaram de Operação Bombaim. Em Outubro de 1970, foi assinado em Pretória o documento que continha as bases do Exercício Alcora.

¹⁵¹ Em 1960 começaram a surgir denúncias sobre a existência de uma aliança secreta. Líderes africanos como Nkrumah do Gana ou Kaunda da Zâmbia, mas também José Ervedosa, oficial piloto português desertor, declararam ter conhecimento de encontros secretos entre oficiais sul-africanos e portugueses. Todas as acusações foram refutadas por Portugal. (Afonso e Gomes 2013). Este tema ocupou a ‘Conversa em Família’ de 10 de Fevereiro de 1968. Contrariando os rumores que alegadamente circulavam na ONU, Marcelo Caetano negou a existência de ‘qualquer aliança, secreta ou ostensiva’, com a África do Sul ou Rodésia, salientando as ‘políticas raciais distintas’ que guiavam estes países (Afonso e Gomes 2013: 143).

Devido à extrema delicadeza da aliança que unia Portugal a dois estados africanos governados por uma elite branca e caracterizados por políticas de segregação racial, o secretismo impôs-se como condição fundamental. De acordo com documentos desclassificados analisados por Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, o imperativo de discrição total implicava a utilização de fardamentos portugueses por parte dos elementos sul-africanos e a ausência de insígnias identificadoras nas aeronaves (Afonso e Gomes 2013: 109). A presença dos ‘primos’ em Angola, nome de código dos militares sul-africanos, deveria ser mantida na mais apertada reserva.

Tal foi a realidade que os antigos militares da Companhia de Artilharia 3313 conheceram no Leste de Angola em 1971. Apesar da discrição que rodeava a chegada dos sul-africanos, a sua presença não passou despercebida a quem esteve no subsector de Gago Coutinho. Quarenta anos mais tarde, são vários os que fazem questão de convocar a autoridade testemunhal das suas memórias. A reposição da ‘verdade’ da guerra que combateram não se esgota na colaboração dos sul-africanos. A utilização de napalm, sempre negada pelas Forças Armadas portuguesas, é outro tema que ocupa um lugar de destaque nas narrativas dos homens da CART 3313. Contra o que as autoridades afirmavam, estas armas foram empregues em Angola.

O napalm é feito com o combustível dos helicópteros, JP1. Chegou um carregamento de JP1 monstruoso, os da Força Aérea foram lá descarregar bidões e bidões. ‘O que é isto?’. Diziam que era o combustível necessário para uma operação muito grande que houve ali. Alguém tem umas fotografias dos aviões e de eles a carregarem o napalm. (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano)

Havia um aquartelamento no Leste que eles diziam que aquilo era um forte. Andaram os aviões ali horas a descarregar napalm! (entrevista a José Cunha, ex-soldado de transmissões)

Quando saiu os *Cus de Judas* e a *Memória de Elefante*, quando começaram a sair notícias sobre o napalm os oficiais do Exército vinham desmentir isso. Mentirosos! Eles não contavam a verdade às pessoas. Eles [MPLA] tinham depósitos de armamentos na chana, onde não se podia ir. Nós uma vez fizemos com o Alferes Mestres um patrulhamento. Íamos a atravessar um rio e os gajos começavam logo do lado de lá a mandar morteiradas, uiii. O Alferes Mestres disse ‘Nem pensar!’. Havia sítios que um gajo não podia lá ir. Saíam os T6, do tempo da segunda guerra, com bombas de napalm para descarregar. (entrevista a Licínio Macedo, ex-soldado de transmissões)

Durante décadas, a utilização de napalm pelas tropas portuguesas em África dividiu as vozes. De um lado, antigos militares que afirmavam ter tido conhecimento

direto de bombardeamentos de aldeias ¹⁵². *Os Cus de Judas*, publicado em 1979, foi uma das primeiras obras de ficção sobre a guerra colonial a falar sobre este tema de uma forma crua:

(...) o Chalala Nengo que os T6 bombardeavam de napalm e resistiam, Uma destas manhãs os meus amigos acordam bem dispostos e chegam lá num rufo e destroem aquilo tudo encoraja o coronel optimista de camuflado engomado vindo de Luanda para nos estimular com boas palavras conselhos e ameaças (...) (Antunes 1979: 102)

O secretismo e hipocrisia que rodeava estas operações surge também neste livro: “(...) cobriram-se as bombas de napalm com oleado e o governo afirmou solenemente Em caso algum recorreríamos a tão cruel meio de extermínio, eu vi cobrir as bombas em Gago Coutinho (...)” (idem: 106). Mais recentemente, as cartas da guerra de Manuel Beça Múrias referem à utilização desta arma incendiária na zona de Nambuanguongo, em Março de 1963. Múrias descreve o cenário de horror que se seguia a estes momentos:

(...) a aviação aparece e despeja napalm e aquela pobre gente foge espavorida para a mata, e anda dias a monte. Morrem a uma média de cinco a seis por semana, porque os remédios que existem são destinados à família do senhor comandante e do secretário. Os feridos, se são muito graves, enterram-se, também, com os mortos... (Múrias 2009: 51)

Do outro lado, a instituição militar, que sempre refutou tais acusações. O General Costa Gomes, comandante-geral em Angola entre 1970 e 1972, afirmou que sob o seu comando, esta arma nunca foi usada. Reconheceu, no entanto, que existiam bombas incendiárias no território e que, seguindo uma ordem sua, esse material foi retirado de Angola (Antunes 1995: 119). A publicação deste depoimento de Costa Gomes foi amplamente noticiado e gerou reações de repúdio de outros oficiais perante a admissão de existência de napalm em Angola (Cf. Araújo e Silva 2009) .Apesar do firme muro que as Forças Armadas ergueram em torno deste tema, um estudo recente baseado na análise de documentos militares desclassificados veio confirmar que, “(...) pelo menos até meados de 1973, as Forças Armadas portuguesas utilizaram napalm e outras bombas incendiárias nos três teatros de operações em África.” (Araújo e Silva 2009: 124).

¹⁵² A denúncia de utilização de napalm em Angola remonta à repressão da revolta da Baixa de Cassanje em 1961. Ver Capítulo IV.

A profusão de operações descritas na *História da Unidade BART 3835* não tem equivalente nas memórias dos entrevistados. O relato dos acontecimentos contido no relatório oficial preservou os detalhes que, décadas mais tarde, se esbateram numa amálgama imprecisa de episódios, imagens e outros fragmentos desconexos. Muitas vezes parcos nos detalhes factuais que enchem a *História da Unidade* e abundantes em pormenores subjetivos, as memórias pessoais do ano passado no Leste angolano quase parecem falar de uma guerra diferente daquela que é descrita no documento militar. O processo de localização destas memórias na cronologia de operações da CART 3313 assemelha-se à montagem de um quebra-cabeças ao qual faltam peças.

A *História da Unidade BART 3835* organiza-se através de descrições secas: a natureza das missões, a progressão das tropas em direção aos alvos, as emboscadas e tiroteios, os inimigos detectados, detidos ou abatidos, as apreensões realizadas. Cada uma das operações descritas distingue-se das outras pelo nome de código, pela data e pelos resultados alcançados. Todas fazem parte da estratégia de intervenção da Zona Militar Leste, da qual o Batalhão de Artilharia 3835 era uma entre muitas peças. A esta história do Batalhão falta tudo o que não cabe na versão oficial: faltam as armas proibidas, a colaboração com forças sul-africanas, o destino dos civis aprisionados em missão. Trata-se, evidentemente, de uma história autorizada, onde nunca se questiona a justiça das batalhas travadas. Mas esta não é a única ausência. Na *História da Unidade BART 3835*, os militares não têm nome, à exceção dos comandantes de algumas operações. Todos os outros fazem parte do colectivo NT, as nossas tropas. Integrados neste vasto corpo militar, diluídos na determinação colectiva em combater o ‘terrorismo’, os soldados enquanto sujeitos não existem nesta história dos dois anos de comissão de serviço em Angola.

A memória dos entrevistados, pelo contrário, prende-se em pequenos e grandes pormenores que estão ausentes da história oficial do BART 3835. As patrulhas e operações raramente são recordadas pelos resultados obtidos. As datas são vagas. A duração das ações quase nunca corresponde aos dados oficiais - a percepção do tempo é mais elástica do que o tempo em si. A extensa lista de missões militares que, durante o ano de 1971, ocupou os homens das várias unidades do Batalhão de Artilharia 3835, não existe nas suas memórias.

De entre a multidão de acontecimentos que encheu os dias do Leste, apenas alguns sobressaem nas suas narrativas. A memória dos doze meses nas Terras do Fim do Mundo organiza-se em torno de dois elementos que permitem distinguir um episódio

de tantos outros semelhantes. Em primeiro lugar, fixam-se em redor de um elemento que, à falta de melhor designação, optei por chamar de anedótico. Trata-se de um conjunto de histórias curiosas, por vezes cómicas, utilizadas pelos narradores como pequenos retratos de situações ou de pessoas. Estas são as histórias que circulam nos almoços anuais, entre gargalhadas e pormenores que vão surgindo do confronto de versões. À força da repetição, já todos as sabem de cor. São as ‘coisas que merecem ser lembradas’ e que criam o património de memórias que todos tomam como suas. A história do soldado que no cimo de uma árvore procurava vestígios do inimigo com os binóculos ao contrário, ou do soldado analfabeto a quem tentaram ensinar a ler e que olhava para o desenho de um carro e dizia ca-lham-be-que e para o de uma galinha e dizia pi-ta-da-ín-di-a, ou do cabo que dormia no jipe na véspera da aterragem do avião para ser o primeiro a ouvir o correio a chegar, ou do soldado que pedinchava ao ‘alferezinho’ que não o mandasse em patrulha para fora do quartel, ou das apostas de cerveja que se ganhavam com militares de outras unidades que não acreditavam que um soldado sozinho conseguisse levantar bidões de duzentos litros.

Mas nem só de ‘coisas que merecem ser lembradas’ são feitas as memórias dos homens da Companhia de Artilharia 3313. Os doze meses no subsector de Gago Coutinho implicaram também emboscadas a aldeamentos guerrilheiros, ataques inimigos a aquartelamentos das forças portuguesas, minas e tiroteios. Estes são os episódios em que se distingue claramente a situação de guerra que se vivia naquela região em 1971. Organizados em torno do elemento dramático, foram quatro os momentos memoráveis em torno dos quais convergiram as narrativas dos trinta e um entrevistados: o assalto a um acampamento do MPLA e três ataques sofridos nos aquartelamentos das forças portuguesas. Ao contrário do que aconteceu com tantos outros acontecimentos que sobrevivem apenas nas memórias dos antigos militares da CART 3313, estes quatro episódios fazem parte do extenso arrolamento operacional da *História da Unidade*. As próximas páginas irão reconstruir estes casos memoráveis, procurando compreender de que forma as palavras e os silêncios compõem o regresso narrativo ao passado.

Sessa, 3 a 5 de Abril de 1971

Recordo-me de uma operação na véspera de domingo de ramos de 71. Os GE [Grupos Especiais] foram dar uma volta e foram corridos a tiro até ao quartel, porque as armas deles eram umas HK [espingardas automáticas] pequeninas que não tinham alcance nenhum. Recordo-me que passados dois dias fomos atacar esses sujeitos que os tinham

atacado. Os carros levaram-nos a uns 15 quilómetros, mas depois o resto foi a pé. E na vinda tivemos de vir a pé até ao quartel porque os carros já não nos iam buscar. (entrevista a Manuel Silva, ex-cabo atirador)

A operação da véspera do domingo de ramos de que fala Manuel Silva é descrita na *História da Unidade BART 3835* com o nome de código AC Beta 9. Não há nenhuma informação oficial sobre o ataque aos soldados dos Grupos Especiais de Sessa que, de acordo com o cabo atirador, constituiu o rastilho para esta saída do quartel. Em contrapartida, lendo o documento fica-se a saber que no dia 3 de Abril de 1971 – o sábado que antecedeu o dia de ramos referido por Manuel Silva - o grupo de combate “saiu do aquartelamento de Sessa seguindo pela picada que se dirige a Cangamba”¹⁵³ sob o comando do Alferes José Jorge. Todos recordam o alferes corajoso que não tinha medo de nada e que arrastava os seus homens para perseguições sem tréguas aos ‘terroristas’ pelas chanas fora. A história da sua partida para a metrópole pouco tempo depois do rebentamento de uma mina está rodeada de silêncios. Mas, na memória daqueles que estiveram sob o seu comando, sobrou a admiração por um homem duro e destemido.

A missão da AC Beta 9 era fazer patrulhas e emboscadas. Atravessaram o Rio Luiela e continuaram a caminhar durante o resto do dia e noite em ‘direção ao objectivo’. Quando chegaram ‘a cerca de uns 300 metros suspenderam a marcha para ao amanhecer lançarem o ataque’. Já no domingo de ramos, 4 de Abril de 1971, retomaram a marcha e

(...) a cerca de uns cinquenta metros do acampamento IN as NT abriram fogo de morteiro e de armas ligeiras ao que o IN reagiu fortemente, tendo-se travado de parte a parte grande tiroteio, acabando o IN por debandar sofrendo 2 mortos e abandonando bastante material.¹⁵⁴

A memória do cabo Manuel Silva não é muito distante da descrição da *História da Unidade*:

Nós chegámos ao pé do acampamento deles e ouvíamos os galos dos turras a cantar. Estávamos tão pertinho! Pensei: ‘Nós estamos mesmo em cima deles!’ Ainda era muito cedo quando o alferes Jorge disse: ‘Vamos embora, daqui a cinco minutos vai começar a festa’ [ri-se]. Fomos por ali e destruámos aquilo tudo. Eles estavam lá. Aperceberam-

¹⁵³ *História da Unidade BART 3835*: IV/13.

¹⁵⁴ Idem, *ibidem*.

se e fugiram. Recordo-me que depois de muito tiro, de muita confusão, nós não tivemos nenhum ferido. (entrevista a Manuel Silva, ex-cabo atirador)

Ao contrário do ‘inimigo’ que deixou para trás dois mortos, as tropas portuguesas escaparam intactas a este ‘grande tiroteio’. Depois da debandada do inimigo, o grupo de combate entrou no acampamento e “com todas as precauções, pass[ou] uma busca minuciosa a todas as cubatas, destruindo-as em seguida”¹⁵⁵. O material apreendido revelou que ali tinha estado um famoso guerrilheiro do MPLA. Para além das munições, armas, cobertores e medicamentos apreendidos, foi levado para o aquartelamento uma “máquina fotográfica Zenit com rolo e estojo, tendo esta gravado o nome IKO” bem como um binóculo com a inscrição ‘MPLA Angola’¹⁵⁶. Iko Carreira era então um proeminente elemento do MPLA¹⁵⁷. Membro do Comité Diretor desde 1962, Iko Carreira foi destacado para a Frente Leste onde, nas palavras do seu camarada Costa Andrade, liderou o grupo que criou “núcleos de ação e guerrilha” na periferia da cidade do Luso (Andrade 1996: 19). A importância da operação que ‘quase apanhou’ Iko Carreira é reconhecida na *História da Unidade BART 3835*, onde consta o seguinte comentário:

O CMDT 3835 salientou nesta ação o forte espírito agressivo do pelotão de Sessa, não só por ter conseguido resultados apreciáveis, mas também por ter destruído um acampamento novo, ainda em construção, onde o IN se propunha montar um CIR [Centro de Instrução Revolucionária do MPLA].¹⁵⁸

No relato oficial, cabe apenas uma linha sobre o caminho de volta ao quartel: “A 5Abr iniciaram regresso a Sessa onde chegaram às 13h”¹⁵⁹. Pelo contrário, as memórias de quem participou nesta operação detêm-se no dramatismo da viagem que os levou até ao destacamento. Naquele domingo de ramos, após a busca no aldeamento, os homens do grupo de combate caminharam dois dias sem água. As forças foram desaparecendo com a sede insuportável que se instalava.

¹⁵⁵ Id, ibid.

¹⁵⁶ Id. Ibid.

¹⁵⁷ Henrique Alberto Teles Carreira (1933-2000) foi um dos mais destacados dirigentes mestiços do MPLA, muito próximo de Agostinho Neto. Iko Carreira foi o primeiro Ministro da Defesa após a independência de Angola e até à morte de Neto em 1979. No início dos anos 80 foi comandante da Força Aérea Popular de Angola e, mais tarde, embaixador de Angola na Argélia.

¹⁵⁸ *História da Unidade BART 3835*: IV/13.

¹⁵⁹ Idem, ibidem.

Era uma sede louca. Perguntava-se ao guia ‘Ainda falta muito para chegar ao rio?’ e ele dizia ‘É já ali’. Quilómetros, quilómetros. Chegávamos ao rio e ele já secou. Nós vínhamos todos quase cegos, chegámos a uma chana e o pessoal meteu a cabeça naqueles charcos de água. Se eles têm vindo atrás de nós apanhavam-nos ali, a gente vinha ceguinhos que já não podia mais de tanta sede! (entrevista a José Cunha, ex-soldado de transmissões)

Não passámos por nenhum ribeiro nem nenhum rio já estava toda a gente a cair de sede. Um rapaz do meu grupo – eu tinha um grupo de seis – que era o Correia, de Lamego, disse: ‘Ide vós que eu não posso dar mais um passo. As minhas pernas já não podem comigo’. Era para aí meio-dia. A água apareceu era cinco da noite. Ele chegou à água e bebeu um cantil. Não pode! Tem que se molhar a boca e beber aos bocadinhos. Ele desmaiou para aí três vezes. Ficou pior. Àquela hora já não havia helicópteros nem nada. Ele vira-se para mim e diz: ‘Dá-me um tiro e deixa-me ficar aqui’. ‘Tu és mas é maluco. Tu vais aguentar’. Um de cada lado, pegámos na arma e levámo-lo. No outro dia já estava melhor. Foi das piores coisas. ‘Dá-me um tiro, deixa-me ficar aqui...’ é coisa que nunca mais esqueço. São mágoas que continuam aqui a bater. ‘Dá-me um tiro. Deixa-me ficar aqui...’. (entrevista a Manuel Silva, ex-cabo atirador)

A recordação deste episódio comove Manuel Silva. O soldado que pedia que lhe dessem um tiro porque não aguentava a fraqueza e os desmaios nunca foi esquecido pelo cabo que comandava o grupo de seis elementos. Mas na história que José Armando Correia me contou estão ausentes as palavras capazes de descrever o dramatismo daquelas horas.

Nós fomos uma vez ter com eles, salvo erro num domingo de ramos. Aquilo foi complicado ao vir. Atacámos o acampamento deles e depois trouxemos dois sacos que traziam uma máquina de tirar fotografias e livros, o outro trazia cobertores. Cheguei a meio do caminho e dei-os aos colegas, que já não aguentava com aquilo. [silêncio]. Nunca mais soube do que fizeram à máquina [silêncio] (entrevista a José Armando Correia, ex-soldado atirador)

O laconismo de José Correia sobre a interminável caminhada de regresso ao quartel de Sessa (‘já não aguentava com aquilo’) e a referência inesperada ao destino da máquina fotográfica apreendida são o claro sinal de que este episódio constitui uma fronteira a partir da qual a memória se torna um território interdito. A omissão de pormenores e o silêncio subsequente concedem o necessário desvio narrativo para bem longe de um assunto que não deve ser lembrado. A propósito da narrativização biográfica, Pierre Bourdieu afirma que o sujeito se transforma em ideólogo da sua própria vida, “(...) sélectionnant, en fonction d’une intention globale, certains événements significatifs en établissant entre eux des connexions propres à leur donner cohérence (...)” (Bourdieu 1986: 69). E a escolha, neste caso, foi muito clara: uma breve e genérica alusão ao ataque à base terrorista e o silêncio sobre o desespero que o levou a pedir que o deixassem para trás.

Mas não foi só José Correia que escolheu silenciar ou esquecer alguns contornos daquela operação complicada. O confronto da *História da Unidade BART 3835* com as memórias dos entrevistados revela a estranha ausência da violência nas descrições destes homens. Naquele domingo de ramos, os militares portugueses assaltaram o aldeamento onde o MPLA se preparava para instalar um campo de instrução da guerrilha. O “forte espírito agressivo”, que a *História da Unidade* refere ter sido salientado pelo comandante do Batalhão, não aparece em nenhum dos relatos dos entrevistados. Os únicos “resultados apreciáveis” de que as suas memórias falam são os sacos com material diverso que tiveram de transportar de volta ao quartel. Para além do tiroteio entre dois lados que, a julgar pelos seus relatos, pareciam não se ver, as narrativas de José Correia, José Cunha e Manuel Silva não contêm qualquer referência ao combate. Também nenhum deles menciona os dois ‘terroristas’ mortos, ou sequer a destruição do acampamento no final da “busca minuciosa a todas as cubatas”. Quarenta anos mais tarde, aquele domingo de ramos é recordado pela sede desesperada, pela camaradagem, e pelo material apreendido aos guerrilheiros. A agressividade e eficácia, salientadas oficialmente pelo comandante do Batalhão de Artilharia 3835, são uma absoluta ausência nas suas memórias.

Mussuma, 17 de Setembro de 1971

Aquele chefe de posto [de Mussuma] era de Beja, foi para lá com vinte e poucos anos, acabadinho de casar. Era um casalinho perdido no meio do mato a controlar não se sabe o quê. A casa era pequenina, e o indivíduo para comer socorria-se das coisas que nos levavam. Quando nos levavam frescos a gente tirava sempre uma parte para ele, de carne, de peixe, até mesmo de verduras, porque eles ali não tinham nada. Ele ia de vez em quando à caça, mas era uma chatice ir à caça porque ele não tinha grandes meios para isso. Por outro lado, depois tinha de justificar as balas. Daí que uma das operações de Mussuma foi... [pausa] Inicialmente foi uma falsa operação para justificar munições da parte dele e da nossa também, porque nós íamos aos patos de G3 no rio. (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano)

Mussuma era uma pequena localidade junto à fronteira com a Zâmbia. Em Março de 1971, tinha 104 habitantes – cerca de 2% da população contabilizada oficialmente ‘antes do terrorismo’¹⁶⁰. Separado de Gago Coutinho por 76 quilómetros de picada arenosa, rodeado de chanas e ilhotas no rio, o destacamento de Mussuma era um longínquo fim de mundo onde se quebravam os protocolos militares com a leveza

¹⁶⁰ De acordo com a *História da Unidade BART 3835*, ‘antes do terrorismo’ Mussuma tinha 6.006 habitantes: 1.799 homens, 2.208 mulheres e 1.999 crianças (V. Capítulo III/13).

dos desterrados. Há quem lembre viagens de canoa no rio, quem sorria com as viagens às ilhotas para ir buscar limões, quem se lembre de pedir aos negros que fossem caçar caranguejos a troco de algum dinheiro. O chefe de posto, jovem alentejano que vivia com a sua mulher, era a companhia preferencial do alferes que comandava o pelotão e dos seus dois furriéis.

Era na casa deles que nós íamos passar o tempo à noite. Foi lá que aprendi a comer o churrasco bastante picante, até queimava os lábios. Como ela era a única branca que estava no local, eles convidavam também os furriéis para irmos lá passar um bocado, fazer companhia, jogar às cartas. Ela também gostava de treinar lá uns tirinhos, era toda para a frente. Eram muito novos, deviam ter 27 ou 28 anos. Nós fazíamos algum convívio e era lá que passávamos uma parte do tempo, era mesmo ao lado do quartel. (entrevista a Valdemar Mendes, ex-furriel miliciano)

Em Setembro de 1971, o comandante do pelotão e o chefe de posto de Mussuma coincidiram numa mesma necessidade: ambos precisavam de justificar aos seus superiores hierárquicos munições que tinham sido gastas na caça.

Há muito pouca gente que sabe isto, deve ser uma das ações que lá está [nos arquivos militares] escrita no papel. ‘A gente arranja aqui um ataque, damos meia dúzia de tiros e com o ataque você justifica as munições que tem de gastar. Nós damos uns tiros e temos de dizer que demos e gastámos um cunhete ou dois’. O ataque foi combinado comigo e com os meus dois furriéis, o Mendes e o Martins. A brincadeira foi combinada. Havia o aquartelamento, depois havia uma estrada e ao fundo estava a pista. Do outro lado já era a Zâmbia. O que é que eu fiz? Como é que os nativos lá tinham luz? Eram latas com gásóleo com uma mecha a arder. Arranjei meia dúzia de latas, com um unimog fui pela pista fora até às árvores e coloquei espaçadas três ou quatro coisas daquelas à tarde. Vim-me embora e tinha combinado que quem leva os primeiros tiros era eu, porque a arma que ele tinha era de defesa pessoal, uma pistola metralhadora FBP de fabrico nacional, da Fábrica Braço de Prata, porque tinha um som muito parecido com uma pistola metralhadora chinesa que eles tinham, a PPSH, a gente chamava-lhe pepecha. A cadência de tiro e o som era completamente diferente do nosso. (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano)

Restava esperar pela noite. Nessa altura, alguém daria pelas luzes entre as árvores. E, longe do quartel, o chefe de posto daria os primeiros tiros com a sua metralhadora nacional cujo som era semelhante ao das armas chinesas do inimigo.

Fomos jantar, o sol pôs-se, começou a escurecer. Passado um bocado o [cabo] Sota aparece aflito, ‘Meu alferes, há luzes na mata!’ ‘Opá vamos lá ver isso!’ Fui lá acima ao posto de vigia e vi as minhas latas, com o vento aquilo parece que dançava, que estavam ali luzes a mexer. O pessoal estava todo de olhos mais do que arregalados! Ninguém tinha sono! Os furriéis ‘Epá hoje tu aqui, ficas tu além, mais outro para ali’... Reforçou-se a segurança do aquartelamento. A determinada altura ‘trrrrrrauuuuu!’. Ainda estavam a começar os primeiros tiros e já estava a metralhadora cá de cima ‘tatataaau!’,

a varrer aquilo tudo. O pessoal desata imediatamente a fazer fogo! (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano)

Lendo a História da Unidade BART 3835, fica-se a saber que “Em 17 set 71 foi o Destacamento de Mussuma atacado do lado W e SW, por rajadas de armas automáticas, bazooka e morteiro. A pronta atuação das NT pôs o IN em fuga com possíveis baixas”¹⁶¹. O soldado atirador João Gonçalves recorda essa noite de Setembro, em que o cabo Sota se distinguiu pela bravura.

Estávamos para ser atacados quando o [cabo] Sota pressentiu e reagiu! Eu não fiz tanto fogo quanto ele porque a arma do Sota era de fita e tinha muitas balas, metia-se na arma e dava para aí cem de seguida. A minha, não. Era uma lâmina que se metia e que tinha doze balas, eu tirava de um lado e tinha de pôr do outro. Escorraçámos os gajos. (entrevista a João Gonçalves, ex-soldado atirador)

Findo o ataque, foi enviada uma mensagem para Gago Coutinho com informações sobre o ocorrido. A mensagem de volta ordenava que, às primeiras horas do dia, fosse constituída uma equipa para fazer uma batida da zona de onde tinha partido o ataque.

Em 18 Set 71 na batida efectuada pelas NT foi capturado o seguinte material: três granadas morteiro 82, uma granada bazooka, dois cantis, um carregador MP40, um carregador kalashnikov, três cartuchos propulsores de granadas de morteiro; vinte munições 9 mm, uma granada de mão B2, quarenta e nove invólucros de armas ligeiras.¹⁶²

Mas não foi tudo. Havia mais: “Além deste material foram vistas poças de sangue, seguidas de rastos de sangue o que vem confirmar baixas IN”¹⁶³. Perante a surpresa do furriel que comandou a batida no terreno, foram encontradas provas da presença de terroristas. Afinal, o ataque combinado com o chefe de posto não fora apenas uma encenação para justificar munições. Nessa noite, na mata, um grupo de guerrilheiros fora varrido pelas armas do destacamento de Mussuma.

Lá foi um grupo de cinco homens mal nasceu o dia, ali foi ele dar a volta. Até o furriel que foi estava tranquilíssimo, estava tudo controlado. Não é que eles chegam passado um bocado carregados de coisas? “Trago aqui granadas de bazooka, trago um rocket, trago medicamentos, uma série de papéis de propaganda”! [risos] O que é que aconteceu? Eles deviam ter a operação montada ou para montar. Por mero acaso, houve ali uma coincidência, houve um despertar do lado de lá com a história das luzes. Eles avançam

¹⁶¹ *História da Unidade BART 3835*: IV/36.

¹⁶² Idem, *ibidem*.

¹⁶³ Idem, IV/37.

para a mata, na beira da mata, para efetivamente fazerem qualquer ação. Digamos que sem saber ler nem escrever começaram a cair-lhes granadas de morteiros em cima! Havia sangue e não sei quê. Houve, no mínimo, feridos. (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano)

No dia seguinte, o Major Rombert, segundo comandante do Batalhão, aterrou na pista do quartel de Mussuma para recolher o material apreendido na batida. Foi também por esses dias que o alferes Mestres passou a sintonizar religiosamente a rádio do MPLA emitida da Zâmbia. Foi na Maria Turra que ouviu as ameaças feitas aos ‘assassinos’ e ‘criminosos’ de Mussuma. Quarenta anos mais tarde, duas das pessoas que sabiam da combinação do ataque – o alferes e o furriel – revelam o segredo que não consta da história oficial da CART 3313. A inofensiva ‘brincadeira’ de amigos que precisavam de justificar as munições gastas na caça foi muito mais do que uma encenação bem sucedida. A ordem de fogo dada pelo alferes permitiu repelir o inimigo que afinal estava mesmo na mata. Nem só de estratégia e ponderação vive a vida militar. A sorte pode decidir tudo.

Sessa, 25 de Setembro de 1971

A atuação das tropas em Angola, baseada numa estratégia de proximidade com as populações, procurava recuperar civis que vivessem nas matas e oferecer-lhes proteção, saúde e educação nos aldeamentos construídos junto dos quartéis. O objectivo era diminuir a margem de manobra dos ‘terroristas’ que, impedidos de recorrer ao apoio alimentar e logístico fornecido pela população, veriam a sua capacidade de movimentos seriamente reduzida. Os homens da CART 3313 recordam ter deixado recados na mata destinados a promover a apresentação voluntária de civis às autoridades portuguesas. Adão Alves associa um desses recados ao ataque que o aquartelamento de Sessa sofreu em Setembro de 1971:

Fizemos um patrulhamento, pegámos na ração de combate e escrevemos um recado que deixámos na mata. Escrevemos: ‘Tu que andas na mata apresenta-te ao nosso quartel, serás bem recebido e bem recompensado e receberás mil angolares e tens mulher e mandas para a cama’. No dia seguinte voltámos lá e vimos a mensagem deles para nós: ‘Ide para a vossa terra, vós sois focinho de porco, não precisamos de vós para nada nem dinheiro nem de arma nem de mulheres’. Depois atacaram-nos mas tiveram pouca sorte, não houve feridos nem nada. (entrevista a Adão Alves, ex-soldado atirador)

Avelino Silva não atribui o ataque ao recado deixado na mata. A sua memória recua um pouco mais longe; de acordo com Silva, a ação deste pelotão destacado em Sessa tinha feito estragos junto dos ‘terroristas’. O voluntarismo do comandante deste destacamento, Alferes José Jorge (‘ele não tinha medo de nada’) garantira uma ação ofensiva consistente na zona – tinha sido sob a sua responsabilidade que a AC Beta 9 tinha destruído o acampamento de treino do MPLA onde tinha estado Iko Carreira. O pelotão de Sessa tinha-se tornado, por isso, um alvo a abater.

A rotação dos pelotões trouxe outro alferes para o comando do destacamento de Sessa: José Luís Henriques, ranger formado no Centro de Instrução de Operações de Lamego ¹⁶⁴. Na véspera do ataque, Avelino lembra-se de ter feito uma longa patrulha a pé. Deitou-se exausto e não despertou com o barulho do fogo que caía sobre o quartel (“Tiveram que me acordar porque eu não ouvia nada”). Adão Alves não estava a dormir. Estava de serviço com outro soldado. É assim que recorda os primeiros sons do ataque:

Eu estava de reforço, dei um salto com a arma! Estava eu e o outro preto, o Adão. Desço [do posto de vigia] e dou dois tiros de rajada para o ar, para acordar os colegas que estavam na caserna. E depois os colegas puseram-se de pé e foram para ao abrigo, eu andava assim de cabeça baixinha e a arma sempre a trabalhar! Eles atacaram-nos da pista de aviação e nós ouvíamos berrar, tiroteio aqui e ali! (entrevista a Adão Alves, soldado atirador)

Saídos das casernas, quem presenciou este ataque lembra a troca de fogo intensa entre os dois lados. Do lado da pista de aviação, os ‘terroristas’ flagelavam o quartel. Dentro do arame farpado, militares da Companhia de Artilharia 3313 e dos Grupos Especiais angolanos respondiam no meio de um barulho ensurdecido. Avelino Silva recorda os camaradas que ‘disparavam sem norte’ sob a surpresa do ataque (‘havia um que disparava com a arma para o ar, faz lembrar estes árabes agora’). Com poucas munições, o ataque foi repellido graças ao sangue frio do Alferes Henriques que, com as granadas de morteiro que restavam no quartel, conseguiu pôr os atacantes em fuga.

¹⁶⁴ O Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE) foi criado em 1960. A sua missão era formar tropas preparadas para atuar num contexto de contrassubversão. Ainda em 1960, saíram do CIOE três companhias de Caçadores, “(...) constituídas por praças escolhidas pela sua robustez e desembaraço e que estavam pré-mobilizadas para Angola” (Estado-Maior do Exército 1988: 311). Em 1963 inicia-se o Curso de Instrutores e Monitores de Operações Especiais, inspirado no modelo americano dos rangers – nome pelo qual passam a ser conhecidos os militares aqui formados. Durante a guerra colonial, foram distribuídos dois elementos ranger por cada companhia operacional: um alferes e um sargento. Na CART 3313, estes lugares foram ocupados pelo Alferes José Luís Henriques e pelo Furriel Paulo Câmara.

O alferes [Henriques] era ranger, teve mais formação que nós. Pegou no morteiro 60, que era o que lá tínhamos. Não tínhamos mais nada, aquilo estava muito mal organizado. Colocou lá uma ou duas granadas e mandou para o campo onde os terroristas nos estavam a atacar. Havia um campo de aviação, de terra batida, e eles estavam lá em cima do campo. Ele, com uma morteirada ou duas atirou em cima deles. Deixaram lá ficar um morto, que recolhemos no dia seguinte. (entrevista a Avelino Silva, ex-furriel miliciano)

Éramos pobrezinhos, só tínhamos duas ou três granadas de morteiros! Mas foi o suficiente. Eles vieram atacar de cima, da pista, que ficava mais alta do que o quartel, nós com uma morteirada conseguimos atingir um indivíduo e eles arrancaram! Foi a nossa sorte, porque eles naquela altura já tinham o morteiro 82. Só que eles eram um bocado tapados, não retiravam as cavilhas às granadas e elas não rebentavam, era a nossa sorte! Senão naquela altura tinha sido muito complicado. (entrevista a José Cunha, ex-soldado de transmissões)

Na *História da Unidade BART 3835*, a descrição deste ataque não refere as condições precárias em que o pelotão combateu, quase sem munições de armas pesadas que garantissem a maior eficácia na resposta à ofensiva do inimigo. Nem a impreparação militar dos ‘terroristas’, cuja fraca pontaria e desconhecimento técnico do detonador das granadas diminuíram drasticamente a eficácia do ataque. Nem a sorte que todos reconhecem ter tido com a pontaria das granadas de morteiro que foram lançadas pelo Alferes Henriques. Neste documento, apenas se lê a habitual formulação militar que contrapõe ao ‘fogo de morteiro e rajadas de armas automáticas IN’ a pronta reação das “NT com fogo de morteiro, que fez com que IN se pusesse em fuga”¹⁶⁵. No dia seguinte foi feita uma batida ao local de onde o ataque tinha partido.

No outro dia os GE [Grupos Especiais] foram buscar o indivíduo, estava no meio da mandioca. O indivíduo ficou lá, naquela altura os terroristas não o levaram e no outro dia os GE foram lá buscá-lo. Tinha um buraco muito grande, estava morto. (entrevista a José Cunha, ex-soldado de transmissões)

Com o cadáver vieram também armas e munições apreendidas na mata. O medo que alguns sentiram durante o ataque (‘Vem sempre Deus à memória das pessoas, o que é que eu vou fazer? Não vejo nada!’) deu lugar ao alívio e ao orgulho pela pequena vitória que todos tinham alcançado. Mais tarde, o reconhecimento do valor da reação das tropas portuguesas veio coroar os esforços de uma noite de guerra. Na *História da Unidade* pode ler-se:

É de salientar a ação do Alferes Henriques pela maneira como coordenou e comandou todas as forças, assim como o chefe do GE 338, Cavindama. Em virtude dos resultados

¹⁶⁵ *História da Unidade BART 3835*: IV/37.

obtidos pelas NT, a população de Sessa organizou um batuque como prova de reconhecimento.¹⁶⁶

Do batuque organizado em honra das tropas portuguesas ninguém se lembra. Nem de Cavindama, chefe dos Grupos Especiais louvado no documento oficial militar. Embora o Estado Novo se tenha esforçado em demonstrar a portugalidade dos africanos e a sua lealdade para com a causa da defesa da ‘nação pluricontinental’ (Cf. Rodrigues 2012), chegando mesmo a atribuir condecorações e prémios¹⁶⁷ àqueles que mais se destacavam nas fileiras, as memórias dos entrevistados são omissas em relação ao papel desempenhado pelos militares africanos. Nas suas narrativas, permaneceu apenas a noite em que os ‘terroristas’ foram afugentados com dois tiros de morteiro, num golpe de sorte que mudou o destino de uma noite que poderia ter sido fatal.

Mussuma, 12 e 13 de Dezembro de 1971

No dia 12 de Dezembro saiu uma coluna de Gago Coutinho em direção a Mussuma. A AC Bezerro tinha, de acordo com a *História da Unidade BART 3835*, o objetivo de escoltar a coluna de reabastecimento e transportar sessenta Flechas. Comandada pelo Alferes Joaquim Mestres, a coluna levava também o comandante da Companhia de Artilharia 3313, Capitão José Basto. A *História da Unidade* não explica por que razão o Capitão e sessenta Flechas se deslocaram a Mussuma. Mas, quarenta anos mais tarde, o agora Major Basto lembra-se da razão que o levou a visitar o destacamento junto da fronteira com a Zâmbia: fora nomeado para proceder a averiguações na sequência de uma queixa sobre o alferes que comandava o pelotão, entretanto falecido¹⁶⁸: “Houve um indivíduo que participou que o alferes teria feito não sei quê a uma menina preta menor”. Esta explicação torna compreensível a viagem do Capitão, mas nada esclarece sobre o transporte de sessenta Flechas.

Há quem apresente uma versão diferente. O furriel Paulo Câmara afirma que o Capitão Basto foi enviado a Mussuma para investigar a queixa feita por um elemento da PIDE/DGS. Na falta de mulheres jovens no aldeamento, um grupo de militares do destacamento atravessou a fronteira e trouxe consigo cerca de trinta angolanas

¹⁶⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁷ O Prémio Governador de Angola foi atribuído a António Catolo, chefe dos Flechas de Gago Coutinho, referido em algumas histórias em páginas precedentes. Sobre o relato que Catolo fazia da entrega do prémio, ver Antunes 2005: pp. 68-69.

¹⁶⁸ Este alferes morreu há alguns anos. Devido à natureza das histórias que rodeiam a sua comissão de serviço e por ser impossível aceder à sua versão dos acontecimentos, optei por não usar o seu nome.

refugiadas na Zâmbia. Talvez por denúncia de um piloto que por lá tivesse passado, a PIDE/DGS veio investigar o sucedido.

Apareceram lá os da PIDE para interrogar as pessoas. As mulheres estavam lá e vieram interrogá-las. Quando as vieram interrogar descobriram que a que estava comigo era mulher de um dos chefes terroristas, quiseram levá-la. E eu aí é que disse 'Não senhor!', e não a deixei ir com os tipos da PIDE. O que é que eles fizeram? Apresentaram uma queixa porque tinha havido uma obstrução à investigação da PIDE. Os da PIDE fizeram queixa ao Exército para o Exército lá ir averiguar o que é se tinha passado. Claro que nós também soubemos que isso ia acontecer, e lá veio o capitão Basto. (entrevista a Paulo Câmara, ex-furriel de operações especiais)

Dois outros entrevistados que estavam em Mussuma desmentem a história de Paulo Câmara (Cf. Capítulo I e a discussão no almoço de Almeirim sobre a história das mulheres trazidas da Zâmbia). O furriel miliciano Valdemar Mendes recorda a chegada de civis ao quartelamento, mas considera que foi o resultado das campanhas de ação psicológica levadas a cabo pelas tropas portuguesas.

Não sei se o Câmara foi ou não foi à Zâmbia. Sei que recebi população e até tenho uma nota da Zâmbia porque eles traziam dinheiro de lá, vinham com galinhas, traziam o que tinham. Pela rádio havia alguma ação psicológica para que eles se entregassem. A população não fugiu só por causa da nossa tropa, foi também por causa do MPLA. Penso que isso [ir buscar mulheres à Zâmbia] foi um bocado de história, porque ali não se brincava com isso. Numa das alturas em que se entregaram e em que eu estive com a população, construímos para lá uns abrigos para eles. Aquilo tinha sido tudo despovoado e havia interesse em que houvesse mais população. (entrevista a Valdemar Mendes, ex-furriel miliciano)

O soldado enfermeiro António Simões lembra-se bem das mulheres que chegaram a Mussuma e refuta qualquer incursão na Zâmbia: eram apenas refugiadas. Mas recorda o ambiente de desordem que se vivia no quartel sob o comando deste alferes: bebedeiras constantes, mulheres dentro do quartel e o desrespeito absoluto das regras militares.

Elas é que se apresentaram em Mussuma! Eu estava no rio e quando chego à enfermaria vejo duas meninas a dormir lá na enfermaria. Já toda a gente tinha mudado o óleo, aproveitaram-se logo. O alferes andava lá com uma mocinha, viveu com ela sempre. Aquilo era um bataclan!¹⁶⁹
A messe ficava paredes meias com o meu quarto. O Câmara, meio bêbado, andava aos saltos da mesa para o chão. Era de madrugada, aquilo ecoava. E numa zona daquela um gajo tem sempre medo, aquilo era uma zona de guerra. Com aquele calor eu dormia todo nu. Peguei na arma, virei-a para baixo e fui mesmo assim à messe. Abri a porta e estava ele no chão. 'Furriel, isso faz-se? Você está bêbado?' Ele ficou a olhar para mim e vim

¹⁶⁹ Bataclan é o nome do prostíbulo que aparece em *Gabriela, Cravo e Canela* de Jorge Amado, transformado em telenovela pela Rede Globo em 1975 e emitida pela RTP em 1977.

embora. No outro dia vinha ele com um papelinho na mão para eu assinar: ‘É uma participação de si que vou fazer’, digo eu: ‘De mim? Você é que vai preso! Você e o alferes! Se fizer esta participação eu vou pô-los todos a cadeia’, e fui-me embora. Passado um bocado vem o alferes: ‘O que é que o homem queria?’, ‘Queria assim e assim, eu disse: se ele participar eu boto todos na cadeia, eu conto ao capitão que isto aqui é um bataclan aqui dentro!’ Ele rasgou logo o papel. (entrevista a António Simões, ex-soldado enfermeiro)

Quarenta anos mais tarde, é impossível saber o que aconteceu em Mussuma: as mulheres apresentaram-se no destacamento ou foram trazidas da Zâmbia por militares portugueses? O Capitão recorda a denúncia que ensombrou o alferes que comandava o pelotão. A *História da Unidade BART 3835* não menciona qualquer processo de averiguação. Qualquer que tenha sido o motivo que levou o comandante da CART 3313 e sessenta Flechas a visitarem o destacamento, a verdade é que a viagem em coluna pela picada foi tudo menos tranquila. No dia 12 de Dezembro de 1971, a coluna acionou uma mina, “provocando cinco feridos ligeiros, dois deles Flechas”¹⁷⁰. Um dos feridos ligeiros foi o Capitão Basto.

Eu ia sempre à frente. Não era para me armar, mas o Capitão é a cabeça, é quem tem de tomar as responsabilidades e quando saía com a minha tropa, saía sempre à frente. Há uma viatura que para fugir a umas pedras dá uma volta e saiu um bocadinho do trilho. E rebentou que foi uma coisa louca! Foi debaixo de mim e eu fiquei completamente louco com aquele barulho, aquela coisa toda. Confesso que comecei a ver se me faltava uma perna, qualquer coisa. A berliet vinha carregada com sacos, deu umas cambalhotas e nós fomos projetados. Está a ver o que é, com um calor louco, cheio de pó, ter acontecido isto? (entrevista a José Basto, ex-capitão de artilharia)

Também aqui há outra versão. O comandante da coluna era o Alferes Mestres. Orgulhoso do cuidado que punha nas deslocações em viatura – as horas passadas a picar o terreno em passo de caracol – recorda que a única mina que rebentou aconteceu porque o Capitão Basto decidiu tomar o comando.

Eu nunca rebentei uma mina, levantei várias! O capitão estava cansado e farto de ir na berliet, aquilo não andava, íamos só ali a picar. Eu ia a comandar e ele disse-me ‘Não, agora comando eu, você vai lá para trás porque agora vou eu!’. Eu ia normalmente no primeiro carro e trocámos de lugar: ele ia no terceiro carro e veio cá para a frente, eu fui lá para trás. O capitão assume aquilo e arranca. Não foi nem dez minutos! Pum!, um estouro, o carro pelo ar, o capitão pelo ar! (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano)

¹⁷⁰ *História da Unidade BART 3835*: IV/47.

O soldado de transmissões José Cunha ia nesta coluna. Recorda que, após um longo percurso de picagem, o Capitão deu ordem para que todo o pessoal subisse para as viaturas. Já estavam perto do quartel e dentro em breve encontrariam o pelotão de Mussuma que viria a picar no sentido inverso. O Capitão subiu para a primeira viatura. Nem duzentos metros haviam percorrido quando se deu o rebentamento da mina.

Bum! Lá vai o Capitão para o meio do mato! Cai no meio do mato, perde os óculos, ficou à procura dos óculos. Metade da berliet desapareceu! Eu chamei o helicóptero porque em cima da berliet ia uma metralhadora, e alguns caíram da berliet abaixo. (entrevista a José Cunha, soldado transmissões)

Após a evacuação dos feridos por helicóptero (“Alguns foram evacuados por manhã, quando voltámos a Gago Coutinho riam-se de nós”), a coluna seguiu o caminho para Mussuma. No quartel, de acordo com o furriel Câmara, estava tudo preparado para o inquérito que o Capitão vinha fazer. Montaram-se tendas para as mulheres e combinou-se o que iriam dizer: as mulheres eram refugiadas a que os militares deram apoio.

Essa foi a versão que o Capitão ouviu. Eu lembro-me, ‘Depois aos costumes’ - que era como aquilo acabava -, ‘aos costumes digo moio’. Moio é adeus ou boa tarde. Quando eu disse ao capitão Basto ‘E aos costumes digo moio’ ele respondeu ‘Isto está muito bem preparado, terminam todos da mesma maneira, vocês deviam receber uma cruz de guerra e um louvor por serem uns heróis’. Não havia uma prova contra ninguém, elas estavam encantadas da vida. Tinham roupa, tinham comida, porque a gente mandava vir aqueles tecidos para as embrulhar, e elas embrulhavam-se naquilo. Dar um pano daqueles todo cheio de cores era como dar uma carteira destas agora caríssimas a alguém. (entrevista a Paulo Câmara, ex-furriel de operações especiais)

É impossível saber se a vinda das mulheres para Mussuma realmente aconteceu. A desordem do quartel sob o comando deste alferes é confirmada por vários antigos militares. A sua predileção por jovens mulheres também. Mas, quarenta anos mais tarde, é apenas o furriel Paulo Câmara quem relata esta história, contrariando a versão dos camaradas. É de admitir que tenha havido um pacto de silêncio sobre o tema, tal como Câmara refere a propósito das averiguações feitas pelo Capitão Basto. Mas a verdade é que nunca se saberá o que aconteceu naqueles dias de Dezembro de 1971 em Mussuma.

A guerra não tinha terminado neste destacamento. À uma hora da manhã, o quartel foi atacado por “um grupo IN avaliado entre 25-30 elementos com morteiros 60

e 82, lança foguetes, metralhadoras e armas ligeiras. O ataque durou 15 minutos”¹⁷¹. Todos os que estavam no quartel lembram o momento em que acordaram para a noite guerreira.

Quando rebenta a primeira morteirada eu estava a conversar numa caserna com um rapaz chamado Paixão, um rapaz muito mouco. Como sabíamos que íamos ser atacados estávamos de atalaia. Cai mesmo à beira do gerador, a uns vinte metros de onde eu estava. Tínhamos três bidões de areia na porta. Quando rebentou a primeira morteirada eu fugi logo. Disse: ‘Foge, Paixão!’ Ele disse: ‘Até amanhã’ [risos]. Ele não ouviu nada, era muito mouco. ‘Foge Paixão!’, e lancei aqueles bidões [para chamar a atenção do camarada]. Tínhamos uma vala à volta de todo o quartel e fugimos para os abrigos. (entrevista a António Simões, ex-soldado enfermeiro)

Eu estava na cama quando ouvi os tiros. Toca a ir lá para fora! Só que levei o lençol para me cobrir dos mosquitos. O capitão quando me viu ‘Ó seu coirão, tu trazes o lençol? Bota-me já isso fora!’ (entrevista a José Rocha, ex-soldado condutor)

Caíram duas granadas de bazuca, nós a vê-las à noite no ar, aquilo parecia um ovni! Zzzz caíram na parede da cantina, ficou ali espetada, ai Jesus! Não tiraram a cavilha, não rebentou. Estava lá o Fonseca de Armamar, era o cantineiro, diz ele assim ‘Fugide!’. Tudo no chão, e eles começaram pimba pimba! (entrevista a Rui Varejão, ex-soldado atirador)

Com os primeiros estrondos, todos os homens correram para as suas posições. Todos menos um. O alferes que comandava o destacamento de Mussuma não conseguiu sair do quarto onde dormia.

Nós estávamos a dormir numa parte que tinha sido de uma escola. Tínhamos lá montado o rádio de transmissões e os furriéis e o alferes dormiam ali, nós num quarto e ele noutra. Quando foi do ataque nós começámos a ouvir tiros. O que fizemos? Entrincheirámo-nos, porque tínhamos umas valas abertas até ao acesso ao morteiro e às armas em que pudéssemos orientar. Ele foi um cagado tão grande, tão grande! Nós fomos chamá-lo e ele estava enfiado debaixo da cama. Nós dissemos-lhe ‘Isto é que é um comandante de tropas que temos aqui!’. Ele ficou ali até aquilo acalmar e sossegar. (entrevista a Valdemar Mendes, ex-furriel miliciano)

O alferes era muito bom rapaz mas ele não mandava nada. Quando começámos a ser atacados, ele fugia, metia-se debaixo da cama, eu tive que o ir buscar. Debaixo da cama podia cair lá uma bomba. (entrevista a Paulo Câmara, ex-furriel de operações especiais)

[O alferes] meteu-se debaixo da cama e quando aquilo acabou veio rezar cá para fora, a olhar para a bandeira. ‘Está a rezar? Reze, reze! Olhe que nós pomo-nos no piro e você fica aqui sozinho! Olhe que vamos pela picada fora a pé a cantar o hino até Gago Coutinho!’. (entrevista a Rui Varejão, ex-soldado atirador)

¹⁷¹ *História da Unidade BART 3835: IV/48.*

Apesar da ausência do alferes, os homens do destacamento de Mussuma organizaram-se para a resposta ao ataque pesado que sofriam. Uma granada de arma pesada rachou a laranjeira do quartel (‘Aquilo parecia a fâisca de um relâmpago!’). Os estilhaços da granada que rebentou junto à caserna escorregaram pelas chapas do edifício sem ferir ninguém. Nas pausas do fogo, o furriel de operações especiais Paulo Câmara corria entre os postos para se certificar que todos estavam nas posições certas (“Eu acreditava se todos estivéssemos no seu sítio, ninguém entrava [no quartel]”). No meio dos estrondos e caos do ataque, uma figura emergiu entre as dezenas de homens de Mussuma: o cabo Fernando Sota.

Foi aí que saltou o [cabo] Sota e pimba pimba! Eu estava na torre [da metralhadora] e via na mata a setecentos ou oitocentos metros o fogo deles. Estavam mesmo perto da gente! Eram três rapazes que estavam lá com o morteiro 82, quando saía balázio desses gajos aquilo tremia! O Sota foi o primeiro [a fazer fogo], quando lá chegou mandou duas ou três seguidas para lá. E nós ficámos a fazer fogo, mas foi pouquinho tempo, talvez 15 min. (entrevista a José Gomes, ex-soldado atirador)

Nem toda a gente pode ter um espírito militar e os que tinham mais espírito era eu e o [cabo] Sota. O Sota ia lá para cima [posto da metralhadora], éramos as pessoas no fundo que aguentávamos aquilo, os outros também iam dando uns tiros mas a metralhadora era importante. O Sota estava muito pior do que nós, estava na torre de vigia, nós tínhamos uns abrigos e estávamos ali com as armas para disparar se eles se aproximassem- Varrer aquilo para eles não se aproximarem, como o Sota fez, era muito mais perigoso. O grande herói desses ataques é o Sota. Eles queriam entrar no quartel e ele subia lá cima e com a metralhadora varria aquilo tudo. (entrevista a Paulo Câmara, ex-furriel de operações especiais)

O ataque cessou porque “o IN, devido à acção rápida dos nossos fogos e reacção dinâmica se pôs em fuga”. Para além de numeroso material capturado, “o IN sofreu 1 morto e 2 feridos graves”¹⁷². As baixas entre os guerrilheiros não são mencionadas por nenhum dos entrevistados. O Capitão Basto recorda o desacordo que o opôs ao alferes, quando este propôs comunicarem o ataque por rádio para Gago Coutinho: “Comunicar para o quartel? Vamos mas é já atrás deles”. Saiu pela mata e recorda ter levado consigo ‘indivíduo fantástico que estava agarrado a uma metralhadora’. O cabo Sota, claro. O Capitão pediu autorização para perseguir os terroristas para lá da fronteira, mas a autorização não chegou. Nada disto consta da *História da Unidade BART 3835*, que apenas informa que “[n]a retirada, além dos tiros das suas armas, [o inimigo] f[ez] lançamento de granadas de mão defensivas para impedir a aproximação NT”¹⁷³.

¹⁷² Idem, *ibidem*.

¹⁷³ Idem, *ibidem*.

Depois disso, nem mais uma palavra oficial sobre a perseguição aos ‘terroristas’. A história continua, mas já não pela voz do Capitão de Artilharia ou da *História da Unidade*: o episódio seguinte é contado pelo soldador atirador Rui Varejão.

Sáimos do quartel e fomos queimar um acampamento. Aquilo era muita gente, muitos pretos que fugiram. Aquilo tinha lá granadas armadilhadas, consoante as pessoas fossem chegando aquilo ia rebentando. Eram três acampamentos, um deles era de instrução, no meio da selva, era bem feito. Nós estávamos a queimar aquilo e começou a rebentar cada bomba! O Capitão no nosso meio, dizia que não o podíamos tratar por capitão, não havia galões nem nada. Quando nós arrancamos dali diz ele assim ‘Só podemos parar daqui a vinte quilómetros, senão temos fogo a cair em cima de nós’. Aquelas palhotas a arder todas e de vez em quando, pummm! (entrevista a Rui Varejão, ex-soldado atirador)

Sem registo desta incursão pela Zâmbia, e sem o relato do Capitão, fica-se apenas com a versão do soldado atirador que recorda a destruição de três aldeias. No fim do dia seguinte, lembra Rui Varejão, os soldados ouviam a ‘Maria Turra’ na caserna. O Capitão juntou-se ao grupo enquanto bebia uma cerveja. A voz feminina da rádio do MPLA disse que o Capitão Basto tinha estado na Zâmbia com uma arma telescópica apontada à cabeça. Os ‘terroristas’ sabiam que tinham sido perseguidos até aos acampamentos do outro lado da fronteira e quiseram mostrar que podiam ter liquidado o grupo perseguidor. A fúria do Capitão quando ouviu o seu nome na Maria Turra foi enorme. “O Capitão Bastos deixou a cair a cerveja ao chão e gritou ‘Porra, derrete-me essa porcaria toda!’”.

Há qualquer coisa nesta sucessão de acontecimentos que faz supor que muito do que se passou não pode ser conhecido. A chegada de Flechas na coluna em que viajava o capitão deixou algumas pessoas de sobreaviso. As tropas da PIDE só se deslocavam aos destacamentos se houvesse informações que levassem a crer que o inimigo preparava uma ação. O soldado enfermeiro António Simões diz ter ficado ‘de atalaia’ quando viu que os Flechas se instalavam em barracas de chapa junto da pista de aviação (‘os nossos comandos tinham informações de que íamos ser atacados’). Estava acordado à conversa com um camarada quando se ouviu o primeiro estrondo. Paulo Câmara garante que este ataque se deveu à aventura na Zâmbia em busca de mulheres. Uma delas, afirma, era mulher de um ‘terrorista’. O interesse da PIDE/DGS em recuperar estas mulheres terá sido o motor de tudo o que se seguiu. A história da destruição de acampamentos do outro lado da fronteira nunca foi confirmada pelo Capitão. A queixa sobre o comportamento do alferes (“teria feito não sei quê a uma menina preta menor”) foi inconclusiva e não consta da *História da Unidade BART*

3835. O soldado atirador José Gomes sabe que a acusação não teve qualquer resultado: “Ele tinha arranjado um filho a uma miúda de catorze anos, o que eles chamavam um ‘cafeco’. Aquilo andou por lá, tudo se abafou.”. Paulo Câmara lembra-se de como tudo acabou. O pai do alferes era um influente juiz na metrópole. Assustado com a confusão que se instalara, o oficial escreveu um aerograma ao pai. Uns tempos mais tarde, o chefe da PIDE/DGS apareceu em Mussuma para falar com o alferes. Pediu desculpa e informou que iria comunicar aos comandos militares que tudo tinha sido um engano. Retirou-se com um pedido: “Já agora podia falar ao seu paizinho, que eu já devia ter sido promovido e ainda estou aqui no Leste”.

4. Memória, esquecimento e silêncio

Em 1805 o jovem conde Nicolau Rostov juntou-se aos hussardos do exército russo que combatiam as tropas de Napoleão. Na batalha de Schon Grabern, deu por si caído no chão. Em vez da gloriosa batalha tantas vezes imaginada, o oficial de cavalaria descobriu-se ensanguentado sob o cavalo abatido. Perdido na surpresa de lhe acontecer o que nunca imaginara, não consegue disparar contra um soldado inimigo e foge pela mata. Recuperado por uma unidade de artilharia e levado para o acampamento, o segundo livro de *Guerra e Paz* termina com Rostov sentado ao lado de uma fogueira, ferido e febril, rodeado pela confusão do fim da batalha. O conde Rostov sobrevive aos ferimentos para contar a sua história. E quando esse momento chega, o relato que faz é muito distante daquilo que se passou:

He told them of his Schon Grabern affair just as those who have taken part in a battle generally do describe it, that is, as they would like it to have been, as they have heard it described by others, and as sounds well, but not at all as it really was. (...) His hearers expected a story of how beside himself and all aflame with excitement, he had flown like a storm at the square, cut his way in, slashed right and left, how his sabre had tasted flesh, and he had fallen exhausted, and so on. And so he told them all that. (Tolstoy 2001: 315)

O conde Nicolau Rostov não queria mentir. Mas a sua história nunca seria compreendida pelos pares se a contasse como realmente aconteceu. Uma guerra tem de ser contada de acordo com o guião que todos conhecem, um guião onde a coragem, a bravura e a camaradagem tecem um enredo reconhecível e verdadeiro. Um guião onde a indecisão e o medo não têm lugar.

As memórias de guerra da Companhia de Artilharia 3313 são muito distantes das grandiosas batalhas das guerras napoleónicas que varreram a Europa. O desenvolvimento da tecnologia bélica tornou o combate corpo a corpo numa raridade dificilmente alcançável. O confronto com o inimigo em Angola não se organizava em torno de imensos batalhões que esperavam a hora do ataque. Na guerra colonial, o inimigo escondia-se entre a população civil, de onde emergia no anonimato guerrilheiro. Não há, por isso, nenhuma história que se aproxime do guião pelo qual o jovem conde Rostov refez a sua experiência guerreira. No entanto, todas as histórias contadas nas páginas anteriores resultam da reconstrução de acontecimentos passados através da utilização de um mesmo léxico: o da guerra. É este idioma que preside à formulação da história do Batalhão de Artilharia 3835, relato oficial de uma comissão de serviço onde o inimigo é repellido pela ‘pronta reação das NT’ e de onde estão ausentes os aliados secretos, as armas proibidas, mas também os pequenos deslizes de uma guerra feita por homens de carne e osso. É também este idioma que dá forma às memórias dos homens que viveram a guerra colonial no Leste angolano em 1971. É através dos seus valores (a camaradagem, a coragem, o heroísmo), dos seus resultados (vitórias, derrotas, fugas), dos seus acasos de sorte ou azar, e das suas fraquezas (medo, cobardia) que cada um dos indivíduos reconstitui no presente os episódios vividos décadas antes.

As discontinuidades entre o relato da *História da Unidade BART 3835* e as histórias contadas pelos antigos militares da CART 3313 são as mais fáceis de identificar e compreender. Porta-voz da versão oficial de uma guerra sob intenso escrutínio internacional, ao Exército cabia a função de legitimar as ações tomadas, apresentando a atividade das ‘NT’ como a justa e proporcional resposta a ataques terroristas – daí o apagamento da colaboração de tropas sul-africanas ou da utilização de químicos sobre lavras e aldeias. Elaborado a partir de relatórios redigidos pelos comandos das unidades, nem sempre pôde contar com todas as informações relevantes – como se pode constatar com a história do ataque combinado a Mussuma em Setembro de 1971.

Mas estas discontinuidades são mais do que contradições entre a versão oficial do conflito, construída por uma instituição ideologicamente comprometida e as memórias pessoais dos mesmos acontecimentos convocadas décadas mais tarde. Tal como Mark Hewitson assinala, a existência de testemunhos privados das guerras

modernas tem colocado dificuldades inesperadas aos historiadores ¹⁷⁴. As cartas, diários e memórias a que chama de ‘ego-documentos’ não podem ser ignoradas enquanto ‘inevitável e rica fonte de informação histórica’. Todavia, a sua natureza profundamente subjetiva colide com a fria factualidade das histórias dos conflitos, feita de grandes acontecimentos e memoráveis personagens. Os ego-documentos contêm uma visão experiencial da guerra, privilegiando os episódios vividos e os sentimentos que os rodearam, subtraindo-os aos acontecimentos mais vastos do conflito do qual fazem parte. Os relatos pessoais tendem a ignorar a localização exata dos acontecimentos no tempo e no espaço, dificultando o seu confronto com a cronologia estabelecida.

In soldiers’ memories facts are frequently mistaken and there is, in the verdict of Rudyard Kipling, who was trying to reconstruct his son’s death at the battle of Loos, ‘large loom for error’, because of combatants’ limited field of view, the chaos and anonymity of the battlefield, and the stress and shock of conflict which ‘dislocates memory’. (Hewitson 2010, 315)

Esta ‘deslocação da memória’ reaparece também no confronto entre as várias versões pessoais destes episódios memoráveis. É, aliás, aqui que surgem as mais evidentes discrepâncias: histórias que alguns recordam e que outros desconhecem ou negam, silêncios e omissões. As imperfeições da memória, tal como Schacter (2001) as descreve, ajudam a compreender a forma como a passagem do tempo dilui os contornos de acontecimentos passados: a transitoriedade condena o passado a uma inexorável dissolução na acumulação de novas experiências. Mas trata-se de mais do que apenas vulnerabilidades explicadas pela neuropsicologia. A fixação narrativa de uma sequência de acontecimentos ou imagens implica o apagamento de outros ângulos, pormenores e situações. Como escreveu Milan Kundera, “[a] recordação não é negação do esquecimento. A recordação é uma forma de esquecimento” (Kundera 1994: 120). De uma forma deliberada ou acidental, a fixação narrativa de uma sequência de acontecimentos ou imagens implica, forçosamente, o apagamento de outros ângulos, pormenores e situações. Se nada se esquecesse, seria impossível recordar: submersos

¹⁷⁴ Para ultrapassar as dificuldades colocadas pelos ‘ego-documentos’, Hewitson propõe uma aproximação ancorada na sociologia interpretativa weberiana que proceda a uma análise textual rigorosa, tendo em conta as palavras, silêncios e ‘constelações de ideias’ dos ego-documentos e dos discursos e debates mais vastos nos quais se inscrevem; que aprofunde o conhecimento das circunstâncias históricas e da situação do autor nessas circunstâncias; que se baseie numa comparação sistemática dos textos e dos seus autores (Hewitson 2010).

na intolerável multidão de detalhes dos momentos, ficar-se-ia refém do vertiginoso mundo de Funes o memorioso de Jorge Luis Borges, para quem as abstrações eram tornadas impossíveis pelo excesso da memória:

No sólo le costaba comprender que el símbolo genérico *perro* abarcara tantos individuos dispares de diversos tamaños y diversa forma; le molestaba que el perro de las tres y catorce (visto de perfil) tuviera el mismo nombre que el perro de las tres y cuarto (visto de frente). (Borges 1996: 489)

Entre os excessos e ‘pecados’ da memória, entre as ‘coisas que merecem ser lembradas’ e as que devem ser esquecidas, o que resta do passado no presente é uma pequena parte do que aconteceu. É neste cruzamento impreciso que se dá a composição (*composure*) de que fala Alistair Thomson, duplo processo que conjuga as dimensões pessoais e sociais que circunscrevem os termos nos quais o passado pode, em cada momento, ser pronunciado.

CAPITULO IV

1972

No final de 1971, ao cabo de meses na imensidão do Leste angolano, começou a circular a notícia de que o Batalhão de Artilharia 3835 poderia abandonar o subsector de Gago Coutinho. Em vez de patrulhas e emboscadas, teriam à sua frente a ação psicossocial, num trabalho de proximidade com as populações que os afastaria dos riscos corridos numa zona 100% operacional. Quarenta anos mais tarde, nenhum dos antigos militares recorda o surgimento deste rumor. É através da leitura das cartas do alferes médico que se consegue recuperar o modo como esta ideia foi deslizando entre os homens até se tornar uma certeza. A 1 de Setembro, Lobo Antunes escreve à mulher:

Começam a andar no ar boatos acerca de uma possível rotação do batalhão para uma zona melhor, mas tudo, ao que penso, sem consistência. A verdade é que temos já cinco mortos - fora o resto ¹⁷⁵. O batalhão anterior teve só um morto em combate durante quinze meses, e por esta comparação podes ver o recrudescimento da guerra por estas bandas. (Antunes 2005: 274)

Dois meses mais tarde, após o regresso de um mês de férias em Lisboa, Lobo Antunes é enviado para o destacamento do Chiúme, onde iria permanecer com a Companhia de Artilharia 3312. A 22 de Novembro escreve: “Últimas notícias quanto à rotação: parece que o general da ZML não está pelos ajustes que a gente daqui saia. É o melhor caminho para darmos todos em doidos.” (idem: 304). A esperança de abandonar os muitos perigos das chanas do subsector de Gago Coutinho dava lugar ao desespero de imaginar a dilatação do tempo nesta zona. Foi apenas no início de Dezembro que o boato se transformou em certeza: “No princípio do ano, soube-se ontem oficialmente, está previsto que o batalhão siga para Malange. Em Malange, é claro, fica o comando: as companhias devem ir para destacamentos.” (idem: 310).

Apesar de não ter sido possível encontrar nenhuma disposição oficial que determinasse a distribuição do tempo da comissão de serviço em regiões tranquilas ou

¹⁷⁵ A análise dos dados do Capítulo V da *História da Unidade BART 3835* revelou que, até à rotação para o Nordeste, o Batalhão teve as seguintes baixas: 5 mortos (um da CCS, dois da CART 3312, um da CART 3313 e um da CART 3314); 15 feridos graves (cinco da CCS, três da CART 3312, três da CART 3313 e quatro da CART 3314); e 34 feridos ligeiros (treze da CCS, quatro da CART 3312 e dezassete da CART 3314).

em conflito, a verdade é que são vários os testemunhos que referem rotações para ‘zonas de descanso’ após o primeiro ano em zonas 100% operacionais (Cf. Pinto 2011, Silveira 2007). As cartas de Manuel Beça Múrias enviadas de Nambuangongo em Julho 1963 traduzem a ansiedade da espera pela notícia de uma eventual rotação para uma zona tranquila onde a Ação Psicológica dominaria a vida dos militares.

Aqui vive-se à espera, e ‘presos’. Se soubesses como é horrível estar à espera e ‘presos’. Quando chegará a Notícia? Formulam-se as mais variadas hipóteses. Para onde? Andamos com os nervos arrasados de expectativa. Não conseguimos falar de outra coisa. O comandante ‘fechou a guerra’, como diria o Solnado, e deixou-se igualmente invadir pela ideia fixa da psico. ‘Quando formos para a psico, quando isto, quando aquilo’. (Múrias 2009: 73)

A confirmação da partida de Gago Coutinho teve um efeito imediato entre os militares: “Agora tudo está um pouco mais remoçado com a perspectiva da ida para Malange: parecem os hebreus a sonhar com o maná da Terra Prometida...” (Antunes 2005: 312). Para os militares do Batalhão de Artilharia 3835, o maná da terra prometida situava-se oitocentos quilómetros a noroeste de Gago Coutinho. Dividido entre a zona planáltica, com uma altitude média de 1.100 metros, e a zona sub-planáltica constituída pela Baixa do Cassanje e o concelho de Cacuso, o sector de Malanje ¹⁷⁶ confinava com a República Democrática do Congo numa extensão de 105 quilómetros de fronteira natural através do rio Cuango. Sem atividade ‘terrorista’ significativa, a *História da Unidade BART 3835* menciona apenas a tentativa de mentalização da população por parte dos movimentos que operavam na zona. Os mais ativos na zona eram o MPLA e a UPA/FNLA; a UNITA, de acordo com este documento, tinha a sua ação limitada ao Sul do sector de Malanje. A missão das unidades resumir-se-ia, por isso, à vigilância da fronteira com o Congo por onde poderiam infiltrar-se grupos inimigos, à manutenção da segurança nas áreas urbanas e rurais, e à ação psicológica junto das populações brancas e negras que contariam com a presença próxima das tropas portuguesas em ações diversas de apoio ao desenvolvimento local.

O ano de 1972 surge nas narrativas dos homens da CART 3313 como uma imensa planície feita de rotinas e de espera pelo regresso a Portugal. Sem minas, ataques

¹⁷⁶ A província e cidade de Malanje aparecem por vezes grafados como Malange. Perante esta duplicidade, optou-se por seguir a grafia oficial do governo de Angola (ver, por exemplo, <http://www.governo.gov.ao/>).

ou ações de combate, a ausência da guerra nestes catorze meses dilui os contornos de um tempo tornado indistinto pela monotonia dos dias quase sempre iguais. Compreende-se, por isso, que vários entrevistados se refiram ao segundo ano de comissão como umas férias, um tempo distendido em que o único motivo de incerteza e tensão se prendia com a contagem do tempo para o regresso a Portugal. Só com insistência se consegue ir para além das coleções de episódios vagamente militares e do retrato de tédio, espera e aventuras, rasgado pelo absurdo da morte em tempo de calma. Desta memória míope emerge a aproximação a uma ideia de paz: não a paz perfeita da inexistência de conflito, mas uma paz feita da ausência de sobressalto guerreiro e de rotinas esquecíveis.

1. Baixa do Cassanje

No início de Janeiro de 1972, o Batalhão de Artilharia 3835 iniciou o seu caminho para a terra prometida. Na cidade de Malanje, no alto do planalto com o mesmo nome, ficou o Comando do Batalhão e a Companhia de Comandos e Serviços. Porta de entrada para a região algodoeira da Baixa de Cassanje¹⁷⁷, desde meados do século XIX que esta cidade dominava o nordeste angolano. Para isso muito terá contribuído a linha de caminho de ferro que partia de Luanda para o interior e “(...) servi[a] uma grande porção de vilas e povoações situadas ao longo dessa mesma via de penetração colonial. Além disso os recursos diamantíferos conhecidos a leste do Cuango desde cedo atraíram os traficantes à região, apesar das proibições oficiais.” (Freudenthal 1995-1999, 248).

O contraste com as Terras do Fim do Mundo de onde vinham não poderia ser maior. O distrito de Malanje em nada se assemelhava à aridez económica do Leste. Os recursos naturais eram muitos e muito diversos. Minas de ferro, manganês, cobre, urânio, sal-gema, bem como consideráveis recursos florestais e pecuários. A agricultura era, sem dúvida, a maior riqueza de Malanje: o algodão, explorado sobretudo na Baixa do Cassanje, mas também plantações de café, tabaco e girassol dispersos por todo o distrito garantiam uma produção agrícola ímpar. O distrito de Malanje contava ainda com várias indústrias transformadoras associadas ao algodão (prensagem, descaroçamento e extração de óleos), ao tabaco, ao café (torrefacção e moagem), à

¹⁷⁷ A questão da dupla grafia coloca-se também com Cassanje. Esta duplicidade estende-se a documentos oficiais, pelo que optei por uniformizar a sua grafia com a de Malanje.

madeira, ao milho e à mandioca. Segundo a *História da Unidade BART 3835*, o crescimento económico de Malanje era comprovado pelos numerosos pedidos de autorização de novas indústrias que, no final de 1971, haviam sido entregues às autoridades competentes ¹⁷⁸.

Depois do ano passado no Leste, o distrito de Malanje revelou aos homens do BART 3835 uma outra Angola, uma Angola feita de plantações a perder de vista, fazendas onde pontificavam brancos prósperos, estradas e picadas que uniam inúmeras sanzalas e localidades. Ao contrário do comando do Batalhão, estacionado na morna agitação urbana de Malanje, as companhias operacionais foram destacadas para áreas rurais da Baixa do Cassanje, imensa depressão de 75.000 km², irrigada pelo rio Cuango e pelos seus afluentes. A Companhia de Artilharia 3312 deslocou-se para a vila de Quela, a CART 3314 seguiu para Forte República, atual Massango. Aos homens da CART 3313 coube a circunscrição de Marimba, vila onde se instalou o comando da companhia, e os destacamentos de Mangando e Marimbanguengo.

Delimitada a Oeste pelas escarpas do planalto de Malanje e prolongando-se a Leste pelo distrito da Lunda, a Baixa do Cassanje é a fértil região algodoeira onde, onze anos antes da chegada do BART 3835, estalara aquela que é considerada a primeira das revoltas que abalaram o regime no início da década de 60. Durante quatro meses, entre o final de 1960 e Março de 1961, esta zona foi o centro de uma rebelião camponesa sem precedentes. Abafada pelo bloqueio informativo do Estado Novo ¹⁷⁹, esmagada pela repressão das autoridades portuguesas e ultrapassada pela visibilidade dos assaltos concertados em Luanda e dos massacres da UPA, a sublevação dos produtores de algodão da Baixa do Cassanje permaneceu durante largos anos a mais desconhecida das rebeliões populares em Angola. Em 1978, a publicação de um estudo de René Pélissier veio romper o silêncio que a rodeava. A análise de depoimentos de missionários e de testemunhos recolhidos em 1966 permitiu ao autor construir um retrato sombrio do regime algodoeiro e da extrema vulnerabilidade dos camponeses da região. Já nos anos 90, Aida Freudenthal descreveu a “anatomia da revolta” (1995-

¹⁷⁸ *História da Unidade BART 3835*: III/28-29.

¹⁷⁹ O missionário metodista Malcolm McVeigh, presente na Baixa do Cassanje na altura da revolta, testemunhou o silêncio informativo e o bloqueio militar da zona sublevada. Regressado aos Estados Unidos em 1961, McVeigh dedicou-se a divulgar a situação que se vivia em Angola. Em conferência de imprensa, denunciou a prática generalizada do trabalho forçado, a censura, a detenção, desaparecimento e morte de pastores e professores das missões metodistas (McVeigh 1961). Os mesmos temas são tratados numa conversa que manteve com o Departamento de Estado dos EUA e que Freire Antunes transcreve no seu livro sobre a guerra de África (Antunes 1995: 219-224).

1999), recorrendo para isso a documentos até então inéditos ou classificados. O seu estudo desenha uma linha temporal na qual se cruzam vozes oficiais (autoridades administrativas, PIDE, instituição militar) e privadas (empregados da Cotonang e funcionários da Junta de Exportação do Algodão), que tinham em comum o facto de serem “(...) atores e/ou testemunhas que à data dos acontecimentos habitavam a Baixa, ou os viveram de muito perto pelas funções que exerciam na colónia.” (Freudenthal 1995-1999: 254).

A história da revolta da Baixa do Cassanje é indissociável das condições de trabalho impostas pela Cotonang, Companhia Geral dos Algodões de Angola, SARL. Fundada em 1926 com capitais portugueses e belgas, esta empresa obteve a concessão da exploração algodoeira a Leste de Malanje, beneficiando de um quadro jurídico que procurava garantir a “(...) plena satisfação das necessidades da indústria nacional pelo algodão colonial”, tal como se pode ler no preâmbulo do decreto-lei que estipulou a obrigatoriedade do cultivo de algodão nas áreas concessionadas ¹⁸⁰. Todos os habitantes destas áreas ficavam, desta forma, presos à imposição de se tornarem fornecedores da Cotonang, que detinha o monopólio da compra do algodão. Neste regime, a que René Pélissier chamou “algodocracia” (1978), a vulnerabilidade dos camponeses era múltipla. Sem margem de decisão quanto ao que deveriam plantar, assumiam solitariamente os riscos de más colheitas para, no final da campanha, venderem o algodão aos preços fixados pela Cotonang. A liberdade, essa, era nula. Nas palavras de John Marcum,

Africans, including women and children, were hauled out of their villages and obliged to grow cotton on prescribed patches of land. (...) Uniformed Africans recruited from the army were used to ensure that the conscripted laborers worked their plots and grew only cotton – no family food crops. When the land near their home villages was exhausted (no fertilizer was provided) the villagers were forced to move to land from ten to fifty miles away. (Marcum 1969: 47)

Na algodocracia, a violência estava em todo o lado. Estava na deslocação forçada dos camponeses para os terrenos onde deveriam cultivar algodão, estava no imperativo da monocultura que os afastava das lavras de produção alimentar, estava na

¹⁸⁰ O artigo 1º do Decreto-Lei 35844 de 31 de Agosto de 1946 afirma que “[A] cultura-base das zonas algodoeiras será a do algodão, mas enquadrada nas suas rotações e nos afolhamentos económica e tecnicamente aconselháveis”.

mansa submissão a um regime que os transformava em pouco mais do que escravos. A obrigatoriedade legal transformou a Baixa do Cassanje numa imensa plantação de algodão. Em 1960 existiam cerca de 32.000 produtores de algodão no distrito de Malanje. Pélissier estima que que um em cada dois chefes de família da região se dedicasse a esta cultura (1978).

As condições de vida e de trabalho na Baixa do Cassanje constituíram um poderoso motor do descontentamento dos camponeses que, aliado a um conjunto de circunstâncias singulares, criou o clima de “alquimia revolucionária” (Pélissier 1978) que se vivia na região no final de 1960. Um dos factores que contribuiu para esta alquimia revolucionária foi a artificialidade das fronteiras que separavam administrativamente comunidades étnicas cuja existência precedia em muito a presença das potências europeias em África ¹⁸¹. Nesta região, que compreendia quilómetros de fronteira com o Congo, os movimentos de população entre as duas margens do rio Cuango desafiavam a estabilidade dos estados coloniais. De acordo com John Marcum,

The Bakongo people of Angola, estimated at over 500.000 in 1960, have always flowed back and forth across the superimposed colonial border with the Congo, continuing to constitute a single ethnic community with fellow Bakongo ruled by either the French or Belgians. (Marcum 1969: 50)

Do outro lado do rio, o mundo mudava. A independência da Bélgica em 1960, a efervescência política que ali se vivia, a multiplicação de movimentos religiosos sincréticos, criaram as condições para a circulação de pessoas, bens e ideias perigosamente ameaçadoras para a algodocracia mas também e sobretudo para a soberania do Portugal pluricontinental do Estado Novo.

O descontentamento com as condições de vida e de trabalho na Baixa do Cassanje, cuja história remonta à década de 20 ¹⁸², encontrou expressão num discurso que combinava elementos religiosos com doutrinas políticas emancipadoras. As fronteiras administrativas foram, aqui, irrelevantes. Foi entre Angola e o Congo que

¹⁸¹ O Reino do Congo, que os portugueses descobriram na sua chegada a Angola, é um dos exemplos clássicos do encontro entre dois mundos distintos que a expansão europeia gerou. A história da aproximação portuguesa aos soberanos deste reino, da evangelização e europeização da sua aristocracia, da tensão entre as aspirações da elite real e o sentido de independência dos camponeses do Congo, da derrota militar que em meados do séc. XVII reduziu o Reino do Congo a uma posição subalterna em relação aos portugueses, pode ser lida em 2004 [1978], Marcum 1969, Wheeler 2009 [1971].

¹⁸² Para uma revisão dos movimentos precursores da revolta da Baixa do Cassanje em 1961, ver Marcum 1969.

António Mariano emergiu como inspirador e líder do movimento que conquistou toda a Baixa do Cassanje: a Boa Nova de Maria. Natural de Malanje e emigrado no Congo, terá sido aí que Mariano se aproximou de movimentos políticos - a UPA angolana e os congolezes Partido de Solidariedade Africano (PSA) e Abako (Aliança dos Bacongo) - mas também de cultos proféticos, como o kimbanguismo ¹⁸³. Mariano viria a morrer na prisão de Malanje, na sequência da repressão da revolta levada a cabo pelas autoridades portuguesas (Cf Afonso e Gomes 2010, Marcum 1969)

No final de 1960, surgiram em território angolano dois jovens catequistas bacongo que pregavam aquele que viria a ficar conhecido como o culto de Maria. Reuniam numerosas assistências, entre as “(...) 300 e c. 3.000 pessoas de todas as idades e sexos e provenientes de várias sanzalas, nas áreas dos postos de Milando e Tembo Aluma.” (Freudenthal 1995-1999: 259). A Boa Nova de Maria prometia “liberta[r] o negro do jugo do branco e proporcion[ar]-lhe uma vida melhor, de felicidade completa”, sob a condição de iniciação e devoção ao culto. Os seus preceitos implicavam a recusa de trabalhar para os brancos ou sequer ter com estes qualquer espécie de contacto, e incluíam regras de higiene, alimentação e comportamento (idem: 280-281). À semelhança dos movimentos messiânicos que Georges Balandier havia estudado anos antes no Baixo Congo, a Boa Nova de Maria fazia parte do vasto conjunto “igrejas negras mais ou menos efémeras” que, sob a aparência religiosa, estavam na origem de “nacionalismos ainda rudimentares”. Nas suas palavras,

Les églises naissent et disparaissent mais le mouvement messianique se maintient avec un remarquable permanence depuis plusieurs décades. Le phénomène a un sens à la fois *culturel* – il est une réaction à l’introduction, en grande partie contrainte, d’éléments culturels étrangers – et *sociologique* – il annonce une reprise d’initiative de la société dominée et manifeste une tentative de ré-organisation sociale. (Balandier 1955: 421)

Nascidos em regiões onde o processo de cristianização fora intensivo e onde a situação de dominação racial era mais duramente sentida, os movimentos messiânicos

¹⁸³ Simão Kimbangu (1889-1950) cresceu numa missão baptista no Baixo Congo belga. Em 1921 ‘foi tocado pela graça de deus’: descobriu a sua vocação e os poderes excepcionais que provavam o seu estatuto de ‘escolhido’ (Balandier 1955, 428). Kimbangu fundou um novo culto, mas foi detido pelas autoridades coloniais pouco tempo depois. Morreria na prisão trinta anos mais tarde. O culto que fundou seria legalizado em 1959, pela mão do seu filho, tendo-se tornado um dos “(...) principais movimentos cristãos na RD Congo e com uma forte presença entre as redes migratórias congolezas na Europa e na América do Norte” (Blanes 2009: 14)

constituíam, para Balandier, uma “reação total” às condições políticas e sociais dos regimes coloniais ¹⁸⁴.

À adoção dos ‘preceitos de Maria’ juntavam-se alusões políticas diversas: Kasavubu e Lumumba, respectivamente presidente e primeiro ministro do Congo, o Partido de Solidariedade Africana (PSA, comumente referido como ‘pessa’) e a ABAKO (Aliança dos Bacongo) aparecem mencionados em relatos de quem testemunhou de perto o desenrolar dos acontecimentos. Aparentemente distante dos movimentos nacionalistas angolanos então em atividade – nem a UPA nem o MPLA reivindicaram o ascendente sobre esta revolta de camponeses -, povoada de referências a organizações políticas congoleesas, as origens desta rebelião permanecem ainda hoje um tema de discussão. De um lado, autores que, como Pélissier, Marcum ou Freudenthal, consideram que o que ali se passou foi, essencialmente, uma revolta da pobreza contra a exploração do regime algodoeiro, envolta num discurso profético de “evangelismo nacionalista” (Marcum 1969) ao qual não era alheio o clima revolucionário congolês. Mas há também quem afirme que a revolta da Baixa de Cassanje foi o resultado de um plano da UPA destinado a testar a sua organização e a capacidade de resposta das autoridades portuguesas para a ação que viria a levar a cabo em meados de Março (Silveira 2013). Outros, como Cann (2011) e Nunes (2005), constroem os seus argumentos em torno da importância da política congoleesa nos acontecimentos, nomeadamente a influência do Partido de Solidariedade Africana e do seu pendor ‘comunista’, continuando a linha retórica que o Estado colonial utilizou para legitimar a repressão exemplar com que a revolta foi esmagada.

Apesar do debate sobre a sua origem, uma certeza existe: o final do ano de 1960 marcou o início de um ruidoso movimento de sublevação contra a exploração do regime algodoeiro e contra a dominação portuguesa. As chuvas excessivas e a queda de produção no ano de 1959/60 agudizaram a frágil situação dos camponeses da Baixa do Cassanje. Nalgumas zonas, a quebra das colheitas reduziu os seus rendimentos até 40% (Pélissier 1978). No final do ano de 1960 manifestaram-se os primeiros sinais de protesto: queima das sementes que haviam sido distribuídas para a plantação que deveria ocorrer no mês de Janeiro, recusa de pagamento do imposto, desobediência às autoridades administrativas. Mas foi apenas no início de 1961 que o descontentamento dos camponeses de Cassanje se tornou um movimento imparável. No dia 4 de Janeiro,

¹⁸⁴ Para uma leitura do legado de Balandier em contexto pós-colonial, ver a análise da persistência de movimentos proféticos em Angola na atualidade feita por Ruy Blanes (2009).

dois capatazes da Cotonang foram detidos pela população numa sanzala do posto de Milando. A morte de um deles marcou uma nova fase. A resistência passiva dera lugar à revolta ativa.

As tentativas de negociação das autoridades administrativas com os sobas das áreas revoltadas não alcançaram os efeitos pretendidos. Nem mesmo a mediação do encarregado do Governo de Malanje, o mestiço Júlio Monteiro, foi capaz de travar o movimento que, iniciado na zona fronteira com o Congo, alastrava a toda a região. Apesar de reconhecer que poderia existir uma ligação entre agitadores congolezes e alguns radicais da Baixa do Cassanje, Monteiro considerava que o motivo central do descontentamento era o cultivo obrigatório do algodão e as condições de vida dos camponeses (Cf. Keese 2004). Num primeiro momento, as autoridades portuguesas procuraram solucionar a questão disponibilizando-se para interceder junto da Cotonang por melhores condições de trabalho, mantendo ao mesmo tempo uma intervenção militar discreta – o comandante do quartel de Malanje terá instruído os seus homens destacados em Milando para “(...) se limitarem à manifestação da sua presença, e não atacarem.” (Keese 2004: 255). As atividades de plantação de algodão que habitualmente ocupavam os primeiros dias do ano foram adiadas pela agitação que se instalou. Ao longo do mês de Janeiro, as autoridades procuraram trazer a calma aos camponeses. O sucesso foi nulo.

No início de Fevereiro deu-se “(...) a viragem na estratégia dos revoltosos para forçar os brancos a retirar-se: das ameaças e provocações passaram à destruição dos bens dos comerciantes europeus e mestiços e dos símbolos do poder colonial.” (Freudenthal 1995-1999: 263). Em grupos numerosos, os camponeses assaltaram e saquearam edifícios da Cotonang e da administração colonial, cortaram picadas, destruíram pontes, abandonaram as sanzalas, roubaram armas. A cidade de Malanje tornou-se o refúgio de todos aqueles que desertaram das suas terras na Baixa. A pressão para uma firme intervenção portuguesa foi crescendo, tanto pela voz dos colonos brancos como pela da Cotonang que temia os efeitos da suspensão dos trabalhos de plantação do algodão.

A escalada dos protestos levou à requisição de reforços militares. Nos primeiros dias de Fevereiro, foi constituído um Batalhão Eventual sob o comando do Major Rebocho Vaz ¹⁸⁵, responsável pela Operação Cassanje. Esta operação tinha como

¹⁸⁵ Camilo Rebocho Vaz viria a ser Governador Geral da província Angola entre 1966 e 1971.

objectivo restaurar a ordem pública, desarmar os grupos amotinados e deter os seus líderes. A Operação contaria também com o apoio da Força Aérea. A repressão foi esmagadora. Quela, Marimba, Xá Muteba, Tembo Aluma, Marimbanguengo são alguns dos nomes dos postos administrativos onde foi crescendo o rasto de mortes entre os africanos, tanto pela ação das tropas terrestres como pelos bombardeamentos sobre as sanzalas e populações. O primeiro combate deu-se a 6 de Fevereiro, no Quela. Dela resultaram 70 mortos e dezenas de feridos entre os revoltosos e dois mortos entre os portugueses¹⁸⁶. A 7 de Fevereiro teve lugar o primeiro bombardeamento¹⁸⁷. Nos dias seguintes, as baixas entre africanos iriam multiplicar-se. Os dados oficiais portugueses, muito conservadores, apontam para 300 mortos e uma centena de feridos. Estes números foram contestados por diversos autores que apontam para um número de mortes entre os 5.000 e os 10.000 (Cf. Freudenthal 1995-1999, Pélissier 1978, Silveira 2013). Do outro lado da fronteira do rio Cuango, o número de refugiados chegou aos 50.000.

Em meados de Fevereiro começaram a sentir-se os sinais da debilitação dos insurgentes, com deserção de sobas e entrega de propagandistas às autoridades. No início de Março de 1961, o ‘levantamento dos miseráveis’ (Pélissier 1978) estava dominado. O regresso aos campos e à sementeira do algodão trouxe a aparência de normalidade depois da violência dos meses anteriores. Com o fim da revolta, foram feitas inspeções à região que, de acordo com Aida Freudenthal, “(...) proporcionaram argumentos ao governo para responsabilizar a Cotonang pelo eclodir da rebelião, pretendendo com isso ilibar as responsabilidades da administração e justificar as posteriores medidas de ajustamento político.” (Freudenthal 1995-1999: 277). As descrições dramáticas da vida dos nativos sucederam-se nos relatórios oficiais internos. O Major Rebocho Vaz, comandante do Batalhão Eventual, escreveu sobre o cenário de horror que encontrou na região:

¹⁸⁶ Pires Nunes transcreve excertos dos relatórios dos comandantes das Companhias de Caçadores envolvidas na Operação Cassanje, nos quais se pode recuperar a progressão, obstáculos e momentos de tensão e combate dos militares portugueses face a multidões revoltosas (Nunes 2005: 68-75).

¹⁸⁷ O bombardeamento com napalm na Baixa do Cassanje é ainda hoje tema de debate. De acordo com José Ervedosa, oficial português desertor, esta arma foi empregue nas manobras militares que se seguiram à greve dos trabalhadores do algodão, tendo resultado em cinco mil mortos e na destruição de dezassete aldeias (Ervedosa 1970). Este é, ainda hoje, um assunto sobre o qual não existe consenso. Veja-se, por exemplo, Afonso e Gomes 2011, Camacho 2002 e Freudenthal 1995-1999, Pélissier 1978, Silveira 2013 que afirmam ter sido empregue napalm em Angola no início de 1961, e Cann 2009 e Nunes 2005 para os que contestam esta afirmação.

O indígena na Baixa de Cassange vive em condições de absoluta miséria moral e material sob todos os aspectos. (...) Habitua-se desde tenra idade a não ter personalidade de gente, pois que o único contacto que lhe devia ser benéfico (o do europeu), é-lhe altamente prejudicial e só aprende a não ser roubado e espancado. (...) Chega-se, por vezes, a não se reconhecer se um determinado indivíduo, pelo seu aspecto físico, é homem ou mulher, se é velho ou novo. São os povos indígenas mais enfezados que conheço na Província. (Vaz apud Nunes 2005: 59)

Três meses mais tarde, a cultura obrigatória do algodão seria abolida através do Decreto 43639 de 2 de Maio de 1961. A redação deste breve decreto revela que os problemas da produção algodoeira na Baixa do Cassanje eram mais profundos do que apenas a exploração laboral da empresa monopolista. O artigo 3º determina que as autoridades administrativas não podem ter nenhuma intervenção “no fomento, cultura e comércio do algodão” e que não poderão “qualquer espécie de compensação por atividades inerentes ao fomento algodoeiro”. Embora nunca tenha sido oficialmente reconhecida, a administração colonial e os cipaios, suas forças de auxiliares, foram coniventes com a algodocracia da Baixa. Disso mesmo dá conta o relatório militar do Major Rebocho Vaz, que retrata os cipaios como ‘terroristas das sanzalas’ que “[e]xercem toda a gama de patifarias dizendo que vão da parte do chefe de posto e às vezes, infelizmente, vão mesmo. (...) Multam por tudo e por nada, recebem dinheiro para quando servem de intérpretes e favorecem o indivíduo que lhes paga.” (Vaz apud Nunes 2005: 60). Para além da abolição da cultura obrigatória do algodão, no rescaldo da revolta foram adoptadas outras reformas que viriam a mudar a Baixa do Cassanje. Foi dada prioridade à produção dos agricultores brancos através da demarcação de fazendas e “(...) da mecanização da indústria algodoeira e consequente aumento do rendimento por hectare cultivado.” (Freudenthal 1995-1999: 277).

Embora o Estado Novo tenha justificado oficialmente a revolta da Baixa do Cassanje com as condições de vida e trabalho que a Cotonang oferecia aos camponeses, a verdade é que no interior do regime existiram vozes que defenderam que as causas eram mais profundas e perigosas do que a mera contestação laboral. No relatório secreto do Inspetor do Gabinete de Negócios Políticos do Ultramar, o seu autor, Manuel Morais Martins, elabora uma revisão dos acontecimentos e conclui que estes ultrapassavam a “(...) simples reação contra a cultura algodoeira, para se situar[em] no plano da autêntica revolta contra a soberania portuguesa e contra a presença de brancos na região.” (Martins apud Curto e Cruz 2012: 17). Morais Martins, que viria a

desempenhar funções como Secretário do Governo de Angola, afirmava ainda que “[o]s propagandistas habilmente mascararam a onda de subversão que pretendiam desencadear com a capa de um movimento político-religioso de fundo messiânico, perfeitamente adaptado às condições locais e à mentalidade dos indígenas.” (idem: 13). O atentado à soberania constituía, por isso, motivo suficiente para a mudança da resposta portuguesa aos incidentes. Para trás deveriam ficar os esforços negociais infrutíferos, na certeza de que apenas uma ação firme faria respeitar a ordem colonial ameaçada por propaganda subversiva ¹⁸⁸.

Apesar da magnitude da rebelião, durante décadas ela permaneceu largamente desconhecida. Silenciada pelo muro informativo imposto pelo regime, esta revolta foi também encoberta pelos acontecimentos que rasgavam a tranquilidade do Estado Novo no início de 1961. Entre o desvio do paquete Santa Maria, os assaltos em Luanda no dia 4 de Fevereiro e os ataques a fazendas no Norte de Angola a 15 de Março, a sublevação dos camponeses da Baixa do Cassanje foi relegada para o lugar de uma rebelião laboral resolvida pela firme intervenção governamental. Onze anos mais tarde, chegou à região o Batalhão de Artilharia 3835 e as suas companhias operacionais. Durante catorze meses, a Baixa do Cassanje foi a morada das centenas de militares desta unidade. Marimba, Marimbanguengo, Tembo Aluma são alguns dos sítios onde a revolta dos camponeses foi esmagada com maior violência pelas autoridades portuguesas em 1961. Mas nos discursos destes antigos militares são apenas nomes de terras, desprovidos de outra história que não seja a da passagem da Companhia de Artilharia 3313 por lá.

2. Guerra e paz em Marimba

Em Marimba a guerra acabou. Até íamos a pé buscar o correio a Chiquita, íamos 30 quilómetros para cada lado, todos a cantar. Não tinha nada a ver [com Gago Coutinho]. Na época das chuvas, as chuvas alagavam tudo, as pontes ficavam arrasadas. E como os carros não passavam, nós íamos todas as semanas buscar o correio a pé. Fazíamos aquilo a brincar, como quem vai para uma festa. (entrevista a Manuel Silva, ex-cabo atirador)

¹⁸⁸ Diogo Ramada Curto e Bernardo Pinto da Cruz analisam o relatório do Inspetor do Gabinete de Negócios Políticos do Ultramar, que consideram ser “(...) uma peça - bastante precoce - da política de aterrorização das populações destinada a impedir a propagação do ‘terrorismo’” (Curto e Cruz 2012: 25). São aqui particularmente interessantes as ligações entre a ‘política de terror’ e a produção de conhecimento colonial: enquanto redator do relatório aconselhava a criação de um ‘grupo de estudo’ que integrasse ‘funcionários com conhecimento de sociologia e de antropologia cultural’.

A guerra acabou. É assim que Manuel Silva recorda o tempo passado na sede da Companhia de Artilharia 3313 no sector de Malanje. Depois do ano nas chanas do Leste angolano, os meses de Marimba são lembrados como um tempo de paz. Só na paz se pode caminhar dezenas de quilómetros entre duas povoações para ir buscar correio. Só na paz se esquecem as horas gastas nas viagens perigosas e lentíssimas do Leste. A comparação é inevitável. Entre as minas e emboscadas, foram muitos os incidentes que causaram baixas entre os militares e danos materiais nas viaturas durante o primeiro ano da comissão de serviço. No segundo ano, tudo isso desapareceu. Manuel Silva não está sozinho neste retrato de tranquilidade. São vários os que comparam o tempo de Marimba a umas férias. Há quem lembre as caçadas noturnas, quem evoque os fins de semana na cidade de Malanje, quem recorde a despreocupação que enchia os dias. Não fossem as fardas e a rotina quotidiana de um quartel, e poder-se-ia acreditar que a guerra tinha, de facto, acabado.

A placidez deste retrato é enganadora. Apesar da ausência de confronto direto com ‘terroristas’, a guerra não havia desaparecido. No início dos anos 70, a ação dos movimentos independentistas na região centrava-se na politização das populações locais. A FNLA (antiga UPA) e o MPLA eram o alvo da atenção das autoridades portuguesas que, por várias vezes, desmantelaram redes de apoio aos ‘terroristas’¹⁸⁹. A aparente calma decorria, de acordo com a *História da Unidade*, da “aceitação tácita por parte dos nativos da situação política vigente que se atribui às suas características, pois por índole e comodismo se costuma colocar do lado do mais forte”¹⁹⁰. Todavia, a confiança das autoridades portuguesas nas virtudes do ‘comodismo’ que levava os africanos a escolherem o ‘lado mais forte’ não era absoluta. Dois anos antes da chegada do Batalhão de Artilharia 3835 ao sector de Malanje, a PIDE/DGS realizou uma operação que procurava testar a lealdade dos africanos da região. Em Abril de 1970, alguns Flechas à paisana fizeram-se “passar por elementos In” em várias aldeias da zona. O ‘lado mais forte’ tremeu. As aldeias aderiram em força ao que os presumíveis terroristas lhes propunham, “chegando mesmo a pedir armas para atacar Malanje”¹⁹¹. A *História da Unidade BART 3835* nada diz sobre o que aconteceu depois. Regista

¹⁸⁹ A *História da Unidade BART 3835* apresenta uma lista de ações de desmantelamento de redes de movimentos subversivos, como o “aniquilamento pela DGS de Malanje” de uma rede do MPLA em 1968 ou a destruição de uma “organização para colecta de fundos com destino à UPA na região de Montalegre” em 1970 – ver pp. III/32-33. A UNITA, cuja atividade se centrava a sul da zona de ação de Malanje, não constituía motivo de preocupação para o Batalhão de Artilharia 3835.

¹⁹⁰ *História da Unidade BART 3835*: III/31.

¹⁹¹ Idem, *ibidem*.

apenas a adesão das populações às ideias dos Flechas disfarçados de ‘terroristas’ e lança algumas pistas para a compreensão do sucedido. A influência protestante, a audição de emissões de rádio do inimigo ou o ‘ressentimento pela repressão feita em 1961’ poderiam ajudar a compreender a disponibilidade dos africanos para embarcarem em ações subversivas contra a autoridade portuguesa.¹⁹²

A fragilidade da calma que se vivia obrigava, por isso, a um apertado controlo das brechas que pudessem surgir. A ação militar deveria cobrir dois eixos fundamentais: a ação psicológica de proximidade com as populações e a vigilância das áreas sensíveis. A manutenção da ordem e da segurança e o apoio ao desenvolvimento dos habitantes da região poderia, de acordo com as autoridades militares, construir um sólido cerco à penetração de ideias subversivas. Longe ficava a incerteza do ataque iminente, as baixas em emboscadas e minas, a guerra tal como a haviam aprendido no Leste angolano. Na zona de Marimba, a guerra era outra. Era a guerra da espera, da ação psicológica e dos patrulhamentos sem história.

Acção Psicológica

Marimba, Mangando e Marimbanguengo. Foi entre estas três povoações que os homens da Companhia de Artilharia 3313 passaram a segunda parte da comissão de serviço em Angola. Em Marimba, sede da circunscrição com o mesmo nome, ficou o comando da Companhia e dois pelotões de atiradores. Situada 190 quilómetros a noroeste de Malanje, em plena Baixa do Cassanje, a vila de Marimba tinha um posto da administração e um pequeno comércio. Com uma população de pouco mais de 20 mil habitantes¹⁹³ dispersos em várias localidades e sanzalas, a circunscrição de Marimba incluía ainda os destacamentos de Mangando e Marimbanguengo, para onde foram enviados dois pelotões da CART 3313.

¹⁹² Id., *ibid.*

¹⁹³ De acordo com os dados da *História da Unidade BART 3835*, os concelhos do distrito de Malanje nos quais o BART 3835 iria estacionar tinham em 1971 a seguinte população: Malanje 75.687 habitantes, Quela 47.162 habitantes, Forte República 21.652 habitantes e Marimba 20.427 habitantes. Ver *História da Unidade*: III/19.

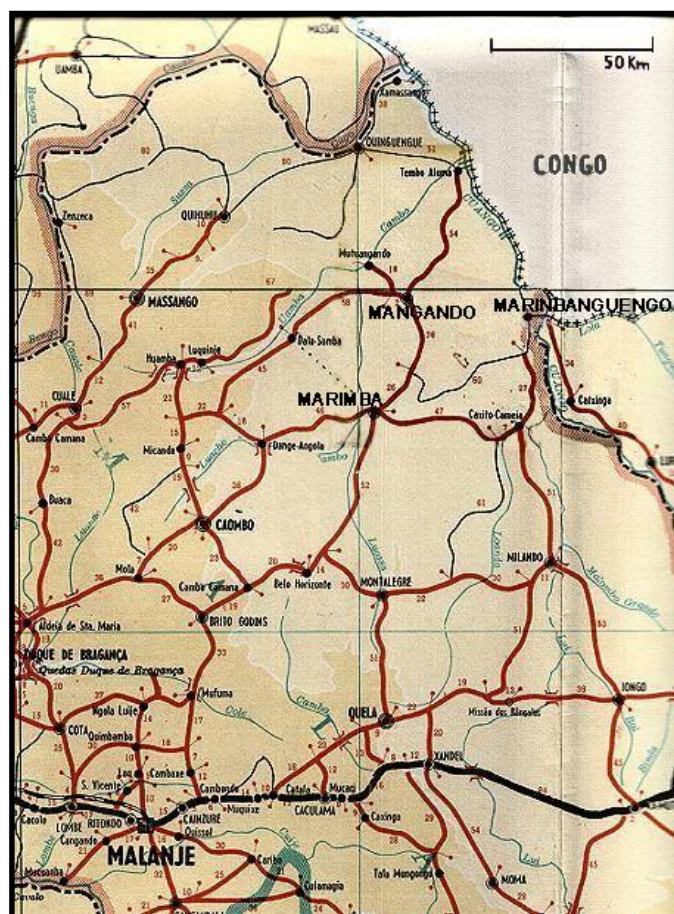


Figura 8
Mapa da zona de Marimba
(Arquivo Digital do Espaço Aveiro e Cultura)

Durante catorze meses, os homens da CART 3313 realizaram uma ação militar que combinava “proteção contra a intimidação dos rebeldes” mas também fornecia “mão-de obra para construir escolas, abrir poços e prestar serviços médicos e de saneamento” o que, de acordo com John Cann, “(...) se traduz em conceitos e práticas estranhas ao soldado regular, que encara os seus deveres principalmente no contexto da guerra convencional, em que se trata de acabar com o inimigo” (Cann 2005: 75). A doutrina portuguesa, aprimorada com a criação de uma secção de Ação Psicológica e com a publicação de manuais de contrassubversão, defendia que esta funcionava como uma força multiplicadora essencial.

Destinada a ‘formar, orientar e conduzir as opiniões superficiais’, a Ação Psicológica (APSIC) baseava-se, nos termos do Manual, na ‘unidade de concepção’, ‘repetição’ e ‘justaposição’ e na ‘ampliação e redução da verdade’: “A verdade não deve ser falseada

mas apresentada de forma conveniente (...) por forma a obter efeitos sentimentais favoráveis. (Guerra 1994: 392)

Esta apresentação ‘conveniente’ da verdade traduzia-se, nos territórios africanos, na criação de uma consciência nacional portuguesa que incluísse todos os habitantes e os afastasse dos esforços de subversão dos movimentos independentistas, apresentados como malévolos agentes de interesses externos. Combinando a divulgação dos esforços sociopolíticos dos portugueses com o apoio civil às populações, a ação psicológica – conhecida por todos como Psico - tinha como objectivo “(...) levar o inimigo a desistir da luta, ou no mínimo, enfraquecer a sua força anímica e a vontade de combater, [e] no campo amigo a fortalecer o moral e a vontade de prosseguir até à vitória” (Estado Maior do Exército 1988: 373). Este estratégico modo de fazer a guerra levou os militares a abandonar as operações de hostilização que haviam dominado o primeiro ano de comissão e a participar em ações de proximidade muito diversas. Em vez de tiros e emboscadas, importava estar disponível para o apoio que fosse necessário: camponeses e fazendeiros, negros e brancos, todos beneficiaram da presença próxima das Forças Armadas.

O segundo ano foi bastante mais tranquilo do que o primeiro. Foi na altura que surgiu o surto de cólera, fez-se as vacinações, fazia-se muito trabalho junto das populações, visitar os fazendeiros, mostrar a nossa presença e a nossa colaboração se fosse necessário. Era mais psicológico, sem grandes aparatos militares. Saía-se com duas patrulhas para aqui e acolá, muito apoio à população. Às vezes era preciso qualquer coisa e lá ia um carro nosso com um mecânico porque havia um trator que estava empanado, porque havia uma máquina que se tinha partido, dávamos muito apoio a este nível. (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano)

A saúde foi uma das prioridades das unidades do Exército. Para além das consultas dos médicos e enfermeiros que complementavam os serviços civis às populações, a Companhia de Artilharia 3313 fez parte de uma extensa campanha de vacinação contra o surto de cólera que se anunciava na zona de Marimba. Duas semanas após a chegada, o alferes médico escrevia:

Estive ontem fora todo o dia a vacinar contra a cólera; - os frasquinhos chegaram finalmente, com 31.000 doses: podes ver por aqui o trabalhão que me espera, e isto é apenas a primeira dose! Segunda-feira parto para uma peregrinação de 10 dias 10 por essas sanzalas fora: quase chego a ter saudades do leste, onde as populações se concentravam à volta do arame. Aqui há gente por toda a parte, de modo que me vou transformar numa espécie de caixeiro viajante da saúde. (Antunes 2005: 345).



Figura 9
Fila de espera para a vacina contra a cólera, zona de Marimba
(Arquivo de Joaquim Mestres)

Este ‘périplo ulisseico-vacinante’ (idem: 347) implicou longas viagens pelas picadas até aldeias distantes. Vários militares da CART 3313 foram convocados para garantir a logística e segurança das operações. Com alguns dias de antecedência, uma pequena embaixada visitava as sanzalas e explicava aos sobas a importância do combate à cólera. No dia e hora combinada, os militares tinham à sua espera longas filas de mulheres, crianças e homens que aguardavam a injeção.

Toda a gente pedia para dar vacinas, ‘Oh Matosinhos [alcunha dada ao soldado enfermeiro], dá lá a seringa!’ Eram umas seringas que vinham da Alemanha, naquelas caixas de esferovite para conservar fresco. E eu arrumava lá um espacito para umas cervejitas. A agulha era a mesma para todos, era sempre a aviar. (entrevista a António Simões, ex-soldado enfermeiro)

Havia um ataque de cólera e tínhamos que prevenir urgentemente. E como não havia meios era assim: ‘Anda cá, sabes dar injeções?’, ‘Não’, ‘Então vais aprender: isto é uma seringa, isto é uma agulha, espetas isto no preto, despejas isto lá para dentro, mandas o gajo embora e chamas outro, não tem nada que saber’. E assim foi. Milhares por dia! (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano)

Quando ia fazer as vacinações, era uma festa do carago quando aparecia lá a tropa. Quando andávamos em Marimba chegámos a ir a um sítio onde nunca tinham visto um carro! Quando ouviram o barulho, fugiu tudo para o meio do mato, nunca tinham visto

um unimog! Teve de andar o preto lá no dialecto deles a chamá-los de volta. (entrevista a Licínio Macedo, ex-soldado de transmissões)

Mas nem só de vacinas se fez a ação psicológica da CART 3313. Amândio Clemêncio, alferes miliciano que partiu como voluntário para Angola, encontrou em África uma realidade bem menos doce do que havia imaginado. À medida que a descoberta do regime colonial o obrigava a questionar o que antes tomara por garantido, Clemêncio foi compensando as dúvidas que tinha com a dimensão social da ação psicológica. Quarenta anos mais tarde, o seu olhar é ambivalente. Por um lado, envergonha-se das ações que procuravam persuadir os africanos da bondade da posição portuguesa, da qual cada vez mais duvidava. Por outro lado, orgulha-se das muitas intervenções de apoio à população civil.

Há coisas que até me envergonho de dizer que se fazia. Eu tenho algum receio em dizer, mas eu fiz parte desse grupo de ação psicológica e a formação que nós tínhamos para conseguir ter aquela gente na mão era baixa, era terrível. Nós dizíamos às pessoas que nós é que tínhamos razão, estejam connosco, as coisas são assim e a razão está do nosso lado. E dizíamos isto com muita força e muita convicção. O que envergonha é a força, o ênfase que nós púnhamos naquilo. Tentar convencer as pessoas que de facto a razão estava do nosso lado.

Uma das coisas que fizemos dentro do tal trabalho de ação psicológica, e tenho algum orgulho em dizer, em Marimba fez-se isto com grande força, procurávamos incutir naquelas pessoas o saber cultivar. E fazíamos esse trabalho trabalhando nós. Em Marimba fomos contratar dois tratores de um fazendeiro que havia ali nas proximidades, até fui eu que fiz esse contacto. Trouxemos esses tratores com a ajuda dos militares que destacámos para esse trabalho. Íamos desmatar, depois de desmatar lavrávamos. Fazíamos esse trabalho todo chamando os autóctones que faziam também esse trabalho connosco. Só fazendo é que se aprende. Depois de desmatadas, tratadas, lavradas, estrumadas e adubadas aquelas terras, fazíamos a cultura de milho, girassol, mandioca. Chegámos a pedir sementes de feijão, cenoura, sementes da metrópole, para as pessoas também saberem que aquilo existia e tivessem contacto com esses produtos. Não sei se aquilo depois teve continuidade ou não. Sei que as terras ficaram lá devidamente preparadas. Fizemos isto durante algum tempo, incentivávamos a que fossem eles a fazerem as coisas. Penso que aí houve algum mérito da nossa parte. (entrevista a Amândio Clemêncio, ex-alferes miliciano)

Esta ambivalência surge também no discurso de José Mendes, beirão que embarcou no Vera Cruz com a convicção de que ia ‘defender o que era nosso’. Os meses em África abalaram as certezas deste soldado condutor. Para ambos, a memória de ter feito parte do corpo docente improvisado que dava aula a crianças e jovens africanos vem suavizar as arestas do desconforto que recordam ter sentido.

Convidaram-me para dar lá umas aulas a uns pretitos lá em Marimba, para os ensinar a escrever e a ler. Dávamos as aulas lá fora [do quartel]. Tínhamos o consentimento do

Capitão, que autorizava. Foi ótimo, ali aqueles garotos, aquela criançada toda! Eram muitos miúdos que estavam lá e que não tinham ninguém que os ajudasse e depois o pastor falou comigo ‘Isto há de haver maneira, desde que haja livros’. Fui falar com o capitão e lá fomos, colaborámos bastante tempo. Era um espaço coberto, em volta, era um salão, só tinha o telhado e tinha, salvo erro, uma parede ao fundo, o resto era tudo aberto. Havia uns bancos para os miúdos se sentarem e umas mesas que serviam de secretárias. (entrevista a José Mendes, ex-soldado condutor)

O tempo que estivemos em Marimba fez-se também muita coisa socialmente muito boa, alfabetizámos muita gente. Com a ajuda de todos, do seu pai, do capitão, dos oficiais, do chefe de posto, das filhas dele. É das coisas boas que se fizeram. Eu tive aí a oportunidade de fugir a todo o resto de mau que era a ação psicológica. Criámos ali um núcleo de formadores e dávamos aulas àquela gente, aos miúdos que queriam ter aulas. Conseguimos fazer segundas, terceiras, quartas classes a muita gente, e levávamos os miúdos a Malanje fazer exames. Está a ver o que é uma pessoa daquelas sair de Marimba, ir a Malanje fazer um exame, passar e ter um diploma? Era um orgulho enorme. Para eles o diploma era uma coisa importantíssima. (entrevista a Amândio Clemêncio, ex-alféres miliciano)

Décadas mais tarde, a participação em campanhas pela melhoria das condições de vida das populações surge nas memórias da guerra como a prova de que o trabalho dos militares era muito mais do que violência e vigilância; era também o meritório apoio ao desenvolvimento de comunidades pobres e tecnicamente atrasadas. Mas os efeitos da dimensão social da ação psicológica não são consensuais. Há quem sublinhe que sob a capa de uma intervenção altruísta se escondiam objectivos bem menos generosos do que o discurso em seu torno faria supor. De acordo com Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes,

[c]omo o desenvolvimento económico não era nem caridoso nem desinteressado, as estradas alcatroadas e as pontes não se destinavam aos negros, que não tinham automóvel, as barragens não produziam energia para quem não tinha frigorífico, nem candeeiro, antes cozinhava a lenha e bebia água dos rios, como as escolas e as universidades não formavam os jovens analfabetos (mais de 90%), a ‘psico’ do desenvolvimento era propaganda para consumo interno – para as classes médias brancas e negras que o podiam aproveitar e que não necessitavam de ser convencidas. A ‘psico’ apoiada na propaganda do desenvolvimento era especialmente dirigida aos militares metropolitanos, que assim e através dela se sentiam recompensados pelo esforço e sacrifícios e assim viam justificadas as suas comissões – tinham contribuído para o desenvolvimento de Angola ou de Moçambique. (Afonso e Gomes 2010: 629)

Quarenta anos depois, há quem questione a justeza da guerra de que fez parte. Para esses, a memória da participação em campanhas de apoio psicossocial concede um contrapeso moral que permite lidar com os aspectos sombrios do passado.

Patrulhas

A fronteira com o Congo, eixo de infiltração de guerrilheiros provenientes de campos de treino localizados do outro lado do rio Cuango, era uma das áreas mais sensíveis da atuação militar. De entre as zonas atribuídas ao Batalhão de Artilharia 3835, a região de Marimba era a que estava mais próxima da fronteira, obrigando a uma intensa vigilância que impedisse a “(...) penetração ou infiltração do In[imigo] através do rio Cuango.”¹⁹⁴. Também os complexos industriais e agrícolas, e as muitas fazendas que povoavam a região deveriam ser alvos prioritários de vigilância, garantindo a segurança e prevenindo qualquer ocorrência significativa.

A análise da *História da Unidade* revela uma realidade bem menos plácida do que aquela que as narrativas dos entrevistados deixam entrever. Embora os registos de contacto direto entre grupos de ‘terroristas’ e tropas portuguesas sejam raros¹⁹⁵, são numerosas as referências a notícias de movimentos suspeitos do outro lado do rio. Era no território congolês que as ‘organizações subversivas’ dispunham de bases onde preparavam a ‘infiltração em TN [território nacional]’. Da leitura deste documento, percebe-se que o ano de 1972 foi marcado pela febril chegada de informações, “com maior ou menor grau de verosimilhança e veracidade” sobre os movimentos do inimigo e sua intenção de atravessar a fronteira, “(...) especialmente na ZA [zona de ação] de Marimba nas regiões do Bimbe, Mudondo e Tembo”¹⁹⁶. Em resposta às constantes notícias sobre a eventual entrada de ‘grupos In’ em território angolano, a *História da Unidade* regista centenas de operações de patrulhamento e nomadização (nome dado aos patrulhamentos apeados em busca de indícios de presença da guerrilha). Entre Janeiro de 1972 e Fevereiro de 1973, só a Companhia de Artilharia 3313 realizou 82 destas operações. A lista apresentada é extensa mas telegráfica. Ao contrário do detalhado relato das operações realizadas no Leste, esta secção do documento refere apenas os nomes de código, as datas e objectivos genéricos das saídas do quartel. Da sua análise é impossível recuperar a progressão dos militares, os itinerários seguidos e os obstáculos enfrentados.

¹⁹⁴ História da Unidade BART 3835: III/2.

¹⁹⁵ Um ano antes da chegada do Batalhão de Artilharia 3835 ao sector de Malanje, teve lugar uma perseguição e combate entre um grupo de cinquenta guerrilheiros da FNLA e tropas portuguesas constituídas por paraquedistas, Flechas e milícias. Em Agosto de 1971, e após uma semana no encalço dos ‘elementos In’ infiltrados pelo Congo, deu-se o confronto que resultou em ‘11 mortos, 17 feridos e 2 capturados’, tendo os restantes ‘conseguido fugir para a RDC’ (V. História da Unidade BART 3835: III/9).

¹⁹⁶ História da Unidade BART 3835: III/39.

Décadas mais tarde, esta profusão de operações desapareceu da memória dos entrevistados. São poucos os que rompem o nevoeiro que se abateu sobre a vida militar em Marimba, Mangando e Marimbanguengo. Quando o fazem, surgem vagos episódios de patrulhamentos sem história, recordações de saídas imemoráveis sem âncoras que as permitam situar num momento preciso do tempo.

Quando fomos para Marimba aquilo foi umas férias! Fazíamos os patrulhamentos, isso fazíamos, mas já não havia a preocupação da guerra. (entrevista a Licínio Macedo, ex-soldado de transmissões)

No segundo ano não tivemos operações, era mais patrulhamento. Fazendo uma correspondência, é como o polícia de giro que sai da esquadra e vai dar uma volta na sua área, pela rua x, y e z, dá a volta e regressa. Mas a zona era bastante mais calma, a situação da mina não se punha. Não se pode dizer que os parâmetros de segurança tivessem afrouxado, as condições é que eram completamente diferentes. As operações que lá existiram tinham a ver com a tentativa de entrada de gente vinda do Congo. (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano)

De entre a monotonia de patrulhamentos onde nada acontecia, emergem alguns acontecimentos que afastavam os militares da CART 3313 da imagem de polícias de giro que mantêm a ordem. O perigo, era sabido, vinha do Congo. Havia, por isso, que procurar recolher informações sobre o que se passava do outro lado da fronteira e impedir que estes entrassem em Angola. É neste contexto que o antigo alferes Joaquim Mestres lembra encontros com informadores congolezes, tendo como objectivo a criação de alianças e a averiguação das reais possibilidades do ‘inimigo’.

Aqui estamos a fazer uma cimeira luso-congolesa. É o Capitão e são os indivíduos, os congolezes, por causa da base que havia do lado de lá. Nós tentávamos saber informações amigavelmente, com cerveja, sempre muita cerveja. Eles vinham para o lado de cá, atravessavam o rio. Eles não seriam autoridades militares como nós, toda a gente andava de um lado para o outro, quem era quem vamos lá nós saber! Mas chegámos a fazer umas reuniões com eles, ou na camioneta ou debaixo de uma árvore num lado qualquer. Isto deu em que não fomos muito chateados, não deu em mais nada. Nós perguntávamos ‘Então vocês têm as bases deles do outro lado?’ e eles ‘Não, não temos lá nada’, ‘Então não tens? A gente vê as luzes e ouve os tiros’.... As primeiras vezes era assim muito partir pedra, depois lá diziam ‘Sim, há uns grupos mas eles não estão organizados’. E depois acabavam por ir dizendo coisas.” (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano)



Imagem 10
Conversações com congoleses, zona de Marimba
(Arquivo de Joaquim Mestres)

Aqueles que estiveram nos destacamentos de Mangando e Marimbanguengo, mais próximos da fronteira, recordam a chegada de notícias que os obrigava a interromper o morno quotidiano feito de rotinas.

Mangando era um aquartelamento dependente de Marimba. Tínhamos que fazer o controlo da fronteira do Congo, porque Mangando ficava mais junto da fronteira. Na altura dizia-se que havia infiltração de pessoal que tinha formação no Congo e entrava por aquela zona. Concretamente nunca vi nada. Houve uma vez uma informação que iria passar por ali uma formação de rebeldes. Nós tentámos ver mais ou menos os pontos chave onde pudesse haver infiltração e não conseguimos detectar nada. A nossa função ali era só essa. Ali já tinha havido rebelião anteriormente, só que entretanto as coisas pacificaram. Nessa fase, a nossa missão era mais de proteção às populações, mais do que hostilização. (entrevista a Amândio Clemêncio, ex-alferes miliciano)

Em Marimbanguengo praticamente não tivemos guerra nenhuma. Havia sempre trabalho para fazer, ir buscar água, cozinhar. Havia o contacto com as populações porque havia o médico que ia lá, os indígenas tinham que ser tratados e vigiados. Tínhamos lá enfermeiros e prestávamos assistência às populações. Era mais ação psicológica porque os medicamentos que tínhamos para dar à população eram muito limitados. Uma vez fui dormir a uma vala no Tembo [Aluma]. Nós tínhamos Mangando e Marimbanguengo, e depois ainda tínhamos o Tembo, que é junto da fronteira do Congo. Uma vez houve um falso alarme, dizia-se que eles iam atacar nessa noite. Os indígenas tinham medo de ser atacados. E nós fomos lá, com o unimog, de noite. Foi quando fui dormir à vala e estivemos a conversar com alguns da zona. Mas não houve nada, foi falso alarme. Normalmente não havia nada. (entrevista a Avelino Silva, ex-furriel miliciano)

“Normalmente não havia nada” é a expressão clara do estado de vaga agitação que existia na zona de Marimba. Amândio Clemêncio e Avelino Silva convergem para uma memória que concede à ação psicológica o protagonismo da atividade militar no segundo ano de comissão, relegando os breves momentos de inquietação guerreira para a categoria de falsos alarmes que se dissolviam na ausência de confronto com o inimigo.

A missão de vigilância da fronteira implicava também a colaboração com a PIDE/DGS, cuja função nos territórios africanos era a de proceder à “(...) recolha, pesquisa, centralização, coordenação e estudo das informações úteis à segurança.” (Mateus 2004: 51). Com uma vasta rede de informadores no Congo, criada no final dos anos 50, os elementos da subdelegação da PIDE/DGS em Malanje eram visita frequente da zona de Marimba.

Em Marimba praticamente todas as semanas recebíamos gente da PIDE. Com que fins ou porquê, nunca me preocupei muito em tentar saber. Eu não estava a ver na PIDE aquilo que eles eram, uma polícia do regime; via-os mais como alguém que andava ali a controlar o tráfico de diamantes. Sempre me alheei um bocado ao trabalho de pesquisa política. (entrevista a Amândio Clemêncio, ex-alferes miliciano)

A PIDE frequentava muito o Norte e tinha muitas incursões no Congo. Tinha muita gente bem colocada lá e tinha informações constantes dos movimentos da UPA e MPLA, que andavam mais naquela zona. Constou-me que uma vez os deixaram entrar e lançaram os paraquedistas, fuzileiros e comandos, as forças todas especiais. E parece que desde aí aquela zona ficou mais ou menos sempre controlada, porque a PIDE controlava aquilo. (entrevista a Avelino Silva, ex-furriel miliciano)

As alusões à PIDE/DGS estão quase sempre envoltas na afirmação da distância e do alheamento, com a justificação de que os interlocutores militares da polícia se resumiam aos comandos. Mas há quem, em virtude da sua especialidade, tenha tido contacto direto com agentes desta polícia. Licínio Macedo, antigo soldado de transmissões, lembra as viagens feitas a bordo do jipe da PIDE/DGS até ao rio Cuango.

Às vezes eu ia com o jipe da PIDE que vinha de Malanje e ia a Marimba buscar o [operador] rádio. Íamos ao Rio Cuango. Havia um quartel do MPLA que se via do lado de lá, de noite até se viam as luzes. E vinham os gajos do lado de lá, de noite, em canoas, trazer as informações para a PIDE. (entrevista a Licínio Macedo, ex-soldado de transmissões)

O desfecho destas viagens com a PIDE não é mencionado por Macedo, que apenas enuncia a memória dos momentos em que era subtraído à rotina no quartel. Mas, n’*Os Cus de Judas*, a presença da PIDE/DGS nos meses da guerra morna de Marimba reaparece com uma crueza inexistente nas narrativas dos antigos militares:

Aí, durante um ano, morremos não a morte da guerra que nos despoeva de repente a cabeça num estrondo fulminante, e deixa em torno de si um deserto desarticulado de gemidos e uma confusão de pânico e de tiros, mas a lenta, aflita, torturante agonia da espera, a espera dos meses, a espera das minas na picada, a espera do paludismo, a espera do cada vez mais improvável regresso, com a família e os amigos no aeroporto ou no cais, a espera do correio, a espera do Jeep da PIDE que semanalmente passava a caminho dos informadores da fronteira, trazendo consigo três ou quatro prisioneiros que abriam a própria cova, se encolhiam lá dentro, fechavam os olhos com força, e amoleciam depois da bala como um soufflé se abate, de flor vermelha de sangue a crescer as pétalas da testa. (Antunes 1979: 131)

Esquecida ou calada nas memórias dos entrevistados, a violência da atuação da PIDE/DGS em Angola surge pela mão do antigo médico miliciano tornado escritor, juntando-se ao coro de vozes que, depois do 25 de Abril, romperam o silêncio imposto pelo Estado Novo. Às revelações literárias, foram-se somando também as académicas. A investigação de Dalila Cabrita Mateus sobre a PIDE/DGS na guerra colonial revela que em África, ao contrário do que se passava em Portugal, esta polícia praticou uma repressão de massas marcada pela brutalidade e por inúmeros crimes. Para além dos métodos de ‘tortura somática’ (espancamentos, queimaduras, estátua, etc.) e ‘psicológica’ (privação de sono, ameaças, solitária, etc.), confirmados por vários testemunhos analisados, Dalila Mateus menciona ainda a violência das rugas e das muitas mortes nunca assumidas pela polícia política. A esse propósito, cita o inspetor Lontrão da PIDE que em Outubro de 1961 afirmou sobre um prisioneiro africano: “Não invocou inocência, não protestou, nem pediu para o deixarem sair. Aceitou com fatalismo a situação e predispôs-se a morrer. Nessas circunstâncias não é possível investigar e obter confissões.” (Lontrão apud Mateus 2004: 108). A assunção da inevitabilidade da morte para quem não colaborasse é, sem dúvida, um indício claro da habitual violência praticada pela polícia política em África. Décadas mais tarde, é impossível recuperar nas memórias dos entrevistados os pormenores da colaboração dos militares da CART 3313 com a PIDE. Ausente da *História da Unidade BART 3835*, ignorado nos relatos retrospectivos dos entrevistados, a memória desta ligação com a polícia do regime perde-se nos anos que passaram e no processo de composição através do qual o passado é reconstruído no presente.

Apesar da inexistência de guerra, os catorze meses passados em Marimba não foram um tempo sem mácula. De entre a mesmice dos meses, dois episódios sobressaem das memórias dos antigos militares: o suicídio de um soldado na caserna de Mangando e um grave acidente de viação que causou várias vítimas. Contrariando a notória diminuição de baixas do segundo ano de comissão, em apenas cinco meses a Companhia de Artilharia 3313 sofreu três mortos, dois feridos graves e um ferido ligeiro ¹⁹⁷. O absurdo da morte em tempo de quase paz é recordado por todos aqueles que, décadas mais tarde, convocam estes acontecimentos dramáticos.

No final de Setembro de 1972, a caserna de Mangando foi abalada com um tiro inesperado. Manuel Agostinho, soldado negro de recrutamento ultramarino, suicidou-se em frente aos camaradas.

Eu estava de enfermeiro de dia e estava cá fora a conversar com a malta. O rapaz chegou, foi para dentro da caserna. Era o Agostinho. Nesse dia em Mangando, ele chegou à caserna, estavam colegas a conversar, agarrou na arma e deu um tiro. Ficou como uma cara de bacalhau aberto! ‘O Agostinho matou-se!’ vieram dizer-me. Levei-o para a enfermaria civil onde fazia os tratamentos à população. Liguei o petromax. Mas não havia nada a fazer. Quando ele se virava para um lado, vinha a metade da cara para outro. Eles parece que mandaram o rádio para Marimba e depois o seu pai apareceu lá. Mas não havia nada a fazer. (entrevista a António Simões, ex-soldado enfermeiro)

Os ossos dele furaram as chapas do tecto da caserna. Ele ainda ali esteve umas horas valentes para morrer. Não havia nada a fazer, estava tudo desfeito. (entrevista a António Carvalho, ex-soldado cozinheiro)

A chegada do médico da Companhia não foi capaz de impedir o inevitável:

O tipo sem rosto agoniza numa agitação incontrolável, amarrado à marquesa de ferro que oscila, e vibra, e parece desfazer-se a cada um dos seus sacões, gemendo pela lepra de ferrugem das juntas. Ventas curiosas espreitam das janelas, um pequeno cacho acumula-se à porta para assistir, fascinado e em pânico, ao sangue e à saliva que borbulham pela garganta inexistente, aos sons indefiníveis que o que sobeja de nariz emite, aos olhos que a pólvora rebentou como ovos cozidos que explodissem. As ampolas de morfina sucessivamente injetadas no deltoide parecem esporear cada vez mais o corpo amarrado que se rebola e torce, e o petromax multiplica nas paredes em sombras que confluem, se

¹⁹⁷ No segundo ano de comissão, o Batalhão de Artilharia 3835 sofreu dez baixas: três mortos, quatro feridos graves e três feridos ligeiros. A Companhia de Artilharia 3313 foi a que mais contribuiu para estes números, sendo que apenas dois dos feridos ligeiros e um dos feridos graves pertenciam às outras duas companhias operacionais.

sobrepõem e se afastam, formando uma dança frenética de manchas na geometria suja do estuque. (Antunes 1979: 163)

Manuel Agostinho morreria a 24 de Setembro de 1972. Na *História da Unidade*, o registo das baixas afirma apenas ‘faleceu com arma de fogo’; a palavra suicídio não consta do relatório. As interpretações deste acontecimento violento dividem-se entre o excesso alcoólico e a lealdade incerta do soldado suicida.

Foi uma estupidez! Os pretos quando recebiam o pré o que queriam era cerveja, putas e vinho verde, iam logo para as palhotas ter com as pretas. Ali em Mangando havia o soba que controlava aquilo tudo. Eles iam para lá com os copos, as pretas não estavam interessadas e os gajos criavam logo problemas. Um levantamento do caraças com os gajos, o soba vem ao quartel, chama o alferes. Lá vai com os gajos, não sei que alferes estava lá na altura. Levaram os gajos para o quartel, lá começou a complicar. Aquilo era muito complicado, os pretos com a cerveja. Eles passavam-se todos. (entrevista a José Cunha, ex-soldado de transmissões)

Houve uma altura em que eu vim cá e havia dois militares que nós reconhecidamente sabíamos que não estavam connosco. Estavam connosco no quartel, viviam connosco, faziam aquilo que mandávamos. Mas sabíamos que eles se movimentavam durante a noite. Eram africanos: um era o Agostinho e o outro era o Neto, nomes interessantes. Um deles, quando eu estava cá matou-se, o Agostinho. Contaram-me depois, quem me contou foi o Alferes Henriques, a primeira coisa que ele me disse foi ‘Eu nunca vi o médico Lobo Antunes com tanta coragem como naquele dia’. Ele estava completamente sem o crânio, esteve seguramente horas naquilo. E morreu. E nós associamos isso à inadaptação e à luta que eles travavam na clandestinidade. Eles estavam connosco mas faziam as suas movimentações na clandestinidade, não tenho duvida nenhuma. (entrevista a Amândio Clemêncio, ex-alferes miliciano)

Mas as mortes não se ficaram por aqui. Em Janeiro de 1973, quando todos contavam os dias para o regresso a Portugal, uma berliet com militares da CART 3313 voltava de Malanje para Marimba. Pararam num café em Belo Horizonte. Ao arrancar, o condutor não reparou na luz vermelha que indicava que o compressor ainda não estava pronto. Incapaz de travar, a berliet foi contra um muro e derrubou-o. Chegados ao quartel de Marimba, o furriel Firmino Alves preparou uma equipa de obras para reparar os estragos no muro. Para dois soldados, esta seria a última viagem das suas vidas.

Tinha chovido muito de noite e lá quando chove aquilo é água e água, e lá as estradas são picadas de terra. A água fez um rego numa inclinação, ele ia descer com o unimog carregado e aparece um desses regos enviesado. Ele bate primeiro com uma roda, o carro desequilibra, bate com a outra, vira para o outro lado e nunca mais o aguentou. Quando eu vejo que o carro vai virar, atirei-me e seja o que deus quiser. Tive sorte. Ele como ia a tentar agarrar o carro, ficou lá. Outros caíram para aqui e para acolá. Tive umas coisinhas poucas, costelas e tal, mas desmaiei, bati com a cabeça em qualquer sítio. O carro ficou de lado, incendiou-se. O Bragança estava lá, eu estava desmaiado e o único

que consegui ficar vivo da silva foi o pedreiro. Começou aos gritos, veio para a minha beira e começou a gritar ‘Ó furriel, ó furriel venha tirar ali o Bragança que ele está a morrer queimado, está a morrer queimado!’. Eu comecei a acordar, comecei a vir a mim, comecei a ouvir os gritos dele, olhei para o unimog. Vejo o unimog a arder e ele lá dentro. Dei um salto e fui logo a correr, agarrei-lhe nas mãos a puxá-lo, a puxá-lo! Começou a pele a sair, queimado que ele estava, mas conseguimos tirá-lo. Aquela merda explodiu! Andei à procura dos outros: estava ali um que já estava morto. Foi uma desgraça. Morrer assim foi... foi terrível, acho que foi a coisa pior que tivemos. (entrevista a Firmino Alves, ex-furriel miliciano)

Vínhamos compor o muro, tinham desmanchado o muro. Morreu outro rapaz de perto de Viseu, não sei como se chamava. Eu desmaiei e fiquei debaixo do carro. O de Bragança ficou queimado, e houve outro que depois morreu também. Ficou gravado na memória! Estive ainda quinze dias no hospital, esta parte da bacia ficou toda queimada com a gasolina e de vir de arrasto. (entrevista a José Armando Correia, ex-soldado atirador)

A 4 de Janeiro de 1973, dois dias antes do segundo aniversário da partida de Lisboa, a tragédia abateu-se sobre a Companhia de Artilharia 3313. O soldado Joaquim Neves teve morte imediata. António Pereira, mecânico que aproveitou a boleia da equipa de obras para visitar a namorada em Belo Horizonte, morreria alguns dias depois. O condutor e outro soldado atirador ficaram gravemente feridos. Para além destas baixas, a *História da Unidade BART 3835* refere ainda um ferido ligeiro, o soldado José Armando Correia, que quarenta anos mais tarde recorda as queimaduras que o deixaram internado no hospital. Sem tiros nem emboscadas, num momento em que os militares só pensavam no regresso a Portugal, a morte chegou sem glória numa picada alagada pelas chuvas africanas¹⁹⁸. O absurdo destas baixas no final dos vinte e quatro meses em Angola é recordado por todos. A perplexidade e sentimento de injustiça persistem quarenta anos mais tarde. Numa guerra, espera-se a morte no confronto com o inimigo. É essa a história da guerra que todos aprendem: dois lados que combatem e que deixam atrás de si um rasto de mortos e feridos. É uma história cruel, mas compreensível. O que não se compreende é o paradoxo da morte sem combate. As obscuras e frequentes baixas por acidente são quase sempre referidas como ‘estúpidas’ por aqueles que assistiram de perto. Longe da frieza dos números oficiais, cada uma delas tem um nome, um rosto e uma crua história de acaso e azar que tornou inútil o tempo que a precedeu.

¹⁹⁸ Alguns dias mais tarde, o alferes médico escreve à mulher “Lembras-te daquela mulher de comerciante da Xiquita que nos deu uma vez leite para a miúda? Pois morreu anteontem num desastre de viatura no mesmo sítio do Pereira e do Neves, na descida para o Belo [Horizonte]. No estado em que a picada está só me espanta como não há mais acidentes: eu por mim não faço tenções de me mexer mais daqui – a não ser para me ir embora.” (Antunes 2005: 422).

Meses de tédio e aventuras

Eu não fazia nada e passava os dias a jogar às cartas. Pensei ‘Vou dar em maluco, eu não posso’ e fui falar com o Capitão, ‘Ó meu capitão arranje uma equipa, é preciso pintar, arranjar, pôr um bocado de higiene nisto’. Aquilo estava tudo sem conserto, os soldados não tinham casa de banho. Havia para lá uma fábrica da Cotonang em demolição e fui lá, tinha lá sanitas, tirámos aquilo tudo. O tipo da administração veio ter comigo, ‘Ó Alves você anda a tirar aquilo e não pode’ e eu respondi ‘Eh pá, isto é para a tropa, está cá, se quiserem venham cá buscar, eu só estou a reciclar’. Mas nunca ninguém chateou. Fizemos lá umas casa de banho, para o Capitão também fizemos um quarto de banho. Por exemplo, na cozinha as moscas eram milhares em cima da carne, iih Jesus. Eu disse ao Capitão ‘Eu vou ali à mata comprar uma árvore grande [risos], faz-se um cepo para ele partir a carne. E depois à volta põe-se rede, faz-se um género de um capoeiro e ele mete-se lá dentro e cozinha ali’. E fizemos. (entrevista a Firmino Alves, ex-furriel miliciano)

Combater o tédio. É assim que Firmino Alves recorda o segredo para não enlouquecer em Marimba. Para além das rotinas de todos os dias, das patrulhas e das saídas pelas sanzalas em ação psicológica, o tempo elástico transformava os dias em eternidades que pareciam não acabar. Com as ruínas do monopólio da Cotonang, despojos de um tempo que já não existia, a equipa de obras reconstruiu no quartel o conforto mínimo que a vida militar esquecia. Mas nem todos lembram a útil ocupação dos tempos mortos. São poucos os que recordam a necessidade de trabalhar para não perder o norte. A maioria evoca os breves momentos em que eram subtraídos aos espartilhos da vida militar. As partidas de futebol ocupam aí um lugar de destaque.

Em Marimba jogava-se futebol todos os dias, até fomos jogar fora noutros destacamentos e aldeias. Lembro-me de um rapaz da tropa de lá, que era preto, o Diogo, ele era realmente era excepcional. Eu quando cheguei cá, que pensamento é que tive? Se eu tivesse dinheiro, eu até podia trazer o miúdo se ele quisesse vir para cá. Eu sei que ele tinha valor, podia jogar à vontade com qualquer equipa aqui em Portugal, porque era um grande jogador, espetacular (entrevista a Rogério Tavares, ex-cabo cozinheiro)

Jogava-se à bola uns com os outros, atiradores contra mecânicos... Fui eu que pintei isto tudo, eu estou ali com uma braçadeira de enfermeiro, ‘Assistência aos atiradores’, nós éramos condutores. Este mascarado de polícia, um com maca, uns com batas... (entrevista a João Marques, ex-cabo condutor)



Figura 11
Equipa de 'assistência aos atiradores' num jogo de futebol em Marimba
(Arquivo João Marques)

Durante os instantes do jogo, brancos e negros de todas as patentes e especialidades cruzavam-se em campos improvisados. Foram muitas as partidas jogadas, mas as que permanecem na memória são as que se distinguem das restantes. Cenas de pancada entre praças e oficiais tornaram duas delas memoráveis ¹⁹⁹.

Quando andávamos a jogar a bola, não há cá galões. Houve um indivíduo, um alferes, que chegou ao pé de mim e me deu uma chapada! Ele até era da minha equipa! Eu ia agarrado à bola e depois não sei se ele me disse: 'Oh pá, passa a bola'. Eu não passei a bola e fiquei desarmado e depois aconteceu-lhe a mesma coisa a ele e eu disse assim: 'Então e você pensa que é algum Eusébio?'. Ele veio atrás de mim sem eu dar por ela e enfiou-me um cachação que até vi estrelas. Pegámo-nos e então já não houve futebol. O capitão tinha ido gozar férias, o alferes que estava à frente da companhia era o Mestre, diz ele assim: 'Vais tomar banho e vais-te uniformizar e vens-te apresentar'. Era o segundo ano, já tínhamos passado um ano lá em baixo em Gago Coutinho, eu disse aos outros: 'Oh pá, os gajos vão-me enxertar o pelo lá dentro'. Os gajos tiveram lá a entrevista deles, não me lembro bem se foi o alferes, e depois enviaram-me ao superior e eu: 'Olhe, somos todos da mesma idade, e no futebol não há superioridade, não há galões'. E ele assim: 'Então olha, para não haver nenhum castigo na caderneta fazes a malinha e vais para o destacamento'. (entrevista a Fausto Ferreira, ex-cabo atirador)

Andei à porrada com um oficial em Marimba por causa da bola. Estávamos a jogar à bola, eu era guarda-redes e há um jogador que estava a jogar contra mim e marcou golo com a mão. O nosso capitão, que era o Serafim, agarrou na bola: 'Vou marcar falta'. O oficial agarrou na bola e levou-a para o centro. Eu viro-me para o Serafim: 'O que é que ele vai fazer?', 'Olha, vai ser golo'. Eu disse: 'Não, não é. Não pode ser.' Eu agarrei na bola e pu-la no mesmo sítio. E ele 'Vou-lhe marcar falta, é golo e está tudo dito'. Virei-

¹⁹⁹ A propósito de uma 'batalha campal' que se instalou num jogo de futebol no seu quartel e que levou vários jogadores para a enfermaria, o alferes médico José Niza escreve no seu quase diário: "Como não há guerra, estes tipos aproveitam o futebol para se matarem uns aos outros" (Niza 2012: 172).

lhe as costas, vinha tomar banho. Ele veio por trás de mim e começou aos pontapés a mim. Mande-i-lhe um enxerto de porrada! Ali no campo da bola. Se os jogadores que ali estavam não vêm acudir eu matava-o ao pontapé. Chamei-lhe cobarde, de tudo. ‘Tu até pelas costas atacas as pessoas’.

Acabou o futebol e fui ter com o capitão Bastos. ‘Capitão, deu-se isto assim, assim. Se o meu capitão não acredita em mim, pergunte aos soldados todos que estavam lá a jogar’. Toda a gente estava do meu lado porque viram que aquilo foi uma provocação. ‘Ah, meu coirão! Foste virar-te contra um oficial’, ‘Eu não me virei a ele, ele foi tão cobarde quanto isto: começou-me ao pontapé pelas costas’. Conclusão: ele foi para um lado e eu fui para outro, não ficámos ali nenhum. Eu fui para Marimbanguengo, ele foi para Mangando. (entrevista a Manuel Silva, ex-cabo atirador)

Para evitar castigos formais, os contendores eram separados por diferentes quartéis. Apesar da ausência de ‘galões’ durante as partidas, as cenas de pugilato entre praças e oficiais rompiam a rígida hierarquia militar e eram vistas como o resultado de explosões imprudentes cujas consequências poderiam ser severas. O relato destes episódios surge quase sempre acompanhado da alusão ao estado de loucura temporária do cacimbo. A exaustão, o isolamento e a ansiedade transformaram estes jovens homens em cacimbados cujo desregramento é recordado entre sorrisos décadas mais tarde.

Na ausência de guerra e de perigo imediato, em Marimba, Mangando e Marimbanguengo vivia-se sob a pressão do longo exílio africano. Jovens homens treinados para combater, enclausurados durante meses a fio no espaço exíguo do quartel, viam romper à sua volta episódios de violência imprevistos. Dois desses episódios são recordados anos mais tarde. Em comum, têm o facto de ambos terem implicado militares brancos a baterem em negros.

Quando eu estava de sargento de dia no refeitório de Marimba houve um dos negros da Companhia que me arranjou um sarilho. O que estava escrito nas leis militares é que o sargento de dia tinha de fazer todas as tentativas para que eles comessem, porque um levantamento de rancho era muito perigoso, era considerado uma sublevação. Eu tenho a impressão que a comida estava boa, era uma teimosia de um deles. Ele agarrou na marmitta e foi buscar o comer e atirou com aquilo para o chão. Eu estava um bocado enervado. Peguei no cinturão e dei uma arroxada no negro. Obriguei-o a comer e os outros já não foram atrás e lá comeram a refeição toda. Depois houve a queixa de eu ter puxado o cinturão e o Capitão fez um inquérito. O Capitão ficou danado comigo, eles queriam dar o ar de estimarmos muito bem o negro. (entrevista a Valdemar Mendes, ex-furriel miliciano)

Havia dois meninos muito engraçados: eles descascavam, lavavam tachos, faziam tudo o que fosse preciso. Um era o João, o outro era o Fernando. O Fernando teve lá uma história em Marimba que eu não gostei nada. Parece que ele roubou lá uma garrafa de whisky e na messe dos oficiais amarraram-no pelo pescoço e puxaram-no com os pés para cima e com uma vergasta a dar na sola dos pés. Os oficiais puseram a tropa a bater nele, porque ele era gatuno e isto e aquilo. Para mim ele era uma boa pessoa, claro que

levou uma garrafa, qualquer um podia fazer isso. Uma garrafa de whisky aquilo não valia nada lá, aquilo era barato... Foi uma história muito triste. Das coisas que mais me arrependo foi não ter falado! Ainda me dói não ter falado. Fui cobarde. Eu não concordei, por isso é que não nem me pus na fila [para bater no alegado ladrão]. Foi das coisas mais degradantes que eu vi. (entrevista a Rogério Tavares, ex-cabo cozinheiro)

Se o antigo furriel Mendes encontra na prevenção do risco de um levantamento de rancho a justificação da violência física sobre o militar negro, o episódio narrado por Rogério Tavares parece escapar a qualquer explicação razoável: um rapaz civil foi espancado e humilhado pela tropa por causa de uma garrafa de whisky. Nenhum destes dois casos resultou em qualquer castigo formal. A lista de punições que consta da *História da Unidade BART 3835*—repreensões, guardas, detenções— não inclui nenhum destes episódios. A história do roubo de whisky na messe de oficiais de Marimba foi confirmada por outros entrevistados. Mas o cabo cozinheiro Tavares foi o único que contou mais do que uma anónima história de furto. Os restantes, se souberam do que se passou naquele dia na messe de Marimba, esqueceram ou preferiram ocultar o espancamento do rapaz que ajudava na cozinha do quartel.

Os catorze meses passados na zona de Marimba foram também o tempo da descoberta das tão incensadas riquezas de Angola. No início dos anos 70, toda a região vivia a febre dos diamantes. No alto do planalto, a cidade de Malanje era a imagem da prosperidade. Em missões de reabastecimento ou em gozo de licenças, foram vários os que se deixaram impressionar pela fortuna da capital do distrito.

Malanje era uma cidade burguesa, tudo vivia à volta dos diamantes. Nós íamos de Marimba fazer um MVL [movimento de viaturas logístico] ao fim de semana e havia um espaço onde toda aquela gente burguesa se encontrava. Os militares todos iam para ali. (entrevista a Manuel Russo, ex-furriel miliciano)

Eu e o Santos íamos para o Clube de Malanje jogar às cartas com os tipos ricos da terra, eram todos contrabandistas de diamantes. Eram pessoas com grandes fortunas em Angola, ganhavam muito dinheiro com os diamantes. Quando cheguei a Malanje via brutos carros e dizia ‘Quem é que tem aquele carro?’, ‘Ah, aquele ali vende linhas”, ou vende não sei quê, e eu a dizer, ‘Chi!, vou vender linhas e ganhar tanto dinheiro para ter um carro destes’. (entrevista a Paulo Câmara, ex-furriel de operações especiais)

Nós vínhamos a Malanje todos os fins-de-semana, vínhamos ao sábado e regressávamos à segunda feira. Quando chegávamos a Malanje era pôr o carro no quartel, sair para fora e ir contratar lá com uma pensão. Naquele fim-de-semana éramos civis. Só que aquilo dava cabo das economias todas, nós tínhamos que fazer um contrato com a pensão que era para estadia e alimentação e as economias de facto iam-se. Muitos colegas, sabendo-se que eram mais poupados, a gente juntava-se a eles e ‘Oh, pá! Aguenta-te tu este fim-de-semana que depois para a próxima aguento eu’. (entrevista a Artur Silva, ex-soldado condutor)

O deslumbramento causado por Malanje era enorme. Sempre que podiam, os homens da Companhia de Artilharia 3313 partiam para uns dias na cidade. O breve regresso à vida civil dava-se entre o cinema, o clube, os cafés e a morna agitação de uma capital de distrito onde só se falava de diamantes. Numa carta enviada dois meses após a chegada a Marimba, Lobo Antunes escrevia à mulher:

Nunca fui a Malange – nem tenciono ir lá: para quê? Sete horas de viagem por caminhos e picadas incríveis, para ir roçar as costas num café qualquer e ouvir falar de diamantes. Em toda esta baixa do Cassange vive-se de e para os diamantes. É uma obsessão. Por toda a parte, polícias e traficantes, traficantes e polícias. Centenas de contos de um lado para o outro. Automóveis ridiculamente sumptuosos. E Lisboa, meu Deus, tão longe! (Antunes 2005: 379)

Foi aqui que vários militares da Companhia de Artilharia 3313 passaram o mês de férias que lhes coube no segundo ano de comissão. Houve quem tivesse conhecido de perto os esquemas do tráfico de pedras, quem tivesse aproveitado para tirar a carta de condução, quem usasse as férias para trabalhar em negócios locais e juntar dinheiro para o regresso a Portugal.

Mas não era preciso ir até Malanje para se cheirar o rasto dos diamantes. Ao quartel e aos destacamentos chegavam ofertas de negócio tentadoras. Os riscos eram muitos. O tráfico de diamantes era ilegal. Pouco antes da promoção a major que o levaria a abandonar o comando da CART 3313, o então Capitão Basto recorda uma estranha proposta de compra de diamantes.

Quando cheguei a Marimba, o administrador veio-me cumprimentar. Disse-me: ‘Eu queria abastecer-me aqui na companhia, porque aqui não temos nada, mercearias nem nada. Se autorizasse...’. Eu disse: ‘Eu não sou o dono disto, o Estado é que é o dono. O senhor peça autorização e fazemos aqui escrita. Mas particularmente não posso, porque isto não é meu’. Passado muito tempo perguntei-lhe ‘Já pediu autorização?’, ‘Já e eles disseram que não’. Ficou furioso comigo. Um dia eu estava lá na companhia e chega um preto que quer falar comigo. Disse-me ‘Olhe tenho aqui um diamante ótimo e se o senhor está interessado que vendo-lhe muito barato’. Eu disse ‘Olha, eu vou-te mandar para o administrador porque isto é com civis e eu não tenho nada a ver com a parte civil, mas isto é proibido’. Chamei um militar para o levar preso para a administração. Passado uns dias, eu ia para um destacamento e vi o preto. ‘Ouve lá não foste aquele que foi ao quartel levar-me um diamante?’, ‘Fui’, ‘E estás aqui solto? Aquilo é um crime, negociar diamantes’. Ele disse: ‘O administrador é que me mandou lá’. Ou seja, como aquilo era proibido, e como eu lhe disse que não porque aquilo não era mercearia minha, era comida para os soldados e só devidamente autorizado e com uma escrita justificando o que saía é que eu podia aceder ao pedido. Mas o administrador mandou-me esse indivíduo porque lhe neguei os alimentos, ele queria lixar-me com isso. (entrevista a José Basto, ex-capitão de artilharia)

A história do administrador vingativo que mandou o traficante de pedras abordar o comandante da Companhia é uma das muitas que percorrem as narrativas dos antigos militares da CART 3313. Vários lembram a desconfiança que rodeava as propostas de negócio recebidas. Eram muitos os relatos de enganos: diamantes que afinal não o eram, dinheiro perdido com brilhantes que nunca apareceram. Apesar dos riscos, nem todos resistiram à tentação do dinheiro dos diamantes ilegais. Houve quem arriscasse a cumplicidade com o tráfico e comprasse as pedras proibidas.

Eu estava em Marimbanguengo. Os do Congo atravessavam com uma canoa o rio dos diamantes que tinha crocodilos. Um dia chegou lá um gendarme, um polícia do Congo, e perguntou ao alferes se queria diamantes. O alferes, para não receber o gendarme sozinho, pediu-me para eu estar com ele lá no gabinete. O outro entrou, baixou as calças e trazia por baixo um fato de banho de mousse, à moda antiga, muito grosso. Tinha lá uma bolsinha e tirou de lá umas pedritas que diz que eram diamantes, não sei se eram ou não. Aquilo parece vidro! 1500 escudos! Esteve lá o alferes a ver, parece que percebe daquilo e pergunta ‘Não queres ó Alves?’, ‘Eu não!’. Ele também tinha um dente de elefante, dois ou três contos, ainda em bruto não era daqueles trabalhados. O alferes ficou com aquilo, lá lhe deu o dinheiro e o homem lá foi. (entrevista a Firmino Alves, ex-furriel miliciano)

Houve uma altura em que quase se mata um preto por causa de diamantes! Apareceu um dia lá em Mangando um preto a pedir dinheiro ao alferes, porque lhe arranjava umas pedrinhas de diamantes. Na altura o alferes deu 500 escudos. Ele nunca mais apareceu. Uma altura vamos fazer um patrulhamento e não é que descobri o preto nessa aldeia onde fomos? Digo eu assim, ‘Ó Alferes, está ali o que lhe levou o dinheiro para os diamantes’. O que eu fui dizer! Levámos o preto para Mangando, mas não adiantou nada, o gajo não tinha o dinheiro nem as pedras. Mas confessou que tinha sido ele. (entrevista a Licínio Macedo, ex-soldado de transmissões)

Nos catorze meses na Baixa do Cassanje, o quartel deixou de ser uma prisão. Ao contrário do Leste, onde os movimentos para lá do arame farpado implicavam riscos enormes, a calma da zona libertou os homens da CART 3313 para aventuras impossíveis no sector de Gago Coutinho. Contra todas as regras, grupos de militares conseguiram vencer a resistência do comandante da Companhia e organizar caçadas. O pretexto utilizado era simples: as peças de caça permitiam à Companhia ter alimentos frescos sem qualquer custo. As caçadas eram mais do que a procura de frescos: eram um prazer que é recordado como uma das melhores partes da experiência africana.

Uma das coisas que eu gostava na tropa, principalmente nas zonas que não tinham atividade bélica, que era o caso de Marimba, era a caça. Eu procurava distrair aquela gente a fazer caçadas. Contra a vontade do Capitão que tinha de emprestar o jipe que gastava gasóleo, ele dizia que o pessoal corria riscos e fazia sempre uma guerra muito grande para nos deixar sair. Mas também era verdade que tínhamos dificuldade em arranjar comida fresca e com a caça sempre íamos tendo ali uns recursozinhos mais. Eu lá conseguia convencer o Capitão, quando era preciso fazer uma caçada era tudo para as

minhas costas, ‘Vai lá tu convencer o Capitão Basto.’ E eu lá fazia o meu papel. ‘Nós ainda vamos parar todos à prisão’, dizia o Capitão. Se houvesse um acidente, morresse pessoal e fosse provado que era nestas atividades, com certeza que era muito mau. Mas felizmente passou tudo. (entrevista a Amândio Clemêncio, ex-alferes miliciano)

Fazíamos muito daquelas caçadas em que íamos às sanzalas, levávamos dois ou três negros [para orientar] e levávamos uma barra para farolar de noite. Era um espetáculo lindo! Caçar de noite é das coisas mais lindas que eu já vi. Parece que estamos a ver à distância de duzentos ou trezentos metros uma aldeia com as luzinhas. Os animais quando levantam os olhos, aquilo brilha tudo e parecem lanternas! Caçávamos a tiro, normalmente com a G3. A mauser era a arma mais certa, mas tinha de ser com a G3, tiro a tiro. Mas, claro, perdiam-se muito mais balas e lá tínhamos que justificar as munições. Ali em Marimba era mais difícil [justificar] porque não havia guerra. Sempre que trazíamos uma peça de caça para o quartel isso ia beneficiar a despesa da companhia, porque eles tinham que debitar a comida. Aquela que a gente caçava dava para uma série de dias e era à borla. Se apanhávamos duas ou três peças de caça, deixávamos uma na sanzala. Era uma festa na aldeola! Eles às vezes quando trazíamos só uma peça eles pediam para a limpar e ficavam com aquela parte dos miúdos, tripas e tudo que eles cozinhavam à maneira deles. (entrevista a Valdemar Ferreira, ex-furriel miliciano)

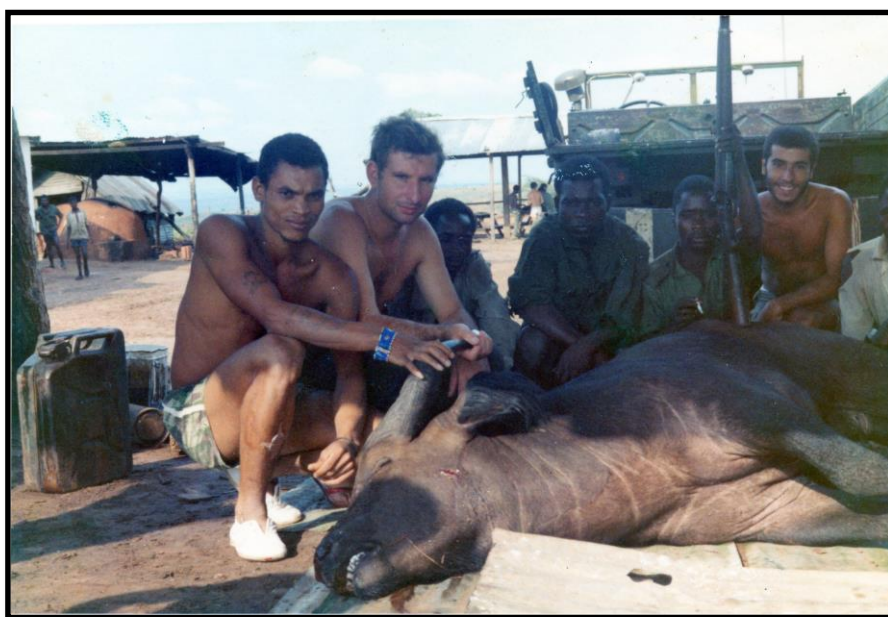


Figura 12
Pacaça abatida em Marimbanguengo
(Arquivo de Firmino Alves)

Num país onde elefantes, hienas, leões e pacaças estavam à distância de um tiro, onde a guerra era pouco mais do que a memória longínqua de um tempo que tinha ficado para trás, a caça era uma aventureira forma de passar o tempo. As armas, tornadas inúteis pela ausência de perigo, regressavam à vida. A vertigem da caça e dos troféus tornou os homens imprudentes. Numa viagem noturna, o segundo comandante do

Batalhão, Major Rombert, quis matar um leão que estava deitado à beira da picada. A desobediência do soldado condutor salvou a vida de todos os que seguiam na viatura.

Às tantas vínhamos de um destacamento e vimos um leão enorme, com aquele olhar para a viatura. Deram um tiro no leão, mas ele ainda olhou com aquele ar ‘Se é para mim podes atirar mais’. O Rombert atirou mais mas o leão não morreu. E às tantas começou a correr em direção à viatura. Ele julgava que ia abater o leão! (entrevista a José Basto, ex-capitão de artilharia)

O [Manuel] Rodrigues foi o homem que travou o Major Rombert. De Mangando para cá de noite vimos um leão deitado. Nós estávamos com o farol e o major de caçadeira, buuum, buuum! O leão levantou aquela gola, até o jipe saltou ao ar! O gago vinha a conduzir ‘Para, para!’ gritava o Major a mandar. E o gago ‘E.. e ... e... o meu comandante está maluco? Eu ia parar para dar um tiro de caçadeira a um leão?’. Éramos todos mortos! O leão só se levantou e deu um rugido que até os barretes voaram! (entrevista a Rui Varejão, ex-soldado atirador)

O protagonismo da caça reaparece em vários relatos e memórias de antigos militares²⁰⁰. Este protagonismo não é fortuito. Guerra e caça são parentes próximas. Ambas implicam a perseguição e abate de alvos, ambas exigem perícia e precaução, ambas permitem destacar feitos notáveis. Num livro sobre a experiência de matar (*killing experience*) em três conflitos do século XX, Joanna Bourke analisa a constância das metáforas de caça nos discursos militares sobre a guerra. De acordo com a autora, nas duas grandes guerras o ideal do soldado era comparado à figura do caçador furtivo, as batalhas eram aproximadas a expedições de caça, os inimigos abatidos eram olhados como a prova da mestria de quem os tinha capturado. A ideia de espírito desportivo (*sportsmanship*) presidia, então, às batalhas que se sucediam²⁰¹. Para Bourke, a metáfora da caça detinha uma enorme atração para os homens que estavam na guerra:

It enobled fighters by linking them to traditionally upper-class activities, and it allowed a certain degree of emotional distancing. Furthermore, it tied into popular ideas about human nature and warfare: it was man’s instinct to kill. There was no point in feeling guilty for what was inherent in human nature. (Bourke 1999: 222)

²⁰⁰ O “quase diário de guerra” de José Niza (2012) contém vários relatos de episódios de caça em Angola. Daniel Gouveia (2002) descreve algumas caçadas acompanhadas por um guia africano que lia e escutava na paisagem a passagem de manadas de pacaças e outros animais de grande porte.

²⁰¹ Segundo Bourke, foi apenas com a divulgação da utilização de gás na Frente Ocidental da I Guerra e com o conhecimento dos campos de concentração na II Guerra que a ideia de espírito desportivo deu lugar ao sentimento de vingança baseado na constatação da ausência de ética bélica do adversário (Bourke 1999: 218). Também Modris Eksteins refere a repugnância britânica perante o ato pouco cavalheiresco (*unchivalrous*) de utilização alemã de gás nas trincheiras da I Guerra Mundial, considerada uma forma indigna de combate (Eksteins 2000).

Em Marimba, a vertigem da guerra e do perigo foi substituído pelo jogo mentolado da caça. Sem ‘terroristas’ à vista, sem emboscadas e minas, a precisão dos tiros já não perseguia os inimigos, mas sim os animais de grande porte que habitavam as matas.

Apesar das aventuras e distrações encontradas para fingir o tédio, o tempo demorava a correr. No ano passado nas chanas do Leste, somavam-se os dias e meses da estadia africana, numa contagem crescente que parecia não terminar. Em Marimba, a aritmética era outra: cada dia que passava era menos um dia para o regresso a Portugal. Os dois anos de comissão terminariam no dia 6 de Janeiro de 1973. Mas foi apenas dois meses depois que o Batalhão abandonou Angola. A incerteza, ansiedade e frustração povoam as memórias dos entrevistados sobre os últimos tempos da estadia em Marimba.

Lembro-me que nós contávamos (e de que maneira) os dias em situação decrescente. Chegar o dia zero, que seria o dia 6 de Janeiro de 73, e não haver qualquer informação do que estava para acontecer, para onde é que íamos, se ficávamos! Não havia informação absolutamente nenhuma! Estas coisas eram decididas e mantidas em segredo militar. Provavelmente o comando do Batalhão sabia, mas ao nível de companhias não sabíamos. Foi complicado. Chegámos ao dia zero e começámos a contar menos um, menos dois, menos três, menos quatro. Eram situações complicadas e que dão alguma desorganização mental ao pessoal. (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alféres miliciano)

No final de Janeiro de 1973, o alferes médico escrevia à mulher:

Eu vou-me afundando numa apatia total. Nada faço, nada me apetece. Hoje sonhei que estava já em Lisboa, em casa da avó Eva, com a família toda, a gritar “quando acaba a comissão? quando acaba a comissão?” num desespero enorme. Libertar-me-ei algum dia desta angústia? Chego a pensar que não, que sairei daqui para um hospital psiquiátrico – como doente. O capitão, coitado, está como eu: agora resolveu acampar no jeep, e aí leva os dias, sentado no banco, a morder a boquilha, com um ar ausente, sem fazer nada. O administrador aparece com frequência, doido por conversar, e discursa para cadáveres amolecidos nas cadeiras de pau. O resto são mosquitos, chuva, trovões, os mesmos horizontes que não mudam, que não mudam... Como acabará isto? (Antunes 2005: 423).

‘Isto’ acabou no final de Março de 1973. Entre os dias 20 e 27 de Março, o Batalhão embarcou finalmente no avião que os traria de volta a Portugal.

3. Angola é nossa?

Na manhã de 6 de Janeiro de 1971, a esmagadora maioria dos homens da Companhia de Artilharia 3313 achava que partia de Lisboa para ‘defender o que era nosso’. Os que foram incorporados de forma resignada viram a sua resistência aos riscos pessoais da incorporação (morte, mutilação, sofrimento) vencida pela incapacidade de encontrar alternativas à mobilização. Os dois casos de militares que partiram para Luanda de forma relutante abandonaram a ideia de deserção por receio de represálias sobre as suas famílias. Apesar de duvidarem que Angola fosse nossa, deixaram-se levar pela obrigação que empurrava todos os mancebos a defender a integridade da nação espalhada pelo mundo (V. Capítulo II).

O primeiro ano de comissão de serviço revelou uma Angola feita de contrastes inesperados. O cosmopolitismo de Luanda e a imensidão desértica do Leste, a riqueza do centro da capital e a pobreza dos musseques, a fertilidade da terra e a miséria das gentes dos quimbos. Mas foi no segundo ano que os homens da CART 3313 vieram a conhecer os inesgotáveis recursos de Angola. Os diamantes, claro, sobre os quais tanto se ouvia falar no sector de Malanje: as fortunas feitas com a sua venda ilegal e as histórias de logros e prisões. Mas a grandeza dos recursos angolanos estava também nas enormes fazendas, prova inequívoca de que a terra podia gerar prosperidade. Numa carta enviada em 1972, Lobo Antunes escreve:

Estas fotografias foram tiradas durante esta última patrulha, uma delas numa sanzala perdida na mata e as outras em casa de um velho colono curiosíssimo, cultivador de tabaco, homem de Simenon que aparece ao centro de uma delas, entre o capitão e eu. Caveiras de hipopótamo e de leão, cabeças de palanca, tecto de colmo, plantas tropicais – e andorinhas de louça que, naquele cenário, se suportam perfeitamente.... (...) Quatro ou cinco macacos enormes, amestrados, pulavam perto da casa. E havia um peru enorme, apocalíptico, a arrastar o manto entre as mangueiras e as palmeiras. (Antunes 2005: 371)



Figura 13
Capitão e alferes médico com um fazendeiro, zona de Marimba
[Arquivo de António Lobo Antunes]

A fazenda onde coexistiam cabeças de palanca e andorinhas de loiça, macacos amestrados e um peru enorme, era uma entre as muitas explorações de algodão, girassol e tabaco da região. Os donos destas imensas propriedades eram brancos que orientavam multidões de trabalhadores negros. Esta Angola da Baixa do Cassanje ficou marcada nas memórias dos antigos militares da CART 3313 que, nos patrulhamentos sem incidentes, conheceram a vastidão das terras e a prosperidade dos fazendeiros que as exploravam.

O algodão era bonito, começava a florir e parecia neve na serra. Aquilo era centenas de pretos com os saquitos, via-se os albinos todos branquinhos no meio dos pretos! Centenas a apanharem o algodão ou na roça do café. As roças do café eram um espetáculo, era um cheirinho! (entrevista a Rui Varejão, ex-soldado atirador)

Quando íamos de Malanje a Marimba, você passava por fazendas de algodão maiores do que daqui [Odivelas] a Santarém! Quilómetros e quilómetros, iam lá os aviões curá-las, a gente passava por fazendas em que era tudo encarnadinho, outras que era tudo branquinho! Aquilo era meio mundo, enquanto os olhos vissem. Havia um senhor chamado Seixas que tinha uma grande fazenda. Ele era patrão, era de Braga, tinha uma fazenda que para a fazer toda de jipe levava o dia inteiro. Um dia uma viatura ficou enterrada. Eu, o Santos e Matoso fomos a penantes para essa fazenda, já estava a ficar tarde. Batemos num portão e apareceu um preto, ‘O patrão está por aí?’. Ele chamou-o com um rádio e passado um bocado lá apareceu o senhor com um jipe, um senhor de

cinquenta anos. Ele próprio foi buscar um caterpillar grande, arrancou por ali abaixo, trouxe-a para cima. Não queira crer, ele teria uma mesa com quase trezentos metros, meio mundo! Toda a minha gente ali foi comer! Nós comemos ao pé deles também. Ele era o único branco que havia, era tudo pretos. (entrevista a José Gomes, ex-soldado atirador)

Um dia inteiro para percorrer uma fazenda de jipe. Explorações agrícolas maiores do que a vista alcança. Centenas de trabalhadores negros numa plantação de algodão. Dezenas de homens sentados a uma mesma mesa em almoços improvisados. Assim se constrói a imagem da infinita riqueza de Angola. Um elemento, todavia, divide as narrativas sobre a realidade colonial que conheceram na zona de Marimba: a relação entre brancos e negros. Convocadas no presente, é impossível determinar se estas narrativas retrospectivas correspondem às representações e opiniões que tinham durante a estadia em Angola. Entre um e outro momento do tempo, o mundo mudou: a guerra colonial terminou, a descolonização concedeu a independência aos territórios africanos, a democratização do país rompeu o monolitismo retórico do anterior regime. Do repúdio da dominação colonial até à legitimação do paternalismo português, as memórias do tempo em Angola apresentam interpretações diversas para uma mesma realidade: a realidade da desigual distribuição de recursos, de poder e de estatuto entre brancos e negros. De um dos lados, encontram-se relatos que descrevem a opressão observada nos campos de algodão da Baixa do Cassanje.

Eu passava lá naquelas plantações de algodão e via-se lá uns de espingarda às costas a vigiar aquelas pessoas a trabalhar. Era escravatura! A plantação de algodão que tinha empregados que nunca mais acabavam, mas era só de chicote. Eu via ali as pessoas a trabalhar e outros de espingarda às costas e dizia: mas que raio é isto? Por isso é que nós temos revoltados e têm toda a razão para se revoltarem. Aqui não chegava nenhuma notícia, nem pouco mais ou menos. Eu acredito que de entre toda a aquela gente, brancos, que lá estava, houvesse pessoas que tratassem bem, não eram todos iguais. Mas regra geral não tratavam bem os pretos. (entrevista a Manuel Silva, ex-cabo condutor)

Em Marimba havia o chefe de posto. Lembro-me de ir lá um fazendeiro qualquer dizer ‘Olha, preciso de tantos homens amanhã’. O administrador chegava lá com o camião e mandava as pessoas irem trabalhar. Eu não vou dizer que o trabalho não era pago, mas pelo que alguns contavam eles davam umas calças de ganga, um rádio... isto não matava a fome a ninguém. Havia ali uma discriminação que não devia existir. Eles podiam ser revoltosos, eu acredito que sim, mas eles estavam na terra deles e havia a exploração. Lembro-me do algodão, porque havia lá os grandes fazendeiros, mas também havia lá os pequeninos: cheguei a ver pretos com sacos às costas, os que tinham pequenas plantações e iam vender aos grandes [fazendeiros]. E o grande dava aquilo que queria. Reconheço que houve uma grande exploração. (entrevista a José Gomes, ex-soldado atirador)

Os capatazes armados, o recrutamento massivo de trabalhadores e o pagamento em géneros retratam um mundo feito de desigualdade e opressão, alimentada por uma teia de cumplicidades que ligava administradores coloniais, angariadores de mão-de-obra e entidades empregadoras. Na sequência das revoltas em 1961, o Estado Novo implementou um quadro legislativo destinado a assegurar melhores condições de trabalho. A abolição do indigenato, a proibição do trabalho forçado ²⁰² que consta do Código do Trabalho Rural promulgado em 1962, a criação de um organismo destinado a garantir o cumprimento da lei, retiraram aos africanos a obrigação moral de trabalhar, transformando-os aos olhos da lei em sujeitos livres ²⁰³. Todavia, estas alterações não foram capazes de eliminar de modo definitivo as muitas formas de abuso, sobretudo em zonas mais afastadas do sistema de vigilância da nova ordem legal. De acordo com Cláudia Castelo,

Era difícil convencer indivíduos que cresceram ouvindo que os ‘pretos’ eram inferiores, serviam apenas para trabalhar, era necessário coagi-los ao trabalho, porque eram por natureza ociosos, a conviverem de igual para igual com os africanos, precisamente no momento em que alguns deles contestavam o domínio português. Não admira que muitos colonos, sobretudo das camadas mais baixas da sociedade, encarassem com desconfiança ou incredulidade as novas máximas multirraciais divulgadas nos discursos das autoridades políticas, na imprensa e na rádio. (Castelo 2007: 275)

Se, para antigos militares como José Gomes e Manuel Silva, a constatação das reais condições de vida dos angolanos permitiu compreender os motivos de revolta das populações, para outros, pelo contrário, a dureza de comportamentos dos patrões brancos mais não era do que a resposta necessária à natureza indolente e hedonista dos negros:

Alguns [colonos] eram maus, mas tinham razão segundo me explicaram – e via-se isso. Eles trabalhavam, eram contratados a X mas o patrão não dava X. O patrão depois ele justificava porquê: assim, quando acabasse [o dinheiro] ele tinha de trabalhar. Se ele desse o justo valor, enquanto ele tivesse dinheiro era farra, três ou quatro dias a pagar cervejas a uns e a outros, e não ia trabalhar. E depois havia aquelas roças de algodão e

²⁰² Jeremy Ball (2006) recolheu e analisou um vasto conjunto de memórias de angolanos que viveram a prática do trabalho forçado. A colaboração dos sobas e chefes de posto com o recrutamento de trabalhadores, histórias de fugas e dos perigos a elas associados, a clivagem de género que distingue as memórias femininas e masculinas são alguns dos temas que o autor trata a partir da recolha de testemunhos de 150 pessoas.

²⁰³ Para uma análise da reação adversa dos colonos a estas mudanças legislativas ver Wheeler e Pélissier 2009 [1971] e Castelo 2007.

café que precisavam de mão-de-obra e os gajos não iam trabalhar! (entrevista a João Marques, ex-cabo condutor)

Uma vez estava numa companhia algodoeira, fui lá com o [alferes] Mestres. Fomos lá ver e achei muita piada àquilo porque eles tinham duas equipas para fazer o trabalho e tinham casas iguais para toda a gente. Desde o engenheiro chefe até ao trabalhador mais baixo, as casas eram todas iguais. Só havia uma diferença: as dos brancos tinham jardim, janelas, portas, cortinas. As dos outros, não tinham janelas, não tinham portas, não tinham nada porque eles deram cabo de tudo. Não se sentiam bem com o cimento fechado. Queriam espaço. Portanto, aí logo a diferença, a diferença de mentalidades é muito grande, muito grande. (entrevista a José Aguiar, ex-cabo cripto)

Como crianças grandes, para os africanos o dinheiro servia para comprar os prazeres imediatos em que se perdiam. Conhecedores da desconfiança que o comportamento dos negros merecia, os patrões brancos escolhiam não pagar o ‘justo valor’ do trabalho, garantindo assim que os trabalhadores regressavam. O pagamento parcial de salários parece ter sido prática comum em África. A análise que Cláudia Castelo faz do registo diário de um posto administrativo angolano revela o papel desempenhado pelo administrador que, chamando a si os patrões, pretendia proceder à liquidação dos montantes em falta. A justificação dada por estes era a de que os trabalhadores desapareceriam durante os dias se o salário lhes fosse pago na totalidade (Castelo 2007: 296). A mesma acusação recaía sobre o pagamento dos Flechas, forças paramilitares treinadas e mantidas pela PIDE/DGS. A explicação fornecida por Óscar Cardoso segue a mesma linha argumentativa:

Quando nós lhes pagávamos o ordenado ao fim do mês, eles iam para a taberna e gastavam-no todo. Depois apareciam as mulheres e os filhos. Tanto que depois começamos a fazer assim: dávamos-lhes tanto para os cigarros e para os copos, depois íamos à sapataria comprar sapatos para os filhos, comida para a mulher e, se sobrasse alguma coisa, punha-se no banco. (Cardoso in Antunes 1995: 407)

A ‘mentalidade’ que afastava os negros de uma vida de trabalho normal, rotineira e responsável, era a mesma que os fazia destruírem as casas que as entidades patronais lhes destinavam. Perante o primitivismo de uma forma de vida quase selvagem, impunha-se a firmeza da mão branca que guiava os africanos no caminho da civilização. Para quem segue esta orientação retórica, os abusos raramente existiam. O que existia era a sólida determinação do progresso e do bem estar. Mas nem todos justificavam a dureza dos brancos com o imperativo de civilizar os africanos. Há

também quem, concordando com a presença portuguesa em África, reconhecesse que a ‘maldade’ existia entre os colonos.

Em Matize [na comissão de serviço que cumpriu em Moçambique] eu realmente comecei a ver que os brancos - não todos mas a maior parte- exploravam os pretos. Os administradores coloniais tinham, por exemplo, três ou quatro empregados. Nós também tínhamos, porque era obrigatório. Tínhamos o que tratava dos miúdos, o que tratava da machamba, o cozinheiro. Nós tínhamos um que vinha com as mulheres todas, ele lavava e passava e era óptimo, eu gostava imenso dele. E quando rodei disse-lhe ‘Eu arranjo-lhe um emprego’. E ele: ‘Onde é?’, ‘É com o administrador’, ‘Com o administrador? Nem pensar!’ Olhe, foi viver para os terroristas! Porque eles eram explorados. Em África, a maior parte das pessoas eram boas. Havia exceções, eram esses indivíduos que só iam para ganhar e explorar o preto. Havia disso. E como no mato ninguém os via, eles exploravam-nos, uns com os dentes de marfim, outros com não sei quê. Esses indivíduos é que eram maus. (entrevista a José Basto, ex-capitão de artilharia)

As pessoas ganham ódio. E ao odiar mais ficam mais revoltados, como aquele sujeito que foi parar a Sessa. O homem era daqueles brancos que andavam lá em reabastecimentos nas camionetas. Ele sentava-se lá naquele banco, com aquele ar de cowboy americano, aquelas rugas profundas na cara, todo queimado do sol, e dizia diz: ‘Então quando é que isto acaba? Enquanto eu vir este negrume à minha frente, isto nunca mais acaba!’ Aquilo é que era ódio, Jesus! Nunca mais me esqueci. Se ele pudesse, matava-os a todos. Os habitantes [brancos] de lá, havia muitos que eram amicíssimos deles [dos negros] pelo que eu ouvia. Mas passaram-se muitos casos, como este. De outra vez, quando eu ia para uma povoação que existia lá, tiveram necessidade do guincho para retirar uma camioneta de uma poça. Houve um pretito que era ajudante que ficou com dedo preso no cabo, perdeu a cabeça do dedo e começou a chorar. Nunca mais me esqueço: o homem vira-se para nós: ‘Esse não tem importância nenhuma, é um preto!’ (entrevista a Avelino Silva, ex-furriel miliciano)

O reconhecimento da ‘maldade’ que existia entre alguns brancos surge rodeado da repetição da sua natureza excepcional: a maior parte das pessoas eram ‘boas’, tal como recorda o antigo Capitão da Companhia. Se a rara ‘maldade’ se traduzia em comportamentos abusivos e violentos, a habitual ‘bondade’ dos brancos para com os africanos parece estar muito distante do ideal da nação plurirracial harmoniosa. Entre os portugueses, o repúdio do racismo e da discriminação racial constituía, na opinião de Gerald J. Bender, o resultado de uma estranha combinação de Pavlov e de lusotropicalismo. Sendo um automatismo retórico, a sua vacuidade era inevitável:

(...) Portuguese lusotropicalism did not work in theory *or* practice. There can be no racial harmony in a multiracial society where individuals of one race consider themselves superior, because they will inevitably try to dominate those they view as inferior. This occurred in every Portuguese colony throughout the world. However, Portuguese scholars

and politicians rarely perceived the contradiction between white domination and racial harmony. (Bender 1978: 207)

Num território hierarquizado em função da raça, era a cor da pele - e não a escolaridade ou preparação técnica -, que determinava o lugar de cada um. Chegados a África com o intuito de criar fortuna, são muitas as histórias de colonos pouco instruídos que adoptaram uma postura de superioridade em relação aos negros, encarados como força de trabalho que cabia ao branco orientar. De acordo com René Pélissier,

O colono mais pobre, ele próprio oriundo de uma sociedade rural, arcaica e que, em algumas províncias, era semifeudal, frequentemente tentava enganar o africano, porque este era mais fraco e porque ele mesmo estava habituado a ser humilhado na sua pobreza, na sua pátria, e foi ali para enriquecer. (Wheeler e Pélissier 2009 [1971]: 332)

A disposição abusiva de alguns brancos era - salvo as raras exceções em que, como aconteceu na Baixa do Cassanje em 1961, a violência dos negros rasgava a mansidão habitual - respondida com docilidade pelos africanos. Lobo Antunes descreve numa carta a forma como um soba escutava as explicações médicas que lhe transmitia:

O sujeito, digníssimo, com a farda em pedaços, ouve as minhas explicações sibilinas acenando que sim. É o próprio dos negros: concordar com o branco até à última, mesmo que tudo, dentro deles, lhes diga que não e o negue. Concordam, penso, por atavismo. Por uma herança de séculos. E assim continuará a ser por quanto tempo ainda? Concordam e conformam-se. (Antunes 2005: 317)

Esta obediência estava muito distante da fraterna relação apregoada pelas teses luso-tropicalistas do Estado Novo. Ao contrário do que a propaganda repetia, os séculos de presença portuguesa em Angola não foram tempos de fraterna coexistência. Nada há de fraterno na longa história de escravatura que terá retirado de Angola entre dois a quatro milhões de escravos (Wheeler 2009 [1971]). Mas a violência não se ficou por aqui. É Douglas Wheeler quem afirma que o ‘contacto português com Angola praticamente começou e acabou em guerra’. Às primeiras décadas de serenidade, seguiram-se séculos de guerras várias:

(...) em quase todos os anos decorridos entre 1579 até 1921 a guerra foi a regra, não a exceção. Documentos não publicados dos arquivos portugueses mostram que ao longo

desses três séculos e meio mal decorreram cinco anos sem que tenha sido lançada pelo menos uma campanha militar portuguesa algures no interior das fronteiras da atual Angola. Os raros anos de paz chegariam no século XVIII, seguindo-se mais alguns anos no início do século XIX e depois o período de 1921-61. (Wheeler 2009 [1971]: 76)

A ‘herança de séculos’ de que fala o alferes médico, feita de exploração e de guerra, moldou de modo definitivo a relação entre brancos e negros. Após anos de violência e de derrotas africanas, a dominação colonial era respondida entre a docilidade resignada e a revolta ocasional e ruidosa. Talvez os portugueses tenham sido para os angolanos o mesmo mistério que Joseph Conrad descreve na viagem às profundezas do rio Congo em *Heart of Darkness*. Um enigma que declarava guerras e bombardeava a costa africana. Um enigma burocrático, feito de comerciantes e funcionários enredados numa complexa teia de interesses e expectativas de fortuna. Um enigma que criava indecifráveis regras e que condenava ao estatuto de criminosos quem a elas não se conformasse: “They were called criminals, and the outraged law, like the bursting shells, had come to them, an insoluble mystery from the sea.” (Conrad 1999: 43). Talvez que, perante mistérios insolúveis e violentos vindo da superfície do mar, não se possa mais do que concordar silenciosamente, num assentimento feito de receio, reserva e submissão.

Depois de um ano de experiência guerreira no Leste, os catorze meses passados na zona de Marimba dissolvem-se na imensa planície da espera. Sem perigo nem combate, as muitas dezenas de operações de patrulhamento desapareceram das memórias dos entrevistados. A vaga lembrança de falsos alarmes marca o tom de tédio do segundo ano em Angola. A Ação Psicológica, estratégico modo de fazer a guerra em contexto contra-subversivo, é recordada pelos episódios anedóticos que gerou e pelo exotismo de uma experiência militar radicalmente distinta da anterior. Sem o léxico guerreiro das emboscadas, minas e patrulhamentos ofensivos, este ano é apresentado como uma amálgama esquecível onde se cruzam aventuras, aborrecimento e lenta contagem decrescente pelo regresso. Regressa-se, por isso, a Eviatar Zerubavel e à ‘visão óptica do passado’. A propósito das grandes narrativas nacionais, afirma Zerubavel que a paz e a guerra são objecto de diferentes normas de focagem histórica,

assentes na distinção fundamental entre o que é considerado historicamente significativo (e que por isso mesmo é recordado) ou irrelevante, e por isso condenado ao esquecimento: “The common tendency to regard wars as eventful and thus memorable, yet the considerably longer ‘quiet’ periods between them as practically empty is a perfect case in point.” (Zerubavel 2003: 27). O mesmo esquecimento da paz parece acontecer com as narrativas pessoais que se organizam em torno das ‘colinas’ de acontecimentos da guerra. Reduzido à insignificância militar pela ausência dos grandes temas guerreiros (vitórias e derrotas, coragem e cobardia, camaradagem e heroísmo) o ano de 1972 permanece nas memórias dos entrevistados sob a forma de episódios dramáticos (as mortes em tempo de paz) e anedóticos (as aventuras de jovens homens numa terra exótica). Entre estes dois temas, a terra de ninguém de um morno quotidiano sem sobressaltos.

Em Março de 1973, os homens da Companhia de Artilharia 3313 regressaram a Portugal. Para trás ficaram vinte e seis meses em Angola, entre a guerra do Leste e a aparente paz de Marimba. Nos anos seguintes, o tempo da anuência silenciosa sobre a ‘herança de séculos’ chegaria ao fim. Com ele, começaria um outro tempo: o da revisitação de um passado irrecuperavelmente perdido com a queda do regime. Quatro décadas mais tarde, o tempo distante da comissão de serviço da Companhia de Artilharia 3313 surge através de fragmentos dispersos que se sobrepõem e se afastam, entre o que é dito e o que é silenciado, numa imagem imprecisa que não fala apenas de guerra. Fala também de um país que já não existe. O embarque para a guerra fora guiado pela frase repetida desde o início do conflito: Angola é nossa. Quarenta anos mais tarde, Angola não é nossa e Portugal já não está espalhado pelos ‘mundos que deu ao mundo’. O regresso ao passado é um caminho sinuoso, onde se cruza a reconfiguração autobiográfica pela qual cada sujeito se constitui como ideólogo da sua própria vida e a reconstrução da experiência da guerra enquanto momento significativo das suas vidas. A ‘composição’ (*composure*) destas memórias utiliza recursos expressivos de duas épocas distintas, entre o paternalismo etnocêntrico do discurso público do Estado Novo e a desconstrução do colonialismo que surgiu no pós-25 de Abril. Mas este processo de composição não é isento de dificuldades. Nas palavras de Alistair Thomson, “Our attempts to composure are often not entirely successful and we are left with unresolved tension and fragmented, contradictory identities.” (Thomson 1994: 10). Não se trata apenas de negociar o sentido da experiência pessoal da guerra - como sobreviver à

violência, à coragem ou ausência dela. Trata-se também de buscar, no passado e no presente, elementos que permitam inscrever esta experiência na história recente do país em nome do qual foram chamados a combater: a justiça da causa perdida com o 25 de Abril ou o tremendo equívoco do colonialismo.

CAPÍTULO V

OS ANOS DEPOIS DA GUERRA

Foi a primeira vez que andei de avião. Os meus pais tinham-me mandado dinheiro para eu fazer a viagem, nem que fosse de táxi de Lisboa para Guimarães! Tive muita sorte, houve um cunhado de um camarada que o foi buscar ao aeroporto e deu-me boleia até ao Porto. O taxista queria deixar-me na cidade, em Guimarães. Eu disse: ‘Eu não vou com estas duas malas pela estrada, patrão! Eu estou a chegar de Angola!’. Quando eu disse que vinha de Angola, ele lá me levou até casa. Cheguei à uma e meia, duas da manhã. Bati à porta. Ouvi a minha mãe dizer para o meu pai: ‘Olha que deve ser o nosso Manel! Os nossos filhos estão todos em casa, só falta ele’. Abriu-me a porta e acabou a noite, foi até de manhã! Já não os via há vinte e seis meses. É muito tempo. (entrevista a Manuel Silva, ex-cabo atirador)

Em Março de 1973, Manuel Silva regressou a casa dos pais, numa freguesia rural de Guimarães. Ao contrário da data da partida para Angola, não sabe que madrugada foi esta em que a noite terminou às duas da manhã. Depois de duas semanas de espera no Campo Militar do Grafanil, em Luanda, os militares que então deixavam de o ser embarcaram no avião que os traria de volta à ‘metrópole’. Em vez de dez dias de viagem por mar entre milhares de soldados, os homens das várias unidades do Batalhão de Artilharia 3835 demoraram umas horas a mudar de hemisfério. Muitas das despedidas foram feitas em Luanda. Dispersos por voos sucessivos, a guerra dissolveu-se na brevidade de uma viagem de avião. Para trás, ficaram a guerra e os camaradas com quem tinham vivido nos últimos dois anos. Na bagagem, muitos trouxeram pedaços de Angola: fotografias, peles curtidas de animais, máscaras, tapetes, exóticas recordações de um tempo que acabara. Pela frente, tinham o regresso à vida interrompida.

Um ano mais tarde, o governo de Marcelo Caetano caía com um golpe militar apoiado por uma ampla mobilização popular. Pouco depois, desapareceria o país pelo qual tinham combatido em Angola. Este capítulo percorrerá os anos que separam o regresso da CART 3313 a Portugal do momento em que, vinte e oito anos mais tarde, os homens da Companhia de Artilharia 3313 se reuniram pela primeira vez num almoço anual. Entre um e outro instante do tempo, estão os acontecimentos das suas vidas (as famílias, o trabalho, o quotidiano) e a história das transformações que varreram o país nos anos que se seguiram à comissão de serviço em Angola. A guerra, essa, ficaria

contida na estrita esfera pessoal, condenada ao silêncio público que sobre ela tombou na transição para a democracia, até à lenta emergência do espaço que permitiu a multiplicação contemporânea de evocações do passado colonial. Esta é a história da guerra que terminou nas vidas dos homens da CART 3313 em 1973, mas que permaneceu dentro deles em fragmentos dispersos dissolvidos pela distância. É a história da guerra que se tornou um pretérito impronunciável até à clarificação das condições da sua possibilidade. É a história de um país que deixou a sua forma imperial e obrigou, uma e outra vez, à interrogação do seu destino.

1. O regresso à vida

Em 1973, a adormecida tranquilidade portuguesa havia desaparecido. A oposição ao regime era cada vez mais evidente. No *Depoimento* que escreveu no exílio brasileiro, Marcelo Caetano enumera as resistências que teve de enfrentar enquanto chefe de Estado. Grupos de intelectuais monárquicos, “um certo número” de católicos, “uma oposição republicana” que procurava ressuscitar a primeira república, a esquerda socialista, o Partido Comunista Português, as “organizações terroristas” e os grupos anarquistas abanavam o equilíbrio a que Portugal se habituara. A estas resistências somava-se a ala liberal de deputados que, eleitos em 1969, em vez de “(...) acolher[em], senão com entusiasmo ao menos com simpatia, as medidas liberalizadoras do governo (...) optaram pela oposição sistemática, sob o pretexto de que aquilo que o governo propunha não era bastante.” (Caetano 1974: 66).

Este ano foi, desde o início, marcado por acontecimentos que deixaram a nu as muitas fissuras existentes na sociedade portuguesa. A igreja católica, tradicional aliada do Estado Novo, havia percorrido na década de 60 um caminho a que o regime português assistia com incómodo. Os pontificados de João XXIII e Paulo VI lançaram para o debate público a questão do colonialismo. Foi, sobretudo, com Paulo VI que se aprofundaram as divergências que separavam a política do Estado Novo das orientações pontifícias sobre a independência dos estados africanos²⁰⁴. É neste contexto que se consolida em Portugal um movimento de contestação católica à guerra colonial. Sob o lema ‘A paz é possível’ lançado pouco tempo antes por Paulo VI, foi organizada na capela do Rato uma vigília de dois dias, que culminaria com a celebração do Dia

²⁰⁴ Para uma análise do papel de João XXIII e Paulo VI no questionamento da questão colonial, ver Estêvão 2000. Sobre este último, terá Salazar dito a Franco Nogueira ser ‘um papa que tanto agravou o meu país’ (Barreto 2004: 151)

Mundial da Paz no dia 1 de Janeiro de 1973²⁰⁵. No início da noite de 31 de Dezembro, a polícia cercou a capela e identificou dezenas de pessoas. Noventa e uma foram levadas para a esquadra. Catorze ficariam detidas na prisão de Caxias.

Os acontecimentos da capela do Rato foram amplamente noticiados na imprensa portuguesa e estrangeira. Para isso terá contribuído a abertura deste movimento a não crentes e a colaboração com um grupo de esquerda radical na divulgação da iniciativa²⁰⁶. Foram várias as repercussões internas desta vigília. Demissões da função pública cujo recurso legal terminaria já depois do 25 de Abril, o incómodo institucional entre o governo e a hierarquia eclesiástica portuguesa, mas sobretudo a visibilização das fracturas que se criavam em torno da guerra em África. De acordo com António de Araújo, “[o] debate sobre a guerra colonial acabaria por ser transferido do Rato para S. Bento, em sessões parlamentares cuja virulência das intervenções não tem paralelo ao longo de todo o Estado Novo.” (Araújo 2004: 460). A inédita acrimónia do debate terminou com a demissão de dois deputados da ala liberal. Ao fim de doze anos, a guerra saíra com estrondo do espaço de aparente consenso em que subsistira.

Ao longo dos meses seguintes, seriam vários os motivos de preocupação para o regime: o assassinato de Amílcar Cabral em Conacri, o congresso da Oposição Democrática em Aveiro, as eleições nas quais a oposição desistiu de ir a votos por ausência de condições para a realização de eleições livres, a declaração unilateral de independência da Guiné Bissau, atentados bombistas, greves e manifestações. Nem mesmo um observador desatento poderia acreditar que tudo estava como antes.

Mas nenhuma desta agitação transparece das memórias dos homens da Companhia de Artilharia 3313. A décadas de distância, as narrativas sobre o regresso a Portugal não se detêm nos acontecimentos da política nacional. As muitas formas da oposição ao governo são uma inexistência em todos os relatos. Em vez disso, as memórias fixam-se nos pequenos e grandes pormenores de que foi feita a normalidade recuperada. A comemoração da chegada e a alegria do reencontro com a família enchem os seus relatos. Depois de três anos de serviço militar (a instrução na

²⁰⁵ Três anos antes, uma iniciativa semelhante tivera lugar na igreja de São Domingos, em Benfica. Na noite de passagem de ano, um grupo de católicos permaneceu na igreja entre cânticos, leituras e comentários em torno da paz. Ver Araújo 2004, Estêvão 2000.

²⁰⁶ A análise que António Araújo faz do protesto da capela do Rato utiliza fontes habitualmente negligenciadas na sua história oficial, tal como são os relatórios policiais, o processo-crime instaurado aos detidos ou o depoimento de Carlos Antunes das Brigadas Revolucionárias/PRP, procurando demonstrar que as ligações da esquerda radical a uma parte do grupo organizador da vigília são mais profundas e anteriores à passagem de ano de 1972 (Araújo 2004).

‘metrópole’ e a comissão no ‘ultramar’), quem regressava a casa já não eram os rapazes que tinham partido, mas sim os homens em que se tinham transformado.

Voltamos diferentes. Porque nós, pessoas das aldeias... No meu caso, bom, eu já andei pela cidade e a estudar e não sei quê. Mas o que é que a gente sabia da vida? Nada. Estávamos habituados aos pais, tínhamos tudo, a comidinha, a roupa, tudo ali. Na tropa temos que fazer tudo, temos que engraxar os sapatos, temos que tratar da nossa roupa, mandar lavar ou lavá-la. Eu nunca tinha pegado num ferro, nunca tinha feito uma cama. E não é só isso, a tropa prepara-nos para a vida. Prepara-nos para conhecer uma arma, para sabermos montá-la e desmontá-la. E estamos preparados para as dificuldades, sei lá, de apanhar chuva e de atravessar rios, ter um bocado de sangue frio. (entrevista a José Mendes, ex-soldado condutor)

Até ir para a tropa, à meia-noite tinha de estar em casa. O meu pai era assim: ‘Meninos, até à meia-noite tendes a porta aberta. Depois, ficais lá fora’. Havia lá um barraco perto onde o meu pai criava porcos, era lá que nós dormíamos se chegássemos mais tarde. Com o meu pai não valia a pena. Mas depois de virmos da tropa, é diferente: já somos homens. Arranjei um emprego e ganhava um bom salário. Já tinha mais dinheiro para ir para aqui e para ali. Passava a vida a ir a correr para o cinema e o teatro em Guimarães. (entrevista a Manuel Silva, cabo atirador)

Pouco importava o posto, a especialidade e a real experiência de guerra que se tivesse tido. Condutores ou escriturários, atiradores ou mecânicos, todo o mancebo que entrasse no serviço militar obrigatório sairia de lá um homem feito. Domesticados pela disciplina e hierarquia castrense, tinham estado entregues a si mesmos num mundo sem complacências. Treinados para combater e para defender o país, haviam aprendido a resistência e a coragem de que são feitos os homens. Viajados entre quartéis de instrução em Portugal e destacamentos perdidos em África, regressavam às suas terras com um novo mapa do país em que viviam, um mapa onde cabiam pessoas de hábitos, cores de pele e maneiras de falar muito diferentes. ‘A tropa prepara para a vida’ ecoa a convicção, tantas vezes repetida, de que a dureza do serviço militar constitui um momento iniciático fundamental da idade adulta, pelo qual os rapazes se convertem em homens.

Depois da longa ausência, cada um destes homens teve de retomar as vidas interrompidas com o serviço militar. A maioria das praças voltou às terras de origem e aos empregos que tinha abandonado três anos antes, como operários, camponeses ou pescadores. Outros juntaram-se aos pequenos negócios de família de onde tinham saído para o serviço militar. Apesar da diversidade de caminhos tomados na desmobilização, um aspecto atravessa todas as narrativas pessoais: no regresso, tinham poupanças à sua espera. O pré recebido na tropa era superior ao salário da vida civil anterior. Sem

despesas significativas, quase todos – praças, sargentos e oficiais - escolheram depositar uma parte do vencimento na ‘metrópole’. Foi assim que juntaram o dinheiro que lhes concedeu uma mais suave adaptação à desmobilização. Por outro lado, a promoção da literacia dentro das unidades militares serviu de encorajamento para que vários retomassem os estudos com o apoio de oficiais da Companhia. Quatro praças voltaram de Angola com exames escolares aprovados: três concluíram a 4ª classe e outro foi aprovado em disciplinas do 5º ano. Houve também quem usasse o mês de férias do serviço militar para tirar a carta de condução a um preço reduzido em Malanje.

Embora a maioria dos soldados e cabos tenha retomado os percursos anteriores, houve quem conseguisse aproveitar os recursos adquiridos durante o serviço militar. Manuel Rodrigues fora camponês antes do serviço militar. Sem nunca ter guiado um carro, foi selecionado para soldado condutor. No regresso a Portugal, abandonaria uma breve experiência na indústria têxtil e tornar-se-ia condutor profissional. José Gomes, beirão que trabalhara nas obras em Lisboa antes da guerra, começou em 1973 uma carreira de décadas como motorista da Carris. Valeu-lhe a carta de condução tirada em Malanje.

Fui para motorista. Andei pelas feiras porque ninguém entregava um camião a um rapaz de vinte e tal anos sem o ver a conduzir. Depois começaram a ver-me conduzir e houve um empreiteiro que foi atrás de mim, convidou-me para ir trabalhar como condutor de camiões. Entretanto tirei a carta de transportes públicos e em 1982 fui para os transportes públicos em Braga, porque em 1982 a Câmara tomou conta dos transportes que eram de um privado. (entrevista a Manuel Rodrigues, ex-soldado condutor)

Eu estava na Bobadela a trabalhar, ainda estava solteiro. Estávamos a abrir caboucos para construir um prédio e não se podia trabalhar porque começou a chover. Um senhor diz assim para mim ‘A Carris está a meter pessoal, tu tens a carta, vê o futuro e vai lá abaixo inscrever-te’. Em Angola tirei a carta, pesados e ligeiros. Nesse dia fui de comboio a Santo Amaro e fui ter com um inspetor qualquer, éramos uns quarenta ou cinquenta. Comecei na Carris no dia 15 de Maio de 73, como cobrador, até que comecei a trabalhar como motorista. Fiz os 25 anos em Setembro, em Outubro comecei a trabalhar de motorista. Fiquei 30 anos, até vir embora. (entrevista a José Gomes, ex-soldado atirador)

Para aqueles que possuíam qualificações médias - alferes e furriéis – o serviço militar significou, sobretudo, a inconveniente interrupção do percurso profissional. O caso de Amândio Clemêncio é disso um bom exemplo. No final do 7º ano do liceu, entrou como voluntário no Exército. O plano era integrar a carreira militar quando acabasse a comissão de serviço. Mas Angola fê-lo mudar de ideias. Descobriu a opressão dos africanos e desistiu do plano que o levava até lá. Regressado a Portugal,

sem possibilidade de continuar a estudar, lembra a desorientação que sentiu quanto ao caminho que deveria seguir.

Uma das piores coisas que tinha a guerra era isso: tirava-nos o contacto com a vida profissional, com a realidade, com tudo. Nós chegávamos e éramos estranhos nesta terra. Curso, não tinha tirado, tinha o 7º ano. O penacho de oficial também tinha ficado para trás, nunca mais pensei em dar seguimento à vida militar. O meu pai tinha morrido e apoiei-me um bocado nos meus irmãos. Um deles era professor primário na escola de Tabuaços e disse que eu podia ir dar educação física para a escola. Na altura podia-se dar educação física com o curso complementar dos liceus mais a admissão e mais o conhecimento da tropa. Eu fui e começou aí a minha vida profissional. Estive ali um ou dois anos e entretanto vi que aquilo não tinha futuro porque eu não tinha formação académica. Só depois é que apareceu a oportunidade de concorrer à Caixa Geral de Depósitos. (Amândio Clemêncio, ex-alferes miliciano)

Não foi apenas no regresso à vida civil que o impacto do serviço militar foi sentido de forma diferente pelos trinta e um entrevistados. A própria memória do tempo da tropa é atravessada por uma clivagem central: de um lado, aqueles que a recordam como um tempo de sombrio desconforto e os que a lembram como um período de relativa abastança. Estes últimos são os que à data da incorporação eram camponeses ou operários pouco qualificados, que tinham abandonado a escola e entrado cedo no mercado de trabalho. Apesar da dureza do trabalho e do quotidiano militar, os tempos de descanso eram regulamentados – “Nunca dormi tanto na minha vida”, recorda Manuel Rodrigues (V. Capítulo III). Embora precárias, as instalações militares foram para alguns a estreia num conforto inédito: “Já tínhamos colchões de espuma com um fecho, eu sempre tinha dormido em palha, aquilo era uma maravilha”, lembra José Gomes. O rancho, limitado pelos géneros disponíveis e pela logística dos reabastecimentos, foi para muitos a introdução a uma alimentação diversificada servida de acordo com regras de comensalidade desconhecidas. As memórias de José Correia e João Marques ilustram dois olhares sobre uma mesma realidade:

Não quer dizer que a tropa não fosse ruim, mas em proporção era melhor do que andar aqui [na agricultura] ao dia. Fazia-se aqueles exercícios mas comia-se e descansava-se. Aqui era de manhã cedo, de sol a sol. Em casa para comer era só umas batatitas e assim... Em Viseu [na recruta] era com uma colher no bolso. Bom bom, foi em Torres Novas, aí já tinha talheres! E em Angola também tivemos. (entrevista a José Armando Correia, ex-soldado atirador)

Havia indivíduos que chegavam a estar quinze dias sem se lavar, não fosse a gente a obrigá-los a lavar-se! De manhã, às cinco horas, já andavam levantados de marmita na mão à espera que chegasse o pequeno almoço. Às cinco da manhã! Ainda faltava não sei quanto tempo para o rancho e começavam a gritar lá para dentro que o almoço ainda não estava feito. E depois deitavam-se com as galinhas, assim que começava a escurecer – e

lá escurecia muito cedo – iam logo para a cama. O que estivesse com a luz acesa, ou para escrever um aerograma ou que fizesse mais barulho, era logo palavreado! Era gente que estava ali praticamente para comer! (entrevista a João Marques, ex-cabo condutor)

José Correia e João Marques representam os dois mundos que se cruzaram na obrigatoriedade do serviço militar. O primeiro, camponês de uma aldeia do concelho de Tarouca, partira para Angola com a escola primária incompleta e com vários anos de trabalho à jorna na agricultura, perseguindo a sazonalidade das campanhas agrícolas nos distritos de Viseu e Vila Real. O segundo, lisboeta filho de um funcionário público, passara por várias escolas, acumulara biscates e recebera aos dezoito anos a emancipação paterna e um automóvel. O primeiro regressou de Angola com a 4ª classe concluída e usou as poupanças do pré para comprar uma motorizada. O segundo voltou de África com três anos da vida civil perdidos.

A discrepância na maneira como o serviço militar afectou as vidas de quem por ele passou ilustra aquilo que Eugen Weber chamou de ‘equação do tempo e espaço’ (Weber 1976: 97). Esta equação expressa a assimetria de mundos que coexistem dentro de um país a caminho da modernidade. Em *Peasants into Frenchmen*, Weber faz o retrato da França do século XIX como um país que ainda não o era. Nas suas palavras,

[T]he Revolution had brought with it the concept of national unity as an integral and integrating ideal at all levels, and the ideal of oneness stirred concern about its shortcomings. Diversity became imperfection, injustice, failure, something to be noted and remedied. (idem: 9)

Na França do século XIX, a distância que separava as grandes cidades das vastas extensões rurais era muito maior do que apenas a lonjura física: era como se habitantes de um e outro lugar se olhassem mutuamente como estrangeiros, separados por maneiras de pensar e agir diversas. A diluição dos abismos fez-se através de “agências de mudança” uniformizadoras que buscavam construir a perfeição da homogeneidade nacional. A escola, que procurou formar cidadãos letrados e conhecedores da história e língua comuns; as estradas que encurtaram distâncias; a migração que aproximou populações que de outra forma não se cruzariam; ou o serviço militar que criou um “sentido de nacionalidade” constituindo-se como uma “escola da pátria” (Weber 1976). Um século mais tarde, a conscrição que levou milhares de homens para a guerra que Portugal combatia em África permitiu o encontro de mundos que até então não se tocavam. Em pleno século XX, a equação do tempo e espaço colocava ainda em lugares contrastantes aqueles que, em Portugal, vinham de meios urbanos ou rurais. A

sociedade dual em evolução que Adérito Sedas Nunes identificou em Portugal no início dos anos 60 implicava

(...) a coexistência, no Continente Português, de dois tipos de sociedade: uma *sociedade moderna*, implantada em espaços geograficamente restritos, e uma *sociedade tradicional*, estendida por todo o território e rodeando as grandes concentrações ou núcleos menores da primeira. (Nunes 1964: 420)

Apesar do desenvolvimento económico que ocorreu na década seguinte, o dualismo económico e sociológico não desaparecera: o contraste entre os centros urbanos do litoral e a mancha rural interior estagnada mantinha-se nas muitas diferenças que separavam a modernidade da tradição. Foi apenas com a democratização e a adesão europeia que a mudança social, iniciada no quadro do esforço de industrialização e abertura económica do Estado Novo, adquiriu os contornos que permitiram a António Barreto afirmar em 1995 que esta sociedade dualista “quase não existe mais” (Barreto 1995: 843).

A chegada a Portugal foi também o tempo de constituir família. Um ano após a desmobilização, uma boa parte dos entrevistados já se tinha casado. Alguns tinham deixado namoradas à espera na partida para Angola, outros casaram com raparigas com quem se corresponderam durante a comissão de serviço. Outros chegaram solteiros a Portugal, mas rapidamente encontraram as mulheres com quem viriam a casar. Momento fundamental para a libertação civil de um tempo militar de solidão e celibato, vários são os que recordam terem casado sem as condições materiais ideais.

Eu, infelizmente, nada herdei. Quando me casei fui viver para casa da minha sogra. Estive lá pouco tempo. Eu cheguei a esta casa só com uns panos nas janelas. Não é que eu tivesse nada com os meus sogros, mas queria estar à minha vontade. (entrevista a António Pais, ex-soldado atirador)

Casei em Agosto de 73, organizámos a nossa vida e permanecemos na casa do meu falecido sogro, que nos deu a possibilidade da gente lá habitar. Estive lá uns dez anos. O nosso objectivo foi lutar para ficar independentes. Estava lá e passado um ano, ou isso, comprei este terreno aqui, embora a casa não a tivesse feito logo, fui fazendo. (entrevista a Artur Silva, ex-soldado condutor)

José Correia: Eu assim que vim casei-me logo, foi para aí meio ano. Tinha um empreguito, já estava fora da tropa. Cheguei lá ao meu sogro, ‘Sr. Domingos quero casar com a sua filha’. E ele deixou. [José Correia só começou a namorar com a mulher depois da desmobilização]

Mulher de JC: Quando casámos ficámos na casa do pai dele, que era aqui no povo. A casa do meu sogro era pequena, tanto que comecei a ter os meus filhos e não tinha espaço para eles. Depois conseguimos fazer uma casinha para ter os filhos ao pé de nós.

José Correia: Mesmo para ter um bocadinho de terreno, suei muito. Nós não tínhamos eira nem beira quando casámos. Depois uma prima fez o favor de nos deixar granjear um bocadito. Naquele tempo dava duas ou três sacas de batatas, garrações de azeite. Ainda vivemos lá [na casa que foram construindo] três anos só com a placa, a gente não tinha dinheiro. Não chovia lá dentro, só que de Verão era muito calor, aquilo era um forno, Jesus! (entrevista a José Correia, ex-soldado atirador)

Os constrangimentos materiais não detiveram a urgência do casamento. Depois da violência da guerra, só a vida civil e os seus ritmos e rituais importavam; a vontade da normalidade era mais forte do que a aritmética dos aspectos práticos. Num artigo de comentário ao primeiro colóquio sobre a guerra e as mulheres realizado em Harvard em 1984, Michelle Perrot analisa as transformações que as duas grandes guerras implicaram nas vidas das mulheres: o acesso ao mercado de trabalho e a “novos espaços de liberdade”, a diluição da vigilância moral sobre a conduta feminina. Mas Perrot assinala também uma outra mudança significativa: o encurtamento do período formal de noivado e a precipitação do casamento.

La rencontre amoureuse et sexuelle a été hâtée, transformée par la hantise de la mort. Peut-être le spectacle du champ de bataille a-t-il contribué à l’avenement du couple moderne, centré sur une exigence de réalisation individuelle et non plus patrimoniale. (Perrot 1984: 71)

A obsessão com a morte e a memória vívida do conflito abreviaram as formalidades, transformando o casamento num imperativo de realização pessoal que permitia vencer o rasto de destruição da experiência guerreira.

A alegria da chegada a Portugal não foi capaz de diluir a presença da guerra nas vidas destes homens. Ela permanecia dentro de muitos e surgia em sentimentos difusos de medo e insegurança. São vários os que mencionam a estranheza da paz, o estado de sobressalto constante com que reagiam ao que se passava à sua volta e o aparecimento de uma explosiva irritabilidade.

Houve lá uma festa pelo S. Martinho. Quando ouvi os foguetes atirei-me para o chão! Pensava que a guerra ainda estava ali. (entrevista a Manuel Silva, ex-cabo atirador)

Vinha diferente, mais temerato, mais desconfiado. Via as pessoas e desconfiava delas. Andava mais nervoso. Eu até tremia! O meu pai andava ali a fazer uma casa e eu estava sentado em cima de uma viga e o meu irmão disse-me ‘Chega cá essa tábuia’. Respondi ‘Vem cá tu!’ Ia-o matando! (entrevista a António Pais, ex-soldado atirador)

Uma vez estava lá [no Instituto Comercial] e estava-se a falar da guerra do ultramar. Eu comecei a descascar. Estava lá um tipo no meio de nós, ‘Vê lá o que estás a dizer, é melhor estares calado se não ainda te podes incomodar’. ‘Porquê? És da PIDE?? Olha

que eu quero que tu te lixes, mais a PIDE e o raio que vos parta!’, eu zangado com o gajo. Eu vinha muito violento, qualquer coisa eu reagia logo à pancada! Era logo! Antes de ir para lá [Angola] eu era um calmeirão... (entrevista a Firmino Alves, ex-furriel miliciano)

O que sobressai nestes relatos é o reconhecimento da inadequação das respostas pessoais às circunstâncias que os rodeavam. O tiro que afinal era um foguete na festa da aldeia, a cólera despertada por acontecimentos banais e a agressividade à flor da pele indicam que ‘a guerra ainda estava ali’. A persistência dolorosa da memória nas vidas dos indivíduos não é um fenómeno recente. A ‘neurastenia de guerra’ e o ‘*shell shock*’ reportados nas duas guerras mundiais delimitavam já o território no interior do qual a memória se encontrava aprisionada na brutalidade da experiência vivida. Mas foi apenas na década de 80 que surgiu a categoria nosológica de desordem de stress pós-traumático (*post-traumatic stress disorder*). Indissociável da figura do veterano da guerra do Vietname e da mudança paradigmática da psiquiatria americana ²⁰⁷, a desordem de stress pós-traumático emerge no cruzamento de um acontecimento traumático com uma resposta subjetiva profundamente negativa, gerando uma “(...) ingerência inoportuna, dramaticamente inoportuna, do passado no presente” (Quintais 2000: 105). Os critérios de diagnóstico desta desordem implicam a revivência persistente do acontecimento originador do trauma, o evitamento de estímulos a ele associados e o aumento da resposta fisiológica sob várias formas. Olhando para este quadro clínico, é possível encontrar alguns pontos de contacto com os relatos que os entrevistados fazem da estranheza do seu regresso: a hipervigilância que os levava a reagir a ameaças inexistentes, a cólera que irrompia de forma inesperada, o sobressalto constante apesar da tranquilidade que os rodeava. No entanto, de entre os antigos militares da Companhia de Artilharia 3313 que foram entrevistados, apenas um conta ter sido diagnosticado com desordem de stress pós-traumático vários anos após a desmobilização, numa data incerta que não consegue precisar.

Quando voltei eu senti-me estranho. Eu que era sempre alegre e brincalhão dei por mim sisudo, carrancudo, explodia em pouca água. Há um colega que diz ‘Temos aí a psicóloga de serviço. Vai lá, pode ser que ajude’. Estive com ela duas ou três horas a conversar, ela a puxar por mim, durante uma semana e tal. Até que um dia ela diz-me ‘Eu tenho aqui os números, já liguei para lá, o senhor vai-se dirigir aqui, o senhor sofre de stress traumático de pós-guerra’. Eu dizia ‘Mas ó doutora, há tanto tempo? Eu nem me lembro, só quando vejo alguém’. Havia um alferes de transmissões que eu às vezes via [em

²⁰⁷ Para uma análise da transformação paradigmática ocorrida na psiquiatria americana e da forma como esta transformação permitiu a emergência da categoria nosológica PTSD, ver Quintais 2000: 29-39.

Lisboa], fazia aqui piquetes. Quando o via ou quando encontrava algum colega começávamos a reviver, mas depois embrulhava-me no serviço. Eu disse à doutora ‘Eu não sou daqueles que se manda para o chão quando ouve um barulho, que me escondo ou começo a tremer’. Mas depois é que eu raciocinei? O nosso cérebro é um disco rígido e às vezes afloram-se coisas que estão no subconsciente. Cheguei a ir, foi na APOIAR²⁰⁸, era ao pé do Júlio de Matos. Mas eu depois desisti daquilo. Cada um queria ter sofrido mais na guerra do que os outros. Eu de vez em quando sonho, é a arma, é a guerrilha, às vezes aflora-se-me uma cara, mas não é sistemático, é de tempos a tempos. (entrevista a João Marques, ex-cabo condutor)

A brevidade desta experiência junto das sessões de grupo decorreu da inadaptação de João Marques a um modelo de intervenção baseado no regresso narrativo às experiências traumáticas. A ideia de que ‘cada um queria ter sofrido mais na guerra do que os outros’ é possível porque, tal como a investigação de Luís Quintais demonstra, o modelo que guia estas sessões se baseia na premissa de que é através da revisitação dos episódios e da sua desocultação que radica o tratamento do distúrbio, como se a “(...) ‘verdade’ existencial exumada [fosse] em si mesma terapêutica.” (Quintais 2000: 65). Considerada indelével, esta memória nunca desaparecerá dos sujeitos. A terapia terá, por isso, como objectivo fazer com que aprendam a viver com ela. É neste contexto terapêutico de escavação da memória que se inscreve a etnografia de Quintais. A observação e análise das sessões de grupo levam o leitor pelos corredores da ‘progressiva constituição de sentido’ das histórias contadas:

Se, nas primeiras sessões, várias eram as histórias que se me afiguravam toldadas por um nevoeiro espesso, pouco a pouco o nevoeiro levantava-se, descortinando-se uma espécie de visão panorâmica sobre o passado, emoldurado agora por uma quadrícula marginada pelo vocabulário fornecido pela desordem de stress pós-traumático. (idem: 96)

Esta reconstrução narrativa do passado é estimulada pelos terapeutas em sessões pungentes de partilha de episódios dramáticos, através do recurso à metáfora do abscesso que deve ser lancetado para que infecção seja detida.

²⁰⁸ A APOIAR, Associação de Apoio aos Ex-Combatentes Vítimas do Stress de Guerra, é uma das organizações da sociedade civil que se tem dedicado ao stress de guerra, promovendo vários serviços de apoio social, clínico e psicológico, mas também representando e defendendo publicamente os direitos e interesses dos antigos combatentes. Constituída legalmente em 1994, a APOIAR surgiu pela mão de um grupo de técnicos e pacientes do Serviço de Psicoterapia Comportamental do Hospital Júlio de Matos. Para uma análise do papel desta associação na narrativização das experiências traumáticas, ver Quintais 2000: 124-146.

A criação desta categoria nosológica permitiu também, nas palavras de Luís Quintais, “humanizar o inumano”. As questões morais associadas às atrocidades cometidas na guerra – como podem pessoas comuns agir de modo tão violento? - são olhadas de uma outra forma, uma forma que as coloca como ‘vítimas de processos de adaptação fisiológica e psicológica’ às circunstâncias que os rodeavam. A culpabilidade pelos atos do passado dá lugar à compaixão para com os sujeitos que cometeram atos de extrema violência. A medicalização da memória doente que torna os indivíduos reféns de atos passados constitui “(...) a única maneira cultural e socialmente sancionável de tornar o insuportável suportável, de justificar a atrocidade e a manifesta ausência de inteligibilidade que se lhe parece inscrever.” (idem: 100).

Uma outra maneira de tornar compreensíveis os episódios de extrema violência das guerras recorre à ideia de obediência às ordens dos superiores e de conformação com a ação dos pares para justificar as ações violentas. Joanna Bourke analisa o caso do massacre Mai Lai, ocorrido em 1968 no Vietname. No seguimento de uma denúncia de um elemento da Força Aérea que ouvira relatos macabros dos acontecimentos, foram levados a tribunal militar vinte e cinco indivíduos. Apenas um foi condenado a prisão perpétua pela carnificina que se soube ter morto quinhentos civis vietnamitas desarmados. A pressão da opinião pública foi enorme: centenas de pessoas apelaram à redução da pena, afirmando que o condenado apenas cumpria ordens. A detenção foi convertida em prisão domiciliária e, no final de 1975, foi concedida liberdade condicional ao militar que fora condenado (Bourke 1999: pp. 159-173).

No caso dos antigos militares da Companhia de Artilharia 3313, a obediência a ordens não é evocada como justificação de atos violentos. Nunca, em nenhum momento das suas narrativas, surgem relatos de combate direto, de agressões a ‘terroristas’ ou à população civil. Ouvindo-os falar da sua guerra, poder-se-ia acreditar que esta foi feita de longas extensões de tempo à espera do ataque e de breves respostas armadas às invisíveis investidas do inimigo escondido na mata. A história do cão abatido porque comeu a orelha do negro é uma inesperada exceção no meio de dezenas de relatos contidos – exceção que apenas é compreensível à luz do contexto em que foi relatada (V. Capítulo III). Embora o detalhado relatório da *História da Unidade Bart 3835* refira perseguições a ‘grupos In’ (algumas das quais resultaram em guerrilheiros mortos, para além dos habituais detidos para interrogatório pela PIDE/DGS), e mencione incêndios de aldeias e lavras após rusgas (destinados a garantir que os guerrilheiros não mais usariam aqueles terrenos), a verdade é que episódios destes constituem uma estranha

ausência nas memórias dos entrevistados. Terão estes antigos militares passado pela guerra sem conhecer a violência e os seus excessos? É impossível saber o que então aconteceu. O que se sabe é que, resultado do esquecimento ou da deliberada escolha de silenciamento, a participação em atos violentos é uma inexistência narrativa que não carece de justificação hierárquica (o sujeito como o obediente elemento de uma cadeia de comando) ou médica (o sujeito transfigurado pelos devastadores efeitos da adaptação à violência da guerra).

À exceção de João Marques, que frequentou sessões psicoterapêuticas de grupo, nenhum dos outros entrevistados atribui o peso do diagnóstico médico de stress pós-traumático às memórias por vezes perturbantes dos tempos da guerra. Depois de Angola, nada voltaria a ser como antes. A agitação interior que reconhecem ter trazido de África constitui, nos seus discursos, a expressão clara do carácter transfigurador da experiência de guerra. É à luz do conceito turneriano de liminaridade que Luís Quintais propõe pensar a forma pela qual as guerras coloniais portuguesas se inscrevem nas vidas de quem por ela passou, “(...) momentos existencialmente significativos, como passagens, que estilhaçam a suposta continuidade de uma vida, ameaçando-a de dissolução” (Quintais 2000: 105). Afastados do diagnóstico clínico e das terapêuticas destinadas a domesticar a memória que coloniza a vida, à esmagadora maioria dos entrevistados restou apenas uma revolta imprecisa, uma inquietação que se intrometia nas suas vidas pessoais e profissionais. Com o tempo, afirmam, esta revolta foi-se diluindo na normalidade reconquistada. Alguns veem nos outros o que os próprios não admitem: o abuso do álcool, os divórcios e a instabilidade laboral como um sinal de que a guerra atormentou os anos que a ela se seguiram. O trauma, a marca indelével da violência na pele, é empurrada para fora de si, para aqueles que são forçados a recordar o passado que nunca os largou.

O tempo do regresso foi sobretudo o momento para se agarrarem ao que de novo lhes ia acontecendo. A família, o trabalho e a vida vieram encher o que antes fora ocupado pelo quotidiano militar. Os vinte e seis meses em Angola terminaram com a desmobilização. Deles restaram fotografias guardadas em álbuns, episódios e imagens que persistiam apesar da distância, uma vaga revolta que se foi dissolvendo na normalidade dos dias. Os camaradas com quem viveram durante dois anos desapareceram nas suas vidas retomadas. A guerra, essa, voltaria a aparecer alguns anos mais tarde.

2. O 25 de abril e a descolonização

“Aqui Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas. As Forças Armadas Portuguesas apelam para todos os habitantes da cidade de Lisboa no sentido de recolherem a suas casas nas quais se devem conservar com a máxima calma. Esperamos sinceramente que a gravidade da hora que vivemos não seja tristemente assinalada por qualquer acidente pessoal para o que apelamos para o bom senso dos comandos das forças militarizadas no sentido de serem evitados quaisquer confrontos com as Forças Armadas”. Assim começava o primeiro comunicado do Movimento das Forças Armadas que os noctívagos ouvintes do Rádio Clube Português escutaram às quatro e meia da manhã de 25 de Abril de 1974. Três horas mais tarde, um novo comunicado enunciaria de forma clara o que se passava: “as Forças Armadas desencadearam na madrugada de hoje uma série de ações com vista à libertação do País do regime que há longo tempo o domina”.

O golpe que então rompia resultava de um processo de insatisfação e desagregação militar. A longa guerra africana começava a fazer cair peças no regime. O esforço para fornecer recursos humanos para o conflito em Angola, Moçambique e Guiné não afectara apenas os milicianos, enviados todos os anos aos milhares para o ‘ultramar’. Também os oficiais do Quadro Permanente acusavam o cansaço das sucessivas mobilizações para África. Os avanços e recuos legislativos que agitaram as águas militares portuguesas em 1973 refletiram o desencontro entre a vontade política de agilizar a integração de oficiais milicianos no quadro permanente e o descontentamento dos militares de carreira com o tratamento vantajoso concedido aos milicianos. O Decreto-Lei 353/73 de 13 de Julho estipulava que os oficiais milicianos (capitães ou subalternos) poderiam ingressar no Quadro Permanente com a frequência de um curso intensivo de dois semestres na Academia Militar e um semestre na arma escolhida. Para efeitos de antiguidade relativa, contar-se-ia o tempo de serviço como milicianos. Os cadetes da Academia Militar sentiram-se lesados por esta medida. A contestação fez com que, um mês mais tarde, fosse publicado o Decreto-Lei 409/73, pelo qual se restringiram os oficiais que poderiam ser ultrapassados em antiguidade, ficando de fora os majores e tenentes-coronéis. Estas alterações legislativas geraram uma contestação interna inédita. Sucederam-se reuniões de oficiais intermédios que viriam a constituir-se no Movimento dos Capitães. Se, inicialmente, o motor destas movimentações foram as alterações legislativas que regulavam o ingresso na carreira militar, rapidamente elas adquiriram um alcance mais vasto. Se fossem apenas

preocupações corporativas, o movimento ter-se-ia detido com a suspensão da aplicação destas leis em Outubro de 1973. De acordo com Medeiros Ferreira,

Não só as reuniões de capitães não pararam como vão adquirir uma natureza cada vez mais política e de afrontamento à Ditadura. Assim, em 24 de Novembro de 1973 realizar-se-á, num primeiro andar de um casarão em S. Pedro do Estoril, uma reunião na qual já se ouve propor abertamente o ‘derrube, pela força, do governo marcelista, através de um golpe militar o fim da ignominiosa guerra colonial contra os povos africanos’.
(Ferreira 1999: 264)

Em 1973, os militares eram uma séria causa de preocupação para o regime. A publicação de *Portugal e o Futuro* de António de Spínola veio tornar evidentes as divergências que separavam o governo e esta alta figura da hierarquia militar. “Não era uma tese, e sim um manifesto”: é assim que Marcelo Caetano resume o incómodo sentido com a edição e estrondoso sucesso deste livro (Cf. Caetano 1974, sobretudo pp. 189-203). Em meados de Março, Caetano procurou comprometer politicamente a Assembleia Nacional e as cúpulas militares com o rumo que havia traçado para o país. Mas foi uma tentativa coxa. À reunião da ‘brigada do reumático’ faltaram dois elementos centrais: Costa Gomes e Spínola, Chefe e Vice-Chefe de Estado General das Forças Armadas, exonerados no mesmo dia por Marcelo Caetano. No dia seguinte a esta famosa reunião, deu-se uma primeira tentativa de deposição do regime: saída das Caldas da Rainha, uma coluna militar seria interceptada à entrada de Lisboa. Esta operação falhada serviria de ensaio para o que viria a acontecer um mês mais tarde.

Na madrugada de 25 de Abril, o descontentamento desaguou num golpe que o regime não conseguiu deter. Concebido e liderado por oficiais intermédios – ainda que, como nota Fernando Rosas, contasse com a cobertura institucional de Costa Gomes e Spínola, o que garantiu “o progresso do movimento sem grandes acidentes repressivos, pelo menos até ao 16 de Março de 1974” (Rosas 2006: 17) – o 25 de Abril teve como objetivo depor o regime, instaurar a democracia e terminar a guerra colonial. Pouco mais de um mês após o golpe das Caldas, os militares tomaram o pulso ao país. Esta foi, para Medeiros Ferreira, a grande virtude estratégica dos oficiais do MFA, a de “(...) terem passado à ofensiva quando alguns indicadores os aconselhariam a manterem-se quietos como resultado da sublevação falhada das Caldas.” (Ferreira 1990: 31). A surpresa foi uma das causas imediatas do sucesso da operação que se iniciava na madrugada de 25 de Abril. Julgado em desagregação, o Movimento das Forças

Armadas avançou com uma operação que combinava “[a]propriação dos meios de comunicação social e guerra de posicionamento, apoiada por um bom sistema de comunicações (...)” (idem: 24). Os primeiros comunicados do MFA transmitidos na rádio foram vagos quanto aos objetivos do golpe, prevendo múltiplas interpretações na eventualidade do seu fracasso. A soma de sucessos da operação permitiu o abandono da ambiguidade destas declarações públicas. Tornou-se, então, claro que se tratava de um golpe destinado a depor o regime.

Durante as primeiras horas da manhã, e apesar dos avisos na rádio, houve quem tivesse saído à rua em Lisboa na ignorância do que se passava na cidade. José Gomes vivia em Sacavém com a mulher e o filho de três meses. Tal como em tantos outros dias, saiu de casa muito cedo. Esperava-o mais um turno como motorista da Carris.

Eu andava a fazer a carreira 42 do Bairro Padre Cruz para o Rossio. Chegámos ali ao pé da Praça de Espanha e tinha os canhões voltados para lá. A tropa chegou ao pé da gente mas ninguém explicou nada. Até às duas e qualquer coisa estive ali parado. Os passageiros saíram todos, mas eu continuava sem saber o que se passava. Depois através de fiscais é que soube que se tinha dado um golpe militar. Não tive a noção do diâmetro da coisa que se estava a passar. Fui apanhado de surpresa, se eu oiço o rádio em casa às quatro da manhã, não me tinha levantado da cama. (entrevista a José Gomes, ex-soldado condutor)

Bloqueado nas imediações da Praça de Espanha, José Gomes desconhecia o que se passava ali ao lado, no Quartel-General da Região Militar de Lisboa, ocupado pelo Batalhão de Caçadores 5 desde a madrugada. Nas primeiras horas da manhã, o regime que então tremia enviou um esquadrão da Polícia Militar para desalojar os ocupantes do MFA. O oficial responsável avançou desarmado para o Quartel-General. Do outro lado, foi avisado de que ‘se avançarem, sai bala’²⁰⁹. De regresso ao esquadrão, tentou aliciar os seus homens para uma ação ofensiva. Sem a anuência dos subordinados, foi-lhe impossível impedir a presença do Movimento das Forças Armadas no edifício. Tal como aconteceu em tantos outros episódios deste dia, os recontros entre militares foram inexistentes. “O Estado e a hierarquia não têm verdadeiro controlo sobre as Forças Armadas no 25 de Abril: quando o golpe estala, no Exército, na Marinha e na Força Aérea os que não o apoiam recusam-se a combatê-lo ou passam-se para ele quando o percebem vitorioso.” (Rosas 2006: 19). Nascido de um movimento de oficiais intermédios, o MFA tinha criado o que Fernando Rosas considera ser uma “situação de

²⁰⁹ Ver cronologia dos acontecimentos no site da Associação 25 de Abril: <http://www.25abril.org/index.php?content=1&hora=1>, acedido em Julho de 2014.

equivoco absolutamente singular”, retirando ao governo e à hierarquia militar capacidade operacional sobre os vários ramos das Forças Armadas (idem).

Os comunicados do MFA transmitidos pela rádio repetiam o apelo para que os elementos da GNR, PSP, DGS e Legião Portuguesa não confrontassem as Forças Armadas que haviam tomado a cargo a situação. João Marques era agente da Polícia Judiciária. Soube do que se passava por um telefonema da mãe que lhe pedia que não fosse trabalhar. Soubera através rádio que tinha havido uma revolução e que “andavam a prender os polícias todos”.

Mas eu fui trabalhar calmamente, ia à civil... O comboio estava vazio, ia eu, o maquinista e o revisor. Chegámos ao Rossio, aquela zona estava cheia de militares, se calhar coitadinhos nem tinham balas nos carregadores, encostados às paredes, se calhar à espera que viesse algum avião. Meto-me no metro e saio nas Picoas. Cheguei lá e vi a porta principal fechada. Bati, bati, bati, até que veio lá uma cabecinha ver quem era. Quando viu, abriu a porta. Só lá estava o pessoal que estava de piquete, alguns tramados porque os que iam para render não foram, ou por medo ou outra circunstância. Eu fiquei lá a trabalhar normalmente, mas sozinho. Entretanto vou lavar as mãos para ir almoçar e oiço um barulho na outra sala. Estavam lá dois colegas meus a ouvir o radiozinho pequenino, a ouvir os comunicados das Forças Armadas. Chegámos a uma altura em que estivemos lá cercados, com berliets à porta. Entretanto houve uma convocatória em que se fez ver que não tínhamos nada a ver com política. Antes [do 25 de Abril] uma arma que a gente apanhasse ia logo para a PIDE, não havia praticamente pessoas armadas. Foi lá um rapazito novo da tropa, ‘Já sabemos que vocês não têm nada a ver com política, é só crime’, e não tivemos problemas. (entrevista a João Marques, ex-cabo condutor)

As memórias de João Marques do 25 de Abril de 1974 ilustram a expectativa que rodeava o golpe que rompera na madrugada. No seu discurso não se distingue a alegria com que outros entrevistados que viviam em Lisboa recordam ter acolhido os acontecimentos. Joaquim Mestres morava então em Carnaxide com a mulher. Eram ambos professores de educação física em escolas no distrito de Lisboa. De manhã cedo, quando foi comprar pão à rua, Mestres ficou a saber o que se passava.

Apercebo-me que há uma grande confusão e que o pessoal estava muito amedrontado porque tinha havido uma revolução. Isto foi muito cedinho, consegui arranjar o pão e disse ‘Leonor, houve uma revolução!’. Ligámos o rádio e estranhamente estava a dar música militar. Na altura não percebemos muito bem, mas depois fez algum nexos que estivesse a dar música militar. Ficámos indecisos sobre o que iríamos fazer. Ela tinha escola em Oeiras, eu em Sintra. Pensámos ‘A gente deve ir para a escola, é lá que a gente deve estar’. Cheguei a Sintra, com uma série de militares e jipes por ali acima. Achei muita piada aquilo, estava a sentir-me outra vez no meu tempo de guerra – que aliás não tinha terminado há muito tempo. Na escola estava tudo a ir embora. Ficámos alguns professores na palheta, depois vim-me embora. Cheguei a casa, toca de por os rádios todos para tentar apanhar o máximo de informação possível. Aquilo estava a fazer-me um nervoso miudinho e decidimos sair de casa para ver o que se estava a passar na prisão de Caxias. Havia barragens e a dada altura eu já andava no

meio das barragens com um livre-trânsito para poder circular no meio daquilo tudo. Na altura para termos livre-trânsito era só manifestarmos o nosso apoio à situação e passávamos a ser amigos. E com isso havia um gajo qualquer que rapava de um papel, escrevia não sei o quê, espetava com cuspo no vidro do carro e a partir daí podia passar pelas barragens todas que estavam montadas porque era tido como elemento do pró-revolução. Deu-me um gozo desgraçado andar no meio daquilo tudo. (entrevista a Joaquim Mestres, ex-alferes miliciano)

Durante anos, a mulher do antigo alferes visitara um amigo da família detido em Caxias. Foi por isso que, ao fim de algumas horas a ouvir rádio, decidiram ir até à prisão na expectativa de assistir à saída dos presos. Marcelo Caetano já se havia rendido no quartel do Carmo. A libertação dos presos políticos seria o próximo passo da ruptura simbólica com o regime que se desmoronava. Mas a multidão teria de esperar pelo dia seguinte. Durante a noite de 25 de Abril, o Forte de Caxias continuava guardado por elementos da GNR e da PIDE/DGS. No início da manhã de 26 de Abril, uma força de paraquedistas entraria no edifício e receberia a rendição das forças do regime. Estava aberto o caminho para a libertação dos presos políticos ²¹⁰.

A outra rendição simbólica muito aguardada foi a da PIDE/DGS, cujos elementos permaneciam encerrados na sede lisboeta. Entre o quartel do Carmo, de onde Marcelo Caetano saíra pouco depois das sete da tarde sob escolta militar, e a Rua António Maria Cardoso, sede da polícia política, o mar de gente era impressionante. Tal como em Caxias, uma multidão saiu à rua para ver a queda do regime. Esta foi a grande atitude política dos populares no dia 25 de Abril que encheram a cidade em manifestações de apoio que excederam as melhores expectativas dos militares (Ferreira 1990). No meio do mar de gente, estava o antigo cabo cripto Jorge Pereira que, desde criança, vivia no Chiado. Recorda o ambiente de festa e a fúria popular que rodeou a saída dos agentes da PIDE/DGS na Rua António Maria Cardoso.

Oh!, era pessoal na rua por todos os lados! Cravos para aqui, cravos para acolá, toda a gente com um cravo. Aquilo era mais festa que outra coisa, não sei se todas as pessoas se aperceberam do significado que aquilo tinha realmente. Saiu tudo à rua, os carros a apitar, tudo a andar em comboio! Havia aqui tanques [Largo do Carmo], aqui e no Chiado, na António Maria Cardoso, o pessoal todo em cima dos homens [da PIDE/DGS]. Naquela altura era de ter pena, ataram-lhes as mãos, deitaram-lhes as calças para baixo

²¹⁰ No dia 27 de Abril, o Diário de Lisboa publicou na página 3 o “Depoimento de um Jornalista do Diário de Lisboa Hoje Libertado em Caxias”. Neste texto, Fernando Correia descreve a angústia que lhe causou as alterações que conseguia ver da sua cela de isolamento: barcos de guerra no Tejo, a chegada de reforços da GNR com ‘capacetes de combate’, carros e buzinas nas redondezas do forte, pessoas que acenavam ao longe. Na noite de 25 de Abril, um outro detido gritou que se tratava de um golpe de estado. Mas foi apenas na manhã de 26 de Abril, quando os paraquedistas entraram com jornalistas, que percebeu com alívio que era um golpe de estado para derrubar o regime – e não um golpe dos ultras, destinado a endurecê-lo.

para eles não fugirem, viram os documentos e não sei que mais. Juntou-se tanta gente que já não se podia ver mais, aquilo era uma multidão! (entrevista a Jorge Pereira, ex-cabo cripto)

Durante o dia 25 de Abril, cerca de duzentos agentes permaneceram encerrados na Rua António Maria Cardoso.

A sede da DGS foi sitiada por uma força de fuzileiros na manhã de 25, mas não se rendeu porque ‘o governo de Marcelo ainda estava no poder e a lealdade que a DGS tinha assegurado ao governo não era – nem deve ser – uma palavra vã’, segundo disse mais tarde Silva Pais. (Pimentel 2011, 515)

Mas a PIDE/DGS resistiria mesmo após a rendição de Marcelo na tarde do dia 25. Ao início da noite, foram disparados vários tiros da sede. Quarenta e cinco pessoas ficaram feridas e quatro pessoas morreram²¹¹. Foi apenas na manhã seguinte que os elementos cercados desde a véspera acederam à rendição incondicional. Nesse mesmo dia, outras delegações da PIDE/DGS seriam desmanteladas - as de Coimbra e do Porto render-se-iam apenas a 27 de Abril. Sobre os momentos que rodearam a queda da PIDE/DGS, pode ler-se no *Diário de Lisboa* de 27 de Abril:

Toda a Praça de Camões, toda a Rua da Misericórdia, todo o Largo do Chiado, parte da Rua Duques de Bragança exibiam uma determinação firme: romper com os cordões formados pelos soldados para um assalto exuberante à Rua António Maria Cardoso. (...) Durante horas e horas, e embora por vezes chovesse, a multidão não arredou pé dos locais que ocupava. Toda a gente queria assistir à queda do último reduto fascista²¹².

Protegidos da multidão pelos militares, estes elementos da PIDE/DGS partiriam para a prisão de Caxias. Outros, apanhados na ‘caça ao PIDE’ que se espalhou pela cidade, seriam resgatados da cólera pela tropa. Na espuma da revolução que enchia as ruas, as autoridades tiveram de conter a tentação de violência gerada pela transição abrupta de regime. A rendição da PIDE/DGS constituiu um “ato de demarcação inequívoco” de que fala Paul Connerton a propósito dos momentos de ruptura e início históricos. A queda do símbolo da repressão do Estado Novo garantia a quem assistia que se erguia “uma barreira contra a transgressão futura” (Connerton 1993 [1989]); os braços repressores do antigo regime não mais voltariam a agir sobre as consciências.

²¹¹ Irene Pimentel reconstrói as últimas horas da PIDE/DGS, confrontando as várias versões dos militares e polícias envolvidos nos acontecimentos. Ver Pimentel 2011 [2007]: pp. 515-519.

²¹² “A Pide temia as mãos do povo”, *Diário de Lisboa*, ano 54, nº 18441, 27 de Abril de 1974, p. 28.

Alguns antigos militares da CART 3313 que viviam longe de Lisboa lembram a alegria com que foram acompanhando as mudanças que transformavam o país. Estes são os entrevistados que valorizam a liberdade como bem essencial e que denunciam os aspectos sombrios do anterior regime: a repressão, a ausência de direitos laborais, a estreiteza de horizontes. Houve quem saísse à rua para acompanhar os acontecimentos, quem se iniciasse em reuniões políticas, quem se emocionasse com as promessas da revolução. Entre a escuta atenta das notícias da rádio ou a entusiasmada participação em manifestações de apoio ao golpe militar, as memórias destes antigos militares desenham o retrato de uma parte do país que acordava para a política com o 25 de Abril.

Eu e o meu pai estávamos a matar um porco naquela tarde. Esteve sempre a dar notícias da revolução na rádio, estávamos na matança do porco com o rádio aberto a acompanhar o relato [risos]. O 25 de Abril deu-se e pareceu-me que as pessoas aderiram. Continuámos a trabalhar mas houve certas coisas nas fábricas que mudaram. A força sindical instalou-se, as expectativas de melhorar tudo e perguntar pelos direitos. Houve muita revolução nas mentalidades das pessoas, mas mesmo muita! Começou-se a entrar muito no esquema dos sindicatos, dos partidos políticos, todos a serem influenciados pela política, o que dantes não existia. Eu lembro-me perfeitamente que nas eleições do Humberto Delgado, quem colava os cartazes do Humberto Delgado era olhado de lado... Mas nada que se compare com o 25 de Abril que realmente foi uma festa! (entrevista a Avelino Silva, ex-furriel miliciano)

[No dia 25 de Abril] eu tinha saído daqui e ia a caminho de Tabuaço [onde dava aulas de educação física]. Liguei o rádio e recebi a notícia que havia um golpe militar em Lisboa, estavam a chamar as pessoas a atenção para não saírem para a rua. Havia aqui um advogado de Moimenta da Beira que era conhecido como sendo de esquerda e que estava um bocado ligado àquela movimentação dos capitães. Já não fui para Tabuaços, virei para trás. Quando lá cheguei ele já estava a movimentar aquela gente, já sabia o que se estava a passar, era uma pessoa bastante adiantada em termos políticos. E disse: ‘Preciso de ti, vamos fazer aqui uns folhetos e dizer a estas pessoas o que se está a passar’. E lá fomos e estive a fazer panfletos. O MDP-CDE já tinha aí trabalho e ele era das pessoas que esteve ligada ao MDP-CDE, e foi através do MDP que estivemos a fazer essas informações. (entrevista a Amândio Clemêncio, ex-alferes miliciano)

Lendo estas recordações, descobre-se o país que estilhaçava a letargia política em que tinha vivido durante anos. A revolução nas mentalidades das pessoas que Avelino Silva recordou fez com que, de um momento para o outro, estas se vissem ligadas a uma onda de contestação e reivindicações laborais que iriam conduzir a importantes transformações na sociedade portuguesa. O abrupto despertar político de largas franjas da população implicou também a mobilização massiva no que António Costa Pinto designou de “movimentos de ruptura simbólica e de elites com o passado” e de “justiça transicional”, pelos quais foram afastadas as lideranças associadas ao

anterior regime ²¹³. Foi neste amplo movimento de erradicação do legado autoritário que Amândio Clemêncio participou, enfrentando o conservadorismo beirão e a oposição que pretendia deter os saneamentos em curso.

Fomos para escolas e começámos a fazer o saneamento daquela gente toda. Não era dos professores, era dos diretores escolares do antigo regime. Uns ficaram, outros foram embora, mas fizemos esse trabalho de requalificação das escolas. Não sei se foi bem se foi mal, mas pelo menos tentou-se fazer alguma coisa diferente. Não era fácil porque se tinha que fazer esse trabalho aborrecido com os então diretores e tinha que se sensibilizar os funcionários das escolas para o tipo de trabalho que estávamos a fazer, uns aderiam, outros não. E depois havia as oposições, não era fácil. Depois começou-se a organizar os grupos de trabalho, as organizações sindicais, das quais ainda fiz parte, eu ainda fui sindicalista. Foi a fase que mais gostei da minha vida, a fase do 25 de Abril. (entrevista a Amândio Clemêncio, ex-alferes miliciano)

Quem também recorda a violência do conservadorismo beirão é José Mendes, antigo condutor da CART 3313, que mergulhou de forma entusiasmada na revolução que se fazia por toda a parte. Com o 25 de Abril descobriu a política através da influência do patrão, militante de esquerda em segredo até ao golpe de estado. Recorda o clima de confronto que se vivia em Viseu, cidade dividida pela facção pró-revolucionária e a mobilização antirrevolucionária que se estendeu até às eleições para a Assembleia Constituinte em 1975:

Houve aqui saques de escritórios e de casas, perseguição aos comunistas e assaltos à sede do Partido Comunista. E o meu patrão também teve algumas dificuldades, teve que ficar em casa, numa ocasião teve a mota partida. Eu participei em todas as manifestações e tudo que havia aí. E olhe que era difícil! Nas primeiras eleições, eu era escrutinador, secretário. O padre deu umas dicas cá fora para votarem no CDS. As pessoas lá eram analfabetas, sei lá 70% das mulheres e homens não sabiam escrever, tinham que conhecer a sigla e andava um cá fora a distribuir uns autocolantezinhos. Toda a gente ia acompanhado à cabine de voto: ‘Ah, eu já não enxergo. Pode ir a minha mãe, a minha tia, a minha prima, a minha filha?’, para por a cruz onde eles queriam. A determinada altura nós achámos que isso não podia ser. Tentámos modificar as coisas dentro da legalidade. Os fiscais, um de cada partido que constava na lista, lá reunimos para limitarmos a situação. Pronto, tudo direitinho, viemos ao governo civil contar os votos, estava tudo certinho, entregámos os envelopes. No outro dia, vem um indivíduo com uma senhora a avisar-nos ‘Há uma ocorrência...’. O padre com as beatas todas à volta, batem os sinos a rebate e vão-nos atacar, vão instigar para nos baterem. (entrevista a José Mendes, ex-soldado condutor)

²¹³ António Costa Pinto analisa as duas fases da ‘justiça transicional’ portuguesa entre 1974 e 1976: a que de uma forma quase imediata procurou punir os ‘agentes da repressão colonial e a que, um pouco mais tarde, atingiu também as elites económicas e empresariais. Decisivo neste processo foi a natureza não hierárquica do golpe de estado e a ‘intervenção quase imediata de forças democráticas e a mobilização popular’ (Pinto 2006: 41).

A extrema polarização política tomou conta do país. No Norte de Portugal, esta polarização foi particularmente aguda, tomando a forma de uma “ofensiva anti-esquerdista” que incluiu a violência. Para Costa Pinto, “(...) a mobilização da província a norte do Tejo só foi possível com a entrada em cena da hierarquia da Igreja Católica e da mobilização paroquial, em conjugação com a notabilidade local.” (Pinto 2006: 40). E, de facto, é essa a memória de José Mendes: um tempo em que a os padres e seus seguidores se constituíram como força política ativa, criando um clima de confrontação de onde a violência não estava ausente.

Embora nenhum dos entrevistados tenha mencionado proximidade com esta vaga contrarrevolucionária que se instalou no Norte de Portugal, são alguns os que recordam ter temido pelo futuro do país. O único militar de carreira entrevistado, antigo Capitão da Companhia de Artilharia 3313, afirma ter sido um simpatizante do regime e ter assistido horrorizado à tomada do poder por camaradas ‘do contra’; um antigo cabo cripto, proveniente de uma família abastada e bem relacionada do Norte do país, temeu a sublevação dos trabalhadores da empresa familiar de transportes fundada pelo seu pai. Para estes, a liberdade conquistada com o 25 de Abril abriu o caminho para abusos e excessos que vieram delapidar a tranquilidade e bem estar em que se vivia no Estado Novo.

Mas a maioria das memórias destes antigos militares sobre o 25 de Abril não se enquadra na esperança ou no horror. Pelo contrário, denota o alheamento político em que grande parte dos homens da CART 3313 vivia. Nestes casos, as recordações da revolução e dos tempos que se seguiram são relatadas entre o desinteresse e a estranheza. Imersos no quotidiano, a mudança de regime parece ter sido descoberta lentamente através dos efeitos concretos nas suas vidas: o estabelecimento das oito horas de trabalho diárias e a institucionalização de dois dias de descanso semanais.

Estava lá nessa quinta e o senhor é que me falou disso. Ele pôs a esposa a levantar dinheiro do banco, tinha medo de ficar sem ele. E foi assim que eu soube. Aqui não se dava muito por isso. (entrevista a António Carvalho, ex-soldado cozinheiro)

Eu andava a trabalhar na Murganheira. Acho que ninguém sabia de nada. Não tínhamos televisão, para mim foi igual. De manhã fui trabalhar, não sabia. O encarregado da Murganheira nada sabia. Só passado dois anitos é que mudou: passou a ser oito horas [de trabalho diárias] e passámos a ter sábado e domingo, antes só tínhamos os domingos. Teve coisas boas. Mas em termos de respeito não. Há mais gatunos e vadios. O bom é quase igual. Eu já trabalhava, já se vivia mais ou menos, com umas batatitas, vinho e azeite. Agora é pior, andamos sempre à rasca com medo dos bardinos. (entrevista a José Correia, ex-soldado atirador)

Quando soube ouvi a notícia na rádio. ‘Mas que é isto? Uma revolta? Queres ver que eu ainda vou ir outra vez para a guerra?’ Foi logo! Eu nem me passava pela cabeça o que era isso, uma revolução. Eu nunca tinha ouvido falar nisso. Pronto, tenho que ir outra vez para a tropa! Depois a pouco a pouco é que eu comecei a perceber. Mas no início foi logo isso que me veio à cabeça. (entrevista a Manuel Rodrigues, ex-soldado condutor)

O receio de ser chamado de novo às armas não surgiu apenas no espírito de Manuel Rodrigues. São vários os que, morando em freguesias rurais do Norte do país, recordam o clima quente que se instalou durante meses e que fez temer a eclosão de uma nova guerra. Afastados das movimentações políticas dos grandes centros urbanos, distantes das apaixonadas lutas que dividiam os adeptos e os opositores do processo revolucionário em curso, uma boa parte dos entrevistados recorda o 25 de Abril como um longínquo golpe que depôs o governo. A liberdade que chegou com a revolução é minimizada nos seus discursos pois, afirmam, as suas vidas sempre se resumiram ao horizonte do trabalho e da família. A existência de repressão e de polícia política são mencionadas como descobertas que ocorreram por força da queda do regime e pela informação que foi então posta a circular.

Não me dava a ideia do que era um golpe de Estado. A única coisa que para mim melhorou foi os ordenados. A possibilidade de falar com este ou aquele, isso para mim não foi nada, eu continuei como era. O problema da PIDE... eu vi uma vez no Arco do Cego um senhor a enfiar duas chapadas noutra e a dizer ‘Se voltas a fazer não sei o quê, meto-te lá dentro!’, e toda a gente ficou calada. Quem era? Eu achei que era um passageiro qualquer. Só mais tarde, depois do 25 de Abril, é que percebi. Só tinha problemas se me metesse onde não era chamado. Ou se dissesse mal do governo. Isso sim, aí comia-se. Mas continuo na minha, para mim era chinês. Eu venho de lá de trás sem conhecimentos. As pessoas que estudam já tem outros conhecimentos, já vão sabendo quem está fazendo bem e mal. Eu não tive isso. (entrevista a José Gomes, ex-soldado condutor)

Se o alheamento em que parte dos entrevistados vivia não produziu grande ressonância emocional em relação às transformações do país, o mesmo não se pode dizer da independência das antigas colónias. Até aqueles que viviam de uma forma desinteressada a vida política (‘nunca me meti em políticas, a minha vida é o trabalho’), falam de uma forma apaixonada sobre a descolonização. Não cabe aqui a análise detalhada do processo descolonizador que, até ao final de 1975, veio a reconhecer a independência dos antigos territórios portugueses. É um processo complexo, composto por uma intriga labiríntica onde se cruzam lutas políticas internas, interesses regionais africanos e estratégias políticas internacionais. Para os efeitos desta dissertação, importa reter a ideia de que o processo de descolonização constituiu um “período de

aceleração do processo histórico” (Moita 1985) que, no plano da política nacional, se manifestou numa intensa luta política que opôs a estratégia federalista protagonizada por Spínola e a estratégia de ruptura com o colonialismo defendida pelo MFA. É esta divisão que, como se verá mais adiante, constitui o epicentro dos discursos atuais dos antigos militares da CART 3313 sobre o fim da guerra.

Mas é a dimensão subjetiva das experiências pessoais que mobiliza os argumentos e as posições tomadas. A independência dos territórios africanos não é, para estes homens, apenas um acontecimento histórico que transformou o país e as suas fronteiras. É, sobretudo, um acontecimento político que, tendo sido negociado entre elites, veio questionar as suas experiências pessoais enquanto militares recrutados para defender um país que deixou de existir. Com a independência das antigas colónias, desapareceu o mundo pelo qual tinham combatido. Mais do que a opinião que possam ter sobre o processo pelo qual Portugal se desfez dos territórios africanos, o que sobressai da maioria dos seus discursos é o lamento pela inutilidade dos esforços dos milhares de homens que estiveram nas guerras de África. Este lamento toma várias formas, entre a revolta pelos sacrifícios pessoais, a constatação da inevitabilidade da descolonização ou o repúdio pela perda dos territórios africanos.

Fiquei revoltado porque eles queriam entregar aquilo. Nós fomos para lá fazer o quê? Fomos para lá para sermos sacrificados, para depois entregar aquilo assim de bandeja? É duro. Se não fosse a tropa eu talvez tivesse emigrado e a minha vida seria melhor hoje. (entrevista a Manuel Rodrigues, ex-soldado condutor)

Se calhar as colónias tinham que ter, mais tarde ou mais cedo, o desfecho que tiveram. Aliás, a história diz-nos que nós fomos os últimos a deixar a África quando outras potências já tinham deixado há muito tempo. Quanto a isso, se calhar não havia muito a fazer. Agora o nosso esforço por lá é que se calhar foi inglório, andámos a fazer o quê? Pronto, naquele tempo protegemos populações, porque os turras embora andassem por lá era mais na mata, não entravam nas zonas urbanas. Fora disso não andámos a fazer mais nada. (entrevista a Artur Silva, ex-soldado condutor)

Fiquei muito triste com o 25 de Abril. Porque depois do sacrifício que nós passámos acho que foi uma asneira muito grande dar aquilo assim. Eu achava que aquilo era de Portugal, estávamos a defender o que era nosso. Aqueles dois anos foram perdidos. (entrevista a José Rocha, ex-soldado condutor)

Para quem, ainda hoje, defende que nunca se deveria ter abandonado o ‘ultramár’, o argumento económico é aquele que mais pesa no debate. Sem África, Portugal está condenado à pobreza. O tema da inevitável decadência nacional ligada à desagregação do império não é recente. Valentim Alexandre sugere que se recue para além do Estado Novo, “procurando integrar a guerra e a descolonização num tempo

mais longo”. Voltando atrás na história, poder-se-á encontrar os “elementos de continuidade” e recuperar a “narrativa identitária da nação portuguesa” onde a tradição imperial é um elemento fundador. O “desastre de Alcácer Quibir” surge como o momento fundador da bipolaridade da narrativa nacional, “(...) fundada na tensão entre a queda nos abismos e a salvação mirífica.” (Alexandre 2006: 28). A análise de Valentim Alexandre percorre ainda a descolonização do Brasil, o ultimatum britânico, a resistência à descolonização por parte do Estado Novo, reencontrando em todos estes “traumas do império” a mesma oscilação bipolar entre a insignificância e a grandeza. É esta análise histórica que lhe permite afirmar que

(...) os mitos e os traumas ligados ao império contribuíram decisivamente para conferir a essa narrativa um carácter bipolar, em que se sucedem e muitas vezes se sobrepõem a crença num destino universal, numa missão a cumprir, e um sentimento de incapacidade e de decadência, acompanhado de uma sensação de vitimização (a que se acrescenta uma preocupação obsessiva com o reconhecimento externo e com o lugar do país na hierarquia das nações) (idem: 39)

O sentimento de “fragilidade e inviabilidade” (idem) de um país despojado das suas possessões tidas como imemoriais reaparece nos discursos dos entrevistados para quem a descolonização constituiu a causa do empobrecimento de uma antiga metrópole condenada à pequenez dos seus recursos e horizontes europeus.

Entre os antigos militares da CART 3313 há também quem, embora reconheça a inevitabilidade da descolonização, se enrede a desenhar cenários alternativos, capazes de acomodar a determinação angolana de emancipação e a necessidade portuguesa de manter os seus recursos económicos no ‘ultramar’. Estes são os entrevistados que defendem soluções vagamente federalistas, pelas quais Portugal conseguiria manter o ascendente político e financeiro sobre África.

Podiam ter dado a autonomia como à Madeira e aos Açores, mas que continuassem lá os portugueses a explorar aquilo, que houvesse liberdade para pretos e brancos. Eu acho que seria melhor para eles e para nós. (entrevista a José Rocha, ex-soldado condutor)

Eu já na altura pensava - aliás, muito antes de mim o Norton de Matos pensou nisso -, que aquilo devia ser independente, isto é, deviam ter um governo deles e nós devíamos estar lá por trás, a governar. E tinha sido uma ideia inteligente. Claro que eles depois não aceitariam. Hoje que já tenho mais experiência, acho que devia ser assim mas não nós a mandarmos: nós a controlarmos a economia, que é como os países mais inteligentes fizeram. Deram-lhes a independência e continuaram na economia e portanto o que interessa é o dinheiro. O dinheiro é universal, não é? Não é de nenhum país. Hoje já

pensaria assim. Eles que fossem independentes mas nós que nos instalássemos e controlássemos a riqueza. (entrevista a Paulo Câmara, ex-furriel de operações especiais)

Nunca, em nenhuma destas formulações, são os territórios africanos concebidos como parte de Portugal, mas sim como vastas extensões tornadas nossas pela ação de gerações de portugueses que as descobriram e civilizaram. Nunca a vontade dos povos dos territórios do ‘ultramar’ é tida em conta, como se a decisão de ficar em África ou descolonizar dependesse apenas da determinação política da ‘metrópole’. A falhada manutenção de um vínculo político e económico entre a ‘metrópole’ e o ‘ultramar’ presume, nos discursos dos entrevistados, o ascendente político e económico da primeira sobre a segunda. Soluções como estas são herdeiras do antagonismo que dividiu a discussão sobre a questão colonial nos tempos que se seguiram ao 25 de Abril. De um lado, os sectores políticos mais conservadores, que encontraram em António de Spínola uma figura tutelar capaz de representar os que defendiam uma solução federalista; e, de outro lado, os sectores liberais que preconizavam a ruptura com o passado colonial e a efetiva independência dos antigos territórios. Quarenta anos mais tarde, o nome de Norton de Matos é utilizado para conferir legitimidade a um alegado plano que remontaria à Primeira República. O modelo por si defendido baseava-se numa concepção do império em que a descentralização se estenderia da administração aos níveis político e económico-financeiro ²¹⁴.

Neste modelo contava-se que a metrópole exercesse um papel de ‘centro de atração’ do conjunto imperial – mas por força do seu desenvolvimento natural, e não por imposição. Quanto à presença de Portugal em África, ela seria assegurada por um processo de colonização intensiva, fixando nela ‘a nossa raça’ que daria aos territórios do ultramar ‘um cunho bem português’. (Alexandre 1993b: 1126).

Os poucos que não colocam em causa a independência das antigas colónias, preferem afastar-se da discussão sobre a complexidade do processo político pelo qual a reconfiguração das fronteiras foi feito. O incómodo com a constatação do colonialismo adquire, nos seus discursos, o peso suficiente para legitimar uma

²¹⁴ A análise de Douglas Wheeler enfatiza a ambivalência da reputação histórica de Norton de Matos. Ao mesmo tempo que é ‘justamente considerado um grande construtor de estradas e um defensor do povo africano através de políticas laborais e de assistência social esclarecida’, Norton de Matos foi também o homem que ‘lançou os alicerces do reino do silêncio que vigorou durante o Estado Novo’, tendo esmagado as associações, sindicatos e jornais de assimilados (Wheeler e Pélissier 2009 [1971]: 174).

descolonização que admitem ter sido imperfeita. A imperfeição do processo de descolonização português é, talvez, uma das ideias mais recorrentes no debate público sobre a história recente de Portugal. Os qualificativos usados para o caracterizar variam entre apressado e desastroso, e desenham sempre um nexo de causalidade entre a independência dos territórios africanos e a corrupção, violência e pobreza que existem nestes países.

Ao mesmo tempo, o colonialismo português tem escapado ao debate público e ao olhar crítico que rodeia a descolonização. Quarenta anos após o fim do Portugal ‘pluricontinental’, persiste a ideia da singularidade da colonização portuguesa, ancorada na retórica lusotropicalista e na afirmação da “suposta imunidade dos portugueses ao racismo” (Castelo 2006: 17). Como se viu em capítulos anteriores, as narrativas dos antigos militares da Companhia de Artilharia 3313 tendem a minimizar os aspectos sombrios do colonialismo, circunscrevendo-os a casos de exploração que consideram ser excepcionais – o desvio à norma da harmonia plurirracial. São poucos que referem a descoberta angolana da opressão colonial. A maioria justifica a discriminação racial que conheceram em Angola com a desconfiança gerada pela situação de guerrilha (o inimigo estava em toda a parte), a difícil relação dos africanos com o trabalho (só trabalhavam se a isso fossem obrigados) e o hedonismo que os fazia viver no imediatismo do quotidiano (incapazes de gerir o dinheiro, gastavam-no de forma irresponsável). Mais do que a realidade que descobriram em Angola, o que parece pesar nas suas memórias é a retórica redonda e paternalista da harmonia racial.

A persistência deste argumentário está associada ao que Rui Ramos chamou de “operação de alquimia ideológica” pela qual o Estado Novo, a partir de meados do século XX e perante a pressão internacional, transfigurou o discurso sobre o Império. A recusa da violência e da dominação colonial, a afirmação do respeito pela pluralidade cultural, a ausência de racismo, a miscigenação, a defesa de uma integração espiritual baseada na língua portuguesa, constituíram os elementos basilares sobre os quais se construiu a “descolonização retórica”, ancorada no lusotropicalismo de Gilberto Freyre²¹⁵. Mais do que a consciência generalizada de falta de alternativa (a impossibilidade

²¹⁵ No Verão de 1975, na comemoração da independência de Cabo Verde e Moçambique, o primeiro ministro Vasco Gonçalves reproduziu o discurso até então estadonovista: “(...) nunca fomos racistas. Somos anti-racistas [...]. Os homens são todos iguais e os portugueses sempre se sentiram bem misturados com os outros, de todas as cores e de todas as raças. Não era isso que nos dividia.” (Gonçalves apud Ramos 2007: 472). Rui Ramos socorre-se do discurso político do então primeiro ministro para

de fazer diferente nas complexas circunstâncias históricas do momento) ou a conversão das elites (para quem o colonialismo se foi tornando fonte de inúmeras interrogações), foi a transfiguração da linguagem,

(...) construída a partir das tradições anti-expansionistas presentes na cultura portuguesa ou aproveitando a transformação da ideia de Império sob o efeito da pressão descolonizadora após a II Guerra Mundial, [que acabou] por amortecer a necessidade de conceber a descolonização como uma perda. (idem: 445)

Aquilo que Eduardo Lourenço chamou a “última metamorfose do nosso colonialismo inocente” (2014: 193) foi acompanhada da mesma “ausência espantosa de problemas” que tinha rodeado os últimos anos do império “inexistente por não assumido” (idem: 192). Neste ensaio, originalmente publicado em 1976, Lourenço termina afirmando:

Nem é de excluir que um dia uma das suas ocupações mais profundas não venha a ser a de peregrinar em ex-terras imperiais em busca daqueles ossos fabulosos que como Deucalião atirará para trás das costas para repovoar a sua imaginação estreita e deserta. (idem: 208)

E, de facto, alguns anos mais tarde, a ausência de luto pelo desaparecimento do império que nunca existiu foi convertida na afirmação da singularidade da comunidade histórica e cultural que unia Portugal e as suas antigas colónias. Em 1996, o reconhecimento institucional destes laços traduziu-se na constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Angola, Brasil, Guiné, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e, desde 2002, Timor Leste²¹⁶, juntaram-se num organismo transnacional destinado à cooperação, promoção e difusão da língua portuguesa e concertação político-diplomática. Mais de vinte anos após a independência, o “fantasma” do luso-tropicalismo continuava a assombrar as relações entre os diversos países que tinham o português como língua oficial. Disso mesmo dá conta Conceição Neto que, recuperando os discursos dos intervenientes políticos das

consolidar o argumento de que esta “descolonização retórica” terá constituído a razão da ausência de pública perplexidade e debate em torno da independência dos territórios africanos.

²¹⁶ A recente adesão da Guiné Equatorial à CPLP, no âmbito da X Cimeira em Díli em Julho de 2014, foi objeto de muita polémica. Comentaristas e analistas de várias orientações políticas convergiram na condenação desta adesão. Sem qualquer ligação à língua portuguesa, governada por um regime autoritário acusado de inúmeras violações de direitos humanos, a entrada da Guiné Equatorial na CPLP provocou um aceso debate na esfera pública portuguesa.

negociações preparatórias, sublinha a centralidade da ideia de uma “herança” portuguesa no mundo ²¹⁷ na constituição da CPLP (Neto 1997). Uma herança viva, capaz de resistir às profundas transformações entretanto ocorridas, que cumpria valorizar e preservar. A língua portuguesa constituiu-se, assim, como a pátria simbólica que uniu países que a história recente separara, desenhando os contornos de um discurso que Michel Cahen chama de “caravelista”, resultado da “adaptação do paternalismo à modernidade”:

On peut déconstruire ou démythifier le lusotropicalisme. Mais cela ne saurait faire oublier que une idéologie n’est pas détruite par sa démythification. Car elle n’a pour fonction ni d’être vraie’ ni de mentir, elle exprime l’habitus – le *ser* et l’*estar* – de milieux socio-culturels. Par conséquent, dans ce cas, comme bien d’autres, est assuré le futur du passé. (Cahen 1997: 431)

A persistência deste discurso aproxima-se da solidez da “representação íntima coletiva” que Christian Geffray afirma existir no Brasil. Baseada nas ideias de Gilberto Freyre, esta representação fala do “Brasil adorável” que Geffray resume como sendo uma realidade sociológica, imaginária e poderosa, concebida como absolutamente única em todo o mundo ²¹⁸, baseada no “amor na servidão” que teria criado uma sociedade mestiça considerada ímpar. O unanimismo em torno desta representação é indissociável, afirma Geffray, da negação dos conflitos e da ablação da história. O que alimenta o discurso público nacional é o folclore:

L’histoire avait laissé des empreintes, muettes ou indéchiffrables comme il est de règle dans le folklore – puisque ça fonction est précisément de la rendre impensable -, mais ce folklore métamorphosait du même coup l’histoire en une sorte de livre d’images enfantin, colorié (ou à colorier), captivant assurément, mais dépourvue de texte. (Geffray 1997: 366)

²¹⁷ Neste artigo, Maria da Conceição Neto dedica-se a desconstruir a retórica lusotropicalista a partir do contexto angolano. A sua análise cruza a ideologia, doutrina e políticas coloniais portuguesas com dados concretos de distintas épocas e regiões – incluindo comparações com outros países limítrofes. O resultado é a inevitável “desmistificação” de uma retórica que, de acordo com autora, nunca foi mais do que o resultado de um olhar seletivo sobre uma realidade muito mais complexa (Neto 1997).

²¹⁸ Este artigo de Christian Geffray (1997) baseia-se na sua ‘experiência intelectual’ enquanto antropólogo que, após dez anos de trabalho em Moçambique, se mudou para o Brasil. Confrontado com a unanimidade inquestionável do ‘Brasil adorável’ e das muitas questões e perplexidades que a sua experiência anterior colocavam à ‘representação íntima’ da nação brasileira, Geffray escreveu um texto sobre o destino político e ideológico do lusotropicalismo e os muitos equívocos gerados pela sua enunciação quotidiana como retórica pública e privada sobre o destino de um país.

Do outro lado do espelho, está o ‘bom patrão’ português – o tal que, de acordo com Gilberto Freyre, se distinguiu entre todos os que chegaram aos trópicos e o colonizaram, o tal que por amor (e não apenas por interesse) se uniu aos habitantes dos territórios onde se foi fixando. A ideologia lusotropical subsiste décadas depois da queda do regime que a adoptou como discurso sobre a singularidade do destino de uma nação que se espalhou pelo mundo fora. Ainda que, como salienta Valentim Alexandre, a historiografia portuguesa das últimas três décadas se tenha construído em grande parte por “oposição aos mitos dominantes da memória colectiva” e às suas omissões e buracos, as suas conclusões dificilmente rompem as fronteiras da academia. Confinadas ao espaço restrito de uma certa elite intelectual, as questões colocadas pela investigação académica não parecem ter sido capazes de interrogar a unanimidade que rodeia a representação da expansão e colonização portuguesa, nem tampouco de transitar para “(...) a história de Portugal e para o ensino – passos essenciais para o exercício de qualquer influência na reformulação do discurso identitário nacional (...)” (Alexandre 2006: 41).

A história da retórica lusotropical no discurso identitário português é a história de uma construção ideológica que, vinda do que John Bodnar chamou o “formalismo dogmático da cultura oficial”, transbordou as suas fronteiras e penetrou na dimensão íntima da “cultura vernácula”. Ao fornecer uma interpretação do passado que dissolve as assimetrias da situação colonial, ela distancia-se das questões colocadas pela historiografia e aproxima-se do unanimismo narrativo do “folclore” - o folclore enquanto um livro de imagens desprovido de texto que, tal como Geffray enuncia, permite que se inscreva a dimensão pessoal da experiência na singularidade intemporal da representação íntima nacional. No caso português, esta representação centra-se no extraordinário destino de um povo que, através dos séculos, construiu a sua grandeza através da expansão marítima e da vocação ecuménica de integração de culturas. As contradições entre o modelo ideal (a ausência de racismo, a capacidade de miscigenação) e a realidade (a desigualdade de oportunidades entre brancos e negros na Angola do início dos anos 70, a erotização das africanas pelos militares da ‘metrópole’, o paternalismo da disciplina imposta pelos brancos), raramente lançam dúvidas significativas nas memórias dos entrevistados – o unanimismo não é beliscado por aquilo que consideram ser exceções irrelevantes à norma da harmonia racial. Com uma admirável resistência à passagem do tempo e às profundas transformações que mudaram o país e o mundo, é a reconfiguração da retórica oficial do Estado Novo que

emerge das narrativas pessoais dos antigos militares da Companhia de Artilharia 3313. Tal como Alan Cofino sugeriu, os elementos discursivos da cultura oficial podem adquirir a mesma natureza íntima de “propriedade mental quotidiana” que a dicotomia de Bodnar suporia localizar-se apenas na cultura vernácula (Cofino 1997). E é precisamente isso que se encontra na análise das memórias dos entrevistados: deslizando entre dois momentos do tempo (o do passado perdido e o da sua convocação contemporânea), elas evidenciam a falta de alternativas contemporâneas a um discurso identitário herdado do Estado Novo. É esta ausência que traça as fronteiras no interior das quais os sujeitos reconfiguram as suas memórias da guerra e de Angola.

3. O reencontro com o passado

No final de Julho de 2001, um grupo de antigos militares da Companhia de Artilharia 3313 juntou-se num restaurante em Fátima. Trinta anos depois do embarque no Vera Cruz para Angola, vinte e oito anos após a desmobilização, dezenas de homens receberam uma carta que anunciava o primeiro almoço da companhia. No cabeçalho, o brasão da unidade prometia Força e Audácia sobre as armas de artilharia. Nesse sábado de Julho, foram vinte e oito os homens que preencheram a folha de presenças do primeiro encontro da unidade. Vieram do Norte, de Lisboa, do Ribatejo em resposta ao apelo do convite: ‘É importante que todos digamos presente’.

Este reencontro nasceu da teimosia e determinação de um pequeno círculo de camaradas que, por circunstâncias diversas, foram convidados em 1998 para um convívio da Companhia de Comandos e Serviços (CCS) do Batalhão de Artilharia 3835, com quem tinham partilhado o quartel de Gago Coutinho no Leste angolano. Confrontados com os convívios anuais que as outras unidades do Batalhão organizavam, decidiram que tinha chegado o tempo de reunir a companhia. Iniciou-se então o moroso processo de localização dos antigos camaradas. Como ponto de partida, uma lista de nomes e moradas à data da incorporação. Durante quase três anos, o empenho de alguns homens colocou-os num inesperado papel detectivesco, em horas de telefonemas, viagens a aldeias e conversas com vizinhos até descobrirem camaradas perdidos nos anos que se haviam passado. Alguns nunca foram encontrados.

Na altura não havia telefones móveis. Liguei para um e para outro, nada. Liguei para o Russo, foi o primeiro que me atendeu. Ele era de Montemor-o-Novo, mas o número era de Santarém. Liguei e atendeu a mulher, eu disse que andava à procura do Manuel Artur Russo, de Montemor. ‘Ele não está, mas deixe o seu contacto que ele liga’. Quando ele

chegou, ligou logo. Eu comecei a fazer mais contactos, a apanhar mais e foi assim que juntei a companhia. A minha mulher na altura disse-me: ‘Sabes quanto é que temos de telefone para pagar? Cinquenta contos!’ (entrevista a Manuel Silva, ex-cabo atirador)

Quando eu me casei mudei de residência. O Silva foi à lista telefónica e viu lá o nome. Ligou. Quem atendeu foi a minha falecida esposa. Ele queria perguntar se aquele era eu, mas não sabia como: ‘Mas ele vivia em Famalicão, como é que vive agora em Braga? Diga-me uma coisa, ele não é um bocado gago?’, ‘É sim’, ‘Então ele quando vier, que me ligue’. Ela disse-me ‘Ligou para aqui um teu amigo da tropa’. E foi assim. (entrevista a Manuel Rodrigues, ex-soldado condutor)

Pela primeira vez que vi um colega, ex-colega da tropa, ele estava aqui à minha porta, veio aqui para me convidar para um convívio. Isso é que foi castiço! Eu faço parte de uma Filarmónica e estava a voltar de um serviço, chego à porta e estava ali aquele indivíduo. Diz-me a minha mulher, ‘Conheces este senhor?’. Eu olhei assim para ele, ‘Não conheço’. Depois é que eu tornei a olhar e a refletir e eu assim ‘Só se for do tempo da tropa, só se for do tempo da tropa’, Foi então quando ele começou a dar umas pista, ‘Conhecias o Silva?’. ‘És tu, pá!’. Pronto, lá está, os tais vinte e tal anos. Quem diz esse diz outros, a gente via lá alguns colegas que já não os conhecia se passasse por eles em qualquer lado. (entrevista a Artur Silva, ex-soldado condutor)

A decisão de reunir os homens com quem tinham passado dois anos em Angola foi precedida por anos de encontros fortuitos. Houve quem se tivesse cruzado num estádio de futebol ou nas ruas de uma cidade, quem percorresse pequenas cidades à procura de informações de companheiros sumidos. Avelino Silva recorda o dia em que acho ter visto o Firmino Alves numa rua do Porto:

Numa altura em que estive no Porto vi um sujeito com uma Diane, na Batalha, com o estilo do Alves. Fui atrás dele, mas no meio do trânsito, perdi-o. (entrevista a Avelino Silva, ex-furriel miliciano)

Nalguns raros casos, o contacto não mais desapareceu por força dos laços familiares que se criaram após o regresso de Angola: dois soldados atiradores casaram com duas irmãs e nunca mais se perderam de vista; um soldado cozinheiro casou com a madrinha de guerra, prima de um camarada da CART 3313 que os pusera em contacto durante a guerra. Mas estas são as exceções. A maioria dos entrevistados recorda a longa ausência de contactos ou os encontros casuais que nunca tiveram consequências mais amplas para além dos breves momentos em que ocorriam. As razões apontadas para esta ausência de contactos são imprecisas. Entre o regresso ao quotidiano interrompido e os acontecimentos que enchem a vida civil, os anos da guerra pareciam ter ficado num lugar remoto e impartilhável. Apesar das prosaicas justificações (o trabalho, a família, os filhos), sobra a suspeita de que um qualquer sentimento de desconforto com o passado possa ter criado as condições para que estes homens se rendessem ao afastamento que se ia criando.

Nos anos que se seguiram a 2001, este almoço repetir-se-ia em diferentes locais, desde Guimarães até Torres Novas, passando por Viseu ou Cartaxo. A rede de contactos foi-se expandindo e em cada ano mais camaradas foram aparecendo. Com eles vieram as mulheres, os filhos, os netos. Com o tempo, este encontro tornou-se um ritual por que todos esperam, circulando pelo país de acordo com as sugestões de quem se voluntaria para o organizar. Apenas um dos entrevistados nunca foi a nenhum dos almoços: emigrado desde 1977 nos Estados Unidos, esteve desaparecido do mapa de camaradas. Foi através desta investigação que o seu contacto foi recuperado e que, ao fim de quase quarenta anos, voltou a falar com os companheiros da guerra ²¹⁹. Dos restantes trinta, todos foram pelo menos uma vez a um almoço anual. Há quem organize transportes conjuntos, quem faça quilómetros a mais para apanhar camaradas pelo caminho, quem prepare discursos e momentos musicais. Há quem não consiga dormir na véspera do almoço, quem faça colectas para pagar o transporte dos que têm menos recursos e quem chore de zanga se não consegue ir na data marcada. Mas há também homens para quem o convívio da CART 3313 é um regresso penoso ao passado e que, por isso, nem sempre respondem ao convite que é lançado. Tal é o caso de um alferes para quem a vergonha da participação na guerra só pode ser apagada pelo orgulho nas ações psicossociais em que participou. Ou ainda o caso do antigo Capitão, militar de carreira, que num dos almoços a que foi se viu forçado a discutir com um antigo subalterno as ações disciplinares tomadas trinta anos antes.

Em Marimba recebi uma carta anónima que dizia: ‘Há um soldado que vende gasolina a um indivíduo da administração’. Eu estive ali no tal dia à espera do homem, vi-o a sair com um jerrican. Quando entrou no quartel já não trazia. Fui ter com ele e disse-lhe ‘Onde é que deixaste a gasolina?’. Aquela foi a primeira e única participação que fiz contra soldados! O que é certo é que até recebi uma carta do bispo de Coimbra, porque a família do soldado era amiga do bispo, que era muito boa gente, que era isto e aquilo. Quando acabei a minha comissão até fui ao Quartel General pedir para aquilo ser abreviado e dar-lhe o mínimo possível [de castigo]. Só sei que muitos anos depois, numa reunião com a companhia, há um indivíduo que me chamou a atenção ‘Você não devia ter feito aquilo’. Anos depois! (entrevista a José Basto, ex-capitão de artilharia)

As memórias da guerra nunca quis transmitir muito à família, porque não são memórias que digam muito a ninguém. Fazem parte da minha vida. Aqui em casa nunca foi tema de conversa, nem com os meus filhos. Não é que eu tenha más recordações daquilo, mas

²¹⁹ Numa caixa de comentários de um blogue sobre a guerra colonial, descobri o nome e email de Jorge Pereira, antigo cabo cripto da CART 3313. Quase dois anos depois da nossa troca inicial de mails, Jorge Pereira veio a Lisboa, onde o entrevistei. Fiquei a saber que nessas férias em Portugal se tinha reencontrado com um camarada da zona de Viseu e que o seu contacto tinha sido adicionado à lista de contactos da Companhia. Ficou a promessa de tentar coordenar as suas próximas férias com o almoço que todos os anos acontece no início do Verão.

não vejo grande motivo para me orgulhar daquilo. Se voltasse atrás nunca iria à tropa. (entrevista a Amândio Clemêncio, ex-alferes miliciano)

Apesar das diferenças na adesão emocional aos encontros anuais, todos recordam a primeira vez que aceitaram o convite e reviram os antigos camaradas. À sua frente, homens maduros muito diferentes dos rapazes que tinham conhecido em Angola. Mas logo a estranheza se desfez em abraços, em memórias partilhadas, na alegria de retomar uma parte das suas vidas deixada a três décadas de distância.

Estamos mais velhotes mas a fisionomia mantém-se. Com o [Herculano] Rei fiquei assim a olhar para ele, não o conhecia. O rapaz emocionou-se, teve de vir cá para fora, diz ele ‘Já há muito tempo que havia de vir e não venho, ó Fafe, tu fazias lá cada patuscada! Era mesmo para a cobiada!’. Vim com ele cá fora mais do que uma vez. (entrevista a Armando Matos, ex-soldado condutor)

É muito, muito bom ir aos almoços. Eu só vi a minha esposa quando fui para o carro! Esqueci-me completamente dela. A gente a encontrar-se e a abraçar-se que até me esqueci que tinha lá a minha mulher comigo. Alguns eu já não conhecia. Já tinha passado muito tempo. Diz-me o Bruno: ‘Não me conheces?’. Voltei atrás para abraçá-lo. (entrevista a Manuel Rodrigues, ex-soldado condutor)

António Carvalho: Os colegas eu nunca mais os tinha visto e já tinham passado uns anos valentes, eu já não os conhecia. Eu gosto muito de ir ao convívio.

Mulher de António Carvalho: No ano em que não pôde ir, ninguém o aturou naquele dia. Até chorou! A vida financeira não nos estava a correr muito bem e ele nunca quer ir sozinho, quer que eu vá com ele e o meu filho mais novo e a mulher também costuma ir. E é um bocadinho dispendioso. Ele até chorou, dizia ‘Nunca mais!’. Ele vem com uma alegria que deus me livre! Ou às vezes vem com tristeza, porque há alguns que vão partindo. (entrevista a António Carvalho, ex-soldado cozinheiro e mulher)

Se o tempo da guerra detém uma ressonância ímpar em quem nela participou, o que fez com que o reencontro com o passado só tenha sido organizado mais de vinte e cinco anos após a desmobilização? Em primeiro e mais evidente lugar, a temporalidade das biografias abriu o espaço para a revisitação do passado. Nos primeiros anos depois de Angola, os antigos militares da Companhia de Artilharia 3313 estiveram imersos nas suas vidas. A guerra pertencia a um passado que já terminara. O presente era feito das famílias que então criavam, do trabalho que consumia os dias, das rotinas que os afastavam do que havia acontecido no tempo angolano. Vinte e cinco anos mais tarde, no almoço da CCS, os jovens militares desmobilizados eram já homens que se aproximavam da meia-idade. A urgência do quotidiano começava a ser substituída pela urgência da inexorabilidade do tempo: a passagem dos anos tornava cada vez mais frágil a partilha de memórias com os antigos camaradas. No final dos anos 90, a

nostalgia da juventude e da aventura africana tomou consciência do risco de desaparecimento dos testemunhos dos pares.

Ao tempo das vidas pessoais soma-se o tempo da discussão pública sobre o passado colonial português. Nos anos que se seguiram ao 25 de Abril, o silêncio caiu pesado sobre o conflito que durante treze anos recrutara milhares de homens para África. O fim do regime implicou a criação de atos de demarcação inequívocos, pelos quais o passado foi remetido para um vasto território impronunciável. O império português, reimaginado durante o Estado Novo como “paraíso lusotropical em construção” (Ribeiro 2004: 155), deixou de existir com a descolonização. Mesmo o vocabulário ultramarino – condição de sobrevivência da nação pluricontinental num contexto internacional de condenação do colonialismo – se viu transformado no vestígio anacrónico de um passado tornado impossível com o 25 de Abril. Com o colapso do Portugal colonial a ideia da nação derramada para além dos limites da existência europeia deixou de constituir uma possibilidade. Morta que estava a “miragem imperial”, o país descobria-se numa situação de trânsito identitário num contexto pós-colonial em “(...) negociação entre as ruínas do império e a estrada europeia que se vai abrindo” (idem: 427).

Este trânsito identitário implicou, no caso português, um período de nojo em uma parte significativa do passado recente desapareceu do debate público. Convoque-se, por isso, a análise que Paul Connerton faz do esquecimento. Este pode não resultar de um falhanço da capacidade da memória, mas sim de uma prática de omissão deliberada que se constitui, num dado momento, como condição de sobrevivência. O caso português aproxima-se do “esquecimento prescrito” tratado pelo autor.

Precipitado pela ação do Estado” - porque se julga ser do ‘interesse de todas as partes’ - implica a invisibilização de ações pretéritas, tendo como objectivo a efetiva reconciliação. Surgido da formulação dos termos de paz ou da instauração da democracia após um passado autoritário, o esquecimento prescrito permite simultaneamente “restaurar um nível mínimo de coesão social” e “reestabelecer a legitimidade do Estado” em sociedades onde a autoridade tinha sido obliterada pela natureza repressiva e autoritária do regime. (Connerton 2008: 62).

Compreende-se, assim, a relativa brandura da justiça transicional da época pós-revolucionária. As principais figuras do Estado Novo, Marcelo Caetano e Américo Tomás, foram enviadas para o exílio. O ímpeto inicial que levou à detenção de cerca

de mil agentes da PIDE/DGS até Junho de 1974 e à criação da Comissão de Extinção desta polícia e da Legião Portuguesa – e que foi reforçado durante os meses do PREC, com legislação destinada a criminalizar agentes e informantes desta polícia – veio a abrandar durante o “período de reforço democrático”²²⁰ que sucedeu ao fim do PREC, em Novembro de 1975. Este foi o tempo “(...) marcado pelas noções de ‘reconciliação’ e ‘pacificação política’, bem como pelo recalçamento relativamente ao passado recente, em nome da vivência no presente.” (Pimentel 2012: 153). É neste contexto que se compreende que, dos cerca de seis mil indivíduos com processos instruídos pelo Serviço de Coordenação de Extinção da PIDE/DGS e Legião Portuguesa, apenas tenham sido efetivamente levados a tribunal pouco mais de mil. A maioria das penas aplicadas não excedeu os seis meses de prisão (Cf. Pimentel 2012). O Estado que emergia da transição de regime político provava, assim, ser um Estado justo, mas apaziguador: o presente e o futuro substituíram o excesso de passado, permitindo que a memória não se transformasse numa irredutível prisão.

Este esquecimento estendeu-se para além do aparelho do Estado Novo. Também a guerra colonial desapareceu do debate público. A narrativa pública que emergiu nos anos que se seguiram ao 25 de Abril fixou a ruptura revolucionária de 1974 como o momento fundador do Portugal contemporâneo. Nas palavras de Paulo de Medeiros,

(...) the revolution, inasmuch as it is seen as a factor which has enhanced national identity, has been assimilated and historicized, whereas the colonial war, with its inherently complex and largely negative connotations, has been largely avoided. (Medeiros 2006: 202)

A guerra que recrutara milhares homens para África, que afectara um número incalculável de famílias, transformara-se num “tabu existencial e discursivo” (idem), um tema incómodo para o qual se tardou a encontrar a forma e vocabulário adequado para o debate e inscrição na narrativa pública. Mas foi um silêncio breve. Nos anos que se seguiram ao 25 de Abril, surgiram um conjunto de obras que, ancoradas nas experiências pessoais dos autores, vieram questionar a história de uma guerra que parecia estar esquecida. É a esta linha narrativa que *Os Cus de Judas* pertence.

²²⁰ Irene Pimentel identifica três fases no processo de criminalização da PIDE/DGS. A primeira, de Abril de 1974 a Março de 1975, foram feitas numerosas detenções e foi criada a Comissão de Extinção da PIDE/DGS; a segunda, de Março a Novembro de 1975, foi marcada por o que Pimentel chama de ‘período de reforço da legitimidade revolucionária’ e viu surgir uma lei destinada a criminalizar agentes e informantes desta polícia; a terceira fase, iniciada com o 25 de Novembro de 1975, veio introduzir atenuantes à criminalização destes indivíduos (Pimentel 2012).

Publicado em 1979, seis anos após a desmobilização, este foi o primeiro livro de grande impacto editorial sobre a experiência de guerra. Narrado por um médico que regressa de Angola a uma mulher que o acompanha por uma noite, *Os Cus de Judas* viaja entre as Terras do Fim do Mundo, Marimba e Lisboa, entre a miséria africana, a violência da guerra e a angustiada procura de sentido na ideia de fim (do país, do império, do que já não pode voltar a ser) que se anuncia. Segundo Margarida Calafate Ribeiro,

[o] imediato sucesso de *Os Cus de Judas* indica-nos que o discurso excessivo, desorientado e solitário daquele homem (...) encontrava eco nos vários sectores da sociedade portuguesa por onde estava espalhada essa geração educada na tradicional casa portuguesa, destruída nos ‘cus de Judas’, e que agora regressava para filhos que não os conheciam, para mulheres que já não os entendiam, para um trabalho que já não lhes interessa, para um país que tinha vivido sem eles e agora os estranha. (Ribeiro 2006: 46)

À catarse literária deste período da história recente do país sucedeu-se a gradual intervenção cívica de associações de antigos combatentes que, usando a linguagem do trauma, procuraram devolver visibilidade aos milhares de homens regressados à vida civil que traziam consigo as marcas dolorosas de uma experiência traumática. Vinte anos após o 25 de Abril, o deserto discursivo sobre a guerra começava a ser povoado. O tema do stress pós-traumático institucionalizara-se: contava já com consultas especializadas e era capaz de congregar momentos de partilha de conhecimento científico e pessoal. Longe de territórios politizados (foi uma guerra justa ou injusta?), a afirmação das sequelas traumáticas da guerra deslocou a atenção para os homens que nela participaram. Sem contestação na esfera pública, a convocação dos efeitos da guerra e a sua inscrição dolorosa nos corpos e vidas dos indivíduos, permitiu devolver um rosto humano aos milhares de homens que durante treze anos foram recrutados para África.

A partir do final da década de 90, vários jornais lançaram volumes colecionáveis sobre os treze anos do conflito. Em 1998, o *Diário de Notícias* publicou um conjunto cinquenta fascículos e cinco vídeos. Sob o título *Guerra Colonial*, esta coleção foi acompanhada de uma campanha publicitária que encheu as ruas de imagens e frases que anunciavam o rompimento do silêncio: ‘Na época estas imagens eram proibidas. Hoje em dia você encontra-as em qualquer esquina’. A análise que Marcus Power faz desta publicação enfatiza a sua importância na construção de uma “geo-política

popular”. Impregnados da “síndrome do Vietname” – “(...) a combination of psychological malaise and a sense of ‘unhealed wounds’ or of ‘lessons to be learned’ from experiences (...)” (Power 2001: 481) - estes fascículos desenharam um retrato da guerra que ignorava a complexidade do contexto em que se inscreveu. Sem se deter nos motivos do isolamento político de Portugal durante o conflito, esta coleção preferiu enfatizar a criatividade, sacrifício e capacidade de improviso das forças que foram capazes de fazer a guerra com frágeis recursos; as especificidades que distinguiram cada um dos movimentos nacionalistas africanos foram diluídas na afirmação de um sentimento de independência que se havia instalado no continente; as quebras de motivação dos militares foram apagadas com a reiteração do heroísmo e dedicação que permitiam ultrapassar os obstáculos; o importante papel desempenhado pelos combatentes recrutados em África foi negligenciado e enviado para a sombra. De acordo com Power,

Faced with retelling a story of poor morale, psychological traumatization, inferior weaponry and erroneous strategies, *Guerra Colonial* retreats into the world of emblems, models and dioramas to restage Portugal’s expensive, unjust and unwinnable African wars from a more sympathetic and highly nostalgic perspective. (idem: 489)

Mas nem todos os fascículos divulgados por jornais foram marcados pelo olhar nostálgico e pela simplificação discursiva. Em 2009, o Correio da Manhã lançou uma coleção de dezasseis volumes que viriam a ser publicados sob a forma de livro (Afonso e Gomes 2010). Coordenada por antigos militares e estudiosos da guerra colonial, esta foi apresentada como uma obra singular: “Conta dia a dia os grandes acontecimentos da nossa História nos anos da Guerra Colonial”, garante a promoção feita no jornal. Os dezasseis fascículos fornecem uma cronologia aprofundada dos treze anos, cruzando-a com o contexto nacional e internacional em que se desenrolaram. Longe de uma perspectiva apologética, *Os Anos da Guerra Colonial* estabelecem o quadro militar, político e social do conflito, questionam temas incómodos (os aldeamentos estratégicos, a utilização de napalm, entre outros), explicitam as contradições de uma guerra cujo conhecimento foi distorcido por um aparelho ideológico eficaz. Trinta e cinco anos após a revolução, a narrativa sobre a guerra colonial trazia consigo dados e interrogações até então impossíveis de formular. A abertura de arquivos que haviam estado indisponíveis e o surgimento de uma linha de investigação crítica constituíram

elementos fundamentais no processo de reflexão e análise sobre o passado recente do país.

A distância temporal foi o factor crítico que permitiu o regresso discursivo a um passado ainda indomado. Segundo Marcus Power, “(...) Portugal’s engagement with colonial wars was only safe to revisit when the issues and the participants become ‘historical facts’ rather than contemporary sources of uncertainty.” (Power 2001: 464). Os antigos militares, “factos históricos” de um passado cada vez mais distante, iniciaram um lento processo de reivindicação de espaço para a afirmação da autoridade da sua experiência.

O início deste século foi marcado pela abertura de um nicho editorial até então pouco explorado: o da revisitação dos treze anos de guerra. Entre vítimas de um conflito do qual pouco sabiam ou heróis de uma guerra perdida com o processo de descolonização, os antigos militares e as suas experiências reapareceram na esfera pública a reclamar a autoridade testemunhal que o passado lhes concedia. Por trás da diversidade de olhares sobre a experiência desta guerra está a dimensão política da decisão de publicação. O combate ao esquecimento, a ideia de reposição da verdade ou a homenagem a uma geração que viu as suas vidas suspensas, são várias as motivações que levaram estes homens a tornar públicas as suas experiências, memórias e opiniões. Embora haja quem se situe claramente do lado da guerra (Nunes 2002 e 2005), a maioria revela as complexidades e paradoxos que povoam o país distante da guerra colonial (Antunes 2005, Batista 2000, Gouveia 2002, Múrias 2009, Niza 2012, Pinto 2011, Silveira 2007, Teixeira 2008). Apesar das décadas que já passaram e que transformaram os antigos protagonistas em factos históricos, a guerra colonial está longe de constituir um terreno consensual. Disso mesmo dá conta a imensidão de locais de discussão virtual que, sob a forma de blogues ou páginas do facebook, congregam apaixonados debates sobre versões contrastantes de um acontecimento distante mas ainda emocionalmente significativo ²²¹.

É neste território pantanoso, repleto de tensões por resolver, que se tem assistido à proliferação de evocações da guerra colonial. Se a publicação de relatos de

²²¹ Os exemplos são muitos e muito variados, mas de entre eles destaca-se o Luís Graça e Camaradas da Guiné (<http://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/>), que conta já com dez anos de atividade bloguística intensa. Existem numerosos blogues de memórias pessoais, blogues de antigos elementos de unidades militares e páginas de facebook que publicam imagens e histórias enviadas por veteranos que a elas se associaram (veja-se, por exemplo, <https://www.facebook.com/pages/GUERRA-COLONIAL-PORTUGUESA-1961-1974/102512929796720?sk=timeline>).

experiências pessoais não parece suscitar polémicas, o mesmo não se pode dizer da memorialização pública do conflito. No início dos anos 90 surgiu um inflamado debate sobre o Monumento aos Combatentes do Ultramar em Lisboa. Construído por iniciativa da Liga de Combatentes ²²², veio ocupar um espaço monumental privilegiado junto da Torre de Belém, do Padrão dos Descobrimentos e do Mosteiro dos Jerónimos, numa zona da cidade que Ellen Sapega considera ser um proeminente lugar de memória,

(...) onto which, successive generations have sought to inscribe symbolic reminders of collective experience, Belém presently constitutes an urban area where successive versions of official, state-sanctioned memories of Portugal's imperial project have been conflated with material remains. (Sapega 2008: 19)

Em Janeiro de 1994, o Monumento foi inaugurado com uma cerimónia oficial. A presença de Mário Soares, então Presidente da República, despertou mal-estar à direita e à esquerda. À direita contestou-se a legitimidade da presença de Mário Soares, devido ao seu papel no processo de descolonização; à esquerda, manifestou-se a oposição à caução institucional que a sua comparência conferia a um monumento promovido pelos “sectores mais reacionários da sociedade portuguesa” que procuravam “justificar a guerra colonial” (idem). Vinte anos após o 25 de Abril, o sentido público dos treze anos de conflito estava ainda longe de ser pacífico. De um lado, os saudosistas do império, cuja crença na justiça da guerra não fora estilhaçada pelas transformações que haviam abalado o país; do outro, os combatentes relutantes, para quem a guerra tinha sido um formidável erro que causara graves danos e milhares de vítimas. A discussão em torno deste monumento opõe duas formas contrastantes de comemoração, que Ellen Sapega resume da seguinte forma:

(...) should the nation mourn the loss of life for a cause that in itself was ill-advised (thereby seeking to address collective sorrow and attempting to ‘work through’ the loss of

²²² A Liga dos Combatentes foi oficializada em 1923 (então Liga dos Combatentes da Grande Guerra), tendo como objetivo defender os interesses dos antigos militares e ‘ajudar os inválidos, as viúvas e os órfãos’ daqueles que haviam participado na I Guerra. Noventa e um anos mais tarde, a Liga dos Combatentes sobrevive ainda. Publica a revista *Combatente*, organiza cerimónias comemorativas, gere museus e centros de apoio médico, psicológico e social em vários pontos do país. Os seus objetivos são agora mais amplos do que em 1923 – e também mais conservadores, associados ao mundo simbólico dos emblemas. No site da Liga, pode ler-se que uma das suas missões é ‘promover a exaltação do amor à Pátria e a divulgação, especial entre os jovens, do significado dos símbolos nacionais, bem como a defesa intransigente dos valores morais e históricos de Portugal’. <http://www.ligacombatentes.org.pt/>, acedido em Julho de 2014.

life that accompanied the loss of empire), or should it commemorate the heroic deeds of soldiers whose sacrifice has until now been overlooked or misapprehended (allowing the themes of heroism or glory to resurface)? (Sapega 2008, 30) ²²³

Nos anos seguintes, a polémica cairia no esquecimento e o Monumento aos Combatentes do Ultramar, conotado com o discurso conservador e tradicionalista dos apoiantes da guerra, viria a tornar-se o local de romagem anual no 10 de Junho. É aqui que, desde então, em comemorações não-oficiais, se homenageia a nação e aqueles que “cumpriram o seu dever”.

Em 2011, cinquenta anos após a exortação de Salazar para que Portugal andasse rapidamente e em força para Angola, a guerra colonial surgiu em todo o lado. A data redonda que então se cumpria convocou uma multidão de vozes e de palavras. Jornais de grande tiragem lançaram campanhas de recolha de testemunhos pessoais, devolvendo aos antigos militares a possibilidade de fazerem ouvir a sua história ²²⁴; debates e exposições levaram para junto do público novos olhares sobre o conflito que durante treze anos mobilizou Portugal.

Este regresso massivo à guerra colonial em torno da rememoração do seu aniversário não se deu somente através de organizações da sociedade civil. O Estado associou-se também às comemorações do início da guerra. No dia 15 de Março, cinco décadas depois dos massacres no Norte de Angola, o Presidente da República discursou na Cerimónia de Homenagem aos Combatentes junto ao monumento de Belém. Neste discurso ²²⁵, Cavaco Silva sublinhou a “intervenção militar que permitiu que um país com a dimensão e os recursos de Portugal pudesse manter o controlo sobre três teatros de operações”, afirmando que tal veio demonstrar o “esforço do País e dignifica[r] a memória dos seus combatentes”. Lembrou também que os militares portugueses foram “soldados de exceção” que, “temperados pela camaradagem e pelo patriotismo” tiveram uma “conduta digna e, muitas vezes, heroica”. Falou ainda na “ação em defesa de Portugal” e de homens dispostos a “perder a vida pela Pátria”. O comprometimento político do discurso, sugerido pela afirmação de que esta fora uma “ação em defesa e

²²³ Foram também estes os termos do polémico debate que, no início dos anos 80, tinha rodeado a construção do Vietnam Veterans Memorial, em Washington (V. Capítulo I)

²²⁴ A campanha ‘A minha guerra’, que o *Correio da Manhã* publicou todas as semanas aos domingos deu origem a um livro (Catarino 2011); o *Diário de Notícias/Jornal de Notícias* editou uma coleção de dezasseis fascículos com “As histórias que fizeram história”.

²²⁵ Discurso disponível em <http://www.presidencia.pt/comandantesupremo/?idc=304&idi=51708>, acedido em Julho de 2014.

Portugal” (afirmando implicitamente a justeza da causa então defendida), ou pela ideia da necessidade de reconhecimento daqueles que “sofreram no corpo e na alma o preço do dever cumprido”, foram alvo de um minucioso escrutínio. Horas mais tarde, a polémica estava instalada. Inflamados pelo aval contido no discurso presidencial, blogues e redes sociais foram inundados de comentários de repúdio ou de apoio. De um lado, os que consideram que a guerra foi um erro histórico - produto de um regime autoritário e anacrónico que prolongava a assimetria colonial sob outros vocábulos – e, do outro lado, aqueles que defendem a valorosa defesa do país traído com o erro desastroso da descolonização. Tal como acontecera dezassete anos antes, na inauguração do Monumento aos Combatentes do Ultramar, foi a caução institucional da figura do Presidente da República (Mário Soares e, mais tarde, Cavaco Silva) que agitou as águas de ambos os lados, por vincular a primeira figura do Estado português a uma interpretação da história do país que desperta ainda versões contrastantes.

Longe das polémicas evocações oficiais, a guerra colonial começou a entrar nas casas das pessoas. Entre 2007 e 2013, a RTP emitiu uma série de documentários em horário nobre que mais tarde viriam a ser editados em DVD. Cruzando imagens de arquivo e dezenas de entrevistas com testemunhas da época (militares portugueses, guerrilheiros africanos, colonos e funcionários coloniais), os quarenta e dois episódios da série *A Guerra*, de Joaquim Furtado, aproximam-se daquilo que Jay Winter chama de “história pública”: a história fora da academia, associada a largas audiências ²²⁶. A guerra constitui um dos temas mais atrativos para os espectadores destes documentários televisivos, pois articula de uma forma singular a história e a memória:

Its drama, its documentation, its monumental scale all make it suitable for television documentary presentation. To see a series about war is to negotiate the space between public remembrance and private memories. The linkage between family history and universal history is writ so large in narratives of war that their appeal is unlikely to wane in coming years. (Winter 2006: 204)

E, de facto, o interesse despertado por esta série de documentários foi imenso: no primeiro dia de emissão, o programa apenas foi ultrapassado por uma telenovela da

²²⁶ Jay Winter analisa os dilemas e debates que a ‘história pública’ desperta na academia, partindo da sua experiência como historiador numa produção conjunta da BBC e da americana PBS sobre a Primeira Guerra. Ver Winter 2006, sobretudo pp. 204-221.

concorrência ²²⁷. Ao fim de anos de sombra, a guerra colonial regressava de uma forma inédita a milhares de casas. Se, para alguns espectadores, esta série terá sido o primeiro contacto com uma realidade mais ou menos distante, para outros ela foi o motivo de um regresso inesperado ao passado. A descrição detalhada de acontecimentos familiares, as imagens em movimento de um tempo irrecuperavelmente perdido, o cruzamento de versões e olhares, concederam a todos os que foram tocados pela guerra novos fios narrativos com os quais poderiam reconfigurar e reformular as suas experiências. O impacto desta série de documentários reaparece nos discursos de alguns entrevistados que cruzam as suas experiências com a confirmação documental da investigação contida na série da RTP:

Os Flechas foram os primeiros turras que houve e que foram captados, ou porque se deram mal ou porque acharam que deste lado é que era. E a partir daí eles conheciam os podres, tudo onde iam, o Chalala e o Catoia [aldeamentos no Leste de Angola], grandes acampamentos onde a nossa tropa ia e não fazia nada, porque eles estavam enterrados – isto segundo o que eu li depois, porque eu nunca fui nessas operações. Eu tenho livros que falam disso, e mesmo no Furtado [série documental A Guerra], eles próprios a dizerem que quando se ia ao Catoia eles já sabiam porque tinham informações, e estava tudo enterrado. Lançassem o que lançassem, as granadas batiam nas árvores e rebentavam cá em cima, era muito difícil entrar no Catoia ou no Chalala. Os únicos que lá iam eram os Flechas. (entrevista a José Gomes, ex-soldado atirador)

Aqui há tempos vi na televisão um documentário sobre a Guiné e falava-se disso, que as pessoas não estavam preparadas para aquilo. Em Angola podíamos andar ali mais uns tempos, mas aquilo não tinha condições absolutamente nenhuma. (entrevista a Manuel Russo, ex-furriel miliciano)

O regresso ao passado português não se ficou pel' *A Guerra* na televisão. Houve também séries de ficção que, produzidas e emitidas pela RTP, levaram os espetadores de volta a períodos recentes da história portuguesa. *Conta-me Como Foi*, estreado em Abril de 2007, e *Depois do Adeus*, emitido em 2013, reconstituíram as décadas de 60 e 70 através de ficções familiares com história ao fundo ²²⁸. De repente, o passado estava em todo o lado. O silêncio fora substituído pela vozearia. Em documentários e séries televisivas de entretenimento, em apelos de recolha de testemunhos, na imensa vaga de

²²⁷ O primeiro episódio d' *A Guerra* foi emitido numa terça-feira de Outubro de 2007. De acordo com dados divulgados na imprensa, teve quase um milhão e trezentos mil espectadores, o que correspondeu a uma audiência média de 13,6% e a um share de 32,9%. Segundo a RTP, foi o documentário português mais visto desde 2000. Os vários episódios da séries foram, mais tarde, vendidos com a edição de domingo do jornal *Correio da Manhã*.

²²⁸ *Conta-me Como Foi* tem como narrador por um homem que, já adulto, recorda os acontecimentos da sua infância no final dos anos 60. *Depois do Adeus* centra-se numa família que volta a Portugal depois da descolonização e foi acompanhada de uma série de programas na Antena 1 que emitiram relatos pessoais de antigos colonos regressados entre 1975 e 1976. Os arquivos do programa *Começar de Novo*, da Antena 1, estão disponíveis em <http://www.rtp.pt/play/p1019/e123459/comecar-de-novo>.

evocações de um tempo que já foi, o país desaparecido com a descolonização reemergia para quem o quisesse recordar ou conhecer. Nesta vaga nostálgica, há lugar para tudo. Há lugar para o que António Araújo chama a “revisitação *pop* do salazarismo” e da “imagética estadonovista” que, feito com “grande despojamento ideológico”, alimenta uma indústria que vive do interesse do público em consumir obras de investigação ou ficção sobre este período recente da história do país (Araújo 2012). Há lugar para a recuperação das memórias de pessoas comuns durante as décadas de 60 e 70 - veja-se, por exemplo, o livro de Maria Alice Samara e Raquel Pereira Henriques que, partindo da recolha e análise de histórias de vida, pretende “(...) compor um quadro mais denso, mais complexo e mais pessoal do que era viver nos tempos de Salazar (...)”, um quadro que inclui o quotidiano mas também os processos de politização e formas de resistência (Samara e Henriques 2013: 7). Há lugar para o consumo de uma estética *rétro*, em que o período do Estado Novo surge esvaziado – de forma intencional ou acidental - dos referentes ideológicos originais.

Nesta imensa vaga nostálgica, África ocupa um lugar de destaque. Livros, álbuns fotográficos, obras de ficção, blogues e sites na internet, é quase infindável a oferta de relatos e reconstituições que desenham quase sempre o retrato de África como um paraíso perdido. Este paraíso perdido, situado num tempo e espaço irrecuperáveis, deve tanto à grandiosidade exótica das paisagens quanto à singular portugalidade tropical do modo português de estar no mundo. Um e outro – África e os portugueses que nela viveram – são alvo de uma curiosidade imensa que, décadas após a desagregação do império, se podem finalmente visitar, sem que tombe sobre quem o faça a acusação de saudosismo revisionista. A nostalgia colonial constitui, de acordo com Giorgio de Marchis, uma “técnica de best-selling literário” que se alimenta do “(...) desejo social, muito generalizado na opinião pública portuguesa, de partilhar uma memória positiva do que foi o próprio passado em África” (Marchis 2006: 105). Usando o exemplo de *Equador*²²⁹ de Miguel Sousa Tavares, Marchis analisa a forma pela qual o autor procede a uma “hábil reconfiguração do colonialismo português”, através da “(...) extrema linearidade duma estrutura romanesca mínima, onde tudo contribui para simplificar (leia-se: orientar) a interpretação dos leitores (...)” (idem: 103). *Equador*

²²⁹ Publicado em 2003, *Equador* esgotou vinte e cinco edições em apenas três anos – dez anos mais tarde, de acordo com a imprensa, teria já vendido 400 mil exemplares, só em Portugal. Traduzido em vários países, foi um sucesso internacional que lhe valeu a atribuição do prestigiado prémio italiano Grinzane Cavour. Foi adaptado para série de televisão, estreada em 2008 na TVI.

oferece a quem o lê um olhar “aliciante e aceitável” do passado colonial português, livre de conflitos, contradições e sentimentos de culpa. O seu enredo, situado no início do século XX, está à segura distância histórica de um passado afastado do qual não sobram já testemunhas diretas que possam questionar o retrato que dele faz.

Mas *Equador* não é caso único, apenas o mais proeminente. São várias as incursões literárias, jornalísticas, iconográficas ou memorialísticas que apelam a este mundo desaparecido com a descolonização. Um dos mais destacados surge pela mão de Paulo Salvador, um jornalista que iniciou uma longa série de álbuns fotográficos do país que existiu antes da independência. *Era uma vez.. Angola* (2004a), o primeiro desta série de livros, partiu do arquivo fotográfico do avô do jornalista, mas rapidamente se expandiu a contributos de outras pessoas, na “(...) pressa de quem tem de apanhar, a tempo, aquele tempo.” (idem: 8). O sentido de urgência perante o risco de desaparecimento do passado (das memórias daqueles que o podem testemunhar mas também do acervo iconográfico de que são proprietários) e o sucesso editorial do livro levou à coleção *Recordar Angola* (2004b)²³⁰, que conta já com três volumes. Autor e público partilham o interesse em aceder à ilusão do “tempo congelado” (Salvador 2004a: 9) que aquelas imagens criavam. Feitos de fotografias e de testemunhos de antigos colonos, estes livros destinam-se àqueles cujas histórias se cruzam com o país desaparecido. A nostalgia enche as páginas destes volumes. O retrato que faz de Angola é um retrato sem drama nem dor, sem pobreza nem tensão. Outro exemplo possível é o da investigação jornalística *Angola, Terra Prometida* da jornalista Ana Sofia Fonseca que, combinando entrevistas e análise documental, “mostra a vida que os portugueses” deixaram na então província ultramarina. Através das histórias dos colonos transformados em retornados, percorrem-se as décadas de 50 e 70 e conta-se a história dos “melhores anos”, entre Luanda, fazendas, o mato, a praia, numa reconstrução saudosista de um passado irredutivelmente perdido (Fonseca 2009).

Este contexto de evocação generalizada do passado recente de Portugal é marcado pela duplicidade. Por um lado, tal como salienta Cláudia Castelo, não existe uma “política oficial de memória relativa ao chamado terceiro império português”, o que, conjugado com a impermeabilidade da memória pública às questões críticas

²³⁰ *Recordar Angola* tem também um site na internet, onde se podem percorrer trechos dos três livros que compõem a série ou obter informação sobre o programa semanal (*Memórias Africanas*) que durante quatro anos Paulo Salvador manteve na rádio. <http://www.recordarangola.com/>, acedido em Julho de 2014.

colocadas pela historiografia dos últimos anos, tem permitido o “esquecimento institucionalizado sobre os aspectos mais brutais do colonialismo tardio” (Castelo 2006). Compreende-se, assim, a persistência da visão lusotropicalista da colonização portuguesa que, em versões mais ou menos sofisticadas, insiste em fixar uma representação íntima coletiva que ignora os conflitos e contradições da situação colonial. Dos antigos protagonistas deste tempo, foram apenas os antigos combatentes que

(...) quiseram e conseguiram colocar algumas das suas reivindicações na agenda política. [Os retornados] parecem sobretudo apostados numa rememoração privada ou semi-pública dos aspectos positivos das suas vivências africanas no período colonial (...) a que se associa uma condenação implícita da descolonização. (Castelo 2006: 14)

Cabem aqui uma multidão de relatos pessoais, testemunhos, reconstruções de épocas desaparecidas, que incluem a guerra, a vida colonial, o quotidiano estanovista, com cargas ideológicas diversas e por vezes contrastantes. É a emergência da sociedade civil enquanto espaço e tempo de reconfiguração do passado no presente, sinal indesmentível da “democratização do passado” pela qual todas as pessoas se tornaram os seus próprios historiadores (Cf. Gillis 1994).

Por outro lado, de cada vez que a cultura oficial se aproxima deste pedaço da história (os dois casos de intervenções de Presidentes da República são disso um bom exemplo), surge um imediato e apaixonado debate em torno da legitimidade da versão apresentada. Amplificada pela visibilidade pública e responsabilidade política destas agências oficiais de articulação da memória (Ashplant et al 2006), as narrativas por elas fornecidas adquirem um peso incomensurável, que as agencialidades vernáculas se apressam a contestar. Afinal de contas, estamos perante “memórias cinzentas”: reconfigurações onde se joga a instrumentalização política da memória, mas também múltiplas dinâmicas de produção do passado que cruzam atores e interesses diversos. O “matiz incerto” da convocação contemporânea do passado inscreve-se numa “nebulosa de factos” cujo sentido permanece sob escrutínio. Sem uma política oficial de memória, sucedem-se versões díspares do passado, como se “os presentes imperfeitos apelassem fatalmente ao recrutamento de passados recompostos” (Deslaurier e Roger 2006: 12).

CAPÍTULO VI

2012

Coimbra, dez e meia da manhã de um sábado de Junho de 2012. O Parque D. Manuel I, junto às docas do Mondego, é o ponto de encontro do décimo segundo almoço anual da Companhia de Artilharia 3313. O autocarro alugado que partiu do Porto às primeiras horas do dia está rodeado de gente que se abraça e conversa. A estes vão-se juntando aqueles que chegam nos seus carros para mais uma tarde em volta da guerra e do que dela sobrou décadas mais tarde. Revejo pessoas que entrevistei nos últimos meses: o cabo que se desfez em telefonemas e viagens por aldeias do Norte para reunir a companhia, o condutor que foi pelos ares com uma mina na picada, o furriel que foi à Zâmbia buscar mulheres, o alferes que combinou uma simulação de ataque com o administrador de posto de Mussuma.

No meio da multidão de caras conhecidas, sou apresentada a uma pequena comitiva que se estreia nos almoços. Organizado por Valdemar Mendes, antigo furriel do primeiro pelotão, o almoço de 2012 estendeu os habituais convites à família do outro furriel do mesmo pelotão. Mário Alberto Ferreira morreu há dezanove anos e nunca chegou a reencontrar a companhia com quem esteve em Angola. Convidar a família e homenagear o camarada foi, por isso, a forma encontrada de prolongar para além da morte a ligação que une todos aqueles que partilharam a mesma guerra. O convite foi recebido e a família apareceu em peso. A viúva, dois filhos, uma nora e duas netas distribuem sorrisos e cumprimentos, guiados por Valdemar e por Firmino Alves que os vão apresentando a todos aqueles que ainda não os conhecem.

O último capítulo da dissertação regressa ao lugar onde começou: o almoço que todos os anos, desde 2001, junta os homens que fizeram parte da Companhia de Artilharia 3313. Ao longo dos capítulos anteriores, percorreu-se a história da guerra dos homens desta unidade, uma guerra que começou no final das suas infâncias, se prolongou até à incorporação militar e os levou para dois anos em Angola. Uma guerra que perdura décadas mais tarde nas memórias pessoais que não se apagam, nos livros do antigo alferes miliciano tornado escritor, na comemoração privada dos almoços da CART 3313. A *História da Unidade BART 3835*, as cartas de guerra e *Os Cus de Judas* de Lobo Antunes constituíram o contraponto narrativo do qual emergiram outras peças do mapa deste país estrangeiro: a comissão de serviço vista pelo olhar institucional do relatório militar, a experiência do conflito contado nas cartas de um alferes médico à

sua mulher, o romance publicado seis anos após a desmobilização. A pequena escala da história da guerra desta unidade (uma entre milhares de unidades militares que foram enviadas para Angola, Guiné e Moçambique) foi entrecortada com panorâmicas abertas, povoadas por personagens e acontecimentos que pertencem ao domínio público, linguagens e imaginários culturais com as quais o país e o mundo são olhados e compreendidos e que constroem as condições da possibilidade da memória num determinado momento do tempo e espaço.

É agora tempo de fechar o círculo e regressar ao local de onde se partiu. Para além das narrativas públicas que são usadas na composição das memórias, das circunstâncias históricas que delimitam as fronteiras no interior das quais elas podem ser formuladas, importa por fim compreender qual a importância dos encontros da Companhia de Artilharia 3313 na produção de uma memória comum. Desde 2001, uma vez por ano, dezenas de antigos militares juntam-se para longas horas de convívio distendido, que são muito mais do que o ocasional reencontro de velhos conhecidos. São sobretudo horas de comemoração ritualizada que constrói uma linha imaginária que une o passado e o presente e que dissolve qualquer rasto de incómodo que possa separar os presentes. Contam-se histórias, homenageiam-se os ausentes, afirma-se a determinação de não deixar desaparecer o passado, através de uma liturgia que todos os anos se repete. É neste almoço que a figura e obra de António Lobo Antunes, médico do BART 3835 e escritor, adquirem uma centralidade notável. As suas palavras, escritas ou faladas, são tomadas como a expressão clara da experiência de todos, e incorporadas na grande narrativa partilhada. Espaço de negociação do sentido de um passado que a todos convoca, o encontro da Companhia de Artilharia 3313 implica uma minuciosa gestão das palavras e dos silêncios, do que deve ser lembrado e do que deve ser esquecido.

Naquela manhã em Coimbra, um ano tinha passado desde o almoço de Almeirim. Durante esse ano recolhi boa parte das entrevistas aos antigos militares da Companhia de Artilharia 3313. Entre o Alentejo e o Minho, receberam-me nas suas casas, mostraram-me álbuns de fotografias, contaram-me as suas histórias. Alguns comoveram-se com episódios que recordavam, outros calaram a emoção mudando de assunto. Nalgumas ocasiões, a entrevista foi sucedida de almoços, lanches ou jantares onde a conversa em torno da guerra continuava. Por duas vezes, à volta da mesa estavam outros camaradas que, com o anfitrião, desatavam o cortejo de memórias do tempo de Angola. Sentados com eles, as mulheres, os filhos e eu éramos o público

discreto que assistia ao desfile de episódios de uma guerra que se tornara um passado longínquo. Nestas conversas, as memórias pessoais daqueles anos deslizavam entre elementos anedóticos e dramáticos, na absurda combinação gerada pela experiência de guerra. A solidão, o tédio, o receio, a tensão da espera, habitavam a memória destes homens. A violência, no entanto, era uma estranha ausência: os relatos de combate eram vagos, como se as emboscadas, os tiroteios, os ataques, se fizessem entre dois lados que nunca se viam (V. Capítulo III). A erosão dos contornos do passado pode explicar algumas ausências e contradições narrativas. Mas mais do que o esquecimento, é de admitir que o silêncio sobre os eventuais atos violentos do tempo de guerra possa resultar da escolha deliberada de omitir detalhes de ações e episódios pretéritos. Foi com este material que cheguei a Coimbra naquela manhã de Junho de 2012. Depois de horas passadas em conversas com os antigos militares nas suas casas, preparava-me para regressar à história da guerra da Companhia de Artilharia, uma história que agora seria feita de episódios contados de microfone na mão, de conversas cruzadas, do lento desenrolar de um cerimonial privado que, entre a solenidade e a alegria, traz o passado de volta ao presente.

1. O ritual

“Amigos, mais uma vez vamos realizar, no dia 16 de Junho, o convívio anual que será o 12º e desta feita em pleno coração da Bairrada onde escolhemos um especialista na confecção do famoso leitão à Bairrada, acompanhado por um bom vinho da região. Preparem-se as tropas e a família para o ‘ataque’ à Bairrada! Se descobrirem algum ‘desertor’ encaminhem-no para regressar às nossas ‘fileiras’. Vamos fazer deste dia mais um momento inesquecível...”. Assim começava o convite que, dois meses antes da data, anunciava o almoço da Companhia de Artilharia 3313. O recado era claro: o passado comum, ressuscitado pelo emprego da linguagem militar no tempo de paz, era a razão da convocatória para que todos fizessem parte de uma já longa linhagem de reencontros memoráveis. Décadas após a desmobilização, o inimigo é o esquecimento. Ao aceitar o convite, todos os antigos militares se aliam neste combate. O almoço da CART 3313 constitui-se, por isso, como um lugar de memória, tal como Pierre Nora o descreve. A reunião dos camaradas poderia ser apenas um encontro de amigos, se não fosse guiada pela ‘vontade de memória’:

(...) la raison d'être fondamentale d'un lieu de mémoire est d'arrêter le temps, de bloquer le travail de l'oubli, de fixer un état de choses, d'immortaliser la mort, de matérialiser l'immatériel pour (...) enfermer le maximum de sens dans le minimum de signes (...). (Nora 1984: xxxv)

Os lugares de memória, afirma Nora, existem nos três sentidos do termo: material, funcional e simbólico. No entanto, o peso relativo de cada destes sentidos é variável. Um depósito de arquivos, um testamento, uma associação de antigos combatentes, todos podem ser lugares de memória desde que sejam o objeto de um ritual que lhes conceda uma 'aura simbólica' singular (idem: xxxiv). A existência material do almoço da CART 3313 enquanto lugar de memória é contida no tempo do encontro anual para onde convergem dezenas de antigos militares. Mas são as dimensões funcional e simbólica que o transformam num espaço privado de comemoração do passado que contém a promessa da sua não-dissolução.

O almoço da Companhia de Artilharia 3313 segue um guião que todos os anos se repete. As surpresas são muito poucas. O convite anuncia os vários momentos de que será feito: a hora e o ponto de encontro, o restaurante, a ementa, o preço da refeição e do transporte para aqueles que, vivendo no Norte do país, querem aproveitar o autocarro fretado para a ocasião. E é assim que vem a maioria dos antigos militares. Por mais doze euros, a festa começa ainda na viagem. Por duas vezes, juntei-me a eles para fazer parte do caminho. Foi lá que descobri o ruidoso aquecimento para a tarde que a todos espera. Há de tudo. Conversas, gargalhadas, música e cantorias, leituras de passagens d'*Os Cus de Judas* pela voz de Firmino Alves. Este antigo furriel miliciano é uma das grandes figuras dos almoços da CART 3313. É ele quem mantém atualizada a lista de contactos, quem faz telefonemas de cortesia para saber dos camaradas, quem supervisiona a organização do almoço que todos os anos muda de poiso. Quando os outros falam do passado, recordam que Alves sempre foi assim: cheio de iniciativa, alegre e trabalhador, admirado pelos comandos militares que lhe reconheciam inúmeras qualidades. Décadas mais tarde, a mesma energia que punha na recuperação e melhoramento dos quartéis, na coordenação de equipas de trabalho, na ação psicossocial de proximidade com a população, reaparece no alegre voluntarismo com que dirige todos os pequenos detalhes da organização do encontro anual da CART 3313.

Na hora marcada, o ponto de encontro enche-se de gente. O primeiro a chegar é o organizador local do almoço, Valdemar Mendes, antigo furriel e eletricitista

reformado de uma grande empresa de cimentos. Depois dele, desaguam dezenas de camaradas do autocarro que vem do Porto. Aos poucos, o cenário vai-se compondo em pequenos grupos que se cumprimentam e abraçam. Nalguns anos, o almoço foi precedido de missa, numa igreja próxima do local da concentração. No encontro de Coimbra não houve missa: durante duas horas, o compasso de espera nas docas do Mondego permitiu que os antigos militares passassem à beira rio e preparassem as longas horas de conversas que tinham pela frente.

À chegada ao restaurante na Mealhada, confirmo o que suspeitara: este é o almoço com mais pessoas. Cento e doze, dizem-me. Mas nem todos são antigos militares. Quando partiram para Angola, fizeram-no sozinhos. Para trás ficaram a vida civil, o trabalho, os amigos, a família. Os anos da guerra em África foram um tempo de solidão. Rodeados de outros rapazes que, como eles, foram forçados a abandonar tudo em nome da defesa da nação pluricontinental, estes homens aproximaram-se de mundos desconhecidos e de pessoas com quem de outra forma não se cruzariam. Anos mais tarde, o desterro solitário da comissão de serviço foi substituído pela comemoração partilhada do passado: o encontro dos camaradas é uma festa de família. São raros os antigos militares da CART 3313 que vão sozinhos aos almoços. A maioria leva as mulheres, vários convidam filhos e netos. A recente viuvez de um dos entrevistados fê-lo deixar de ir aos encontros (‘não me sinto bem ir sozinho, porque vejo lá os outros com as esposas’). Afinal de contas, como todos lembram, esta é a outra família que a guerra lhes trouxe: uma família que não se baseia em laços de consanguinidade ou aliança, mas no passado partilhado em Angola.

Éramos todos família: era com quem a gente convivia, com quem a gente conversava. Não podíamos ser uns contra os outros, tínhamos de ser como uma família. A minha família naquele tempo era aquela. (Manuel Rodrigues, ex-soldado condutor)

A guerra marca as pessoas porque nós na guerra dependemos uns dos outros. Ninguém faz a guerra sozinho. E é essa a imagem que eu tenho, de proximidade com os outros. Se calhar eu estou aqui porque vós estáveis perto de mim. É uma coisa que não se apaga. (Manuel Silva, ex-cabo atirador)

Esta outra família, construída numa situação de violência, isolamento e dependência mútua, aproxima-se do conceito de ‘família de recordação’ (*family of remembrance*) proposto por Jay Winter: uma agremiação de sobreviventes da guerra que se organiza em torno da relação criada pela partilha da mesma experiência militar. Os laços que os unem são ‘sociais e experienciais’, aproximando-se do parentesco

fictício – um parentesco construído, baseado na ‘solidariedade fraternal’. É nestas famílias de recordação, afirma Winter, que se pode observar o ‘trabalho liminar da memória’, construída entre o território privado da memória pessoal e o ‘teatro nacional da memória colectiva’: “This entails their creating a space in which the story of their war, in its local, particular, parochial, familial forms, can be told and retold.” (Winter 2000 [1999]: 40). E é precisamente essa guerra – a guerra contra guerrilheiros invisíveis na vastidão das chanas do Leste, a guerra da ação psicossocial de Marimba e da Baixa do Cassanje – que é contada, negociada, repetida, nos almoços que todos os anos juntam a família de recordação que sobrou dos vinte e seis meses em Angola.

A multidão dispersa-se à volta das mesas de aperitivos e do balcão do bar ao fundo da sala. Os empregados, nervosos e de cara fechada, correm pela sala para acrescentar mesas que não existiam na disposição original. Valdemar Mendes desdobra-se em negociações com os empregados e conversas com os camaradas. É preciso garantir que tudo corre bem, que este almoço será recordado na já extensa lista de encontros que uma e outra vez reúnem os homens da CART 3313.

Na entrada da sala, junto ao palco, Licínio Macedo instala o cartaz que fez para este almoço. Tal como todos os anos, as semanas que antecedem o encontro são gastas na criação deste trabalho: o brasão de armas da Companhia de Artilharia 3313 (‘força e audácia’), desenhos que reproduzem as memórias de Angola (cubatas, um pirão, esculturas de bustos africanos, uma catana), os nomes das terras por onde passaram, uma frase de Lobo Antunes (‘Passámos muito tempo a morrer juntos’). Macedo é um guardador de memória. Na garagem do seu apartamento, em Vila Praia de Âncora, montou um pequeno museu da guerra. Dossiers cheios de recortes de jornal, ementas e convites de almoços anuais, crónicas de Lobo Antunes sobre Angola, álbuns fotográficos, livros e séries documentais sobre a guerra colonial, esculturas africanas. Reformado dos estaleiros de Viana do Castelo desde os 52 anos, este antigo electricista dedica uma boa parte do seu tempo livre a organizar os vários objetos materiais que começou a colecionar quando regressou de África. Não é trabalho, é um prazer, explica-me a mulher que assiste ao empenho com que Licínio Macedo junta as peças soltas que sobraram da sua juventude em Angola.

A sala está finalmente pronta para acolher os convidados. As mesas corridas desenharam um imenso tridente que brevemente se encherá de pessoas. Tal como acontecera em Almeirim, a chamada para a mesa é seguida de uma complexa dança de cadeiras pela qual cada um toma o seu lugar. Os empregados correm com bandejas e

vão servindo os muitos pratos da ementa - sopa, peixe, carne, sobremesas várias. O ruído de fundo é enorme: conversas, gargalhadas e camaradas que atiram brincadeiras antigas através da distância das mesas - ‘oh meu coirão’, ‘meu alferezinho’, frases soltas que são gatilhos de memória para episódios passados que todos reconhecem.

Depois do banquete, a atenção da sala é chamada para o início formal do ritual. As cabeças viram-se para o pequeno palco que se encontra num dos topos da sala. É lá que, ao microfone, Valdemar Mendes anuncia a homenagem ao furriel desaparecido. São chamados ao palco o alferes do primeiro pelotão, Joaquim Mestres, e a família de Mário Alberto Ferreira que se estreou nos almoços da CART 3313. As breves palavras de Mestres são quase imperceptíveis. Com a voz contida de emoção, explica a dificuldade de homenagear um grande amigo que já não está ali. Nas suas mãos, a placa comemorativa (“Dos Camaradas da CART 3313”) é entregue à viúva. O filho mais novo, capitão do Exército, agradece a distinção recebida no ‘convívio desta família’ que espera se continue a encontrar por muitos anos. E, tal como no ano anterior, foi uma salva de palmas que resgatou toda a sala do comedimento comovido que se tinha instalado.

A afirmação solene da memória da guerra repete-se todos os anos sob forma do minuto de silêncio. A voz de Firmino Alves dá início ao momento para o qual todos são chamados. As conversas detêm-se, os sorrisos fecham-se e toda a sala se ergue para, de pé e durante largos segundos, lembrar os que caíram em Angola e os que foram desaparecendo ao longo dos anos. Esta evocação partilhada do passado durante o minuto de silêncio é, de acordo com Pierre Nora, o exemplo mais extremo da significação simbólica do lugar de memória (Nora 1984: xxxiv). O seu poder reside no duplo corte que realiza no contínuo temporal: ao mesmo tempo que interrompe a ação, chama a si um pedaço irremediavelmente perdido do passado. Lugar de memória dentro de um lugar de memória, o minuto de silêncio anual é investido de um protagonismo ritual ímpar: na sua curtíssima duração convergem e condensam-se acontecimentos de vários momentos do tempo.

Mas a homenagem ao furriel Ferreira constitui um outro passo na afirmação do propósito ritual destes encontros. Dedicado à memória de um homem (e já não de um grupo de camaradas desaparecidos), presenciado pela família, este inédito evento implicou o discurso de reconhecimento do oficial que comandava o pelotão e a entrega de um objeto que, em nome dos camaradas da companhia, representa a ligação que a todos une e que sobrevive à morte. A dádiva da placa comemorativa à viúva e filhos do

furriel do primeiro pelotão constitui o que Emmanuel Sivan chama de ‘objetificação da memória’²³¹, processo através do qual a natureza perecível e impalpável daquilo que é recordado é convertida numa peça que fixa simbolicamente a vida do homenageado e a memória que dele têm os que lhe sobreviveram.

Em vez de música e baile, no almoço de 2012 os camaradas foram convidados a partilhar histórias ao microfone. Durante mais de uma hora, vários desfilaram pelo palco. O tom é de boa disposição. Contam-se episódios risíveis de rapazes cacimbados: o cozinheiro e o soldado que se puseram à pancada por causa de uma reclamação com o arroz do rancho, o furriel que ia tão distraído na picada que pensou ver uma manada de vacas onde outros viam um grupo de pacaças, o soldado que inventava dores para evitar saídas para o mato, o cabo enfermeiro que assistiu a partos e descobriu com espanto que os negros nasciam brancos. O repertório do que ‘merece ser lembrado’ não inclui apenas os incidentes anedóticos. Outro dos temas favoritos é a camaradagem. São vários os exemplos contados: as filas de soldados que respondiam ao pedido de dádiva de sangue, a partilha da água do cantil com os camaradas imprevidentes que não a sabiam poupar nas saídas para o mato, o furriel que apesar de doente com uma hepatite preferiu não ser evacuado de helicóptero e terminar a operação que os havia levado para os confins das chanas do Leste de Angola. Estas histórias, contadas perante a plateia de camaradas e famílias, correspondem ao lado solar de uma experiência dolorosa. Subtraídas ao contexto (o que provocou a súbita necessidade de dádivas de sangue?, o que aconteceu na operação em que o furriel doente recusou ser evacuado com os soldados feridos?), elas resultam de um cuidadoso regresso narrativo à memória da guerra, através do qual só é formulado em palavras aquilo que merece ser lembrado. A dor que possa ter restado (a memória da violência, do medo, da morte) é rodeada de silêncio e, no seu lugar, são contados os fragmentos dizíveis de momentos que nenhum daqueles homens pode esquecer. Aos que, como eu, assistem à reunião desta família de recordação, resta imaginar tudo o que está para além das palavras ditas. O vasto território do que não é pronunciado só é acessível aos homens que viveram juntos a guerra do Leste e de Marimba.

²³¹ Num texto sobre dor privada e recordação pública, Emmanuel Sivan analisa uma das mais populares formas de comemoração privada dos soldados israelitas desaparecidos em contexto de guerra: os opúsculos de comemoração (*commemorative booklets*). Estes opúsculos resultam da colaboração de um pequeno grupo de pessoas próximas (família, amigos, camaradas) e pretendem tornar única e individual a memória do desaparecido (Sivan 2000 [1999]).

O almoço anual da Companhia de Artilharia 3313 é, para a esmagadora maioria dos entrevistados, o único contacto social que têm com o passado de guerra. A ligação a associações de antigos combatentes é residual: Licínio Macedo colabora ocasionalmente com uma organização de veteranos do concelho de Caminha, João Marques recorreu em tempos à terapia de grupo da APOIAR em Lisboa (V. Capítulo V). Os restantes manifestaram pouco mais do que desinteresse pelas atividades e serviços oferecidos pelas muitas organizações da sociedade civil desta natureza. As datas redondas e homenagens oficiais junto a monumentos são uma quase ausência nas suas vidas. Quase ausência porque, de entre os trinta e um entrevistados, pelo menos três já compareceram a uma destas comemorações públicas. No dia 10 de Junho de 2010, uma pequena comitiva de antigos militares da Companhia de Artilharia 3313 juntou-se às comemorações em Vila Praia de Âncora, organizadas por associações locais e pela autarquia de Caminha. Levados por Licínio Macedo, José Cunha e Firmino Alves foram receber uma medalha pela participação na guerra. No meio de dezenas de pessoas que rodeavam o monumento mandado erguer pela Câmara Municipal na Rotunda dos Combatentes do Ultramar, assistiram à cerimónia presidida por um antigo comando que, de boina na cabeça, fez um breve discurso e chamou todos aqueles que se preparavam para receber a condecoração. No final, os camaradas e as suas mulheres foram para a casa de Licínio Macedo, para uma visita ao museu que instalou na garagem. A compostura que tinham mostrado durante a cerimónia pública deu lugar ao entusiasmo em torno dos objetos que Licínio ia mostrando. Cada uma das peças evocava a guerra que viveram em Angola. Já não era a distante realidade da ‘guerra do ultramar’ da homenagem oficial, descrita na linguagem nostálgica do ‘mundo de emblemas’ (Power 2001) feita de palavras como ‘heroísmo’, ‘espírito de sacrifício’ e ‘amor à pátria’ (V. Capítulo V). Ali, entre peças trazidas de Angola, entre fotografias e livros, a guerra era a das chanas do Leste e da imensidão da Baixa do Cassanje, feita de paisagens, personagens e histórias que todos conheciam.

A guerra das cerimónias públicas é o enorme país distante de um conflito combatido em três territórios durante treze anos. No seu interior, cabem experiências muito diversas. Cabem diferentes armas e ramos das Forças Armadas, distintas realidades operacionais, diversos empenhamentos políticos na causa. Só de uma forma marginal este passado corresponde às memórias de cada um dos sujeitos. Pelo contrário, na comemoração privada da unidade tudo se organiza em torno da experiência concreta e única da guerra tal como foi vivida nos vinte e seis meses daquela comissão em

Angola, pequeno fragmento do país distante que é evocado nas comemorações públicas. A comemoração pública é um ato político e a celebração privada um ato íntimo.

É precisamente aqui que se situa a fronteira que separa o desinteresse do entusiasmo: a familiaridade é o elemento crítico que distingue o modo como os entrevistados se relacionam com o mundo das comemorações públicas ou o das comemorações privadas da Companhia de Artilharia 3313. De um dos lados da fronteira está a arena onde se busca contestar a narrativa pública sobre a guerra e o país. No 10 de Junho, dia em que a Presidência da República organiza a comemoração oficial do dia de Portugal, de Camões e das Comunidades²³², vários locais do país assistem a homenagens aos veteranos da guerra promovidas por associações de combatentes e autarquias. O Encontro Nacional dos Combatentes, junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar em Lisboa, é a mais importante destas celebrações. A escolha desta data nada tem de inocente: foi com a guerra colonial que a comemoração do 10 de Junho adquiriu um notável peso político para o Estado Novo²³³. A partir de 1963, a comemoração do Dia de Portugal passou a incluir uma homenagem às Forças Armadas, bem como a atribuição de condecorações aos militares que se tivessem distinguido em África. Envolta num “(...) rigoroso protocolo, destinado a conferir a maior solenidade ao acontecimento e um carácter marcial” (João 2002: 139), a comemoração do 10 de Junho transformou-se, nessa altura, num apelo oficial à unidade em torno da manutenção da integridade da ‘nação pluricontinental’. Com o 25 de Abril, o 10 de Junho perdeu a importância política que tivera nos derradeiros anos do Estado Novo e tornou-se uma comemoração oficial da qual a generalidade da população portuguesa se encontra alheada.

Abertos a debates na esfera pública, os dias nacionais constituem o que Michael Geisler chamou de ‘significantes instáveis da identidade nacional’ (Geisler apud Leal 2014), objeto de interpretações porventura diversas e contrastantes²³⁴. Foi

²³² Nos últimos dez anos, a Presidência da República celebrou o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades nas seguintes cidades: Bragança, Guimarães, Porto, Setúbal, Viana do Castelo, Santarém, Faro, Castelo Branco, Lisboa, Elvas e Guarda.

²³³ Para uma análise da comemoração do 10 de Junho desde 1880 (data do tricentenário da morte de Camões), passando pela Festa de Portugal institucionalizada em 1925, até ao Dia de Portugal do Estado Novo, ver João 2002, sobretudo pp. 126-141.

²³⁴ Num artigo recente, João Leal analisa a comemoração do Dia de Portugal entre a comunidade imigrante em Toronto, revelando duas tradições distintas de organização diaspórica. Para os portugueses de origem continental, estas comemorações constituem uma ocasião de afirmação e empoderamento político como grupo étnico numa sociedade multicultural. Para os portugueses de origem açoriana, o Dia

precisamente esta porosidade de sentidos do Dia de Portugal que permitiu o surgimento de uma comemoração paralela e não-oficial que, promovida por organizações da sociedade civil, tem como objetivo “celebrar a Pátria e honrar os nossos mortos”²³⁵. Na ausência de uma retórica nacionalista oficial que enquadrasse e homenageasse a experiência daqueles que tinham combatido na guerra, o Encontro Nacional de Combatentes estabeleceu-se a partir de 1994 como o locus cerimonial de uma narrativa alternativa que utiliza dispositivos rituais e simbólicos associados ao ‘formalismo dogmático da cultura oficial’ (Bodnar 1994). Apesar da sua natureza não-oficial, a formalidade dos rituais inclui desfiles militares, discursos e o hino nacional. O ambiente é protocolar e grave. Através de gestos e palavras, a guerra (que neste contexto é sempre referida como ‘do ultramar’) é inscrita na continuidade intemporal da nação e integrada na narrativa sobre o país e a sua história. A dimensão e importância política desta arena de articulação da memória é evidente: é aqui que se alcança o reconhecimento público que julgam ser devido a todos aqueles que combateram em nome de Portugal. Centenas de veteranos e as suas famílias, ligados por associações de antigos combatentes, saem à rua para reivindicar a visibilidade que julgam merecer.

Embora nenhum dos entrevistados tenha por hábito frequentar o Encontro Nacional de Combatentes ou outras comemorações públicas pelo país, alguns referem o incómodo gerado pelo insuficiente reconhecimento dos veteranos. Há quem fale de ‘ingratidão’, há quem refira os efeitos psicológicos e físicos da guerra, há quem acuse o Estado de ter abandonado os antigos militares. Estes discursos traduzem o desconsolo com situações conhecidas que lhes são próximas, tal como é o caso do herói da companhia, que vários afirmam constituir um doloroso exemplo do desinteresse oficial em relação aos veteranos. O cabo atirador Fernando Sota, que todos veem como o mais corajoso dos elementos da CART 3313, vive numa condição de vulnerabilidade prolongada, agravada pela ausência de apoio do Estado. Quando falam destes assunto, os entrevistados não estão a falar dos ‘combatentes’ enquanto anónima massa de indivíduos recrutados para o conflito; estão a falar de camaradas da guerra em Angola, pessoas de carne e osso de quem conhecem o nome e a história. Regressa-se, por isso,

de Portugal é um ‘significante vazio’: é a identidade regional, e não nacional, que congrega a vontade comemorativa – em 2009, celebrou-se pela primeira vez o Dia dos Açores (V. Leal 2014).

²³⁵ Extraído do texto do convite para o 16º Encontro Nacional de Combatentes em 2009, organizado por uma Comissão Executiva composta por elementos da Liga dos Combatentes e de associações de veteranos, disponível em http://ultramar.terraweb.biz/Celebracoesdo10JUN/Celebracoes_EncontrosNacionais_LX_2009Jun10_Convite.htm (acedido em Outubro de 2014).

à questão da familiaridade e de como é ela que condiciona a adesão a retóricas e comemorações que procuram convocar o sentido de pertença e de união em torno de uma causa comum. Longe de qualquer sombra de ativismo associativo, distantes das reivindicações em torno da visibilidade pública dos combatentes, estes entrevistados identificam-se com aqueles com quem partilharam a guerra. A nação que conheceram e pela qual combateram era feita das dezenas de homens que pertenciam à unidade militar onde cumpriram a comissão de serviço. Mais do que o território nacional ameaçado na sua integridade, era a lealdade para com os camaradas que os fazia aguentar a guerra. Essa é a ligação à realidade nacional que sobrou da guerra ²³⁶ - uma ligação baseada na dependência mútua e na interação social próxima sob condições extremas, uma ligação que criou a ‘outra família’ que todos os anos se reúne nos almoços. É nestes grupos de pequena escala, afirma Siniša Malešević, que se constrói o sentido de pertença nacional:

Being exposed to violence and the possibility of instant death on an everyday basis, their reliance on small-group solidarity becomes an essential precondition of their existence. Hence it is such small, selected groups, not large-scale entities such as nations, that truly operate as the ‘chosen people’. (Malešević 2011: 285)

É este ‘povo escolhido’, compatriotas de uma mesma guerra, que ocupa o espaço comemorativo dos almoços anuais da Companhia de Artilharia 3313. Ao contrário das celebrações públicas, o léxico da nação, do dever e do heroísmo está ausente. Nesta comemoração privada – ‘lugar de memória refúgio’, como lhe chamaria Pierre Nora, “(...) sanctuaire des fidélités spontanées et des pèlerinages du silence” (Nora 1984: xl) – não há espaço para os aspetos “espetaculares e triunfantes, impositivos e geralmente impostos” que tecem a solenidade das comemorações oficiais. No seu lugar, é a linguagem da camaradagem e da coragem que constrói as histórias que vão sendo contadas e recontadas. A premissa do silêncio paira sobre os incómodos que possam ter sobrado do passado. As considerações políticas sobre a justiça ou injustiça da guerra, as tomadas de posição sobre o colonialismo e a descolonização, as reivindicações de reconhecimento público e de compensação material pelos danos sofridos pelos veteranos, tudo o que possa criar desacordo desaparece sob a repetida

²³⁶ Num ensaio sobre os veteranos comandos da guerra colonial, Tiago Matos Silva que estes se veem como parte de uma “(...) ‘Nação’ de veteranos que em última análise se constituiu quando lhes diziam que lutavam pela ‘Nação’ e eles se aperceberam que lutavam, acima de tudo, uns pelos outros.” (Silva 2007: 38).

afirmação do laço indestrutível que a todos une. Se, em contexto de entrevista, esta avaliação retrospectiva da experiência da guerra era inevitável - como não rever o passado à luz do presente? como escapar à negociação do sentido de um passado tornado anacrónico com a deposição do regime e a descolonização? (V. Capítulos IV e V) - , no contexto da reunião anual dos camaradas ela é cuidadosamente rodeada e contida. O que importa é afastar tudo o que possa criar divisão e celebrar o que merece permanecer vivo e ser lembrado.

Nos encontros anuais da companhia, o regresso narrativo ao passado é o exato contrário daquele que é esperado nas sessões terapêuticas dos grupos de combatentes que foram diagnosticados com stress pós-traumático (V. Capítulo V). O confronto com a memória dolorosa e a escavação de sentido dos episódios traumáticos são rigorosamente evitados. A história comum que se constrói naquele lugar de memória é uma história de remissão do mal e do sofrimento, uma história feita apenas com os episódios apaziguadores do passado. Alistair Thomson descreve uma situação semelhante entre os veteranos australianos da I Guerra. Os antigos militares que frequentavam as comemorações privadas das unidades militares sabiam que a conversa que os esperava nessa ocasião não seria sobre batalhas e episódios dramáticos, mas sim sobre a coleção de ‘pequenos incidentes divertidos’ ocorridos na guerra:

This social remembering provided collective validation of the pasts that were easiest to live with. (...) [D]ifficult and dissenting memories – of driving over the dead Germans, or wartime disillusionment – were not erased, but neither did they become favoured public stories. In contrast, positive anecdotes about humorous experiences, or about the nature of the diggers and the AIF²³⁷, were favoured, and the war experience became characterised in those terms. (Thomson 1994: 165)

Tanto nos encontros de veteranos Anzac como nos almoços da CART 3313, o riso surge como uma forma de redenção com o passado. A natureza opressiva e concentracionária da vida militar, a tensão e o medo, os mortos e feridos, desaparecem dos relatos partilhados nesta ocasião. No seu lugar, surgem os aspectos cómicos e absurdos de uma experiência extrema, episódios risíveis que resultam da transfiguração

²³⁷ AIF é o acrónimo de Australian Imperial Force, força expedicionária criada em Agosto de 1914 após a declaração de guerra do Reino Unido à Alemanha. Constituída por voluntários, a AIF enviou mais de trezentos mil homens para a guerra que então se travava.

narrativa pela qual o passado se torna um lugar suportável ao qual se consegue regressar.

2. O escritor

No vidro da frente do autocarro que sai do Porto às primeiras horas da manhã, um pequeno cartaz explica quem ali viaja. Ao lado do brasão de armas pode ler-se ‘Convívio Anual Os Príncipes do António Lobo Antunes’. A história desta frase é contada por Firmino Alves. No final da apresentação de um livro de Lobo Antunes no Porto, Eduardo Lourenço disse à audiência que, durante a guerra, o escritor viveu rodeado de homens humildes. O ‘doutor’, conta Alves, contrariou a afirmação: ‘Não são homens humildes; são príncipes’. O episódio, presenciado pelo antigo furriel da CART 3313, é contado uma e outra vez com orgulho. O reconhecimento público da nobreza de carácter resgatou todos e cada um destes homens do anonimato. Aqueles que fizeram parte da Companhia de Artilharia 3313 são ‘os príncipes’ com quem o escritor viveu durante vinte e seis meses. As paisagens, personagens e histórias da experiência que partilharam em Angola não são apenas suas: são de todos aqueles que, através dos livros e crónicas de Lobo Antunes, puderam conhecer a guerra das picadas arenosas do Leste e a guerra da espera na imensidão na Baixa de Cassanje. Importa, por isso, compreender de que forma se relacionam estes antigos militares com a obra literária do médico do Batalhão de Artilharia 3835, de que modo as suas palavras, histórias e imagens concedem ordem e sentido a uma experiência cuja nitidez tende a perder-se com a passagem do tempo.

Os livros de Lobo Antunes são indissociáveis da figura que ele representa para os seus companheiros da Companhia de Artilharia 3313. Ao contrário da esmagadora maioria dos camaradas, Lobo Antunes não era um militar como os restantes. Com outros dois médicos, integrava o Estado Maior do Batalhão de Artilharia 3835, composto pelos comandos e por oficiais subalternos de especialidades diversas²³⁸. Estes três homens não eram identificados pelo posto militar: Lobo Antunes e os seus dois colegas eram os ‘doutores’, e não os ‘alferes’. Durante o primeiro ano da comissão, os médicos rodaram entre a sede do batalhão, em Gago Coutinho, e os destacamentos das companhias operacionais nas chanas do Leste (Sessa, Mussuma, Chiúme e Ninda).

²³⁸ O Estado Maior do Batalhão era constituído pelo primeiro e segundo comandante (um tenente-coronel e um major, ambos do Quadro Permanente) e por sete oficiais subalternos: alferes milicianos de transmissões, reabastecimento e manutenção automóvel, três médicos e um capelão.

Os seus dias eram passados entre o apoio médico ao pessoal militar e as consultas à população civil. Embora não fossem geralmente chamados para a atividade operacional (ações de combate, colunas, operações conjuntas), eram os médicos que tratavam dos feridos e os acompanhavam nas evacuações para o hospital do Luso. No segundo ano, a rotação dos médicos entre as várias unidades do Batalhão não existiu. Lobo Antunes passou os restantes catorze meses em Marimba, sede da Companhia de Artilharia 3313. Foi durante este ano que a minha mãe e eu aterrámos em Marimba, onde vivemos no meio de militares. A estadia prolongada junto de uma mesma companhia criou, inevitavelmente, uma relação de proximidade especial. Embora não pertencesse à companhia, Lobo Antunes tornou-se o mais próximo dos três médicos do batalhão. Vários lembram o desleixo da farda que enfurecia os comandos, os jogos de futebol com o médico à baliza, as campanhas de vacinação, os raspanetes que dava aos soldados por causa das doenças venéreas ('O doutor dizia 'Se vos apanho a ir às meninas sem usarem este medicamento, sabeis que levantais voo!').

Durante a comissão de serviço em Angola, António Lobo Antunes destacava-se das centenas de militares do batalhão em virtude da sua especialidade. Mas foi já depois da desmobilização que alcançou uma dimensão maior do que história dos vinte e seis meses em África faria supor. Seis anos após o regresso a Portugal, foram publicados os seus dois primeiros livros: *Memória de Elefante* e *Os Cus de Judas*. Décadas mais tarde, é impossível saber em que momento e circunstâncias os antigos militares da CART 3313 souberam que o médico se tinha tornado escritor. Com a desmobilização, o contacto com os camaradas perdeu-se. Dispersos pelo país, viveram a estranheza do regresso à vida civil: a guerra permanecia dentro deles e manifestava-se na irritabilidade e inquietação desconhecidas com que reagiam a situações banais. Depois da guerra, veio a vida e o que ela trouxe: casamento, filhos, emprego. Enquanto isso o país mudava. O 25 de Abril fez cair o regime e inaugurou um tempo de profunda transformação do país. No final de 1975, a 'nação pluricontinental' pela qual tinham combatido tinha desaparecido. A ressaca destes acontecimentos foi vivida com contenção: no espaço público celebravam-se as mudanças que tinham deposto o Estado Novo e enaltecia-se o papel dos militares no processo de transformação. Do colonialismo e da guerra, pelo contrário, pouco se ouvia falar – anacronismos incómodos no momento em que o país se reconstruía a partir dos despojos do império e do caminho para a Europa que se adivinhava.

No meio deste estranho silêncio sobre a guerra e o fim do império, *Os Cus de Judas* fez parte de um movimento literário que, de acordo com Paulo de Medeiros, constituiu um ‘poderoso instrumento de anamnese’, capaz de romper o vazio historiográfico, social e político sobre os últimos anos do império (Medeiros 2006 [2002]). Partindo de uma função individual de ‘exorcização de um trauma’, esta literatura abriu-se ao que Margarida Calafate Ribeiro chamou uma ‘função de reparação moral’, através da “(...) denúncia d[a] situação trágica, tão ambigualmente esclarecida, de alerta contra o esquecimento, de absolvição dos sujeitos narradores e do país face a si mesmos e face aos Outros, e de reflexão sobre a nossa identidade e o nosso lugar no mundo.” (Ribeiro 2004: 251). Com a narrativização das experiências africanas, a exposição das dolorosas marcas da guerra, a perplexidade perante o destino de um país obrigado a inventar-se outra vez, livros como o de Lobo Antunes convocaram para o debate público um tema que desaparecera do mapa.

Teria sido interessante resgatar as memórias que os antigos camaradas de armas guardam do primeiro contacto com a obra do médico tornado escritor e da reverberação que ela teve na maneira como recordavam os anos de Angola. Teria sido interessante, mas foi impossível. Quase quarenta anos após a edição d’*Os Cus de Judas*, esse momento dissolve-se numa nebulosa, sob o peso da dimensão pública que entretanto o escritor ganhou. Ao longo dos meses em que recolhi entrevistas por todo o país, descobri relações muito diferentes com a obra de Lobo Antunes. Havia quem tivesse os seus livros na estante, quem colecionasse entrevistas nos jornais, quem se irritasse ao recordar os desmentidos públicos feitos por oficiais do Exército às passagens sobre a violência das tropas e a utilização do napalm em Angola n’*Os Cus de Judas*. Mas houve também quem confessasse nunca ter lido nenhum dos livros. Por falta de oportunidade ou de hábitos de leitura ²³⁹, para esses homens o contacto com a narrativa literária do antigo médico do batalhão dá-se sobretudo através dos almoços onde, através da voz de Firmino Alves, excertos são lidos para uma plateia atenta às descrições de personagens e situações familiares.

Mas há um momento decisivo que todos recordam: o dia em que aceitaram o convite para o lançamento do livro das cartas de guerra de Lobo Antunes. Uma

²³⁹ Dos trinta e um entrevistados, dezoito tinham à data da partida para Angola frequentado somente a escola primária, e eram tão-só nove os que tinham habilitações iguais ou superiores ao atual 9º ano (do ensino liceal ou técnico). Dos dezoito que tinham ficado pela escola primária, apenas dois retomaram os estudos após a desmobilização. José Correia e Artur Silva fizeram-no ao abrigo do Programa Novas Oportunidades: o primeiro completou o 6º ano e o segundo concluiu o 12º ano.

camioneta fretada pela editora trouxe dezenas de antigos militares do Norte do país. A Companhia de Artilharia 3313 regressava ao cais de onde partira trinta e quatro anos antes. Em 2005 Lobo Antunes ainda não se tinha estreado nos almoços anuais. Naquele fim de tarde de Novembro de 2005, a Gare Marítima de Alcântara assistiu ao reencontro do escritor com os camaradas que perdera de vista após a desmobilização. A sala estacou quando o escritor e os seus camaradas se abraçaram. Nesse momento, os militares da CART 3313 transformaram-se nos protagonistas de carne e osso do tempo que os livros do escritor tinham fixado. Os discursos de apresentação foram feitos por três alferes milicianos e um furriel enfermeiro. Cada um, de forma diferente, evocou memórias do tempo em Angola: o isolamento, a camaradagem, o trabalho social do Exército junto das populações. Depois das palavras, vieram as imagens. Num grande ecrã, foi projetado o filme de super 8 feito por um camarada entretanto desaparecido. O antigo furriel Firmino Alves pegou no microfone e, perante a plateia que enchia a sala, fez uma visita guiada pelas imagens. Jogos de futebol com o ‘doutor’ à baliza, paisagens imensas de Marimba, os africanos das aldeias próximas.

Ali, naquela sala, assistiu-se a uma dupla comemoração. Em primeiro e mais evidente lugar, o lançamento do livro abriu um espaço público de encontro do passado. Para todos aqueles que não viveram a guerra colonial, o momento oferecia um singular ângulo de observação, ao cruzar o que dela restou (os homens que foram rapazes fardados em Angola e as suas memórias) com o tempo africano fixado nas cartas, nas fotografias e no filme que toda a sala viu. Para os que viveram os vinte e seis meses de comissão de serviço, aquelas horas ofereceram uma gloriosa oportunidade de celebrar a negação do esquecimento. Com a publicação das cartas, todos os leitores poderiam aceder ao mundo de experiência do quotidiano de guerra em Angola. É precisamente neste sentido que Samuel Hynes afirma que as narrativas pessoais de guerra constituem o mais poderoso dos memoriais. É através das imagens em si contidas, do tom e das histórias que contam, que emerge a ‘recordação colectiva vicária’ (*vicarious collective remembrance*), memória em segunda mão nascida do cruzamento de muitas memórias de outros:

Not any single narrative alone, but narratives collectively, for what war-stories construct is a combining story that is not told in any individual narrative, but takes its substance from the sum of many stories. Over time, a process of selection takes place, one anecdote is preserved and another rejected and forgotten. (...) Story and way of telling

converge, tone determining the selection of events and events determining tone, until a complete, coherent story emerges. (Hynes 2005: 207)

A experiência de guerra, acedida através da voz pessoal do autor, permite que quem a lê participe por interposta pessoa num quotidiano desconhecido. O imediatismo das cartas enviadas da frente tornam-nas a mais pura e menos imediata versão da guerra, combinando o quotidiano anónimo e os acontecimentos excepcionais, o banal e o insólito, num registo que conserva intacta a estranheza da experiência de guerra. Narrativas como estas (cartas, diários e memórias) constituem, diz Hynes, ‘atos de comemoração’ que fixam as vidas e memórias das pessoas que viveram a guerra. As vozes dos protagonistas da história e dos heróis, demasiado próximas do mundo de emblemas da guerra, são preteridas a favor das narrativas pessoais dos homens comuns: “What suits memory best (...) is a war life lived close to the action, but at some distance from the values, lived by a man who is by nature or circumstances an outsider, who can be a witness as well as a soldier.” (idem: 213). Longe do heroísmo e das afirmações solenes de lealdade a causas, estas narrativas concedem voz a todos aqueles cuja existência e experiência seria dissolvida no monumental relato dos acontecimentos históricos. A sua publicação traz ao presente um passado que já desapareceu, garantindo que ele sobreviverá às vidas dos seus autores e de todos aqueles que partilharam experiências semelhantes. Mais do que a existência de monumentos físicos que celebram os combatentes – e que, com os anos, se transformarão em objetos vazios, cujo sentido apenas pode ser compreendido através do conhecimento da história – a edição de narrativas pessoais fixa de um modo inequívoco as experiências e memórias de quem participou na guerra. Ao mesmo tempo, estas memórias tornadas públicas vêm subverter o relato coletivo da história militar. Embora nenhum dos seus autores tenha sido protagonista dos momentos decisivos das guerras, ainda que enquanto indivíduos possam ter sido irrelevantes para o curso que os acontecimentos tomaram, são as suas vozes que testemunham a irreduzível singularidade da experiência pessoal da guerra.

E é aqui que a figura de Lobo Antunes adquire para os homens da CART 3313 uma relevância única. Através dos seus romances, das crónicas que foi publicando, das cartas de guerra, das entrevistas em que regressa uma e outra vez ao passado angolano, o escritor tornou inapagável a guerra que com ele partilharam. Mas as palavras de Lobo Antunes são também importantes pela maneira como ajudam a conceder ordem e sentido à amálgama de imagens que sobrou dos vinte e seis meses em Angola. Mesmo

para os que nunca leram o que o médico escreveu, estas palavras reaparecem todos os anos no encontro da companhia, através de leituras de excertos escolhidos por Firmino Alves. Nestes momentos, surgem nítidos e intactos alguns personagens que todos conheceram (o comandante severo, o major mulherengo, os negros dos quimbos, o dono do café de Gago Coutinho), paisagens descritas nos minúsculos detalhes da sua singularidade, banais ou invulgares episódios de um quotidiano feito de rotina, tensão e espera.

A voz do escritor, a sua pessoalíssima e literária versão dos acontecimentos, é incorporada na narrativa que os homens da Companhia de Artilharia 3313 vão construindo e repetindo nos almoços anuais. Às suas palavras são reconhecidas a capacidade de representação da experiência comum. Elas estão em todo o lado: na identificação da camioneta que vem do Norte, no cartaz comemorativo que Licínio Macedo traz para a ocasião ('Passámos muito tempo a morrer juntos'), na lápide que foi descerrada no quartel de Torres Novas ('Somos quem fomos'). Mas estão também no discurso com que Lobo Antunes é convidado a encerrar o ritual de partilha de histórias para o qual todos foram chamados. No palco, o antigo médico fala dos grãos de felicidade no meio do horror e da precariedade da guerra: a alegria que, de uma forma extraordinária, conseguia romper a miséria em que viviam; a camaradagem que fazia filas de voluntários dispostos a dar sangue; a forma como os desaparecidos continuam vivos na memória daqueles que lhes sobreviveram. Tal como os camaradas que partilharam histórias no palco, o escritor escolhe celebrar com os presentes os instantes memoráveis que sobraram do tempo sombrio da guerra. Tudo o que é intolerável (a violência, o medo, os mortos e feridos) é cuidadosamente rodeado por uma cerca de silêncio.

3. Palavras e silêncios

Em Julho de 2013 fiz a última entrevista para esta investigação. Numa tarde de Verão, encontrei-me no Chiado com Jorge Pereira, antigo cabo cripto da companhia. Emigrado desde 1976 nos Estados Unidos, tinha desaparecido do mapa dos contactos da CART 3313. Foi através de um comentário num blogue que o localizei. A troca de emails resultou numa conversa que, quase dois anos mais tarde, gravei numa esplanada cheia de turistas. Apesar das décadas que passaram e da ausência de comunicação com os camaradas, as memórias de Jorge Pereira descreviam as paisagens africanas com um

detalhe inesperado: a localização exata dos edifícios do quartel, a distância que o separava dos quimbos, as colinas e riachos da zona. Mas a sua memória sobre os vinte e seis meses em Angola era muito diferente das restantes. Centrada nos acontecimentos que o rodearam, a história da guerra de Jorge Pereira parecia ser feita de um longo e sempre igual quotidiano de onde irrompiam raros episódios memoráveis – o acidente de viação que causou várias baixas, a autópsia a um negro a que assistiu por convite do ‘doutor’, breves saídas de caça na região de Marimba. Para além desses curtos momentos de exceção (onde se entrevê a presença dos outros militares), a memória de Jorge Pereira descreve o deserto da rotina no quartel, onde os dias eram sempre iguais. Envoltos pela redoma destinada a proteger a segurança dos que lidavam diretamente com os códigos de comunicação militares, os operadores cripto não podiam fazer colunas pela picada. A especialidade que lhe calhou na sorte garantia uma vida privilegiada de relativo sossego, que Jorge Pereira recorda hoje como a ‘maldição do arame farpado’, que o fechou durante meses a fio num perímetro reduzido. Mas não é esta a principal razão pela qual a sua memória é tão vaga. José Aguiar, o outro cabo cripto que dividia o quarto e o trabalho com Jorge Pereira, apresenta uma visão mais ampla do passado. Apesar de ter sentido na pele os mesmos constrangimentos de segurança, a memória de José Aguiar é mais viva, repleta de pormenores sobre a vida nos tempos da guerra e de histórias que incluem os seus pares.

O que distingue a narrativa de Jorge Pereira da de José Aguiar é o facto de este ter tido, durante os últimos anos, uma presença assídua nos encontros de camaradas. Ainda antes do almoço inaugural da Companhia de Artilharia 3313 em 2001, já Aguiar se tinha estreado nos convívios da CCS do Batalhão (V. Capítulo V). Desde então, nunca falhou nenhum encontro. Todos os anos, participa na comemoração ritual do passado, na partilha de histórias e no confronto de várias versões dos mesmos episódios. Tal como a esmagadora maioria dos entrevistados, José Aguiar conhece o espaço de negociação e construção da narrativa comum que os almoços proporcionam. Pelo contrário, Jorge Pereira nunca foi a nenhum destes encontros. Quando regressou de Angola, recorda ter sentido a necessidade de se ‘afastar da guerra’ e começar uma vida nova. A partida para os Estados Unidos em 1976 trouxe o corte definitivo com o passado; todos os contactos que tinha foram-se perdendo. Foi apenas muitos anos mais tarde que, na internet, decidiu pesquisar a CART 3313 e deixou um comentário num blogue – o mesmo comentário que me fez chegar até si. A sua narrativa depende apenas do que conseguiu conservar na memória. Distante dos camaradas ou dos livros do

antigo alferes médico, afastado do país e dos seus acontecimentos, arredado dos debates sobre o colonialismo e a guerra que têm surgido nos últimos anos, restam-lhe fragmentos dispersos de um tempo longínquo com os quais compõe um relato distanciado.

Os almoços anuais constituem, para os antigos militares da CART 3313, um ‘instrumento de anamnese’ semelhante ao desempenhado pela literatura na reposição da guerra colonial no debate público português. Até ao momento em que pela primeira vez se cruzaram com os camaradas e as suas memórias, são vários os que mencionam o apagamento dos contornos do tempo angolano. O inexorável e silencioso retrocesso do passado perante a ocorrência de novas experiências é, de acordo com Milan Kundera, imune à utilização de muletas mnemónicas. Nem mesmo a redação de um diário minucioso consegue resgatar a complexidade e espessura daquilo que foi vivido:

Um dia, ao reler as notas, compreenderemos que não conseguimos evocar uma única imagem concreta. E pior ainda: que a imaginação não é capaz de vir em auxílio da nossa memória e de reconstruir o esquecido. Porque o presente, o concreto do presente, enquanto fenómeno a examinar, enquanto estrutura, é para nós um planeta desconhecido; portanto não sabemos nem conservá-lo na nossa memória nem reconstruí-lo pela imaginação. (Kundera 1994: 120)

Impossível que é reaver o instante vivido na sua inteireza, resta compor reproduções aproximadas e imperfeitas. No processo de composição do passado, tudo o que não é formulado em palavras tende a ser dissolvido na massa indistinta de acontecimentos que vão desaparecendo da memória. Nas palavras de Daniel Schacter,

Human beings are storytellers, and we tend to tell stories about ourselves. Thinking and talking about experiences not only helps to make sense of the past, but also changes the likelihood of subsequent remembering. Those episodes and incidents we discuss are protected, at least partially, from transience; those that we don't ponder or mention tend to fade more quickly. (Schacter 2001: 31)

A revisitação narrativa constitui, por isso, uma condição essencial para a sobrevivência do passado no presente. Mas há mais. Quando alguém conta uma história, fá-lo para um público. Quando esse público faz parte da história contada, transforma-se num interlocutor capaz de desafiar os limites do que é recordado e do

que é esquecido. E é precisamente aqui que as reuniões anuais de camaradas surgem, nos discursos de vários entrevistados, como um momento fundamental na reconstrução do passado – momento a partir do qual recuperaram pedaços perdidos do tempo de Angola, outras versões sobre os mesmos acontecimentos, detalhes que se haviam diluído ao longo dos anos. Mais do que um público atento, nos almoços da CART 3313 cada um dos antigos militares está rodeado de pares do país estrangeiro da guerra que os levou a Angola. Todas as conversas se baseiam, por isso, na premissa da experiência comum e implicam o convite para a reconstrução partilhada de uma história que supere as lacunas das memórias pessoais. A pergunta mais ouvida é ‘Lembras-te?’. Sempre que ela é repetida, há quem acrescente pormenores, quem imite gestos e frases do passado, quem conceda credibilidade à narrativa que vai sendo construída. É nestes momentos que vão tomando forma as linhas gerais da história da CART 3313 em Angola - um enredo que se vai compondo num trabalho de rememoração conjunto que todos os anos é retomado.

A memória de guerra não foi apenas o alvo do natural desgaste imposto pelo tempo. Nos discursos de alguns entrevistados é possível distinguir uma intervenção pessoal destinada a apagar os aspetos incómodos do passado. Há quem revele não falar sobre a guerra com a família (‘São memórias da minha vida que não dizem muito à minha mulher e filhos’), há quem mencione ter feito um esforço para não se lembrar (‘Vivi? Vivi. Mas procuro não me lembrar’). Um de entre estes, foi apenas por três vezes aos almoços e, das suas palavras, depreende-se a improbabilidade de a eles regressar. O incómodo é mais forte do que o prazer de reencontrar os camaradas. Entre os quilómetros que o separam dos encontros anuais, o desinteresse da família e o desconforto que a guerra lhe causa (‘Não é que eu tenha más recordações daquilo, mas não vejo grande motivo para me orgulhar’), este antigo militar parece preferir apartar-se do regresso ao tempo de Angola; só assim consegue conter o confronto com o passado e a recordação que procura evitar.

Nem todos os que mencionam uma qualquer forma de ação deliberada sobre a memória (procurando não pensar nos aspetos difíceis) têm uma tão límpida relação de distanciamento em relação ao passado. Pelo contrário, a ambivalência é a característica que marca a forma como estes anos são vividos por estes homens. O tempo da guerra é, ao mesmo tempo, a dolorosa memória de um desterro hostil (o isolamento, a tensão, as emboscadas, as baixas) e da juventude despreocupada (as aventuras africanas, o mundo que se descobria, a alegria no meio do caos). É precisamente esta ambiguidade

que faz regressar estes homens, ano após ano, aos almoços da Companhia de Artilharia 3313. O passado que ali se celebra não é o da violência: é o da camaradagem, da união que sobrevive ao tempo, da alegria e do riso, da coragem e resistência.

Todos os que ali estão sabem que ninguém quer cruzar a fronteira que separa o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Mas estes encontros não são isentos de risco. A presença dos pares implica o confronto de versões nem sempre coincidentes e que podem expor pedaços indesejados do passado. Tal foi o que aconteceu no almoço de 2012, com a história do soldado José Correia que, numa patrulha a pé na zona de Sessa, pediu um tiro de misericórdia que acabasse com o seu sofrimento. No contexto de entrevista, o antigo cabo Manuel Silva tinha-se comovido ao lembrar o desesperado pedido do soldado que, após horas de calor, sede e desmaios sucessivos, rogou que o deixassem para trás (V. Capítulo III). No encontro de Coimbra, Manuel Silva subiu ao palco e lembrou a frase que nunca conseguira esquecer: ‘Dai-me um tiro e deixai-me aqui ficar’. Perante a plateia silenciosa, o dramatismo foi deslocado do pungente pedido do soldado para a união entre todos que impedia que alguém ficasse para trás. Correndo o risco de se tornarem um alvo mais fácil para o fogo inimigo, os camaradas abrandaram a marcha e carregaram o soldado Correia pelas matas fora, durante quilómetros. “Hoje o Correia está ali. Carregámos com ele às costas não sei quanto tempo, mas o Correia está ali, vivo da silva”. Na salva de palmas final, o soldado que fora salvo pelos seus pares foi chamado a agradecer. Na entrevista que lhe fizera alguns meses antes, José Correia recordara esse domingo de ramos em que vivera uma patrulha ‘muito complicada’. O laconismo da memória pessoal (evidenciado pela precisão da data aliada à ausência de pormenores narrativos) não resistiu ao confronto com as memórias dos pares. Incapaz de silenciar o que os pares tinham presenciado, restou-lhe o sorriso tímido com que agradeceu as palmas.

É aqui que se desenha a linha que separa as memórias pessoais da grande narrativa comum que vai sendo construída e atualizada nos encontros da Companhia de Artilharia 3313. Nas entrevistas, estes homens falaram de medo, de incerteza, de cobardia, da agressividade que rebentava em circunstâncias inesperadas, de desespero com o isolamento e com o tempo que demorava a passar. Nos almoços, falaram da camaradagem e de coragem. Nas entrevistas, contaram a descoberta dos negros e dos seus hábitos estranhos, denunciaram a opressão colonial ou confirmaram a justeza da disciplina necessária para combater a natural ociosidade dos africanos. Nos almoços anuais, África é apenas o exótico cenário do passado, guardado em imagens soltas de

paisagens imensas e habitantes de modos extravagantes. A memória do fim do regime e da descolonização, as interrogações retrospectivas sobre o sentido da experiência de guerra, as inquietações sobre o destino do país – temas inevitavelmente percorridos nas entrevistas - desaparecem das conversas nos encontros anuais. As palavras e silêncios de uma e outra ocasião não são os mesmos. Houve histórias que me foram contadas nas entrevistas e que não são mencionadas nos encontros entre pares: as histórias do alferes cobarde, da orelha do negro que foi comida por um cão e do ataque encenado a Mussuma são exemplos possíveis (V. Cap III). Mas houve também o seu contrário: episódios que os intervenientes omitiram nas conversas individuais e que são publicamente narradas pelos camaradas - tal como aconteceu com o soldado que pediu o tiro de misericórdia numa patrulha a pé.

Ao cruzar estes dois planos narrativos (o das memórias pessoais convocadas em contexto de entrevista e o da história comum construída pela ‘família de recordação’) chega-se à atividade criativa daquilo que Jay Winter e Emmanuel Sivan chamam de ‘*homo agens*’, que consideram ser o sujeito primordial na construção da recordação colectiva. Entre as memórias individuais e as memórias públicas situa-se a ‘atividade palpável e desarrumada que produz a recordação colectiva’. Apesar das décadas que passaram e que transformaram os rapazes que chegaram a Angola em homens de meia idade, apesar da revolução que depôs o regime anterior e terminou a relação de Portugal com as suas antigas colónias, apesar da ameaça do esquecimento que vem com os anos que passam, a realização dos almoços anuais abre, assim, uma nova arena onde cada um se torna um agente ativo da memória e se junta aos camaradas para garantir que o passado não será esquecido. É precisamente aqui que se revela a criatividade dos sujeitos. O passado não existe fora deles. O passado existe na representação que sobre ele constroem, nas imagens e nos episódios que compõem a história que é contada e repetida, ano após ano. É nesta ‘atividade palpável e desarrumada’ que os sujeitos negociam o critério que irá circunscrever as palavras e os silêncios, o que será lembrado e o que deverá ser omitido: “(...) soldiers’ stories reinforce the decencies that survive the indecencies of combat.” (Winter e Sivan 2000 [1999]: 33). São precisamente as ‘decências’ que sobrevivem às ‘indecências’ da guerra que os homens da CART 3313 querem lembrar e comemorar nos almoços. Incapazes que são de mudar o que aconteceu, de apagar imagens de violência, de rasurar episódios incómodos, resta-lhes construir regressos quase perfeitos ao passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1.

Chegou o momento de abandonar a dissertação que ocupou as páginas precedentes. E é precisamente no instante em que tudo se prepara para acabar que uma frase lida em *O que diz Molero*, de Dinis Machado, adquire um inesperado sentido. Neste livro, o leitor é levado a conhecer a história do rapaz, a quem nunca é dado nome, através do relatório que Mister DeLuxe e Austin leem e comentam. Escrito por Molero, obscuro funcionário de uma organização que não é nomeada, o minucioso relatório conta a infância em Lisboa, a família, os amigos, os amores, as viagens do rapaz, até ao momento em que desaparece no ar como Mandrake. Mas Molero não se limita a contar o que ouviu. O relatório inclui também gráficos, um inventário e notas pessoais que, à margem da história do rapaz, falam dos becos sem saída e das perplexidades com que o autor se cruzou na investigação. É numa dessas notas que Molero afirma ter feito uma “recolha, entre a miopia e o daltonismo” (Machado 2009 [1977]: 114) de pedaços da vida com os quais compôs o retrato da personagem.

Tal como aconteceu com Molero, a investigação que me trouxe até aqui não escapou à miopia e ao daltonismo. Com os anos, a memória dilui-se e as cores esbatem-se. Os contornos do passado tornam-se imprecisos: distinguem-se os traços da silhueta, mas os pormenores e subtilezas da paisagem são imperceptíveis. Talvez estas perturbações visuais sejam inevitáveis quando se trabalha sobre a memória, território pantanoso onde coexistem regiões habitadas por imaginários culturais e outras extensões povoadas pela amálgama desordenada e irremediavelmente individual da memória pessoal. O passado não se conserva intocado num reduto do espírito ao qual apenas o sujeito tem acesso, tal como há muito afirmou Maurice Halbwachs. Impossível que é reproduzir fielmente o momento vivido, resta reconstruir aproximações imperfeitas, através de uma viagem constante entre o passado e o presente. Esta viagem está longe de ser solitária; ela transporta consigo uma multidão, feita de todas as mediações que permitem fabricar uma imagem do passado no presente - a linguagem, os outros, as narrativas públicas que concedem sentido ao mundo. A memória resulta,

por isso, de um ato criativo de composição pelo qual, em cada momento, os sujeitos produzem a aproximação imperfeita do passado.

A dissertação que agora chega às suas últimas páginas procurou contribuir para a compreensão do processo através do qual o passado é contado no presente. Quarenta anos após o 25 de Abril, interessava-me compreender de que forma os homens que participaram na guerra a recordam e que sentido retrospectivo concedem a uma experiência tornada anacrónica pela queda do regime. Partindo da comissão de serviço de uma unidade do Exército português – a Companhia de Artilharia 3313 – construí uma etnografia da memória de guerra que articulou diferentes lugares e momentos do tempo e atravessou as várias escalas em que a memória vive. A história da CART 3313 foi a “intriga” que esta etnografia multi-situada seguiu, explorando a “circulação de significados, objetos e identidades culturais no tempo-espaço difuso” através da análise das conexões que estão por trás das histórias contidas na memória (Marcus 1995).

Recuperada através das memórias dos antigos militares, esta intriga foi confrontada com outros relatos sobre os mesmos acontecimentos (a *História da Unidade BART 3835*, os livros do alferes médico que se tornou escritor) e com as narrativas públicas do Estado Novo e do Portugal contemporâneo. Foi nesta viagem entre tempos e escalas diversas que procurei compreender a memória de guerra, construção compósita que articula a dimensão pessoal da subjetividade individual com a dimensão social das retóricas públicas que desenham os limites no interior dos quais a guerra, o colonialismo, o passado e o presente de um país podem ser imaginados.

2.

As memórias dos antigos militares da Companhia de Artilharia 3313 percorrem cinquenta e um anos, desde o instante em que ainda crianças souberam de um conflito longínquo em Angola até ao dia em que a companhia se reuniu no almoço anual de 2012. Entre um e outro momento do tempo, os rapazes tornaram-se homens, foram à guerra, regressaram à vida civil, casaram e tiveram filhos, assistiram à revolução que depôs o regime e à desintegração da ‘nação pluricontinental’ pela qual tinham combatido, perceberam que apesar da distância a guerra permanecia dentro deles de muitas maneiras, decidiram reencontrar-se com o passado e organizar o encontro de

camaradas que todos os anos celebra o que restou de uma experiência que nenhum deles esqueceu.

Ao longo destes cinquenta e um anos com a guerra ao fundo, as memórias destes homens não traduzem apenas as circunstâncias pessoais que distinguem cada um dos relatos na sua singularidade. Através delas, discernem-se os acontecimentos e processos históricos que foram moldando e transformando o mundo em que viviam. Entre os grandes planos das narrativas pessoais e as panorâmicas abertas sobre acontecimentos, ideias e personagens que pertencem ao domínio público, procurei construir o retrato de um país através das vidas dos homens que um dia fizeram parte da guerra. As histórias e percursos biográficos destes homens concedem forma e espessura ao que Sedas Nunes (1964) chamou a ‘sociedade dual em evolução’, marcada pela assimetria de mundos que coexistiam no Portugal dos anos 60 – um país dividido entre a enorme mancha rural estagnada e os pequenos pontos urbanos onde se concentravam as oportunidades associadas ao desenvolvimento económico que então se iniciava. Nos seus relatos, o serviço militar surge como um momento de radical alargamento de horizontes, pelo qual a ideia abstrata de nação que tinham aprendido na escola se transformou numa realidade concreta, feita de pessoas, paisagens e hábitos diferentes. Embora a maioria tenha vivido o 25 de Abril de uma forma alheada (os entusiastas ou detratores constituem uma minoria dos entrevistados) e a integração europeia de um modo distante, as narrativas sobre as suas vidas revelam os efeitos da mudança de regime, visíveis na consolidação dos direitos laborais, no aumento do poder de compra e na progressiva diluição do confinamento social em que Portugal viveu durante longas décadas.

A forma como contam as suas histórias permite também resgatar o léxico com qual o compõem uma narrativa sobre si mesmos e sobre o mundo que os rodeia. Presas entre dois momentos do tempo (o Estado Novo em que cresceram e pelo qual combateram e o Portugal democrático contemporâneo no qual as suas memórias são convocadas) as suas memórias espelham as ambiguidades e contradições geradas por dois momentos históricos distintos e por narrativas públicas contrastantes. A ideologia nacionalista do Estado Novo, a ideia de ordem cosida pelo respeito à autoridade e à conformidade ao lugar de cada um na sociedade, o discurso lusotropicalista que enfatizava a singularíssima relação dos portugueses com os povos dos mundos que deram ao mundo, fazem parte do cortejo retórico que, até ao 25 de Abril, desenhava as

fronteiras no interior das quais o país e a sua história eram pensados e descritos. Foi com estas ideias que cresceram e partiram para África.

Mais de quarenta anos após a desmobilização, a recordação da descoberta de Angola é indissociável de tudo o que aconteceu entretanto. A ‘nação pluricontinental’ desapareceu com a descolonização, o léxico ultramarino foi abandonado e relegado para o lugar de vestígio ideológico de um tempo tornado impossível com a revolução. Mas estas transformações não foram capazes de estilhaçar a convicção lusotropicalista de que os portugueses se distinguiam dos demais colonizadores por uma especial capacidade de integração de culturas. Nos discursos dos homens da Companhia de Artilharia 3313, o confronto do modelo ideal (a miscigenação, a ausência de racismo) e a realidade angolana (o paternalismo da disciplina imposta pelos brancos, a desigual distribuição de recursos, poder e estatuto entre brancos e negros, a inconsequente erotização das africanas) raramente se traduz na condenação clara do colonialismo. Em vez disso, é a reconfiguração da retórica oficial do Estado Novo que emerge das memórias do tempo em Angola - uma reconfiguração ambivalente, que acantoa os eventuais excessos coloniais como exceção à regra da harmonia racial e que justifica a disciplina imposta pelos brancos com a indolência dos negros (ignorando a repetição dos argumentos do paternalismo etnocêntrico que procuram repudiar). A admirável resistência do mito lusotropical – cujo questionamento académico não tem logrado passar para a esfera pública e para o ensino da história – ilustra a forma como o ‘colonialismo inocente’ (Lourenço 2014), fabricação ideológica do Estado Novo assente na formulação bondosa e paternalista da relação com outros povos, conseguiu alcançar a natureza íntima de ‘propriedade mental quotidiana’ (Cofino 1997) com a qual os sujeitos pensam e interpretam o mundo.

3.

Em Março de 1973 a Companhia de Artilharia 3313 foi desmobilizada. Apesar dos milhares de quilómetros que os separavam de Angola, a guerra permanecia dentro deles. Quase todos falam da estranheza da paz e da lenta habituação à ausência de perigo. A inquietação constante e a irritabilidade à flor da pele fazem parte das memórias do regresso. Apesar disso, apenas um dos entrevistados recorreu a sessões terapêuticas de stress pós-traumático – uma experiência breve que é recordada como pouco mais que inútil. Os restantes referem a revolta imprecisa que se foi diluindo na

normalidade reconquistada na vida civil. A guerra, essa, ficaria confinada no canto pessoal e intransmissível do passado que já acabou. Entre a erosão natural que vem com a passagem do tempo e o esquecimento deliberado destinado a calar fragmentos dolorosos da guerra, a memória de Angola foi durante alguns anos um território pouco frequentado nas vidas dos entrevistados.

Em Julho de 2001, vinte e oito anos após a desmobilização, um pequeno grupo de camaradas reuniu-se em Fátima, naquele que viria a ser o primeiro de muitos encontros anuais da CART 3313. Desde então, o número de presentes não parou de crescer. Uma vez por ano, dezenas de antigos militares juntam-se para combater o esquecimento. Este almoço constitui-se, por isso, como lugar de memória, espaço de comemoração do passado, investido de uma dimensão ritual e simbólica pela qual é criada a linha invisível que une o passado e o presente. Longe da solenidade das comemorações públicas – onde a linguagem da nação, do heroísmo e do dever procura inscrever a guerra na narrativa pública sobre o passado recente do país – os almoços da companhia são ‘lugares de memória refúgio’, ‘santuário das fidelidades espontâneas’ (Nora 1984) de onde estão ausentes as afirmações grandiosas e as reivindicações de reconhecimento público.

Todos os anos, a história desta minúscula e paroquial parte da guerra é contada e atualizada. Dela fazem parte as conversas que se cruzam, a negociação de diferentes versões dos mesmos acontecimentos, os episódios anedóticos que convocam o riso, as leituras de excertos dos livros do alferes médico tornado escritor. Mas a história que aqui se conta não contém tudo o que aconteceu naqueles vinte e seis meses. Aqui só têm lugar as ‘coisas que merecem ser lembradas’. O que possa causar dor, divisão ou incómodo (as mortes e feridos, o medo, a interrogação do sentido da guerra) é tornado impronunciável e remetido ao silêncio. Aqui celebra-se a camaradagem e cala-se a violência e o seu rasto; aqui comemora-se a alegria e usa-se o riso como forma de redenção com o passado. Nos almoços da Companhia de Artilharia 3313, a gestão minuciosa das palavras e dos silêncios permite construir a imagem de um pretérito quase perfeito.

4.

Convocadas em contexto de entrevista, as memórias dos antigos militares da Companhia de Artilharia 3313 percorrem o território proibido das coisas que não devem

ser partilhadas entre pares. As memórias de operações, colunas e emboscadas descrevem a tensão, o medo e a incerteza que rodeavam o confronto com um inimigo invisível. Detêm-se na recordação penosa dos camaradas feridos e mortos, prova inequívoca de que a guerra estava ali ao seu lado, tocante e real.

O confronto das memórias pessoais com a *História da Unidade BART 3835* e com as cartas de guerra do alferes médico (documentos de natureza distinta mas que partilham a circunstância de terem sido escritos durante a comissão de serviço) revelam a distância que separa o acontecimento vivido da representação que dele é feito décadas mais tarde. A multidão de acontecimentos guerreiros que a *História da Unidade* inventaria em pormenor e que as cartas do alferes médico descrevem na correspondência quase diária, não encontra qualquer paralelo nas narrativas dos entrevistados. Centenas de colunas, ações de combate e emboscadas desapareceram da memória destes homens. Apenas algumas sobreviveram ao tempo e fazem parte dos seus relatos. Subtraídas à massa imprecisa onde cabe uma vasta atividade operacional, os episódios militares que persistem nas narrativas pessoais distinguem-se dos restantes por circunstâncias excepcionais que as tornaram memoráveis (os ataques inimigos a aquartelamentos portugueses, a emboscada ao acampamento inimigo de onde foi recuperado material de um importante guerrilheiro do MPLA, a mina que rebentou numa coluna onde viajava o capitão da companhia).

Mas também nas histórias de guerra existem zonas de silêncio. O primeiro e mais intrigante silêncio é aquele que rodeia a descrição da violência. Nas situações de combate contadas pelos antigos militares da CART 3313 não se consegue avistar o inimigo, como se a troca de tiros se desse entre dois lados que nunca se viam. Apesar do relatório oficial da *História da Unidade* mencionar ‘elementos inimigos’ abatidos e capturados, apesar de registar a destruição dos aldeamentos após as batidas das tropas portuguesas, as memórias dos entrevistados não descrevem a presença do inimigo para além da vaga sombra de onde vinham rajadas de tiros ou emboscadas. Calada ou esquecida, a violência é a mais estranha das ausências.

A outra zona de silêncio, menos evidente do que o desaparecimento da ferocidade da guerra, é a que cobre as situações e episódios que não cabem na forma e léxico habitual que constroem as histórias guerreiras. Quando falam da guerra tal como a viveram, estes homens falam de bravura e camaradagem, de medo e heroísmo. Mas os limites do que pode ser formulado impedem que os sujeitos componham narrativas

que os afastem dos ideais militares da resistência e coragem perante o perigo. É apenas no cruzamento das memórias dos trinta e um entrevistados que estes silêncios se revelam. As histórias de desespero e cobardia, as mais perigosas fraquezas humanas na guerra, nunca são relatadas em causa própria. Só o testemunho dos camaradas permite localizar os fragmentos da história que não existem na narrativa pessoal de cada um. Entre as coisas que merecem ser lembradas e aquelas que devem ser esquecidas, o que resta do passado no presente é uma pequena parte do que aconteceu.

5.

Em *Rites of Spring*, Modris Eksteins analisa os relatos da estreia da Sagração da Primavera em Paris, em Maio de 1913. O confronto das descrições das quatro primeiras noites deste espetáculo desenha o retrato de um momento cuja excepcionalidade a tornou difícil de recordar. Para além da natureza sísmica da estreia e da reação ruidosa do público, pouco acordo existe na diversidade de narrativas apresentadas. Eksteins constrói um cortejo de versões em que diferentes pormenores surgem a uma nova luz: os músicos que não conseguiam ouvir a música, os arruaceiros que tiveram de ser postos na rua, as exclamações e os apupos, o desnorte da crítica de arte, o deslumbramento estético de alguns relatos, os movimentos sincopados dos bailarinos e a música que não se parecia com nada conhecido. E, de cada vez que se relê as várias versões, repara-se nas contradições, em detalhes que não se encaixam, até se ter a certeza de que aquele momento tal como aconteceu é impossível de conhecer. Eksteins toma estas noites como o símbolo do modernismo e da nova era que se iniciava, onde a fronteira que separa facto e ficção se dilui na multiplicidade de vozes e versões (Eksteins 2000 [1989], pp. 10-16).

Talvez aconteça o mesmo de cada vez que usamos a memória como caminho para chegarmos a algum lado – a noite de estreia da Sagração da Primavera, a Angola colonial do início dos anos 70, a guerra que Portugal combateu em África, os vinte e seis meses da comissão de serviço da Companhia de Artilharia 3313. Talvez o que sobre da aventura da colagem destes fragmentos seja a suspeita desconcertante de que o passado está irremediavelmente preso a um tempo a que não se pode aceder do presente. Os episódios e histórias dos capítulos anteriores são o mapa possível de um mundo que já não existe, trazido pelas narrativas retrospectivas dos homens que nele viveram. Talvez haja tantas guerras quantos os soldados que as combateram.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES ORAIS – ENTREVISTAS

- Entrevista a Amândio Clemêncio, Alvite, de Abril 2012.
- Entrevista a António Carvalho, Vila Nova de Sande, Janeiro de 2012.
- Entrevista a António Moreira, Folhadal, Abril de 2012.
- Entrevista a António Pais, Tibaldinho, Abril de 2012.
- Entrevista a António Simões, Matosinhos, Novembro de 2011.
- Entrevista a Armando Matos, Fafe, Janeiro de 2012.
- Entrevista a Artur Silva, Arnoso de Santa Maria, Janeiro de 2012.
- Entrevista a Avelino Silva, Macieira de Sarnes, Novembro de 2011.
- Entrevista a Fausto Ferreira, Recardães, Janeiro de 2012.
- Entrevista a Fernando Sota, Beringel, Abril de 2012.
- Entrevista a Firmino Alves, Porto, Novembro de 2010.
- Entrevista a Firmino Alves, Rui Varejão e Adão Alves, Amarante, Janeiro de 2012.
- Entrevista a João Gonçalves, Fiães, Novembro de 2011.
- Entrevista a João Marques, Lisboa e Massamá, Outubro de 2010, Fevereiro e Setembro de 2011.
- Entrevista a Joaquim Mestres, Palmela, Janeiro, Fevereiro, Abril e Novembro de 2011.
- Entrevista a Jorge Pereira, Lisboa, Julho de 2013.
- Entrevista a José Aguiar, Porto, Novembro de 2011.
- Entrevista a José Basto, Espinho, Novembro de 2011.
- Entrevista a José Correia, Salzedas, Abril de 2012.
- Entrevista a José Gomes, Odivelas, Maio, Junho e Setembro de 2011.
- Entrevista a José Cunha e Licínio Macedo, Vila Praia de Âncora, Março de 2011.
- Entrevista a José Mendes, Viseu, Abril de 2012.
- Entrevista a José Rocha, Guimarães, Janeiro de 2012.
- Entrevista a Licínio Macedo, Vila Praia de Âncora, Abril de 2011.
- Entrevista a Manuel Rodrigues, Tebosa, Janeiro de 2012.
- Entrevista a Manuel Russo, Almeirim, Janeiro de 2013.
- Entrevista a Manuel Silva, Pevidém, Janeiro de 2012.

Entrevista a Paulo Câmara, Porto, Novembro de 2011.

Entrevista a Rogério Tavares, Argoncilhe, Novembro de 2011.

Entrevista a Valdemar Mendes, Silveirinho, Abril de 2012.

FONTES ESCRITAS

Arquivos

Arquivo Digital do Espaço Comunitário Aveiro e Cultura, disponível em <http://www.prof2000.pt/users/secjeste/arkidigi/Pg000120.htm>

Arquivos fotográficos pessoais de António Lobo Antunes, Armando Matos, Firmino Alves, João Marques, Joaquim Mestres, José Jorge, Licínio Macedo.

História da Unidade BART 3835, Arquivo Histórico Militar, PT/AHM/DIV/2/2/6/151.

Legislação

Decreto-Lei n.º 13473 de 6 de Fevereiro de 1929.

Decreto n.º 18.570, de 8 de Julho de 1930.

Decreto-Lei n.º 26611, de 19 de Maio de 1936.

Decreto-Lei n.º 27279, de 24 de Novembro de 1936.

Decreto-Lei n.º 2015, de 28 de Maio de 1946.

Decreto-Lei n.º 35844, de 31 de Agosto de 1946.

Decreto-Lei n.º 39666, de 20 de Maio de 1954.

Decreto n.º 43639, de 2 de Maio de 1961.

Lei n.º 2135, de 11 de Julho de 1968.

Decreto-Lei n.º 2137, de 26 de Dezembro de 1968.

Decreto-Lei n.º 353, de 13 de Julho de 1973.

Decreto-Lei n.º 409, de 20 de Agosto de 1973.

Imprensa

Diário de Notícias, anos de 1961, 1973 e 1974.

Diário de Lisboa, ano de 1974.

Periódicos

Boletim da Artilharia Antiaérea, ano de 2003.

Boletim Geral das Colónias, ano de 1937.

Boletim Geral do Ultramar, anos de 1960, 1965 e 1968.

Memórias, testemunhos, reportagens e outros documentos

ANTUNES, António Lobo, 1979, *Os cus de judas*, Lisboa, Editorial Vega.

_____, 2005, *D'este viver aqui neste papel descrito. Cartas da guerra*, Lisboa, D. Quixote.

BATISTA, Etelvino da Silva, 2000, *Angola 1961-63. Diário de Guerra*, Lisboa, Três Sinais Editores.

CAMACHO, Francisco, 2002, “Baixa de Cassange: o massacre que veio do céu”, *Grande Reportagem*, 137, 62-77.

CATARINO, Manuel (org) 2011, *A Minha Guerra. Testemunhos de Combatentes. Angola 1961 50 Anos*, Lisboa, Presselivre/Correio da Manhã.

COSTA, Cesário, 2007, *Morto por te ver. Cartas de um soldado à namorada (Angola, 1967-1969)*, Porto, Afrontamento.

ERVEDOSA, José Maria, 1970, “Les massacres de la Baixa de Cassange”, *Africasia*, 9, 30-31.

Estado Maior do Exército, 1988, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. Enquadramento Geral, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1º Volume, 2ª edição.

GOMES, Catarina, 2013, “Em busca do pai tuga”, *Público, Revista 2*, 14 de Julho de 2013, 10-19.

GOUVEIA, Daniel, 2002 [1996], *Arcanjos e Bons Demónios. Crónicas da Guerra de África 1961-1974*, Lisboa, Hugin.

MATROSSE, Dino, 2007 [2005], *Memórias*, Luanda, Editorial Nzila.

McVEIGH, Malcolm, 1961, “The present situation in Angola. Statement by the Rev. Malcolm McVeigh, Methodist missionary who just returned from Angola, July 1”, <http://kora.matrix.msu.edu/files/50/304/32-130-103A-84-GMH%20ACOA%20McVeigh%20Rpt.pdf>, acessado em Janeiro 2014.

MÚRIAS, Manuel Beça, 2009, *O Salazar nunca mais morre. Cartas de África em tempos de guerra e amor*, Lisboa, Planeta.

NIZA, José, 2012, *Golden Gate. Um Quase Diário de Guerra*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

PINTO, Nuno Tiago, 2011, *Dias de Coragem e de Amizade. Angola, Guiné, Moçambique: 50 histórias da Guerra Colonial*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

REIS, A. do Carmo, 2001, *Diário do Tempo de Guerra (1966-1970)*, Vila Nova de Famalicão, Museu da Guerra Colonial.

SILVEIRA, Nuno Roque da, 2007, *Um outro lado da guerra. Zembal Angola | 1963| 1964*, Lisboa, Edições Colibri.

TEIXEIRA, Rogério Cardoso, 2008, *Angola (N'Gola). História do Batalhão de Caçadores 109 (1961-53)*, Coimbra, Quarteto.

Sítios da internet e blogues

4ª Companhia de Caçadores Especiais <http://4cce.org/>

Arquivo do programa Começar de Novo <http://www.rtp.pt/play/p1019/e123459/comecar-de-novo>

Guerra Colonial Portuguesa 1961-1974 <https://www.facebook.com/pages/GUERRA-COLONIAL-PORTUGUESA-1961-1974/102512929796720>

Liga dos Combatentes <http://www.ligacombatentes.org.pt/>

Luis Graça e Camaradas da Guiné <http://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/>

Página Oficial da Presidência da República Portuguesa <http://presidencia.pt/>

Portal Oficial da República de Angola <http://www.governo.gov.ao/>

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos Matos, 2010, *Os anos da guerra colonial – 1961-1975*, Matosinhos, Quidnovi.

_____, 2013, *Alcora. O acordo secreto do colonialismo. Portugal, África do Sul e Rodésia na última fase da guerra colonial*, Lisboa, Divina Comédia.

ALEXANDRE, Valentim, 1993, “Portugal em África (1825-1974): Uma Perspectiva Global”, *Penélope*, 11, 53-66.

_____, 1993b, “Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo”, *Análise Social*, XXVIII, 123-124, 1117-1136.

_____, 1995, “África no Imaginário Político Português (séculos XIX-XX)”, *Penélope*, 15, 29-52.

_____, 2006, “Traumas do Império. História, Memória e Identidade Nacional”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 9/10, 23-41.

ALMEIDA, Alberto de Jesus, 2011, “A escola primária ao serviço do Estado Novo em Portugal”, *Cadernos de História da Educação*, 10, 1, 13-31.

ALMEIDA, Miguel Vale de, 1991, “Leitura de um Livro de Leitura: a Sociedade Contada às Crianças e Lembrada ao Povo” in O’NEILL, Brian Juan e Joaquim Pais de BRITO (orgs) *Lugares de Aqui. Actas do Seminário ‘Terrenos Portugueses’*, Lisboa, D. Quixote, 245-261.

ANDERSON, Benedict, 1996 [1983], *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres, Verso.

ANDRADE, 1996, “Apresentação” in Iko CARREIRA *O pensamento estratégico de Agostinho Neto*, Lisboa, Publicações D. Quixote

ANTUNES, José Freire, 1995, *A Guerra de África (1961-1974)*, Lisboa, Círculo de Leitores.

ARAÚJO, António de, 2004, “‘A paz é possível’: algumas notas sobre o caso da capela do Rato”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, 16, 431-463.

_____, 2012, “A cultura de direita em Portugal”, texto da comunicação apresentada no colóquio O Estado das Direitas na Democracia Portuguesa / Instituto de

Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, disponível em <http://malomil.blogspot.pt/2014/01/a-direita-portuguesa-contemporanea.html>, acessido em Julho de 2014.

ARAÚJO, António e António Duarte SILVA, 2009, “O uso de napalm na Guerra Colonial: quarto documentos”, *Relações Internacionais*, 22, 121-139.

ASHPLANT, T.G, 2006 [2000], “War commemoration in Western Europe. Changing meanings, divisive loyalties, unheard voices” in ASHPLANT, T.G, Graham DAWSON e Michael ROPER (eds) *Commemorating War: The Politics of Memory*, New Brunswick, Transaction Publishers, 263-272.

ASHPLANT, T.G, Graham DAWSON e Michael ROPER, 2006 [2000], “The politics of war memory and commemoration. Contexts, structures and dynamics” in ASHPLANT, T.G, Graham DAWSON e Michael ROPER (eds) *Commemorating War: The Politics of Memory*, New Brunswick, Transaction Publishers, 3-85.

BAGANHA, Maria Ioannis B., 2003, “From Closed to Open Doors: Portuguese Emigration During the Corporatist Regime”, *e-journal of Portuguese History*, 1, 1, 1-16.

BAGANHA, Maria Ioannis B. e Pedro GÓIS, 1999, “Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52-53, 229-280.

BALANDIER, Georges, 1955, “Le messianisme Ba-Kongo en tant que ‘révélateur’” in BALANDIER, Georges, *Sociologie Actuelle de l’Afrique Noire*, Paris, PUF, 417-486.

BALL, Jeremy, 2006, “‘I escaped in a coffin’: Remembering Angolan Forced Labor from the Forties”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 9/10, 61-75.

BARRETO, António, 1995, “Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995”, *Análise Social*, XXX, 134, 841-855.

_____, 1996, “Três décadas de mudança social” in António BARRETO (org) *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 35-60.

BARRETO, José, 2004, “A Igreja e os católicos” in Fernando ROSAS e Pedro Aires de OLIVEIRA (coord) *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Editorial Notícias, 137-170.

BENDER, Gerald J., 1978, *Angola Under the Portuguese. The Myth and the Reality*, Londres, Heinemann.

BERTRAND, Romain, 2006, “La mise en cause(s) du ‘fait colonial’. Retour sur une controverse publique”, *Politique Africaine*, 102, 28-49.

BILLIG, Michael, 1995, *Banal Nationalism*, Londres, Sage Publications.

BLANES, Ruy Llera, 2009, “O Messias entretanto já chegou. Relendo Balandier e o Profetismo Africano na Pós-Colônia”, *Campos*, 10, 2, 9-23.

BODNAR, John, 1994, “Public Memory in an American City” in GILLIS, John R. (ed) *Commemorations. The Politics of National Identity*, Princeton, Princeton University Press, 74-89.

BORGES, Jorge Luis, 1996, “Funes el memorioso” in *Obras Completas I*, Buenos Aires, Emecé Editores, 485-490.

BOURDIEU, Pierre, 1986, “L’Illusion Biographique”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 62/63, 69-73.

BOURKE, Joanna, 1999, *An intimate history of killing. Face-to-face killing in twentieth-century warfare*, Londres, Granta Books.

BRASÃO, Inês, 2012, *O Tempo das Criadas. A Condição Servil em Portugal (1940-1970)*, Lisboa, Tinta da China.

CÁDIMA, Francisco Rui, 1996, *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença.

CAETANO, Marcelo, 1974, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Distribuidora Record.

CAHEN, Michel, 1997, “Des caravelles pour le futur? Discours politique et idéologie dans l’‘institutionalisation’ de la Communauté de Pays de Langue Portugaise”, *Lusotopie*, 391-433.

CALDEIRA, Arlindo Manuel, 1995, “Poder e memória nacional. Heróis e vilões na mitologia salazarista”, *Penélope*, 15, 121-139.

CANN, John P., 2005 [1997], *Contra-Subversão em África. Como os portugueses fizeram a guerra em África 1961-1974*, Lisboa, Prefácio.

_____, 2011, “Baixa do Cassange: catalyst for righting a wrong”, *Revista Militar*, 2508, 17-47.

CARVALHO, Rita Almeida de, 2004, “A definição do marcelismo à luz da revisão da constituição” in ROSAS, Fernando e Pedro Aires OLIVEIRA (coord), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Editorial Notícias, 27-89.

CASTELO, Cláudia, 1999, «*O modo português de estar no mundo*». *O lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Edições Afrontamento.

_____, 2006, “Memórias coloniais: práticas políticas e culturais entre a Europa e África”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 9/10, 9-21.

_____, 2007, *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole*, Porto, Edições Afrontamento.

CASTILHO, José Manuel Tavares, 2007, *A Assembleia Nacional (1934-1974)*, Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, ISCTE.

CERVELLÓ, Josep Sanchez, 1999, “La revolución portuguesa y la cuestión colonial. Que descolonización?”, in ROSAS, Fernando (coord. cient) *Portugal e a transição para a democracia (1974-1976). I Curso Livre de História Contemporânea. Lisboa, 23 a 28 de Novembro de 1998*, Lisboa, Ed.Colibri/Fundação Mário Soares/Instituto de História Contemporânea, 77-106.

COELHO, João Paulo Borges, 2003, “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas”, *Lusotopie*, 175-193.

COFINO, Alon, 1997, “Collective Memory and Cultural History: Problems of Method”, *American Historical Review*, 102, 5, 1308-1403.

CONNERTON, Paul, 1993 [1989], *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta Editora.

_____, 2008, “Seven types of forgetting”, *Memory Studies*, 1, 1, 59-71.

CONRAD, Joseph, 1999, “Heart of Darkness” in *Heart of Darkness & Other Stories*, Londres, Wordsworth Editions, 29-105.

CORKILL, David, 2004, “O desenvolvimento português no fim do Estado Novo” in in ROSAS, Fernando e Pedro Aires OLIVEIRA (coord), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Editorial Notícias, 213-232.

CRISTO, Dina, 2005, *A Rádio em Portugal e o Declínio do Regime de Salazar e Caetano (1958-1974)*, Coimbra, MinervaCoimbra.

CURTO, Diogo Ramada e Bernardo Pinto da CRUZ, 2012, “Terror e saberes coloniais: Notas acerca dos incidentes na Baixa de Cassange, janeiro e fevereiro de 1961” in Miguel Bandeira JERÓNIMO (org) *O Império Colonial em Questão (sécs. XIX-XX)*, Lisboa, Edições 70, 3-35.

DESLAURIER, Christine e Aurélie ROGER, 2006, “Mémoires grises. Pratiques politiques du passé colonial en Europe et Afrique”, *Politique Africaine*, 102, 5-27.

DIAS, Eduardo Mayone, 1990, “O eclodir da guerra em Angola visto pela imprensa portuguesa: Janeiro-Junho 1961”, *História*, 129, Janeiro, 4-31.

EKSTEINS, Modris, 2000 (1989) *Rites of Spring. The Great War and the Birth of Modern Age*, Boston, Houghton Mifflin Company.

ESTÊVÃO, Nuno, 2000, “Os meios católicos perante a guerra colonial: reconfigurações da questão religiosa em Portugal”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, 12, 221-265.

EVANS, Martin, 1997, “Rehabilitating the Traumatized War Veteran: the Case of French Conscripts from the Algerian War, 1954-1962” in Martin EVANS e Ken LUNN (eds) *War and Memory in the Twentieth Century*, Oxford, Berg, 73-85.

FENTRESS, James e Chris WICKHAM, 1992, *Memória Social. Novas Perspectivas Sobre o Passado*, Lisboa, Teorema.

FERREIRA, Ana Sofia, 2006, “As eleições no Estado Novo. As eleições presidenciais de 1949 e 1958”, *Revista da Faculdade de Letras: História*, Série III, Volume 7, 197-212.

FERREIRA, Carolina, 2013, *Os Media na Guerra Colonial. A Manipulação da Emissora Nacional como Altifalante do Regime*, Coimbra, Edições MinervaCoimbra.

FERREIRA, José Medeiros, 1990, *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril. O período pré-constitucional*, Lisboa, Publicações Alfa.

_____, 1999, “Os militares e a evolução política” in ROSAS, Fernando (coord. cient) *Portugal e a transição para a democracia (1974-1976). I Curso Livre de História Contemporânea*. Lisboa, 23 a 28 de Novembro de 1998, Lisboa, Ed.Colibri/Fundação Mário Soares/Instituto de História Contemporânea, 263-265.

FONSECA, Ana Sofia, 2009, *Angola, Terra Prometida. A Vida que os Portugueses Deixaram*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

FRASER, Ronald, 1986 [1979], *Blood of Spain. An Oral History of the Spanish Civil War*, Nova Iorque, Pantheon Books.

FREUDENTHAL, Aida, 1995-99, “A Baixa de Cassange: algodão e revolta”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 18-22, 245-283.

FREYRE, Gilberto, 1961, *O Luso e o Trópico*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

FRIEDMAN, Jonathan, 1993 [1990], “Being in the World: Globalization and Localization” in Mike FEATHERSTONE (ed) *Global Culture. Nationalism, Globalization and Modernity*, Londres, Sage, 311-328.

GALVÃO, Henrique, 1942, *Outras terras, outras gentes. Viagens na África Portuguesa: 25.000 km em Angola*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, volume II.

GEFFRAY, Christian, 1997, “Le Lusotropicalisme comme discours de l’amour dans la servitude”, *Lusotopie*, 361-372.

GILLIS, John R., 1994, “Memory and Identity: the History of a Relationship” in GILLIS, John R. (ed) *Commemorations. The Politics of National Identity*, Princeton, Princeton University Press, 3-24.

GRÁCIO, Sérgio, 1986, *Política Educativa como Tecnologia Social. As Reformas do Ensino Técnico de 1948 a 1983*, Lisboa, Livros Horizonte.

GREEN, Anna, 2004, “Individual Remembering and ‘Collective Memory’: Theoretical Presuppositions and Contemporary Debates”, *Oral History*, 32, 2, 35-44.

GUERRA, João Paulo, 1994, *Memória das guerras coloniais*, Porto, Edições Afrontamento.

HALBWACHS, Maurice, 1994 [1925], *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Paris, Albin Michel.

HAHN, Hans Peter, 2008, “Appropriation, Alienation and Syncretization: Lessons From the Field” in ADOGAME, Afe, Magnus ECHTLER, Ulf VIERKE (eds) *Unpacking the New. Critical Perspectives on Cultural Syncretization in Africa and Beyond*, Berlim, Lit Verlag, 71-92.

HENRIQUES, Raquel Pereira, 2010, *Discursos legais e práticas educativas. Ser professor e ensinar história*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/FCT.

HEWITSON, Mark, 2010, “‘I Witnesses’: Soldiers, Selfhood and Testimony in Modern Wars”, *German History*, 28, 3, 310-325.

HIRSCH, Marianne, 1996, “Past Lives: Postmemories in Exile”, *Poetics Today*, 17, 4, 659-686.

_____, 2001, “Surviving Images: Holocaust Photographs and the Work of Postmemory”, *The Yale Journal of Criticism*, 14, 1, 5-37.

_____, 2008, “The Generation of Postmemory”, *Poetics Today*, 29, 1, 103-128.

HOBSBAWM, Eric e Terence RANGER, 2003 [1983], “Inventing Traditions”, in HOBSBAWM, Eric e Terence RANGER (eds) *The Invention of Tradition*, Cambridge, CUP, 11ª edição.

HYNES, Samuel, 2000 [1999] “Personal narratives and commemoration” in WINTER, Jay e Emmanuel SIVAN (eds) *War and Remembrance in the Twentieth Century*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 205-220.

JOÃO, Maria Isabel, 2002, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

KANSTEINER, Wulf, 2002, “Finding Meaning in Memory: a Methodological Critique of Collective Memory Studies”, *History and Theory*, 41, 179-197.

KEESE, Alexander, 2004, “Dos abusos às revoltas? Trabalho forçado, reformas portuguesas, política ‘tradicional’ e religião na Baixa do Cassange e no distrito do Congo, Angola (1957-1961)”, *Africana Studia*, 7, 247-276.

KLEIN, Kerwin Lee, 2000, “On the Emergence of Memory in Historical Discourse”, *Representations*, 69, 127-150.

KUNDERA, Milan, 1994 [1993] *Os Testamentos Traídos*, Lisboa, Asa.

LAINS, Pedro, 2004, “A Economia Portuguesa no Século XX: Crescimento e Mudança Estrutural” in PINTO, António Costa (coord) *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, D. Quixote, 117-136.

LEAL, João, 2014, “What’s (not) in a parade? Nationhood, ethnicity and regionalism in a diasporic context”, *Nations and Nationalism*, 20, 2, 200-217.

LOPES, Daniel Seabra, 1998, *Ex-Combatentes da guerra colonial: experiência e identidades: ensaio de construção de um objecto antropológico*, Tese de Mestrado em Antropologia, ISCTE.

LOURENÇO, Eduardo, 1992, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

_____, 2014, *Do Colonialismo como Nosso Impensado*, Lisboa, Gradiva.

LOWENTHAL, David, 1999 [1985], *The past is a foreign country*, Cambridge, Cambridge University Press.

MACHADO, Dinis, 2009 [1977] *O que diz Molero*, Lisboa, Quezta Editores.

MACQUEEN, Norrie, 2004, “As Guerras Coloniais” in ROSAS, Fernando e Pedro Aires OLIVEIRA (coord), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Editorial Notícias, 263-300.

MALEŠEVIĆ, Siniša, 2011, “The chimera of national identity”, *Nations and Nationalism*, 17, 2, 272-290.

MARCHIS, Giorgio de, 2006, “A nostalgia colonial como técnica de *best-selling* literário”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 9/10, 101-112.

MARCUS, George, 1995 “Ethnography in/of the World System. The Emergence of Multi-Sited Ethnography”, *Annual Review of Anthropology*, 24, 95-117.

MATEUS, Dalila Cabrita, 2004, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961-1974*, Lisboa, Terramar.

MATEUS, Dalila Cabrita e Álvaro Mateus, 2011, *Angola 61 - Guerra Colonial: Causas e Consequências*, Alfragide, Texto Editores, 2ª edição.

MATOS, Patrícia Ferraz de, 2006, *As Côres do Império. Representações Raciais no Império Colonial Português*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

MEDEIROS, Paulo de, 2006 [2000], “Hauntings: memory, fiction and the Portuguese colonial wars” in ASHPLANT, T.G, Graham DAWSON e Michael ROPER (eds) *Commemorating War: The Politics of Memory*, New Brunswick, Transaction Publishers, 201-221.

MELO, João de (org), 1988, *Os Anos da Guerra. 1961-1975. Os Portugueses em África. Crónica, Ficção e História*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2 volumes.

MERRIDALE, Catherine, 2000 [1999], “War, death and remembrance in Soviet Russia” in WINTER, Jay e Emmanuel SIVAN (eds) *War and Remembrance in the Twentieth Century*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 61-83.

MICHALOWSKI, Raymond e Jill DUBISCH, 2001, *Run for the Wall. Remembering Vietnam on a Motorcycle Pilgrimage*, Nova Jersey, Rutgers University Press.

MOITA, Luís, 1985, “Elementos para um balanço da descolonização portuguesa”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17, 501-509.

MÓNICA, Maria Filomena, 1978, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar. A Escola Primária Salazarista 1926-1939*, Lisboa, Editorial Presença.

NETO, Maria da Conceição, 1997, “Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX”, *Lusotopie*, 327-359.

NORA, Pierre, 1984, “Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux”, in NORA, Pierre (dir) *Les Lieux de Mémoire. La République*, Paris, Gallimard, xv-xlii.

NÓVOA, António, 1996, “Educação Nacional”, “Ensino Primário”, “Ensino Técnico” in ROSAS, Fernando e José Maria Brandão de Brito (orgs) *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand, 286-288, 303-305, 307-309.

NUNES, Adérito Sedas, 1964, “Portugal, uma sociedade dualista em evolução”, *Análise Social*, II, 7-8, 407-462.

NUNES, António Lopes Pires, 2002, *Angola 1966-1974. Vitória militar no Leste*, Lisboa, Prefácio.

_____, 2005, *Angola 1961 – Da Baixa do Cassange a Nambuangongo*, Lisboa, Prefácio.

OLICK, Jeffrey K., 2008, “Collective memory: a memoir and a prospect”, *Memory Studies*, 1, 1, 23-29.

_____, 2009, “Between Chaos and Diversity: Is Social Memory Studies a Field?”, *International Journal of Politics, Culture and Society*, 22, 2, 249-252.

OLICK, Jeffrey K e Joyce ROBBINS, 1988, “Social Memory Studies: From ‘Collective Memory’ To the Historical Sociology of Mnemonical Practices”, *Annual Review of Sociology*, 24, 105-140.

PÉLISSIER, René, 1978, *La colonie du minotaure. Nationalismes et revoltes en Angola (1926-1971)*, Orgeval, Pélissier.

PERROT, Michelle, 1984, “Sur le front des sexes: un combat douteux”, *Vingtième Siècle. Revue d’histoire*, 3, 69-76.

PIMENTEL, Irene Flunser, 2011 [2007], *A história da PIDE*. Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates.

_____, 2012, “A Polícia Política do Estado Novo Português – PIDE/DGS. História, Justiça e Memória”, *Revista Acervo*, 24, 1, 139-156.

PINTO, António Costa, 2006, “O legado do Autoritarismo e a Transição Portuguesa para a Democracia” in LOFF, Manuel e Maria da Conceição Meireles PEREIRA (coords) *Portugal: 30 Anos de Democracia (1974-2004)*. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Editora da Universidade do Porto, 37-70.

PIRES, Cristina Maria Mesquita Gomes, Elza da Conceição MESQUITA e Maria do Céu RIBEIRO, 2009, *A iconografia nos manuais escolares do Estado Novo*, Bragança, Instituto Politécnico de Bragança.

Popular Memory Group, 1982, “Popular memory: theory, politics, method” in Richard JOHNSON, Gregor McLENNAN, Bill SCHWARZ e David SUTTON (eds) *Making Histories. Studies in History Writing and Politics*, Londres, Hutchinson, 205-252.

POWER, Marcus, 2001, “Geo-politics and the representation of Portugal’s African colonial wars: examining the limits of ‘Vietnam Syndrom’”, *Political Geography*, 20, 461-491

PROST, Antoine, 2000 [1999] “The Algerian War in French Collective Memory” in WINTER, Jay e Emmanuel SIVAN (eds) *War and Remembrance in the Twentieth Century*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 161-176.

QUINTAIS, Luís, 2000, *As guerras coloniais portuguesas e a invenção da História*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

RADSTONE, Susannah, 2008, “Memory Studies: For and Against”, *Memory Studies*, 1, 1, 31-39.

RAMOS, Rui, 2007, “«O império que nunca existiu». A Cultura da Descolonização em Portugal c. 1960-c.1980”, *Revista da História das Ideias*, vol. 28, 429-477.

- RAMOS, Rui (coord), 2009, *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- REZOLA, Maria Inácia, 2012, *Melo Antunes. Uma biografia política*, Lisboa, Âncora Editora.
- RIBEIRO, Margarida Calafate, 2004, *Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo*, Porto, Edições Afrontamento.
- _____, 2006, “As ruínas da casa portuguesa em *Os Cus de Judas* e em *O Esplendor de Portugal* de António Lobo Antunes” in SANCHES, Manuela Ribeiro (org) ‘*Portugal não é um país pequeno*’. *Contar o ‘império’ na pós-colonialidade*, Lisboa, Edições Cotovia, 43-62.
- _____, 2013, “Os netos que Salazar não teve: guerra colonial e memória de segunda geração”, *Abril – revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, 5, 11, 25-36.
- RODRIGUES, Fátima da Cruz, 2012, *Antigos Combatentes Africanos das Forças Armadas Portuguesas. A Guerra Colonial como Território de Reconciliação*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- RODRIGUES, Sofia da Palma, 2011, *Guerra Colonial: que Jornalismo? Como o Jornal O Século abordou o início do conflito ultramarino português*, Tese de Mestrado em Ciências da Comunicação, FCSH/Universidade Nova de Lisboa.
- ROSA, Celso Braga, Maria Paula MENESES e Bruno Sena MARTINS, 2012, “Memórias da guerra colonial: alianças secretas e mapas imaginados”, comunicação apresentada no VII Congresso Português de Sociologia da Sociedade, Crise e Reconfigurações, Porto, 20 a 23 de Junho (http://www.ces.uc.pt/estilhacos_do_imperio/alcora/media/documentos/ACTA_PAP0656_ed.pdf em 14 Setembro 2013).
- ROSA, Maria João Valente, 2000, “Portugal e a União Europeia, do ponto de vista demográfico, a partir de 1960” in António BARRETO (org) *A Situação Social em Portugal 1960-1999. Volume II. Indicadores Sociais em Portugal e na União Europeia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 419-451.
- ROSAS, Fernando, 2004, “Prefácio – Marcelismo: ser ou não ser” in ROSAS, Fernando e Pedro Aires OLIVEIRA (coord), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Editorial Notícias, 9-26.
- _____, 2006, “A Revolução portuguesa de 1974-75 e a institucionalização da democracia” in LOFF, Manuel e Maria da Conceição Meireles

PEREIRA (orgs) Portugal: 30 anos de democracia. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Editora da Universidade do Porto.

_____, 2012, *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta da China.

ROSENFELD, Gavriel D, 2009, “A Looming Crash or a Soft Landing? Forecasting the Future of Memory ‘Industry’”, *The Journal of Modern History*, 81, 1, 122-158.

ROWLANDS, Michael, 2001 [1999], “Remembering to Forget: Sublimation as Sacrifice in War Memorials” in FORTY, Adrian e Susan KUCHLER (eds) *The Art of Forgetting*, Oxford, Berg, 129-145.

SALVADOR, Paulo, 2004a [2003], *Era uma vez ... Angola*, Lisboa, Quimera Editores.

_____, 2004b, *Recordar Angola. Fotos e Gentes, de Cabinda ao Cunene*, Lisboa, Quetzal Editores.

SAMARA, Maria Alice e Raquel Pereira HENRIQUES, 2013, *Viver e resistir no tempo de Salazar. Histórias de vida contadas na primeira pessoa*, Lisboa, Verso da Kapa.

SCHACTER, Daniel L., 2001, *The Seven Sins of Memory. How the Mind Forgets and Remembers*, Nova Iorque, Houghton Mifflin Company.

SCHALK, David L, 1991, *War and the Ivory Tower. Algeria and Vietnam*, Nova Iorque, Oxford University Press.

SILVA, Tiago Matos, 2007, “Exilados em casa. Os veteranos da Guerra Colonial e os Limites da «Nação»”, *Arquivos da Memória*, 1, 31-39.

SILVEIRA, Anabela, 2013, “A Baixa do Cassange: o prenúncio da luta armada”, *Revista Porto*, 3, 2, 39-57.

SIVAN, Emmanuel, 2000 (1999) “Private pain and public remembrance in Israel” in WINTER, Jay e Emmanuel SIVAN (eds) *War and Remembrance in the Twentieth Century*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 177-204.

SOBRAL, José Manuel, “Memoria social, identidad, poder y conflicto”, *Revista de Antropologia Social*, 13, 137-159.

_____, 2006, “Memória e Identidade Nacional: considerações de carácter geral e o caso português” in Manuel Carlos SILVA (org) *Nação e Estado. Entre o Global e o Local*, Porto, Edições Afrontamento.

_____, 2010, “Povo, nação, raça: representações da identidade nacional portuguesa no século XX”, in NEVES, José (coord) *Como se faz um povo*, Lisboa, Tinta da China.

SOUSA, Alfredo de, 1995, “Os anos 60 da nossa economia”, *Análise Social*, XXX, 133, 613-630.

TAVARES, João Moreira, 2013, “Histórias de Unidade – HU (Military Unit Reports): Another Form of Propaganda” in ROLLO, Maria Fernanda, Ana Paula PIRES e Noémia Malva NOVAIS (eds), *War and Propaganda in the Twentieth Century* [documento electrónico], Lisboa, IHC, CEIS20, pp. 369-374, disponível em <http://run.unl.pt/handle/10362/10758> (acedido em Novembro de 2014).

THOMSON, Alistair, 1994, *Anzac Memories. Living With the Legend*, Melbourne, Oxford University Press.

TOLSTOY, Leo, 2001, *War and Peace*, Ware, Hertfordshire, Wordsworth Editions.

VALVERDE, Paulo, 1997, “O corpo e a busca de lugares de perfeição: escritas missionárias da África colonial portuguesa”, *Etnográfica*, 1, 1, 73-96.

VAZ, Nuno Mira, 1997, *Opiniões Públicas Durante as Guerras de África*, Lisboa, Quetzal Editores.

WAGNER-PACIFICI, Robin e Barry SCHWARTZ, 1991, “The Vietnam Veterans Memorial: Commemorating a Difficult Past”, *The American Journal of Sociology*, 97, 2, 276-420.

WEBER, Eugen, 1976, *Peasants into Frenchmen. The Modernization of Rural France, 1870-1914*, Stanford, Stanford University Press

WHEELER, Douglas e René PÉLISSIER, 2009 [1971], *História de Angola*, Lisboa, Tinta da China.

WINTER, Jay, 2000 [1999], “Forms of kinship and remembrance in the aftermath of the Great War” in WINTER, Jay e Emmanuel SIVAN (eds) *War and Remembrance in the Twentieth Century*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 40-60.

_____, 2006, *Remembering War. The Great War Between Memory and History in the Twentieth Century*, New Haven, Yale University Press.

_____, 2007, “The Generation of Memory: Reflections on the ‘Memory Boom’ in Contemporary Historical Discourse”, *Archives and Social Studies: A Journal of Interdisciplinary Research*, 1, 0, 363-397.

WINTER, Jay e Emmanuel Sivan, 2000 [1999], “Setting the Framework” in the aftermath of the Great War” in WINTER, Jay e Emmanuel SIVAN (eds) *War and Remembrance in the Twentieth Century*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 6-39.

ZERUBAVEL, Eviatar, 2003, *Time Maps. Collective Memory and the Social Shape of the Past*, Chicago, The University of Chicago Press.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Angola	7
Figura 2 - Mapa do subsector de Gago Coutinho	115
Figura 3 - Banhos no rio, destacamento Sessa	120
Figura 4 - Caserna de Gago Coutinho	125
Figura 5 - As pernas da vedeta de revista, Gago Coutinho	126
Figura 6- Feiticeiro, zona de Mussuma	134
Figura 7 - Lavadeiras no rio, zona de Gago Coutinho	147
Figura 8 - Mapa da zona de Marimba	197
Figura 9 - Fila de espera para a vacina contra a cólera, zona de Marimba	199
Figura 10 - Conversações com congoleses, zona de Marimba	204
Figura 11 - Equipa de ‘assistência aos atiradores’ num jogo de futebol em Marimba	211
Figura 12 - Pacaça abatida em Marimbanguengo	216
Figura 13 - Capitão e alferes médico com um fazendeiro, zona de Marimba	220

APÊNDICE 1

NOTA METODOLÓGICA

1. Declaração de interesses

Em Março de 1972, a minha mãe e eu aterrámos em Luanda. Pouco tempo depois, estávamos em Marimba, na sede da companhia onde o meu pai cumpria o segundo ano da comissão de serviço como alferes médico miliciano. Durante cerca de um ano, uma mulher e uma criança civis viveram rodeadas de militares. Em Março de 1973, regressámos a Lisboa e a companhia foi desmobilizada. Do tempo passado em África nada me lembro. Mas desde sempre ouvi histórias da guerra: a partida do meu pai para Angola com a minha mãe grávida no cais, a angústia da distância, a aventura da minha mãe novíssima a chegar ao mato com uma filha pequena, os soldados para quem um bebé foi o alegre regresso à normalidade perdida na guerra, os brinquedos de corda que assustavam os negros. Mas não eram só histórias do tempo da guerra: a casa da minha família era habitada por objetos trazidos de Angola (fotografias, esculturas, uma coleção de aerogramas numa caixa de madeira), provas materiais da existência desse passado que eu apenas podia imaginar.

Faço, por isso, parte da ‘geração da pós-memória’, uma geração de guardiães de memórias emprestadas, criadas a partir da ‘representação, projeção e criação’ em torno dos testemunhos de quem os precedeu no tempo (Hirsch 2008). Numa investigação recente sobre a pós-memória da guerra colonial, Margarida Calafate Ribeiro chamou à geração a que pertence os ‘filhos da guerra’, ‘herdeiros simbólicos de uma ferida marcante’ sobre a qual constroem uma “(...) narrativa a partir de fragmentos das narrativas familiares, compostos por discursos, fotografias, mapas, cartas, aerogramas (...) e outros objetos do domínio privado, que constituem uma espécie de ‘naturezas mortas’ da Guerra Colonial (...)” (Ribeiro 2013, 30). Estes herdeiros, concluiu a investigação, dividem-se em três grandes grupos: o dos filhos de homens que voltaram da guerra com perturbações físicas ou psicológicas, e que vivem divididos entre a profundidade das sequelas familiares e o ‘silêncio reinante na esfera pública’; o dos filhos dos desertores, sujeitos politizados para quem a deserção dos pais é motivo de orgulho perante o anacronismo incompreensível da guerra colonial; e o dos filhos que, “(...) a partir de um gesto de autor, contratualiza[m] no espaço público aquilo que seria um diálogo possível com uma memória alheia, mas profundamente marcada

na vida familiar” (idem, 33). Dentro deste grupo, Calafate Ribeiro identifica uma produção de diálogos muito diversa - filmes, músicas, romances, documentários, peças de teatro que, a partir de experiências que não são as suas, abrem um espaço público de interrogação sobre a guerra colonial. Baseadas no ‘rasto biográfico’, estas obras não apelam ao confronto, mas sim à ‘reconciliação possível’ com o passado revisitado.

É dentro desta última categoria que a investigação que precedeu esta dissertação pode ser entendida. Foi a memória emprestada da guerra em Angola (esse passado que de alguma forma também é o meu, mas do qual não me lembro) que criou a vontade de ir para além daquilo que conhecia (as histórias, as fotografias, pedaços soltos de um tempo perdido no tempo). O primeiro passo do ‘diálogo possível com a memória alheia’ foi dado em 2004, no momento em que a minha irmã e eu começámos a trabalhar na edição das cartas que o nosso pai enviara de Angola à nossa mãe. Cinco anos depois da sua morte, tinha chegado o tempo de cumprir a vontade, que tantas vezes tinha repetido, de publicar estas cartas. Em Novembro de 2005, o livro foi lançado. Os antigos militares da companhia foram convidados e, por iniciativa da editora, houve mesmo uma camioneta disponível para trazer os que vivessem no Norte do país. Trinta e quatro anos depois do embarque no Vera Cruz, uma pequena multidão de camaradas reencontrou-se no sítio de onde tinha partido para Angola (V. Capítulo VI). Depois desse dia, comecei a ir aos almoços da companhia. O primeiro de que me lembro foi em 2006. O encontro deu-se no quartel de Torres Novas, sede do GACA 2, que fora a unidade mobilizadora do Batalhão de Artilharia 3835. Dezenas de pessoas abraçaram-se às portas do quartel onde tinham chegado com a certeza de que iriam embarcar para a guerra. Lá dentro, numa cerimónia quase solene, foi colocada na parada do quartel uma lápide com a inscrição ‘Somos quem fomos CART 3313 1970 T. Novas 2006’. O meu pai, médico do batalhão e autor da frase, fez um discurso. A filha mais nova de Ernesto Melo Antunes, comandante de outra companhia operacional do mesmo batalhão, foi a convidada especial desse ano. Nestes almoços, e ainda antes da investigação, conversei com muitas pessoas. Eu era a criança pequena que tinham conhecido em Angola. Alguns contavam que tinham fotografias tiradas comigo em Marimba. Outros falavam de Angola como se eu me lembrasse das paisagens e das histórias. Afinal de contas, a criança que agora era adulta, tinha estado lá com eles.

À curiosidade pessoal sobre a guerra somou-se o interesse académico sobre este pedaço da história do país e sobre as muitas formas pelas quais se inscreve nas vidas e memórias dos indivíduos que dele fizeram parte. Dois anos depois de me ter estreado

nos almoços da CART 3313, comecei a trabalhar no projeto de investigação que deu origem a esta dissertação. ‘Filha da guerra’, tinha decidido explorar o passado do qual era herdeira: a guerra no Leste e Nordeste de Angola entre 1971 e 1973, a guerra das chanas da zona de Gago Coutinho e da imensidão da Baixa do Cassanje. Foi por essa altura que escolhi o caminho que iria percorrer nos anos seguintes. O que me interessava (e desde o início isso foi muito claro) era reduzir a escala de observação e análise por forma a obter um fragmento da guerra contido no tempo e no espaço, uma minúscula e paroquial parte de um acontecimento histórico que recrutou mais de oitocentos mil homens nos seus treze anos de duração. Interessava-me reconstruir esse fragmento através das memórias dos sujeitos que dela tivessem feito parte, procurando compreender como o passado e o presente se habitam e transformam mutuamente. Mas mais do que isso. Interessava-me confrontar as memórias dos antigos militares com outras narrativas sobre o mesmo pedaço de história: as retóricas públicas do Estado Novo sobre o destino de uma nação pluricontinental e as ameaças com as quais se deparava, a ruptura discursiva que surgiu com o 25 de Abril e a recente explosão de ‘memórias cinzentas’ (Deslaurier e Roger 2006) que trouxeram o colonialismo e a guerra de volta à esfera pública.

A redução da escala de observação e análise que eu pretendia tornou evidente a escolha da Companhia de Artilharia 3313. Desde logo, a proximidade que me unia a esta unidade poderia facilitar a abordagem aos homens que dela fizeram parte. Por outro lado, a CART 3313 possuía uma característica que a tornava única: o enredo da sua história tornara-se um dos principais temas da obra literária do antigo alferes médico miliciano do Batalhão de Artilharia 3835, o que abria a possibilidade de interrogar a porosidade das memórias pessoais em relação à existência de uma narrativa literária baseada no passado comum. Finalmente, a delimitação de uma companhia (e não de um batalhão, composto por centenas de homens dispersos por diferentes áreas da zona de ação) correspondeu à decisão de circunscrever mais finamente o locus da pesquisa. Uma companhia, constituída por cerca de 120 militares comandados por um capitão, baseia-se na estreita proximidade e dependência mútua dos seus elementos. Nem mesmo a distribuição de pelotões pelos destacamentos consegue dissolver a unidade orgânica dos reabastecimentos, escoltas e rotações, que asseguram que todos os seus homens partilhem a mesma experiência de guerra, percorram as mesmas paisagens e conheçam as mesmas personagens. Com estas decisões tomadas, restava-me começar o longo caminho que tinha pela frente.

2. A investigação

A história desta investigação é a história de um grande plano que se transformou no plano possível. À medida que se vai começando a trabalhar, os objetivos iniciais (ambiciosos, acha-se primeiro; irrealistas, percebe-se depois) vão perdendo a amplitude original. Em vez de uma ideia realizável, descobre-se que o plano era feito de boas intenções impossíveis de cumprir. No projeto apresentado à FCT, a proposta era a de fazer uma etnografia da memória de guerra da CART 3313 a partir das narrativas dos antigos militares portugueses e dos guerrilheiros que os combateram do outro lado da linha de fogo. Nessa altura, o objetivo era analisar os sentidos da experiência de guerra e da ressonância das retóricas nacionalistas em ambos os lados do conflito, tendo como pano de fundo aqueles dois anos (1971-1973) naquelas duas zonas de ação (subsectores de Gago Coutinho e Malanje). No final do ano curricular do curso de doutoramento, rendi-me à evidência de que as boas intenções teriam de ser reduzidas à pragmática dimensão da viabilidade da pesquisa. Os guerrilheiros angolanos teriam de ficar para uma outra investigação. Por agora, teria pela frente apenas as memórias dos antigos militares da Companhia de Artilharia 3313.

O trabalho final do curso de doutoramento, defendido em Novembro de 2009, apresentava uma versão reformulada da ideia inicial. A etnografia da memória de guerra que pretendia fazer aproximava-se da etnografia multi-situada de que fala George Marcus, uma ‘etnografia móvel’ que persegue a ‘circulação de significados, objetos e identidades culturais no tempo-espaço difuso’ (Marcus 1995). A estratégia metodológica de construção do objeto, a que Marcus chamou ‘seguir a intriga’ (*follow the plot*), teria como objetivo descobrir as conexões que estão por trás das histórias contidas na memória da comissão de serviço da CART 3313, procurando cruzar as diferentes escalas em que a memória vive - as narrativas pessoais, os discursos que circulam na esfera pública e a representação oficial da guerra colonial. As memórias pessoais dos antigos militares da unidade seriam, por isso, confrontadas com outras narrativas, privadas e públicas: a obra literária de Lobo Antunes, os documentos do Arquivo Histórico Militar, as retóricas públicas do Estado Novo e do Portugal contemporâneo sobre a guerra colonial. Nas páginas seguintes, dar-se-á conta dos principais aspetos da estratégia metodológica adoptada na construção desta etnografia da memória de guerra.

2.1. Pesquisa documental

A pesquisa documental teve como objetivo recuperar outras narrativas sobre a guerra que Portugal combatia em Angola. Nesta pesquisa, couberam três grandes fontes documentais, de natureza muito diversa: o registo institucional da *História da Unidade BART 3835*, a imprensa e a narrativa literária do antigo alferes médico miliciano Lobo Antunes.

Arquivo Histórico Militar

No Arquivo Histórico Militar consultei a *História da Unidade BART 3835*. Este documento sumariza a atividade do batalhão e das suas companhias operacionais, desde a constituição da unidade até à desmobilização em 1973. O capítulo inicial relata os dois meses de formação no GACA 2 em Torres Novas e as sete semanas de Instrução de Aperfeiçoamento Operacional (IAO) no Campo Militar de Santa Margarida. O segundo capítulo, “Viagem para o destino”, descreve a partida de Lisboa na manhã de 6 de Janeiro de 1971, a viagem a bordo do navio Vera Cruz, a chegada a Luanda e a estadia no Campo Militar do Grafanil. Ao longo destas páginas, o seco relato dos acontecimentos é interrompido por descrições inesperadas sobre a beleza das paisagens. A propósito da escala na ilha da Madeira pode ler-se que as três horas de paragem no Funchal “(...) proporcion[aram] a todo o pessoal apreciar, ainda que por pouco tempo, as maravilhosas belezas da Ilha que por todos é bem conhecida e com justificada razão, como a ‘Pérola do Atlântico’”²⁴⁰. Ou, mais à frente, na descrição da longa viagem de cinco dias de Luanda para o Leste angolano:

Depois de quase um dia de viagem, cerca de 800 km, através do Cuanza Sul e Humo, rica em extensas planuras pejudadas de inúmeros blocos graníticos de formas caprichosas, o Batalhão atingiu Nova Lisboa (14 horas de marcha) onde na estação já se encontrava formado o comboio que o havia de transportar à Cidade do Luso, segunda etapa desta longa viagem para as ‘Terras do Fim do Mundo’²⁴¹.

²⁴⁰ *História da Unidade BART 3835*, II/1.

²⁴¹ *Idem*, II/2.

Décadas mais tarde, é impossível apurar quem escreveu este documento. Sabe-se apenas que as Histórias das Unidades surgiram por iniciativa da Região Militar de Angola em 1962, com o objetivo de fixar para memória futura a atividade militar das forças portuguesas (Cf. Tavares 2013). É de admitir que a *História da Unidade BART 3835* tenha sido uma obra redigida a várias mãos, a julgar pela variação de tom (entre o burocrático relato de acontecimentos e a sensibilidade estética ao mundo), pela profundidade diversa das caracterizações das zonas de ação atribuídas ao Batalhão, pela inconstância do detalhe com que as operações militares são registadas.

A maior fatia da *História da Unidade* é ocupada pelo capítulo “Atividade das NT e do IN”. A descrição operacional é precedida do capítulo de “Estudo da Situação”, destinado a contextualizar a missão do Batalhão nas zonas de ação atribuídas. O “Estudo da Situação” descreve as características geográficas, demográficas, económicas e sociais dos subsectores de Gago Coutinho e de Malanje, o historial da ‘ação inimiga’ nas duas regiões, as vulnerabilidades das NT. Depois desse extenso capítulo, a *História da Unidade BART 3835* contém um arrolamento de ações de combate, patrulhas e operações militares. O ano passado na zona de ação de Gago Coutinho é descrito de uma forma detalhada: inclui a atividade das companhias operacionais, as ações dos Flechas (tropa especial criada e treinada pela PIDE/DGS) e as operações conjuntas ao nível do Batalhão que contaram com a colaboração dos Fiéis catangueses e paraquedistas. Cada uma destas operações é acompanhada de informações sobre a data, objetivos e localização, descrição operacional (progressão das tropas, obstáculos encontrados, informação sobre pernoitas na mata), baixas e perdas das NT (nossas tropas) e IN (inimigo), apreensões de material e detenções de ‘terroristas’. O ano de comissão no subsector de Malanje, pelo contrário, é uma telegráfica versão da atividade operacional, de onde se consegue distinguir apenas o nome, data e objetivos das ações militares, formulados em termos tão vagos quanto ‘patrulhamentos’ e ‘nomadizações’.

A riqueza documental da *História da Unidade BART 3835* não se esgota na factualidade dos dados operacionais que contém. Os longos capítulos de ‘Estudo da Situação’ das zonas de ação de Gago Coutinho e Malanje permitiram também recuperar o contexto ideológico da instituição militar no início da década de 70. São vários os comentários sobre as populações das zonas de ação, enfatizando a natural indolência dos negros (‘pouco amigos de trabalhar’, necessitam de uma presença que os obrigue à

disciplina do trabalho [V. Capítulo III]) ou a imprevisibilidade das suas lealdades ('por índole ou comodismo costuma[-se] colocar do lado do mais forte', [V. Capítulo IV]).

Entre Março e Julho de 2010 recolhi o material contido na *História da Unidade BART 3835*. Transcrevi os nomes dos elementos das várias unidades do batalhão (a Companhia de Comandos e Serviços e as três companhias operacionais), as descrições de centenas de operações militares, os relatos de ataques e emboscadas. Com a recolha terminada, iniciei o moroso processo de tratamento dos dados. Elaborei um quadro de todo o pessoal (nomes, baixas, repletamentos, louvores, castigos), construí um ficheiro por cada ano da comissão de serviço onde incluí a informação sobre as operações realizadas, seus objectivos e resultados alcançados. Tinha chegado a um primeiro esboço da história da Companhia de Artilharia 3313, um esboço a partir do qual se desenhava uma linha cronológica que se foi enchendo de datas e acontecimentos.

Imprensa

Quando iniciei esta investigação, planeava fazer uma pesquisa da imprensa em dois períodos distintos. O primeiro dizia respeito ao início do conflito em Angola em 1961. Interessava-me compreender de que forma estes acontecimentos tinham sido noticiados em Portugal, recuperando as grandes linhas da narrativa pública sobre a ameaça que pendia sobre a nação pluricontinental. O segundo período sobre o qual pretendia recolher artigos de imprensa era o do regresso dos militares da Companhia de Artilharia 3313 a Portugal: que país tinham encontrado à data da desmobilização? Como era a guerra falada na imprensa, doze anos após o seu início?

Foi entre a Hemeroteca de Lisboa e a Biblioteca Nacional que realizei esta parte da pesquisa. O plano de partida era escolher dois periódicos e comparar a forma como retratavam o país e o mundo nesses dois períodos de tempo. Rapidamente me apercebi da gigantesca dimensão do material que tinha pela frente. Os acontecimentos que abalaram Angola em Fevereiro e, sobretudo, os massacres do Norte em Março de 1961 foram o objeto de uma enorme atenção mediática na imprensa. Foi nessa altura que se inaugurou a linha narrativa que definia os insurgentes como 'terroristas' (termo que se manteria até ao final da guerra e do regime) e se associava os atos de 'barbárie' a uma maquinaria estrangeira próxima do comunismo (V. Capítulo II). À medida que avançava na recolha de notícias, tornava-se cada vez mais evidente que esta tarefa trazia

consigo o risco de me perder num vastíssimo tema que outros, antes de mim, tinham tomado como objeto de investigação. Decidi, por isso, circunscrever a minha atenção a acontecimentos específicos de 1961: o sequestro do paquete Santa Maria, o assalto de Luanda a 4 de Fevereiro, os ataques no Norte a 15 de Março, o envio de reforços militares depois de Salazar ter dito a célebre frase ‘Para Angola, rapidamente e em força’. Quanto à restante cobertura noticiosa, iria socorrer-me dos estudos disponíveis sobre a imprensa (Dias 1991, Rodrigues 2011, Vaz 1997), rádio (Cristo 2005, Ferreira 2013) e televisão (Cádima 1996). Foram também estes estudos que ajudaram a compor o retrato do país em 1973, data da desmobilização da Companhia de Artilharia 3313 e do regresso dos seus homens à vida civil. Como complemento a estas leituras, consultei os arquivos do Diário de Notícias, Diário de Lisboa e do semanário Expresso que começou a ser publicado nesse ano.

Os Cus de Judas e as cartas da guerra

Ao contrário de centenas de outras unidades militares, a Companhia de Artilharia 3313 e a sua história em Angola não existem apenas nas memórias pessoais daqueles que dela fizeram parte. Existem também nos livros de António Lobo Antunes. Desde que se tornou escritor, o antigo alferes médico miliciano do Batalhão de Artilharia 3835 tomou a revisitação da sua experiência de guerra num objeto literário. Não cabe nesta dissertação a análise literária das suas obras, área de estudo que me é estrangeira – e que seria, aliás, uma aventura perigosa para quem é filha do autor. O que, desde o início, me interessou foi compreender de que forma se relacionam os antigos militares da CART 3313 com esta obra: se a conhecem, se se reconhecem nela, se a proximidade com estes textos os ajuda a pensar e conceder sentido à amálgama de imagens e episódios de que são feitas as suas memórias pessoais.

A primeira decisão que tomei, tendo em conta o objetivo que me guiava, foi a de limitar a voz do escritor aos seus livros e não entrevistar o antigo alferes médico, meu pai. Ao contrário dos outros antigos militares, a narrativa de Lobo Antunes sobre a guerra resulta de mais de trinta anos de vida literária onde a guerra colonial ocupa um lugar de destaque. Não são apenas os livros. São também as entrevistas nas quais respondeu a perguntas sobre a sua experiência em Angola e as crónicas nas quais, uma e outra vez, regressa à memória da guerra. A forma como fala e como escreve sobre aqueles vinte e seis meses são muito semelhantes; tão semelhantes que, por vezes, os

discursos que faz nos almoços anuais usam imagens, episódios e palavras que já apareceram escritas em textos seus. A sua narrativa sobre a guerra é estruturada e baseia-se no constante regresso e elaboração reflexiva sobre o passado - que deixa, assim, de ser um território de interrogação íntima para se transformar numa construção literária para a qual são convocados os seus leitores. Por esta razão, decidi que seria apenas a voz do escritor que apareceria na dissertação. Afinal de contas, é com a versão pública da sua memória de guerra que os camaradas se relacionam.

Com esta decisão tomada, restava-me escolher os textos com os quais iria trabalhar. Apesar da guerra colonial aparecer em vários livros e crónicas, teria de escolher um número limitado e maneável com o qual trabalhar. *Os Cus de Judas* surgiram, de imediato, como a escolha evidente. Publicado em 1979, foi o primeiro dos seus livros a tratar da guerra colonial e, sem dúvida, o que maior impacto parece ter junto dos camaradas – nos almoços anuais, o furriel Alves lê excertos deste livro ao microfone para que todos regressem ao passado pela mão do escritor (V. Capítulo VI). O outro livro escolhido foi *D’este Viver Aqui N’este Papel Descrito*, as cartas de guerra editadas pela minha irmã e por mim, publicadas em 2005. Testemunho epistolar quase diário, este volume detém um precioso valor documental, por conjugar o relato de acontecimentos, paisagens e personagens com as inquietações e angústia do desterro africano. Embora pertençam a géneros literários distintos, é de narrativas como estas (cartas, diários, memórias de guerra) que emerge o que Samuel Hynes (2005) chamou ‘recordações coletivas vicárias’ (*vicarious collective remembrances*), recordações em segunda mão através das quais os leitores compõem a imagem de uma guerra.

A releitura destes dois livros permitiu-me reconstruir a cronologia da história da Companhia de Artilharia 3313 e povoá-la de acontecimentos e personagens, tal como são apresentados pela voz pelo escritor. Numa primeira fase, o resultado da análise documental foi acrescentada ao esboço da história da CART 3313 com o qual parti para a fase de recolha de entrevistas. Mais tarde, já com a análise das entrevistas realizada, regressaria a estes dois livros. A sua voz, ao lado das vozes dos antigos camaradas da CART 3313, iria compor os traços do retrato do país estrangeiro da guerra do Leste e Nordeste de Angola.

2.2. Trabalho de campo

‘Filha da guerra’, regressei ao passado do qual sempre ouvi falar. Só que, desta vez, não eram apenas as histórias que os meus pais me contavam. Com o trabalho de campo, cruzei-me com nomes e pessoas de quem sempre ouvira falar, ouvi versões diferentes dos mesmos acontecimentos, descobri outras peças do quebra cabeças que tinha decidido montar.

Os almoços

Entre 2006 e 2008, as idas aos almoços anuais da Companhia de Artilharia 3313 foram momentos de reencontro com o passado emprestado de Angola. Com o início formal do projeto de investigação, a minha presença passou a ser guiada por uma atenção até então inexistente. Já não se tratava só de estar ali, conversar com uns e outros, ouvir as histórias que tinham para contar. A partir do almoço de 2009 em Viana do Castelo, obriguei-me a convocar um olhar distanciado sobre aquele contexto familiar. Desde então e até 2012, os acontecimentos dos almoços começaram a ser registados em notas do terreno, procurando recuperar conversas, momentos e personagens.

Das notas emerge de uma forma muito clara o guião que todos os anos é seguido nesta comemoração privada da guerra. A reunião dos camaradas no ponto de encontro acordado, a viagem até ao restaurante, os aperitivos e conversas cruzadas, o cartaz comemorativo, a distribuição dos antigos militares e famílias pelas mesas, o almoço distendido feito de ementas intermináveis, o minuto de silêncio, os discursos, o bolo com as armas da CART 3313, o brinde com espumante, o lanche, a despedida. A este guião previsível, somam-se outros momentos que vão aparecendo e desaparecendo ao sabor das organizações anuais rotativas: a missa que antecede o almoço, a partilha de histórias ao microfone, breves excursões a pontos turísticos da região, música ao vivo e baile.

Para além dos elementos que compõem o ritual dos almoços anuais, as notas conservam o registo das conversas cruzadas a que fui assistindo. Relatos de episódios, confrontos de versões ou imitações de camaradas fazem parte do reportório que todos os anos é convocado aos presentes. Organizada em torno das ‘histórias que merecem

ser lembradas’, a narrativa que vai sendo construída na sucessão de almoços da CART 3313 é anualmente negociada, ensaiada e atualizada. Dela fazem parte apenas discursos que promovem a reconciliação com o passado, tanto através da repetida afirmação solene da camaradagem, como através de uma minuciosa gestão das palavras e dos silêncios por forma a evitar temas incómodos (os aspetos dolorosos da memória, as considerações sobre a justiça ou injustiça da guerra). Ao contrário das comemorações públicas, organizadas em torno do léxico da nação e dos valores do ‘heroísmo’ e do ‘dever’, os encontros da CART 3313 utilizam a linguagem da ‘família’ para afirmar a indestrutibilidade do laço que une todos aqueles que partilharam a mesma guerra.

As comemorações públicas

Em 2009 e 2011 fui ao Encontro Nacional de Combatentes. Esta é uma comemoração não-oficial que, desde 1994, tem lugar no dia 10 de Junho, junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, em Belém. Organizada por uma comissão executiva, em coordenação com a Liga dos Combatentes e com associações de veteranos, tem como objetivo reunir “o maior número de Portugueses de qualquer idade, credo, raça ou ideologia política”, para “celebrar a Pátria e honrar os nossos mortos”²⁴². Parti para este momento de observação sabendo que nenhum dos homens da Companhia de Artilharia 3313 lá estaria. Os que viviam em Lisboa não pareciam ter qualquer interesse em juntar-se a uma celebração onde não conheciam ninguém (V. Capítulo VI). Mesmo assim, avancei para Belém. Desconhecedora do mundo das comemorações da guerra, interessava-me observar o ritual, compreender as ideias e vocabulários que são usados numa cerimónia que tem como objetivo resgatar o passado do esquecimento e celebrar a ‘Pátria’.

O ritual segue todos os anos o mesmo padrão. Durante a manhã, celebra-se uma ‘missa por intenção de Portugal e de sufrágio pelos que tombaram pela Pátria’. Depois disso, a concentração dos presentes é deslocada para junto do Monumento aos Combatentes do Ultramar. É lá que se encontram os representantes dos três ramos das Forças Armadas, que todos os anos se associam às comemorações. É junto ao Monumento que são proferidos os discursos, são depostas coroas de flores e

²⁴² Extraído do texto do convite para o 16º Encontro Nacional de Combatentes em 2009, disponível em http://ultramar.terraweb.biz/Celebracoesdo10JUN/Celebracoes_EncontrosNacionais_LX_2009Jun10_Convite.htm (acedido em Outubro de 2014).

homenageados os mortos, que é entoado o hino nacional. Este Encontro tem também como objetivo unir os antigos combatentes portugueses e africanos que, juntos, integraram as forças portuguesas durante os anos do conflito. É neste contexto que se celebra uma cerimónia inter-religiosa que, oficiada por um sacerdote católico e um iman muçulmano, coloca num lugar de destaque a diversidade étnica e religiosa dos veteranos que lutaram por Portugal (Cf. Rodrigues 2012). À volta do Monumento onde decorrem as cerimónias, reúnem-se algumas centenas de antigos militares e as suas famílias. Brancos e negros, muitos deles com boinas militares na cabeça, reencontram velhos conhecidos. Estandartes de unidades militares servem de ponto de referência para a reunião de camaradas. O ambiente é de solenidade e o propósito que a todos une é o mesmo: combater o esquecimento e reivindicar o reconhecimento público do papel que os veteranos desempenharam na defesa de Portugal.

Em 2010, decidi acompanhar a pequena embaixada de militares da CART 3313 que viajou até Vila Praia de Âncora. O plano era assistir às comemorações junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, erguido por iniciativa da Câmara Municipal de Caminha (V. Capítulo VI). Na chegada ao local, dezenas de pessoas rodeavam o monumento. Antigos militares e as suas famílias, alguns empunhando estandartes de associações e de unidade militares, constituíam a assistência da homenagem que estava prestes a iniciar-se. Organizada por associações locais de veteranos, a cerimónia seguiu um guião semelhante ao que eu já conhecera em Belém. Discursos, hino nacional, coroas de flores depositas à volta do monumento, entrega de medalhas de participação na guerra. No entanto, a dimensão e solenidade do momento era menor. Sem a presença dos três ramos das Forças Armadas, sem oradores convidados, a comemoração nesta vila minhota era uma versão local do Encontro Nacional de Belém.

Apesar das diferenças de dimensão, estas duas comemorações representam a mesma ‘vontade de memória’ de que fala Pierre Nora. Promovidas por organizações da sociedade civil, ambas são a expressão do que John Gillis chamou a ‘dessacralização do Estado Nação’ que, numa ‘era de identidades plurais’, permite a abertura de ‘espaços e tempos civis’ de debate e negociação sobre o sentido do passado (Gillis 1994, 20). Ausente das comemorações oficiais, a guerra é resgatada do silêncio comemorativo pela mão de associações de veteranos, empenhadas em reclamar o reconhecimento público de todos aqueles que um dia combateram em nome de Portugal. A forma como procuram alcançar os seus objetivos é a mesma: através do apelo à dissolução da

singularidade de cada uma das experiências pessoais na grande narrativa nacional. A guerra, referida sempre como do ‘ultramar’, é recordada através de palavras como ‘heroísmo’, ‘pátria’, ‘sacrifício’ e ‘dever’. É através deste léxico, e da evocação da história da nação, que se constrói o sentido de uma experiência que transcende as vidas de todos aqueles que foram chamados a combater.

As entrevistas

De acordo com os dados oficiais do Arquivo Histórico Militar, a Companhia de Artilharia 3313 era composta por 122 elementos de ‘recrutamento metropolitano’, cuja instrução tinha decorrido em Portugal continental durante o ano de 1970. A este contingente, que partiu de Lisboa em Janeiro de 1971, juntaram-se 39 indivíduos de ‘recrutamento ultramarino’, cuja instrução decorreu em Angola, tendo sido incorporados na cidade de Nova Lisboa a 23 de Janeiro de 1971. Durante os dois anos de comissão, alguns militares foram evacuados para Portugal e no seu lugar entraram outros em renição individual.

Quase quarenta anos mais tarde, a primeira aventura foi localizar os antigos militares da CART 3313. Através dos organizadores dos convívios anuais, tive acesso a várias listas com os contactos de camaradas. A primeira lista, distribuída por todos no momento da desmobilização, continha as moradas à data do serviço militar. Outras listas resultavam de atualizações feitas ao longo dos anos e incluíam os dados de antigos militares que tinham comparecido a pelo menos um dos convívios anuais. De nenhuma destas listas constavam os contactos de praças do recrutamento ultramarino. Ao que apurei, nenhum dos militares que partiram de Lisboa em Janeiro de 1971 guardaram os contactos de camaradas incorporados em Angola. As tentativas de localização dos militares recrutados em Angola foram completamente infrutíferas. Os nomes eram os únicos dados que constavam da lista oficial do Exército. A intenção de comparar as narrativas dos antigos militares de recrutamento metropolitano e ultramarino foi, por isso, posta de parte. Ficaram excluídas desta investigação as vozes dos que, nascendo em África, poderiam trazer outros olhares sobre a guerra e sobre a presença portuguesa em Angola.

Quanto aos antigos militares recrutados em Portugal, consegui recuperar o contacto de sessenta e cinco pessoas, pouco mais de metade do número original de elementos da Companhia. Entre a emigração e a morte, vários tinham desaparecido do

mapa. O passo seguinte foi sondar as disponibilidades para conversarem comigo. Alguns declinaram de forma polida a ideia de serem entrevistados, alegando problemas de saúde ou limitações de tempo. Outros, pelo contrário, manifestaram vontade de serem visitados e de conversarem sobre os tempos passados em Angola. Foi a partir deste grupo que a investigação prosseguiu.

A dispersão geográfica dos antigos militares constituiu uma dificuldade. Eram apenas dezoito os indivíduos que moravam a uma distância inferior a 100 quilómetros de Lisboa. Os restantes estavam espalhados pelo Norte do país, com raríssimos habitantes a Sul do rio Tejo. A realização das entrevistas teria de passar pela organização de viagens e estadias pelas grandes zonas de residência dos antigos militares: Porto, Viseu, Guimarães. Os constrangimentos de tempo e dinheiro fizeram com que deixasse para o final os antigos militares residentes em áreas mais afastadas destas três zonas.

O trabalho de campo iniciou-se em novembro de 2010 com entrevistas exploratórias, destinadas a testar a elaboração do guião. Entre o Minho e Lisboa, conversei com quatro antigos militares: um furriel (o grande dinamizador dos encontros anuais), um cabo condutor e dois soldados de transmissões – um dos quais se transformou num colecionador de *memorabilia* da guerra, tendo mesmo concebido um pequeno museu doméstico na arrecadação. Ao longo destas primeiras entrevistas foi-se consolidando a decisão de construir um guião que acompanhasse os percursos biográficos dos sujeitos antes e depois da guerra. Para além da memória dos dois anos em Angola, interessava-me recuperar das suas narrativas o retrato de um país: a infância e o meio em que cresceram, a escola e o trabalho, a entrada na tropa, mas também o regresso à vida em Portugal depois de dois anos em África e o caminho percorrido até ao momento da entrevista.

Após a estabilização do guião iniciei em Janeiro de 2011 a recolha de entrevistas. Por uma questão de proximidade geográfica, a primeira fase cingiu-se a indivíduos residentes na área metropolitana de Lisboa. Até Setembro de 2011 tive a oportunidade de entrevistar várias vezes três antigos militares: um alferes miliciano, um cabo condutor e um soldado atirador. À exceção das conversas com o cabo condutor, que decorreram em restaurantes, as restantes tiveram lugar nas suas casas. Habitualmente, as mulheres recebiam-me à chegada e desapareciam durante as conversas que mantive com os maridos. Nalgumas ocasiões, juntaram-se à conversa e,

com o pretexto de um café, apresentavam os seus testemunhos sobre os temas que íamos tratando. As vinte horas de conversa gravadas com estes três indivíduos permitiram-me construir histórias de vida com um grau de profundidade significativo, atravessando os seus percursos biográficos desde as memórias de infância até à situação atual. À medida que os encontros se iam sucedendo, a estruturação das conversas foi sendo partilhada com os entrevistados. Eu guiava o regresso a perguntas que ainda não tinham sido respondidas ou a temas que gostaria de ver aprofundados; os meus interlocutores introduziam episódios e questões de que se tinham lembrado depois do nosso encontro.

A parte substancial da recolha de entrevistas foi feita entre Novembro de 2011 e o Verão de 2013. Fiz três grandes saídas de Lisboa, nas quais conversei com vinte e três antigos militares residentes na área do Porto, Guimarães, Viseu, Santarém e Beja. Os que ainda estão na vida ativa receberam-me nas empresas das quais são donos. Os que já se encontram em situação de reforma receberam-me em casa. Embora a maioria das entrevistas tenha sido individual, em algumas ocasiões as conversas foram alargadas a outros convidados. A pretexto de um almoço ou lanche em casa de um antigo militar, procurei alcançar um delicado equilíbrio entre as perguntas que gostaria de fazer e o rumo que as conversas tomavam pela interação dos sujeitos. A natureza do material empírico recolhido nestas ocasiões foi, por isso, muito diferente. As conversas foram gravadas com a autorização dos meus interlocutores mas, em dois casos, os arquivos áudio ficaram danificados, sobrando apenas as notas que retirei após as entrevistas.

Quando comecei a recolha de entrevistas, tinha já comigo um esboço da comissão de serviço da CART 3313, construído a partir da análise do material da *História da Unidade BART 3835*, das cartas de guerra e *d'Os Cus de Judas* de António Lobo Antunes. Partia para esta fase da pesquisa com uma cronologia da comissão de serviço, de onde sobressaíam datas e acontecimentos operacionais descritos com algum detalhe. Ao contrário dos homens com quem falei, que contavam apenas com a sua memória, eu conhecia os dados oficiais sobre os ataques aos aquartelamentos, os objetivos e resultados das ações de combate e das operações conjuntas, as baixas (mortos e feridos) e as capturas de 'elementos IN'. No entanto, e porque o meu objetivo não era o de construir a história da CART 3313, optei por não confrontar os entrevistados com as eventuais contradições que pudessem surgir entre o que me

contavam e o que os dados militares oficiais diziam. Nalguns casos, estas contradições denunciavam a natureza institucional e ideologicamente comprometida do relato da *História da Unidade* - a ausência oficial de referências à colaboração com militares sul-africanos ou à utilização de napalm são dois exemplos possíveis (V. Capítulo III). Noutros casos, é de admitir que as inconsistências traduzissem a natureza seletiva da memória e a capacidade transformadora do narrador enquanto agente de recriação discursiva da sua vida. Como assinala Pierre Bourdieu (1986), qualquer sujeito se torna ideólogo da sua própria vida sempre que lhe é solicitada a narrativização da sua biografia: seleciona acontecimentos, estabelece ligações entre eles, procura conceder sentido retrospectivo a uma sucessão desordenada de eventos, sensações, memórias. No caso particular da investigação que deu origem a esta tese, é possível que a criatividade dos meus interlocutores tenha sido também influenciada pela natureza da relação que me une à CART 3313. A pessoa que ouvia as suas histórias era uma mulher, que em tempos fora criança em Angola, filha de um dos médicos do batalhão que veio a tornar-se escritor. Esta conjugação de circunstâncias pessoais – que, em muitos aspectos, permitiu uma mais fácil aproximação a estes homens – pode também ter condicionado o que me contavam. Se esta investigação tivesse sido feita por um homem, sem qualquer relação pessoal com a companhia, os resultados provavelmente teriam sido muito diferentes. Qualquer que fosse o caso (seletividade da memória, constrangimentos gerados pela proximidade da minha relação com a CART 3313), limitei-me a seguir o guião de entrevista e a escutar o que tinham para me dizer. Eram as suas histórias, tal como elas contavam, que iriam servir de matéria-prima para compreender a maneira como a recordação e o esquecimento, as palavras e os silêncios, se conjugam na narrativização do passado.

O primeiro passo da análise do material das entrevistas foi a sua transcrição na íntegra. Este moroso processo de fixação escrita das horas de gravação permitiu regressar às hesitações, pausas, risos e momentos de comoção que fizeram parte das conversas. Com as transcrições concluídas, iniciei a análise do material. Numa primeira fase, o objetivo foi o de sistematizar a informação contida nas entrevistas. Quem eram estes homens, de onde vinham, que escolaridade tinham, que ocupação tinham antes de entrarem na tropa, qual o posto militar que ocuparam, por que destacamentos passaram no Leste e Nordeste de Angola, que profissão tiveram depois do regresso da guerra, onde viviam e o que faziam à data da entrevista. Construí um grande quadro onde coligi estas informações e redigi pequenos resumos biográficos para cada um deles.

A análise das entrevistas foi guiada pela estrutura da dissertação e pelas questões que iriam ser tratadas nos seis capítulos. De cada vez que iniciava a redação de um novo capítulo, regressava às transcrições. Delas retirei notas com as quais preenchi um quadro temático comparativo, colocando em evidência similitudes e diferenças que surgiam do confronto do material recolhido com trinta e um entrevistados. Lentamente, fui criando a distância necessária para que cada uma das conversas não ficasse presa à irreduzível singularidade de cada um dos sujeitos. Estes quadros funcionaram, essencialmente, como um instrumento através do qual me foi possível obter uma visão de conjunto sobre as várias questões sobre as quais iria pensar e escrever. No entanto, a existência deste instrumento não impediu o regresso, uma e outra vez, às transcrições. Eram as narrativas destes homens, as palavras que usavam, as pausas e silêncios, que concediam espessura e densidade às histórias que contavam. A análise das entrevistas permitiu mapear as continuidades, contradições e silêncios que surgiram do cruzamento das memórias pessoais de trinta e um antigos militares, bem como do confronto destas memórias com as outras narrativas utilizadas na construção da etnografia de guerra. Foi este mapa que guiou a redação da dissertação, indicando as zonas habitadas por narrativas coincidentes, sinalizando as zonas pantanosas de inconsistências, evidenciando as áreas de silêncios narrativos. Este é o mapa possível do país distante da guerra da Companhia de Artilharia 3313.

APÊNDICE 2
QUADRO DE ENTREVISTADOS

Nome	Posto	Naturalidade	Escolaridade	Residência e profissão à data mobilização	Residência e situação profissional atual
Adão Alves	Soldado atirador	Vila Meã, Amarante	3ª classe	Vila Meã, lavrador	Agricultor e produtor de vinho
Amândio Clemêncio	Alferes miliciano	Alvite, Moimenta da Beira	7º ano do liceu e admissão à faculdade	Alvite, estudante	Alvite, bancário reformado
António Carvalho	Soldado auxiliar cozinheiro	Passos, Cabeceiras de Basto	4ª classe	Passos, Cabeceiras de Basto, lavrador	Concelho de Guimarães, operário têxtil reformado e agricultor
António Moreira	Soldado mecânico auto	Folhadal, Nelas	4ª classe	Folhadal, mecânico automóvel	Folhadal, mecânico automóvel reformado
António Pais	Soldado atirador	Tibaldinho, Viseu	3ª classe (fez a 4ª em Angola)	Tibaldinho, lavrador	Tibaldinho, operário da indústria automóvel reformado
António Simões	Soldado auxiliar enfermagem	Matosinhos	4ª classe	Matosinhos, pescador	Matosinhos, pescador reformado e vigilante de condomínio
Armando Matos	Soldado condutor	Fafe	4ª classe	Fafe, marceneiro na fábrica de móveis do pai	Fafe, pequeno empresário de mobiliário
Artur Silva	Soldado condutor	Sezures, Vila Nova de Famalicão	4ª classe (12º concluído nas Novas Oportunidades)	Sezures, operário da indústria têxtil	Arnos de Santa Maria, V. Nova Famalicão, operário reformado
Avelino Silva	Furriel miliciano	Macieira de Sarnes, Oliveira de Azeméis	5º ano da escola industrial (atual 9º ano)	Macieira de Sarnes, serralheiro numa fábrica	Macieira de Sarnes, desenhador de ferramentas reformado
Fausto Ferreira	Cabo atirador	Recardães, Águeda	3ª classe	Recardães, agricultor nas terras da família	Recardães, agricultor e produtor de vinho
Fernado Sota	Cabo atirador	Beringel, Beja	4ª classe	Beringel, lavrador	Beringel, pedreiro reformado
Firmino Alves	Furriel miliciano	Porto	5º ano da escola comercial	Porto, guarda-livros	Porto, contabilista e empresário
João Gonçalves	Soldado atirador	Socorro, Fafe	3ª classe (4ª classe em Angola)	Grijó, Vila Nova de Gaia, operário da indústria da cortiça	Fiães, Santa Maria da Feira, operário reformado da indústria da cortiça
João Marques	Cabo condutor	Lisboa	4º ano (atual 8º ano)	Lisboa, biscates vários	Massamá, inspetor reformado da Polícia Judiciária
Joaquim Mestres	Alferes miliciano	Setúbal	7º ano do liceu e admissão à faculdade	Amadora, estudante	Palmela, professor aposentado
Jorge Pereira	Cabo cripto	Silgueiros, Viseu	4º ano concluído num seminário	Lisboa, barman	Connecticut, Estados Unidos, responsável por estação de tratamento de águas
José Aguiar	Cabo cripto	Gondomar	7º ano do liceu	Gondomar, estudante	Paços de Ferreira, empresário no ramo dos transportes
José Basto	Capitão de Artilharia	Cabeceiras de Basto	Academia Militar	Militar do Quadro Permanente do Exército	Espinho, militar aposentado

Nome	Posto	Naturalidade	Escolaridade	Residência e profissão à data mobilização	Residência e situação profissional atual
José Correia	Soldado atirador	Salzedas, Tarouca	3ª classe (4ª classe feita em Angola)	Salzedas, lavrador	Salzedas, operário agrícola reformado
José Cunha	Soldado de transmissões	Viana do Castelo	4ª classe	Cascais, carteiro	Viana do Castelo, reformado
José Gomes	Soldado atirador	Sátão, Viseu	3ª classe	Lisboa, operário da construção civil	Odivelas, motorista de transportes públicos reformado
José Mendes	Soldado condutor	Lordosa, Viseu	4º ano da escola comercial	Lordosa, estudante e agricultor nas terras da família	Viseu, empresário na área do turismo
José Rocha	Soldado condutor	Taipas, Guimarães	4ª classe	Taipas, trabalhava na cutelaria do pai	Guimarães, empresário de cutelaria
Licínio Macedo	Soldado de transmissões	Areosa, Viana do Castelo	4º ano da escola industrial	Areosa, eletricista	Vila Praia de Âncora, operário da indústria naval
Manuel Rodrigues	Soldado condutor	Arnosos Sta. Maria, V. Nova Famalicão	4ª classe	Arnosos Sta. Maria, lavrador	Tebosa, Braga, motorista de transportes públicos reformado
Manuel Russo	Furriel miliciano	São Geraldo, Montemor	5º ano da escola comercial	Vila Franca de Xira, professor de serralharia	Santarém, professor aposentado
Manuel Silva	Cabo atirador	S. Martinho Candoso, Guimarães	4ª classe	S. Martinho Candoso, Operário têxtil	Pevidem, Guimarães, empresário indústria têxtil
Paulo Câmara	Furriel de operações especiais	Madeira	7º ano do liceu	Porto, estudante	Porto, empresário do ramo automóvel
Rogério Tavares	Cabo cozinheiro	Argoncilhe, Santa Maria da Feira	4ª classe	Argoncilhe, operário da indústria têxtil	Argoncilhe, reformado por invalidez
Rui Varejão	Soldado atirador	São Gonçalo, Amarante	4ª classe	S. Gonçalo, lavrador	S. Gonçalo, reformado
Valdemar Mendes	Furriel miliciano	Silveirinhos, Penacova	5º ano da escola industrial	Silveirinhos, eletricista	Coimbra, operário da indústria de cimentos reformado